História do Brasil

Frei Vicente do Salvador

Edições do Senado Federal

Volume 131

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Ensaios e estudos, de Capistrano de Abreu. Este livro reúne artigos escritos entre 1903 e 1927, publicados em revistas, jornais ou prefácios de livros. Os ensaios, lançados pela primeira vez em 1932, reúnem diversos temas: o Duque de Caxias ("primoroso estudo sobre Caxias, cuja bibliografia era então muito limitada", observa José Honório Rodrigues); Frei Vicente de Salvador; Claude d'Abbeville; Antônio José, o Judeu, e, entre outros temas, os atos do Santo Ofício no Brasil. Com estilo leve, mas documentado e com rigor de exegese, Capistrano de Abreu analisa de maneira brilhante nosso passado e revisita temas fundamentais da nossa formação e nacionalidade.

Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação Portuguesa, de Thomas John Cochrane. Em 1823, o governo imperial brasileiro solicita os serviços do Almirante Cochrane, que antes ajudara a sufocar revoltas no Chile e no Peru, em suas guerras de libertação. Lorde Cochrane chefia nossa esquadra contra as forças portuguesas que dominam grande parte do país, principalmente a Bahia e o Maranhão. E, mais tarde, em 1824, é enviado a Pernambuco para combater os republicanos da Confederação do Equador. Por suas ações em favor da consolidação da nossa independência, foi agraciado com o título de Marquês do Maranhão, denominação honorífica que aparece em seu túmulo, gravada em meio a outros títulos nobiliárquicos na Abadia de Westminster, em Londres. Este volume é, em amplo sentido, uma prestação de contas do Lorde escocês. Relata como se desenvolveram suas missões contratadas, desfaz comentários maldosos, defende-se e ataca os detratores. É forte a documentação sobre sua atuação em mares e terras brasileiros. Apresenta, passo a passo, toda a empreitada e sua atuação bélica naval, fornecendo aos historiadores e interessados pelo nosso passado um rico material de consulta.

Edições do Senado Federal

A *independência e o Império do Brasil.* Este volume constitui uma análise inteligente e não menos apaixonada de um dos períodos mais importantes da nossa História. O subtítulo é bem significativo e mostra a proposta de A. J. de Melo Morais: "A independência comprada por dous milhões de libras esterlinas e o Império do Brasil com dous imperadores no seu reconhecimento, e cessão; seguido da História da constituição política do patriarcado, e da corrupção governamental, provado com documentos autênticos". Daí se infere que existe uma visão ideológica da nossa Independência. Entre muitos assuntos tratados, estão as relações do príncipe D. Pedro com José Bonifácio, o castigo bárbaro aos soldados portugueses, a demissão dos Andradas, o despotismo de José Bonifácio, o decreto para sequestrar os bens dos portugueses, a adoção da Regência, combate dos caramurus, extrato do discurso de Diogo Feijó e muitos outros documentos, comentários e análises. Autor de vasta bibliografia, Melo Morais (1816-1882) foi médico e político e publicou este *A Independência e o Império do Brasil* em 1877.

A *Intervenção estrangeira durante a Revolta de 1893.* Joaquim Nabuco estuda neste livro a participação estrangeira na Revolta da Armada em 1893. Monarquistas, os rebeldes liderados por Custódio de Melo e, mais tarde com a adesão de Saldanha da Gama, poderiam bombardear a cidade do Rio de Janeiro. Floriano Peixoto solicita a ajuda de forças internacionais. Os revoltosos têm o auxílio, humanitário, do comandante do navio português *Mindelo*, Augusto de Castilhos. A opinião pública, aos poucos, modifica o ponto de vista, a partir dos artigos de Joaquim Nabuco, publicados na imprensa, em 1895, e reunidos neste livro. É um estudo de história diplomática e uma análise que reverte o enfoque que, até então, vinham apresentando os críticos deste fato histórico.

LIVRO PRIMEIRO DO DESCOBRIMENTO DO BRAZIL

CAP. 1

Como foy descuberto este estado

Fascimile da primeira página manuscrita
da “Historia do Brasil”, de Frei Vicente do Salvador

História do Brasil

. . . .

Edições do Senado Federal – Vol. 131

História do Brasil

Por

Frei Vicente do Salvador,
natural da Bahia

EDIÇÃO REVISTA
POR CAPISTRANO DE ABREU

Brasília – 2010

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 131

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do País.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm

ISBN: 978-85-7018-276-0

. . . .

Vicente, do Salvador, Frei.
História do Brasil / por Frei Vicente do Salvador. – Ed. revista por Capistrano de Abreu. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

582 p. -- (Edições do Senado Federal ; v. 131)

1. Brasil, história. 2. Governo Geral (1549-1762), Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 981.032

. . . .

. . . .

Sumário

Nota Preliminar

J. Capistrano de Abreu

Em 1881 a Biblioteca Nacional realizou uma exposição de história e geografia do Brasil, aberta a 2 de dezembro, aniversário de D. Pedro 2º, encerrada a 2 de janeiro do ano seguinte. Vieram à luz suas riquezas em impressos, manuscritos, mapas, estampas, medalhas e moedas; instituições diversas, colecionadores particulares concorreram ao certame; pela primeira vez desenhou-se nítida a imensidade da empresa de descrever a terra brasileira e conhecer os feitos dos seus filhos.

Pelos salões e corredores do velho casarão da Rua do Passeio peregrinaram sete mil seiscentos e vinte e um visitantes. Não é muito. Podiam ser menos sem inconvenientes. A exibição figurava aparato transitório, mero pretexto da obra verdadeira, o Catálogo. *Desde o primeiro dia distribuíram-se dois volumes, somando mil seiscentos e doze páginas, arrolando dezenove mil duzentos e setenta e oito objetos. Com o suplemento, que pouco demorou, as páginas subiram a cerca de mil e oitocentos, os objetos excederam de vinte mil. Válido e fecundo prossegue ainda quem concebeu e levou*

galhardamente a fim a obra monumental, – hoje votado ao Dicionário histórico, etnográfico e geográfico brasileiro *empreendido pelo Instituto Histórico, que será o coroamento de sua segunda mocidade.*

Poucos dias antes da inauguração sobreveio aos que trabalhávamos ao lado e sob as ordens do Dr. Ramiz Galvão a mais agradável das surpresas.

Tínhamos bem presentes as poucas linhas de Barbosa Machado na Biblioteca Lusitana e os trechos de Jaboatão no Novo orbe seráfico brasileiro, *relativos a frei Vicente do Salvador e sua obra; sabíamos do exemplar de sua história, folheado por Varnhagen, quase adolescente ainda, na Biblioteca das Necessidades em Lisboa e sumido ainda hoje; conhecíamos o capítulo avulso descoberto por João Francisco Lisboa na Torre do Tombo, identificado e impresso por Varnhagen em 1858 na* Revista *trimensal do Instituto. Depois da última data nem a obra nem o nome do autor emergiam mais do mistério.*

Bem podia tê-lo desvendado o ilustre Varnhagen, que deparou a obra na Torre do Tombo, desde 1872 pouco mais ou menos, quando revelou a existência do exemplar da Prosopopéia *de Bento Teixeira, até então considerada perdida. Já em 1874 no posfácio à segunda edição da História das lutas refere-se a fatos recentemente relativos ao potiguar Zorobabé e à expedição de Pero Coelho de Sousa ao Ceará. Na segunda edição da* História geral *repetiu estas novidades e forneceu outras, as mais das vezes sem indicar-lhes a procedência, uma escudando-se no dizer de um escritor antigo, p. 379, outra, p. 393, recorrendo à sigla pouco transparente de F. V. do S. Isto no primeiro volume.*

No segundo guarda sigilo sobre o paradeiro do manuscrito, junta inexatidões como dizer que a dedicatória foi datada de Lis-

boa, que a Crônica de Custódia *é a primeira parte da* História *e termina secamente, p. 687: "tanto uma como outra parte não foram até agora impressas". Com os anos, adquirira certas singularidades bem diversas da franqueza e alvoroço com que a princípio revelava os achados e as descobertas: reservava-os talvez para Arquivo diplomático brasiliense antigo, anunciado desde a publicação do livrinho de Maurício de Heriarte, belo sonho desvanecido pela morte a 29 de junho de 1878, em Viena.*

Ora, o livro esquivo, quase mítico, de frei Vicente do Salvador entrou de modo inesperado na Biblioteca Nacional.

João Martins Ribeiro, inteligente livreiro do Rio, que valente e ativo ainda poderá ler estas páginas, adquiriu papéis vários e alfarrábios e de mistura alguns manuscritos, entre os quais uma história do Brasil em que nunca ouvira falar. Não os quis expor à venda, e doou-os à Biblioteca Nacional, como sua quota para a exposição que ia ser inaugurada. V. Gaz. de Notícias, *de 19 de novembro de 1881.*

O mais ligeiro exame do códice revelava seu passado: – a encadernação de couro à portuguesa, o aspecto do papel, a letra do copista, denunciavam-no como um dos numerosos volumes copiados dos arquivos e bibliotecas lusitanas na era de 50 por comissão do governo imperial, confiada primeiro a Gonçalves Dias e por fim a João Francisco Lisboa. A coleção, depois de ficar alguns anos na Secretaria do Império, foi remetida para o Instituto Histórico, donde uma parte escorreu para mãos de particulares. A Biblioteca Nacional possui alguns volumes comprados a particulares.

O manuscrito oferecido procedia indiretamente do espólio do Marquês de Olinda e pode se imaginar até certo ponto como as cousas passaram.

Em 27 de fevereiro de 1857 João Lisboa mandara a Varnhagen uns apontamentos sobre Gabriel Soares, extraídos de um volume encontrado acaso na Torre do Tombo e prometia envidar esforços para descobrir o manuscrito principal de que os apontamentos não passavam de adição ou emendas. Seus esforços surtiram bom resultado, pois o Marquês de Olinda, ministro do Império, deixou a pasta em 12 de dezembro de 1858 e a História *de frei Vicente foi para sua casa e lá ficou. É provável que o velho marquês nunca a abrisse e até esquecesse sua existência. Em 1866 Melo Morais escreveu a biografia do ex-regente, figura primacial do Segundo Império. Se se lembrasse da preciosidade que possuía, o biografado tê-la-ia oferecido ou pelo menos mostrado ao Plutarco alagoano.*

Dia de ano-bom de 82, véspera do encerramento, o conselheiro Saraiva, presidente do Conselho, visitou a exposição de história e geografia e, vendo a grande qualidade de inéditos ali acumulados, ofereceu as colunas do Diário Oficial *para imprimi-los e depois reduzir a volumes, como fazia com os debates do parlamento.*

Aceito, como não podia deixar de ser, o oferecimento, parecia óbvio encetar a série com a História *de Frei Vicente do Salvador, já pelo valor intrínseco da obra, já como uma cortesia ao ilustre baiano, que lhe facultava a aparição. Não se fez assim e a autorização caiu em comisso.*

Em 1886 o conselheiro Francisco Belisário, ministro da Fazenda, concedeu autorização semelhante à que fora descurada a Vale Cabral, chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, e ao escritor destas linhas, a quem se agregou Silveira Caldeira, diretor do Diário Oficial. *Bem quiséramos estrear com a* História *do frei Vicente, aproveitando o códice tão generosamente doado. Não foi possível. Tivemos de recorrer à bondade de nosso amigo Lino de Assunção, que nos obteve nova cópia da Torre do Tombo. No* Diá-

rio Oficial *de 23 de julho de 1886, saiu o primeiro capítulo. Da composição fez-se em 1887 um volume de 115 páginas, contendo os dois primeiros livros, anotados compridamente. As anotações foram um erro, pois só trouxeram a demora e por fim a paralisia da publicação; tiveram, porém um efeito: a Biblioteca decidiu dar a obra completa em 1889 no volume 13 de seus* Anais.

Com ligeiras modificações o texto da Biblioteca Nacional serve de base ao presente.

A ortografia vai simplificada, exceto quando se trata de nomes próprios e termos brasílicos em que foi, ou deveria ser conservada. Se o vocábulo era pronunciado de modo diverso do atual, conservou-se ou tentou-se conservar a fonética do tempo; se aparecia sob mais de uma forma – assi *e* assim, para *e* pera, cabaço *e* cabaça, cosso, cossario *e* corso *e* corsario, camera *e* camara *não se forçasse à unidade.*

A pontuação foi modernizada, de modo a facilitar a compreensão. A sintaxe, mais de coordenação que de subordinação, dominante na obra, permitiu substituir por ponto final muita vírgula, ponto-e-vírgula e dois-pontos. O que pronominal, hoje absolutamente condenado para começo de oração quando é interrogativo ou exclamativo, antigamente não sofria esta limitação. Fez-se uso aqui da antiga liberdade.

O texto da Biblioteca Nacional, revisto diligentemente pelo bondoso Teixeira de Melo, chefe da seção de impressos e depois diretor do estabelecimento, continha alguns lapsos que foram quanto possível escoimados. Que outros se tenham introduzido em lugar deles é bem possível, mas de negligência não procedem. A numeração dos últimos capítulos no livro V foi ligeiramente alterada. Da introdução à edição da Biblioteca Nacional escrita pelo autor desta foi aproveitada o que pareceu conveniente.

Os prolegômenos de cada livro visaram distinguir as fontes utilizadas pelo historiador, indicar os documentos conhecidos relativos a cada período, as monografias a consultar por quem quiser ir por diante e mais fundo no estudo. Escritos às pressas, à medida que a composição tipográfica urgia, não pretendem foros de heurística meros apontamentos biográficos ou bibliográficos. As omissões sobretudo serão numerosas. O simples aspecto discrimina os prolegômenos do texto e não há risco de confundir o mel do patriarca e o vinagre do epígono.

A planta da cidade do Salvador, a carta do Maranhão, foram reproduzidas da Resão do estado do Brasil no governo do Norte *somente... até 1612, msc. do Instituto Histórico.*

A estampa do índio reproduzida de Claude Abbeville, indica pelas cesuras, abertas com dente de animal e cobertas de carvão para ficarem indeléveis, que o tabajar Caripi já conquistara vinte e quatro nomes, matando outros tantos inimigos em terreiro.

Publicado agora em forma acessível, é de esperar que o livro do frade baiano, a primeira história do Brasil composta por brasileiro, adquira leitores e amigos. Nem outra mira alveja esta tentativa. No intervalo que separa esta da precedente edição malograram-se os esforços para descobrir os capítulos perdidos. Seja mais feliz quem dirigir a outra, que mais cedo ou mais tarde há de vir à luz.

Na correção das provas prestaram os melhores serviços M. Said Ali, professor de alemão do colégio D. Pedro 2º, e Rodolfo Garcia, encarregado da biblioteca do Instituto Histórico, a quem ficam aqui consagrados os agradecimentos.

O pouco sabido sobre a vida do frei Vicente do Salvador encontra-se em sua História do Brasil, *no* Novo orbe seráfico brasílico *e no catálogo genealógico de Jaboatão, impresso pelo Instituto Histórico,* Rev. Trim, *52, I.*

João Rodrigues Palha, escudeiro fidalgo da geração dos Palhas do Alentejo, emigrou por desgostos domésticos, à procura de melhor fortuna, por ter pouco grão para sustentar família. Seu compatriota Luís de Melo da Silva armava uma expedição para as terras brasílicas, aonde lhe fora doada uma capitania. Nela alistou-se, partiu em junho de 1554 e naufragou dia de S. Martinho, 11 de novembro, nas espacéis e baixos do Maranhão. Das três naus, duas caravelas da armada salvaram-se apenas uma caravela e um batel, em que dezoito pessoas aportaram a São Domingos. Foi uma delas.

Como se saiu da ilha ignoramos. Tão comuns eram os navios de lá para a península como seriam raros para a América portuguesa. Devia ter tornado à pátria, mas de verdade resolvera expatriar-se e, sem agourar mal de começo, afrontou novamente os mares, deu consigo na Bahia de Todos os Santos, estabeleceu-se em seu recôncavo, casou, teve três filhos. Chamou-se o mais velho de Vicente Rodrigues Palha, o nosso autor. Terminando sua obra em 1627, frei Vicente confessava sessenta e três anos. Devia ter nascido em 1564, no governo de Mem de Sá. Diz Jaboatão que foi batizado na sé da cidade de Salvador, em 29 de janeiro de 1567, pelo cura Simão Gonçalves e era natural de Matoim.

Gabriel Soares fornece uma lista dos engenhos de Matuim e nela não aparece o nome do velho Palha, que ainda vivia em 1580. Trabalharia em terras foreiras? figurava a sua entre as numerosas fazendas de que Gabriel Soares não especifica os donos?

Os engenhos ricos tinham um capelão com quem os meninos do senhor e outros a quem o permitia começava os rudimentos de leitura, ordinariamente em cartas de mão, que os livros não eram comuns: na falta das obras de João de Barros, leia-se que a tal respeito escreve Manuel Severim de Faria na vida do autor das Décadas. *Talvez assim se iniciasse nas letras o futuro historiador.*

Continuá-las só podia na cidade do Salvador, cidade esquisita, de casas sem moradores, pois os proprietários passavam mais tempo em suas roças rurais, só acudindo no tempo das festas. A população urbana constava de mecânicos que exerciam seus ofícios, de mercadores, de oficiais de justiça, de fazenda, de guerra, obrigados a residência. Seu tio materno Jorge de Pina, cônego da sé, chantre e mestre-escola, era dos que não podiam afastar-se. Naturalmente, o sobrinho foi morar com ele.

A instrução daquele tempo concentrava-se nas mãos dos padres da Companhia. "As ocupações dos nossos com os próximos", escreve Anchieta, Informações 37/38, "são: uma lição de teologia, que ouvem dois ou três estudantes de fora, outra de casos de consciência que ouvem outros tantos e uma outra alguns de casa, um curso de artes que ouvem dez de fora e alguns de casa, escola de ler, escrever e contar, que tem até setenta rapazes, filhos de portugueses, duas classes de humanidade, na primeira aprendem trinta, na segunda quinze escolares de fora e alguns de casa.

"Os estudantes nesta terra, além de serem poucos também sabem pouco, por falta dos engenhos e não estudaram com cuidado, nem da terra dá se si, por ser relaxada, remissa e melancólica, e tudo se leva em festas, cantar e folgar. Porém por ser nesta terra não se faz pouco fruto com eles e já há alguns casuístas que são vigários, e alguns artistas mestres nelas, e dois ou três teólogos pregadores que pregam na catedral desta cidade e cônegos da igreja-mor e vigários das paróquias."

Isto escrevia-se por 1586, pouco mais ou menos.

De seus estudos diz o autor apenas que Pero do Campo Tourinho foi condiscípulo em artes e de teologia. Não explica se na Bahia, se em Coimbra, donde trouxe o título de doutor in utroque jure*, sendo-o com vantagem em teologia e cânones, vai assegurando Jaboatão.*

Quando completou a formatura e voltou à Bahia?

Falando de Manuel Teles Barreto, infra 266 escreve: "era de sessenta anos de idade, e não só era velho nela, mas também de Portugal o velho; a todos falava por vós, ainda que fosse ao bispo, mas cabia-lhe em graça, a qual não têm os velhos todos". Se assim nota uma impressão pessoal, estaria de volta antes de 1587, data do falecimento do governador, e doutorado com vinte e poucos anos.

Tomou depois ordens sagradas, serviu de cônego, de vigário geral, governador do bispado em tempo de D. Antônio Barreiros, cujo nome cita a propósito de questões com o governador Luís de Brito, das guerras do Paraíba e da sucessão de Manuel Teles Barreto. O lugar de vigário-geral podia ser rendoso; não eram tais as conesias e dignidades da sé, de que os clérigos fugiam, assegura Gabriel Soares RT, 14, 120, "por não ter cada cônego mais de trinta mil réis e as dignidades a trinta e cinco, tirado o deão que tem quarenta mil réis, o que lhes não basta para se vestirem. Pelo que querem antes ser capelães da Misericórdia ou dos engenhos, onde têm de partido sessenta mil réis, casas em que vivam e de comer, e nestes lugares rendem-lhe suas ordens e pé de altar outro tanto".

Quão pouco pesavam considerações pecuniárias sobre o padre doutor Vicente Rodrigues Palha, provou tomando o hábito de S. Francisco a 27 de janeiro de 1599 e professando a 30 do mesmo mês no ano seguinte.

Depois de professar foi mandado para Pernambuco, em data que pode ser determinada com esta aproximação. Ali assistia nas vésperas da partida para o reino de João Rodrigues Colaço e de D. Beatriz de Meneses, infra, 373. O governo de Colaço devia ter alcançado pelo menos a 3 de julho de 1603, data de uma sesmaria doada a Domingos Sirgo, informa Vicente de Lemos, capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte 1, 6. Ainda assumia

este título a 8 de setembro do mesmo ano, RT 73, I, 444. Pouco depois frei Vicente missionava os índios da Paraíba, como refere à página 393.

Para missionar era indispensável conhecer a língua geral, mas neste conhecimento havia gradações, como escreve o mestre José de Anchieta nos fragmentos históricos que acompanharam suas Informações, 69, 70, 73, 74. Diogo Jácome, vindo com Manuel de Nóbrega, soube o bastante para ensinar os índios e aparelhá-los para o batismo e ouvir confissões. Manuel de Paiva, da pequena leva de 1550, não chegou a mais que a saber ensinar a doutrina por escrito, ajudando os naturais por intérprete. Francisco Pires, seu companheiro de leva, não soube a língua da terra, contudo por intérpretes ajudou muito os naturais na doutrina e principalmente no ouvir confissões. Gregório Serrão podia ensinar a doutrina, instruir para batizar, confessar e ainda pregar.

Não parece que frei Vicente atingisse à mestria de Gregório Serrão. De palavras brasílicas traduz apenas coroe, *p. 31* apuabató, *aliás* apuabaté, *p. 52,* iburaguaçumirim, *p. 189,* iniguaçu, *p. 223,* guaraci, *p. 352. O que diz sobre a linguagem compendiosa, p. 52, é vago e superficial. As informações sobre parentesco representam um vade-mecum dos missionários, empenhados em saber dos casamentos lícitos ou ilícitos por consangüinidade. Parece, entretanto, ter apanhado bem a índole do gentio.*

Os capuchos de Santo Antônio estabeleceram-se primeiro em Pernambuco, a instâncias do donatário Jorge de Albuquerque Coelho, e por isso e por terem quatro conventos na capitania ali realizavam os capítulos e congregações custodiais, infra 330.

O custódio frei Leonardo de Jesus na junta feita em Olinda a 22 de outubro de 1606 aceitou a fundação de um convento no Rio de Janeiro, onde chegou a 20 de fevereiro do ano seguinte.

No governo de Salvador Correia de Sá, este, os oficiais da Câmara e os magnatas da cidade de S. Sebastião doaram aos franciscanos os terrenos da ermida de Santa Luzia. Como o local não pareceu o mais próprio a frei Leonardo, Martim de Sá e a Câmara concederam-lhes o morro então chamado do Carmo, defronte da várzea e do bairro de Nossa Senhora, sobre a lagoa de Santo Antônio. Os signatários da doação, datada de 4 de abril, obrigaram-se a desabafar o mato da várzea, a fazer uma rua até o mar, com a largura comum de trinta palmos, e levar à praia uma vala para sangrar a lagoa, de modo a não ser nociva aos religiosos que habitassem sua vizinhança.

Frei Vicente, companheiro do custódio e nomeado presidente, ficou dirigindo as obras do Rio e tal atividade desenvolveu que a 4 de junho de 1608 frei Leonardo de Jesus pôde lançar no fundo dos alicerces a primeira pedra dos corredores do atual convento de Santo Antônio. No Rio o frade baiano talvez permanecesse até a vinda do governador D. Francisco de Sousa em abril de 1609 e ouviria as queixas de Afonso de Albuquerque, capitão-mor, de que só ficava para seu governo o ar, porque D. Francisco chamar a si a terra e D. Antônio, seu filho, o mar, infra 415.

Na companhia do custódio o ex-presidente partiu para Olinda, onde iam ser abertos estudos e ele devia lecionar. Pouco tempo exerceu as funções, porque veio do reino outro custódio acompanhado de mestres de estudo e estudantes.

Recolheu-se à Bahia, até ser eleito guardião do convento em 1612 e logo custódio em 15 de fevereiro de 1614. Deu-se então nova forma à custódia do Brasil, autorizada a fazer capítulos regulares, em que fossem também eleitos os definidores. Afirma Jaboatão que para efeito cabal do assim determinado o novo custódio partiu da Bahia para Olinda, onde reuniu o capítulo a 15 de outubro. Se

a data estiver certa, repetiu a viagem no ano seguinte, como ele próprio narra, em companhia do Governador-geral Gaspar de Sousa, infra 487. "Completou seu governo com aquele acerto, prudência e bom exemplo que prometiam sua virtude e suas boas letras", remata o cronista da ordem seráfica.

Terminado o triênio partiu para o Reino, talvez desejoso de imprimir a Crônica da Custódia do Brasil *que compusera.*

Desta obra só fala com conhecimento de causa George Cardoso, que em dois passos de Agiológio lusitano *a chama breve. Breve deveria ser efetivamente, pois, incluindo seu tempo de custódio, abarcava apenas trinta anos. Duas de suas páginas parecem ter passado para esta História, ambas relativas a índios da Paraíba, infra 62, 394. Conteria matéria valiosa quanto à catequese dos índios confiados aos capuchos e, nas digressões a que o autor não era avesso quando o assunto principal escasseava, informações de caráter geral. Trataria da fundação dos diversos conventos, pessoas que contribuíram para sua ereção, casos edificantes, milagres que nunca faltavam. Por onde andará? "Levando-a consigo seu autor para a província (de Portugal) no ano de 1618, assim ela como a esta custódia só nos ficou a notícia que desta obra nos dão a estranhos", escrevia Jaboatão no preâmbulo digressivo. Nada mais sabemos. Considerar a* Crônica da Custódia *primeira parte desta* História, *como fez Varnhagen, é esquecer o tamanho das duas, as datas das respectivas composições, o intuito bem definido de cada uma.*

Para inspirar sua História do Brasil, *o afastamento da pátria não podia deixar de ser benéfico. O viver cotidiano provocava confrontos, com os contrastes, libertavam-se as afinidades eletivas e assomava a idéia de um conjunto amável. E outras circunstâncias felizes concorreram para a idéia e realização das obras.*

Do Alentejo procedia a família paterna, em Évora havia um convento histórico da ordem, nele parece ter ficado algum tempo. Em Évora fez ou renovou conhecimento com Manuel Severim de Faria, que tinha um irmão franciscano, frei Cristóvão de Lisboa, mencionado no livro V. Talvez fosse este o traço de união entre ambos.

Severim de Faria era um erudito, amante de livros, de manuscritos, de epigrafia, de genealogia, de heráldica, de numismática e até de curiosidades etnográficas, pois frei Cristóvão de Lisboa enviou-lhe algumas do Maranhão e Pará. Na sua livraria famosa, infelizmente incendiada com a do conde de Vimieiro no terremoto de Lisboa, eram muitos os livros históricos. Comprazia-se nestes estudos, mas agradava-lhe um pouco a história pragmática, preferia a biografia de que publicou as de João de Barros, Diogo do Couto e Luís de Camões, temas gerais como o crescimento da população, a ordem da milícia, a nobreza e outros expostos nas Notícias de Portugal. *Deu-se por último a escrever fatos contemporâneos na forma de Anais. Studart descobriu e publicou muitos fragmentos seus na* História portuguesa, *Fortaleza 1903. Com o pseudônimo de Francisco de Abreu publicou o primeiro jornal em língua portuguesa, J. C. Rodrigues,* Bib. Brasil, *3/4.*

No trato com frei Vicente, Severim de Faria descobriu-lhe qualidade de historiador e incitou-o à história. Sua biblioteca seleta e opulenta fornecia matéria para narrativa e modelos para imitação. Publicaria a obra à sua custa, oferecimento sedutor, que em Portugal a impressão era cara e difícil. Na livraria do chantre foram escritos ou pelo menos rascunhados quase todo o primeiro livro, a maior parte do segundo (os capítulos 13º e 14º deste são posteriores a 1624), e as partes dos outros dependentes de João de Barros, Mariz, Diogo do Couto e Herrera.

No capítulo celebrado em Lisboa a 16 de novembro de 1619, frei Vicente foi admitido a votar como custódio que acabava eleito guardião da Bahia. Em fevereiro do ano seguinte ainda estava em Lisboa. Como se vê em Andrade e Silva Colec. Cronol. 3, L, de 21 deste mês é o alvará sobre a residência obrigatória dos governadores-gerais na Bahia, que levou Henrique Correia da Silva a abrir mão do cargo que aceitara, infra 493. A providência, obtida pelo donatário Duarte de Albuquerque Coelho e Matias de Albuquerque, nomeado para governar Pernambuco, que não queria superiores em sua governança, já fora lembrada por Gaspar de Sousa.

Frei Vicente embarcou depois para o Brasil, mas não tomou conta do cargo, informa Jaboatão. Onde fez a renúncia, em Pernambuco, aonde assistia ordinariamente o custódio, na Bahia, aonde devia assumir o mando, faltam meios de apurar. Em 1621 inaugurou-se com grande solenidade no convento do Rio uma imagem de S. Antônio, vinda do Reino, agenciado o corpo com as esmolas de um irmão leigo, porteiro de um convento, a cabeça por um pobre que mendigava para jantar, Silva Lisboa Anais, *7, 219. Não parece entranho nem inverossímil que frei Vicente fosse o portador da imagem e ele próprio a benzesse e inaugurasse.*

Como quer que seja, assistiu no Rio depois de voltar do Reino e no navio dos jesuítas navegava para a Bahia quando foi aprisionado pelos holandeses que se tinham assenhoreado da cidade do Salvador. Prisioneiro continuou, a princípio a bordo, depois em terra, até a reconquista.

Com a liberdade deu novo impulso à obra e em 27 de dezembro de 1627 lançava-lhe o ponto final, consagrando-a a Manuel Severim de Faria. A história em prosa acompanhava outra, escrita em verso por um amigo a quem incitou, diz-nos. Que amigo

seria este mencionado com tanto despego e curiosamente? Não seria o próprio frei Vicente, imitando o caso que relembra de Santo Agostinho e o bispo Simpliciano?

Em 1630 foi terceira vez eleito guardião da Bahia e desta tomou posse.

Deve ter morrido entre 1636 e 1639, como estabelece Jaboatão com seus argumentos.

Sobreviveu, portanto, uns dez anos depois de concluída a História *e parece não ter se desinteressado da obra, pois o códice existe na Torre do Tombo, tem escrita à margem de certos capítulos a nota a lápis. Ad. Correspondem a tais adições as últimas oito linhas da pág. 94, às paginas 215/318, 339/342, 350/353, 368/372, 582/590, 595/605. E mais natural é atribuí-los a ele próprio que a um estranho. Os acréscimos iriam à medida que novos sucessos eram apurados e a divergência quanto à numeração dos capítulos, notada nos prolegômenos, precede destas intercalações que suavizavam a impaciência. O códice da Torre do Tombo, cumpre lembrar, nem é o original nem talvez fosse copiado do original.*

As duas monções de março e setembro levavam navios à Bahia. Quantas vezes esperaria ver em letra de fôrma a obra de sua velhice? Desenganou-o Severim de Faria? Houve alguma força superior a sua vontade que a paralisasse?

Severim de Faria viveu até 1655.

Quando em 1648 frei Vicente do Salvador concluiu a Crônica da Custódia do Brasil, *um anônimo, não bem identificado ainda, compunha em uma capitania do Norte, Pernambuco ou mais provavelmente Paraíba, os* Diálogos das grandezas do Brasil, *impresso finalmente na Ver. do Inst. Arq. Pernambuco e no* Diário Oficial. *Frei Vicente parece ter conhecido então ou mais tarde o*

autor e pelo menos parte da obra: em alguns pontos, por exemplo, as vantagens da relação da Bahia, como que lhe responde.

Por sua vez trata na História *de assuntos abordados pelo anônimo: a habitabilidade da zona tórrida, as responsabilidades no atraso da terra, a possibilidade do Brasil vir a ser centro e refúgio do governo português, a procedência da população indígena. Sobre esta, enquanto os* Diálogos *perdem-se em hipóteses, ele, depois de citar D. Diogo de Avalo, termina simplesmente infra, 51: "esta opinião não é certa e menos o são outras que não refiro por que não têm fundamento; o certo é que esta gente veio de outra parte, porém donde não se sabe, porque nem entre eles há escritura, nem houve algum autor antigo que deles escrevesse".*

Quando as opiniões de ambos coincidem, fundamenta as suas com argumentos próprios.

Era senhor da cultura da época, versado na literatura latina sagrada e profana, na literatura pátria, leitor de histórias, de viagens, de poesia; sabia espanhol e talvez italiano.

Doutor in utroque jure, *trata dos pontos jurídicos com a precisão concisa do entendido. Parece preferir a teologia aos cânones; de D. Marcos Teixeira tem o cuidado de notar que pregava sem ser teólogo, posto que grande canonista, melhor que muitos teólogos. Em mais de um passo invoca a filosofia e a teologia.*

As fontes em que bebeu, até onde foi possível rastreá-las, podem distribuir-se em:

> *obras gerais, que no Brasil tocavam acidentalmente, como as de João de Barros, Diogo do Couto, Pedro de Mariz, Sachino, Herrera;*
>
> *obras particulares sobre o Brasil, impressas umas como a história da nau* Santo Antônio, *a* História *de Gandavo, a biografia de Anchieta; inédita outras como*

> *o* Sumário das Armadas*, relações, diários, roteiros, cuja presença o exame atento revela mesmo quando não restam outros vestígios de sua existência;*
>
> *comunicações particulares, tradições colhidas nos diversos lugares que percorreu;*
>
> *documentos semi-oficiais, como justificações, atestados de serviços, inquirições de testemunhas.*

Documentos oficiais, salvo um tratado de tréguas e outro de paz, não conheceu; a publicidade desafinava dos atos do governo, e com isso não perdemos, porque substitui-lhes com vantagem o tom popular, quase folclórico.

Às fontes atinha-se com uma fidelidade que descambava para o servilismo: os indígenas variam de designação com os originais consultados; gentios, índios, negros, brasis, selvagens poucas vezes, bárbaros poucas vezes, rústico uma. Do Sumário das Armadas*, copia insignificâncias desta ordem:*

> *infra 287 "com todo este exército que foi a mais formosa causa que Pernambuco viu nem sei se verá, foi o general Martim Leitão, que assim lhe chamaremos nesta jornada" cfRT 36, I, 33, 34;*
>
> *infra 297, "ainda que o espírito do ouvidor-geral Martim Leitão que já não chamarei general", cf RT l.c.45.*

Muitos exemplos destes poderiam ser aduzidos. Daí a impossibilidade de distinguir o próprio do alheio. Quando no cerco de Igaraçu, conta um ato de heroísmo das mulheres que deixaram o inimigo aproximar-se para dar-lhe mais certeiro golpe e conclui, infra 110: "foi um feito mui heróico para mulheres terem tanto ânimo", escreve isto por conta própria ou já achou escrito?

Para tentar a História *habilitava-o o amor à terra natal, a certeza no seu futuro e tais sentimentos eram raros naquele tempo, como se pode ver também nos* Diálogos das Grandezas. *Seu amor à terra natal estendia-se a tudo nela existente. Conta história de índios sem revelar antipatia ou menospreço. Um negro do convento baiano acha nele seu Homero. No principio Bastião pendia para os holandeses quando foi tomada a Bahia; mas quiseram tirar-lhe um facão e ele tratou de escondê-lo no peito de um dos invasores e ganhou gosto pelo sangue flamengo. Nos encontros avançava o mais possível, pretextando o pequeno alcance de sua frecha, e bradava na sua meia-língua que o bom do cronista conservou;* sipanta, sipanta, *incitando os companheiros a recorrerem à espada pois a arma de fogo mentia.*

A propósito de Anchieta no caso de Boulez diz, infra 192, que o ato é mais para admirado que para imitado. Infra 612, narrando que Martim Soares metia-se nu e coatiado entre os indios para iludir os franceses e melhor matá-lo, chama a isto obra de superrogação, isto é de trop de zele. Apenas conta com aspereza a sorte de Baltasar Ferraz, infra 483, mas tratava-se de um caso edificante, de um como castigo pelo desrespeito à Igreja e não podia transigir.

Em geral atém-se à caridade. D. Luís de Vasconcelos, o infeliz governador do Brasil, era sabidamente filho do arcebispo de Lisboa, mas ele apenas diz, infra 162, que "o arcebispo era muito amigo deste fidalgo". No Sumário *lê-se o nome de uma pessoa que Martim Leitão mandou surrar; ele conta o fato sem declarar o nome do açoitado. Nas lutas de D. Duarte da Costa com o bispo D. Pedro Fernandes alega ignorância para não intervir, infra 156; nas diferenças entre os dois poderes a propósito de Sebastião da Ponte, infra 220, não emite parecer: quando o bispo D. Marcos arrebata o*

poder a Antão de Mesquita quase encobre o fato; sobre a rapacidade de D. Fadrique na Bahia guarda a maior discrição.

Na distribuição das matérias mostra habilidade incontestável.

O primeiro livro descreve a terra qual a defrontaram os descobridores; o segundo abarca por ordem geográfica o período dos donatários; o terceiro termina com a perda da independência de Portugal; o quarto começa com os socorros prestados pelos espanhóis logo depois de Filipe Segundo ter reunido as duas coroas, e termina no governo de D. Diogo de Meneses, em que se preparou a grande avançada para o Norte; com este avanço realizado sob Gaspar de Sousa começa o quinto, que por não estar completo ficou quase todo limitado à guerra holandesa, que sobreveio.

O estilo pouco preocupa o autor. Pode escrever com elegância e graça, mas em geral desenvolvem-se os períodos descuidosos, a maneira de contas de rosário debulhadas maquinalmente. Às vezes oculta o substantivo para maior realce. Quando D. Francisco de Sousa morreu nem uma vela havia para lhe meter na mão; "mais quereria Deus alumiá-lo naquele transe por outras muitas que havia levado diante, de muitas esmolas e obras de piedade que sempre fez".

Não desgostava de aliterações e trocadilhos: Pan, pão, pau; demônio, dominio; rependido, repreendido; um índio por nome Guaraci, "que quer dizer sol, o qual também se lhe pôs e morreu no caminho" p.352; Martim Soares Moreno tem pouca tença, "por isso lhe dá Deus muito âmbar por aquela praia (do Ceará) com que pode muito bem matar la hambre, infra, 612.

Revela-se nestes trocadilhos uma face de seu bom humor, ainda externado no gosto que sentia pelas manifestações coletivas, como a pesca de curimã em Magé e a de baleias na Bahia, no cui-

dado em juntar anedotas para dar maior destaque às fisionomias: quando contava alguma, naturalmente as mimava.

Um capucho não se prendia à prisão do claustro; a mendicância da ordem dava-lhe entrada nas diversas classes sociais, em todas acatado; a convivência variada trazia-lhe o jovialidade, a indulgência, o arejamento. O latim, qua aparece na dedicatória e no primeiro livro, é alhures substituído por dizeres populares. Que há de mais ligeiro neste mundo? O pensamento, dizia a sabedoria das nações e frei Vicente escreve, infra 123: a caravela era um pensamento.

Às vezes sorri uma ironia delicada nas paginas da História. *Contavam os índios da Bahia que Sumé, transformado pelos colonos em S. Tomé, deu uma passada de meia légua da praia para a ilha da Maré. Para onde foi depois, ignoravam. "Devia de ser indo pera a Índia", insinua Frei Vicente, infra 103; "que quem tais passadas dava bem podia correr todas estas terras e que as havia de correr também convinha que desse tais passadas".*

Seu livro afinal é uma coleção de documentos, antes reduzidos que redigidos, mais histórias do Brasil do que história do Brasil. Isto que talvez esmoreceu o entusiasmo de Manuel Severim de Faria, acostumado a obras vazadas em outros moldes, é o que constituirá sempre para nós o encanto e o pico do velho baiano.

Imaginemos que a História *de Frei Vicente, em vez de ficar enterrada e perdida tantos anos, viesse logo à luz; as conseqüências podiam ter sido consideráveis: serviria de modelo.*

Os arquivos estavam completos e teriam sido consultados com as limitações impostas pelo tempo. As entradas sertanejas teriam atraído a atenção, e o conhecimento delas não ficaria em nomes escoteiros, sem indicações biograficas, sem achegas geográficas, meros "sujeitos sem predicados". Muitas anedotas teriam sido colhi-

das, quebrando a monotonia pedestre ou solene com que os Rochas Pitas, os Berredos, os Jaboatões afrontaram a publicidade.

Frei Vicente ultimou a História do Brasil *em 1627; só um século mais tarde saía Sebastião da Rocha Pita com uma História... da América portuguesa.*

Rio/S. Paulo, junho de 1918.

. . . .

Dedicatória

AO LICENCIADO MANUEL SEVERIM DE FARIA,

CHANTRE NA SANTA SÉ DE ÉVORA

O MOTIVO *que teve Aristóteles para se divertir da especulação a que seu gênio e inclinação natural o levava, como consta da sua Lógica, Física e Metafísica, e dar-se a escrever livros históricos e morais, quais as suas Éticas e Políticas e a História de animais, além de lho mandar o grande Alexandre e lhe fazer as despesas, foi ver também que estimava tanto o livro de Homero, em que se contam os feitos heróicos de Aquiles e de outros esforçados guerreiros que (segundo refere Plutarco* [in Vita Alexandri]) *de ordinário o trazia consigo, ou, quando o largava da mão, o fechava em escritório guarnecido de ouro e pedras preciosas, melhor peça que lhe coube dos despojos de Dario, ficando-lhe na mão a chave, que de ninguém a fiava. E com muita razão, porque (como diz Túlio* [*2.* de Oratore]) *os livros históricos são luz da verdade, vida da memória, e mestres da vida; e Diodoro Sículo diz* in proemio sui operis *que estes igualam os mancebos na prudência aos velhos, porque a que os velhos alcançam com larga vida e muitos discursos, podem*

os mancebos alcançar em poucas horas de lição, assentados em suas casas. Eis aquí a razão por que o grande Alexandre tanto estimava o livro de Homero e, se hoje houvera muitos Alexandres, também houvera muitos Homeros, porque, como diz Ovídio,

> Scribentem juvat ipse favor, minuitque laborem:
> Cumque suo crescens pectore fervet opus.

O favor ajuda o escritor, alivia-lhe o trabalho, anima-o e dá-lhe fervor à sua obra; porém o que agora vemos é que, querendo todos ser estimados e louvados dos escritores, há mui poucos que os louvem e estimem, e menos que lhes façam as despesas. Só temos a Vossa Mercê em Portugal que os estima e favorece tanto como se vê na sua livraria, que quase toda tem ocupada de livros históricos, e principalmente no que fez de louvores dos três historiadores portugueses, Luís de Camões, João de Barros, e Diogo do Couto, favor tão grande para escritores de histórias que se pode dizer, e assim é, que aos mortos dá vida, ressuscitando-lhes a memória, que já o tempo lhes tinha sepultada, e aos vivos excita, dá ânimo, e fervor, para que saiam à luz com seus escritos, e folgue cada um de contar e compor sua história. Este foi o motivo que tive para sair com esta do Brasil, junto com Vossa Mercê ma querer fazer de tomar a impressão à sua custa para em tudo se parecer com Alexandre.

Outro tive, que foi pedir-me Vossa Mercê, e pelo conseguinte mandar-me, pois os rogos dos senhores têm força de preceitos: Glos il Unica, et in L. 1ª ff., quod Iussu, *donde é aquele verso:*

> Est rogare ducum species violenta jubendi.

E assim foi este de tanta força que não só executei por mim, mas incitei a um amigo que a mesma história compusesse em verso, de sorte que pudesse dizer o que disse Santo Agostinho ao santo bispo Simpliciano, que, havendo-lhe pedido um tratado breve

em declaração de certas dificuldades, lhe ofereceu dois livros inteiros, desculpando-se ainda, com ser a letra tanta que pudera causar fastio, de não satisfazer ao que lhe fora pedido, conforme ao desejo do suplicante. São suas palavras as que se seguem: Vereor ne ista, quae sunt a me dicta, et non satisfecerint expectationi et taedio fuerint gravitati tuae, quandoquidem et tu ex omnibus quae interrogasti unum a me libellum mitti velles, ego duos libros, eosdemque longissimos misi, et fortasse quaestionibus nequaquam expedite diligenter respondi. Aug. *lb. 2º quoestion. ad Simplic.* [ ]

Desta maneira, havendo-me Vossa Mercê pedido um tratado das coisas do Brasil, lhe ofereço dous, leitura que pudera causar fastio, se o diverso método a não variara e dera apetite; e contudo receio de não satisfazer a curiosidade de Vossa Mercê, segundo sei que gosta desta iguaria. Donde tomei também motivo, para a dedicar a Vossa Mercê, e não a outrem, lembrando-me que, por dar Jacó a Isaque seu pai uma de que gostava, alcançou a bênção como a mãe lhe havia certificado, dizendo: Nunc ergo, fili mi, acquiesce consiliis meis: et pergens ad gregem, affer mihi duos edos ut faciam ex eis patri tuo, quibus libenter vescitur; quas cum intuleris, et comederit benedicat tibi.

Bem enxergou o santo velho; ainda que cego, que Jacó o enganava, pois o conheceu pela voz: Vere quidem vox Jacob est; *mas, levado do gosto da iguaria a que era afeiçoado, depois da inspiração do Céu lhe concedeu a bênção. Esta, peço eu a Vossa Mercê, e com ela não tenho que temer a maldizentes.*

Nosso Senhor vida, saúde e estado conserve e aumente a Vossa Mercê, como os seus lhe desejamos.

Bahia, 20 de dezembro de 1627.

Servo de Vossa Mercê
FREI VICENTE DO SALVADOR

Livro primeiro do Descobrimento do Brasil

. . . .

Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais, aves, peixes, animais, etc., do mesmo Brasil

PERDERAM-SE *neste livro as estampas do Brasil (p. 19), caju e do ananás (p.32), do monstro marinho de São Vicente (p.46)*

Os capítulos têm numeração seguida, mas não recém-intactos.

Pág. 103 diz o autor já ter tratado da banana de S. Tomé, a que não se encontra referência neste; do trigo de S. Paulo trata no cap. 8°, não no 9°, como afirma pág. 50; no 10°, depois de tocar de leve nas aves, passa bruscamente aos peixes que não constam do título; dos aimorés trata no cap. 13° não no 15°, como afirma no livro IV, p. 377.

Algumas das fontes em que se instruiu podem ser isoladas.

O capítulo 1° funda-se na Ásia de João de Barros, Déc. *1° livro 5° cap. 1° e seguinte, Lisboa 1552.*

O capítulo 1° funda-se na Ásia de João de Barros, Déc. *1° livro 5° cap. 1° e seguinte, Lisboa 1552.*

O cap. 3° condensa os caps. 17 e 18 da primeira parte da Crônica de D. João III, *de Francisco de Andrade, Lisboa 1613.*

De P.M. de Gândavo, História da Província de Santa Cruz, *Lisboa 1576, procedem a comparação do Brasil com uma harpa (p. 19), a descrição do monstro marinho de São Vicente (p. 46), a observação sobre as letras que faltam ao tupi (p. 52) e talvez algumas minúcias mais.*

Neste livro os conhecimentos e a experiência pessoais do autor dispensavam-no de recorrer a outras autoridades.

São-lhe desconhecidos os documentos originais do período. Dentre estes cabe o primeiro lugar ao tratado assinado em Tordesilhas a 7 de junho de 1494, muitas vezes impresso, cujo trecho essencial é o seguinte (Alg. Doc. da Torre do Tombo, 74/75, Lisboa 1892):

...a Sus Altesas plaze & los dichos sus procuradores en su nonbre & por vertud de los dichos sus poderes otorgaron & consintieron que se haga & sinãle por el dicho mar oçeano una raya o linea derecha de polo a polo, conviene a saber, del polo artico, al polo antartico que es de norte a sul, la qual raya o linea se aya de dar & dê derecha, como dicho es, a resientas & setenta]eguas de las yslas del Cabo Verde, hasia ia parte del poniente, por grados o por otra manera, como mejor & mas presto se pueda dar, de manera que non sean mas, & que todo lo que hasta aquj se ha fallado & decubierto, & de aquj a delante se ailire & descubriere por ei dicho señor Rey de Portugal & por sus navios, asy ysias, como tierra firme, desde la dicha raya & linea, dada en la forma suso dicha, yendo por la dicha parte del levante, dentro de la dicha raya a la parte del levante, o del norte, o del sul della, tanto que no sea atravesando la dicha raya que esto sea & finque & perteneca al dicho señor Rey de Portugal y a sus subçessores para siempre jamas.

A bula de Júlio 2° de 24 de janeiro de 1506, que autorizou o Arcebispo de Braga e o Bispo de Viseu a confirmarem o tratado, está em Alguns Documentos da Torre do Tombo 142/143.

Do Tratado de Tordesilhas não consta a escolha da ilha de São Antão ou de qualquer outra para ponto de partida, o que posteriormente deu lugar a grandes controvérsias. Sobre as negociações do convênio escreveu H. Harrisse – The diplomatic history of America*, Londres, 1897; sobre a linha de demarcação cf. entre outros muitos J. Denucé, Magellan,* La question da Moluques, *Bruxelles, 1910.*

A carta de Pero Vaz de Caminha, datada de 1° de maio de 1500, véspera da partida de Porto Seguro para a Índia, verdadeiro diário a começar de 26 de abril, depois de decidido mandar um mensageiro ao Reino, contém a narrativa incomparável da viagem de Pedro Álvares Cabral. Divulgou-a primeiro Aires de Casal em 1817 em sua Corografia*, e tem sido reproduzida várias vezes e vertida em muitos idiomas. Na Bahia imprimiu-se em fac-símile*

em 1900. Pouco lhe adiantam a relação de um piloto da expedição, conhecida desde 1507 (J. C. Rodrigues, Bib. Bras. 432/441, Rio, 1907) e a carta de Mestre João, descoberta e publicada por Varnhagen na Rev. Trim. de 1843 (cf. Alguns Documentos da Torre do Tombo 122/123, aonde se corrigiu a assinatura de Johanes Emeneslaus para Johanes artium et medicine bachalaurius).

Segundo Gaspar Correia, nas Lendas da Índia, a notícia do descobrimento do Brasil foi levada ao reino por André Gonçalves, mestre do navio de Vasco da Gama mas o mestre do S. Gabriel foi Gonçalo Álvares (T. de Aragão, Vasco da Gama e a Vidigueira[3], 36, Lisboa, 1898); e contra o testemunho de Gaspar Correia, Huemmerich (Vasco da Gama, etc., Munique, 1898) contém argumentos a que não resistem a memória de Cândido Mendes, Rev. Trim., 39, II, nem o opúsculo do revisor desta edição sobre de armada de D. Nuno Manuel.

Em 1852 J. Norberto aventou se o descobrimento do Brasil seria casual ou não, R. T., 15, cf. R. T., 18. A este respeito podem consultar-se o estudo de Baldaque da Silva no volume da Academia das Ciências de Lisboa comemorativo do descobrimento da América, e João Ribeiro, O Fabordão, Rio, 1910, que dá uma reprodução Diplomática da carta de Caminha.

A questão da não casualidade é dupla.

Implica que, antes de Cabral, algum europeu, português ou não, já estivera no Brasil? E bem possível.

Significa que Cabral modificou o roteiro de Gama, preferindo o de Colombo no hemisfério sul? Não é impossível, nem seria novidade. "Muitas opiniões houve nestes termos de Portugal nos tempos passados entre alguns leterados acerca do descobrimento das Etiópias, de Guiné e das Índias; porque uns diziam que não curassem de descobrir ao longo da costa do mar, e que melhor seria irem pelo pego, atravessando o golfão até topar em alguma terra da Índia ou vizinha dela, e por esta via se encurtaria o caminho", escreve no cap. 4 do 3° livro Do Esmeraldo de Situ orbis, Duarte Pacheco, companheiro de Cabral, p. 137, da edição de Epifânio Dias, Lisboa, 1905.

De P. A. Cabral publicou bem informada biografia J. R. McClymont, Londres, 1914; como acaba de apurar Braamcamp Freire, Rev. de história, 6, 281, Lisboa 1917, só casou depois de voltar da Índia; por que motivo não foi mais empregado nas armadas seguintes ainda hoje se ignora. D. Manuel I "foi muito dado à astrologia judiciária, entanto que no partir das naus para a

Índia ou no tempo que as esperava, mandava tirar juízos por um grande astrólogo português, morador em Lisboa, per nome Diogo Mendes ... e depois deste falecer com Tomás de Torres, seu físico", informa Damião de Góis, Crônica de D. Manuel, *4, c. 84; talvez algum horóscopo impróprio determinasse a exclusão do descobridor do Brasil. Também Vasco da Gama, depois da segunda expedição só tornou à Índia com o novo rei, sucessor do Venturoso.*

Sobre frei Henrique escreveu Levi Maria Jordão, tratando dos bispos de Ceuta e Tânger, Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, *n. s., 2, 1863. De Fernando da Soledade, Hist. Seráfica, 3, 489, Lisboa 1705, constam os nomes dos frades que o acompanharam: frei Gaspar, frei Francisco da Cruz, frei Simão de Guimarães, frei Luís do Salvador, frei Mafeu, frei Pedro Neto, frei João da Vitória.*

Segundo tradição constante, o Porto Seguro de Cabral passou a denominar-se Santa Cruz; o mesmo deduz-se claramente da carta de Caminha; entretanto Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, afirma que o fundeadouro foi entre a ponta Gorda e a foz do rio Buranhém. A seu artigo publicado na R.T. 11, 40, II, respondeu Beaurepaire Rohan ib. 43, II: cf S. P. de Carvalho e Aragão, Est. sobre a baía Cabrália e Vera Cruz, *Bahia 1899.*

Sobre Caminha publicou Sousa Viterbo Pero Vaz de Caminha e a primeira narrativa do descobrimento do Brasil, *Lisboa 1902: cf.* R.T.*, 71,II, 109/122.*

Sobre o casamento e choco (couvade) *dos índios orienta Anchieta* R.T. *8, 256/262, cf. C. Rivara,* Cat. dos mss. da bibl. publ. eborense, *1, 16, Lisboa, 1850.*

Em sua antropofagia e quebra de cabeças havia um que de ritual, como o autor implica e afirma Moreno de Almeida, Mem. do Maranhão, *2, 198, 218.*

Apuabetó (p. 52), designando os índios da língua geral, só aparece aqui em frei Vicente. A palavra está evidentemente deturpada por ignorância de copista: etó deve ser eté, sufixo que significa legítimo, verdadeiro, genuíno (cf cuer e na); apiaba (cf. apiapetinga, apiacá, índios da língua geral) indica certo órgão do sexo masculino: a explicação foi dada verbalmente há muitos anos por Batista Caetano, autor do grande dicionário guarani, An. da Bibl. Nac.*, 7, Rio, 1879.*

Vários escritores coloniais chamam línguas travadas os numerosos falares tapuias, diversos da língua geral. Os que falavam esta chamavam nhe-engaíbas, tapuias, guaianases, etc., aos de línguas travadas.

Pelo estudo das línguas indígenas tem se procurado combater as relações entre as diferentes tribos. Iniciou as investigações o célebre botânico Martius; continuaram-nas Carlos von den Steinen, o explorador do Xingu, Lucien Adam, Paul Ehrenreich, Raoul de la Grasserie, P. Rivet, R. Schuller e outros. O resumo da questão feito por P. Ehrenreich no Archiv für Anthropologie *de Braunchweig data de treze anos e precisaria de ser refeito.*

Os grupos principais até hoje apurados são:

1º Tupis-guaranis*, localizados na Bolívia oriental, Paraguai, Argentina e litoral brasileiro, até o Rio Grande do Norte: depois da chegada dos portugueses houve diversas migrações para o Maranhão e Pará. No Amazonas houve migrações contemporâneas destas e também as houvera anteriormente. Já começam ser ali distinguidos os tupis puros, como os que chegavam da foz até o Xingu, os tupinambaranas do baixo Madeira, os omáguas do Solimões, e os tupis impuros como os mundurucus, maués. A impureza da língua atesta o trato diuturno com gentes halófilas e por conseguinte antiguidade da migração: cf P. Rivet, "Aflinités du Myrania" no* Journal de la Societé des Américanistes de Paris, Paris*, 1911. Em Levasseur,* Le Brésil[2]*, 89/92, Paris, 1889, lêem-se "Quelques notes sur la langue tupi", escritas por D. Pedro II. Lucien Adam publicou* Matériaux pour servir à l'établissement d'une grammaire comparée des dialectes de la lanque tupi*, Paris, 1896.*

2º Os guaicurus *no Uruguai, no Rio Grande do Sul (xarruas, genoas, etc.), talvez em S. Paulo (xavantes?), no Paraguai, em Mato Grosso: cf. R. R. Schuller, nos* Anales de la Universidad, *Santiago de Chile, 1906.*

3º Maipures ou nu-aruaks *(*nu *é o possessivo da primeira pessoa do singular) nas guaianas, no baixo e médio Amazonas e seus afluentes, ainda hoje numerosos na bacia do Purus; os parecis em Mato Grosso, moxos, baurés, etc., na Bolívia; seus representantes mais meridionais parecem os guanás, no Paraguai. De todos os grupos é o mais disseminado, e há grandes variações entre os diversos idiomas em que se reparte. Começo de comparação entre alguns oferece Júlio C. Telo,* Arawark, *Lima, 1913, Segundo R. Schuller deve se incluir entre estes os carajás de Goiás e Mato Grosso. Cf. Koch-Grünberg,* Aruak-Sprachen

Nordwestbrasiliens und der anqrenzenden Gebiete*, 1911, sep. da revista da Sociedade Antropológica de Viena.*

4º Cariris*, primeiros habitantes de grande extensão do litoral, onde ainda os portugueses os encontravam em partes do Maranhão e do Ceará e à esquerda do baixo S. Francisco, alhures já repelidos para o sertão antes da chegada dos europeus. Começavam pelo menos no Paraguaçu e chegaram talvez ao Itapucuru no Maranhão. Parecem de todo extintos e não ter tido representantes fora do Brasil. Lucien Adam publicou um estudo comparativo da língua, Paris, 1897.*

5º Os gés*, nome dado por Martius, tirado da terminação* gé *ou* gué *de muitas tribos: quase restritos ao Brasil. Ainda hoje representam-se nos apinagés, craós, acuéns de Goiás, suiás do Xingu, cãigãgs, os chamados bugres de S. Catarina e coroados do Rio Grande do Sul. Segundo alguns filiam-se a eles os botocudos de Espírito Santo e Minas. Vocabulários destes deram Ehrenreich,* Zeitchrift für Etknologie*, 19, Berlim, 1887, e Bruno Rudolf Wöterbuch der Hamburg, 1909.*

Dos caiapós – ibirajaras, bilreiros ou caceteiros dos antigos cronistas –, deu um esboço gramatical frei Antônio Maria Sala, no Antropos*, 9, 238/240, Viena, 1914. Segundo este, os caiapós a si mesmos chamam meibonokren. Sobre os cãigãgs cf. T. Borba,* Atualidade indígena*, Curitiba, 1908.*

6º Os caraíbas*, ainda encontrados com o nome de bacaeris no Paranatinga e no Xingu, os extintos pimenteiras de Piauí e Pernambuco; existentes nas guaianas, sob várias denominações em que predomina o sufixo goto ou koto, sinal de plural. Sobre sua língua fundamental é Die Bakairi-Sprache de C. von Steinen, Leipzig, 1892; cf. o estudo comparativo de Lucien Adam, Paris, 1894, C. H. de Goeje,* Études linguistiques – Caraíbes*, Amsterdam, 1910.*

7º Os panos*, que primeiro identificou Raul de la Grasserie, seguido de Carlos von den Steinen, Paul Rivet, G. de Créqui-Monfort, aparecem desde o Madeira até o Ucaiale, sob diversas denominações em que predomina* náwa *ou* nawá*, que significa gente. Paul Rivet dá copiosa bibliografia do assunto: "Sur quelquer dialectes panos peu connus" na* Journal des Américanistes de Paris*, 7. Hestermann anunciava uma gramática comparada do grupo. Sobre a língua dos caxinauás do Tarauacá publicou um livro contendo gramática, textos e o glossário o revisor desta edição, Rio, 1914.*

8º Os betóias *disseminados pelo Solimões e pelas Guaianas: deles se têm ocupado especialmente P. Rivet e H. Beuchat nas* Mémoires de la Société de Linguistigue*, 17, Paris, 1911, e Koch-Grünberg,* Antropos*, 6, 8, 9.*

Estes estudos, iniciados há apenas cinqüenta anos, tomaram maior impulso depois da exploração do Xingu por Carlos von den Steinen: novos elementos podem esperar-se das expedições de Cândido Rondon: constitui brilhante premissa E. Roquette Pinto, Rondônia*, Rio, 1917.*

Alguns dos grupos estão pedindo rigorosa revisão, igual à que sofreu o grupo Guck ou Coco de Martius por parte de C. von den Steinen, dando em resultado a separação dos caraíbas e aruãs. Só depois deste trabalho, para o qual muito hão de contribuir os escritos de antigos missionários acaso escondidos nas bibliotecas e nos arquivos dos dois mundos, será possível determinar a distribuição geográfica, distinguir as migrações pré-colombianas e iniciar sua cronologia.

Alguns fatos desde já chamam a atenção.

Do Amazonas só excepcionalmente aparecem índios de língua geral na margem esquerda; na margem direita são em maior número, mas em geral formam núcleos salteados, de pequena densidade para o sertão; em muitos encontrou-se a tradição de chegada recente; assim não apresenta grande verossimilhança a idéia de que os tupis partiram de lá para o Sul.

Desde a foz do Amazonas até muito além do Tapajós por um lado, até muito além do rio Negro por outro e alastrando pelos afluentes e contravertentes de ambos predominava o grupo dos Nu-aruaques.

Os caraíbas são fracamente representados na bacia amazônica; provavelmente passaram muito a oeste, se de fato emigraram de Mato Grosso para as Guaianas, como geralmente se admite.

Se os botocudos atuais pertencem ao grupo Jé, é mais compreensível que viessem do interior para o litoral do que o contrário, como pensava Paulo Ehrenreich. A idéia, proclamada por ele e C. von den Steinen, de escolher para ponto de partida de qualquer grupo aquele em que aparece mais destituído de haveres culturais é sem dúvida luminosa e fecunda, mas não infalível.

Sobre a distribuição geográfica dos Jês há um excelente mapa de T. Sampaio, na R.T.*, 75, Rio, 1913.*

. . . .

Capítulo primeiro

Como foi descoberto este estado.

A terra do Brasil, que está na América, uma das quatro partes do Mundo, não se descobriu de propósito e de principal intento, mas acaso, indo Pedro Álvares Cabral, por mandado de el-rei Dom Manuel no ano 1500 para a Índia por capitão-mor de doze naus. Afastando-se da costa de Guiné, que já era descoberta ao Oriente, achou esta outra ao Ocidente, da qual não havia notícia alguma; foi a costeando alguns dias com tormenta até chegar a um porto seguro, do qual a terra vizinha ficou com o mesmo nome. Ali desembarcou o dito capitão com os seus soldados armados para pelejarem, porque mandou primeiro um batel com alguns a descobrir campo, e deram novas de muitos gentios que viram; porém não foram necessárias armas, porque só de verem homens vestidos e calçados, brancos e com barba (do que tudo eles carecem) os tiveram por divinos e mais que homens, e assim chamando-lhe caraíbas, que quer dizer na sua língua cousa divina, se chegaram pacificamente aos nossos.

Donde, assim como os índios da Nova Espanha, quando viram desembarcar nela os espanhóis, lhes chamaram *viracoches*, que significa escumas do mar, parecendo-lhes que o mar os lançara de si como escumas, e este nome lhes ficou sempre, assim somos ainda destoutros chamados

caraíbas e respeitados mais que homens. Mas muito mais cresceu neles o respeito quando viram a oito frades da ordem do nosso padre S. Francisco, que iam com Pedro Álvares Cabral, e por guardião o padre frei Henrique, que depois foi bispo de Ceuta, o qual disse ali missa e pregou, onde os gentios ao levantar da hóstia e cálice se ajoelharam e batiam nos peitos como faziam os cristãos, deixando-se bem nisto ver como Cristo Senhor Nosso neste divino sacramento domina os gentios, que é o que a Igreja canta em o Invitatório de suas matinas, dizendo: *Christum regem dominantem gentibus, qui se manducantibus dat spiritus pinguedinem, venite, adoremus*. Do deus Pã diziam os antigos gentios que dominava e era senhor do universo, e disseram verdade se o entenderam deste Pão divino; porque sem falta ele é o deus que tudo domina, e apenas há lugar em toda a Terra onde já não seja venerado, nem nação tão bárbara de que não seja querido e adorado, como estes brasis bárbaros fizeram. Bem quiseram os nossos frades, pela facilidade que nisto mostraram para aceitarem a nossa fé católica, ficar-se ali, para os ensinarem e batizarem; mas o capitão-mor, que os levava para outra seara não menos importante, se partiu dali a poucos dias com eles para a Índia, deixando ali uma cruz levantada como também dois portugueses degradados para que aprendessem a língua, e despediu um navio a Portugal de que era capitão Gaspar de Lemos com a nova a el-rei D. Manuel que a recebeu com o contentamento que tão grande cousa e tão pouco esperada merecia.

. . . .

Capítulo segundo

Do nome do Brasil.

O dia que o capitão-mor Pedro Álvares Cabral levantou a cruz, que no capítulo atrás dissemos, era a 3 de maio, quando se celebra a invenção da santa cruz em que Cristo Nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs nome à terra que havia descoberta de Santa Cruz e por este nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o Demônio com o sinal-da-cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos, do qual há muito nesta terra como que importava mais o nome de um pau que tingem passos, que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja, e sobre que ela foi edificada e ficou tão firme e bem fundada como sabemos. E porventura por isto, ainda que ao nome de Brasil ajuntaram o de estado e lhe chamam estado do Brasil, ficou ele tão pouco estável que, com não haver hoje cem anos, quando isto escrevo, que se começou a povoar, já se hão despovoados alguns lugares e, sendo a terra tão grande e fértil como ao diante veremos, nem por isso vai em aumento, antes em diminuição.

Disto dão alguns a culpa aos reis de Portugal, outros aos povoadores: aos reis pelo pouco caso que hão feito deste tão grande estado, que nem o título quiseram dele, pois, intitulando-se senhores de Guiné, por uma

caravelinha que lá vai e vem, como disse o rei de Congo, do Brasil não se quiseram intitular; nem depois da morte de d'el-rei D. João Terceiro, que o mandou povoar e soube estimá-lo, houve outro que dele curasse, senão para colher as suas rendas e direitos. E deste mesmo modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal e, se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como aos papagaios, aos quais a primeira cousa que ensinam é: papagaio real para Portugal, porque tudo querem para lá. E isto não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída. Donde nasce também que nem um homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular. Não notei eu isto tanto quanto o vi notar a um bispo de Tucumã da ordem de S. Domingos, que por algumas destas terras passou para a corte. Era grande canonista, homem de bom entendimento e prudência, e assim ia muito rico. Notava as cousas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer e nada lhe traziam, porque não se achava na praça nem no açougue e, se mandava pedir as ditas cousas e outras muitas a casas particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as cousas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa. E assim é que, estando as casas dos ricos (ainda que seja à custa alheia, pois muitos devem quanto têm) providas de todo o necessário, porque têm escravos, pescadores e caçadores que lhes trazem a carne e o peixe, pipas de vinho e de azeite que compram por junto, nas vilas muitas vezes se não acha isto de venda. Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras cousas públicas é uma piedade, porque, atendo-se uns aos outros, nem um as faz, ainda que bebam água suja e se molhem ao passar dos rios ou se orvalhem pelos caminhos, e tudo isto vem de não tratarem do que há cá de ficar, senão do que hão de levar para o reino.

Estas são as razões por que alguns com muita dizem que não permanece o Brasil nem vai em crescimento; e a estas se pode ajuntar a que atrás tocamos de lhe haverem chamado estado do Brasil, tirando-lhe o de Santa Cruz, com que pudera ser estado e ter estabilidade e firmeza.

Capítulo III

Da demarcação da terra e da costa do Brasil com a do Peru e Índias de Castela.

GRANDES dúvidas e diferenças se começavam a mover sobre as conquistas das terras do Novo Mundo, e houveram de crescer cada dia mais, se os reis católicos de Castela, D. Fernando e D. Isabel, sua mulher, e el-rei de Portugal D. João Segundo, que as iam conquistando, não atalharam com um concerto que entre si fizeram, de que também deram conta ao Papa e houveram sua aprovação e beneplácito. O concerto foi que de uma das ilhas de Cabo Verde, chamada S. Antão, se medissem trezentos e setenta léguas para o oeste e, dali lançando uma linha meridiana de Norte a Sul, todas as terras e ilhas que estavam por descobrir desta linha para a parte do Oriente fossem da Coroa de Portugal, e as ocidentais da Coroa de Castela. Conforme a isto, diz Pedro Nunes, famoso cosmógrafo, que a terra do Brasil da Coroa de Portugal começa além da ponta do rio das Amazonas, da parte do oeste, no porto de Vicente Pinson que demora em dois graus da linha equinocial para o norte, e corre pelo sertão até além da baía de S. Matias, por quarenta e quatro graus, pouco mais ou menos, para o sul, e por esta medida (diz o mesmo cosmógrafo) tem o Brasil pela costa mil e quinhentas léguas. Porém, dado que assim seja na teoria, a prática é não chegar o Brasil mais que até o rio da Prata, que está em trinta e cinco

graus, e contudo ainda tem mais de mil léguas por costa, porque, posto que em algumas partes corre de Norte a Sul, que são os graus só de dezessete léguas e meia, todavia pela maior parte, que é para o sul do cabo de Santo Agostinho até o rio da Prata, corre de nordeste a sudoeste que são de vinte e cinco léguas e para o norte do cabo Branco até o rio das Amazonas quase de leste a oeste, onde se altera o grau, se multiplicam as léguas, e assim não é muito que em trinta e cinco graus haja tantas. Donde se colige também que é a terra do Brasil da figura de uma harpa, cuja parte superior fica mais larga ao norte correndo do Oriente ao Ocidente, e as colaterais, a do sertão de norte a sul, e da costa do nordeste a sudoeste, se vão ajuntar no rio da Prata em uma ponta à maneira de harpa, como se verá no mapa-múndi e na estampa seguinte.

....

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos.

Depois do sobredito concerto e demarcação se moveram ainda novas dúvidas sobre a conquista destas terras, porque um português por nome Fernão de Magalhães, homem de grande espírito e de muita prática e experiência na arte de navegação, por um agravo que teve de el-rei D. Manuel, por lhe não mandar acrescentar um tostão à moradia que tinha para ficar igual à de seus antepassados, se tirou do seu serviço e se passou ao imperador Carlos Quinto, oferecendo-se a lhe dar maiores proveitos da Índia do que tinham os portugueses, e por viagem mais breve e menos custosa e perigosa que a sua, por um estreito que ele novamente descobrira na costa do Brasil, e lhe pôs também as ilhas de Maluco na demarcação de Castela. Ao que o imperador não somente deu orelhas, mas admitiu ao seu serviço e, posto que el-rei lhe escreveu logo fazendo-lhe as lembranças necessárias, não deixou de dar navios e gente a Fernão de Magalhães, com que cometeu a viagem, e foi pelo estreito às ilhas de Maluco, onde todos se perderam exceto um que, depois de passar muitos trabalhos e perigos e cinco meses de fome estreitíssima, de que lhe morreram vinte e uma pessoas, os que ficaram vivos, constrangidos da extrema necessidade, arribaram à ilha de Cabo Verde, onde os portugueses, enquanto não souberam da viagem que

traziam, os agasalharam e proveram com todos os mantimentos e refrescos necessários, porque os castelhanos diziam virem das Antilhas. Mas, depois que entenderam a verdade, determinaram secretamente de lançar mão da nau e a fazerem deter até darem aviso ao reino, o que também aventaram os castelhanos, e se fizeram à vela com tanta pressa que não tiveram tempo de recolher o seu batel, e os da ilha o tomaram com treze homens que estavam em terra e os mandaram logo a el-rei com novas do que passava.

El-rei, que já nesse tempo era D. João Terceiro, por falecimento de el-rei D. Manuel, que havia um ano era morto a 13 de dezembro de 1521, mandou logo quatro caravelas em busca do navio, mas, por maior pressa que se deram, acharam novas que já era aportado em Sevilha. Pelo que determinou no seu conselho de mandar pedir ao imperador toda a especiaria que o navio trouxera das ilhas de Maluco, por estarem dentro da sua demarcação, e que não quisesse começar a dar motivo de se quebrarem as pazes que por ambos estavam ratificadas e assim o escreveu ao imperador. E a Luís da Silveira, que havia mandado por seu embaixador a Castela sobre casamentos e alianças, escreveu mudasse a substância da embaixada e só tratasse deste negócio, como também o mandou fazer ao imperador pelo seu secretário que estava em Portugal, Cristóvão Barroso. Ao qual escreveu que falasse logo a el-rei e lhe desse uma carta que sobre isso lhe escrevia, em que se queixava muito de todas essas cousas, e principalmente de lhe mandar no alcance da sua nau, que vinha carregada de especiaria das terras que cabiam na sua demarcação sem tocar por toda a Índia e que isto era quebrar as capitulações antigas e novas das pazes que estavam assentadas e juradas de um reino a outro, sendo todos os navios portugueses por seu mandado mui bem recolhidos em todos os portos de seus senhorios. Por onde lhe pedia que mandasse soltar os presos e castigar na ilha os que os prenderam, às quais queixas se respondeu de parte a parte que se poriam em juízo e se julgaria o que fosse justiça. Mas sem falta se viera o negócio a averiguar pelas armas; se não se efetuaram neste tempo os casamentos d'el-rei com a rainha D. Catarina, irmã do imperador, e do imperador com a imperatriz D. Isabel, irmã d'el-rei, com que ficaram duas vezes cunhados e irmãos, e pelo conseguinte em muita paz e amizade.

Também el-rei Francisco de França, desejoso de ter parte nos grandes proveitos que diziam tirar-se destas terras, começou a argüir novas

dúvidas sobre a demarcação que entre si os reis de Portugal fizeram com os de Castela, da qual ele se lançara de fora sendo requerido para isso, e agora sentia muito a renunciação que tinha feito. Donde se veio a dizer que, pelo desgosto que tinha destes dois reis de Portugal e Castela repartirem entre si o mundo e o demarcarem à sua vontade, consentia andarem os seus vassalos pelo mar tão soltos que não somente roubavam os navios, mas cometiam as ditas terras e as queriam povoar, principalmente as do Brasil, como adiante veremos.

Capítulo IV

Do clima e temperamento do Brasil.

Opinião foi de Aristóteles e de outros filósofos antigos que a zona tórrida era inabitável, porque, como o sol passa por ela cada ano duas vezes para os trópicos, parecia-lhes que com tanto calor não poderia alguém viver. E confirmavam sua opinião, porque o sol aquenta com os seus raios *uniformiter diformiter* mais ao perto que ao longe, e por essa causa no inverno aquenta pouco, porque anda distante; *sed sic est* que na zona temperada, onde nunca entra, só pelo acesso que faz no verão enfermam e morrem os homens de calor; logo *a fortiori* na zona tórrida donde nunca sai há de ser mortífero. Porém a experiência tem já mostrado que a zona tórrida é habitável, e que em algumas partes dela vivem os homens com mais saúde que em toda a zona temperada, principalmente no Brasil, onde nunca há peste nem outras enfermidades comuns, senão bexigas de tempos em tempos, de que adoecem os negros e os naturais da terra, e isto só uma vez; sem a secundar nos que já as tiveram e, se alguns adoecem de enfermidades particulares, é mais por suas desordens que por malícia da terra.

A razão disto é porque, ainda que a terra do Brasil é cálida por estar a maior dela na zona tórrida, contudo é juntamente muito úmida, como se prova do orvalhar tanto de noite que nem depois de sair o sol a quatro horas se enxugam as ervas e, se alguém dorme ao sereno, se levanta pela manhã tão molhado dele como se lhe houvera chovido. Daqui vem também não

poder o sal e o açúcar, por mais que o sequem e resguardem, conservar-se sem umedecer-se, e o ferro e aço de uma espada ou navalha, por mais limpo e sacalado que seja, se enche logo de ferrugem. E esta umidade é causa de que o calor desta terra se tempere e faz este clima de boa complexão. Outra é pelos ventos leste e nordeste, que ventam do mar todo o verão do meio-dia pouco mais ou menos até a meia-noite, e lavam e refrescam toda a terra. A última causa é pela igualdade dos dias e das noites, porque (como dizem os filósofos) a extensão faz intenção; donde, se um pusesse ou tivesse a mão devagar sobre um fogo fraco de estopas ou de palhas, se queimaria mais que se depressa a passasse por um fogo forte. E por isto em Portugal, posto que o calor é mais remisso, se sente mais porque dura mais, e são maiores os dias no verão que as noites, mas no Brasil, ainda que mais intenso, dura menos e não aquenta tanto que o frio da noite o não atalhe que não chegue de um dia a outro. Donde se responde ao argumento de Aristóteles que o sol aquenta mais na zona tórrida que na temperada *intensivè* mas não *extensivè,* e que esta intenção de calor se modera com os ventos frescos do mar e umidade da terra, junto com a frescura do arvoredo de que toda está coberta; de tal sorte que os que a habitam vivem nela alegremente. E em que se verifica a opinião dos filósofos é nas cousas mortas, porque, estando nas outras terras a carne três ou quatro dias sã e incorrupta, e da mesma maneira o pescado, nesta não está vinte e quatro horas que se não dane e corrompa.

. . . .

Capítulo V

Das minas de metais e pedras preciosas do Brasil.

Já no capítulo terceiro comecei a murmurar da negligência dos portugueses que não se aproveitavam das terras do Brasil que conquistam, e agora me é necessário continuar com a murmuração, havendo de tratar das minas do Brasil, pois, sendo contígua esta terra com a do Peru, que a não divide mais que uma linha imaginária indivisível, tendo lá os castelhanos descobertas tantas e tão ricas minas, cá nem uma passada dão por isso, e quando vão ao sertão é a buscar índios forros, trazendo-os à força e com enganos para se servirem deles e os venderem com muito encargo de suas consciências. E é tanta a fome que disto levam que, ainda que de caminho achem mostras ou novas de minas, não as cavam nem ainda as vêem ou as demarcam.

Um soldado de crédito me disse que, indo de São Vicente com outros, entraram muitas léguas pelo sertão, donde trouxeram muitos índios, e em certa paragem lhes disse um que dali a três jornadas estava uma mina de muito ouro limpo e descoberto, donde se podia tirar em pedaços, porém que receava a morte se lha fosse mostrar, porque assim morrera já outro que em outra ocasião a quisera mostrar aos brancos. E dizendo-lhe estes que não temesse, porque lhe rogariam a Deus pela vida, prometeu que lha iria mostrar, e assentaram de partir no dia seguinte pela manhã, porque

aquele era já tarde. Com isto se apartou o índio para o seu rancho, e quando amanheceu o acharam morto e, como se morreram todos, não houve mais quem tivesse ânimo para descobrir aquela riqueza, que a mesma natureza (segundo dizia o índio) ali está mostrando descoberta.

Outra entrada fez um Antônio Dias Adorno, da Bahia, em que também achou de passagem muitas sortes de pedras preciosas, de que trouxe algumas mostras, e por tais foram julgadas dos lapidários.

De cristal sabemos em certo haver uma serra na capitania do Espírito Santo em que estão metidas muitas esmeraldas, de que Marcos de Azeredo levou as mostras a el-rei e, feito exame por seu mandado, disseram os lapidários que aquelas eram da superfície e estavam tostadas do sol, mas que, se cavassem ao fundo, as achariam claras e finíssimas. Pelo que el-rei lhe fez mercê do hábito de Cristo e de dois mil cruzados para que tornasse a elas, os quais se não deram, e o homem era velho e morreu sem haver mais até agora quem lá tornasse.

Também há minas de cobre, ferro e salitre, mas, se pouco trabalham pelas de ouro e pedras preciosas, muito menos fazem por estas outras. Não ponho culpa a el-rei, assim porque sei que nesta matéria lhe hão dado alguns alvitres falsos, e diz Aristóteles que é pena dos que mentem não lhes darem crédito quando falam verdade, como também porque não basta mandar el-rei se os ministros não obedecem, como se viu no das esmeraldas de Marcos de Azeredo.

. . . .

Capítulo VI

Das árvores agrestes do Brasil.

Há no Brasil grandiíssimas matas de árvores agrestes, cedros, carvalhos, vinháticos, angelins e outras não conhecidas em Espanha, de madeiras fortíssimas para se poderem fazer delas fortíssimos galeões e, o que mais é, que da casca de algumas se tira a estopa para se calafetarem e fazerem cordas para enxárcia e amarras, do que tudo se aproveitam os que querem cá fazer navios, e se poderá aproveitar el-rei se cá os mandara fazer. Mas os índios naturais da terra as embarcações de que usam são canoas de um só pau, que lavram a fogo e a ferro; e há paus tão grandes que ficam depois de cavados com dez palmos de boca de bordo a bordo, e tão compridas que remam a vinte remos por banda.

São também as madeiras do Brasil mui acomodadas para os edifícios das casas por sua fortaleza; e com elas se acha juntamente a pregadura, porque ao pé das mesmas árvores nascem uns vimes mui rijos, chamados timbós e cipós, que, subindo até o mais alto delas, ficam parecendo mastos de navios com os seus ovéns, e com estes atam os caibros, ripas e toda a madeira das casas que houveram de ser pregadas, no que se forra muito gasto de dinheiro, e principalmente nas grandes cercas, que fazem aos pastos dos bois dos engenhos, por que não saiam a comer os canaviais do açúcar e os achem no pasto, quando os houverem mister para a moenda, as quais cercas se fazem de estacas e varas atadas com estes cipós.

Ao longo do mar, e em algumas partes muito espaço dentro dele, há grandes matas de mangues, uns direitos e delgados de que fazem estas cercas e caibros para as casas, outros que dos ramos lhes descem as raízes ao lado e delas sobem outros, que depois de cima lançam outras raízes, e assim se vão continuando, de ramos a raízes, e de raízes a ramos, até ocupar um grande espaço, que é cousa de admiração.

Não é menos admirável outra planta que nasce nos ramos de qualquer árvore e ali cresce, e dá um fruto grande e mui doce chamado caragatá, e entre suas folhas, que são largas e rijas, se acha todo o verão água frigidíssima, que é o remédio dos caminhantes onde não há fontes.

Há muitas castas de palmeiras, de que se comem os palmitos e o fruto, que são uns cachos de cocos, e se faz deles azeite para comer e para a candeia, e das palmas se cobrem as casas.

Nem menos são as madeiras do Brasil formosas que fortes, porque as há de todas as cores, brancas, negras, vermelhas, amarelas, roxas, rosadas e jaspeadas, porém, tirado o pau vermelho a que chamam brasil, e o amarelo chamado tataisbã, e o rosado araribá, os mais não dão tinta de suas cores. E contudo são estimados por sua formosura para fazer leitos, cadeiras, escritórios e bufetes, como também se estimam outros porque estilam de si óleo odorífero e medicinal, quais são umas árvores mui grossas, altas e direitas chamadas copaíbas, que, golpeadas no tempo do estio com um machado, ou furadas com uma verruma ao pé, estilam do âmago um precioso óleo, com que se curam todas as enfermidades de humor frio, e se mitigam as dores que delas procedem, e saram quaisquer chagas, principalmente de feridas frescas posto com o sangue, de tal modo que nem fica delas sinal algum depois que saram. E acerta às vezes estar este licor tão de vez e desejoso de sair que, em tirando a verruma, corre com tanta quantidade como se tiraram o torno a uma pipa de azeite. Porém nem em todas se acha isto, senão em as que os índios chamam fêmeas, e esta é a diferença que têm dos machos, sendo em tudo o mais semelhantes. Nem só têm estas árvores virtude em o óleo, mas também em a casca, e assim se acham ordinariamente roçadas dos animais, que as vão buscar para remédio de suas enfermidades.

Outras ávores há chamadas caboreíbas, que dão o suavíssimo bálsamo com que se fazem as mesmas curas, e o Sumo Pontífice o tem declarado por matéria legítima da santa unção e crisma, e como tal se mistura e

sagra com os santos-óleos onde falta o da Pérsia. Este se tira também dando golpes em a árvore, e metendo neles um pouco de algodão em que se colhe, e espremido o metem em uns coquinhos para o guardarem e venderem.

Outras árvores se estimam ainda que agrestes, por seus saborosos frutos, que são inumeráveis as que frutificam pelos campos e matos, e assim não poderei contar senão algumas principais. Tais são: as saçapucaias de que fazem os eixos para as moendas dos engenhos, por serem rijíssimos, direitos e tão grossos como tonéis, cujos frutos são uns vasos tapados, cheios de saborosas amêndoas, os quais depois que estão de vez se destapam e, comidas as amêndoas, servem as cascas de grais para pisar adubos ou o que querem.

Maçurandubas, que é a madeira mais ordinária de que fazem as traves e todo o madeiramento das casas, por ser quase incorruptível; seu fruto é como cerejas, maior e mais doce, mas lança de si leite como os figos mal maduros.

Janipapos, de que fazem os remos para os barcos como em Espanha os fazem de faia, têm um fruto redondo tão grande como laranjas, o qual, quando é verde, espremido dá o sumo tão claro como a água do pote; porém quem se lava com ele fica negro como carvão, nem se lhe tira a tinta em poucos dias. Destas se pintam e tingem os índios em suas festas, e saem tão contentes nus, como se saíram com uma rica libré, e este fruto se come depois de maduro, sem botar dele nada fora.

Giitis é fruto de outras o qual, posto que feio à vista, e por isto lhe chamam coroe, que quer dizer nodoso e sarabulhento, contudo é de tanto sabor e cheiro que não parece simples, senão composto de açúcar, ovos e almíscar.

Os cajueiros dão a fruta chamada cajus, que são como verdiais, mas de mais sumo, os quais se colhem no mês de dezembro em muita quantidade, e os estimam tanto que aquele mês não querem outro mantimento, bebida ou regalo, porque eles lhes servem de fruta, o sumo de vinho, e de pão lhes servem umas castanhas que vêm pegadas a esta fruta, que também as mulheres brancas prezam muito, e secas as guardam todo o ano em casa para fazerem maçapães e outros doces, como de amêndoas e dá goma como a Arábia. A figura desta árvore e do seu fruto é a seguinte:

....

O mesmo tem outra planta que produz ananases, fruta que em formosura, cheiro e sabor excede todas as do mundo. Alguma tacha lhe põem os que têm chagas e feridas abertas, porque lhas assanha muito se a comem, trazendo ali todos os ruins humores que acha no corpo: porém isto antes argüi a sua bondade, que é não sofrer consigo ruins humores e purgá-los pelas vias que acha abertas, como o experimentam os enfermos de pedra, que lha desfaz em areias e expele com a urina, e até a ferrugem da faca com que se apara a limpa; a figura da planta e fruta é a seguinte:

....

Cultivam-se palmares de cocos grandes e colhem-se muitos, principalmente à vista do mar, mas só os comem e lhes bebem a água que têm dentro, sem os mais proveitos que tiram na Índia, onde diz o padre frei Gaspar no seu *Itinerário* a folhas quatorze, que das palmeiras se arma uma nau a vela e se carrega de todo o mantimento necessário sem levar sobre si mais que a si mesma.

Fazem-se favais de favas e feijões de muitas castas, e as favas secas são melhores que as de Portugal, porque não criam bicho, nem têm a casca tão dura como as de lá, e as verdes não são piores. A sua rama é a modo de vimes e, se têm por onde trepar, faz grande ramada.

Maracujós é outra planta que trepa pelos matos, e também a cultivam e põem em latadas nos pátios e quintais; dão fruto de quatro ou cinco sortes, uns maiores, outros menores, uns amarelos, outros roxos, todos mui cheirosos e gostosos. E o que mais se pode notar é flor, além de ser formosa é de várias cores e começa no mais alto em três folhinhas, que se rematam em um globo que representa as três divinas pessoas em uma divindade, ou (como outros querem) os três cravos que Cristo foi encravado, e logo tem abaixo do globo (que é o fruto) outras cinco folhas, que se rematam em uma roxa coroa, representando as cinco chagas e coroa de espinhos de Cristo Nosso Redentor.

Das árvores e plantas frutíferas que se cultivam em Portugal se dão no Brasil as de espinho com tanto viço e fertilidade que todo o ano há laranjas, limões, cidras e limas doces em muita abundância. Há também romãs, marmelos, figos, uvas de parreira, que se vindimam duas vezes por ano; e na mesma parreira (se querem) tem juntamente uvas em flor, outras em agraço, outras maduras, se as podam a pedaços em tempos diversos.

Há muitas melancias e abobras de quaresma e de conserva, muitos melões todo o verão, tão bons como os bons de Abrantes, e com esta vantagem que lá entre cento se não acham dois bons, e cá entre cento se não acham dois ruins.

Finalmente se dá no Brasil toda a hortaliça de Portugal, hortelã, endros, coentro, segurelha, alfaces, celgas, borragens, nabos e couves, e estas só uma vez se plantam de couvinha, mas depois dos olhos que nascem ao pé se faz a planta muitos anos, e em poucos dias crescem e se fazem grandes couves: além destas há outras couves da mesma terra, chamadas taiaobas, das quais comem também as raízes cozidas, que são como batatas pequenas.

. . . .

Capítulo VII

Das árvores e ervas medicinais e outras qualidades ocultas.

ALÉM das árvores do salutífero bálsamo e óleo de copaíba, de que já fiz menção no capítulo sexto, há outras que destilam de si muito boa almécega para as boticas, outras chamadas sassafrás, ou árvores de funcho, porque cheiram a ele, cujas raízes e o próprio pau para enfermidades de humores frios é tão medicinal como o pau-da-china. Há árvores de canafístula-brava, assim chamada porque se dá nos matos, e outra que se planta, e é a mesma que das Índias. Há umas árvores chamadas andaz, que dão castanhas excelentes para purgas, e outras que dão pinhões para o mesmo efeito, os quais têm este mistério que, se tomam com uma tona e película sutil que têm, provocam o vômito, e se lhe tiram, somente provocam a câmera. Mas tem-se por mais fácil e melhor a purga de batata ou mechuacão, que também há muita pelos matos. Nas praias do mar ou ao longo delas se dá uma erva que, se não é a salsaparrilha, parece-se com ela, e tomada em suadouros faz os mesmos efeitos.

A erva fedegosa, chamada dos gentios e índios feiticeira, por as muitas curas que com ela se fazem, e particularmente do bicho, que é uma doença mortífera. As ambaíbas são umas figueiras-bravas que dão uns figos de dois palmos quase de comprido, mas pouco mais grossos que um dedo, os quais se comem e são muito doces, e os olhos destas árvores, pisados e postos em feridas frescas com o sangue, as saram maravilhosamente. A

folha da figueira-do-inferno, posta sobre nascidas e leicenços, mitiga a dor e as sara. As de jurubeba saram as chagas, e as raízes são contra peçonha. A caroba sara das boubas; cipó das câmaras. Enfim não há enfermidade contra a qual não haja ervas em esta terra, nem os índios naturais dela têm outra botica ou usam outras medicinas.

Outras há de qualidades ocultas, entre as quais é admirável uma ervazinha a que chamam de erva-viva, e lhe poderão chamar sensitiva, se o não contradissera a filosofia, a qual ensina o sensitivo ser diferença genérica que distingue o animal da planta, e assim define o animal que é corpo vivente sensitivo. Mas contra isto vemos que, se tocam esta erva ou com qualquer outra cousa, se encolhe logo e se murcha, como se sentira o toque, depois que as largam, como já esquecida do agravo que lhe fizeram, se torna a estender e abrir as folhas. Deve isto ser alguma qualidade oculta, da qual a da pedra de cevar para atrair o ferro e não lhe sabemos outra virtude.

. . . .

Capítulo VIII

Do mantimento do Brasil.

É o Brasil mais abastado de mantimentos que quantas terras há no mundo, porque nele se dão os mantimentos de todas as outras. Dá-se trigo em S. Vicente em muita quantidade, e dar-se-á nas mais partes cansando primeiro as terras, porque o viço lhe faz mal. Dá-se também em todo o Brasil muito arroz, que é o mantimento da Índia oriental, e muito milho-zaburro que é o das Antilhas e Índia ocidental. Dão-se muitos inhames grandes, que é o mantimento de S. Tomé e Cabo Verde, e outros mais pequenos, e muitas batatas, as quais plantadas uma só vez sempre fica a terra inçada delas.

Mas o ordinário e principal mantimento do Brasil é o que se faz da mandioca, que são umas raízes maiores que nabos e de admirável propriedade, porque, se as comem cruas ou assadas, são mortífera peçonha, mas, raladas, espremidas e desfeitas em farinha, fazem delas uns bolos delgados, que cozem em uma bacia ou alguidar, e se chamam beijus, que é muito bom mantimento e de fácil digestão. Ou cozem a mesma farinha mexendo-a na bacia como confeitos, e esta, se a torram bem, dura mais que os beijus, e por isso é chamada farinha-de-guerra, os índios a levam quando vão à guerra longe de suas casas, e os marinheiros fazem dela sua matalotagem daqui para o reino. Outra farinha se faz fresca, que não é tão cozida, e para esta (se a querem regalada) deitam primeiro as raízes de molho, até que amoleçam e se façam brandas, e então as espremem, etc... E, se estas raízes assim moles

as põem a secar ao sol, chama-se carimã, e as guardam ao fumo em caniços muito tempo, as quais pisadas se fazem em pó tão alvo como o da farinha de trigo, e dele amassado fazem pão, que, se é de leite ou misturado com farinha de milho e de arroz, é muito bom, mas extreme é algum tanto corriento. E assim o para que mais o querem é para papas, que fazem para os doentes com açúcar, e as têm por melhores que tisanas, e para os sãos as fazem de caldo de peixe ou de carne ou só de água; e esta é a melhor triaga que há contra toda a peçonha. E por isso disse destas raízes que tinham propriedade admirável, porque, sendo cruas, mortífera peçonha; só com uma pouca de água e sal se fazem mantimento e salutífera triaga.

E ainda têm outra a meu ver mais admirável que, sendo estas raízes cruas mantimento com que sustentam e engordam cevados e cavalos, se as espremem e lhe bebem só o sumo, morrem logo e, como ser este sumo tão fina peçonha, se o deixam assentar-se, coalha em um polme a que chamam tupioca, de que se faz mais gostosa farinha e beijus que da mandioca, e cru é bela goma para engomar mantéus.

Outra casta há de mandioca a que chamam aipins, que se podem comer crus sem fazer dano, e assados sabem a castanhas de Portugal assadas, e assim de uma como de outra não é necessário perder-se a semente quando se planta, como no trigo; mas só se planta a rama feita em pedaços de pouco mais de palmo, os quais, metidos até o meio na terra cavada, dão muitas e grandes raízes. Nem se recolhem em celeiros donde se comam de gorgulho como o trigo, mas colhem-as do campo pouco a pouco quando querem, e até as folhas pisadas e cozidas se comem.

. . . .

Capítulo IX

Dos animais e bichos do Brasil.

Criam-se no Brasil todos os animais domésticos e domáveis de Espanha, cavalos, vacas, porcos, ovelhas e cabras, e parem a dois e três filhos de cada ventre, e a carne do porco se come indiferentemente de inverno e verão, e a dão a doentes como a de galinha. Há também muitos porcos-monteses, alguns como os javalis de Espanha, os quais andam em manadas e, se o caçador fere algum, há logo de subir-se a alguma árvore, porque, vendo eles que não podem chegar-lhe, remetem todos ao ferido e aos outros em que se pegou algum sangue, com tanta ferocidade que se não apartam até não deixarem três ou quatro mortos no campo, e então se vão em paz, e o caçador também com a caça. Outros há que têm o umbigo nas costas, e é necessário tirar-lho com uma faca antes que o esquartejem, sob pena de ficar toda a carne fedendo a raposinhos. Outros há o que chamam capivaras, que quer dizer comedores de erva: andam sempre na água, tirando quando saem a passear pelos vales e margens dos rios, e alguns tomam e criam em casa fora da água, pelo que se julgam por carne e não por pescado.

Há outros animais a que chamam antas, que são de feição de mulas, mas não tão grandes, e têm o focinho mais delgado e o beiço superior comprido à maneira de tromba, e as orelhas redondas, a côr cinzenta pelo corpo, e branca pela barriga. Estas saem a pascer só de noite e, tanto que

amanhece, metem-se em matos espessos e ali estão o dia todo escondidas. A carne destes animais é no sabor e fevera como de vaca, e do couro curtido se fazem mui boas couras pera vestir e defender de setas e estocadas: algumas têm em o bucho umas pedras que na virtude são como as de bazar, mas mais lisas e maciças.

Há outras mais caças de veados, coelhos, cutias e pacas, que são como lebres, mas mais gordas e saborosas, e não se esfolam pera se comerem, porque têm couros como de leitão. Há tatus; a que os espanhóis chamam armadilhos, porque são cobertos de uma concha, não inteiriça como a das tartarugas, mas de peças a modo de lâminas, e sua carne assada é como de galinha.

Tamandoçu é um animal tão grande como carneiro, o qual é de cor parda com algumas pintas brancas, tem o focinho comprido e delgado pera baixo, a boca, não rasgada como os outros animais, mas pequena e redonda, a língua da grossura de um dedo e quase de três palmos de comprido, as unhas à maneira de escopros, o rabo mui povoado de cerdas quase tão compridas como de cavalo. E todas estas cousas lhe são necessárias para conservar sua vida, porque, como não come outra cousa senão formigas, vai-se com as unhas cavar os formigueiros até que saiam da cova, e logo lança a língua fora da boca para que se peguem a ela e, como a tem bem cheia, a recolhe pera dentro, o que faz tantas vezes até que se farta. E quando se quer esconder aos caçadores, lança o rabo sobre si e se cobre todo com suas sedas, de modo que não se lhe vêem os pés, nem cabeça; nem parte alguma do corpo, e o mesmo faz quando dorme, gozando debaixo daquele pavilhão um sono tão quieto que, ainda que disparem junto uma bombarda, ou caia uma árvore com grande estrépito, não desperta, se não é somente com um assobio que, por pequeno que seja, o assobio ouve logo e se levanta. A carne deste animal comem os índios velhos, e não os mancebos, por suas superstições e agouros.

Há também muita diversidade de animais nocivos que se não comem, como são onças ou tigres, que matam touros e, se estão famintos, cometerão um exército; mas, se estão fartos, não só não ofendem a alguém, mas nem ainda se defendem e se deixam matar facilmente. Há raposas e bugios, e destes há uns que são grandes, chamados guaribas, que têm barbas como homens, e se barbeiam uns aos outros, cortando o cabelo com

os dentes. Andam sempre em bandos pelas árvores e, se o caçador atira a algum e não o acerta, matam-se todos de riso; mas, se o acerta e não cai, arranca a flecha do corpo e torna a fazer tiro com ela a quem o feriu, e logo foge pela árvore acima e, mastigando folhas, metendo-as na ferida, se cura e estanca o sangue com elas. Outros bugios há não tão grandes, nem têm mais habilidades que fazer momos e caretas, mas são de cheiro; e outros pequenos chamados sagüins, uns pardos, outros ruivos.

Há outro animal chamado jarutacaca, que tem as mãos e pés como bugio, o qual é malhado de várias cores e deleitável à vista mais que ao olfato, como experimentam os que o querem caçar, porque só com uma ventosidade que larga é tanto o fedor que lhe foge o caçador, e do caçador fogem os vizinhos muitos dias, não podendo sofrer o mau cheiro que se lhe comunicou e vai comunicando por onde quer que vai, e os cães se vão muitas vezes lavar na água e esfregar com a terra sem poder tirar o fedor.

Outro animal há que chamam preguiça, por ser tão preguiçoso e tardo em mover os pés e mãos que, pera subir a uma árvore ou andar um pedaço de vinte palmos, há mister meia hora e, posto que o aguilhoem, nem por isso foge mais depressa.

Há outro a que chamam taibu, que depois que pare os filhos os recolhe todos em um bolso que tem no peito, onde os traz até os acabar de criar. Há também muitas cobras, e algumas tão grandes que engolem um veado inteiro, e dizem os índios naturais da terra que depois de fartas rebentam e corruta a carne se gera outra do espinhaço, porque já aconteceu achar-se alguma presa com um vime que tinha em si incorporado. O que não podia ser; senão que ficou junto ao vime quando rebentou e se lhe corrompeu a carne e depois, criando outra de novo, o colheu de dentro e incorporou em si, porém não se há de dizer que morrem (como os índios cuidam), senão que com a carne corrupta ficam ainda vivas, e assim não resuscitam mas saram, e algumas se viram já de sessenta palmos de comprido. Em Pernambuco se enrolou uma destas em um homem que ia caminhando, de tal sorte que, se não levara um cão consigo que mordendo-a muitas vezes a fez largar, sem falta o matara: e ainda assim o deixou tal que nunca mais tornou às suas cores e forças passadas. Também me contou uma mulher de crédito na mesma capitania de Pernambuco que, estando parida, lhe viera algumas noites uma cobra mamar em seus peitos, o que fazia com tanta

brandura que ela cuidava ser a criança e, depois que conheceu o engano, o disse ao marido, o qual a espreitou na noite seguinte e a matou.

Há outras que chamam cascavéis porque os têm no rabo, com que vão fazendo rugido por onde quer que vão, e cada ano lhe nasce um de novo: algumas vi que tinham oito, e são tão venenosas que os mordidos delas de maravilha escapam. Outra há que chamam de duas cabeças, porque tanto morde com o rabo como com a cabeça.

Há no Brasil infinitas formigas, que cortam as folhas das árvores e em uma noite tosam toda uma laranjeira, se seu dono se descuida de lhe botar água em uns testos que tem aos pés. Outra casta a chamada copi, que fazem uns caminhos cobertos por onde andam e roem as madeiras das casas e os livros e roupa que acham, se não há muita vigilância. Piolhos e percevejos não há no Brasil, nem tantas pulgas como em Portugal; mas há uns bichinhos de feição de pulgas, tão pequenos como piolhos de galinhas, que se metem nos dedos e solas dos pés a quem anda descalço, e se fazem tão grandes e redondos como camarinhas. Quem sabe tirá-los inteiros sem lesão o faz com a ponta de um alfinete, mas quem não sabe rebenta-os e, ficando a pele dentro, cria matéria.

Capítulo X

Das aves.

ALÉM DAS aves que se criam em casa: galinhas, patos, pombos e perus, há no Brasil muitas galinhas bravas pelos matos, patos nas lagoas, pombas bravas e umas aves chamadas jacus, que na feição e grandeza são quase como perus. Há perdizes e rolas, mas as perdizes têm alguma diferença das de Portugal. Há águias de sertão, que criam nos montes altos, e emas tão grandes como as de África, umas brancas e outras malhadas de negro que, sem voarem do chão, com uma asa levantada ao alto ao modo de vela latina, correm com o vento como caravelas, e contudo as tomam os índios a casso nas campinas. Há muitas garças ao longo do mar, e outras aves chamadas guarás, que quando empenam são brancas, e depois pardas, e finalmente vermelhas como grã. Há papagaios verdes de cinco ou seis espécies, uns maiores, outros menores, que todos falam o que lhes ensinam. Há também araras e canindés de bico revolto como papagaios, mas são maiores e de mais formosas penas. Há uns passarinhos que, por que as cobras lhes não entrem nos ninhos a comer-lhes os ovos e filhinhos, os fazem pendurados nos ramos das árvores de quatro ou cinco palmos de comprido, com o caminho mui intrincado, e compostos de tantos pauzinhos secos que se pode com eles cozer uma panela de carne. Há outros chamados tapeis, do tamanho de melros, todos negros, e as asas amarelas, que remedam no canto todos

os outros pássaros perfeitissimamente, os quais fazem seus ninhos em uns sacos tecidos.

....

Há muitas mui grandes baleias que no meio do inverno vêm a parir nas baías e rios fundos desta costa, e às vezes lançam a ela muito âmbar do que do fundo do mar arrancam quando comem, e conhecido na praia porque aves, caranguejos e quantas cousas vivas há acodem a comê-lo. Há outro peixe chamado espadarte, por uma espada que tem no focinho, de seis ou sete palmos de comprido e um de largo, com muitas pontas, com que peleja com as baleias, e levantam a água tão alta quando brigam que se vê daí a três ou quatro léguas.

Há homens marinhos, que já foram vistos sair fora da água após os índios, e nela hão morto alguns que andavam pescando, mas não lhes comem mais que os olhos e nariz, por onde se conhece que não foram tubarões, porque também há muitos neste mar, que comem pernas e braços e toda a carne.

Na capitania de S. Vicente, na era de 1564, saiu uma noite um monstro marinho à praia, o qual, visto de um mancebo chamado Baltesar Ferreira, filho do capitão, se foi a ele com uma espada e, levantando-se o peixe direito como um homem sobre as barbatanas do rabo, lhe deu o mancebo uma estocada pela barriga com que o derribou e, tornando-se a levantar com a boca aberta para o tragar, lhe deu um altabaixo na cabeça com que o atordoou, e logo acudiram alguns escravos seus que o acabaram de matar, ficando também o mancebo desmaiado e quase morto, depois de haver tido tanto ânimo. Era este monstruoso peixe de quinze palmos de comprido, não tinha escama senão pele, como se verá na figura seguinte.

....

Há uns peixes pequenos em toda esta costa, menores de palmo, chamados majacus, que, sentindo-se presos do anzol, o cortam com os dentes e fogem; mas, se lhe atam a isca em qualquer linha e pegam nela, os vão trazendo brandamente à superfície da água, onde com um redefole os tomam sem alguma resistência. E, tanto que os tiram fora da água, incham tanto que de compridos que eram ficam redondos como uma bexiga cheia de vento, e assim, se lhe dão um couce, rebentam e soam como um mosquete. Têm a pele muito pintada, mas muito venenosa, e da mesma maneira o

fel; porém, si o esfolam bem, se comem assados ou cozidos, como qualquer outro peixe. Outros há do mesmo nome, mas maiores e todos cobertos de espinhos mui agudos, como ouriços-cacheiros, e estes não vêm senão de arribação de tempos em tempos, e um ano houve tantos nesta baía que as casas e engenhos se alumiaram muito tempo com o azeite de seus fígados.

Mariscos há em muita quantidade, ostras, umas que se criam nos mangues, outras nas pedras, e outras nos lodos, que são maiores. Nas restingas de areia há outras redondas e espalmadas em que se acha aljôfar miúdo, e dizem que, se as tirassem do fundo, de mergulho, achariam pérolas grossas. Há briguigões, almêijoas, mexilhões, búzios como caracóis, e outros tão grandes que, comida a polpa ou miolo, fazem das cascas buzinas em que tangem e soam mui longe. Há muitas castas de caranguejos, não só na água do mar e nas praias entre os mangues, mas também em terra, entre os matos, há uns de cor azul chamados guajamus, os quais em as primeiras águas do inverno, que são em fevereiro, quando estão mais gordos e as fêmeas cheias de ovas, se saem das covas e se andam vagando pelo campo e estradas e metendo-se pelas casas para que os comam. Camarões há muitos, não só no mar como os de Portugal, mas nos rios e lagoas de água doce, e alguns tão grandes como lagostins, dos quais também há muitos que se tomam nos recifes de águas vivas e muitos polvos e lagostas.

. . . .

Capítulo XI

De outras cousas que há no mar e terra do Brasil.

I*NOPEM ME COPIA FECIT*, disse o poeta, e disse verdade, porque, onde as cousas são muitas, é forçado que se percam, como acontece ao que vindima a vinha fértil e abundante de fruto, que sempre lhe ficam muitos cachos de rebisco, e assim me há sucedido com as cousas do mar e terra do Brasil de que trato. Pelo que me é necessário rabiscar ainda algumas, que porei neste capítulo, que quanto todas é impossível relatá-las. Faz-se no Brasil sal não só em salinas artificiais, mas em outras naturais, como no Cabo Frio e além do Rio Grande, onde se acha coalhado em grandes pedras muito e mui alvo. Faz-se também muita cal, assim de pedra do mar como da terra, e de cascas de ostras que o gentio antigamente comia e se acham hoje montes delas cobertos de arvoredos, donde se tira e se coze engradada entre madeira com muita facilidade.

Há tucum, que são umas folhas quase de dois palmos de comprido, donde, só com a mão, sem outro artifício, se tira pita rigíssima, e cada folha dá uma estriga. Outra planta há chamada caraguatá, da feição da erva-babosa, mas cada folha tem uma braça de comprido; as quais, deitadas de molho e pisadas, se desfazem em linho, de que se fazem linhas e cordas e se pode fazer pano. Há árvores de sabão, porque com a casca das frutas se ensaboa a roupa, e as frutas são umas contas tão redondas e negras que parecem de pau ébano torneado, e assim não há mais que furá-las, enfiá-las

e rezar por elas. Há muita erva de anil e de vidro (?) que se não lavra. Há muitas fontes e rios caudelosos, com que moem os engenhos de açúcar, e outros por onde entra a maré, mui largos e fundos e de boas barras e portos para os navios.

Quis um pintar uma cidade mui abastecida e abastada e pintou-a com as portas cerradas e ferrolhadas, significando que tudo tinha em si, e não era necessário vir-lhe alguma de fora, que é a excelência por que diz o salmista que louve a celestial cidade de Jerusalém ao Senhor: *Lauda Hierusalem, Dominum, lauda Deum tuum, Sion, quoniam confortavit seras portarum tuarum.* Mas não faltou logo quem contrafizesse e pintasse outra com as portas abertas, e por elas entrando carretas carregadas de mantimentos, dizendo que aquela era mais abastecida e abastada. Nem lhe faltou outra autoridade com que o confirmar do mesmo salmista, o qual diz que ama Deus muito as portas de Sion: *diligit Dominus portas Sion super omnia tabernacula Jacob* e isto, não porque as tem fechadas, senão abertas a naturais e estrangeiros, a brancos e negros que todos têm seu trato e comércio: *Ecce alieniginae et Tirus et populus Ethiopum hi fuerunt illic*. Conforme a isto digna é de todos os louvores a terra do Brasil, pois primeiramente pode sustentar-se com seus portos fechados sem socorro de outras terras. Senão pergunto eu: de Portugal que lhe vem farinha de trigo? a da terra basta. Vinho? de açúcar se faz mui suave e, para quem o quer rijo, com o deixar ferver dous dias embebeda como de uvas. Azeite? faz-se de cocos de palmeiras. Pano? faz-se de algodão com menos trabalho do que lá se faz o de linho e de lã, porque debaixo do algodoeiro o pode a fiandeira estar colhendo e fiando, nem faltam tintas com que se tinja. Sal? cá se faz artificial e natural, como agora dissemos. Ferro? muitas minas há nele, e em S. Vicente está um engenho onde se lavra finíssimo. Especiaria? há muitas espécies de pimenta e gengibre. Amêndoas? também se excusam com a castanha de caju, *et sic de ceteris.* Se me disserem que não pode sustentar-se a terra que não tem pão de trigo e vinho de uvas para as missas, concedo, pois este divino sacramento é nosso verdadeiro sustento; mas para isto basta o que se dá no mesmo Brasil em S. Vicente e campo de S. Paulo, como tenho dito no capítulo nono. E com isto está que tem os portos abertos e grandes barras e baías, por onde cada dia lhe entram navios carregados de trigo, vinho e outras ricas mercadorias, que deixam a troco das da terra.

. . . .

Capítulo décimo segundo

Da origem do gentio do Brasil e diversidade de línguas que entre eles há.

D. Diogo de Avalos, vizinho de Chuquiabue no Peru, em a sua *Miscellanea Austral*, diz que em as serras de Altamira em Espanha havia uma gente bárbara, que tinha ordinária guerra com os espanhóis e que comiam carne humana, do que enfadados os espanhóis juntaram suas forças e lhes deram batalha na Andaluzia, em que os desbarataram e mataram muitos. Os poucos que ficaram, não se podendo sustentar em terra, a desampararam e se embarcaram para onde a fortuna os guiasse, e assim deram consigo nas ilhas Fortunadas, que agora se chamam Canárias, tocaram as de Cabo Verde e aportaram no Brasil. Saíram dois irmãos por cabos desta gente, um chamado Tupi e outro Guarani; este último, deixando o Tupi povoando o Brasil, passou a Paraguai com sua gente e povoou o Peru. Esta opinião não é certa, e menos o são outras que não refiro, porque não tem fundamento: o certo é que esta gente veio de outra parte, porém donde não se sabe, porque nem entre eles há escrituras, nem houve algum autor antigo que deles escrevesse.

O que de presente vemos é que todos são de cor castanha e sem barba, e só se distingue em serem uns mais bárbaros que outros (posto que todos o são assaz). Os mais bárbaros se chamam *in genere* tapuias, dos quais há

muitas castas de diversos nomes, diversas línguas, e inimigos uns dos outros. Os menos bárbaros, que por isso se chamam apuabetó, que quer dizer homens verdadeiros, posto que também são de diversas nações e nomes, porque os de S. Vicente até o rio da Prata são carijós, os de Rio de Janeiro tamoios, os da Bahia tupinambás, os do rio de S. Francisco amoupiras, e os de Pernambuco até o rio Amazonas potiguaras, contudo todos falam um mesmo linguagem e este aprendem os religiosos que os doutrinam por uma arte de gramática que compôs o padre José de Anchieta, varão santo da ordem da Companhia de Jesus é linguagem mui compendioso, e de alguns vocábulos mais abundante que o nosso português, porque nós a todos os irmãos chamamos irmãos e a todos os tios, tios, mas eles ao irmão mais velho chamam de uma maneira, aos mais de outra; o tio irmão do pai tem um nome, e o tio irmão da mãe outro, e alguns vocábulos têm de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão aos machos. E sem falta são mui eloqüentes e se prezam alguns tanto disto que, da prima noite até pela manhã, andam pelas ruas e praças pregando, excitando os mais à paz ou à guerra, ao trabalho, ou a qualquer outra cousa que a ocasião lhes oferece, e, entretanto que um fala, todos os mais calam e ouvem com atenção. Mas nem uma palavra pronunciam com *f, l*, ou *r,* não só das suas mas nem ainda das nossas, porque, se querem dizer Francisco, dizem Pancicu e, e querem dizer Luís, dizem Duí; e o pior é que também carecem de fé, de lei e de rei, que se pronunciam com as ditas letras.

Nem uma fé têm nem adoram a algum deus; nem uma lei guardam ou preceitos, nem têm rei que lha dê a quem obedeçam, senão é um capitão, mais para a guerra que para a paz, o qual entre eles é o mais valente e aparentado; e morto este, se tem filho e é capaz de governar, fica em seu lugar, senão algum parente mais chegado ou irmão. Fora este, que é capitão de toda a aldeia, tem cada casa seu principal, que são também dos mais valentes e aparentados e que têm mais mulheres; porém nem a estes, nem ao maioral pagam os outros algum tributo ou vassalagem mais que chamá-los, quando têm vinhos, para o ajudarem a beber, ao que são muito dados, e os fazem de mel ou de frutas, de milho, batatas e outros legumes, mastigados por donzelas e delidos em água até se azedar, e não bebem quando comem, senão quando praticam, ou bailando ou cantando.

. . . .

Capítulo décimo terceiro

De suas aldeias.

HÁ UMA casta de gentios tapuias chamados por particular nome aimorés, os quais não fazem casas onde morem, mas, onde quer que lhes anoitece, debaixo das árvores limpam um terreiro, no qual, esfregando uma cana ou frecha com outra, acendem lume, e o cobrem com um couro de veado posto sobre quatro forquilhas, e ali se deitam todos a dormir com os pés para o fogo, dando-se-lhes pouco, como os tenham enxutos e quentes, que lhes chova em todo o corpo. Porém as mais castas de índios vivem em aldeias, que fazem cobertas de palma e de tal maneira arrrumadas que lhes fique no meio um terreiro, onde façam seus bailes e festas e se ajuntem de noite a conselho. As casas são tão compridas que moram em cada uma setenta ou oitenta casais, e não há nelas alguns repartimentos mais que os tirantes, e entre um e outro é um rancho, onde se agasalha um casal com sua família, e o do principal da casa é o primeiro no copiar, ao qual convida primeiro qualquer dos outros quando vem de caçar ou de pescar, partindo com ele daquilo que traz, e logo vai também repartindo pelos mais, sem lhe ficar mais que quanto então jante ou ceie, por mais grande que fosse a cambada do pescado ou da caça.

E, quando algum vem de longe, as velhas daquela casa o vão visitar ao seu rancho com grande pranto, não todas juntamente, mas uma depois de outra, no qual pranto lhe dizem as saudades que tiveram e traba-

lhos que padeceram em sua ausência, e ele também chora dando uns urros de quando em quando sem exprimir cousa alguma. O pranto acabado, lhe perguntam se veio, e ele responde que sim, e então lhe trazem de comer. O que também fazem aos portugueses que vão às suas aldeias, principalmente se lhes entendem a língua, maldizendo no choro a pouca ventura que seus avós e os mais antepassados tiveram que não alcançaram gente tão valerosa como são os portugueses, que são senhores de todas as cousas boas que trazem à terra, de que eles dantes careciam e agora as têm em tanta abundância, como são machados, foices, anzóis, facas, tesouras, espelhos, pentes e roupas, porque antigamente roçavam os matos com cunhas de pedra e gastavam muitos dias em cortar uma árvore, pescavam com uns espinhos, faziam o cabelo e as unhas com pedras agudas, e quando se queriam enfeitar faziam de um alguidar de água espelho, e que desta maneira viviam mui trabalhados, porém agora fazem suas lavouras e todas as mais cousas com muito descanso, pelo que os devem de ter em muita estima. E este recebimento é tão usado entre eles que nunca ou de maravilha o deixam de fazer, senão quando reinam alguma malícia ou traição contra aqueles que vão às suas aldeias a visitá-los ou resgatar com eles. A noite toda têm fogo para se aquentarem porque dormem em redes no ar e não têm cobertores nem vestido, mas dormem nus marido e mulher na mesma rede, cada um com os pés para a cabeça do outro, exceto os principais que, como têm muitas mulheres, dormem sós nas suas redes, e dali quando querem se vão deitar com a que lhes parece, sem se pejarem de que os vejam. Quando é hora de comer se ajuntam os do rancho e se assentam em cócoras, mas o pai da família deitado na rede, e todos comem em um alguidar ou cabaço, a que chamam cuia, que estas são as suas baixelas, e dos cabaços principalmente fazem muito cabedal, porque lhes servem de pratos para comer, de potes e de púcaros para água e vinho e de colheres, e assim os guardam em uns caniços que fazem, chamados juraus, onde também curam ao fumo os seus legumes por que se não corrompam e, sem terem caixas nem fechaduras, e os ranchos sem portas, todos abertos, são tão fiéis uns aos outros que não há quem tome ou bula em cousa alguma sem licença de seu dono.

Não moram mais em uma aldeia que enquanto lhes não apodrece a palma do teto das casas, que é o espaço de três ou quatro anos, e então a mudam para outra parte, escolhendo primeiro o principal, com o parecer

dos mais antigos, o sítio que seja alto, desabafado, com água perto e terra a propósito para suas roças e sementeiras, que eles dizem ser a que não foi ainda cultivada, porque têm por menos trabalho cortar árvores que mondar erva e, se estas aldeias ficam fronteiras de seus contrários e têm guerras, as cercam de pau-a-pique mui forte, e às vezes de duas e três cercas, todas com suas seteiras, e entre uma e outra cerca fazem fojos cobertos de erva, com muitos estrepes de baixo e outras armadilhas de vigas mui pesadas, que em lhes tocando caem e derribam a quantos a acham.

Capitulo décimo quarto

Dos seus casamentos e criação de filhos.

Não é fácil averiguar, maiormente entre os principais que têm muitas mulheres, qual seja a verdadeira e legítima, porque nem um contrato exprime e facilmente deixam umas e tomam outras; mas conjectura-se que é aquela de que primeiro se namoram e por cujo amor serviram aos sogros, pescando-lhes, caçando, roçando o mato para a sementeira e trazendo-lhes a lenha para o fogo. Mas o sogro não entrega a moça até lhe não vir seu costume, e então é ela obrigada a trazer atado pela cinta um fio de algodão e em cada um dos buchos dos braços outro, para que venha à notícia de todos e depois que é deflorada pelo marido ou por qualquer outro, quebra em sinal disso os fios, parecendo-lhe que, se o encobrir, a levará o Diabo. E o marido de qualquer maneira a recebe e consumando o matrimônio se tem que esta é a legítima mulher, ou, quando assim não estão casados, a cunhada, mulher que foi do irmão defunto, ainda que lhe ficasse filho dele, ou a sobrinha, filha, não do irmão, que esta têm eles em conta de filha própria e não casam com ela, senão da irmã. E com qualquer destas com que primeiro se casaram, ou seja a sobrinha ou a cunhada, os casam depois sacramentalmente os religiosos que os curam, no mesmo dia em que os batizam, dispensando nos impedimentos, por privilégio que para isto têm, e lhes tiram todas as outras, casando-as com outros, não sem sentimento dos primeiros maridos, porque de ordinário se ficam com as mais velhas.

A mulher, em acabando de parir, se vai lavar ao rio, e o marido se deita em a rede, mui coberto, que não dê o vento, onde está em dieta até que se seque o imbigo ao filho, e ali o vêm os amigos a visitar como a doente. Nem há poder lhes tirar esta superstição, porque dizem que com isto se preservam de muitas enfermidades a si e à criança, a qual também deitam em outra rede com seu fogo debaixo, quer seja inverno, quer verão e, se é macho, logo lhe põem na aselha da rede um arquinho com suas flechas e, se fêmea, uma roca com algodão. As mães dão de mamar aos filhos sete ou oito anos, se tantos estão sem tornar a parir, e todo este tempo os trazem ao colo ora elas, ora os maridos, principalmente quando vão às suas roças, onde vão todos os dias depois de almoçarem, e não comem enquanto andam no trabalho, senão à véspera, depois que tornam para casa.

Os maridos na roça derrubam o mato, queimam-no e dão a terra limpa às mulheres, e elas plantam, mondam a erva, colhem o fruto e o carregam e levam para casa em uns cofos mui grandes feitos de palma, lançados sobre as costas, que pode ser suficiente carga de uma azêmela. E os maridos levam um lenho aos ombros, e na mão seu arco e flechas, que fazem com as pontas de dentes de tubarões, ou de umas canas agudas a que chamam taquaras, de que são grandes tiradores, porque logo ensinam aos filhos de pequenos a atirar ao alvo, e poucas vezes atiram um passarinho que não o acertem, por pequeno que seja. Também os ensinam a fazer balaios e outras cousas de mecânica, para as quais têm grande habilidade, se eles a querem aprender; que, se não querem, não os constrangem, nem os castigam por erros e crimes que cometam, por mais enormes que sejam. As mães ensinam as filhas a fiar algodão, e fazer redes do fio e nastros para os cabelos, dos quais se prezam muito, e os penteiam e untam de azeite de coco-bravo, para que se façam compridos, grossos e negros. Nas festas se tingem todas de jenipapo, de modo que, se não é no cabelo, parecem negras de Guiné, e da mesma tinta pintam os maridos e lhes arrancam o cabelo da barba, se acerta de lhe nascer algum, e o das sobrancelhas e pestanas, com que eles se têm por mui galantes, junto com terem os beiços de baixo furados, e alguns as faces, e uns tornos ou batoques de pedras verdes metidos pelos buracos, com que parecem uns demônios.

Pois hei tratado neste capítulo do contrato matrimonial deste gentio, tratarei também dos mais contratos, e não serei por isso prolixo ao

leitor, porque os livros que hão escrito os doutores *De Contractibus* sem os poderem de todo resolver, pelos muitos que de novo inventa cada dia a cobiça humana, não tocam a este gentio; o qual só usa de uma simples comutação de uma cousa por outra, sem tratarem do excesso ou defeito do valor, e assim com um pintainho se hão por pagos de uma galinha. Nem jamais usam de pesos e medidas, nem têm números por onde contem mais que cinco, e, se a conta houver de passar dali, a fazem pelos dedos das mãos e pés. O que lhes nasce da sua pouca cobiça; posto que com isso está serem mui apetitosos de qualquer cousa que vêem, mas, tanto que a têm, a tornam facilmente de graça ou por pouco mais de nada.

. . . .

Capítulo XV

Da cura dos seus enfermos e enterro dos mortos.

NÃO HÁ entre este gentio médicos sinalados senão os seus feiticeiros, os quais moram em casas apartadas, cada um per si, e com a porta mui pequena, pela qual não ousa alguém entrar, nem tocar-lhe em alguma cousa sua, porque, se alguém lhas toma, ou lhes não dá o que eles pedem, dizem: vai, que hás de morrer, a que chamam lançar a morte. E são tão bárbaros que se vai logo o outro lançar na rede sem querer comer e de pasmo se deixa morrer, sem haver quem lhe meta na cabeça que pode escapar. E assim se podem estes feiticeiros chamar mais mata-sanos que médicos, nem eles curam os enfermos senão com enganos, chupando-lhes na parte que lhes dói e, tirando da boca um espinho ou prego velho que já nela levavam, lhe mostram, dizendo que aquilo lhes fazia o mal e que já ficam sãos, ficando eles tão doentes como de antes. Outros médicos há melhores, que são os acautelados e que padeceram as mesmas enfermidades, os quais, aplicando ervas ou outras medicinas com que se acharam bem, saram os enfermos; mas, se a enfermidade é prolongada ou incurável, não há mais quem os cure e os deixam ao desamparo.

Testemunha sou eu de um que achei na Paraíba tolhido de pés e mãos, à borda de uma estrada o qual me pediu lhe desse uma vez de água, que morria de sede, sem os seus, que por ali passavam cada hora, lha que-

rerem dar, antes lhe diziam que morresse, porque já estava tísico, e que não servia mais que para comer o pão aos sãos. Mandei eu buscar água por uns que me acompanhavam e entretanto o fiquei catequizando, porque ainda não era cristão e, de tal maneira se acendeu em a sede de o ser e de salvar sua alma, que, vinda a água, primeiro quis que o batizasse que beber, e daí a poucos dias morreu em um incêndio de uma aldeia, onde o mandei levar, sem haver quem o quisesse tirar da casa que ardia, vendo que não tinha ele pés nem forças para se livrar. Donde se vê a pouca caridade que tem este gentio com os fracos e enfermos, e juntamente a misericórdia do Senhor e efeitos da sua eterna predestinação, a qual não só em este mas em outros muitos manifesta muitas vezes, ordenando que percam os religiosos o caminho que levam e vão dar nos tijipares ou cabanas com enfermos que estão agonizando, os quais, recebendo de boa vontade o sacramento do batismo, se vão a gozar da bem-aventurança no Céu.

Tanto que algum morre o levam a enterrar, embrulhado na mesma rede em que dormia, e a mulher, filhas e parentas, se as tem, o vão pranteando até a cova com os cabelos soltos lançados sobre o rosto, e depois o pranteia ainda a mulher muitos dias. Mas, se morre algum principal da aldeia, o untam todo de mel e por cima do mel o empenam com penas de pássaros de cores, e põem-lhe uma carapuça de penas na cabeça, com todos os mais enfeites que ele costumava trazer em suas festas, e fazem-lhe, na mesma casa e rancho onde morava, uma cova muito funda e grande, onde lhe armam sua rede e o deitam nela assim enfeitado com seu arco e frechas, espada e tamaracá, que é um cabaço com pedrinhas dentro, com que costumam tanger, e fazem-lhe fogo ao longo da rede para se aquentar, e põem-lhe de comer em um alguidar, e a água em um cabaço, e na mão uma cangüera, que é um canudo feito de palma cheio de tabaco, e então lhe cobrem a cova de madeira e de terra por cima, que não caia sobre o defunto, e a mulher por dó corta os cabelos e tinge-se toda de jenipapo, pranteando o marido muitos dias, e o mesmo fazem com ela as que a vêm visitar e, tanto que o cabelo cresce até lhe dar pelos olhos, o torna a cortar e a tingir-se de jenipapo para tirar o dó, e faz sua festa com seus parentes e muito vinho.

O marido, quando lhe morre a mulher, também se tinge de jenipapo, e quando tira o dó se torna a tingir, tosquia-se e ordena grandes

revoltas de cantar e bailar e beber. Nestas festas se cantam as proezas do defunto ou defunta e do que tira o dó. E, se morre algum menino filho de principal, o metem em um pote, posto em cócoras, atados os joelhos com a barriga, e enterram o pote na mesma casa e rancho debaixo do chão, e ali o choram muitos dias.

. . . .

Capítulo XVI

Do modo de guerrear do gentio do Brasil.

ÉESTE gentio naturalmente tão belicoso que todo o seu cuidado é como farão guerra a seus contrários. E sobre isto se ajuntam no terreiro da aldeia com o principal dela os principais das casas e outros índios discretos, a conselho, onde, depois de assentados nas suas redes, que para isto armam em umas estacas, e quieto o rumor dos mais que se ajuntam a ouvir, porque é gente que em nem uma cousa tem segredo, propõe o maioral sua prática a que todos estão mui atentos e, como se acaba, respondem os mais antigos cada um por si, até que vêm a concluir no que hão de fazer, brindando-se entretanto algumas vezes com o fumo da erva-santa, que eles têm por cerimônia grave. E, se concluem que a guerra se faça, mandam logo que se faça muita farinha-de-guerra e que se apercebam de arcos e flechas e alguns paveses ou rodelas e espadas de pau tostados. E, como todas estas cousas estão prestes, à noite antes da partida anda o principal da aldeia pregando ao redor das casas, declarando-lhes onde vão, e a obrigação que têm de fazerem aquela guerra, exortando-os à vitória, para que fique deles memória e os vindouros possam contar suas proezas.

O dia seguinte, depois de almoçarem, toma cada um suas armas nas mãos, e a rede em que há de dormir às costas, e uma paquevira de farinha, que é um embrulho liado, quanto pode carregar, feito de umas folhas rijas que nem se rompem, nem a água as passa. E não se curam de mais vianda,

porque com a flecha a caçam pelo caminho, e nas árvores acham frutas e favos de mel. Os principais levam consigo suas mulheres, que lhes levam a farinha e as redes, e eles não levam mais que as armas e, antes que abalem, faz o maioral um capitão da dianteira, que eles têm por grande honra, o qual vai mostrando o lugar onde se hão de alojar, e o caminhar é um após outro, por um carreiro como formigas, nem jamais sabem andar de outra maneira. Têm grande conhecimento da terra, e não só o caminho por onde uma vez foram atinam por mais cerrado que já esteja, mas ainda por onde nunca foram.

Tanto que saem fora de seus limites e entram pela terra dos contrários, levam suas espias adiante, que são mancebos muito ligeiros, e há alguns de tão bom faro que a meia légua cheiram o fogo, ainda que não apareça o fumo. Chegando duas jornadas da aldeia de seus contrários não fazem fogo, por que não sejam por eles sentidos e ordenam-se de maneira que possam entrar de madrugada e tomá-los descuidados e despercebidos, e depois entram com tão grande urro de vozes e estrondo de buzinas e tambores que é espanto, não perdoando no primeiro encontro a grandes nem pequenos a que com suas espadas de pau não quebrem as cabeças, porque não têm por valor o matar se não quebram as cabeças, ainda que seja dos mortos por outros, e quantas cabeças quebram tantos nomes tomam, largando o que o pai lhes deu no nascimento, que um e outros são de animais, de plantas, ou do que se lhes antolha. Mas o nome que tomaram não o descobrem (ainda que lho roguem) senão com grandes festas de vinho e cantares em seu louvor, e eles se fazem riscar e lavrar com um dente agudo de um animal e, lançando pó de carvão pelos riscos e lavores ensangüentados, ficam com eles impressos toda a vida, o que têm por grande bizarria, porque por estes lavores e pela diferença deles se entende quantas cabeças quebraram.

E, sendo caso que acham seus contrários apercebidos com cercas feitas, fazem-lhes outra contra-cerca de estacas metidas na terra com ramos e espinhos liados, a que chamam caiçara; a qual, enquanto verde, não há cousa que a rompa, e dali blasonam e jogam as pulhas com os contrários, até que uns ou outros abalroam ou saem a pelejar em campo, e toda a sua peleja é fazendo o motim: que é correr e saltar de uma parte para outra, por que lhe não façam pontaria.

. . . .

Capítulo XVII

Dos que cativam na guerra.

Os que podem cativar na guerra levam para vender aos brancos, os quais lhes compram por um machado ou foice cada um, tendo-os por verdadeiros cativos, não tanto por serem tomados em guerra, pois não consta da justiça dela, quanto por a vida que lhes dão, que é maior bem que a liberta; porque, se os brancos os não compram, os primeiros senhores os têm em prisões atados pelo pescoço e pela cinta com cordas de algodão grossas e fortes, e dão a cada um por mulher a mais formosa moça que há na casa, a qual tem o cuidado de o regalar e lhe dar de comer até que engorde e esteja para o poderem comer, e então ordenam grandes festas e ajuntamentos de parentes e amigos, chamados de trinta, quarenta léguas, com os quais na véspera e dia do sacrifício cantam e bailam, comem e bebem alegremente, e também o padecente come e bebe com eles. Depois o untam com mel de abelhas, e sobre o mel o empenam com muitas penas de várias cores, e a lugares o pintam de jenipapo e lhe tingem os pés de vermelho e, metendo-lhe uma espada na mão, para que se defenda com puder, o levam assim atado a um terreiro fora da aldeia, e o metem entre dois mourões, que estão metidos no chão, afastados um do outro alguns vinte palmos, os quais estão furados, e por cada furo metem as pontas das cordas, onde o preso fica como touro e as velhas lhe cantam que se farte de ver o sol, pois cedo o deixará de ver; e o cativo responde com muita

coragem que bem vingado há de ser, então vão buscar o que há de matar à sua casa todos os seus parentes e amigos, onde o acham já pintado de tinta de jenipapo com carapuça de penas na cabeça, manilhas de ossos nos braços e nas pernas, grandes ramais de contas ao pescoço, com seu rabo de penas nas ancas e uma espada de pau pesada de ambas as mãos, mui pintada, com cascas de mariscos pegadas com cera, e no cabo e empunhadura da espada grandes penachos. E assim o trazem com grandes cantares e tangeres de seus búzios, gaitas e tambores, chamando-lhe bem-aventurado, pois chegou a tamanha honra. E com este estrondo entra no terreiro, onde o paciente o espera, e lhe diz que se defenda, porque vem para o matar, e logo remete a ele com a espada de ambas as mãos, e o padecente com a sua se defende, e ainda às vezes ofende, mas, como os que o têm pelas cordas o não deixam desviar do golpe, o matador lhe quebra a cabeça e toma nome, que depois declara com as cerimônias que vimos no capítulo passado.

Em morrendo este preso, logo os velhos da aldeia o despedaçam e lhe tiram as tripas e forçura, que mal lavadas cozem para comer, e reparte-se a carne por todas as casas e pelos hóspedes que vieram a esta matança, e dela comem logo assada e cozida e guardam alguma, muito assada e mirrada, a que chamam moquém, metida em novelos de fio de algodão e posta nos caniços ao fumo, para depois renovarem o seu ódio e fazerem outras festas, e do caldo fazem grandes alguidares de migas e papas de farinha de carimã, para suprir na falta de carne, e poder chegar a todos; o que o matou nem uma cousa come dele, antes se vai logo deitar na rede e se faz todo sarrafaçar e sangrar, tendo por certo que morrerá se não derrama de si aquele sangue. Nem faz o cabelo dali a sete ou oito meses, os quais passados faz muitos vinhos e apelida os amigos para beber e cantar e com esta festa se tosquia, dizendo que tira o dó daquele morto. E é tão cruel este gentio com os seus cativos que não só os matam a eles, mas, se acontece a algum haver filho da moça que lhe deram por mulher, a obrigam que o entregue a um parente mais chegado, para que o mate quase com as mesmas cerimônias, e a mãe é a primeira que lhe come a carne; posto que algumas, pelo amor que lhes têm, os escondem, e às vezes soltam também os presos e se vão com eles para suas terras ou para outras.

Livro segundo
da
História do Brasil
no
tempo do seu descobrimento

. . . .

Da história do Brasil no tempo do seu descobrimento

PERDEU-SE *a estampa das barras de S. Vicente (p. 89). A numeração dos capítulos corre seguida; entretanto p. 106 diz ter tratado de Igaraçu no c. 2º, onde nada se encontra a tal respeito; p. 127 chama-se c. 9º que agora é 8º; p. 148 chama-se 2º o que agora é 1º; p. 182 chama-se 11º o que agora é 10º.*

Os cap. 2/7 fundam-se em Gândavo, em Pedro de Mariz, que apenas reproduz Gabriel Soares, e em notícias colhidas nas diversas capitanias percorridas pelo autor.

Os capítulos 8/12 devem proceder de uma ou duas crônicas pernambucanas até agora desconhecidas. Diz-se uma ou duas, porque é bem possível que uma representasse a versão de Olinda, outra a de Tamaracá, duas capitanias então distintas. O documento, ainda utilizado no livro seguinte, é a parte verdadeiramente nova deste.

Os capítulos 13 e 14 procedem da Relação sumária das cousas do Maranhão *de Simão Estácio da Silveira, reimpressa por C. Mendes de Almeida no segundo vol. das* Memórias do extinto estado do Maranhão*, Rio, 1877. No relativo a Luís de Melo entraram as informações do pai do autor.*

O desbarato dos arquivos portugueses, devido ao terremoto de Lisboa, tornou impossível o conhecimento preciso dos primeiros tempos de nossos anais. Não o suprem a Crônica *de D. Manuel e a* Santa Cruz *de João de Barros, se jamais escritas, até hoje desconhecidas; tampouco servem os livros impressos de Damião Góis e de Osório; talvez ainda surja a trazer esclarecimentos conside-*

ráveis a história de Faria e Sousa. Dos An. de D. João III *de Fr. Luís de Sousa imprimiram-se fragmentos em 1846.*

Conferindo informações dispersas, pode afirmar-se que duas expedições vieram ao Brasil, uma em 1501, outra em 1503: nesta entrou Gonçalo Coelho, cuja demora não foi, porém, tamanha como se lê no texto, repetido de Pedro de Mariz: o pouco delas sabido consta das confusas cartas de Vespucci, que a Princeton University está publicando em edição crítica fac-similar: Vespucci reprints, texts and studies. *Cf. Henri Vignaud, "Americ Vespuce, ses voyages et ses découvertes devant la critique",* Journ. de la Soc. des Amér. de Paris, *8, 75/115.*

Documento italiano divulgado na Raccolta Colombiana, *parte 3ª, vol. 2º, refere o contrato do pau-brasil feito com alguns cristãos-novos. Completa-os o relatório do venesiano Leonardo de Cha de Masser em 1506, reimpresso em 1892 no volume da Academia das Ciências de Lisboa comemorativo do descobrimento da América.*

Muito instrutivo é o magro Livro da nau Bretoa *em 1511, impresso por Varnhagen na primeira edição da* História geral *1, 327/432 e reimpresso mais de uma vez.*

Uma gazeta alemã, primeiro citada por Humboldt, que não soube fixar-lhe a data, refere-se ao ano de 1514. Nela apareceu a mais antiga notícia dos Andes nevados e de um grande rio onde se encontrou um machado de prata. Data daí o nome do grande rio do Sul, a que os espanhóis não conseguiram ligar o nome de Solís; cf. J. C. Rodrigues, Biblioteca Brasiliense *179/184: fac-símile da gazeta com tradução e notas de R. R. Schuller,* Anais da Biblioteca Nacional, *33, 115/143.*

Todas estas viagens interessam a costa a sudoeste do cabo de S. Roque, primeiro ponto atingido pela expedição de 1501; das de São Roque ao Amazonas quase nada se sabe.

Uma carta de Estêvão Fróis (não Fernão, como saiu no Descobrimento do Brasil, *67/70, Rio, 1883, do revisor deste livro, onde primeiro foi impressa), dá algumas informações muito deficientes a este respeito. Segundo Fróis, alguns anos antes João Coelho, o da Porta da Cruz, vizinho de Lisboa, andara descobrindo nas regiões equinociais. Em 1513 uma caravela, em que iam o autor da carta, Francisco Corso e Pedro Corso, foi aprisionada por infringirem o Tratado de Tordesilhas; a gente levada para S. Domingos, sujeita a tormentos,*

continuava presa a 30 de julho de 1514, fecha da epístola. A data combina perfeitamente com a alegação de Cristobal de Haro de que seis anos antes de 1519 "armó una carabela de mercaderias de rescate para la tierra del Brasil... la cual dicha carabela diz que con vientos contrarios arribó a la Isla Española é por necesidad surgió ali á donde diz que fueron presos la gente que en ella venia, é los nuestros (del rei da Espanha) Oficiales les tomarou la carabela é esclavos é mercaderias que traia: J. T. Medina, Los viajes de Diego Carcía de Moguer al río de la Plata*, 57, Santiago de Chile, 1908. Cristobal de Haro era sócio de D. Nuno Manuel na armada cujos feitos resume a gazeta alemã."*

A cartografia histórica do N. E. do litoral brasileiro tem sido muito estudada nas memórias de Rio Branco sobre o litígio do Oiapoque, na sentença arbitral do governo suíço, em artigos de Orville Derby e J. B. Hafkemeyer, imp. na R. do Int. *do Ceará.*

Há sérios motivos para acreditar que Cristóvão Jaques andou pelo Brasil, alcançando o rio da Prata ainda no reinado de D. Manuel, e a ele se refere um documento dado por Medina ib 37/42, já impresso antes no 1º volume do seu Juan Dias de Solís.

Segunda vez andou em 1527, nomeado a 5 de julho de 1526, História Geral[2]*, 158; cf. Sousa,* An. de D. João III*, 105; sobre esta existem notícias várias em Navarrete* Col. de los viajes*, 4, Madrid, 1837, e na primeira edição da* História Geral *de Varnhagen.*

O diário de Pero Lopes, publicado por Varnhagen em 1839 e reimpresso várias vezes, chegou-nos deturpado e incompleto; mesmo assim resolve várias questões, embora suscite outras. Por ele se vê como Fr. Vicente já alcançou obscurecida a tradição. Pero Lopes veio na companhia de seu irmão Martim Afonso de Sousa; enquanto este ficava em S. Vicente, ele foi ao estuário do Prata. O irmão continuou em. Vicente ainda depois de Pero Lopes tornar para Portugal. Ter-se-iam dado os fatos contados no texto quando voltava para o reino? O diário não permite responder, porque de 4 de agosto, dia em que foi avistada a ilha de Santo Aleixo, salta a 4 de novembro, data da partida de Pernambuco.

Um documento latino, mas de origem francesa, primeiro divulgado por Varnhagen, História Geral *1, 441/444, em parte combina com a versão apresentada pelo autor, em parte discorda e não se concilia bem com a carta escrita por D. João III a Martim Afonso de Sousa em 28 de setembro de 1532.*

Martim Afonso e Pero Lopes já acharam pequenos núcleos portugueses no meio da indiada.

Em Pernambuco, depois de vindo do Sul, Cristóvão Jaques fundou uma feitoria, cerca de 1522. Aí em 1526 encontrou Sebastião Caboto um feitor e doze homens, cujas notícias sobre as riquezas metálicas do rio da Prata desviaram para sua bacia a armada destinada às Molucas: Harrisse, John Cabot *etc., 205, Londres 1896; Medina,* El veneciano Sebastian Cabot al servicio de España *1, 122/125, Santiago, 1908. A feitoria de Cristóvão Jaques ainda é citada nas cartas de doação de Pero Lopes e Duarte Coelho.*

Sem fixar data, escreve Oviedo, Hist. Gen. y Nat. de las Indias*, 2, 118, Madrid, 1852: "en frente de aquesta isla [ilha dos Porcos, assim chamada por lá os haver montezes] ocho ó diez léguas en la mar, están dos isletas, donde se perdieron portugueses en una nao, y en el batel se salvó la gente é pobló en la dicha isla de los puercos algunos dias, y desde alí se passaron a Sanct Vicente".*

Estes primeiros emigrados mantiveram trato de resgate à guisa do usado na costa africana, qual o descreve Duarte Pacheco no Esmeraldo*, e João de Melo da Câmara define-os duramente: "homens que estimam tão pouco o serviço de V. A. e suas honras, que se contentam com terem quatro índias por mancebas e comerem os mantimentos da terra", Sousa Viterbo,* Trabalhos náuticos dos portugueses*, 1, 215/217, Lisboa, 1898.*

Para acabar com tal estado de cousas, este irmão do capitão da ilha de S. Miguel propôs trazer umas mil pessoas de muita sustância e muito abastadas, que poderiam conduzir muitas éguas, cavalos e gados e todas as cousas necessárias para o frutificamento da terra. Proposta análoga apresentou Cristóvão Jaques. Apoiou-os com força Diogo de Gouveia, português domiciliado em França e muito considerado pelo rei; mas só depois dos franceses tentarem estabelecer-se em Pernambuco começou-se a pensar seriamente no Brasil e surgiu, como o melhor expediente de iniciar as fortalezas com tanto êxito empregadas na Índia, o plano de capitanias hereditárias.

Varnhagen precisou nossos conhecimentos sobre os donatários: mostrou como eram em número de doze, deu os nomes de todos, descobriu os forais e cartas de doação de quase todos, traçou os limites das diversas capitanias e calculou as respectivas superfícies.

"O resultado de todas estas investigações fixou lapidarmente do seguinte modo o sábio G. d'Avezac nas Considerations geographiques sur l'histoire du Brésil *30/31, Paris, 1857.*

"O limite extremo da mais meridional destas capitanias, concedida a Pero Topes de Sousa, é determinado nas próprias cartas de doação por uma latitude expressa de 27º 1/3; confrontava, um pouco ao norte de Parnaguá, com a de S. Vicente, reservada a Martim Afonso, e que se estendia do lado oposto até Macaé, ao norte do cabo Frio, desenvolvendo assim mais de cem léguas de costa, mas em duas partes que encravavam desde S. Vicente até a embocadura do Juqueriquerê, à de Santo Amaro, de dez léguas, adjudicada a Pero Lopes, o irmão de Martim Afonso.

"Ao norte dos domínios deste estava a capitania de S. Tomé, cujas trinta léguas iam expirar junto de Itapemirim: era o lote de Pero de Góis.

"Em seguida vinha a capitania do Espírito Santo, outorgada a Vasco Fernandes Coutinho, cujo lindo interior era marcado pelo Mucuri, que a separava da capitania de Porto Seguro, atribuída a Pero de Campo Tourinho; esta prosseguia pelo espaço de cinqüenta léguas até a dos Ilhéus, obtida por Jorge Figueiredo Correia, igualmente de cinqüenta léguas, cujo termo chegava rente à Bahia. A capitania da Bahia, doada a Francisco Pereira Coutinho, se estendia até o grande rio São Francisco; além estava a de Pernambuco, adjudicada a Duarte Coelho, e que contava sessenta léguas até o rio de Igaraçu, passado o qual Pero Lopes, possuía terceiro lote de trinta léguas, formando sua capitania de Tamaracá até a Baía da Traição.

"Neste lugar começava para se estender sobre um litoral de cem léguas até a angra dos Negros, a capitania do Rio Grande, dada em comum ao grande historiador João de Barros e a seu associado Aires da Cunha; da angra dos Negros ao rio da Cruz quarenta léguas de costa constituíam o lote concedido a Antônio Cardoso do Barros; do rio da Cruz ao cabo de Todos os Santos, vizinho do Maranhão, eram adjudicadas setenta e cinco léguas ao redor da fazenda Fernand'Álvares de Andrade e além vinha enfim a capitania do Maranhão, formando segundo lote para a associação de João Barros e Aires da Cunha, com cinqüenta léguas de extensão sobre o litoral, até a abra de Diogo Leite, isto é, até cerca da embocadura do Turiaçu."

Dos donatários quatro estiveram antes de vir para o Brasil na Índia: Francisco Pereira Coutinho, o Rusticão, foi em primeiro lugar, desde o tempo de

D. Francisco de Almeida. Como há mais de um do mesmo nome, não será sempre fácil distinguir seus feitos dos de seus homônimos (cf: a superficial e pouco exata nota de Varnhagen, R.T.*, 10, 136). Vasco Fernandes Coutinho, Aires da Cunha e Duarte Coelho oferecem menos dificuldades: sobre eles há vários apontamentos em João de Barros, Diogo do Couto, Gaspar Correia e frei Luís de Sousa.*

A idéia das donatarias já aparece em setembro de 1528 na carta d'el-rei, a Martim Afonso de Sousa, Hist. ger.*, 131/132; mas, por motivo que poderia talvez esclarecer um relatório do conde de Castanheira, citado por Varnhagen e até hoje desconhecido, só em 1534 foi posta em execução. O primeiro favorecido foi Duarte Coelho, pelos recentes serviços prestados na costa de Mina, na escolta das naus tornadas da Índia e na embaixada de França, como afirma seu neto no* Compendio de los Reyes e Portugal, *cópia na 13. Nac.*

Já estava em sua capitania a 9 de março do ano seguinte, segundo Borges da Fonseca, Rev. do Inst. Arq. Pern*, 28, 76, Recife, 1883. Dele existem várias cartas, das quais duas impressas por Fernandes Gama nas* Memórias históricas da província de Pernambuco*, 1, 70/82, Pernambuco 1844; de todas possuem cópias a Bib. Nac. e o Inst. Hist. Varnhagen publicou uma carta de Afonso Gonçalves,* Hist. ger.*, 1, 453/454. Hans Staden assistiu a parte das guerras de Igaraçu, e conciliam-se mais ou menos seus dizeres com os de Fr. Vicente. Há duas cartas de Manuel da Nóbrega sobre o estado de Pernambuco em 1551.*

No livro manuscrito de Duarte de Albuquerque Coelho lê-se que o avô não levou os filhos quando partiu para a Europa, poucos dias sobreviveu à chegada em Lisboa, onde o chamara el-rei, e foi enterrado na igreja de S. João da Praça no jazigo de D. Manuel de Moura, casado com uma irmã de D. Beatriz ou Brites de Albuquerque. Pouco nos adianta o que escreveu sobre os sucessos de Pernambuco: "quando ilegó haIló ya que ocupaban francezes la parte mas principal de lo que estava en Pernambuco e teniendo guerra con elios y coti los indios naturaies de la tierra, con quien estaban yá unidos, le tal su felicidad que a todos venció, matando pica a pica com grau valor ai governador francês, con que los demás dexaran lo que ocupaban".

De Francisco Pereira existe o extrato de uma relação, impresso em Anchieta, Informações e fragmentos históricos *77/78, Rio, 1886: faz-lhe referências Duarte Coelho, Fernandes Gama,* Memórias *1, 74; de sua estadia em Porto Seguro trata uma carta de Tourinho publicada por Varnhagen na*

Rev. Trim., *de 1848; sua morte descreve um jesuíta anônimo nos seguintes termos: "Francisco Pereira mandou matar um filho de um principal grande e por isso lhe deram os índios guerra e o botaram da terra e se acolheu a Porto Seguro e tornando pediu pazes e os índios não quiseram e deu-lhe um tempo dentro no porto que deu com ele à costa em Tapagipe e ali o mataram amarrado, por mão de um irmão do moço que ele mandara matar, de idade até de cinco anos, que o ajudaram a ter a espada e segundo dizem não comeram" ("De algumas cousas mais notáveis do Brasil" no* Arq. bibiogr. da bibl. da Univ., de Coimbra*, 4, 15, Coimbra, 1904.)*

Já em fins de 84 passava pela ilha de Gomera Pero do Campo Tourinho com duas caravelas e duas naus grossas e nelas seiscentos homens, muitos deles com mulheres, segundo um documento impresso por J. T. Medina, Diego García de Moguer*, 157.*

A doação de uma ilha a Duarte de Lemos em 15 de julho de 1537, o convênio de limites assentado a 14 de agosto de 1539 com Pero de Góis, atestam os serviços prestados por ambos a Vasco Fernandes Coutinho: depois de começos difíceis a capitania parece ter prosperado. Nova crise sobreveio em fins do governo de D. Duarte da Costa, e nos socorros que lhe foi levar perdeu a vida Fernão de Sá, filho do terceiro governador, como se verá no livro seguinte. Só nesta segunda fase foram mortos D. Jorge de Meneses e D. Simão de Castelo Branco, segundo se deduz da admirável carta de Manuel da Nóbrega a Tomé de Sousa.

Do primeiro donatário apenas se conhece uma lastimável carta a Mem de Sá, R. T.*, 49, I, 586/588. Fez mais de uma viagem: em 1540 estava em Lisboa, e, 1550, em Porto Seguro, anos depois em Pernambuco, talvez de volta da Europa; do encontro com o bispo Sardinha em Olinda chegou profundamente ofendido à Bahia em 1555: o bispo privara-o da cadeira de espaldar na igreja e declarara-o excomungado por beber fumo (Varnhagen diz erradamente bebidas espirituosas) "fumo sem o qual não tinha vida", segundo confessou a D. Duarte,* R. T. *49 I, 574); em 1558 partiu para o reino, como escreve Mem de Sá: parece que lá não chegou ou pelo menos lá não morreu, pois em 1672 mandou dar condigna sepultura a seus ossos guardados na Misericórdia do Espírito Santo Francisco Gil de Araújo, que comprara a donataria. (A. Lamego,* A terra goitacá*, 151, 3ruxellas, 1913.)*

De Pero de Góis há duas cartas, dirigidas uma a seu sócio Martim Ferreira em 12 de agosto de 1545, outra a el-rei em 29 de abril de 1546, reu-

nidas ambas nos Apontamentos para a história da capitania de São Tomé, *de Augusto de Carvalho, Campos, 1888. Não bastam para se constituir a crônica. Varnhagem parece ter conhecido outros documentos que não especifica. Em suas terras não entrava o trecho em que se fundou mais tarde a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, como afirma Fr. Vicente, p. 169. Seu filho Gil de Góis desistiu de todos os direitos à sucessão em 1619,* R. T.*, 59, I.*

De Antônio Cardoso de Barros, donatário de parte do Ceará, o autor nem cita o nome neste livro, nem conheceu a capitania, aliás não contestaria a parte de João Barros e sócios na do Maranhão, por falta de capitanias intermédias, que deixariam uma solução de continuidade: de C. de Barros nada consta por outra via.

Sobre João de Barros, Fernando Álvares de Andrade e Aires da Cunha quase só conhecemos o que contam documentos castelhanos. A armada fortemente organizada zarpou em fins de 35. Parece ter seguido para Pernambuco, donde parte desgarrou para as Antilhas e foi presa, Medina, D. García*, 62; parte navegou para o Rio Grande, onde não demorou, porque a grande preocupação era o ouro, isto é, as terras do Peru, já então invadidas por Pizarro e Almagro.*

A morte de Aires da Cunha não desanimou a expedição que subiu por um rio e seu afluente "duzentas e cinqüenta léguas até que não puderam ir mais por diante por causa da água ser pouca e o rio se ir estreitando de maneira que não podiam já por ele caber as embarcações", informa Gândavo, História da província de Santa Cruz*, c. 2. Um manuscrito espanhol contemporâneo (cópia na Biblioteca Nacional) reduz as léguas a cento e cinqüenta, diz que fizeram uma fortaleza na ilha em que ainda hoje está a capital do Maranhão, outra na confluência de dois rios, outra finalmente no último ponto do rio vindo da esquerda que puderam alcançar; este deve ser o Pindaré, mas o autor dá-lhe o nome de Maranhão. Antônio Baião acaba de publicar no* Bol. da Ac. das Ciências de Lisboa *muitos documentos sobre João de Barros, que contêm ligeiras referências ao Brasil.*

Da capitania de Luís de Melo da Silva não apareceu ainda nem carta de doação nem foral. Segundo documentos espanhóis levou cavalos, prova de que pretendiam internar-se; partiu em maio ou junho de 1554; em sua companhia foram rebeldes do Peru. "Ano de 1554, dia de San Martín (11 de nov.) se perdio en esta costa al lest a la boca del Maranõn Luís de Melo portugues cõ 600 êõbres que llevava em 6 navios, sin tormienta, sino que surgieró a la noche en 7 braças

y de noche baxo ai agua y quedarõ en seco", informa um mapa espanhol imp. em Cartas de Índias, *Madri, 1877. Pouco depois da catástrofe, Melo passou na Bahia de viagem para a Índia, como se verá p. 162.*

Martim Afonso e Pero Lopes não tornaram ao Brasil. Sabendo que o Conde de Castanheira desejava um pedaço de terra em sua capitania, escreveu-lhe Martim Afonso de Diu em 14 de dezembro de 1535: "mande-a tomar toda ou a que quiser, que essa será para mim a maior mercê e a maior honra do mundo", Rev. de hist. *4, 66. Sobre as duas capitanias existem livros de Taques, Fr. Gaspar e Azevedo Marques e várias monografias na* Rev. Inst. hist. de S. Paulo. *Uma carta de Luís de Góis escrita de Santos a 12 de março de 1548 deve ler-se de preferência na edição de Pedro de Azevedo,* Rev. de Hist.*, 4, 98/99.*

O período em que vigorou o regime puro dos donatários caracterizou-se por sérias desordens em terra e no mar.

Em 1543 ou 1544 transportaram em um navio do reino muitos homens, mulheres e menores e os lançaram com os pitiguares, que os comeram: as roupas, isto é, os haveres das vítimas, os malfeitores levaram à Bahia e venderam-nas; depois passaram a Ilhéus, onde em serras e brenhas os prendeu Pero Borges, primeiro ouvidor-geral, como afirma em carta escrita de Porto Seguro a 7 de fevereiro de 1550, Rev. de Hist., 4, 72, Lisboa, 1915. Vasco Fernandes deu-lhes, porém, homizio, informa Duarte de Lemos em carta de 14 de junho de 1550, cópia no Inst. Hist., geral[2], 180.

Informa ainda Pero Borges: "Houve homem que um índio principal livrou de mãos de outros malferido e maltratado e o teve em sua casa e o curou e o tornou a pôr são das feridas em salvo. Este homem tornou ali com um navio e mandou dizer ao índio principal que o tivera em sua casa que o fosse ver ao navio; cuidando o gentio que vinha ele agradecer-lhe o bem que lhe tinha feito, como o teve no navio o cativou com outros que com dia foram e o foi vender por essas capitanias."

Caso semelhante narra Pero de Góis: saiu da terra de Vasco Fernandes Coutinho um homem por nome Henrique Luís com outros e em um caravelão, sem eu ser sabedor, se foi a um porto desta minha capitania e contra o foral de V. A. resgatou o que quis e não contente com isto tomou por engano (isto é, aleivosamente) um índio, o maior principal que nesta terra havia, mais amigo dos cristãos, e o prendeu no navio tomando por ele muito resgate. Depois de por

ele lhe darem o que pediu, por se congraçar com os outros índios contrários deste que prendera, lhe levou e lhe entregou preso e lhe deu a comer.

De um depoimento prestado em Sevilha a 9 de out. de 549 (cópia na Biblioteca Nacional) consta que no ano anterior partiram dos Ilhéus um navio de Martim Vaz, de S. Vicente um de Pascoal Fernandes, desceram para Juromerim e na laguna de Viaçá aprisionaram cento e tantos homens e mulheres que estavam sendo doutrinados por um frade castelhano.

Em terra a situação não era melhor.

Duarte Coelho queixa-se amargamente dos vizinhos de Tamaracá; ele próprio não estaria livre de pecha, aí mandou dar a cutilada referida por Fr. Vicente.

Na Bahia João Bezerra, clérigo de missa, fingiu um alvará régio para prender Francisco Pereira Coutinho e o prendeu efetivamente, obrigando-o a refugiar-se em Porto Seguro; aí o descobriu mais tarde Pero Borges, mas não se animou a puni-lo por causa do caráter sacerdotal.

Nos Ilhéus Francisco Romeiro, capitão e ouvidor de Jorge de Figueiredo, aliás bom homem, mas não para ter mando de justiça, porque é ignorante e muito pobre, o que muitas vezes faz fazer aos homens o que não devem, como escrevia Pero Borges, "já tendo estado preso muitos dias no Limoeiro por crimes cometidos no seu ofício, veio reconduzido, e continuava com cousas malfeitas, imigo com algumas pessoas principais da terra, mal atentado nas cousas de justiça", segundo o mesmo testemunho.

Em Porto Seguro a 24 de novembro 1546 o donatário Pero do Campo Tourinho foi preso, logo submetido a um longo processo e afinal remetido acorrentado ao tribunal da Inquisição de Lisboa, por crime de heresia e blasfêmia. Cf. Ciências e Letras*, 6, 55/57, Rio 1917.*

Da era dos donatários alguns nomes passaram à História.

Jerônimo de Albuquerque acompanhou a irmã e o cunhado a Pernambuco e durante meio século foi a grande figura da capitania. Deixou vinte e quatro filhos, oito da índia Arco-Verde, que lhe deu liberdade e fez companhia quando ia ser morto e comido. Sua descendência enumeram Borges da Fonseca, Jaboatão, Loreto Couto; seu testamento dão Borges da Fonseca Rev. Arq. Peru.*, 28, 111/119, e Fernandes Gama, o. c. "Branco cisne venerando" chama-o o mais antigo poeta do Brasil, Bento Teixeira, na ultracamoniana* Prosopopéia*: [Cf. Lus., 6, 17: Na cabeça por gorra tinha posta – Uma mui grande casca de*

lagosta. Prosopopéia*: Não lhe vi na cabeça casca posta (como Camões descreve) de lagosta, mas uma concha lisa e bem lavrada.] A Ramiz Galvão deve-se a reimpressão desta preciosidade literária, Rio, 1823.*

A Diogo Álvares Caramuru consagrou Varnhagen um de seus primeiros estudos, R. T.*, 10, 129/152. Devia ter chegado à Bahia cerca de 1510, em circunstâncias ainda não conhecidas; que o uso do bacamarte o tornasse temido e poderoso entre os indígenas é bem possível, mas* caramuru *designava e designa ainda hoje uma moréia e Moréia assinava-se, traduzindo a alcunha, um descendente, que deu muito que falar com suas minas de prata até agora encobertas; que tivesse ido à França contesta Varnhagen e afirma Fr. Vicente no cap. 1º do livro seguinte e não há motivos sérios para pôr em dúvida o asserto. Se primeiro se uniu a Paraguaçu em 1546, depois do exício de Francisco Pereira, não pode daí originar-se a larga descendência baiana que nela celebra sua matriarca. Segundo documentos publicados por Sousa Viterbo os filhos de Caramuru chamavam-se Gaspar, Gabriel e Jorge, e o genro João de Figueiredo. Varnhagen na segunda edição dá a sesmaria concedida por Francisco Pereira Coutinho e a carta escrita por D. João III a Diogo Álvares a propósito de Tomé de Sousa,* Hist. Ger. *197/199, 236/287. Parece profundamente viciada a escritura da doação da capela da Graça feita por Paraguaçu a 16 de junho de 1586 aos frades de S. Bento: Melo Morais,* Brasil Histórico, *1, II, 124, Rio 1866.*

Brás Cubas nascido cerca de 1507, pois em uma justificação dada em Santos em fev. de 1583 (cópia na Biblioteca Nacional) declarava 76 anos, criou-se na casa de Martim Afonso de Sousa. Deste houve uma sesmaria em 25 de setembro de 1536, de que primeiro seu pai João Pires Cubas e depois ele próprio veio tomar conta em 1540. Foi capitão-mor de São Vicente, provedor da fazenda real, fundador de Santos. Há uma carta sua de 25 de abril de 1562, Rev. do Arq. Mineiro*, 7, 598, Belo Horizonte, 1902. Faleceu em 1592, segundo seu epitáfio transcrito por G. da Madre de Deus,* Memórias para a Hist. da Cap. de São Vicente*, 100, Lisboa, 1797.*

Deu realce a João Ramalho um artigo de C. M. de Almeida, publicado em 1887 na R. T.*, 40, I, identificando-o com o bacharel de Cananéia. Depois disto com ele o Inst. Hist. de S. Paulo ocupou-se fervorosa e assiduamente: só no vol. 7º da sua importante Revista sete artigos lhe são consagrados. Fora de dúvida está que João Ramalho foi um dos colonos mais antigos, preferiu o planalto à beira-mar, fez-se respeitado pelos indígenas entre os quais granjeou numerosa prole, foi*

nomeado guarda-mor-do-campo, vereou em Santo André e S. Paulo. Os hábitos adquiridos em decênios de vida solta incompatilizaram-no com os jesuítas, de cujas crônicas saiu mal notado. Muito deu que falar seu testamento, do qual sonsamente deduziu Frei Gaspar da Madre de Deus que fora ele o verdadeiro descobridor da América. O documento não foi visto só por Fr. Gaspar, mas até agora não reapareceu: cf. Washington Luís R. Inst. Hist. de S. Paulo*, 9, 563/569.*

Em 1527 Diego García encontrou em São Vicente um bacharel que ali vivia haveria uns trinta anos, e tinha genros. Um destes chamava-se Gonçalo da Costa. Teria casado com a filha do bacharel havida em Portugal antes do degredo? seriam sua mulher e filhos mamelucos? Opta pela primeira hipótese J. T. Medina. A segunda não é impossível, seria até a mais provável se não repugnasse admitir que Gonçalo levou para além-mar, como resulta dos documentos, mulher e filhos que só deviam falar a língua brasílica.

Cerca de 1540 escrevia um anônimo espanhol em relação de que a Biblioteca Nacional tem cópia; "en la ysla de Cananea y en la tierra firme della ay pobló el bachiller dexo muchas naranjeras y limones y zidras y otros muchos arbores y hizo muchas casas, que se desplobarõ despues por los pobladores de San Vicente que tuvierõ guerra los unos con los otros por que pretendia que el bachilier les avia dar obediencia".

Sobre estas guerras informa Ruy Dias de Gussman na Argentina*, 1, 8, onde diz que o bacharel se chamava Duarte Peres, melhor Pires. Este nome, contra o qual nada se pode alegar, não tem sido geralmente aceito em São Paulo nem alhures. Um historiador de crédito e consciencioso como J. T. Medina confundiu 1526 com 1536, Aires da Cunha com D. Rodrigo de Acuña, Santa Catarina com Pernambuco, para chegar à conclusão imprevista de que o bacharel de Cananéia foi Duarte Coelho! Cf. sua monografia* El portugués Gonçalo de Acosta al servicio de España*, 18, 20, 22, 23, Santiago, 1908.*

De algumas sesmarias concedidas por donatários vê-se que foi tentado aqui um regime territorial que não prevaleceu.

Na de Brás Cubas impõe-se que nem ele, nem seus herdeiros poderiam vender, dar ou trocar a terra, que há de sempre andar em sua geração e linha direta ou transversal, Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*, 6, 295.*

Na doação a Duarte de Lemos, incluiu Vasco Fernandes a concessão de todos os ofícios da ilha, o pagamento das pensões, reservando para si somente as apelações, R. T.*, 24, 210.*

. . . .

Capítulo I

De como se continuou o descobrimento do Brasil e se deu ordem a se povoar.

Posto que el-rei D. Manuel, quando soube a nova do descobrimento do Brasil, feito por Pedro Álvares Cabral, andava mui ocupado com as conquistas da Índia oriental, pelo proveito que de si prometiam, e com as de África pela glória e louvor que a seus vassalos delas resultava, não deixou, quando teve ocasião, de mandar uma armada de seis velas; e por capitão-mor delas Gonçalo Coelho, para que descobrisse toda esta costa, o qual andou por ela muitos meses descobrindo-lhe os portos e rios, e em muitos deles entrou e assentou marcos com as armas d'el-rei, que para isso trazia lavrados, mas, pela pouca experiência que até então se tinha de como corria a costa e os ventos com que se navega, passou tantos trabalhos e infortúnios que foi forçado tornar-se para o reino com duas caravelas menos, e a tempo que já era morto el-Rei D. Manuel, que faleceu no ano do Senhor de 1521, e reinava seu filho el-Rei D. João Terceiro, ao qual se apresentou com as informações que pôde alcançar. Pelas quais el-rei, parecendo-lhe cousa de importância, mandou logo outra armada, e por capitão-mor dela Cristóvão Jaques, fidalgo de sua casa, que neste descobrimento trabalhou com notável proveito sobre a clareza da navegação desta costa, continuando com seus padrões conforme o regimento que trazia.

E andando correndo esta grande costa veio dar com a Bahia que chamou de Todos os Santos, por ser no dia da sua festa, primeiro de novembro, e entrando por ela, especulando todo o seu recôncavo e rios, achou em um deles chamado de Paraguaçu duas naus francesas que estavam ancoradas comerciando com o gentio com as quais se pôs às bombardadas e as meteu no fundo com toda a gente e fazenda, e logo se foi para o reino; e deu as informações de tudo a Sua Alteza. As quais bem consideradas, com outras que já tinha de Pero Lopes de Sousa, que por esta costa também andou com outra armada, ordenou que se povoasse esta província, repartindo as terras por pessoas que se lhe ofereceram para as povoarem e conquistarem à custa de sua fazenda, e dando a cada um cinqüenta léguas por costa com todo o seu sertão, para que eles fossem não só senhores mas capitães delas, pelo que se chamam e se distinguem por capitanias. Deu-lhes jurisdição no crime de baraço e pregão, açoites e morte, sendo o criminoso peão, e sendo nobre até dez anos de degredo; e no cível cem mil réis de alçada, e que assistam às eleições dos juízes e vereadores eles ou seu ouvidor que eles fazem, como também fazem escrivães do público, judicial e notas, escrivão da Câmara, escrivão da ouvidoria, juiz e escrivão dos órfãos, meirinho da vila, alcaide do campo (que o do cárcere prove o alcaide-mor, e el-rei os ofícios da sua real fazenda, como são os dos provedores e seus meirinhos, almoxarifes, porteiros da alfândega e guardas dos navios); e, ainda que os donatários são sesmeiros das suas terras e as repartem pelos moradores como querem.

Todavia, movendo-se depois alguma dúvida sobre as datas, não são eles os juízes delas, senão o provedor da alfândega, digo da fazenda, nem os que as recebem de sesmaria têm obrigação de pagar mais que dízimo a Deus dos frutos que colhem, e este se paga a el-rei por ser mestre da Ordem de Cristo, e ele dá aos donatários a redízima, que é o dízimo de tudo o que lhe rendem os dízimos. Pertence-lhes também a vintena de todo o pescado que se pesca nos limites das suas capitanias, e todas as águas com que moem os engenhos de açúcar, pelos quais lhes pagam de cada cem arrobas duas ou três, ou conforme se concertam os senhores dos engenhos com eles ou com seus procuradores. As quais pensões não têm a Bahia, Rio de Janeiro, Paraíba e as mais capitanias de el-rei, nas quais se paga o dízimo somente. Mas no que toca à jurisdição do cível e crime já limitou el-rei depois muito, como veremos no capítulo primeiro do livro terceiro.

. . . .

Capítulo II

Das capitanias e terras que el-rei doou a Pero Lopes e Martim Afonso de Sousa, irmãos.

Como Pero Lopes de Sousa havia já andado por estas partes do Brasil, coube-lhe a escolha primeiro que a outros, e não tomou todas as suas cinqüenta léguas juntas, senão vinte e cinco em Tamaracá, de que adiante trataremos, e outras vinte e cinco em S. Vicente, que se demarcam e confrontam com as terras da capitania de seu irmão Martim Afonso de Sousa, em tanta vizinhança que não deixa de haver litígio e dúvidas, sendo que, quando de princípio as povoaram e fortificaram, foi de muito proveito esta vizinhança, por se poder ajudar um ao outro e defender do inimigo, como bem se viu depois de idos pelas muitas guerras que os moradores tiveram com os gentios e franceses, que entre eles andavam e por mar em canoas lhes vinham dar muitos assaltos e por muitas vezes os tiveram cercados e sempre se defenderam muito bem, o que não puderam fazer se as povoações e fortes não estiveram tão perto. Donde se verifica bem o que Cipião Africano disse no Senado de Roma, que era necessário continuar-se com as guerras de África porque, faltando estas, as haveria civis entre os vizinhos, como as houve entre estes (ainda que irmãos) depois que venceram os gentios; mas, descendo ao particular, a razão das dúvidas que estes senhores têm, ou seus herdeiros, acerca destas capitanias me parece que é por dizerem as suas

doações que se demarcaram pela barra do rio de S. Vicente, um pelo norte, outro pelo sul e, como este rio tem três barras, causadas de duas ilhas que o dividem, uma que corre ao longo da costa e outra dentro do rio, como se verá na descrição seguinte, daqui vem duvidar-se de qual destas barras se há de fazer a demarcação.

....

Na ilha de fora esteve uma vila que se chamou Santo Amaro, de que já não há mais que a ermida do santo; mas fez-se outra na terra firme da parte do sul chamada vila da Conceição. Na ilha de dentro há duas povoações, uma chamada de Santos, outra de S. Vicente como o rio, a qual veio edificar Martim Afonso de Sousa em pessoa, e a povoou de mui nobre gente que consigo trouxe, e assim floresceu em mui breve tempo; daqui se embarcou em o ano de 1533 para descobrir mais costa e rios dela, e foi correndo até chegar ao rio da Prata, pelo qual navegou muitos dias e, perdendo alguns navios e gente deles em os baixos do rio, se tornou pela sua capitania, donde foi chamado por Sua Alteza para o mandar por capitão-mor do mar da Índia, do que serviu muitos anos e depois de governador da Índia, donde vindo a Portugal serviu muitos anos no conselho de estado até el-Rei D. Sebastião, em cujo tempo faleceu.

Pelo sertão nove léguas do rio de S. Vicente está a vila de S. Paulo, em a qual há um mosteiro da Companhia de Jesus, outro do Carmo, e nos tem sinalado sítio para outro de nossa Seráfica Ordem, que nos pedem queiramos edificar há muitos anos com muita instância e promessas. E sem isso era incitamento bastante termos ali sepultado na igreja dos padres da Companhia um frade leigo da nossa ordem, castelhano, a quem matou outro castelhano secular, porque o repreendia que não jurasse. Foi religioso de santa vida, e confirmou-o Deus depois de seu martírio com um milagre e foi que, assentando-se uma mulher enferma de fluxo de sangue sobre a sua sepultura, ficou sã.

Ao redor desta vila estão quatro aldeias de gentio amigo que os padres da Companhia doutrinam, fora outro muito que cada dia desce do sertão.

São os ares destas duas capitanias frios e temperados como de Espanha, que já estão fora da zona tórrida, em vinte e quatro graus e mais. E assim é a terra muito sadia, fresca e de boas águas, e esta foi a primeira

onde se fez açúcar, donde se levou plantas de canas para as outras capitanias, posto que hoje se não dão tanto a fazê-lo quanto a lavoura do trigo, que se dá ali muito, e cevada e grandes vinhas, donde se colhem muitas pipas de vinho, ao qual para durar dão uma fervura no fogo. Outros se dão à criação de vacas, que multiplicam muito. E são as carnes mais gordas que em Espanha, principalmente os cevados, que se cevam com milho-zaburro e com pinhões de grandes pinhais que há agrestes, tão férteis e viçosos que cada pinha é como uma botija, e cada pinhão depois de limpo como uma castanha ou belota de Portugal. Cavalos há tantos que vale cada um cinco ou seis tostões. Mas o melhor de tudo é o ouro, de que trataremos adiante, quando tratarmos do governador D. Francisco de Sousa, que por mandado d'el-rei assistiu nas minas. Destas vilas se foi há poucos anos um morador de nação castelhana, por ser mui cioso da mulher, que era portuguesa, natural de S. Vicente e muito formosa, a morar em uma ilha chamada a Cananéia, que fica mais ao sul e chegada ao rio da Prata; mas pouco viveu sem seus receios, porque, conhecida a fertilidade da terra, se foram outros muitos com suas famílias a morar também a ela, e se fez uma povoação tão grande como estoutras.

. . . .

Capítulo III

Da terra e capitania que el-rei doou a Pedro de Góis.

Em companhia de Pero Lopes de Sousa andou por esta costa do Brasil Pedro de Góis, fidalgo honrado, muito cavaleiro, e pela afeição que tomou à terra pediu a el-Rei D. João que lhe desse nela uma capitania, e assim lhe fez mercê de cinqüenta léguas de terra ao longo da costa ou as que se achassem donde acabassem as de Martim Afonso de Sousa até que entestasse com as de Vasco Fernandes Coutinho. Da qual capitania foi tomar posse com uma boa frota, que fez em Portugal à sua custa, bem fornecida de gente e todo o necessário, e no rio chamado Paraíba, que está em vinte e um graus e dois terços, se fortificou e fez uma povoação, em que esteve bem os primeiros dois anos, e depois se lhe levantou o gentio e o teve em guerra cinco ou seis anos, fazendo às vezes pazes que logo quebravam, tanto que forçado despejar a terra e passar-se com toda a gente para a Capitania do Espírito Santo, em embarcações que para isso lhe mandou Vasco Fernandes Coutinho, donde ficou com toda a sua fazenda gastada, e muitos mil cruzados de um Martim Ferreira, que com ele armava para fazerem muitos engenhos de açúcar.

No distrito desta terra e capitania cai a terra dos aitacases, que é toda baixa e alagada, onde estes gentios vivem mais à maneira de homens marinhos que terrestres. E assim nunca se puderam conquistar, posto que a isso foram algumas vezes do Espírito Santo e Rio de Janeiro, porque,

quando se há de vir às mãos com eles, metem-se dentro das lagoas, onde não há entrar a pé nem a cavalo. São grandes búzios e nadadores e a braços tomam o peixe ainda que sejam tubarões, para os quais levam em uma mão um pau de palmo pouco mais ou menos, que lhes metem na boca direito e, como o tubarão fique com a boca aberta, que a não pode cerrar com o pau, com a outra mão lhe tiram por ela as entranhas, e com elas a vida, e o levam para a terra, não tanto para os comerem como para dos dentes fazerem as pontas das suas flechas, que são peçonhentas e mortíferas, e para provarem forças e ligeireza, como também dizem que as provam com os veados nas campinas, tomando-os a corso, e ainda com os tigres e onças e outros feros animais.

Estas e outras incredíveis cousas se contam deste gentio; creia-nas quem quiser, que o que daqui eu sei é que nunca foi alguém a seu poder que tornasse com vida para as contar. Verdade é que já hoje há deles mais notícia, porque lhes deu uma cruel doença de bexigas, que os obrigou a irem buscar e ser nossos amigos, como veremos em o livro V desta história.

. . . .

Capítulo IV

Da terra e capitania do Espírito Santo que el-rei doou a Vasco Fernandes Coutinho.

Não teve menos trabalhos com a sua capitania Vasco Fernandes Coutinho, a quem el-rei, pelos muitos serviços que lhe havia feito na Índia, lhe fez mercê de cinqüenta léguas de terra por costa, o qual a foi conquistar e povoar com uma grande frota à sua custa, levando consigo a D. Jorge de Meneses, o de Maluco, e D. Simão de Castelo Branco e outros fidalgos, com os quais, avistando primeiro a serra de mestre Álvaro, que é grande, alta e redonda, foi entrar no rio do Espírito Santo, o qual está em vinte graus; onde logo à entrada do rio, da banda do sul, começou a edificar a vila da Vitória, que agora se chama a Vila Velha em respeito da outra vila do Espírito Santo que depois se edificou uma légua mais dentro do rio, em a ilha de Duarte de Lemos, por temor do gentio. E, como o espírito de Vasco Fernandes era grande, deixando ordenados quatro engenhos de açúcar, se tornou para o reino a aviar-se para ir pelo sertão a conquistar minas de ouro e prata de que tinha novas, deixando por seu loco-tenente D. Jorge de Meneses, ao qual logo os gentios fizeram tão cruel guerra que lhe queimaram os engenhos e fazendas, e a ele mataram às flechadas, sem lhe valer ser tão grande capitão e que na Índia, Maluco e outras partes tinha feitas muitas cavalarias. O mesmo fizeram a D. Simão de Castelo Branco,

que lhe sucedeu na capitania, e a puseram em tal cerco e aperto que, não podendo os moradores dela resistir-lhes, se passaram para outras.

E, tornando-se Vasco Fernandes Coutinho do reino para a sua, por mais que trabalhou o possível pela remediar e vingar do gentio, não foi em sua mão, por estar sem gente e munições de guerra, e o gentio pelas vitórias passadas muito soberbo: antes viveu muitos anos mui afrontado dele em aquela ilha, até que depois pouco a pouco reformou as duas ditas vilas. Mas enfim, gastados muitos mil cruzados que trouxe da Índia, e muito patrimônio que tinha em Portugal, acabou tão pobremente que chegou a lhe darem de comer por amor de Deus, e não sei se teve um lençol seu em que o amortalhassem. Seu filho, do mesmo nome, também com muita pobreza viveu e morreu na mesma capitania. E não se atribua isto à maldade da terra, que é antes uma das melhores do Brasil, porque dá muito bom açúcar e algodão, gado vacum, e tanto mantimento, frutas e legumes, pescado e mariscos que lhe chamava o mesmo Vasco Fernandes o meu vilão farto. Dá também muitas árvores de bálsamo de que as mulheres, misturando-o com a casca das mesmas árvores pisadas, fazem muita contaria que se manda pera o reino e para outras partes.

Mas o que fez mal a estes senhores, depois das guerras, foi não seguirem o descobrimento das minas de ouro e prata, como determinavam. E parece que herdaram deles este descuido seus sucessores, pois, descobrindo-se depois na mesma capitania uma serra de cristal e esmeraldas, de que tenho feito menção em o capítulo quinto do primeiro livro, nem disso se trata, nem de fortificar-se a terra para defender-se dos corsários, sendo que, por ser o rio estreito, se pudera fortalecer com facilidade. Antes, levando-o pelo espiritual, me disse Francisco de Aguiar Coutinho, senhor dela, que dissera a Sua Majestade que tinha uma fortaleza na barra da sua capitania que lha defendia, e não havia mister mais, e que esta era a ermida de Nossa Senhora da Penha que ali está, aonde do mosteiro do nosso padre S. Francisco, que temos na vila do Espírito Santo, vão dois frades todos os sábados a dizer missa, e a temos a nossa conta. E na verdade a dita ermida se pode contar por uma das maravilhas do mundo, considerando-se o sítio, porque está sobre um monte alto um penedo, que é outro monte, a cujo cume se sobe por cinqüenta e cinco degraus lavrados no mesmo penedo, e em cima tem um plano em que está à igreja e capela, que é de abóbada, e ainda fica ao redor por onde anda a

procissão, cercado de peitoril de parede, donde se não pode olhar para baixo sem que fuja o lume dos olhos.

Nesta ermida esteve antigamente por ermitão um frade leigo da nossa ordem, asturiano, chamado frei Pedro, de mui santa vida, como se confirmou em sua morte, a qual conheceu alguns dias antes, e se andou despedindo das pessoas devotas, dizendo que, feita a festa de Nossa Senhora, havia de morrer. E assim sucedeu, e o acharam morto de joelhos e com as mãos levantadas como quando orava, e na trasladação de seus ossos desta igreja para o nosso convento fez muitos milagres, e poucos enfermos os tocam com devoção que não sarem logo, principalmente de febres, como tudo consta do instrumento de testemunhas que está no arquivo do mesmo convento.

Capítulo V

Da capitania de Porto Seguro.

Esta capitania foi a primeira terra do Brasil que se descobriu por Pedro Álvares Cabral indo para a Índia, como está dito no primeiro capítulo do primeiro livro, e dela fez el-rei mercê e doação de cinqüenta léguas de terra na forma das mais a Pedro do Campo Tourinho, natural de Viana, muito visto em a arte de marear. O qual, armando uma frota de navios à sua custa, com sua mulher e filhos e alguns parentes e muitos amigos, partiu de Viana e desembarcou no rio de Porto Seguro, que está em dezesseis graus e dois terços, e se fortificou no mesmo lugar onde agora é a vila, cabeça desta capitania.

Edificou mais a vila de Santa Cruz e outra de Santo Amaro, onde está uma ermida de Nossa Senhora da Ajuda em um monte mui alto, e no meio dele, no caminho por que se sobe, uma fonte de água milagrosa, assim nos efeitos que Deus obra por meio dela, dando saúde aos enfermos que a bebem, como na origem, que subitamente a deu o Senhor ali pela oração de um religioso da Companhia, segundo me disse, como testemunha de vista e bem qualificada, um neto do dito Pedro do Campo Tourinho e do seu próprio nome, meu condiscípulo em o estudo das artes e teologia, e depois deão da sé desta Bahia, a qual depois da morte de seu avô se veio a viver com sua avó e mãe, por sua mãe Leonor do Campo, com licença de

Sua Majestade, vender a capitania a D. João de Lencastre, primeiro duque de Aveiro, por cem mil réis de juro.

O qual mandou logo capitão que a governasse em seu nome e fizesse um engenho à sua custa e desse ordem a se fazerem outros, como se fizeram, posto que depois se foram desfazendo todos, assim por falta de bois, que não cria esta terra gado vacum, por causa de certa erva do pasto que o mata, como por os muitos assaltos do gentio aimoré, em que lhes mataram os escravos, pelo que também despovoaram muitos moradores e se passaram para outras capitanias.

Porém sem isto tem outras cousas pela quais merecia ser bem povoada, porque no rio Grande, onde parte com a capitania dos Ilhéus, tem muito pau-brasil, e no rio das Caravelas muito zimbo, dinheiro de Angola, que são uns buziozinhos mui miúdos de que levam pipas cheias e trazem por elas navios de negros, e na terra deste rio e em todas as mais que há até entestar com as de Vasco Fernandes Coutinho, se dá muito bem o gado vacum e se podem com facilidade fazer muitos engenhos.

. . . .

Capítulo VI

Da capitania dos Ilhéus.

Quando el-rei D. João Terceiro repartiu as capitanias do Brasil, fez mercê de uma delas, com cinqüenta léguas de terra por costa, a Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da sua fazenda, a qual começa da ponta do sul da barra da Bahia, chamada o morro de S. Paulo, por diante.

Este Jorge de Figueiredo fez uma frota bem provida do necessário e moradores, com a qual mandou um castelhano, grande cavaleiro, homem de esforço e experiência, chamado Francisco Romeiro, o qual, desembarcando no dito morro, começou ali a povoar e por se não contentar do sítio se passou para onde está a vila dos Ilhéus, que assim se chama pelos que tem defronte da barra. E, vindo assentar pazes com o gentio tupinaquim, foi com a capitania em grande crescimento, e neste estado a vendeu o donatário com licença de Sua Majestade a Lucas Giraldes, que nela meteu grande cabedal, com que veio a ter oito engenhos, ainda que os feitores (como costumam fazer no Brasil) lhe davam em conta a despesa por receita, mandando-lhe mui pouco ou nem um açúcar. Pelo que ele escreveu a um florentino chamado Tomás, que lhe pagava com cartas de muita eloqüência: "Thomazo, quiere que te diga, manda la asucre deixa la parolle", e assinou-se, sem escrever mais letra.

Mas não foi este o mal desta capitania, senão a praga dos selvagens aimorés, que com seus assaltos cruéis fizeram despovoar os engenhos e, se hoje estão já de paz, ficaram os homens tão desbaratados de escravos e mais fábrica que se contentam com plantar mantimento para comer. Porém no rio do Camamu e nas ilhas de Tinharé e Boipeba, que são da mesma capitania e estão mais perto da Bahia, há alguns bons engenhos e fazendas, e no rio de Taipé, que dista só duas léguas dos Ilhéus, tem Bartolomeu Luís de Espinha um engenho e junto dele está uma lagoa de água doce, onde há muito e bom peixe do mar e peixes-bois, e um pomar formoso de marmelos, figos e uvas e frutas de espinho.

Capítulo VII

Da capitania da Bahia.

Toma esta capitania o nome da baía por ter uma tão grande que por antonomásia e excelência se levanta com o nome comum e apropriando-o a si se chama a Bahia, e com razão, porque tem maior recôncavo, mais ilhas e rios dentro de si que quantas são descobertas no mundo, tanto que, tendo hoje cinqüenta engenhos de açúcar, e para cada engenho mais de dez lavradores de canas de que se faz o açúcar, todos têm seus esteiros e portos particulares; nem há terra que tenha tantos caminhos, por onde se navega. As ilhas que dentro de si tem, entre grandes e pequenas, são trinta e duas: só tem um senão que é não se poder defender a entrada dos corsários, porque tem duas bocas ou barras uma dentro da outra: a primeira a leste da ponta do padrão da Bahia ou morro de S. Paulo, que é de doze léguas, a segunda, que é a interior, ao sul da dita barra ou ponta do padrão à ilha de Itaparica, que é boca de três léguas.

Está esta baía em treze graus e um terço, e tem em seu circuito a melhor terra do Brasil; porque não tem tantos areais como as da banda do norte, nem tantas penedias como as do sul, pelo que os índios velhos comparam o Brasil a uma pomba, cujo peito é a Bahia, e as asas as outras capitanias, porque dizem que na Bahia está a polpa da terra, e assim dá o melhor açúcar que há nestas partes.

Também é tradição antiga entre eles que veio o bem-aventurado apóstolo S. Tomé a esta Bahia, e lhes deu a planta da mandioca e das bananas-de-são-tomé, de que temos tratado no primeiro livro; e eles, em paga deste benefício e de lhes ensinar que adorassem e servissem a Deus e não ao Demônio, que não tivessem mais de uma mulher nem comessem carne humana, o quiseram matar e comer, seguindo-o com efeito até uma praia donde o santo se passou de uma passada à ilha de Maré, distância de meia légua, e daí não sabem por onde. Devia de ser indo pera Índia, que quem tais passadas dava bem podia correr todas estas terras, e quem as havia de correr também convinha que desse tais passadas. Mas, como estes gentios não usam de escrituras, não há disto mais outra prova ou indícios que achar-se uma pegada impressa em uma pedra naquela praia, que diziam ficara do santo quando se passou à ilha, onde em memória fizeram os portugueses no alto uma ermida do título invocação de S. Tomé.

Pela banda do norte parte esta capitania com a de Pernambuco pelo rio de S. Francisco, o qual era merecedor de se escrever não só em um capítulo particular senão em muitos, por as muitas e grandes cousas que dels se dizem, mas contento-me com passá-las em suma ou a vulto, como hei passado outras, porque estão todas as do Brasil tão desacreditadas que não sei se inda assim [as] quererão ler. Está este rio em altura de dez graus e uma quarta; na boca da barra tem duas léguas de largo; entra a maré por ele outras duas somente e daí para cima é água doce, donde há tão grandes pescarias que em quatro dias carregam de peixe quantos caravelões lá vão e, se querem, navegam por ele até vinte léguas, ainda que sejam de cinqüenta toneladas de porte. No inverno não traz tanta água nem corre como no verão e no cabo das ditas vinte léguas faz uma cachoeira por onde a água se despenha e impede a navegação; porém daí por diante se pode navegar, em barcos que lá se armarem, até um sumidouro, a onde este rio vem dez ou doze léguas por baixo da terra. E também é navegável daí para cima oitenta ou noventa léguas, podendo navegar barcos, ainda mui grandes, pela quietação com que corre o rio quase sem sentir-se, e os índios amaupirás navegam por ele em canoas.

É gentio este que ainda não foi tratado e dizem que se ataviam com algumas peças de ouro, pelo que Duarte Coelho de Albuquerque, senhor que foi de Pernambuco, tratou no reino desta conquista, mas nunca se fez,

nem o rio se povoou até agora mais que de alguns currais de gado e roças de farinha ao longo do mar, sendo assim que é capaz de boas povoações, porque tem muito pau-brasil e terras para engenhos. Não trato do rio de Sergipe, do rio Real e outros que ficam nos limites desta capitania da Bahia, por não ser prolixo e também porque ao diante pode ser tenham lugar.

Desta capitania da Bahia fez mercê el-rei D. João Terceiro a Francisco Pereira Coutinho, fidalgo mui honrado, de grande fama e cavalarias em a Índia, o qual veio em pessoa com uma grande armada à sua custa, em o ano do nascimento do Senhor de 1535, e desembarcando da ponta do padrão da baía para dentro se fortificou onde agora chamam a Vila Velha. Esteve de paz alguns anos com os gentios e começou dois engenhos. Levantando-se eles depois, lhos queimaram e lhe fizeram guerra por espaço de sete ou oito anos, de maneira que lhe foi forçado e aos que com ele estavam embarcarem-se em caravelões e acolherem-se à capitania dos Ilhéus, aonde o mesmo gentio, obrigado da falta do resgate que com eles faziam, se foram ter com eles, assentando pazes e pedindo-lhes que se tornassem, como logo fizeram com muita alegria. Porém levantando-se uma tormenta deram à costa dentro na baía na ilha de Taparica, onde o mesmo gentio os matou e comeu a todos, exceto um Diogo Álvares, por alcunha posta pelos índios o Caramuru, porque lhe sabia falar a língua. E não sei se ainda isto bastaria pelo que são carniceiros e ficaram encarniçados nos companheiros, se dele não se namorara a filha de um índio principal que tomou a seu cargo o defendê-lo. E desta maneira acabou Francisco Pereira Coutinho com todo o seu valor e esforço, e a sua capitania com ele.

. . . .

Capítulo VIII

Da capitania de Pernambuco, que el-rei doou a Duarte Coelho.

As cinqüenta léguas de terra desta capitania se contêm do rio de São Francisco, de que tratei no capítulo próximo passado, até o rio de Igaraçu, de que tratei no capítulo segundo deste livro, e chama-se de Pernambuco, que quer dizer mar furado, por respeito a uma pedra furada por onde o mar entra, a qual está vindo da ilha de Tamaracá. E também se poderá assim chamar por respeito ao porto principal desta capitania, que é o mais nomeado e freqüentado de navios que todos os mais do Brasil, ao qual se entra pela boca de um recife de pedra tão estreita não cabe mais de uma nau enfiada após outra e, entrando desta barra ou recife para dentro, fica logo ali um poço ou surgidouro, onde vêm acabar de carregar as naus grandes, e nadam as pequenas carregadas de cem toneladas ou pouco mais, para o que está ali uma povoação de duzentos vizinhos com uma freguesia do Corpo Santo, de quem são os mareantes mui devotos, e muitas vendas e tabernas e os paços de açúcar, que são umas lojas grandes onde se recolhem os caixões até se embarcarem nos navios.

Esta povoação, que se chama do Recife, está em oito graus, uma légua da vila de Olinda, cabeça desta capitania, aonde se vai por mar e por terra, porque é uma ponta de areia como ponte, que o mar da costa que entra pela dita boca cinge ao leste, e voltando pela outra parte faz um rio estreito que a cinge ao loeste, pelo qual rio navegam com a maré muitos

batéis e as barcas que levam as fazendas ao varadouro da vila, onde está a alfândega. A vila se chama de Olinda, nome que lhe pôs um galego, criado de Duarte Coelho, porque, andando com outros por entre o mato buscando o sítio onde se edificasse, achando este que é em um monte alto, disse com exclamação e alegria: *O'linda!*

Desta capitania fez el-rei D. João Terceiro mercê a Duarte Coelho, pelos muitos serviços que lhe havia feito na Índia, na tomada de Malaca e em outras ocasiões, o qual, como tinha tão valorosos e altos espíritos, fez uma grossa armada em que se embarcou com sua mulher D. Beatriz de Albuquerque e seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, e foi desembarcar no rio de Igaraçu, onde chamam os marcos, porque ali se demarcam as terras de sua capitania com as de Tamaracá e as mais que se deram a Pedro Lopes de Sousa, onde já estava uma feitoria de el-rei para o pau-brasil e uma fortaleza de madeira que el-rei lhe largou. E nela se recolheu e morou alguns anos, e ali lhe nasceram seus filhos Duarte de Albuquerque Coelho e Jorge de Albuquerque, e uma filha chamada D. Inês de Albuquerque, que casou com D. Jerônimo de Moura, e cá morreram ambos e um filho que houveram, todos três em uma semana.

Dali deu Duarte Coelho ordem a se fazer a vila de Igaraçu uma légua pelo rio dentro, do qual tomou o nome, e também se chama a vila de S. Cosme e Damião, pela igreja matriz que tem deste título e orago, a qual é mui freqüentada dos moradores da vila de Olinda que dista dela quatro léguas e de outras partes mais distantes, pelos muitos milagres que o Senhor faz ali pelos merecimentos e intercessão dos santos. Esta vila encarregou Duarte Coelho a um homem honrado, vianês, chamado Afonso Gonçalves, que já o havia acompanhado da Índia. Da vila de Igaraçu, ou dos santos Cosmos, mandou vir de Viana seus parentes, que tinha muitos e mui pobres, os quais vieram logo com suas mulheres e filhos, e começaram a lavrar a terra entre os mais moradores que já havia, plantando mantimentos e canas-de-açúcar, para o qual começava já o capitão a fazer um engenho. E em tudo os ajudavam os gentios que estavam de paz, e entravam e saíam da vila, com seus resgates ou sem eles, cada vez que queriam.

Mas, embebedando-se uma vez, uns poucos se começaram a ferir e matar, de modo que foi necessário mandar o capitão alguns brancos com seus escravos que os apartassem, ainda que contra o parecer dos nossos línguas

e intérpretes, que lhe disseram os deixasse brigar e quebrar as cabeças uns aos outros, porque, se lhes acudiam, como sempre se receiem dos brancos, haviam cuidar que os iam prender e cativar, e se haviam de pôr em resistência. E assim foi, que logo se fizeram em um corpo e com a mesma fúria que uns traziam contra os outros se tornaram todos aos nossos, sem bastar vir depois o mesmo capitão com mais gente para os acabar de aquietar. E o pior foi que alguns que ficaram fora da bebedice se foram logo correndo à sua aldeia apelidando arma, porque os brancos se haviam já descoberto com eles, e tinham presos, mortos e cativos e feridos quantos estavam na vila, e assim o iriam fazendo pelas aldeias e para mais confirmação desta mentira levaram um dos mortos, que era filho do principal da aldeia, com a cabeça quebrada, dizendo que por ali veriam se falavam verdade,

o qual visto e ouvido pelo principal e pelos mais, se puseram logo em arma e foram dar em os escravos do capitão, que andavam no mato cortando madeira, onde mataram um, os outros fugiram para a vila a contar o que se passava. E não bastou mandar-lhes o capitão dizer que os seus próprios fizeram a briga e se mataram uns aos outros com a bebedice, e que os brancos foram só apartá-los e eram seus amigos. Nada disto bastou, antes apelidou o principal o das outras aldeias, mandando-lhes parte do escravo do capitão que haviam morto, para que se cevassem nela, como os da sua haviam feito na outra, e assim se ajuntaram infinitos e puseram em cerco a vila, dando-lhe muitos assaltos e matando alguns moradores, e entre eles o capitão Afonso Gonçalves de uma flechada que lhe deram por um olho e lhe penetrou até os miolos. O qual os da vila recolheram e enterraram com tanto segredo que o não souberam os inimigos em dois anos que durou o cerco, antes viam tanta vigia e concerto que parecia estar dentro algum grande capitão, sendo que cada um o era de si mesmo e a necessidade de todos, porque até as mulheres vigiavam o seu quarto na fortaleza enquanto os homens dormiam.

E estando elas de poste uma noite, vendo os inimigos tanto silêncio que parecia não haver ali gente, subiram alguns e começaram a entrar pelas portinholas das peças; mas elas, que os haviam sentido subir, os estavam aguardando com suas partazanas nas mãos e, quando estavam já com meio corpo dentro, lhas meteram pelos peitos e os passaram de parte a parte. E uma, não contente com isso, tomou um tição e pôs fogo a uma peça, com

que fez fugir os outros e espertar os nossos, que foi um feito mui heróico para mulheres terem tanto silêncio e tanto ânimo.

O aperto maior que houve neste cerco foi o da fome, porque se não podiam valer de suas roças onde tinham o mantimento, nem do mar para pescar e mariscar e, se da ilha de Tamaracá os não socorreram pelo rio em um barco, sem dúvida morreram todos à fome. E ainda este socorro lhe quiseram estorvar por muitos modos, mandando ameaçar aos da ilha que só por isto lhes iriam fazer guerra e, esperando o barco quando passava, lhe tiravam de terra muitas flechadas, pelo que era necessário ir mui bem empavesado, e contudo sempre feriam alguns remeiros.

E uma vez determinaram fazer uma armadilha com que metessem o barco no fundo com quantos iam nele, e para este efeito cortaram uma grande árvore que estava em uma ponta de terra por onde haviam de ir costeando, e não a cortaram de todo, senão quanto se tinha por uma corda, para que, quando passasse o barco por junto dela, então a largassem e deixassem cair. Mas quis Deus que eles caíssem na armadilha que fizeram, porque a árvore não caiu para fora senão para a terra e os colheu debaixo, matando e ferindo a muitos.

Outros muitos milagres obrou Nosso Senhor neste cerco, pela intercessão dos bem-aventurados S. Cosme e Damião, padroeiro desta vila, que, se isto não fora, não se puderam sustentar com tantas necessidades quantas padeciam. Nem Duarte Coelho os podia socorrer, por estar também neste tempo em contínuos assaltos do gentio na vila de Olinda e lhe terem por terra todos os caminhos tomados. Somente mandou levar em uns barcos as crianças e a mais gente que não pudesse pelejar, por que não estorvassem nem comessem o mantimento aos mais, que não foi pequeno acordo para aquele tempo, até que quis Nosso Senhor que os mesmos inimigos, cansados já de pelejar, se pacificaram e tornaram a ter paz e amizade com os brancos, com o que tornaram a fazer suas fazendas.

Capítulo IX

De como Duarte Coelho correu a costa da sua capitania, fazendo guerra aos franceses e paz com o gentio e se foi para o Reino.

NÃO menos foi o aperto em que Duarte Coelho (como temos tocado) teve todo este tempo na Vila de Olinda, tendo-o por algumas vezes os inimigos posto em cerco em a sua torre, com muitas necessidades de fome e sede, contra quem não valiam as balas que valerosamente atiravam de dentro, ainda que com elas matavam muitos gentios e franceses. Mas Deus Nosso Senhor, que excitou o ânimo de Raab, mulher desonesta, para que escondesse as espias de seu povo e fosse instrumento da vitória que se alcançou contra Jericó, o excitou também à filha de um principal destes gentios, que se havia afeiçoado a um Vasco Fernandes de Lucena, e de quem tinha já filhos, para que fosse entre os seus e, gabando os brancos às outras, as trouxesse todas carregadas de cabaços de água e mantimentos, com que os nossos se sustinham, porque isto faziam muitas vezes e com muito segredo.

E era este Vasco Fernandes de Lucena tão temido e estimado entre os gentios que o principal se tinha por honrado em tê-lo por genro, porque o tinham por grande feiticeiro. E assim uma vez que o cerco era mais apertado e estavam os de dento receosos de os entrarem, saiu ele só fora e lhes começou a pregar na sua língua brasílica que fossem amigos dos

portugueses, como eles o eram seus, e não dos franceses, que os enganavam e traziam ali para que fossem mortos. E logo fez uma risca no chão com um bordão que levava, dizendo-lhes que se avisassem que nem um passasse daquela risca para a fortaleza, porque todos os que passassem haviam de morrer. Ao que o gentio deu uma grande risada, fazendo zombaria disto, e sete ou oito indignados se foram a ele para o matarem, mas, em passando a risca, caíram todos mortos, o que visto pelos mais levantaram o cerco e se puseram em fugida. Não crera eu isto, posto que o vi escrito por pessoa que o afirmava, se não soubera que neste próprio lugar onde se fez a risca defronte da torre, se edificou depois um suntuoso templo do Salvador, que é matriz das mais igrejas de Olinda, onde se celebram os divinos ofícios com muita solenidade, e assim não se há de atribuir a feitiços senão à divina providência, que quis com este milagre assinalar o sítio e imunidade do seu templo.

Com estas e outras vitórias, alcançadas mais por milagres divinos que por forças humanas, cobrou Duarte Coelho tanto ânimo que não se contentou de ficar na sua povoação pacífico, senão ir-se em suas embarcações pela costa abaixo até o rio de S. Francisco, entrando nos portos todos de sua capitania, onde achou naus francesas que estavam ao resgate de pau-brasil com o gentio e as fez despejar os portos e tomou algumas lanchas de franceses, posto que não tanto a seu salvo e dos seus que não ficassem muitos feridos, e ele de uma bombardada, de que andou muito tempo maltratado. E contudo não se quis recolher até não limpar a costa toda destes ladrões e fazer as pazes com os mais índios, e isso feito se tornou para a sua povoação com muitos escravos que lhe deram os índios, dos que tinham tomados em suas guerras que uns lá tinham com os outros, com o que se fez também muito temido e estimado dos circunvizinhos de Olinda, dizendo todos aquele homem devia ser algum diabo imortal, pois se não contentava de pelejar em sua casa com eles e com os franceses, mas ainda ia buscar fora com quem pelejar, e com isto, mais por medo que por vontade, lhe foram dando lugar para fazer um engenho uma légua da vila, e seu cunhado Jerônimo de Albuquerque outro e os lavradores suas roças de mantimentos e canaviais, a que o gentio os vinha ajudar, e lhes traziam muitas galinhas, caças e frutas do mato, peixe e mariscos, a troco de anzóis, facas, foices e machados que eles estimavam muito. Fez também caravelões

e lanchas em que fossem resgatar com os da costa com que tinha feito pazes, donde, a troco das mesmas ferramentas e de outras cousas de pouca valia, resgatavam muitos escravos e escravas, de que se serviam e os casavam com os outros livres, que os serviam tão bem como os cativos.

Vendo Duarte Coelho que a terra estava quieta e os moradores contentes, determinou ir-se a Portugal com seus filhos, deixando o governo da capitania a seu cunhado Jerônimo de Albuquerque em companhia da irmã. O intento que o levou devia ser para requerer seus serviços, que na verdade eram grandes e, ainda que eram para seu proveito e de seus descendentes, aos quase rende hoje a capitania perto de vinte mil cruzados, muito mais eram para el-rei, a quem só os dízimos passam a cada ano de sessenta mil cruzados, fora o pau-brasil e direitos de açúcar, que importam muito desta capitania por haver em ela cem engenhos. Porém, como ainda então não haviam tantos nem tanta renda, e devia estar mexericando com el-rei, que lhe tomara a jurisdição, quando lhe foi beijar a mão lho remocou e recebeu com tão pouca graça que, indo-se para casa, enfermou de nojo, e morreu daí a poucos dias. Pelo que, indo Afonso de Albuquerque com dó ao paço, e sabendo el-rei dele por quem o trazia, lhe disse: "Pesa-me ser morto Duarte Coelho, porque era muito bom cavaleiro." Esta foi a paga de seus serviços, mas muito diferente a que de Deus receberia, que e só o que paga dignamente, e ainda *ultra condignum*, aos que o servem.

. . . .

Capítulo X

De como na ausência de Duarte Coelho ficou governando Jerônimo de Albuquerque a capitania de Pernambuco e do que nela aconteceu neste tempo.

Rezão tinha (se tivera perfeito uso dela) o gentio desta capitania para não se inquietar e inquietá-la com a absência de Duarte Coelho, pois ficava em seu lugar sua mulher D. Beatriz de Albuquerque, que a todos tratava como filhos, e Jerônimo de Albuquerque, seu irmão, que, assim por sua natural brandura e boa condição, como por ter muitos filhos das filhas dos principais, os tratava a eles com respeito. Mas, como é gente que se leva mais por temor que por amor, tanto que viram absente o que temiam, começaram a fazer das suas matando e comendo a quantos brancos e negros seus escravos encontravam pelos caminhos, e o pior era que nem por isto deixavam de lhes vir à casa com seus resgates, dizendo que eles o não faziam, senão alguns velhacos, que haviam mister bem castigados. Muito dava isto em que entender a Jerônimo de Albuquerque por não saber que conselho tomasse, e assim chamou a ele os oficiais da câmara e outras pessoas que o podiam dar, e juntos em sua casa lhes perguntou o que faria. Começou logo cada um a dizer o que sentia, e os mais foram de parecer que os castigassem e lhes fizessem guerra; mas, não concordando em o modo dela, se desfez a junta sem resolução do caso e se foi cada um para sua casa. Só ficaram alguns que melhor sentiam e entre eles um chamado Vasco Fernandes de Lucena, homem

grave e muito experimentado nesta matéria de índios do Brasil, que lhes sabia bem a língua e as tretas de que usam.

O qual disse ao governador que não era bem dar guerra a este gentio sem primeiro averiguar quais eram os culpados, por que não ficassem pagando os justos por os pecadores; e que ele (se lhe dava licença) daria ordem e traça com que eles mesmos se descobrissem e acusassem uns aos outros, e sobre isso ficassem entre si divisos e inimigos mortais, que era o que mais importava, porque todo o reino em si diviso será assolado, e uns aos outros se destruíram sem nós lhes fazermos guerra e, quando fosse necessario fazer-lha, nos ajudaríamos do bando contrário, que foi sempre o modo mais fácil das guerras que os portugueses fizeram no Brasil, e para isto mandasse logo ordenar muitos vinhos e convidar os principais das aldeias para que os viessem beber, e no mais deixasse a ele o cargo.

Pareceu isto bem aos que ali estavam e o governador, encomendando-lhes o segredo como convinha, mandou fazer os vinhos e, eles feitos, mandou chamar os principais das aldeias dos gentios e, tanto que vieram, os mandou agasalhar pelas línguas ou interpretes, que o fizeram ao seu modo, bebendo com eles, por que não suspeitassem ter o vinho peçonha e o bebessem de boa vontade. E, depois que estiveram carregados, lhes disse Vasco Fernandes de Lucena que o governador os mandara chamar por que determinava ir fazer guerra aos tabaiaras, que eram outros gentios seus contrários, o que não queria fazer sem sua ajuda.

Porém, como entre eles havia alguns velhacos, como eles mesmos confessavam, que ainda em sua presença matavam e comiam os portugueses e seus escravos que achavam pelos caminhos, se receava que em sua absência viriam a suas casas a matar suas mulheres e filhos, pelo que era necessário, antes que se partissem, saber quem eram estes para os castigar e premiar os bons. E, como eles (deve de ser pela virtude do vinho, que entre outras tem também esta) nunca falam a verdade senão quando estão bêbados, começaram a nomear os culpados, e sobre isto vieram as pancadas e flechadas, ferindo-se e matando uns a outros, até que acudiu o governador Jerônimo de Albuquerque e os prendeu e, depois de averiguar quais foram os homicidas dos brancos, uns mandou pôr em bocas de bombardas e dispará-las à vista dos mais, para que os vissem voar feitos pedaços, e outros entregou aos acusadores que os mataram em terreiro e os comeram em confirmação da sua inimizade, e assim a tiveram daí avante tão grande como se fora de muitos anos;

e se dividiram em dois bandos, ficando os acusadores com os seus sequazes, que era o maior número, onde antes estavam, da vila até a mata do pau-brasil, por onde tiveram os portugueses lugar de se alargarem por esta parte e fazerem seus engenhos e fazendas, assim na várgea de Capiguaribe, que é a melhor de toda esta capitania, como em todo o espaço que há até à vila de Igaraçu; e a gente dos culpados e acusados se passou para as matas do cabo de Santo Agostinho, louvando aos portugueses que haviam feito justiça. Porém de lá vinham fazer tanta guerra a estoutros nossos amigos, de uma grande cerca que fizeram nos outeiros que cercam a várzea de Capiguaribe da banda do sul, chamados Guararapes, que foi necessário ao capitão-mor Jerônimo de Albuquerque ir dar nela com os brancos que pôde ajuntar, e mais de dez mil de estoutros índios, que para isto se lhe ofereceram de boa vontade e, como eram tantos e os da cerca seiscentos flecheiros, com muita confiança remeteram a ela e a acometeram por todas as partes, parecendo-lhes que já a tinham ganhada. Mas os de dentro, como andavam mais resguardados, se defenderam e os ofenderam de modo, matando e ferindo tantos, que foi forçado aos capitães, depois de muitas horas de peleja, mandá-los recolher para uma caiçara ou cerca de rama, que fizeram vinte e cinco braças afastada da dos contrários. E houve toda aquela noite grande jogo de pulhas e bravatas de parte a parte, como costumam.

Dizendo todavia os contrários sempre que não o haviam com os brancos, antes queriam sua amizade, senão com os índios. E assim o mostraram o dia seguinte, porque, estando os nossos portugueses e índios muito descuidados, cuidando que não os viriam buscar, eles com um socorro de duzentos flecheiros que lhes veio de outra aldeia, saíram com tanta pressa e os cometeram com tanta fúria que a mui não deram lugar para tomar armas, e sem elas e sem ordem alguma lançaram a fugir, tirado o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, que se foi retirando com os portugueses ordenadamente, mas não tanto a seu salvo que lhe não quebrassem um olho com uma flecha em aquela primeira remetida, que depois não quiseram segui-los senão aos negros que iam fugindo, nos quais fizeram grande destruição e matança, de que depois se vingaram indo com Duarte Coelho de Albuquerque, que por morte de seu pai veio com seu irmão Jorge de Albuquerque a governar esta sua capitania, e foi dar guerra a este gentio do cabo, como a seu tempo contaremos.

. . . .

Capítulo XI

Da capitania de Tamaracá.

Já disSEMOS em o capítulo segundo como Pero Lopes de Sousa não tomou as cinqüenta léguas de terra de que el-rei lhe fez mercê todas juntas, senão repartidas, vinte e cinco da capitania de S. Vicente para o sul e outras vinte e cinco da capitania de Pernambuco para o norte, a que chamam de Tamaracá, por respeito de uma ilha assim chamada, na qual está situada a vila da Concepção com uma igreja matriz do mesmo título e outra da Santa Misericórdia.

A ilha tem duas léguas de comprido, ou pouco mais; ao redor dela vêm desembocar cinco rios, dos quais o de Igaraçu, que demarca e extrema esta capitania da de Pernambuco e está em sete graus e um terço, alaga da ilha da parte do sul, onde está a dita vila e o porto dos navios, os quais para entrarem têm por baliza e sinal umas barreiras vermelhas, com as quais pondo-se nordeste-sudoeste entram pela barra à vontade. Outra barra tem a ilha à parte do norte, pela qual entram caravelões da costa. Os outros rios que da terra firme desta Capitania vêm desembocar ao redor desta ilha são os de Araripe, Tapirema, Tujucupapo e Gueena, nos quais há mui bons engenhos de açúcar, principalmente em este último de Gueena, onde está outra freguesia.

Em esta ilha de Tamaracá tinham os franceses feita uma fortaleza com um presídio de mais de cem soldados, com muitas munições e artilha-

ria, onde se recolhia a gente dos seus navios quando vinham a carregar de pau-brasil, que os gentios lhe cortavam e acarretavam aos ombros a troco de ferramenta e outros resgates de pouca valia que lhes davam, como também lhes traziam a troco dos mesmos muito algodão e fiado e redes feitas em que dormem, bugios, papagaios, pimenta, e outras cousas que a terra dá, que para os franceses era de muito ganho. E por esta causa assim neste porto como em os mais do Brasil comerciavam com o gentio e os alteravam contra os portugueses, induzindo-os que os não consentissem povoar, antes os matassem e comessem, porque o mesmo vinham eles a fazer. O qual sabido por el-Rei João Terceiro, ordenou uma armada mui bem provida de todo o necessário, e mandou nela por capitão-mor Pero Lopes de Sousa, para que viesse primeiramente a esta ilha e daqui a todos os mais portos, e lançasse deles todos os franceses que achasse e destruísse suas fortalezas e feitorias, levantando outras, donde lhe carregassem o pau-brasil por sua conta, porque esta era a droga que tomava para si.

Esta armada partiu de Lisboa e navegou prosperamente até avistar a ilha de Tamaracá a tempo, que havia dela saído uma nau francesa carregada para França, a qual cuidou fugir-lhe, mas mandou atrás dela uma caravela muito ligeira, e por capitão dela um João Gonçalves, homem de sua casa, de cujo esforço tinha muita confiança, pela experiência que dele tinha de outras armadas em que o acompanhou contra os corsários na costa de Portugal e de Castela. E, como caravela era um pensamento e a nau francesa sobrecarregada, posto que alojou muita parte da carga do pau-brasil, enfim foi alcançada e, querendo se pôr em defesa, lhe tiraram da nossa com um pelouro de cadeia, que acolheu de proa a popa e a desenxarceou de uma banda e lhe matou alguns homens, com o que se renderam os mais, que eram trinta e cinco entre grandes e pequenos, e a nau com oito peças de artilharia.

Com a qual presa se tornou o capitão João Gonçalves havendo já vinte e sete dias que o capitão-mor estava na ilha, onde teve informação de outra nau que vinha de França com munições e resgates aos franceses, e a mandou esperar por outras duas caravelas, de que foram por capitães Álvaro Nunes de Andrada, homem fidalgo, galiz, da geração dos Andradas e Gamboas, e Sebastião Gonçalves d'Averlos, os quais a tomaram e entraram com ela na mesma maré, em que João Gonçalves entrou com a outra.

Com que os franceses da fortaleza começaram a enfraquecer e desmaiar, e muito mais porque se lhes levantou um levantisco e alguns portugueses que eles tinham tomado e andavam entre os gentios, os quais, como lhe sabiam já falar a língua, os amotinaram contra os franceses, de tal modo que, se Pero Lopes de Sousa lhes não proibira, quiseram logo matá-los e comê-los que tão variável é o gentio e amigo de novidades. E assim vieram logo os principais oferecer-se a Pero Lopes de Sousa para isto e para tudo o mais que lhes mandasse. O qual os recebeu benignamente, e lhes disse que não fizessem o mal aos franceses porque todos eram irmãos, nem ele lho havia de fazer se lhe não resistissem, antes muitos benefícios e favores.

Sabido isto pelos franceses (que logo lhe foram dizer) lhe mandou o seu capitão oferecer que fosse tomar entrega da fortaleza e deles, que todos queriam ser seus prisioneiros e cativos e só pediam mercê das vidas. E assim se fez, não esperando o capitão da fortaleza que Pero Lopes de Sousa chegasse a ela, mas ao caminho lhe trouxe as chaves e lhas entregou com todos os seus soldados desarmados. Ele lhes mandou entregar a sua roupa e, despejada a fortaleza da artilharia e do mais que tinha, a mandou arrasar, fazendo outra mais forte na povoação, e outra nos marcos, para resguardo da feitoria d'el-rei, que depois Sua Alteza deu a Duarte Coelho, onde logo se tratou de fazer muito pau para a carga dos navios. E enquanto estas cousas se faziam, sucedeu uma noite que, estando o capitão-mor com a candeia acesa e janela aberta, lhe tiraram de fora com duas flechas, das quais uma lhe foi tocando com as penas pelo roupão e ambas se foram pregar em umas rodelas que estavam defronte na parede. O qual, suspeitando nos franceses, mandou pela manhã que os enforcassem todos e, começando-se a fazer execução, vendo dois que ele havia tomado para a fortaleza por serem bombardeiros, que os mais eram inocentes, disseram em altas vozes que eles eram os culpados, que lhe haviam atirado cuidando de o acertarem e nem um daqueles outros tinha culpa. Pelo que mandou só estar a execução neles, e enforcar a estes outros. Mas estavam já muitos enforcados e cá se consumiram todos, com que os gentios ficaram estimando mais os portugueses e os começaram a ajudar a fazer suas roças e fazendas e a cortar e trazer o pau que se havia de carregar nos navios de el-rei, o que tudo se lhes pagava muito a seu gosto.

Carregados os navios da armada que o capitão havia trazido para este efeito, se partiram para o Reino, e ele nos outros foi a correr a

costa, como el-rei lhe mandava, onde entrou em muitos portos e queimou algumas naus francesas que achou, mas os franceses lhe fugiram pela terra dentro com os gentios, donde depois nos fizeram muito mal. Ultimamente chegou a São Vicente, onde achou a seu irmão mais velho, Martim Afonso de Sousa, fortificando e povoando a sua capitania e, dando ordem a se povoar e fortificar também a sua de S. Vicente para o sul, se tornou a esta de Tamaracá e, achando boa informação de um Francisco de Braga, grande língua do Brasil, que havia deixado em seu lugar, o tornou a deixar com todos os seus poderes e se tornou a Portugal a dar conta a el-rei do que tinha feito, donde foi por capitão-mor de quatro naus para a Índia o ano de 1539, e à tornada para o Reino se sumiu a nau em que vinha, sem nunca mais aparecer nem cousa alguma dela.

Capítulo XII

Do que aconteceu na capitania de Tamaracá depois que dela se foi o donatário Pero Lopes de Sousa.

Como o capitão Francisco de Braga sabia falar a língua do gentio e era tão conhecido entre eles, não faziam senão o que ele queria e lhes mandava, e assim se ia esta capitania povoando com muita facilidade. Mas chegou neste tempo Duarte Coelho a povoar a sua, e, como fez a povoação nos marcos, foi a muita vizinhança causa de terem algumas diferenças, por fim das quais lhe mandou Duarte Coelho dar uma cutilada pelo rosto, e o capitão, vendo que não podia vingar, se embarcou para as Índias de Castela, levando tudo o que pôde.

Pelo que ficou a capitania desbaratada e perdida, como corpo sem cabeça, e muito mais por chegarem neste tempo novas que era morto Pero Lopes de Sousa, vindo da Índia, onde el-rei o mandou por capitão-mor das naus. Mas sua mulher D. Isabel de Gamboa mandou logo aprestar um patacho em que viesse o capitão João Gonçalves, que já havia estado com seu marido, e se partisse à pressa, sem esperar por outros três navios que se ficavam negociando. E assim se partiu; porém os que partiram derradeiro chegaram, e o primeiro arrribou às Antilhas e foi dar à costa na ilha de Santo Domingo, com os mastros quebrados, posto que se salvou a gente.

Vendo Pedro Vogado, que assim se chamava o capitão-mor dos três navios, que não era chegado o capitão João Gonçalves à ilha, os

carregou logo de pau-brasil e os tornou a mandar, avisando a D. Isabel do que passava e de como ele ficava entretanto governando. A qual, em vez de o mandar continuar porque o fazia mui honradamente, mandou outro capitão, que mais era para governar uma barca, e assim se embarcou e se foi por essas capitanias abaixo (como fez o Braga), deixando esta em termos de se acabar de despovoar, se não fora um morador honrado chamado Miguel Álvares de Paiva, o qual levantaram por capitão, porque nunca se quis sair da ilha, antes teve mão nos outros que se não fossem nem mandassem suas mulheres e filhos, como alguns queriam com medo dos gentios, que neste tempo tinham cercada a vila de Igaraçu, e os ameaçavam que lhes haviam de fazer o mesmo. Este capitão era o que socorria os do cerco com os barcos do mantimento, como dissemos no capítulo nono, e trazia outros entre a ilha e a terra firme com soldados e armas, para que estorvassem ao inimigo a passagem, até que finalmente se quietaram.

E chegou o capitão João Gonçalves das Antilhas, cuja vinda foi mui festejada, e os gentios lhe tinham muito respeito, por verem que assim lho tinha Pero Lopes de Sousa, quando cá esteve e assim não lhe chamavam senão o capitão velho e pai de Pero Lopes. E na verdade ele o parecia no zelo com que o servia e procurava o aumento desta sua capitania, não consentindo que aos índios se fizesse algum agravo, mas cariciando a todos, com que eles andavam tão contentes e domésticos que de sua livre vontade se ofereciam a servir os brancos e lhes cultivar as terras de graça, ou por pouco mais de nada; principalmente um ano que houve de muita fome na Paraíba, donde só pelo comer se vinham meter por suas casas a servi-los. E assim não havia branco, por pobre que fosse, nesta capitania, que não tivesse vinte ou trinta negros destes, de que se serviam como de cativos, e os ricos tinham aldeias inteiras. Pois que direi dos resgates que faziam? donde por uma foice, por uma faca ou um pente traziam cargas de galinhas, bugios, papagaios, mel, cera, fio de algodão, e quanto os pobres tinham.

Durou esta era, a que ainda hoje os moradores antigos chamam dourada, enquanto viveu o capitão velho; mas depois que morreu vieram outros a destruir quanto estava feito, fazendo e consentindo fazerem-se tantas vexações e agravos aos pobres gentios em suas próprias terras e aldeias que se começaram a inquietar e rebelar. E os que pela nossa paz e amizade se afastavam dos franceses e, senão eram alguns da beira-mar, os outros do

sertão de nem uma maneira os admitiam entre si, nem queriam seu comércio, depois uns e outros se aliaram com eles, e nos fizeram tão grandes guerras quanto os moradores desta capitania o sentiram em suas pessoas e fazendas, e não menos o donatário, que todo este tempo recebeu dela perdas sem proveito, e enfim lhe veio a custar tomar-lhe el-rei um grande pedaço dela, que é grande parte da Paraíba, por havê-la conquistado e libertado do poder dos inimigos à custa de sua fazenda e de seus vassalos, como no livro quarto veremos.

. . . .

Capítulo XIII

Da terra e capitania que el-rei D. João Terceiro doou a João de Barros.

No fim de vinte e cinco léguas da terra da capitania de Tamaracá, que el-rei doou a Pero Lopes de Sousa, doou e fez mercê a João de Barros, feitor que foi da Casa da Índia, de cinqüenta léguas por costa, o qual, cuidando de se aproveitar a si e a seus amigos, armou com Fernand'Álvares de Andrade, tesoureiro-mor do reino, e Aires da Cunha, que veio por capitão da empresa, mandando com ele dois filhos seus em uma frota de dez navios, em que vinham novecentos homens. E com todo o necessário para a jornada e para a povoação que vinham fazer, se partiram de Lisboa no ano de 1535; mas, desgarrando-se com as águas e ventos, foram tomar terra junto do Maranhão, onde se perderam nos baixos.

Deste naufrágio escapou muita gente, com a qual os filhos de João de Barros se recolheram a uma ilha, que então se chamava das Vacas, e agora de S. Luís, donde fizeram pazes com o gentio tapuia, que então ali habitava, resgatando mantimentos e outras cousas que lhes eram necessárias. E chegou o trato e amizade a tanto que alguns houveram filhos das tapuias, como se descobriu depois que cresceram, não só porque barbaram e barbam ainda hoje todos os seus descendentes, como seus pais e avós, senão pelo amor que têm aos portugueses, em tanta maneira que nunca jamais quiseram paz

com os outros gentios, nem com os franceses, dizendo que aqueles não eram verdadeiros perós (que assim chamam aos portugueses, parece por respeito de algum que se chamava Pedro) e todavia, quando na era de 614 entraram os nossos no Maranhão, logo os vieram ver e fazer pazes com eles, dizendo que estes eram os seus perós desejados, de que eles descendiam.

Donde se colige que não era o Maranhão a terra que el-rei deu a João de Barros, como alguns cuidam senão esta outra que demarca pela Paraíba com a de Pero Lopes de Sousa; porque, se fora a do Maranhão havendo seus filhos escapado do naufrágio e chegado à do Maranhão com quase toda a sua gente, e achando a da terra tão benévola e pacífica, que causa havia para que a não povoassem? Prova-se também porque todas as que se deram em aquele tempo foram contíguas umas com outras, e os donatários eram uns dos outros pela ordem que vimos nos capítulos precedentes. E finalmente se confirma porque a do Maranhão foi dada a Luís de Melo da Silva, que a descobriu, como se verá em o capítulo seguinte, e não devia el-rei de dar a um o que tinha dado a outro. Nem o mesmo João de Barros, em a primeira *Década*, livro sexto, capítulo primeiro, onde fala da sua capitania, faz menção do Maranhão, mas só diz que, da repartição que el-rei D. João Terceiro fez das capitanias na província de Santa Cruz, que comumente se chama do Brasil, lhe coube uma, a qual lhe custou muita substância de fazenda por razão de uma armada que fez em companhia de Aires da Cunha et cetera; que é a armada (como temos dito) que arribou e se foi perder no Maranhão. E daí mandou depois em outros navios buscar seus filhos, donde ficou tão pobre e endividado que não pôde mais povoar a sua terra, a qual já agora é de Sua Majestade, por cujo mandado depois se conquistou e se ganhou ao gentio potiguar à custa de sua real fazenda.

. . . .

Capítulo XIV

Da terra e capitania do Maranhão que el-rei D. João Terceiro doou a Luís de Melo da Silva.

O MARANHÃO é uma grande baía que fez o mar, cuja boca se abre ao norte em dois graus e um quarto da Linha para o sul, entre a ponta do Pereá, que lhe fica a leste, e a do Cumá a oeste. Tem no meio a ilha de S. Luís, que é de vinte léguas de comprido sete ou oito de largo, onde esteve Aires da Cunha, quando se perdeu com a sua armada e os filhos de João de Barros, como dissemos no capítulo precedente. A qual ilha sai desta baía como língua, com a ponta de Araçuaí ao norte, onde tem a boca. Dentro tem outras muitas ilhas, das quais a maior é de seis léguas. Desaguam nesta baía cinco rios caudalosos e todos navegáveis, que são o Monim, o Itapucuru, o Mearim, o Pinaré, que dizem nasce muito perto de Peru, e o Maracu, que se deriva por muitos e mui espaçosos lagos.

Todos estes rios têm boníssimas águas e pescados, excelentes terras, muitas madeiras, muitas frutas, muitas caças, e por isto muito povoadas de gentios.

No tempo que se começou a descobrir o Brasil, veio Luís de Melo da Silva, filho do alcaide-mor de Elvas, como aventureiro, em uma caravela a correr esta costa, para descobrir alguma boa capitania, que pedir a el-rei e não podendo passar de Pernambuco, desgarrou com o tempo e

águas e se foi entrar no Maranhão, do qual se contentou muito, e tomou língua do gentio, e depois na Margarita de alguns soldados que haviam ficado da companhia de Francisco de Orelhana, que como testemunhas de vista muito lhe gabaram e prometeram muitos haveres de ouro e prata pela terra dentro.

Do que movido Luís de Melo se foi a Portugal pedir a el-rei aquela capitania para a conquistar e povoar e, sendo-lhe concedida, se fez prestes em a cidade de Lisboa partiu dela em três naus e duas caravelas, com que chegando ao Maranhão se perdeu nos esparcéis e baixos da barra, e morreu a maior parte da gente que levava, escapando só ele com alguns em uma caravela, que ficou fora do perigo, e dezoito homens em um batel, que foi ter à ilha de Santo Domingo. Dos quais foi um meu pai Nosso Senhor tenha em sua glória, o qual sendo moço, por fugir de uma madrasta e ser alentejano, como o capitão, da geração dos Palhas e com grão para sustentar a vida, se embarcou então para o Maranhão e depois para esta baía, onde se casou e me houve e a outros filhos e filhas.

Depois de Luís de Melo ser em Portugal se passou à Índia, onde obrou valorosos feitos e, vindo-se para o Reino muito rico e com a intenção de tornar a esta empresa, acabou na viagem em a nau *S. Francisco,* que desapareceu sem se saber mais novas dela. Nem houve quem tratasse mais do Maranhão, o que visto pelos franceses lançaram mão dele, como veremos em o livro quinto.

Mas hão se aqui por fim deste de advertir duas cousas: a primeira que não guardei nele a ordem do tempo e antiguidade das capitanias e povoações, senão a do sítio, e contiguação de umas com outras, começando do sul para o norte, o que não farei nos seguintes livros, em que seguirei a ordem dos tempos e sucessão das cousas. A segunda, que não tratei das do Rio de Janeiro, Sergipe, Paraíba e outras, porque estas se conquistaram depois e povoaram por conta d'el-rei, por ordem de seus capitães e governadores-gerais, e terão seu lugar quando tratarmos deles, em os livros seguintes.

Livro terceiro
da
História do Brasil
do tempo que o governou
Tomé de Sousa até
a vinda do governador
Manuel Teles Barreto

. . . .

Da história do Brasil do tempo que o governou Tomé de Sousa até a vinda de Manuel Teles Barreto

A NUMERAÇÃO dos capítulos não indica lacunas; entretanto a p. 273 do livro seguinte diz o autor haver referido o motivo de Lourenço Veiga desistir da conquista da Paraíba no cap. 25º do presente que de tal não trata; ainda no livro IV p. 339 numera 26º o que neste é 25º; no fim deste (p. 236) a anedota de Lourenço de Veiga vem tão fora de propósito que sem mutilação ficaria inexplicável.

De Pedro de Mariz Diálogos de vária história, procede a maior parte das informações no período anterior a Lourenço de Veiga e também o que respeita ao infante D. Luís (p. 158) e as vitórias de D. Luís d'Ataíde (p. 207).

As arribadas das naus da Índia à Bahia conformam-se com Diogo do Couto, Década sétima da Ásia, I. III, IV, V, IX, Lisboa, 1616. Não foram aproveitadas as narrativas avulsas dos naufrágios da nau São Paulo *e da* Santa Maria da Barca; *foi fielmente seguida a da viagem de Jorge de Albuquerque Coelho (p. 182/188), como se pode ver na R. T., 13; todas três e ainda outras coligiu Gomes de Brito. Hist. trágico-marítima, Lisboa, 1735/1736, modernamente reimpressa. Cf. os novos subsídios para a história trágico-marítima de Portugal publ. por Carlo Passos no Instituto, 64, Coimbra, 1917.*

Segundo Beretário, Vita R. P. Josephi Anchieta, *Colônia 1617, vêm narrados o armistício de Iperoig (p. 177), as guerras do Rio (p. 180), o caso de Bouléz (p. 191). Para a narrativa do naufrágio de D. Luís F. Fernandes de Vasconcelos (p. 204) serviu Sachino, Hist. Societatis Jesu, a julgar por A. Henriques Leal,* Apontamentos para a hist. dos Jesuítas no Brasil, *2, 136/137, Lisboa, 1874.*

De Herrera, Hist. gen. del mundo del tempo del señor D. Felipe el Segundo, *Valladolid, 1606, procedem as notícias sobre a batalha de Lepanto (p. 209) e a sucessão de Portugal (p. 237 e seg.).*

O cap. 1º resume Francisco de Andrade Crônica de D. João III, *parte 4ª, c. 32. Varnhagen, fundado na carta já citada de Pero Borges, contesta que este fosse corregedor de Elvas. Não lhe assiste nisto grande razão. O ouvidor-geral lembra que era corregedor no Algarve, quando morreu o infante D. Fernando em 1534; por que não poderia exercer em 1548 cargo semelhante no Alentejo?*

Da tradição oral devem proceder as anedotas sobre Tomé de Sousa (154), Caramuru (149), Duarte da Costa (p. 163), Mem de Sá (pp. 172, 191, 194), Araribóia (p. 226), Antônio Dias Adorno (p. 217), Lourenço de Veiga (p. 236), etc.

As fontes manuscritas só podem ser discriminadas muito incompletamente.

Os capítulos 6/10, 12, 13, 17 contêm tantas particularidades sobre Mem de Sá que não seria temerário pressupor uma crônica. Anchieta escreveu De rebus Men de Sá. Esta, até hoje desconhecida, ou outra daria os materiais.

Fala Varnhagen, Hist. geral[2], 332, de uma carta de Fr. Vicente a Salvador Correia recomendando "o livro sobre a história do Rio de Janeiro que fez o Salema". Em que data foi escrita a carta? Seria dirigida ao avô falecido em 1630 ou ao neto nascido no Rio em 1594? Nada informa, e a notícia é pouco verossímil. Mais natural seria que qualquer dos Salvadores, um domiciliado longos anos desde a fundação, outro nascido aqui, tivesse o conhecimento imputado ao frade baiano. Da obra de Salema não restam vestígios; o palavreado vago de Pedro de Mariz "um bom tratado em que se podem ver alguns fatos em armas iguais aos mais famosos do mundo" não implica que a lesse. Não a conheceu decerto Fr. Vicente que nem a ela alude, como Mariz, que geralmente copia.

As notícias pernambucanas parecem ter mais de uma origem. Os capítulos 20 e 25 em que os índios são geralmente chamados negros e traduzidos os nomes próprios indígenas, prendem-se facilmente ao documento já aproveitado no livro anterior; o capítulo 15 tem outro aspecto. O padre do ouro foi algum tempo jesuíta e chamava-se Antônio de Gouveia; seu curioso processo perante a Inquisição divulgou Pedro de Azevedo no Arq. hist. port. *3, 1905. Deveu o nome de padre do ouro aos conhecimentos alquímicos que alardeava. Sobre este caso patológico brevemente virá à luz um estudo de Fernandes Figueira.*

No capítulo 22 começa e no livro próximo continua a ser aproveitado o Sumário das armadas que se fizeram e das guerras que se deram na conquista do rio Paraíba, *composto por ordem de Cristóvão de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, que veio ao Brasil com o governador-geral Manuel Teles Barreto, impresso na* R. T., *36, I, Rio, 1873. O jesuíta anônimo que o escreveu pode ter sido Jerônimo Machado, como quer Varnhagen, ou Simão Tavares: ambos assistiram à parte dos sucessos narrados.*

De Tomé de Sousa há publicada uma carta de 18 de julho de 1551; Varnhagen parece ter consultado outras que não especifica; seu regimento está na R. T., *61, I; a Bib. Nac. possui má cópia diversas provisões suas; na* Revista de História*, 3 e 4, Pedro de Azevedo começou a publicar documentos muito curiosos para a sua biografia. Faleceu a 28 de janeiro de 1579 – ib, 3, 154.*

De Pero Borges não foi ainda encontrado o regimento, que João Francisco Lisboa, Obras, *8, 318/819, S. Luís, 1865, até certo ponto reconstituiu por sua cada de Porto Seguro já referida, supra, 80. Pouco diferiria das* Ord. Manuelinas, *1, 89, título dos corregedores de comarcas e do que a seu ofício pertence.*

De Antônio Cardoso de Barros lê-se o regimento na R. T., *18; a Bib. Nac possui cópia de várias de suas provisões: cartas suas não restam.*

Uma carta de Pero de Góis, esquecida pelo autor na lista dos auxiliares oficiais do primeiro governador, foi escrita em 29 de abril de 1551, não de 1554, como saiu na R. T., *5.*

A data da bula que fundou o bispado a 25 de fevereiro de 1551 apurou Varnhagen em 1874, muito antes de Fortunato de Almeida, Hist. da Igreja em Portugal, *3, 968, Coimbra, 1912. Em uma carta de que há cópia no Inst. Hist., conta o bispo que saiu de Belém a 24 de março, a 27 avistou a*

Madeira, a 8 de abril chegou a Cabo Verde, de onde escrevia a 11 do mesmo mês, – de 1551, reza a epístola, mas deve entender-se de 1552, porque o prelado contava o ano do dia da Encarnação, 25 de março; chegou à Bahia em 23 de junho de 1552, véspera da véspera de S. João, como se lê em Nóbrega, Cartas*, 94: cf. C. M. de Almeida* R. T.*, 40, II, 365/869. As cartas do bispo ainda conservadas constam da* R. T.*, 49, I, exceto a do Cabo Verde, inédita segundo parece. De várias provisões suas guarda cópia a Bibl. Nac. Uma ligeira biografia publicou Moreira de Azevedo nos* An. *da Bibl. Nac., fl, 59/67, Rio, 1904.*

As cartas conhecidas de D. Duarte da Costa lêem-se na R. T.*, 49, I; versam quase todas sobre o conflito com o bispo. O bispo abriu as hostilidades pregando a 1º de novembro de 54 contra D. Álvaro; em 20 de maio do ano seguinte, respondendo a acusações transmitidas de além-mar, o governador anuncia a próxima partida do filho para justificar-se; breve, porém, houve a reconciliação promovida por Simão da Gama, segundo uma carta sua de 12 de junho mencionada na* R. T. *70, I, 861 sobretudo pelo jesuíta Antônio Pires.*

Como narra Ambrósio Pires em carta de 15 do mesmo mês, de que há cópia em português na Bibl. Nac. e traduzida desde 1559 nos Diversi avisi particolari dall'Indie, *Antônio Pires, "um dia destes fez as pazes do bispo e do governador e seu filho, que estavam muito diferentes e eram cabeças de partido e ocasião de muitos ódios e tumultos, e conseguiu que se visitassem e que o filho do governador fosse pedir perdão ao bispo, o que não foi pequena coisa, pois o jovem fazia disto questão de honra". Os documentos até hoje conhecidos não abonam o caráter do nosso primeiro prelado. Dados sumários para a biografia do segundo governador do Brasil oferece Vítor Ribeiro,* A Santa Casa de Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, 1892.*

Sobre Mem de Sá publicou interessantes documentos em 1896 Sousa Viterbo no Instituto de Coimbra. Ele próprio encarregou-se escrever a história de seu governo no instrumento de serviços, impresso em 1905 com outros papéis, inclusive as três cartas que dele restam, nos An. da Bib. Nac., 27. Seu testamento, cuja ausência estranhou Varnhagen, História Geral 2, 323, motivou longas demandas, porque sua filha, a Condessa de Linhares, não respeitou algumas das últimas vontades paternas, como se vê p. 206. De parte do processo existe má copia na Bib. Nac., outra parte, mais considerável, dá o catálogo Norival de Freitas R. T., 70, II, 831/835: cf. Vítor Ribeiro, "A fundadora da

igreja do colégio de Santo Antão", nas Mem. da Ac. das Ciências de Lisboa, *14 n. s. 2.ªcl., Coimbra 1911.*

A viagem de Mem de Sá para a Bahia foi por demais prolixa: partindo do Tejo a 1º de maio de 57, só chegou a seu destino em 28 de dezembro e assumiu o governo a 3 de janeiro de 58. Faleceu domingo 2 de março de 1572. Estácio de Sá tinha dezessete anos quando começou a governar o Rio, afirma o jesuíta anônimo Das cousas mais notáveis do Brasil, *I.c. 4, 63. Mais velho seria seu primo Fernão, pois Mem de Sá, desde 1533 desembargador e casado com D. Guiomar de Faria, Braamcamp Freire,* Rev. de hist. *6, 345, já enviuvara em 1542 e, ao que parece, Fernão era o segundo de cinco irmãos. Vítor Ribeiro, loc., fixa em 1546 a viuvez do governador, mas na cópia do testamento recebida da Torre do Tombo está escrito "no ano de quarenta e dois".*

Existe bastante material sobre Villegaignon e sua empresa. Nada adianta à primeira edição de Varnhagen "França Antartica" de Fernandes Pinheiro, R. T., *22; facilitou consideravelmente as investigações Paul Gafrel, reimprimindo as* Singularités *de André Thevet e a* Histoire d'un voyage *de Jean de Léry. Sua* Histoire du Brésil français au seisième siècle, *Paris, 1878, por vezes superficial, compendiou notícias esparsas, enfeixou peças raras, como a carta de Nicolas Barré que fixa em 10 de novembro de 1555 a chegada de Vilegaignon à baía de Guanabara, revelou alguns inéditos e prestou excelentes serviços quando saiu à luz. O livro luxuosamente ilustrado de Heulhard,* Vilegaigonom, roi d' Amerique, *Paris, 1897, está eivado de prevenções e de ser lido com cautela.*

Nossas crônicas mencionam entre os aventureiros da França Antartica um Boules, cuja identidade muito custou apurar. Hoje sabe-se que é João Cointa de Crespin e Léry, senhor des Boulez, autor de um folheto cuja existência primeiro apurou Ramiz Galvão, Rev. Bras., *1, 280/284, Rio, 1879. A intemperança de sua linguagem atirou-o nas malhas da Inquisição, e seu processo,* An. *da Bibl. Nac., 25, 216/308, contém muita novidade. João Cointa, senhor des Boulez, como se assinava, diz claramente que Villegaignon, foi calvinista: "no princípio o dito monsieur de Villaganhão seguiu em tudo a dita opinião de João Calvino e que daí a certos meses, tendo dúvidas se o pão havia de ser afermentado ou não e se o vinho se lhe haviam de botar água ou não, com parecer dos mais mandara que se não fizesse a ceia... até vir resposta de França das cartas que sobre isto tinham escritas"*

– ib, 257. O nome de Boulez foi em nossas crônicas guardado por associar-se ao de Anchieta.

A atitude de Anchieta (192), que Fr. Vicente narra segundo Beretário, sai muito atenuada do livro de Pedro Rodrigues, primeira biografia em que se inspiraram todos os que vieram depois: "chegando ao ponto da execução estava o padecente mui afligido e impaciente pelo algoz se embaraçar em seu ofício, repreendeu então o padre ao algoz e deu-lhe como o fizesse bem". An. da Bibl. Nac.*, 29, 237. A germinação desta semente patenteou C. Mendes na* R. T.; *42, II, 141/205. Acaba e voltar ao assunto, refutando-o, Álvaro Reis,* O mártir Le Balheur, *s. 1., 1917, que em campo oposto aparece tão alheio à história desinteressada como Simão de Vasconcelos. O livro de Pero Rodrigues, concluído em 1606, foi impresso nos* An. *da Bibl. Nac., 19 e 29: só neste último volume está completo.*

Com Tomé de Sousa chegaram os primeiros seis jesuítas ao continente americano; nas monções seguintes vieram outros; noviços foram recebidos, principalmente em S. Vicente. Cartas Jesuítas *de 1551 foram impressas sem demora, Inocêncio,* Dic. Bibl. *2, 41, Lisboa, 1859; o Brasil é também representado nas três séries de* Aviusi, *impressos em Veneza, cf. J. C. Rodrigues* Biblioteca bras.*, 75, e em diversas anuais, que conviria reunir. A Bib. Nac. possui um códice, hoje todo impresso no Diário Oficial, que corresponde à redundante e deficiente crônica de Simão de Vasconcelos, e é minuciosamente descrito nos* An.*, 4, 16/37.*

As cartas de Manuel da Nobrega, escritas de 1549 a 1560, reuniu piedosamente e enriqueceu de notas substâncias o erudito Vale Cabral, de saudosa memória, Rio, 1886: precede-as uma biografia do benemérito jesuíta, devida a Antônio Franco, imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no real colégio de Coimbra, Évora, 1719.

A morte não deixou que Vale Cabral publicasse as sessenta e cinco Cartas Avulsas *escritas de 1560 a 1568 já impressas, de que uma vez por outra aparecem exemplares à venda, porém a maior parte foi abrasada no incêndio da Imprensa Nacional.*

As cartas de Anchieta ainda não foram reunidas. A de São Vicente, 25 de janeiro de 1565, An. *da Bibl. Nacional., 2, 79/125, narra o caso de Iperói. Enquanto ficou só no meio da indiada escreveu em latim um poema, sobre cuja composição o testemunho de Pero Rodrigues deve ser preferido aos de*

seus amplificadores: "O modo de compor era este: depois de cumprir com Deus em muitas horas de oração de dia e de noite, e também de ensinar a doutrina aos imigos e lavrar com a palavra divina aquelas duras pedras, saía-se à praia a passear e ali sem livro nem um de que se pudesse ajudar, nem tinta nem papel, andava compondo a obra, valendo-se somente de sua rara habilidade e memória extraordinária, e sobretudo do favor da Senhora, por cuja honra tomara aquela empresa devota. E desta maneira compôs a obra toda e a encomendou e fechou no cofre da fiel memória, para daí a alguns meses depois de sair de cativo, a desenrolar e escrever, como escreveu na nossa casa de S. Vicente. Tem esta obra 2.866 dísticos, que fazem 5.732 versos". An. *da Bibl. Nacional, 29, 208.*

A Crônica da Companhia de Jesus *de Simão de Vasconcelos, Lisboa, 1663, foi reimpressa quase ao mesmo tempo em Lisboa e no Rio de Janeiro; a edição fluminense que deixou de parte o poema latino de Anchieta, parece mais acurada. Tanto a* Crônica *e as outras obras de Simão de Vasconcelos, como as cartas do códice da Bibl. Nacional, inspiradas por intuitos edificantes, fornecem muito menos subsídios históricos do que se poderia esperar à vista de seu volume.*

Sobre os aldeamentos da Bahia até a chegada de Cristóvão de Gouveia, visitador da Companhia, dá os melhores esclarecimentos uma relação impressa na R. T. *59, I, cujo autor pode ter sido Luís da Fonseca, reitor da Bahia.*

Sobre as missões na capitania de S. Vicente contém algumas novidades a crônica de Polanco, secretário de Loiola, publicada não há muitos anos nos Monumenta Historica Societatis Jesu, *Madri, 1894 e seguintes. Em suas excursões perpétuas, que granjearam dos tupiniquins o epíteto de* Avarê bebê, *o padre voador, mais de uma vez Leonardo Nunes transpôs a Paranapiacaba e pôde bem ter nutrido a idéia de estabelecer-se nos campos de cima da serra, para já onde havia caminho aberto pelos índios.*

A idéia foi realizada por Manuel da Nóbrega, que em fevereiro de 1553 chegou a São Vicente em companhia de Tomé de Sousa. Depois de ter conseguido reunir três aldeias no campo de Piratininga, visitou-as no dia da degolação de São João Batista, 29 de agosto, e instalou-se o aldeamento no ano seguinte com missa rezada a 25 de janeiro, dia da conversão do apóstolo do gentio. Na sua primeira excursão serviu de guia a Manuel da Nóbrega o primogênito de João Ramalho, pai de muitos filhos aparentados com a

*melhor gente indígena. "*Omnes autem os filios Joannes Ramamlus *(assim escreve Polanco)* ex brasiliensi quadam foemina habebat quae cujusdam principis viri et magnae inter eos potentiae filia erat, Vita Ignatii Loiola, *3, 472/473, Madri, 1895. Para junto da casa de S. Paulo foi mais tarde transferida a vizinha vila de São André da Borda do Campo. Está sendo publicada na Paulicéia o que se salvou das atas das câmaras de ambas e já formam dezesseis volumes.*

Desde a fundação de São Paulo começou a distinguir-se por seus conhecimentos lingüísticos o jovem José de Anchieta: ensinava latim aos irmãos e até a padres; basco de origem, facilmente penetrou na estrutura da língua geral, de que em pouco tempo formulou gramática. Anchieta escreveu curiosos apontamentos sobre os primeiros jesuítas: alguns pedaços deles entraram nas Informações e fragmentos históricos*, Rio, 1886.*

Em 3 de julho de 1553, Loiola criou uma província no Brasil e nomeou Manuel da Nóbrega primeiro provincial. Leonardo Nunes, eleito para ir a Roma entender-se com o geral, perdeu-se num naufrágio. Inácio de Azevedo, que veio por visitador em 1566, voltava como provincial, p. 203, quando foi trucidado com seus companheiros pelos huguenotes comandados por Jacques de Sores (nossos cronistas escrevem Soria).

Sobre os corsários franceses autores da chacina cf. C. de la Roncière Hist. de la marine française*, 4, 108/119. Este caso e o casamento mangrado de D. Sebastião com a princesa Margarita, a célebre Margarida de Navarra, esposa de Henrique IV de França, estudou Edgar Prestage na* Rev. de História, *5, 307/326, 06, 347/360.*

A divisão do Brasil em dois governos corresponde à que pelo mesmo tempo se fez das possessões africanas e asiáticas em três.

Nem de Luís de Brito e Almeida nem de Antônio Salema existe correspondência. Deles trata vagamente Gabriel Soares. Uma carta de Inácio de Tolosa, escrita da Bahia a 7 de setembro de 1573, guardada na Bibl. Nacional de Lisboa e em grande parte inédita (cf. Felisbelo Freire, História de Sergipe, *6/13, Rio, 1891, Studart,* Doc., *1, 45), informa sobre as expedições do rio Rial; completa-a a relação impressa na* R. T.*, 57, I.*

Da expedição de Salema a Cabo Frio, trata uma carta de Luís da Fonseca, de 17 de dezembro de 1577, traduzida nas Lettres du Japon, Peru et Bresil*, Paris; 1578, de que Studart publicou uma versão italiana,* Doc.,

2, 17/63: cf. A. de Carvalho, Apontamentos para a história da Cap. de S. Tomé, *81/85.*

Do tempo de Luís de Brito e do provincialado de Inácio de Tolosa são breves histórias da fundação dos colégios da Bahia e Rio de Janeiro, An. da Bibl. Nacional, *19, 77/138; o manuscrito da fundação do colégio de Pernambuco está na biblioteca do Porto; dele existe cópia na coleção Studart no Ceará.*

Luís de Brito de Almeida nomeado em 10 de dezembro de 1572, Hist. Geral², *326, chegou à Bahia em maio do ano seguinte. Segundo documento que acaba de ser encontrado, entre sua chegada e a morte de Mem de Sá governou interinamente o ouvidor-geral Fernando da Silva, o mesmo da primeira expedição à Paraíba. No man. da história da fundação do colégio de Pernambuco lê-se que, quando ele voltou de sua expedição elétrica, algum seu desafeto pôs no caminho uma roca com um fuso, de que provieram grandes alvoroços. Luís de Brito governou até a vinda de seu sucessor; Antônio Salema já se retirara e com ele cessara a dualidade administrativa.*

A 12 de abril de 1577 foi nomeado Lourenço da Veiga capitão da cidade de Salvador e governador-geral das outras capitanias com seiscentos mil réis de ordenado, trazendo consigo homens com o soldo de 500 réis mensais cada um (cópia no Inst. Histórico). A 12 de maio foi-lhe dado um regimento sumário de pouca importância, R. T., *67, II, 204/206.*

Chegou à Bahia em começo do ano seguinte, trazendo em sua companhia Bartolomeu Simões Pereira, primeiro administrador eclesiástico do Sul. Lourenço da Veiga, sendo mancebo, informa Gaspar Frutuoso, serviu algum tempo em Arzila e Tânger, onde foi ferido. Depois andou em algumas armadas por soldado; foi capitão-mor de uma em que o mandaram em busca de um cossário que tomou um galeão e matou a D. Luís Fernandes de Vasconcelos quando ia para o Brasil; foi capitão-mor de outra armada para a Mina e de outra que veio a esta ilha dos Açores esperar as naus da Índia aonde antes tinha ido por capitão de uma nau. Ultimamente o mandou el-Rei D. Sebastião para governador do Brasil, onde esteve quatro ou cinco anos e lá faleceu sendo de idade de 51 anos. Seu filho Diogo Vaz da Veiga estava com o pai no Brasil quando este morreu, e veio por capitão de uma armada de lá para o Reino; tinha o hábito de Aviz com 200$ de tença". Saudades da terra, *161, Funchal, 1873.*

Na vaga de Lourenço da Veiga, falecido a 17 de junho de 1581, governou Cosme Rangel, ouvidor-geral. Varnhagen encontrou sobre ele documentos que não especifica e não são conhecidos.

De viajantes estrangeiros vindos ao Brasil durante o período abarcado por este livro deixaram narrativas Hans Staden, André Thevet e Jean de Léry.

Hans Staden esteve primeiro em Pernambuco durante o governo de Duarte Coelho e tomou parte nas guerras de Igaraçu; depois um naufrágio levou-o a S. Vicente, onde Tomé de Sousa, contratou seus serviços como bombardeiro. Em uma emboscada os tamoios fizeram-no prisioneiro: a parte mais curiosa da sua narrativa é a do tempo que viveu entre os índios, sobre os quais forneceu inestimáveis notícias. De seu livro há uma tradução feita por Alberto Löfgren do texto original e anotada por Teodoro Sampaio, S. Paulo, 1900, muito preferível à da R. T., *55, I, versão da versão de Ternaux-Compans.*

Thevet, companheiro de Villegaignon, publicou as Singularités de la France Antarctique, *Paris, 1558; em outras obras refere-se ao Brasil. Nota-se nele um misto de observação, de credulidade e de invencionice, que algum compatriota seu poderia clarificar, apurando seus manuscritos inéditos que ainda existem. Cf. C. de la Roncière,* Hist. de la mar. Franç., *4, 10/24.*

Na Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, *La Rochelle, 1578, reimpressa várias vezes, traduzida em muitas línguas, Jean de Léry narra a viagem de vinda e volta, as desinteligências com Villegaignon, para cujo descrédito muito concorreu, e descreve as plantas, animais e índios do Brasil.*

Muito instrutivo é quanto informa sobre os tamoios de cuja língua apresentou copioso vocabulário: comentou-os eruditamente Batista Caetano, Ensaios de Ciência, *I, Rio,1876; reproduziu-os Heulhard,* Vilegaignon, roi d'Amérique, *319/343.*

De viajantes ingleses por este tempo, apenas um deixou vestígio, Peter Carder, desgarrado da armada de Drake, que passou alguns anos no Brasil. Da mofina história de sua viagem recolhida no 4º vol. Das Purchas (16, 136/146 da edição de Glasgow, 1916) o mais curioso é o modo por que ele e seu companheiro William Pitcher matavam a sede em uma ilha em que não havia água: "Fomos obrigados a beber nossa própria urina, que guardávamos nos cacos de certas jarras trazidas de nossa pinaça e púnhamos nossa urina ali todas as noites para resfriá-la e bebê-la na manhã seguinte, que sendo assim

bebida muitas vezes e muitas vezes expelida, breve tornou-se excessivamente vermelha". – ib, 138.

Do naufrágio da nau Santa Clara, infra, 221, tratam Gabriel Soares, R. T., *14, 49/50 e* Hist. de la fund. de col. de la B.*,* An. *de Bibl. Nac., 19, 99. O caso ocorreu em julho de 1573. Da bula da Ceia, mencionada desde o século X, constituiu o último capítulo para Portugal e seus domínios a lei de 2 de abril de 1768, mandando suprimir todos os exemplares, A. Delgado da Silva,* Coleç. da legislação portuguesa, legislação de 1763 a 1774, *Lisboa, 1829.*

. . . .

Capítulo I

De como el-rei mandou outra vez povoar a Bahia por Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil.

DEPOIS que el-rei soube da morte de Francisco Pereira Coutinho e da fertilidade da terra da Bahia, bons ares, boas águas e outras qualidades que tinha para ser povoada, e juntamente estar no meio das outras capitanias, determinou povoá-la e fazer nela uma cidade, que fosse como coração no meio do corpo, donde todas se socorressem e fossem governadas.

Para o que mandou fazer uma grande armada provida de todo o necessário para a empresa, e por capitão-mor Tomé de Sousa, do seu Conselho, com título de governador-geral de todo o estado do Brasil, dando-lhe grande alçada de poderes e regimento em que quebrou os que tinha concedido a todos os outros capitães proprietários, por no cível e crime lhes ter dado demasiada alçada, como vimos no capítulo segundo do livro segundo; mandando que no crime nem uma tenham sem que dêem apelação para o ouvidor-geral deste estado, e no cível vinte mil réis somente; e que o dito ouvidor-geral possa entrar nas suas terras por correição e ouvir nelas de ações novas e velhas, o que não faziam dantes. E para isto lhe deu por ajudadores o doutor Pero Borges, corregedor que fora de Elvas para servir de ouvidor-geral; Antônio Cardoso de Barros para provedor-mor da

fazenda, e Diogo Moniz Barreto para alcaide-mor da cidade que edificasse com os quais e com alguns criados d'el-rei que vinham providos em outros cargos e seis padres da Companhia para doutrinar e converter o gentio, e outros sacerdotes e seculares;

partiu de Lisboa a 2 de fevereiro de 1549, trazendo mais alguns homens casados e mil de peleja, em que entravam quatrocentos degradados. Com toda esta gente chegou à Bahia a 29 de março do mesmo ano e desembarcou na vila velha que Francisco Pereira deixou edificada logo à entrada da barra, onde achou a Diogo Álvares Caramuru, de quem disse em o sexto capítulo do livro segundo que foi livre da morte pela filha de um índio principal que dele se namorou, a qual, embarcando-se ele depois fugido em um navio francês que aqui veio carregar de pau e, indo já o navio a vela, se foi a nado embarcar com ele e, chegando à França, batizando-se ela e chamando-se Luísa Álvares, se casaram ambos e depois os tornaram a trazer os franceses em o mesmo navio, prometendo-lhes ele de lho fazer carregar por seus cunhados. Porém chegando à Bahia e ancorando no rio de Paraguaçu, junto à ilha dos Franceses, lhes mandou uma noite cortar a amarra, com que deram à costa e, despojados de quanto traziam, foram todos mortos e comidos do gentio, dizendo-lhes Luísa Álvares, sua parenta, que aqueles eram inimigos e só seu marido era amigo, e como tal tornava a buscá-los e queria viver entre eles como de feito viveu até a vinda de Tomé de Sousa e depois muitos anos. E a ela alcancei eu, morto já o marido, viúva mui honrada, amiga de fazer esmolas aos pobres e outras obras de piedade. E assim fez junto à vila velha em um aprazível sítio uma ermida de Nossa Senhora da Graça, e impetrou do Sumo Pontífice indulgências para os romeiros, dos quais é mui freqüentada. Esta capela ou administração dela doou aos padres de São Bento, que ali vão todos os sábados cantar uma missa.

Morreu muito velha e viu em sua vida todas suas filhas e algumas netas casadas com os principais portugueses da terra, e bem o mereciam também por arte de seu progenitor Diogo Álvares Caramuru, por cujo respeito fiz esta digressão, pois este foi o que conservou a posse da terra tantos anos, e por seu meio fez o governador Tomé de Sousa pazes com o gentio e os fez servir aos brancos. E assim edificou, povoou e fortificou a cidade, que chamou do Salvador, onde ela hoje está, que é meia légua da

barra para dentro, por ser aqui o porto mais quieto e abrigado para os navios. Onde ouvi dizer a homens do seu tempo (que ainda alcancei alguns) que ele era o primeiro que lançava mão do pilão para os taipais e ajudava a levar a seus ombros os caibros e madeiras para as casas, mostrando-se a todos companheiro, e afável (parte mui necessária nos que governam novas povoações). Com isto folgavam todos de trabalhar e exercitar cada um as habilidades que tinha, dando-se uns à agricultura, outros a criar gado e a toda a mecânica, ainda que a não tivessem aprendida, com o que foi a terra em grande crescimento, e muito mais com a ajuda de custa que el-rei fazia, com tanta liberalidade que se afirma no triênio deste governador gastar de sua real fazenda mais de trezentos mil cruzados em soldos, ordenados de ministros, edifícios da Sé e casa dos padres da Companhia, ornamentos, sinos, artilharia, gados, roupas e outras cousas necessárias, o que fazia, não tanto pelo interesse que esperava de seus direitos e dos dízimos de que o Sumo Pontífice lhe fez concessão com obrigação de prover as igrejas e seus ministros, quanto pelo gosto que tinha de aumentar este estado e fazer dele um grande império, como ele dizia.

Nem se deixou então de praticar que, se alguma hora acontecesse (o que Deus não permita) ser Portugal entrado e possuído de inimigos estrangeiros, como há acontecido em outros reinos, de sorte que fosse forçado passar-se el-rei com seus portugueses a outra terra, a nenhuma o podia melhor fazer que a esta. Porque passa-se às ilhas (como diziam e fez o Senhor D. Antônio, pretendente do reino, no ano do Senhor de 1580) além de serem mui pequenas, estão tão perto de Portugal que lhe iriam os inimigos no alcance, e antes de se poderem reparar dariam sobre eles. A Índia, ainda que é grande, é tão longe e a navegação tão perigosa que era perder a esperança de poder tornar e recuperar o reino. Porém o Brasil, com ser grande, fica em tal distância e tão fácil à navegação, que com muita facilidade podem cá vir e tornar quando quiserem ou ficar-se de morada, pois a gente que cabe em menos de cem léguas de terra que tem todo Portugal bem caberá em mais de mil que tem o Brasil, e seria este um grande reino, tendo gente, porque aonde há as abelhas há o mel, e mais quando não só das flores, mas das ervas e canas se colhe mel e açúcar, que de outros reinos estranhos viriam cá buscar com a mesma facilidade a troco das suas mercadorias, que cá não há. E da mesma maneira as drogas da Índia, que

daqui fica mais vizinha e a viagem mais breve e fácil, pois a Portugal não vão buscar outras cousas senão estas, que pão, panos e outras cousas semelhantes não lhe faltam em suas terras. Mas toda esta reputação e estima do Brasil se acabou com el-Rei D. João, que o estimava e reputava.

. . . .

Capítulo II

De outras duas armadas que el-rei mandou com gente e provimento para Bahia.

LOGO no ano seguinte de 1550 mandou el-rei outra armada com muita gente e provimento, e por capitão-mor dela Simão da Gama d'Andrade, em o galeão velho muito afamado. Foi este fidalgo em esta cidade grande repúblico, e daí a muitos anos morreu nela de herpes que lhe deram em uma perna, deixando uma capela perpétua de missas na igreja da Misericórdia, onde está sepultado com um epitáfio, que diz assim:

"Pela suma caridade
de Cristo Crucificado
está aqui sepultado
Simão da Gama d'Andrade
para ser ressuscitado"

Nesta armada veio o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, pessoa de muita autoridade e exemplo e extremado pregador, e trouxe em sua companhia quatro sacerdotes de Jesus para ajudarem os seis que já cá estavam na doutrina e conversão do gentio, e outros clérigos e ornamentos para a sua sé.

O ano seguinte de 1551 mandou el-rei outra armada, e por capitão-mor dela Antônio de Oliveira Carvalhal para alcaide-mor de vila velha, com muitas donzelas da rainha D. Catarina e do mosteiro das órfãs, encarregadas ao governador para que as casasse, como o fez, com homens a que deu ofícios da república e algumas dotou de sua própria fazenda.

Era Tomé de Sousa homem muito avisado e prudente e muito experimentado, nas guerras da África e da Índia, onde estivera, tinha mostrado valoroso cavaleiro; mas estava isto cá tão em agro e enfadava-se de labutar com degradados, vendo que não eram como o pêssego,

> "pomo que da pátria pérsica veio
> melhor tornado no terreno alheio",

que pediu com muita instância por muitas vezes a el-rei que lhe desse licença para se tornar ao Reino. E contudo é muito para notar um dito que (entre outros que tinha mui galantes) disse quando lhe veio a licença. É costume nesta Bahia ir o meirinho do mar quando entram aos navios e trazer a nova ao governador donde são e do que trazem. Como pois fosse naquela ocasião e achasse que vinha sucessor ao governador, tornou-se mui alegre a pedir-lhe alvíssaras, porque já eram cumpridos seus desejos e estava no porto novo governador. Respondeu-lhe ele depois de estar um pouco suspenso: "Vedes isso, meirinho? verdade é que eu o desejava muito, e me crescia a água na boca quando cuidava em ir para Portugal; mas não sei que é que agora se me seca a boca de tal modo que quero cuspir e não posso." Não deu o meirinho resposta a isto, nem eu a dou, porque os leitores dêem a que lhes parecer.

. . . .

Capítulo III

Do segundo governador-geral que el-rei mandou ao Brasil.

MOVIDO el-rei dos rogos e importunações do Governador Tomé de Sousa, acabado o triênio do seu governo, lhe mandou por sucessor D. Duarte da Costa, o qual se embarcou e partiu de Lisboa no ano de 1553 a 8 dias do mês de maio, trazendo em sua companhia seu filho D. Álvaro e o padre Luís da Grã, que havia sido reitor em o colégio de Coimbra, e mais dois padres sacerdotes e quatro irmãos da Companhia, um dos quais era José de Anchieta, que depois foi cá seu provincial e se pode chamar Apóstolo do Brasil pelas obras e milagres que nele fez, como o padre São Francisco Xavier se chamou da Índia. O governador, tanto que chegou, trabalhou muito por fortificar e defender esta nova cidade da Bahia contra os bárbaros gentios, que se levantaram e cometeram grandes insultos, que ele emendava, dissimulando alguns com prudência e castigando outros com armas, matando-os e cativando-os em guerras que lhes fez, de que era capitão seu filho D. Álvaro da Costa, o qual em todas se houve valerosamente. Nem el-rei o deixou de favorecer em todo o seu tempo com armadas de muitos soldados e moradores. Ajudava-o também o bispo D. Pedro Fernandes, trabalhando sem cessar na conversão das almas, na ordem do culto divino, administração dos sacramentos e em tudo o mais tocante ao espírito, que el-rei não menos pretendia e encomendava que o temporal.

Porém o Demônio, perturbador da paz, a começou a perturbar de modo entre estas cabeças eclesiástica e secular, e houve entre eles tantas diferenças que foi necessário ao bispo embarcar-se para o Reino com suas riquezas aonde não chegou por se perder a nau em que ia no rio Cururuípe, seis léguas do de S. Francisco, com toda mais gente que nela ia, que era Antônio Cardoso de Barros, que fora provedor-mor, dois cônegos, duas mulheres honradas, muitos homens nobres e outra muita gente, que por todos eram mais de cem pessoas, os quais, posto que escaparam do naufrágio com vida, não escaparam da mão do gentio caeté que naquele tempo senhoreava aquela costa, o qual, depois de roubados e despidos, os prenderam e ataram com cordas, e pouco a pouco os foram matando e comendo, senão a dois índios que iam desta Bahia, e um português que sabia a língua.

Não sei se deu isto ânimo aos mais governadores para depois continuarem diferenças com os bispos, de que tratarei em seus lugares, e porventura os culparei mais porque tenho mais notícia das razões, ou, para melhor dizer, sem-razões de suas diferenças, o que não posso neste caso sem ser notado de murmurador, pois não sei a causa que tiveram.

Somente direi o que ouvi a pessoas que caminham desta Bahia para Pernambuco e passam junto ao lugar donde o bispo foi morto (porque por ali é o caminho) que nunca mais se cobriu de erva, estando todo o mais campo coberto dela e de mato, como que está o seu sangue chamando a Deus da terra contra quem o derramou. E assim o ouviu Deus, que depois se foi desta Bahia dar guerra àquele gentio e se tomou dele vingança, como adiante veremos.

. . . .

Capítulo IV

De uma nau da Índia que arribou a esta Bahia no tempo do governador D. Duarte da Costa.

NO SEGUNDO ano do governador D. Duarte da Costa, que foi o do Senhor de 1555, em o mês de maio, arribou a esta Bahia por falta de água a nau *São Paulo,* que ia para a Índia em companhia de outras quatro, das quais todas ia por capitão-mor D. João de Meneses de Sequeira, e por capitão desta arribada Antônio Fernandes, que era senhor dela. Vinham em nesta nau muitos doentes, os quais o governador mandou recolher no hospital e aos sãos ordenou darem-lhes mesa cinco meses que aqui estiveram, por se tomar parecer entre os oficiais da nau, e outros da terra (presente o governador e D. Antônio de Noronha, o catarraz, que ia servir à capitania de Diu) e assentarem todos que, se partisse em outubro, poderia passar à Índia, como aconteceu, que em menos de quatro meses chegou a Coxim, onde ainda achou a nau capitânia, de que era capitão D. João de Meneses. E o dia seguinte deu à vela para Goa muito contente por levar novas daquela nau que já se tinha por perdida, ainda que mui descontente com outras que levava da morte do ínclito infante D. Luís, duque de Beja e condestable de Portugal, senhor de Serpa, Moura, Covilhã e Almada, e governador do priorado do Crato, que faleceu este ano de 1555, o qual, entre outras muitas virtudes e excelências de que foi adornado, principalmente teve duas: zelo da religião cristã e ciência da arte militar.

E, ainda que em seu tempo se moveram poucas guerras em que ele se pudesse achar, sabendo que o imperador Carlos Quinto, seu cunhado, passava a África, se foi para ele sem licença alguma nem companhia, por saber que lha havia el-rei seu irmão de negar, como já em outras ocasiões o havia feito, ao que todavia el-rei acudiu logo, dando licença a alguns fidalgos que o seguissem, e mandando a uma armada sua que já lá estava lhe obedecesse, de que era capitão Antônio de Saldanha, e para todo o dinheiro que gastasse lhe mandou grande crédito, e por esta via se achou com formosa cavalaria de nobreza de seu reino acompanhado, em ajuda do invictíssimo imperador na conquista da Goleta e de Túnis, que por seu conselho se conquistou, contra o parecer de muitos capitães mais antigos e experimentados que o contrário diziam. Mas o nosso infante, não podendo sofrer que no exército onde ele se achava se enxergasse ponto algum de covardia, tanto insistiu neste seu parecer que o imperador deixou de levantar o cerco, como determinava pelo conselho dos outros, e o mandou prosseguir como o infante dizia, o qual, militando debaixo da bandeira do imperador, se mostrou soldado digno de tal capitão, e ele se havia por bem afortunado da milícia de tal soldado, parecendo-lhe que no conselho tinha um Nestor e no exército um Aquiles. Era aos estrangeiros benigno, aos naturais afável e com todos geralmente liberalíssimo, pelo que de todos era amado e de todos louvado. Nunca casou nem teve filhos mais que um natural, que foi o senhor D. Antônio, o qual por não ser legítimo não foi rei de Portugal, posto que em algumas partes do Reino chegou a ser levantado por rei.

Também este mesmo ano de 1585 se recolheu o imperador Carlos Quinto à religião no convento de S. Jerônimo de Juste, por ser lugar sadio, e acomodado a quem larga o governo e inquietações do mundo, que ele deixou ao muito católico príncipe D. Filipe seu filho.

. . . .

Capítulo V

De outra nau da Índia que arribou à Bahia.

NO ANO de 1556 mandou el-rei negociar cinco naus para mandar à Índia, de que deu a capitânia-mor a D. Luís Fernandes de Vasconcelos, o qual escolheu a nau *Santa Maria da Barca* para ir nela.

Estando todas prestes e carregadas para dar à vela, abriu a nau capitânia uma água tão grossa que se ia ao fundo e, acudindo os oficiais para lhe darem remédio, não lho puderam dar, por não saberem por onde entrava a água. Vendo el-rei que se ia gastando o tempo, mandou fazer às outras naus à vela e que aquela se descarregasse, o que se fez já em abril. A nau capitania se despejou toda com muita pressa, e se resolveu e buscou de popa a proa sem lhe poderem dar com a água. E andava um grande burburinho entre os pescadores de Alfama, dizendo que Deus permitiu aquilo porque aquele ano lhes tirara o arcebispo as antigas cerimônias com que festejavam o dia do bem-aventurado S. Fr. Pedro Gonçalves, levando-o às hortas de Enxobregas com muitas folias, cargas de fogaças e outras mostras de alegria, e de lá o traziam enramado de coentros frescos, e eles todos com capelas ao redor dele cantando e bailando.

Chegou esta queixa ao arcebispo e, como era mui amigo deste fidalgo que andava tristíssimo por não poder aquele ano fazer viagem,

movido também da grande fé e devoção que os pescadores e mareantes tinham ao santo, lhes tornou a conceder licença para que o festejassem como dantes. Entretanto não se deixou de buscar a água da nau e trabalhar com as bombas e outros vasos em esgotar ou diminuir a muita que entrava, até que um marinheiro foi dar com o furo de um prego na quilha, que por descuido ficou por pregar e por calafetar e só se tapou com o breu que depois se tirou, e por ali fazia aquela água. A qual se tomou logo com grande alvoroço, e tornou a nau a carregar, porque disseram os oficiais que ainda tinha tempo. E assim deu à vela a 2 de maio, e foi seguindo sua derrota, mas na costa de Guiné achou tanta calmaria que a deteve setenta dias e, tomando parecer sobre o que fariam, assentaram que fossem invernar ao Brasil, porque era muito tarde, e logo se fizeram na volta da Bahia de Todos os Santos, onde chegaram a 14 de agosto. O Governador D. Duarte da Costa foi logo desembarcar o capitão-mor e os fidalgos que vinham na nau, que eram Luís de Melo da Silva, D. Pedro de Almeida, despachado na capitania de Baçaim, D. Filipe de Meneses, D. Paulo de Lima, Nuno de Mendonça e Henrique de Mendonça seu irmão, Jerônimo Correia Barreto, Henrique Moniz Barreto e outros fidalgos, que agasalhou, banqueteou e deu pousadas à sua vontade, e o mesmo fez a toda a mais gente da nau, a que deu mantimento todo o tempo que ali esteve.

Seguiu-se o ano de 1557, mui sinalado assim pela morte do imperador Carlos Quinto, que nele morreu na idade de cinqüenta e oito anos e sete meses, renunciando ainda em vida em seu filho Filipe os seus reinos, e em seu irmão Fernando o império, e recolhendo-se em um mosteiro, onde acabou felicissimamente a vida; como pela morte de el-Rei D. João, que faleceu em 11 de junho de idade de cinqüenta e cinco anos, tendo reinado trinta e cinco. E este ano acabou o seu governo D. Duarte da Costa e lhe veio sucessor.

Teve D. Duarte da Costa, além de ser grande servidor d'el-rei, uma virtude singular, que por ser muito importante aos que governam não é bem que se cale. E é que sofria com paciência as murmurações que de si ouvia, tratando mais de emendar-se que de vingar-se dos murmuradores, como lhe aconteceu uma noite que, andando, rondando a cidade,

ouviu que em casa de um cidadão se estava murmurando dele altissimamente, e depois que ouviu muito lhes disse de fora: "Senhores, falem baixo, que os ouve o governador." Conheceram-no eles na fala, e ficaram mui medrosos que os castigaria, mas nunca mais lhes falou nisso, nem lhes mostrou ruim vontade ou semblante.

. . . .

Capítulo VI

Do terceiro governador do Brasil que foi Mem de Sá.

A D. DUARTE da Costa sucedeu o doutor Mem de Sá, que com razão pode ser espelho de governadores do Brasil, porque, concorrendo nele letras e esforço, se sinalou muito na guerra e justiça. Este, em pondo os pés no Brasil, que foi no ano de 1557, nem uma cousa do seu regimento executou primeiro que o que el-rei lhe mandava em favor da religião cristã. Para isto mandou logo chamar os principais índios das aldeias vizinhas desta baía, e assentou com eles pazes com condição que se abstivessem de comer carne humana, ainda que fosse de inimigos presos ou mortos em justa guerra, e que recebessem em suas terras os padres da Companhia e os outros mestres da fé, e lhes fizessem casas em suas aldeias onde se recolhessem, e templos onde dissessem missa aos cristãos, doutrinassem os catecúmenos e pregassem o evangelho livremente. E, porque a cobiça dos portugueses tinha dado em cativar quantos podiam colher, fosse justa ou injustamente, proibiu o governador isto com graves penas, e mandou dar liberdade a todos os que contra justiça eram tratados como escravos. Acudiu depois a vingar as injúrias dos índios cristãos, que outros seus vizinhos lhe faziam, até chegarem alguns. Pediu que lhe entregassem os homicidas e perdoaria aos mais, mas eles, fiados na sua multidão, zombaram da sua petição; pelo que o governador, em pessoa os cometeu dentro de suas terras e, feita neles grande matança e queimadas mais de setenta aldeias, os des-

fez, de sorte que lhes foi forçado pedirem paz, a qual lhes concedeu com as mesmas condições que havia posto aos outros.

O tempo que lhe vagava da guerra gastava o bom governador na administração da justiça, porque, além do ser a em que consiste a honra dos que regem e governam, como diz Davi: *Honor regis judicium diligit*, a trazia ele particularmente a cargo por uma provisão d'el-rei, em que mandava que nem uma ação nova se tomasse sem sua licença. O que mandou el-rei por ser informado das muitas usuras, que já em aquele tempo cometiam os mercadores no que vendiam fiado, pelo que muitos, por se não descobrir a usura que eles sempre costumam paliar, e por não perderem a dívida e haver as mais penas que o direito põe, não levavam seus devedores a juízo, e lhes esperavam pela paga quanto tempo queriam; mas só punham ações por dívidas lícitas que o governador logo mandava pagar e, se era o devedor pessoa pobre, pagava por ele, ou fazia que o credor lhe esperasse pela dívida, pois fiara de quem sabia que não tinha por onde lhe pagar. E assim cessaram as demandas, de modo que, fazendo o doutor Pero Borges, ouvidor-geral, uma vez audiência, não houve parte alguma requerente, do que levantando as mãos ao céu deu graças a Deus. Mas durou pouco este porque logo veio por ouvidor-geral o doutor Brás Fragoso com outra provisão em contrário à do governador, e tornaram a correr as demandas e as usuras, não só paliadas, mas tanto de escâncara que, se val um escravo vinte mil réis pago logo, o dão fiado por um ano por quarenta e, o que mais é, que por isso o não querem já vender a dinheiro de contado, senão fiado e não há quem por isto olhe.

. . . .

Capítulo VII

De como mandou o governador seu filho Fernão de Sá socorrer a Vasco Fernandes Coutinho e o matou lá o gentio.

NESTE TEMPO estava Vasco Fernandes Coutinho em grande aperto posto pelo gentio na sua capitania do Espírito Santo e mandou à Bahia requerer ao governador Mem de Sá que o socorresse, o que o governador logo fez, mandando cinco embarcações bem providas de gente, e por capitão-mor dela o seu filho Fernão de Sá em a galé *São Simão*. Os outros capitães eram Diogo Morim, o velho, e Paulo Dias Adorno. Chegaram todos a Porto Seguro, onde lhes disseram que no rio chamado Bricaré estava o mais do gentio que fazia guerra a Vasco Fernandes, e que aí deviam os ir buscar, oferecendo-se para ir com eles, como de feito foram, o capitão Diogo Álvares e Gaspar Barbosa em seus caravelões. E navegaram pelo dito rio arriba quatro dias, até que viram as cercas do gentio que estavam juntas da água, onde pondo as proas em terra por estar a maré cheia, por elas desembarcaram e saltaram fora os soldados, tornando-se os marinheiros com os navios ao meio do rio por não ficarem em seco na vazante, e os bombardeiros para de lá fazerem seus tiros.

Começou-se a travar a briga, na qual logo em o primeiro encontro puseram o gentio em desbarate, mas, tornando-se a ajuntar e reformar, voltou com tanta força que forçou aos nossos a desordenarem e

misturarem, com os inimigos, de maneira que os tiros que tiravam das embarcações não só os não defendiam, mas antes os feriam e matavam e, retirando-se para se acolher a elas, estavam tanto ao pego que os mais foram a nado, e os feridos em algumas jangadas, entre os quais foram os dois capitães Adorno e Morim, ficando o capitão-mor com o seu alferes Joanne Monge na retaguarda, onde, crescendo o gentio que de outras aldeias vinha de socorro, os mataram às flechadas. E assim acabou Fernão de Sá, depois de haver feito grandes cousas em armas contra a multidão destes bárbaros, assim neste combate, como em outros em que se achou na Bahia e em outras partes.

Os mais se partiram para o Espírito Santo, onde Vasco Fernandes os recebeu com muito pesar, sabendo do seu destroço e da morte de Fernão de Sá, e os mandou com a mais gente que pôde ajuntar a dar em outros gentios que o tinham quase em cerco, os quais lho fizerem levantar, posto que com morte de alguns dos nossos, entre os quais Bernardo Pimentel, o velho, que mataram ao entrar de uma casa. Feito isto se foram a S. Vicente, e daí à Bahia, onde o governador os não quis ver, sabendo como haviam deixado matar a seu filho; e quando eles não tiveram esta culpa, nem por isso a devemos dar ao pai em fazer extremos pela morte de tal filho.

. . . .

Capítulo VIII

Da entrada dos franceses no Rio de Janeiro e guerra que lhe foi fazer o governador.

O RIO DE JANEIRO está em vinte e três graus debaixo do trópico de Capricórnio, e impropriamente se chama Rio, porque antes é um braço de mar, que ali entra por uma boca estreita que se pode facilmente defender de uma parte a outra com artilharia; mas dentro faz uma baía ou enseada em que entram muitos rios e tem perto de quarenta ilhas, das quais as maiores se povoam e as menores servem de ornar o sítio, ou de portos onde se abriguem os navios. Estas comodidades e outras muitas deste rio e baía, juntas com a fertilidade da terra, a faziam digna de ser povoada, quando se povoaram as mais do Brasil mas, ou porque coube na doação de Pedro de Góis, que se não atreveu com o gentio, como dissemos no capítulo terceiro do segundo livro, ou por não sei que descuido, ela esteve por povoar até que Nicolau Villaganhon, homem nobre de França e cavaleiro do hábito de S. João, informado dos franceses, que por ali vinham comerciar com o gentio tapuia, determinou de vir a povoá-la para o que fez uma armada em que veio com muitos soldados e, entrando no rio em o ano de 1556, lhe fortificou a entrada, solicitou os gentios e fez liga e amizade com eles, e para maior defesa começou em uma das ilhas da enseada a levantar

uma fortaleza de pedra, tijolo e gesso, em cuja obra trabalhavam os índios com muita vontade, e de França lhe vinham cada dia novos socorros.

Corria já o ano de 1559, em que reinava a rainha D. Catarina por morte de el-rei D. João seu marido, e por seu neto el-rei D. Sebastião não ter ainda a este tempo mais que cinco anos de idade. A qual, informada do que passava no Rio de Janeiro, escreveu ao governador Mem de Sá encarregando-lhe muito esta empresa e mandando-lhe para ajuda dela uma boa armada. Com a qual o governador, e com outras naus que pôde ajuntar, acompanhado dos principais portugueses da Bahia, e alistados os mais soldados que pôde, assim brancos como índios da terra, em o ano do Senhor de 1560 se partiu para o Rio de Janeiro, onde, rompendo as forças que impediam a entrada, entrou na enseada e tomou uma nau francesa, da qual soube não estar ali já Villaganhon, que fora chamado a Malta, mas ter deixado um sobrinho seu por capitão na fortaleza, a quem escreveu o governador na maneira seguinte:

"El-rei de Portugal, meu senhor, sabendo que Villaganhon, vosso tio, lhe tinha usurpada esta terra, se mandou queixar a el-rei de França, o qual lhe respondeu que, se cá estava, que lhe fizesse guerra e botasse fora, porque não viera com sua comissão. E posto que já aqui o não acho, estais vós em seu lugar, a quem admoesto e requeiro da parte de Deus e do vosso rei e do meu, que logo largueis a terra alheia a cuja é, e vos vades em paz sem querer experimentar os danos que sucederão da guerra."

Ao que respondeu o mancebo que não era seu julgar cuja era a terra do Rio de Janeiro, senão fazer o senhor Villagagnon, seu tio, lhe havia mandado que era sustentar e defender aquela sua fortaleza, e que assim o havia de cumprir, ainda que lhe custasse a vida e muitas vidas, das quais lhe requeria também que não quisesse ser homicida, antes se tornasse em paz.

Gastaram-se nisto dez ou doze dias nos quais a nossa armada se pôs em ordem de guerra, e assim, ouvida esta resposta, a outra que lhe deram foi de artilharia e arcabuzes, com que começaram a bater o forte insuperável (ao parecer) às forças humanas; porém, estando uns e outros metidos no furor do combate, Manuel Coutinho, homem pardo, Afonso Martins Diabo e outros valentes soldados portugueses, subindo por uma

parte que parecia inacessível, entraram o castelo e ocuparam repentinamente a pólvora do inimigo.

Descorçoados os franceses com a perda da pólvora e com o inopinado atrevimento dos portugueses, desampararam o castelo à meia-noite com todas as máquinas de guerra que nele havia, recolheram-se às suas naus e parte deles em elas se tornaram para sua terra, outros ficaram com os tamoios (que este é o nome daquele gentio), assim para restaurar a guerra e a opinião perdida, como para exercitar a mercancia com eles, de que tiravam muito proveito.

Alcançada tão ilustre vitória, desfez o governador o forte, por não poder deixar gente que o defendesse e povoasse a terra, por lhe haverem morta muita gente neste combate, e mandou seu sobrinho Estácio de Sá em a nau que havia tomado aos franceses com aviso do sucesso à rainha D. Catarina.

. . . .

Capítulo IX

De como o governador tornou do Rio de Janeiro para a Bahia, e o sucesso que teve uma nau da Índia que a ela arribou.

O GOVERNADOR se tornou do Rio de Janeiro para a Bahia e chegou a ela em o mês de junho do mesmo ano de 1560, onde continuou com o governo da terra, na qual era tão necessária a sua assistência e presença que, algumas poucas vezes que ia ver um engenho que fez em Sergipe, ia de noite e deixava um pajem na escada que dissesse que estava ocupado a quem por ele perguntasse, o qual não mentia porque onde quer que estava se ocupava, e isto fazia para que a notícia da sua absência não fosse ocasião de alguma desordem, e assim, ainda que o engenho distava desta cidade oito léguas, fazia lá mui pouca detença.

Neste ano de 1560 arribou a esta baía a nau *S. Paulo*, como já outra vez havia arribado em tempo do governador D. Duarte da Costa, posto que então vinha em ela por capitão Antônio Fernandes, como dissemos em o capítulo quarto deste livro, e desta vez vinha Rui de Melo da Câmara, o qual, vendo que para invernar aqui haviam de gastar sete ou oito meses, e que a água e gusano corrompem brevemente a madeira das naus, ajuntando-se com os pilotos e da terra diante do governador, praticaram se haveria ainda tempo para seguirem viagem, e ir invernar à Índia? E de comum parecer assentaram que sim, se partissem daqui em setembro e fossem por muita altura buscar a ilha de Sumatra, para dela

em fevereiro voltarem com a monção com que vêm as naus de Malaca e China. E, tomando desta cidade tudo o que lhes foi necessário, partiram em 15 de setembro. E achando os tempos prósperos foram à vista do cabo da Boa Esperança em fim de novembro, e assim foram seguindo sua viagem para a ilha de Sumatra com ventos brandos até 20 de janeiro, dia do bem-aventurado mártir S. Sebastião, à boca da noite, em que se acharam tão abordados com a terra por causa da grande corrente das águas que, por muito que trabalharam por se afastar, foram varar ela.

E quis Deus que foi em parte onde ficou a nau encalhada, e todos nela até pela manhã, que lançaram o batel ao mar e se passaram à terra sem cousa alguma entender, com eles, por ser a gente dali mesquinha, e tão doméstica que acudiram logo a lhes vender algumas cousas. Posto que assim não fora, os da nau eram setecentos homens, todos bem dispostos e armados que puderam atravessar toda aquela ilha, e assim logo fizeram cabanas para se agasalharem e desembarcaram da nau mantimentos, vinhos, azeite e tudo o mais que puderam, e desfizeram a nau e tiraram dela toda a pregadura, madeira, cordoalha, e tudo mais que lhe foi necessário, e armaram duas embarcações, e levantaram o batel, trabalhando todos com muito gosto e presteza, servindo de ferreiros, serradores, carpinteiros e de todos os mais ofícios, como se sempre o usaram. E assim em breve tempo as acabaram e lançaram ao mar, e fizeram sua aguada em abastança, e recolheram nela todas as armas e alguns berços e falcões, por não serem as vasilhas capazes de maiores peças, porque eram a modo de barcaças.

Uma delas se deu a Diogo Pereira de Vasconcelos; um fidalgo que ali levava sua mulher, que se chamava D. Francisca Sardinha, e era uma das mais formosas do seu tempo. Outro tomou Rui de Melo, capitão da nau, e a terceira deram a Antônio de Refoios, um cavalheiro muito honrado, que ia despachado com a capitânia de Coulão. E, repartindo-se a gente por elas, não coube em cada uma mais que cento e setenta homens, ficando cento e setenta que por nem um caso se puderam agasalhar, pelo que assentaram que estes caminhassem por terra à vista dos batéis, para lhes socorrerem alguma necessidade. E, repartindo por eles as espingardas que havia, começaram a caminhar de longo do mar, e os batéis sempre à sua vista e tanto que era noite escolhiam lugar para descansarem e dormirem e surgiam os batéis com as proas em terra e o mesmo faziam a horas de

jantar, em que tomavam a refeição ordinária, e assim foram caminhando nesta ordem sem lhes acontecer desastre algum.

E, havendo poucos dias que caminhavam, houveram vista de quatro embarcações, a que foram correndo e elas trabalhando tudo o que podiam por lhes fugir, e atirando-lhes de uma embarcação das nossas com um falcão, que lhes foi zunindo pelas orelhas, lhes pôs tão grande medo e espanto que logo se lançaram a nado para a terra, e deixaram os navios carregados de farinhas de saguum (que é o principal mantimento de todas aquelas ilhas) de que os nossos se proveram em abastança e recolheram nestas embarcações toda a gente que ia por terra, com o que ficaram mais descansados. E, sendo já em três graus da banda do sul, se recolheram a um formoso rio que acharam, desembarcando todos em terra para se recrearem e dormindo também nela algumas noites, com tanto descuido e segurança como si a terra fosse sua. E até Diogo Pereira de Vasconcelos se desembarcou ali com sua mulher, a qual vista pelos manancabos, que é a gente da terra, tão formosa, junto com estar ricamente vestida, desejaram levá-la ao seu rei, e assim deram uma noite nas suas estâncias e mataram perto de sessenta pessoas, e levaram D. Francisca Sardinha, em cuja defesa fez o mestre da nau espantosas cousas até que o mataram. O Diogo Pereira salvou uma filha que tinha, chamada D. Constança, que depois casou com Tomé de Melo de Castro e outras mulheres, com que se recolheu à sua embarcação, muito anojado desta desventura, que lhe aconteceu por sua sobeja confiança.

Dali se partiram de longo da costa, que era mui limpa, com muito mais tento, porque aquele desastre os espertou e não se fiaram mais da gente da terra. E assim embocaram o boqueirão da Sunda, e foram tomar a cidade de Pata, onde acharam quatro naus portuguesas, de que era capitão-mor Pero Barreto Rolim, que ali estava carregando de pimenta e recebeu toda esta gente e a repartiu pelas naus e proveu a todos bastantemente, e parte deles se passaram à China, para onde Pero Barreto Rolim ia por mandado do viso-rei D. Constantino.

. . . .

Capítulo X

Do aperto em que os tamoios do Rio de Janeiro puseram a capitania de S. Vicente, e o governador lhes mandou fazer segunda guerra.

VENDO-SE os tamoios já livres da guerra do governador Mem de Sá, se tornaram a fortificar no Rio de Janeiro, donde saíam a correr a costa toda até São Vicente, salteando os índios novos cristãos, prendendo, matando e comendo a quantos podiam alcançar. Durou esta moléstia dois anos, sem que força alguma pudesse reprimir o atrevimento dos bárbaros insolentes, que cada dia crescia com o favor e ajuda dos franceses, com que já se não contentavam do mal que faziam aos outros índios, mas a todos os moradores de S. Vicente ameaçavam com cruel guerra, e aprestavam uma armada de canoas para por mar e por terra os combaterem. Este mal tão grande quis remediar o padre Manuel da Nóbrega, primeiro provincial que havia sido da ordem da Companhia de Jesus na província do Brasil, resolvendo-se a ir tentear os ânimos dos bárbaros para reduzi-los a condições de paz ou dar a vida pela saúde comum. Para isto tomou por seu companheiro o irmão José de Anchieta, e um Antônio Luís, homem secular, com os quais se embarcou em uma nau de Francisco Adorno, ilustre genovês, homem em aquela terra mui conhecido, rico e devoto da Companhia. Os bárbaros, à notícia da nau portuguesa, cuidando da guerra, acudiram a suas canoas e lhe saíram ao encontro carregadas de flechas; porém o irmão José de Anchieta, com uma breve e amorosa prática que lhes fez na sua língua, os

quietou e fez benévolos à sua chegada, e depois com outras muitas, e principalmente com suas devotas orações e exemplo que deu da sua vida em três meses que ficou só entre eles, e dois que esteve com o padre Nóbrega, que se tornou para S. Vicente, os reduziu à desejada paz, exceto alguns que, discordes dos mais e fiados em as armas dos franceses, continuaram a guerra contra os portugueses.

Estes sucessos previu a rainha D. Catarina quando leu a carta do governador Mem de Sá, em que lhe dava conta da vitória que alcançara no Rio de Janeiro, e assim ainda que lha agradeceu e se houve por bem servida dele, todavia lhe estranhou muito o haver arrasado o forte e não deixar quem defendesse e povoasse a terra, e lhe mandou que logo o fizesse, porque não tornasse o inimigo a fazer ali assento com perigo de todo o Brasil. O mesmo lhe escreveu o cardeal D. Henrique, que com ela governava o reino, e para este efeito lhe mandaram pelo próprio seu sobrinho Estácio de Sá, que levou a nova, uma armada de seis caravelas com o galeão *S. João* e uma nau da carreira da Índia chamada *Santa Maria a Nova*, a que ajuntou o governador os mais navios que pôde. E quisera ir em pessoa, mas, por o povo lhe não consentir, mandou o dito seu sobrinho, no ano de 1563. A quem acompanhou o ouvidor-geral Brás Fragoso e Paulo Dias Adorno, comendador de Santiago, em uma galeota sua que remava dez remos por banda, e outros capitães.

Os quais chegando todos ao Rio de Janeiro acharam uma nau francesa que lhe quis fugir pelo rio acima, mas os nossos lhe foram no alcance e a primeira que lhe chegou foi a galé de Paulo Dias Adorno, em que também ia Duarte Martins Mourão e Melchior de Azeredo. Depois chegou Brás Fragoso e outros, os quais, entrando na nau, acharam muito pão, vinho e carne, e assim a levaram para baixo onde ficava a capitânia *Santa Maria a Nova* e o galeão, e o capitão-mor Estácio de Sá fez capitão dela a Antônio da Costa. Mas, como não há gosto nesta vida que não seja aguado, indo uma madrugada três batéis nossos tomar água à ribeira da Carioca, deram com nove canoas dos índios inimigos que estavam aguardando em cilada, os quais, repartindo-se três a três a cada batel, mataram no da capitânia o contra-mestre, o guardião e outros dois marinheiros, e no do galeão feriram a Cristóvão de Aguiar, o moço, com sete frechadas e outros sete homens e o levavam; mas Paulo Dias Adorno lhe acudiu à pres-

sa na sua galé e, chegando a tiro, mandou pôr fogo a um falcão que os fez largar o batel. Enterrados os mortos em uma ilha, chamou Estácio de Sá os capitães a conselho, e assentaram que se fosse a S. Vicente buscar canoas e gentio doméstico e amigo, com que melhor se poderia fazer guerra àquele bárbaro inimigo.

Saíram uma madrugada, e a nau francesa que haviam tomado diante de todas as outras, com um caravelão de Domingos Fernandes, dos Ilhéus. Acharam na barra muitas canoas de inimigos índios e franceses misturados, que, chegando ao caravelão, o furaram com machados e o meteram no fundo, matando-lhe quatro homens e ferindo a Domingos Fernandes de seis flechadas, com que se foi a nado para a nau, à qual também chegaram e lhe fizeram um buraco; mas um índio da Índia de Brás Fragoso, que ali ia com seu senhor, abaixo da coberta e por o mesmo buraco matou um francês, com o que eles, ou com o temor da armada que vinha atrás, se foram embora e a nau também, seguindo seu caminho para S. Vicente, onde contaram ao capitão-mor e aos mais o que lhes havia sucedido.

Neste tempo estava a povoação de S. Paulo, que é da capitania de S. Vicente, de guerra com o gentio, que a tinha posta em grande aperto, ao que acudiu Estácio de Sá com muita gente da que consigo levava, a cuja vista o gentio lhe veio logo pedir pazes, e ele lhas concedeu e ficaram fixas.

Entretanto chegaram os capitães Jorge Ferreira e Paulo Dias com as canoas e gentio que, tanto que chegou, mandou buscar a Cananéia e, provida a armada de todo o necessário, se partiu outra vez para o Rio de Janeiro em o ano de 1564, dia de São Sebastião, a quem tomou por patrão da sua jornada. Entrou pelo rio em o princípio de 1º de março e, ancorando em a enseada, saltaram em terra, e feitos tujupares, que são umas tendas ou choupanas de palha, para morarem, onde agora chamam a cidade velha, ao pé de um penedo que se vai às nuvens, chamado o Pão de Açúcar, se fortificaram com baluarte e trincheiras de madeira e terra, o melhor que puderam, donde saíam a fazer guerra aos bárbaros, ajudando-os Deus por espaço de dois anos que ali estiveram, de modo que em encontros quase sempre saíam vitoriosos e os feridos de mortais feridas das flechas inimigas brevemente saravam. Outros, fe-

ridos nos peitos nos com pelouros dos arcabuzes franceses, não sentiam mais o golpe que se estiveram armados de peitos de prova, e aos pés lhes caíam os pelouros.

Cansados já os tamoios de tão prolixa guerra e enfadados de ruins sucessos, porque ordinariamente em os encontros saíam escalavrados, determinaram lançar o resto de seu poder e de sua ventura em uma batalha, industriados pelos franceses, e sem dúvida a cousa ia traçada para conseguirem seu intento. Porém a Divina Providência se acostou à parte mais justificada. Haviam os tamoios ajuntado ao número ordinário de suas canoas outras novas que chegaram a cento e oitenta, fabricadas secretamente longe do posto donde estavam os navios dos portugueses. Toda esta armada de canoas puseram em cilada, escondida em uma volta que fazia o mar. Daqui saiu um pequeno número delas, contra as quais mandou o general cinco das nove que trouxe de S. Vicente, porque os índios amigos, enfadados da guerra, se haviam já ido com as quatro. Os tamoios, não ainda bem começada a batalha, viraram as costas, que assim o haviam traçado e meteram os nossos, que atrevidamente os iam seguindo, em a cilada, donde saíram as mais canoas inimigas e subitamente as cercaram por todas as partes. Mas nem por isso perderam o ânimo os portugueses, antes resistiram valerosamente ajudados do divino favor, o qual ainda das cousas que parecem adversas sabe tirar prósperos sucessos, como aqui se viu que, acaso acendendo-se a pólvora em uma das nossas canoas, chamuscou a alguns dos inimigos que a tinham abordada. Com o que e com a chama levantou a pólvora se alterou tanto a mulher do general tamoio que, dando gritos e vozes espantosas, atemorizou a todos e, sendo seu marido o primeiro que fugiu com ela, os seguiram os mais, deixando livres os nossos, os quais, tornando às suas trincheiras, deram graças a Deus por tão grande benefício, e por os haver livres de perigo tão grande pela voz e assombro de uma fraca mulher, ainda que depois declararam os mesmos inimigos que não fora por isto, senão por haverem visto um combatente estranho, de notável postura e beleza que, saltando atrevidamente nas suas canoas, os enchera de medo. Donde creram os portugueses que era o bem-aventurado S. Sebastião, a quem haviam tomado por padroeiro desta guerra.

. . . .

Capítulo XI

Da viagem que fez Jorge de Albuquerque de Pernambuco para o Reino e casos que nela sucederam.

NÃO FALTAVAM também neste tempo guerras em Pernambuco, porque com aquela vitória que os gentios do cabo de S. Agostinho alcançaram de Jerônimo de Albuquerque, de que fizemos menção em o capítulo undécimo do livro precedente, ficaram tão soberbos e atrevidos que não cessavam de dar assaltos em os escravos que os portugueses tinham em suas roças e fazendas, e principalmente em outros gentios da mata do Brasil, nossos confederados, que eles tinham por mortais inimigos. E o mesmo faziam os do rio de São Francisco em os barcos que iam ao resgate que, se ao descoberto comerciavam e mostravam amor aos portugueses, em secreto, se colhiam alguns descuidados os matavam e comiam.

Soube tudo isto a rainha Dona Catarina que governava o Reino e não teve menos cuidado em mandar acudir a estas guerras que às do Rio de Janeiro, mandando que logo se embarcasse Duarte Coelho de Albuquerque herdeiro daquela capitania, e a viesse socorrer, o qual, por entender quão necessário lhe era trazer consigo seu irmão Jorge de Albuquerque, pediu à rainha que o mandasse, como mandou e ele obedeceu, assim por serviço da rainha e d'el-rei, seu neto, como por dar gosto a seu irmão e o ajudar.

E assim, tanto que chegaram a Pernambuco e tomou Duarte Coelho de Albuquerque posse da sua capitania, que foi na era de 1560, logo chamou a conselho os homens principais do governo da terra, e se assentou entre todos que se elegesse por general da guerra Jorge de Albuquerque, o qual, aceitando o cargo, a começou logo a fazer assim aos inimigos do cabo de Santo Agostinho, saindo-lhes muitas vezes ao encontro aos seus assaltos, matando e ferindo a muitos, com que já deixavam alargar-se os brancos e viver em suas granjas, como aos do rio de São Francisco, onde foi em companhia de seu irmão, e neste militar exercício se ocupou cinco anos, sofrendo muitas fomes e sedes e não sem derramar seu sangue de muitas flechadas que os inimigos lhe deram. Até que, enfadado mais das guerras civis e dissenções dos portugueses amigos que destoutras, determinou ir-se outra vez para o Reino e embarcar-se em uma nau nova de duzentos tonéis, por nome Santo Antônio, que estava carregada no porto do Recife para Lisboa, de que era mestre André Rodrigues e piloto Álvaro Marinho. E estando a nau carregada se embarcou e partiu em uma quarta-feira 16 de maio do ano de 1563. E não era bem fora da barra quando lhe acalmou o vento com que partiu, e se lhe tornou tão contrário que, com a corrente da maré que começava a vazar, levou a nau através até dar em um baixo, onde esteve quatro marés mui perto de se perder, se os mares foram mais grossos e, por lhe acudirem com presteza muitos batéis e outras embarcações, se salvou toda a gente e fazenda. E nem assim descarregada pôde sair do baixo em que estava sem lhe cortarem os mastos pelo que lhe foi forçado tornar ao porto e consertar-se e carregar de novo, no que gastou mês e meio, até 29 de junho, dia de S. Pedro e S. Paulo, em que se tornou a embarcar com todos os da sua companhia, não sem contradição dos amigos, que pelo princípio lhe prognoticavam o ruim sucesso da viagem. A qual foi uma das piores e mais perigosas que hão visto navegantes.

Porque, indo demandar as ilhas uma segunda-feira 3 de setembro, fazendo-se o piloto com elas, veio a eles uma nau de corsários franceses, artilhada e concertada como costumam e, por a nossa ir desarmada e só com um falcão e um berço, determinaram os homens do mar de se render e entregar aos franceses. A que acudiu Jorge de Albuquerque, dizendo que nunca Deus quisesse nem permitisse que a nau em que ele ia se rendesse sem pelejar e se defender quanto possível fosse; por isso que trabalhassem

todos de fazer o que deviam e o ajudassem a pelejar, porque, com a ajuda de Nosso Senhor, somente com o berço e falcão que tinham, esperava se defender. Mas, como a nau ia tão desapercebida de armas e os mais que nela iam fossem tão fracos de coração, não achou Jorge de Albuquerque quem o quisesse ajudar mais que sete homens que para isso se lhe ofereceram. E assim com estes somente, contra o parecer dos mais, se pôs às bombardadas, arcabuzadas e flechadas com os franceses perto de três dias, até que o mestre e piloto, vendo o muito dano que assim a nau como a gente recebia da artilharia e arcabuzaria dos franceses e que Jorge de Albuquerque em nem um modo determinava entregar-se, mandaram dar subitamente com as velas em baixo e começaram a bradar pelos franceses que entrassem a nau, como logo fizeram pela quadra dezessete franceses armados de armas brancas com suas espadas e broquéis e pistolas, os quais, sem lhes responderem nem lhe poder estrovar, se assenhorearam da nau.

E, vendo que nela não havia mais que o berço e falcão que está dito, ficaram muito espantados e muito mais quando lhe disseram quão poucos eram os que pelejavam. E, sendo dito ao capitão francês que Jorge de Albuquerque que fora o que fizera defender a nau todo aquele tempo, se chegou a ele e lhe disse: "Não me espanta o teu esforço, que esse tem todo o bom soldado, mas espanta-me a temeridade de quereres defender uma nau tão desapercebida com tão poucos companheiros e menos petrechos de guerra; mas não te desconsoles, que, por quão bom soldado tu és, eu te farei muito boa companhia." E assim lha fez, tanto que não queria comer sem ele vir primeiro, e o fazia assentar na cabeceira da mesa, até que um dia, rogando-lhe o capitão que a benzesse ao modo dos portugueses, ele a benzeu com o sinal-da-cruz, como costumamos, do que alguns dos circunstantes luteranos o repreenderam e ele, repreendido, mas não arrependido, se tornou a benzer dizendo que com aquele sinal-da-cruz se havia de abraçar enquanto vivesse, e nele esperava de se salvar de todos seus inimigos. E com isto pediu ao capitão licença para não ir comer mais com eles e poder comer em sua câmara o que lhe dessem e, posto que o capitão mostrou agravar-se disso, todavia lhe deu a licença que pedia, e vinha ele algumas vezes comer com Jorge de Albuquerque.

Estando já em altura de quarenta e três graus, em uma quarta-feira, 12 de setembro, sobreveio a maior tormenta de vento que nunca

se viu, com que a nau chegou a ficar sem leme, sem velas, sem mastos e quase rasa com a água. E, vendo-se todos em tão grande perigo, ficaram assombrados e fora de si, temendo ser esta a derradeira hora da vida e com este temor se chegaram todos a um padre de Companhia de Jesus por nome Álvaro de Lucena, que com eles ia, e a ele se confessaram e, depois de confessados e se pedirem perdão uns aos outros, se puseram todos de joelhos pedindo a Nosso Senhor misericórdia, o que também fizeram os franceses que ficaram dentro da nossa nau, porque a sua logo no princípio da tormenta desapareceu, e pediam perdão aos portugueses, dizendo que por seus pecados viera aquela tormenta que rogassem a Deus por eles, que já se davam por mortos, pois a nau estava da maneira que todos viam. Mas Jorge de Albuquerque começou em altas vozes a esforçar a uns e outros, dizendo que fizessem também de sua parte o remédio possível, uns dando à bomba, outros esgotando a água que estava no convés, porque esperava na bondade divina e intercessão da Virgem Senhora Nossa que haviam de ser livres do perigo em que estavam. Estando lhes dizendo isto, viram todos um resplendor grande no meio da grandíssima escuridão com que iam, a que todos se tornaram a pôr de geolhos, encomendando-se à Virgem e pedindo a Deus misericórdia, o qual foi servido de aplacar a tormenta.

E logo apareceu também a nau francesa, também muito desbaratada, mas não tanto que ainda não pudesse prover estoutra assim de enxárcia e velas como de mantimento, o que não quiseram fazer; antes, descarregando-a de alguma fazenda que tinha em si e levando os seus franceses, se foram para França, deixando só aos portugueses dois sacos de biscoito podre e uma pouca de cerveja danada, ao que se ajuntou uma botija, que ainda os nossos tinham, com duas canadas de vinho, e um frasco de água-de-flor, uns pucos de cocos e poucos punhados de farinha-de-guerra e seis tassalhos de peixe-boi, que Jorge de Albuquerque foi repartindo por trinta e tantos homens o tempo que durou a viagem. Para a qual deu ordem com que se fizesse uma vela de alguns guardanapos e toalhas que se acharam na nau, as quais mandou se ajuntassem a uma velinha de esquife dos franceses que ficou, e de dois remos fizeram uma verga, e sobre o pé do masto grande puseram um pedaço de pau de duas braças em alto e, de uns pedaços de enxárcia que haviam ficado e de cordas de rede e morrões,

fizeram enxárcia. O leme andava pendurado por um só ferro que lhe ficou, e lançaram-lhe umas cordas para que pudesse servir.

E com isto seguiram sua viagem, tomando a Nossa Senhora Mãe de Deus por guia, sem mais outra agulha nem astrolábio que prestasse, porque tudo lhe levaram os franceses;

a qual os guiou de modo que milagrosamente se acharam defronte da sua igreja da Pena, entre as Barlengas e a serra de Cintra. Ao dia seguinte se acharam muito perto da Roca, ou da Rocha, e, indo já a nau para dar à costa, passou por eles uma caravela que ia para a Pederneira e, pedindo aos homens dela que à honra da morte e paixão de Nosso Senhor os quisessem socorrer e que lhes pagariam muito bem se os tomassem e levassem à terra, responderam que Jesus Cristo lhes valesse, que eles não podiam perder tempo de viagem e se foram sem alguma piedade, ou porventura houveram medo da nau por lhes parecer fantasma, porque nunca se viu no mar cousa tão dessemelhada para navegar como o pedaço da nau em que iam. Porém, este medo ou crueldade não tiveram outros que iam para a Atouguia, os quais acudiram logo aos primeiros brados (que não podiam ouvir senão milagrosamente por estarem muito longe) e levaram a nau à-toa até a porem em Cascais, a horas do sol-posto. Donde o infante D. Henrique, cardeal que neste tempo governava o reino de Portugal, o mandou levar pelo rio acima e pô-la defronte da igreja de S. Paulo, para que todos que a vissem dessem muitos louvores a Deus, por livrar os que nela vinham de tantos perigos como passaram. E assim, ainda que esta viagem pertence tanto à história do Brasil que vou escrevendo, por ser ele o *termino a quo*, e feita e padecida por um dos capitães destas partes e natural delas, contudo rogo aos que lerem este capítulo que dêem ao Senhor as mesmas graças e louvores e tenham sempre em ele firme esperança, que os pode livrar de todos os perigos.

. . . .

Capítulo XII

De como o governador Mem de Sá tornou ao Rio de Janeiro e fundou nele a cidade de S. Sebastião e do mais que lá fez até tornar à Bahia.

POSTO que o governador Mem de Sá não estava ocioso na Bahia, não deixava de estar com o pensamento nas cousas do Rio de Janeiro e assim, sacudindo-se de todas as mais, aprestou uma armada e com o bispo D. Pedro Leitão, que ia visitar as capitanias do Sul, que todas em aquele tempo eram da sua diocese e jurisdição, e com toda a mais luzida que pôde levar desta cidade se embarcou e chegou brevemente ao Rio, onde em dia de São Sebastião, 20 de janeiro do ano de 1567, acabou de lançar os inimigos de toda a enseada e os seguiu dentro de suas terras, sujeitando-os a seu poder e arrasando dois lugares em que se haviam fortificado os franceses, posto que em um deles, que foi na aldeia de um índio principal chamado Iburaguaçu-mirim, que quer dizer "pau grande pequeno", lhe feriram seu sobrinho Estácio de Sá de uma mortífera flechada de que depois morreu.

Sossegadas as cousas da guerra, escolheu o governador sítio acomodado ao edifício de uma nova cidade, a qual mandou fortalecer com quatro castelos, e a barra ou entrada do Rio com dous; chamou a cidade de S. Sebastião, não só por ser nome de seu rei, senão por agradecimento dos benefícios recebidos do santo, pois a vitória passada como dissemos se ganhou dia de S. Sebastião e em este dia, dois anos antes, partiu Estácio de Sá de São Vicente para o Rio de Janeiro, e começou a guerra invocando

o seu favor, o qual reconheceram bem os portugueses assim em a batalha naval das canoas, como em outras ocasiões de perigos. Pelo que, ainda em memória da vitória das canoas, se faz todos os anos em aquela baía defronte da cidade, no dia do glorioso S. Sebastião, uma escaramuça de canoas com grande grita dos índios, que as remam e se combatem, cousa muito para ver.

O sítio em que Mem de Sá fundou a cidade de S. Sebastião foi o cume de um monte, donde facilmente se podiam defender dos inimigos; mas depois, estando a terra de paz, se estendeu pelo val ao longo do mar, de sorte que a praia lhe serve de rua principal e assim, sendo lá capitão-mor Afonso de Albuquerque, se achou uma manhã defronte da porta do convento do Carmo que ali está uma baleia morta, que de noite havia dado à costa. E as canoas, que vêm das roças ou granjas dos moradores, ali ficam, desembarcando cada um à sua porta ou perto dela com o que trazem, sem lhe custar trabalho de carretos, como custa pela ladeira acima. Nem eles próprios lá subiram em todo o ano, e menos as mulheres, se não fora estar lá a igreja matriz e a dos padres da Companhia, pela qual causa mora ainda lá alguma gente.

Fundada pois a cidade pelo governador Mem de Sá em o dito outeiro, ordenou logo que houvesse nela oficiais e ministros da Milícia, Justiça e Fazenda. E, porque haviam ido na armada mercadores, que entre outras mercadoria levaram algumas pipas de vinho, mandou-lhes o governador que o vendessem atavernado e, pedindo eles que lhes pusesse a canada por um preço excessivo, tirou ele o capacete da cabeça com cólera e disse que sim, mas que aquele havia de ser o quartilho. E assim foi e é ainda hoje por onde se afilam as medidas, donde vem serem tão grandes que a maior peruleira não leva mais de cinco quartilhos.

Entre os primeiros franceses que vieram ao Rio de Janeiro em companhia de Nicolau Villaganhon, de que tratamos em o capítulo oitavo deste livro, vinha um herege calvinista chamado João Bouller, o qual fugiu para a capitania de S. Vicente, onde os portugueses o receberam cuidando ser católico, e como tal o admitiam em suas conversações, por ele ser também na sua eloqüente e universal na língua espanhola, latina, grega, e saber alguns princípios da hebréia, e versado em alguns lugares da sagrada escritura, com os quais, entendidos a seu modo, dourava as pílulas e encobria o

veneno aos que o ouviam e viam morder algumas vezes na autoridade do Sumo Pontífice, no uso dos sacramentos, no valor das indulgências, e em a veneração das imagens. Contudo não faltou quem o conhecesse (que ao lume da fé nada se esconde), e o foram denunciar ao bispo, o qual o condenou como seus erros mereciam e sua obstinação, que nunca quis retratar-se, pelo que o remeteu ao governador, o qual o mandou que, à vista dos outros que tinham cativos na última vitória, morresse a mãos de um algoz. Achou-se ali para o ajudar a bem morrer o padre José de Anchieta, que já então era sacerdote, e o tinha ordenado o mesmo bispo D. Pedro Leitão.

E, posto que no princípio o achou rebelde, não permitiu a Divina Providência que se perdesse aquela ovelha fora do rebanho da Igreja, senão que o padre com suas eficazes razões, e principalmente com a eficácia da graça, o reduzisse a ela. Ficou o padre tão contente deste ganho, e por conseguinte tão receoso de o tornar a perder que, vendo ser o algoz pouco destro em seu ofício e que se detinha em dar a morte ao réu e com isso o angustiava e o punha em perigo de renegar a verdade que já tinha confessada, repreendeu o algoz e o industriou para que fizesse com presteza seu ofício, escolhendo antes pôr-se a si mesmo em perigo de incorrer nas penas eclesiásticas, de que logo se absolveria, que arriscar-se aquela alma às penas eternas. Casos são estes que desculpa a divina dispensação e a caridade, que é sobre toda a lei, e, sem isto, mais são para admirar que para imitar.

Ordenadas todas as cousas tocantes ao governo político, povoada e fortificada a terra, a encarregou o governador a Salvador Correia de Sá, seu sobrinho, para que a governasse e ele se tornou para a Bahia.

. . . .

Capítulo XIII

De como o governador tornou pera a Bahia e de uma nau que a ela arribou indo pera a Índia.

TORNANDO o governador Mem de Sá para a Bahia e chegando a ela, escreveu logo à rainha e ao infante cardeal D. Henrique, que governava o Reino, o que tinha feito no Rio de Janeiro, pedindo em satisfação de seus serviços lhe mandasse sucessor, para se poder ir para Portugal, onde tinha sua filha Dona Helena, que depois casou com o conde de Linhares, D. Fernando de Noronha. E, entretanto, foi continuando com seu cargo como costumava e era obrigado.

Neste tempo, veio aqui de arribada Francisco Barreto, que havia sido governador da Índia e ia conquistar Menomotapa, a quem o governador [ajudou] em tudo o que pôde para sua navegação. Ficou-lhe aqui muita gente e entre os mais um soldado homicida, que em algum tempo teve diferenças com outro em Portugal; mas haviam-se depois congraciado e vinham ambos e como tais se foram uma tarde recrear ao campo, onde se lançaram à sombra de uma fresca árvore e, adormecendo o outro, o Medeiros (que assim se chamava o homicida) lhe deu uma estocada de que logo morreu.

Muito desejou Francisco Barreto castigar esta aleivosia do seu soldado, mas não pôde colhê-lo; porém, depois da sua partida, o ouvidor-geral Fernão da Silva o prendeu e, formado o processo, foi sentenciado à morte.

O dia que o levaram a justiçar, tinham dado ordem os mais que ficaram de Francisco Barreto que estivessem trincados os braços para que caísse da forca, como em efeito caiu não só uma vez mas três vezes, o que visto pelos irmãos da Misericórdia, que o haviam acompanhado com a justiça, como é costume, requereram ao ouvidor-geral que não executasse a sentença, pois assim parecia ser vontade de Deus o que ele fez. E, tornando-o ao cárcere, foi logo avisar ao governador do que havia passado, o qual, como era letrado e reto na justiça, o repreendeu muito, dizendo que aquela piedosa opinião era, mas não tinha lugar em aquele caso, onde a verdade era sabida e a aleivosia tão notória. Pelo que o mesmo governador uma madrugada o mandou tirar da cadeia e fazer uma forca à porta dela, onde o enforcaram e não quebrou a corda.

Em estas e outras cousas semelhantes se ocupava o governador na Bahia enquanto esperava sucessor, e as guerras não cessavam assim nas capitanias do Sul, como do Norte, segundo veremos nos capítulos seguintes.

Capítulo XIV

De como os tamoios e franceses depois da vinda do governador foram do Cabo Frio ao Rio de Janeiro para tomarem uma aldeia e do que lhes sucedeu.

POSTO que o governador-geral Mem de Sá, antes que se viesse para a Bahia, deixou limpa a do Rio de Janeiro dos inimigos tamoios, eles se acolheram ao Cabo Frio, que dista do Rio de Janeiro dezoito léguas, e ali se fizeram fortes e saíam a dar alguns assaltos aos de S. Vicente, ajudados dos franceses, à conta de eles também os ajudarem a cortar pau-brasil para carregarem suas naus, que há muito em aquele cabo. E a tanto chegou o seu atrevimento que, juntando a oito naus franceses as canoas que puderam, se embarcaram uns e outros e entraram pelo Rio de Janeiro, passando à vista da cidade de S. Sebastião, foram surgir em um porto de uma aldeia que vistava da cidade uma légua, a qual era dos índios confederados e amigos dos portugueses, onde estava por principal um de grande ânimo e esforço, que nas guerras passadas havia feito grandes façanhas em defesa do nome cristão e dos portugueses. Seu nome brasil foi Araribóia e no batismo se chamou Martim Afonso de Sousa, como seu padrinho o senhor de S. Vicente, que o padrinhou quando veio à sua capitania no ano de 1530.

A este vinham os tamoios ajudados dos franceses saltear e prender para fazerem em sua terra um solene banquete de suas carnes, segundo eles o mandaram por um mensageiro dizer ao capitão-mor Salvador Cor-

reia de Sá, o qual, temeroso que tomada a aldeia tornassem sobre a cidade, a fortificou muito à pressa e mandou aos moradores e soldados que estivessem em armas e, não menos solícito da saúde do índio amigo, lhe mandou logo socorro de gente portuguesa, ainda que pouca, animosa e governada por Duarte Martins Mourão, seu capitão.

Avisado o valoroso índio Martim Afonso de Sousa, cercou logo a sua aldeia de trincheiras e, detendo só nela os que podiam pelejar, mandou sair toda a gente inútil e escondê-la em parte segura, e ele com grande ânimo esperou os inimigos, os quais, desembarcados em terra e a seu prometer seguros da vitória, nem uma cousa fizeram aquele dia, dilatando a batalha para o outro seguinte. Donde os nossos que vieram de socorro, ajudados da obscuridade da noite, puderam pôr em bom lugar um falconete, que em uma grande canoa haviam trazido para arredarem com ele os inimigos. Esforçado mais com este socorro o valoroso índio e animando os seus, mandou romper as trincheiras e, apelidando o nome de Jesus e de São Sebastião, acometer o inimigo, antes que se concertasse em esquadrões. Os índios, alentados com a voz do seu capitão e animados com o exemplo dos portugueses, cerraram com os inimigos desconcertados, os quais, ainda que por serem mais em número lhes resistiram fortemente, em fim viraram as costas, não podendo sofrer a força dos portugueses e índios confederados.

Os nossos os seguiram e com pouco dano seu fizeram grande matança, porque as naus francesas, acostando-se demasiadamente a terra, com a vazante da maré haviam ficado em seco e o falconete, chovendo sobre elas uma tempestade de pedras, matava e feria a muitos marinheiros que nelas estavam e soldados que se embarcavam, até que, tornando a crescer a maré, se fizeram ao mar, perdidos muitos franceses e elas maltratadas. Os bárbaros destroçados com dificuldade saltaram em as canoas e, perdidos os brios e desfeitas as forças, em companhia das naus francesas tornaram para o Cabo Frio, e os que, carregados de armas, saíram de sua terra ameaçando que haviam despedaçar com seus dentes a Martim Afonso, deixaram em o campo espalhados muitos dos seus, para que com seus bicos os despedaçassem as aves. Os franceses, reparadas suas naus e carregadas de pau-brasil se tornaram nelas a sua pátria.

. . . .

Capítulo XV

Das guerras que houve neste tempo em Pernambuco.

VENDO Duarte Coelho de Albuquerque a muita gente que acudia, assim de Portugal como das outras capitanias, para povoarem a sua de Pernambuco e fazerem nela engenhos e fazendas, e que as terras do Cabo, que os gentios inimigos tinham ocupadas, eram as mais férteis e melhores, determinou de lhas fazer despejar por guerra. E para isto fez resenha da gente que podia levar e ordenou que com a gente de Igaraçu fosse por capitão Fernão Lourenço, que era o mesmo capitão da dita vila; com a gente de Parati Gonçalo Mendes Leitão, irmão do bispo, que então era D. Pedro Leitão, e casado com uma filha de Jerônimo de Albuquerque; com a gente da várzea de Capiguaribe Cristóvão Lins, fidalgo alemão. E da gente da vila, mercadores e moradores, porque eram de diversas partes do Reino, ordenou outras três companhias, e que por capitão dos vianeses fosse João Pais, dos do porto Bento Dias de Santiago e dos de Lisboa Gonçalo Mendes d'Elvas, mercador. Pelas quais seis companhias iam repartidos vinte mil negros, os mais deles do gentio da mata do pau-brasil, contrários dos do Cabo.

Também lhes mandou o capitão da ilha de Tamaracá uma companhia de trinta e cinco soldados brancos e dois mil índios frecheiros e por capitão Pedro Lopes Lobo, posto que ele os entregou a Duarte Coelho para

que os repartisse por onde visse serem necessários, e quis antes meter-se em a companhia dos aventureiros, que era dos mancebos solteiros.

Sobre todos ia por general Duarte Coelho de Albuquerque, acompanhado de D. Filipe de Moura e Filipe Cavalcanti, genros de Jerônimo de Albuquerque, e de outros homens nobres e honrados que todos o quiseram acompanhar; e não ficou mais na vila que Jerônimo de Albuquerque com alguns velhos que não podiam menear as armas.

Com toda esta gente se partiu Duarte Coelho de Albuquerque e foi marchando até às primeiras cercas dos inimigos, onde o esperaram aos primeiros encontros, e houve alguns mortos e feridos de parte a parte; mas, vendo que era impossível resistir a tantos, se puseram em fugida com grande pressa para que, seguindo-os com a mesma, não tivessem os nossos lugar de desmanchar-lhes as casas e as cercas e assim tornassem depois pelos matos a meter-se nelas. Mas Duarte Coelho, que lhes adivinhou os pensamentos, lhes mandou queimar algumas e em outros deixou presídios com ordem que lhes arrancassem todos os mantimentos, com o que os obrigou a cometer pazes, e ele lhas outorgou com as condições que melhor lhe estiveram e repartiu as terras por pessoas que as começaram logo a lavrar, os quais, como acharam tanto mantimento plantado, não faziam mais que comê-lo e plantá-lo da mesma rama e nas mesmas covas. E com isto foram fazendo seus canaviais e engenhos de açúcar com que enriqueceram muito, por a terra ser fertilíssima, e só um, que por isto se chamou João Pais do Cabo, chegou a fazer oito engenhos, que repartiu por oito filhos que teve e coube a cada um o seu de legítima.

E, porque as terras do rio de Cirinhaém que ficam defronte da ilha de Santo Aleixo, seis léguas do Cabo, eram também muito boas e as tinha ocupadas outro gentio, contrário deste que já estava sujeito e pacífico, e de lá os vinham inquietar e salteá-los, lhes mandou Duarte Coelho dizer pelos nossos línguas e intérpretes que se quietassem e fossem amigos, senão que lhe seria necessário defendê-los e tomar vingança dos agravos e injúrias que lhes faziam. Ao que eles com muita arrogância responderam que não o haviam com os brancos nem com ele, senão com aqueles que eram seus inimigos e contrários antigos; mas, se os brancos queriam por eles tomar pendências, ainda tinham braços para se defenderem de uns e de outros. Tornados os línguas com esta resposta, fez

Duarte Coelho de Albuquerque uma junta de oficiais da câmera e mais pessoas da governança, onde se julgou ser a causa bastante para se lhes fazer guerra justa e os cativar a todos. E com este assento se aprestou logo outro exército, em que foi Filipe Cavalcanti, fidalgo florentino, capitão dos que foram por mar em barcos e caravelões, e Jerônimo de Albuquerque dos que marcharam por terra, que Duarte Coelho como soldado quis ir solto na companhia dos aventureiros. E, tanto que chegaram às cercas e aldeias dos inimigos, tiveram grandes encontros e resistências, porque eram muitas e, rotas umas, se acolhiam logo e se fortificavam e defendiam em outras com grande ânimo e coragem.

Porém, quando viram o socorro dos barcos e que não puderam impedir-lhes o desembarcar, posto que o cometeram, animosamente, logo desconfiaram e fugiram para o sertão, levando as mulheres e filhos diante e ficando os valentes fazendo-lhes costas, que nunca as viraram aos nossos aventureiros e índios nossos amigos, que os foram seguindo muitas léguas, até chegarem a uma grande cerca onde se meteram uma tarde, aparecendo alguns pelos altos dela, com tantos ralhos e mostras de se defenderem, que ali cuidaram os nossos os tinham certos e não sabiam já quando havia de amanhecer para abalroarem, animando-se todos uns aos outros para a peleja. Porém, pela manhã a acharam despejada, que todos haviam fugido e só saíram de entre o mato um moço e uma moça de outro gentio, que eles tinham cativos, os quais contaram que, no mesmo tempo que os ralhadores apareceram na fronteira da cerca, iam todos os mais secretamente fugindo pela outra parte e assim que não havia para que cansar mais em os seguir, porque iam para mui longe e para mais não tornarem, como de feito assim foi. E os nossos se tornaram para onde haviam deixado os mais e os acharam arrancando e desfazendo os mantimentos dos fugidos, com o que se tornaram todos, uns por mar, outros por terra, a Olinda com muito contentamento.

À fama destas duas vitórias ficou todo o gentio desta costa até o rio de São Francisco tão atemorizado que se deixavam amarrar dos brancos como se foram seus carneiros e ovelhas. E assim iam em barcos por esses rios e os traziam carregados deles a vender por dois cruzados ou mil réis cada um, que é o preço de um carneiro. Isto não faziam os que temiam a Deus, senão os que faziam mais conta dos interesses desta vida que dá que

haviam de dar a Deus. E principalmente veio um clérigo a esta capitania, a que vulgarmente chamavam o Padre do Ouro, por ele se jactar de grande mineiro e por esta arte era mui estimado de Duarte Coelho de Albuquerque e o mandou ao sertão com trinta homens brancos e duzentos índios, que não quis ele mais. Nem lhe eram necessários porque, em chegando a qualquer aldeia do gentio, por grande que fosse, forte e bem povoada, depenava um frangão, ou desfolhava um ramo, e quantas penas ou folhas lançava pelo o ar tantos demônios negros vinham do Inferno lançando labaredas pela boca, com cuja vista somente ficavam os pobres gentios, machos e fêmeas, tremendo de pés e mãos e se acolhiam aos brancos que o padre levava consigo, os quais não faziam mais que amarrá-los e levá-los aos barcos e aqueles idos, outros vindos, sem Duarte de Albuquerque por mais repreendido que foi de seu tio e de seu irmão Jorge de Albuquerque, do Reino, querer nunca atalhar tão grande tirania, não sei se pelo que interessava nas peças que se vendiam, se porque o padre mágico o tinha enfeitiçado. E foi isto causa para que el-rei D. Sebastião o mandasse ir para o Reino, donde passou e morreu com ele em África e ficou a capitania a Jorge de Albuquerque Coelho, que também passou com el-rei e foi cativo ferido e aleijado de ambas as pernas; mas resgatou-se e viveu depois muitos anos, casado, com a filha de D. Álvaro Coutinho de Amourol, da qual houve dous filhos, Duarte Coelho de Albuquerque e Matias de Albuquerque, de que trataremos em o livro quinto. E o Padre do Ouro também foi preso em um navio para o Reino, o qual arribou às ilhas, donde desapareceu uma noite sem mais se saber dele.

Capítulo XVI

De como vinha por governador do Brasil D. Luís Fernandes de Vasconcelos, e o mataram no mar os corsários.

EM O ANO do Senhor de 1570 vinha por governador do Brasil D. Luís Fernandes de Vasconcelos, o qual, partido com uma boa frota, ao segundo dia que saiu a barra de Lisboa começou a correr tormenta, que fez apartar umas naus das outras, onde uma foi encontrar com corsários poderosos que a tomaram e mataram quarenta padres da Companhia de Jesus, que nela vinham com o padre Inácio de Azevedo, que havia sido no Brasil seu primeiro visitador, e a toda a mais gente que a nau trazia. E D. Luís arribou destroçado da tempestade à ilha da Madeira, onde refazendo-se, sobre ter navegado de uma parte a outra mais de duas mil léguas, com imenso trabalho chegou à vista do Brasil que demandava e, sem a poder tornar, por mais que por isso trabalhou, lhe foi forçado arribar dali à ilha Espanhola, que é das Índias de Castela, e invernar nela e arribar dali outra vez a Portugal com a nau desbaratada da falta de tudo e, aportando assim na ilha Terceira, no porto da ilha lhe deram a nova da morte de seu filho D. Fernando, que desastradamente morreu na Índia a mãos de mouros. Passado a outra nau, esperando tempo para tornar a cometer a viagem do Brasil, partiu quando o teve, sem alguma companhia de outras naus, e en-

controu na mesma semana três naus de corsários luteranos, a cujas mãos, não sendo poderoso de defender-se nem se querendo render, sobre ter mui esforçadamente pelejado, foi morto na batalha.

Era D. Luís Fernandes de Vasconcelos (além de outras boas qualidades, pelas quais parecia digno de melhor ventura) curiosíssimo da arte marítima e tão douto e diligente nela que podia competir com os mais cientes e experimentados pilotos; mas com isto infelicíssimo em todas as suas viagens e navegações. A primeira vez que houve de sair ao mar, sendo despachado por capitão-mor da armada da Índia, estando já as naus carregadas e a ponto de partirem, abriu a sua capitânia uma tão grossa água que não pôde partir com as outras, mas partiu depois só e veio invernar a esta Bahia, como dissemos no capítulo quinto deste livro. E pior foi a jornada da Índia para o Reino em que se perdeu com miserabilíssimo naufrágio, de que salvou somente a pessoa, com trinta e tantos companheiros, no batel da nau, deixando nela mais de trezentos que se afogaram, com tanta mágoa de seu coração por lhes não poder valer que cobriu os olhos com uma toalha por não ver tão triste espetáculo. E, saindo assim da nau, permitiu Nosso Senhor que visse terra em poucos dias da ilha de S. Lourenço, povoada de cruel e bárbaro gentio, com que as vidas não ficavam menos arriscadas, não tendo dali senão muito longe outra terra, nem navio, nem mantimento; mas ordenou a divina misericórdia que topasse ali acaso uma nau resgatando, na qual tornaram a Índia, onde D. Luís se embarcou em outra para Portugal e, sobre ter peregrinado três anos e mais, chegou ao Reino sem ter de tão longa jornada, em que metera tanto cabedal, mais que dívidas e trabalhos e perigos que nela passou. E, não se cansando nem se mudando por tempo sua fortuna, sendo depois mandado por governador do Brasil lhe aconteceram os infortúnios que atrás dissemos, e por fim deles a morte, que põe fim a tudo.

Capítulo XVII

Da morte do governador Mem de Sá.

NESTE MESMO ano em que D. Luís Fernandes de Vasconcelos foi morto no mar a mãos de inimigos corsários, que foi o de 1571, morreu de sua enfermidade o governador Mem de Sá, que o estava esperando para ir-se para o Reino, mas quereria Nosso Senhor levá-lo para outro reino melhor, que é o do Céu, como por sua vida e morte e principalmente pela misericórdia divina se pode confiar. Foi sepultado na capela da igreja dos padres da Companhia, que ele havia ajudado a fazer de penas das condenações aplicadas para a obra e de outras esmolas. Fez testamento, em que instituiu universal herdeira da sua fazenda a sua filha condessa de Linhares, com esta cláusula que, se morresse sem deixar filho ou filha que a herdasse, do engenho e terras que cá tinha em Sergipe ficasse a terceira parte à casa da misericórdia desta cidade da Bahia, e os outros dois terços aos padres da Companhia, um para eles, outro para repartirem em esmolas e dotes de órfãos. Porém, ainda que a condessa morreu sem deixar filhos herdeiros, ela legou estes bens ao colégio dos padres da Companhia de Santo Antão de Lisboa, onde mandou fazer uma capela, e os padres de cá, não lhes parecendo bem pôr-se à demanda com os seus, deixaram o litígio à Misericórdia.

Não somente o governador Mem de Sá morreu gozoso de suas vitórias (se há cousa nas mundanas que na morte possa dar gozo), mas também de outras que neste ano da sua morte, o décimo quarto do seu governo, alcançaram os católicos contra os infiéis, que foram as mais insignes de quantas no mundo se hão visto. Uma foi a que os portugueses alcançaram na Índia contra três reis que se confederaram para os lançarem dela e para este efeito deram todos a um tempo, o Hidalcão sobre Goa, o Nisa Maluco sobre Chaul e o de Achem sobre Malaca; mas, como em todas estas partes haviam defensores portugueses, em todas foi igual a resistência. Muitos foram de parecer que se largasse Chaul, porque não estava murado nem tinha gente que o pudesse defender do poder de Nisa Maluco, e para lhe mandar socorro de Goa seria porem-se a perigo de perderem uma cousa e outra. Porém, o viso-rei D. Luís de Ataíde, contra o parecer de todos, disse que nada havia de largar, e assim, ficando-se com só dois mil homens em Goa, mandou D. Francisco Mascarenhas a Chaul com seiscentos soldados escolhidos, fora muitos fidalgos e capitães, dos quais alguns aperceberam navios em que o seguiram com gente à sua custa, como foram D. Nuno Álvares Pereira, Pedro da Silva de Meneses, Nuno Velho Pereira, Rui Pires de Távora, João de Mendonça e outros que, não podendo haver embarcações por partirem a furto do viso-rei, se embarcavam com estes que dissemos e com outros que pelo tempo foram acudindo. E com tão pouca gente foi Deus servido que o viso-rei vencesse em Goa o Hidalcão, o qual o teve cinco meses em cerco com trinta e cinco mil cavalos e sessenta mil de pé, dois mil elefantes armados e duzentas peças de artilharia de campo, as mais delas de monstruosa grandeza.

E D. Francisco Mascarenhas, com a gente que levou de socorro e a que tinha Luís Freire de Andrade, capitão-mor de Chaul, que seriam oitocentos homens, mataram a Nisa Maluco doze mil mouros de cem mil combatentes de pé e cinqüenta e cinco mil de cavalo com que teve cercado a Chaul, e o puseram em tanta desconfiança que, a cabo de nove meses que durou o cerco, cometeu pazes a D. Francisco Mascaranhas.

As mesmas cometeu o Hidalcão ao viso-rei e um e outro as aceitou com condições a seu gosto, muito a salvo da sua honra e d'el-rei. Pois o de Achem não livrou melhor que estoutros, porque, indo para Malaca, se encontrou com Luís de Melo da Silva, que em naval batalha o venceu e

o fez por então tornar frustrado de seu intento. Com esta vitória chegou o viso-rei D. Luís de Ataíde ao Reino a 22 de julho do ano seguinte de 1572, por deixar já na Índia D. Antônio de Noronha, seu sucessor, e el-rei D. Sebastião foi na cidade de Lisboa dar graças a Deus no domingo seguinte, em solene procissão da sé ao mosteiro de S. Domingos, onde se pregou e denunciou ao povo, levando à mão direita o viso-rei em precedência de todos os príncipes e senhores de que foi acompanhado, grande honra, mas bem merecida e devida a tão heróicos feitos.

A outra vitória que neste ano de 1571 se alcançou foi a de D. João de Áustria, general da liga cristã, o qual com Marco Antônio Colona, general das galés do Papa Pio Quinto, Sebastião Veniero, general dos venezianos, o Príncipe Doria, o de Parma e Urbino e outros senhores que seguiram seu estandarte, em um domingo, a 7 de outubro, em o golfo de Lepanto venceu o baxá general dos turcos, matou-o e lhe cativou dois filhos, sendo mais mortos trinta mil turcos, cativos cinco mil, tomadas duzentas e vinte galés e galeotas e libertados quinze mil escravos cristãos, que vinham remando em a armada do turco; mas também dos nossos morreram na batalha sete mil e quinhentos soldados, em que entraram alguns capitães famosos.

Sabida a nova da perda da sua armada por Selim, imperador dos turcos, a sentiu tanto que saiu do seu juízo, dizendo que era princípio da ruína do seu império. Mas, sendo consolado por Luchali (Uluch Ali), que havia escapado com quinze galés e lhe mostrou o estandarte de Malta que havia tomado na batalha e, aconselhado pelos seus, mandou logo aprestar outra armada, fazendo general dela o dito Luchali, o qual mui contente com o novo cargo se dava pressa em fabricar galés, fundir artilharia, fazer munições e vitualhas para sair o ano seguinte.

O que sabido pelo Sumo Pontífice tornou a tratar com os príncipes cristãos de nova liga, pedindo também a el-rei de Portugal D. Sebastião quisesse entrar nela e juntamente quisesse aceitar o casamento de Margarita, filha de el-rei Henrique de França, em que já lhe haviam falado e ela não quisera. O qual, sabendo que o dito rei de França se escusava da liga contra o turco, respondeu que aceitava o casamento e não queria mais dote com ela senão que entrasse seu pai na dita liga. E ele mesmo se oferecia que pelo mar Roxo e Pérsico molestaria o Grão-Turco com suas armadas em

aquele tempo vitoriosas e nisso trabalharia com todo o seu poder e forças. Tão zeloso era el-rei D. Sebastião da honra de Deus e de guerrear por ela contra os infiéis, que só por isto aceitava o casamento (a que não era afeiçoado) e não queria outro dote. Mas, não se concluindo este matrimônio, que tantos males e desventuras, pudera escusar, casou com ela Henrique de Bourbon, duque de Vandoma e príncipe de Bierne, e el-rei D. Sebastião continuou com suas guerras, que era o que desejava sobre todas as cousas da vida, até que nelas a perdeu.

. . . .

Capítulo XVIII

De como el-Rei D. Sebastião mandou Cristóvão de Barros por capitão-mor a governar o Rio de Janeiro.

EL-REI D. SEBASTIÃO, depois que começou a governar por si o Reino, como era tão solícito de conquistas (que prouvera a Deus não fora tanto), sabendo da que se fazia no Rio de Janeiro, mandou a ela por capitão-mor e governador a Cristóvão de Barros, o qual era filho bastardo de Antônio Cardoso de Barros, primeiro provedor-mor da fazenda d'el-rei no Brasil, que, tornando-se para o Reino em companhia do primeiro bispo, dando a nau à costa junto ao rio de S. Francisco, foi morto e comido do gentio, como já dissemos no capítulo terceiro deste livro.

Era Cristóvão de Barros homem sagaz e prudente e bem afortunado em as guerras, e assim, depois que chegou ao Rio de Janeiro, em todas as que teve com os tamoios ficou vitorioso e pacificou de modo o recôncavo e rios daquela baía que, tornados os ferros das lanças em foices e espadas em machados e enxadas, tratavam os homens já somente de fazer suas lavouras e fazendas, e ele fez também um engenho de açúcar junto a um rio chamado Magé, onde se faz uma pescaria de fataças e chama-se piraiqué, que quer dizer "entrada de peixe", tão notável que não é bem passá-la em silêncio.

É este rio de água doce, mas entra por ele a maré uma légua pouco mais ou menos. Nas águas vivas do mês de junho, que é ali a força do inverno, entram por ele tantas fataças ou corimãs (como os índios brasis lhes chamam), que para as poderem vencer se juntam duzentas canoas de gente e, lançando muito barbasco machucado arriba donde chega a maré, quando está preamar se tapa a boca ou barra do rio com uma rede dobrada. Vai o peixe a sair com a vazante, não pode com a rede, nem menos esconder-se no fundo, porque a água o embasbaca e embebeda de maneira que, viradas de barriga, as fataças andam sobre ela meias mortas, donde com um redofoles as tiram como colher de caldeira, aos pares, até encher as canoas. Saem-se logo fora e, cortadas as cabeças, lhes escalam os corpos e salgados os põem a secar em os penedos, que há ali muitos; e das cabeças cozidas fazem azeite para se alumiarem todo o ano. Nas águas seguintes de julho se faz outra piraiqué ou pescaria da mesma maneira que a passada, mas não são já tão gordas as fataças, porque estão todas ovadas de ovas grandes e saborosas, as quais salgam, prensam e secam para comerem e levarem a vender à Bahia e a outras partes.

Contei isto porque esta pescaria se faz naquele rio de Magé, onde Cristóvão de Barros fez o seu engenho, e no seu tempo e ainda depois alguns anos se mandava lançar público pregão na cidade do dia em que se havia de fazer a pescaria, para que fossem a ela todos os que quisessem e poucos deixavam de ir, assim pelo proveito como pela recreação.

. . . .

Capítulo XIX

Do quarto governador do Brasil
Luís de Brito de Almeida e de sua ida ao rio Real.

SABIDA no Reino a nova da morte de Luís Fernandes de Vasconcelos, que os corsários mataram no mar vindo governar o Brasil, mandou logo el-rei por governador a Luís de Brito de Almeida, que havia sido escrivão da Misericórdia em um ano de muita peste em Lisboa e, desamparando o provedor e irmãos o hospital com temor do mal contagioso, ele assistiu sempre, provendo-os de todo o necessário para sua cura. Pelo que el-rei lhe encarregou este governo, no qual, depois de chegar e prover nas cousas da paz, que por morte de seu antecessor achou desordenadas, começou a entender nas da guerra. E a primeira a que acudiu foi a lançar os gentios inimigos do rio Real e povoá-lo como el-rei lhe havia mandado, pelas boas informações que dele tinha e o mesmo nome de rio Real está publicando e prometendo.

Este rio está em doze graus, tem de boca meia légua, em a qual há dois canais e por qualquer deles entram navios da costa de cinqüenta toneladas. Da barra para dentro é o rio mui fundo e faz uma baía de mais de uma légua, onde há grandes pescarias de peixes-bois e de toda a mais sorte de peixe. Entra a maré por ele sete ou oito léguas. Do salgado para cima é a terra muito boa para canas-de-açúcar e outras plantas; tem

muito pau-brasil e por todas estas cousas a mandava el-rei povoar; porém, como havia ali gentio contrário, foi primeiro o governador para a fazer desejar com muitos moradores da Bahia, uns por terra, outros nos barcos em que iam os mantimentos, e alcançou vitória de um grande principal chamado Sorobi, queimando-lhe as aldeias, matando e cativando a muitos. E, porque outro chamado Aperipé lhe fugiu com a sua gente, o seguiu cinqüenta léguas pelo sertão sem lhe poder dar alcance, onde achou duas lagoas notáveis, uma de quinhentas braças de comprido e cento de largo, cuja água é mais salgada que a do mar e toda cercada de perrexil, outra pegada a esta, de mais de seiscentas braças de largo, de água muito doce. Ambas têm muito peixe e o governador mandou pescar muito, com que se tornou para a Bahia, encarregando a povoação a Garcia d'Ávila, que tinha sua casa, fazenda e muitos currais dali a doze ou treze léguas no rio de Tatuapará, o qual a começou, mas nunca se acabou de povoar senão de currais de gado.

Capítulo XX

Das entradas que neste tempo se fizeram pelo sertão.

NÃO FICARAM pouco pesarosos os moradores da Bahia que acompanharam o governador ao rio Real, por não acharem o gentio que buscavam para o cativarem e se servirem dele, como aqueles a que havia levado mais esta cobiça que o zelo da nova povoação que el-rei pretendia se fizesse. Mas ainda se ajudaram do sucesso para seu intento, dizendo ao governador que, pois as guerras afugentavam os gentios, como se vira nesta e nas que seu antecessor lhes havia feitas, com que os fez afastar do mar mais de sessenta léguas, seria melhor trazê-los por paz e por persuasão de mamalucos, que por lhes saberem língua e pelo parentesco que com eles tinham (porque mamalucos chamamos os mestiços, que são filhos de brancos e de índias), os trariam mais facilmente que por armas. Por estas razões, ou por comprazer aos suplicantes, deu o governador as licenças que lhe pediram para mandarem ao sertão descer índios por meio dos mamalucos, os quais não iam tão confiados na eloqüência que não levassem muitos soldados brancos e índios confederados e amigos, com suas flechas e armas, com as quais, quando não queriam por paz e por vontade, os traziam por guerra e por força.

Mas ordinariamente bastava a língua do parente mamaluco, que lhes representava a fartura do peixe e mariscos do mar de que lá careciam, a liberdade de que haviam de gozar, a qual não teriam se os trouxessem por

guerra. Com estes enganos e com algumas dádivas de roupas e ferramentas que davam aos principais e resgates que lhes davam pelos que tinham presos em cordas para os comerem, abalavam aldeias inteiras e em chegando à vista do mar, apartavam os filhos dos pais, os irmãos dos irmãos e ainda às vezes a mulher do marido, levando uns o capitão mamaluco, outros os soldados, outros os armadores, outros os que impetravam a licença, outros quem lhe concedeu, e todos se serviam deles em suas fazendas e alguns os vendiam, porém com declaração que eram índios de consciência e que lhes não vendiam senão o serviço, e quem os comprava, pela primeira culpa ou fugida que faziam, os ferrava na face, dizendo que lhe custaram seu dinheiro e eram seus cativos. Quebravam os pregadores os púlpitos sobre isto, mas era pregar em deserto.

Entre estas entradas no sertão fez uma Antônio Dias Adorno, ao qual encomendou o governador que trabalhasse por descobrir algumas minas, o qual entrou pelo rio das Contas, que é da capitania dos Ilhéus, e, seguindo a sua corrente que vem de mui longe, rodeou grande parte do sertão, onde achou esmeraldas e outras pedras preciosas, de que trouxe as amostras e o governador as mandou ao Reino onde, examinadas pelos lapidários, as acharam muito boas. Mas nem por isso se mandou mais a elas, sinal que haviam lá ido mais a buscar peças que pedras, e assim trouxeram sete mil almas dos gentios topiguaés, sem trazerem algum mantimento que comessem, em duzentas léguas, que caminharam muito devagar por virem muitas mulheres e crianças e muitos velhos e velhas, sustentando-se só de frutas agrestes, caça e mel, mas isto em tanta abundância que nunca se sentiu fome, antes chegaram todos gordos e valentes. Donde se colige quão fértil é aquele sertão e pelo conseguinte com tanta facilidade se pudera tornar em busca das pedras preciosas já descobertas e descobrir outras. Só da Bahia, mas também dos Ilhéus e de Pernambuco, se fizeram neste tempo outras entradas. Dos Ilhéus foi Luís Álvares de Espinha com pretexto de fazer guerra a certas aldeias daí a trinta léguas, por haverem nelas mortos alguns brancos, porém não se contentou com lha fazer e cativar todos aqueles aldeãos, senão que passou adiante e desceu infinito gentio.

De Pernambuco foram Francisco de Caldas, que servia de provedor da fazenda, e Gaspar Dias de Taíde com muitos soldados ao rio de S.

Francisco e, ajudando-se do Braço de Peixe, que era um grande principal dos tabajares, e da sua gente, que era muito esforçada e guerreira, entraram muitas léguas pelo sertão, matando os que resistiam e cativando os mais. Tornando-se depois para o mar com sete mil cativos, determinaram pagar ao Braço com o levarem também amarrado e a todos os seus, porém ele os entendeu e, não deixando de os servir com mantimentos das suas roças e caça do mato, para a qual lhes deu duzentos caçadores para assegurar mais a sua caça, e depois que os teve seguros, que nem se vigiavam nem lhes parecia haver para que, mandou chamar outro principal seu parente, chamado Assento de Pássaro, que viesse com os flecheiros da sua aldeia e avisou os seus caçadores, que estavam entre os brancos, estivessem alerta na madrugada seguinte, para, quando ouvissem o seu urro costumado, darem juntamente nos nossos e lhes não escapar algum com vida.

E assim foi que, achando-os dormindo mui descuidados, subitamente os cometeram com tanto ímpeto que não lhes deram lugar a tomar armas nem a fugir e os mataram todos e, soltos os cativos, depois que ajudaram a sua liberdade, comendo a carne de seus senhores, os deixaram tornar para suas terras, ou para onde quiseram. Só escapou dos nossos um mamaluco que uma moça, irmã do principal Assento de Pássaro, escondeu. Este levou a nova aos barcos que estavam no porto esperando e depois neles a Olinda, onde foi muito sentida de todos, pranteando as viúvas seus maridos e os filhos seus pais que ali morreram. Nem parou aqui o mal, senão que os homicidas, temendo-se que os brancos fossem tomar vingança destas mortes, sendo tobajares e contrários dos potiguares, se foram meter com eles na Paraíba e se fizeram seus amigos para os ajudarem em as guerras, que nos faziam, como adiante veremos.

. . . .

Capítulo XXI

Das diferenças que o governador e o bispo tiveram sobre um preso que se acolheu à igreja.

POR MORTE do bispo D. Pedro Leitão veio o bispo D. Antônio Barreiros, que havia sido D. Prior de Aviz, a governar este bispado do Brasil. Era homem benigno, esmoler e dotado de muitas virtudes; mas não era chegado de muitos dias, quando se ofereceu uma ocasião de diferenças e desgostos entre ele e o governador Luís de Brito. A ocasião foi esta: havia nesta terra um homem, aliás honrado e rico, chamado Sebastião de Ponte, mas cruel em alguns castigos que dava a seus servos, fossem brancos ou negros. Entre outros chegou a ferrar um homem branco em uma espádua com o ferro das vacas, depois de bem açoitado. Sentido o homem disto, se embarcou e foi para Lisboa, onde, esperando uma manhã a el-rei, quando ia para a capela, deixou cair a capa que só levava sobre os ombros e lhe mostrou o ferrete, pedindo-lhe justiça com muitas lágrimas. Informado el-rei do caso, escreveu ao governador mandasse preso e a bom recado ao Reino o dito Sebastião da Ponte. Teve ele notícia disto e acolheu-se numa ermida de Nossa Senhora da Escada, que está junto a Pirajá, onde o réu então morava.

Demais disto chamou-se às ordens, dizendo que tinha as menores, e andava com hábito e tonsura porque não era casado, pelas quais razões deprecou o bispo ao governador não o prendesse. Mas não lhe valeu. Começou logo a proceder a censuras e finalmente chegou o negócio

a tanto que houveram de vir às armas, correndo com elas o povo néscio e inconstante já ao bispo com o temor das censuras, já ao governador com o temor da pena capital que ao som da caixa se publicava e, o que mais era, que, ainda de todos acostados ao governador seus próprios filhos, que estudavam para se ordenar, com pedras nas mãos contra seus pais se acostavam ao bispo e a seus clérigos e familiares. Porém enfim *jussio regis urgebat*, e se mandou o preso ao Reino, como el-rei o mandava, onde foi metido na prisão do Limoeiro, e nela acabou como suas culpas mereciam.

Também neste tempo deu a nau *Santa Clara*, indo para a Índia, à costa no rio Arambepe, à meia-noite dando pôr cima de uma laje, um tiro de falcão do recife e se perderam mais de trezentos homens, que nela iam com o capitão Luís de Andrade.

Dista o rio donde a nau se perdeu cinco ou seis léguas desta cidade e assim acudiu logo lá muita gente, e se tirou do fundo do mar muito dinheiro de mergulho, de que se pagaram per si os búzios e nadadores e muitos que nada nadaram. A isto acudiu o bispo com a excomunhão da bula da Ceia contra os que tomam os bens dos naufrágios. Não sei se aproveitou alguma cousa, só sei que ouvi dizer a um dali a muitos anos que aquele fora o tempo dourado para esta Bahia pelo muito dinheiro que então nela corria e muitos índios que desceram do sertão, e bem dizia dourado, e não de ouro, porque para este outras cousas se requeriam.

. . . .

Capítulo XXII

Do princípio da rebelião e guerras do gentio da Paraíba.

O RIO DA PARAÍBA, que nas cartas de marear se chama de São Domingos, está em seis graus e três quartos. A boca da abra que o rio faz tem de largo uma légua e o canal que vai pelo meio, que é o que chamam barra, tem um quarto de légua e todo o mais de uma parte e outra é muito esparcelado. O fundo é de areia limpa, e assim é muito maior porto e capaz de maiores embarcações que o de Pernambuco, do qual dista vinte e duas léguas de costa para a banda do norte. Pelo rio acima uma légua tem uma ilha formosa de arvoredo de uma légua de comprido e um terço de largo, defronte da qual está o surgidouro das naus, capaz de grande quantidade delas e abrigado de todos os ventos, e chega ainda a maré pelo rio acima cinco léguas, e por onde podem navegar grandes caravelas. Tem uma várzea de mais de quatorze léguas de comprido e de largo duas mil braças, toda retalhada de esteiros e rios caudais de água doce, que já hoje está toda povoada de canas-de-açúcar e engenhos, para os quais dão os mangues do salgado lenha para se cozer o açúcar e para cinza da decoada em que se limpa. Neste rio entravam mais de vinte naus francesas todos os anos, a carregar de pau-brasil, com ajuda, que lhes davam os gentios potiguares, que senhoreavam toda aquela terra da Paraíba até o Maranhão, algumas quatrocentas léguas. E assim ajudavam os portugueses vizinhos das capitanias de Tamaracá e Pernambuco, depois que tiveram pazes, como fica

dito no capítulo décimo segundo do livro segundo, mas tantas vexações e perrarias lhe fizeram que se tornaram a rebelar.

Uma só contarei, que foi como disposição última e ocasião propícia desta rebelião. E foi que, entre outros mamalucos que andavam pelas aldeias suas resgatando peças cativas e outras cousas, e debaixo disto roubando-os com violência e enganos, houve um natural de Pernambuco, o qual, posto que era filho de um homem honrado, tirou mais a ralé da mãe que do pai. Este, indo a uma aldeia da Copaoba com seus resgates, se agasalhou em um rancho de um principal grande chamado Iniguaçu, que quer dizer "rede grande", e se namorou de uma filha sua, moça de quinze anos, dizendo que queria casar ou amancebar-se com ela para ficar entre eles e não vir mais para os brancos, no que ela consentiu e o pai também, entendendo que cumpriria o noivo a condição prometida. Porém, indo a uma caça que durou alguns dias, quando tornou não achou o genro nem a filha, porque se haviam ido para Pernambuco. Sentiu-o muito e mandou logo dois filhos seus em busca da irmã, os quais, porque o mamaluco lha não quis dar, se foram queixar a Antônio Salema, que estava por correição em Pernambuco, posto que já de partida para a Bahia, e ele mandou logo notificar o pai do querelado que trouxesse a moça, como trouxe, e a entregou aos irmãos, passando-lhes uma provisão para que ninguém lhes impedisse o caminho ou lhes fizesse algum agravo, antes lhes dessem os brancos por onde passassem todo o favor e ajuda para o seguirem, avisando-os que não consentissem mamalucos em suas aldeias. E assim o avisou ao capitão-mor da ilha Afonso Rodrigues Bacelar que não consentisse em ir ao sertão semelhante gente.

Foram os negros mui contentes com sua irmã e mais depois que viram o bom agasalhado que pelo caminho lhes faziam os brancos, obedecendo à provisão que levavam, até que chegaram à casa de um Diogo Dias, que era o derradeiro que estava nas fronteiras da capitania de Tamaracá, o qual os recebeu com muitas mostras de amor e muito mais à irmã, que mandou recolher com outras moças de câmera, sem mais a querer dar aos portadores nem a outros que o pai mandou depois que soube, pedindo-lhe que lhe mandasse sua filha e, quando não quisesse, a fossem pedir ao dito capitão-mor da ilha, como foram e nem uma cousa aproveitou, porque o capitão era amigo de Diogo Dias e dissimulou com o caso. Espalhada esta

nova pelos gentios das aldeias, quiseram logo tomar vingança em os regatões que nelas estavam e tomar-lhes os resgates; mas o principal agravado lhes foi à mãe, dizendo que aqueles não tinham culpa e não era razão pagassem os justos pelo pecador e somente os fez sair das aldeias e ir para suas casas, como o corregedor Antônio Salema havia mandado. Tão bem intencionado era este negro e afeto aos portugueses que nem ainda de seu ofensor tomara vingança, se não fora atiçado por outros potiguares, principalmente pelos da beira-mar, com os quais comunicavam os franceses e para o seu comércio do pau-brasil lhes importava muito ter aliança com estes outros da serra. E, como nesta conjunção estavam três naus francesas à carga na baía da Traição e o capitão-mor da ilha de Tamaracá havia dado um assalto, em que matou alguns franceses e lhes queimou muito pau que tinham feito, no qual assalto se havia também achado Diogo Dias, tantas cousas.

Disseram ao bom Rede Grande que veio a consentir que dessem em sua casa e fazenda, que era um engenho que havia começado no rio Taracunhaém. E, porque sabiam que o homem tinha muita gente e escravos e uma cerca mui grande feita com uma casa-forte dentro, em que tinha algumas peças de artilharia, se consertaram que ele viria com todo o gentio da serra por uma parte, e o Tujucopapo, que era o maior principal da ribeira, com os seus e com os franceses por outra, e assim como o disseram o fizeram. E, com serem infinitos em número, ainda usaram de uma grande astúcia, que não remeteram todos à cerca nem se descobriram, senão somente alguns e ainda estes, começando os nossos a feri-los de dentro com flechas e pelouros, se foram retirando como que fugiam. O que visto por Diogo Dias se pôs a cavalo e, saindo da cerca com os seus escravos, foi em seu seguimento; mas, tanto que o viram fora, rebentaram os mais da cilada com um urro que atroava a terra e o cercaram de modo que, não podendo recolher-se à sua cerca, foi ali morto com todos os seus e a cerca entrada, onde não deixaram branco nem negro, grande nem pequeno, macho nem fêmea que não matassem e esquartejassem. Foi esta guerra dos potiguares, governando o Brasil Luís de Brito, em a era de 1574, e dela se seguiram tantas que duraram vinte e cinco anos.

. . . .

Capítulo XXIII

De como dividiu el-Rei o governo do Brasil mandando o doutor Antônio Salema governar o Rio de Janeiro com o Espírito Santo e mais capitanias do Sul, e que o governador Luís de Brito com a Bahia e as outras do Norte e que fosse conquistar a Paraíba.

INFORMADO el-Rei D. Sebastião de tudo o conteúdo no capítulo precedente e receoso de os franceses se situarem no rio da Paraíba, mandou ao governador Luís de Brito de Almeida o fosse ver e eleger sítio para uma forte povoação, donde se pudessem defender deles e dos potiguares. E, para que melhor o pudesse fazer e sem que sentissem sua falta as capitanias do Sul, de Porto Seguro para baixo encarregou o governo delas ao doutor Antônio Salema, que havia estado em Pernambuco com alçada e então estava na Bahia, donde se partiu em o ano do Senhor de 1575. E foi bem recebido no Rio de Janeiro, assim pelo capitão-mor Cristóvão de Barros como de todos os mais portugueses e índios principais, que o visitaram, sendo o primeiro e principalíssimo Martim Afonso de Sousa, Araribóia, de quem tratamos no capítulo décimo quarto deste livro. Ao qual, como o governador desse cadeira e ele, em se assentando, cavalgasse uma perna sobre a outra segundo o seu costume, mandou-lhe dizer o governador pelo intérprete que ali tinha que não era aquela boa cortesia quando falava com um governador, que representava a pessoa de el-rei. Respondeu o índio de

repente, não sem cólera e arrogância, dizendo-lhe: "Se tu souberas quão cansadas eu tenho as pernas das guerras em que servi a el-rei, não estranharas dar-lhe agora este pequeno descanso; mas, já que me achas pouco cortesão, eu me vou para minha aldeia, onde nós não curamos desses pontos e não tornarei mais à tua Corte." Porém nunca deixou de se achar com os seus em todas as ocasiões que o ocupou.

Depois que o governador esteve alguns dias em terra compondo e ordenando as cousas dela e da justiça, como bom letrado que era, foi informado que no Cabo Frio estavam muitas naus francesas resgatando com o gentio e que todos os anos ali vinham carregar de pau-brasil. Pelo que determinou logo lançá-los fora e para isto se ajuntou com Cristóvão de Barros e com quatrocentos portugueses e setecentos gentios amigos, cometeram animosamente os franceses e, posto que os acharam já fortificados com os tamoios e se defenderam com muito ânimo, todavia apertaram tanto com eles que tiveram por seu bem entregar-se, e os tamoios que escaparam, com espanto do que tinham visto, se afastaram de toda aquela costa. Mas os cativos que quiseram receber a fé pôs o governador Antônio Salema em duas aldeias no recôncavo do Rio de Janeiro, a que chamaram uma de S. Barnabé e outra de S. Lourenço, e se encomendaram aos padres da Companhia, para que como aos outros catecúmenos lhe ensinassem os mistérios de nossa fé.

. . . .

Capítulo XXIV

De como o Governador Luís de Brito mandou o Ouvidor-Geral Fernão da Silva à conquista da Paraíba, e depois ia ele mesmo e não pôde chegar com ventos contrários.

POR NÃO PODER o Governador Luís de Brito de Almeida ir logo à conquista da Paraíba, que el-rei lhe encomendou, a encarregou ao doutor Fernão da Silva, ouvidor-geral e provedor-mor deste estado, que em aquela ocasião ia por correição a Pernambuco, o qual, com todo o poder de gente de pé e de cavalo e índios que de Pernambuco e Tamaracá pôde levar, foi a ver o sítio e castigar os potiguares rebelados. Os quais, como o viram ir tão poderoso, não ousaram esperá-lo, nem ele os correu mais que até a boca do dito rio, onde tomou dele posse em nome de el-rei com muita solenidade de atos que mandou fazer muito bem notados e com este feito se tornou mui satisfeito a Pernambuco e daí, depois de concluídos os negócios de seu ofício, outra vez para a Bahia. Porém os potiguares, que nem uma cousa entendem de atos nem termos judiciais nem se lhes dá deles, como não viram pelouros nem quem lhos tirasse, se tornaram a senhorear da terra como de antes e com mais ânimo e coragem.

Neste ínterim se havia concertado Boaventura Dias, filho de Diogo Dias, com um Miguel de Barros, de Pernambuco, homem rico e que tinha muito gentio da terra, para fazerem um engenho de açúcar em

Goiana, no sítio em que depois o teve Antônio Cavalcanti, e para bem o poderem fazer e defender fizeram uma casa-forte de madeira de taipa e mão dobrada, donde, com os arcabuzes que os brancos dentro tinham e o seu gentio com arcos e flechas, se defenderam de alguns assaltos, que os potiguares lhe deram e cerco em que os puseram. Porém um dia advertiram que a loja da casa estava aberta por uma parte onde lhes não haviam feito taipa e, enquanto uns pelejavam, outros secretamente meteram por ali muita palha seca e lhes puseram fogo, o qual se começou logo a atear nas traves e tábuas do sobrado, sem que os de riba vissem mais que a fumaça que os cegava, sem saberem donde vinha. E indo duas mulheres abrir um alçapão para verem o que era, subiu incontinênti tão grande labareda que as abrasou, o que visto pelos homens e como toda a casa estava cercada de inimigo, determinaram sair a campo e vender bem suas vidas, como fizeram, matando primeiro a muitos que deles fossem mortos e, como o número era tão grande, foram vencidos e mortos.

. . . .

Capítulo XXV

De uma entrada que nesse tempo se fez de Pernambuco ao sertão.

EM A ERA DO SENHOR de 1578, em que Lourenço da Veiga governava este estado, se ordenou em Pernambuco uma entrada para o sertão em que foi por capitão Francisco Barbosa da Silva em um caravelão até ao rio de S. Francisco e, por ser a gente muita e não caber na embarcação, foram setenta homens por terra, levando por seu cabo a Diogo de Crasto, que falava bem a língua da terra e havia já ido da Bahia em outras entradas. Estes, havendo passado o rio Formoso, foram cometidos de um bando de porcos-monteses, com tanta fúria e rugido de dentes que os pôs em pavor; mas, como tinham as espingardas carregadas, descarregaram-nas neles e os fizeram voltar, ficando sete mortos que foram bons para a matalotagem. Daí a nove dias, chegando à Lagoa, viram estar uma nau francesa surta três léguas ao mar, para o rio de S. Miguel, da qual se haviam desembarcado dez franceses e estavam em uma tranqueira contratando com alguns gentios. Deram os nossos sobre eles de madrugada quando dormiam, mataram nove, ficando só um defendendo-se tão valorosamente com uma alabarda que, com estar já com uma perna cortada, ainda antes que o matassem matou um soldado nosso chamado Pedro da Costa.

Os índios que com eles estavam eram poucos e, dizendo-lhes Diogo de Crasto que os não buscavam, senão aos franceses, se foram sem fazer alguma resistência e os nossos seguiram seu caminho até o desembarcadouro do rio de S. Francisco, onde foi aportar o caravelão com o seu capitão e os mais que levava. E dali, por não terem índios que lhes carregassem os mantimentos e resgates, os mandaram pedir ao principal chamado o Porquinho e a outro seu contrário chamado o Seta, para que, se um os não desse, os desse o outro, e eles foram tão obedientes que de ambas as partes vieram. E assim para os contentar se foi o capitão com os do Seta e Diogo de Crasto com os do Porquinho. O Seta, depois de ter o capitão em casa, lhe cometeu que lhe queria vender uma aldeia de contrários que tinha dali a nove ou dez léguas, que fosse com ele e lha entregaria. Aceitou o capitão o partido e, deixando em guarda do fato a um Diogo Martins Leão com doze homens, se foi com os mais onde o Seta os levava.

Dos que ficaram com o Leão foram cinco pelas aldeias vizinhas a buscar de comer, porque os gentios delas se publicavam amigos; mas eles os mataram sem lhes haverem dado para isso ocasião alguma e logo se foram à casa onde Diogo Martins Leão havia ficado com os mais para os matarem todos e lhes tomarem os resgates, os quais, entendendo a determinação com que iam, carregaram à pressa as espingardas e começaram a se defender valorosamente. E logo escreveu Diogo Martins uma carta a Diogo de Crasto que o socorresse e lha mandou por um cigano, a qual vista e o perigo e aperto em que ficavam, deu cópia dela ao Porquinho, que logo se pôs a pregar que sempre fora amigo dos brancos e o havia de ser até a morte, pois eles lhes levavam as ferramentas com que faziam suas roças e sementeiras e outras cousas boas de que eram senhores; que se fizessem prestes para os irem socorrer, porque ele se punha já ao caminho. Como de feito se pôs e dentro de vinte e quatro horas se achou junto aos cercados com mil e quinhentos índios, em companhia de Diogo de Crasto e de mais oito homens brancos, os quais, repartidos todos em duas mangas, feito o sinal com uma corneta, deram subitamente nos inimigos com tanto ímpeto que não lhes puderam resistir e se puseram em fuga, mas, como os tinham cercado com as mangas, iam lhes dar nas mãos e foram mortos mais de seiscentos.

Era isto antemanhã e como amanheceu, depois de se saudarem e renderem as graças os que foram livres do cerco, lhes perguntou se sabia o capitão daquela rebelião do gentio e, por lhe dizerem que não, escreveu dois escritos do que havia passado e que logo se tornasse com boa ordem e vigilância até se juntarem com ele, que também o ia buscar, porque entre tantos inimigos não convinha andarem espalhados. Um destes escritos levava um mamaluco, que não chegou, porque os inimigos o mataram no caminho; o outro levou um índio que chegou. O qual visto pelo capitão, dissimulou o temor e alvoroço que com ele recebeu e disse ao Seta e aos mais que os acompanhavam que era necessário tornar atrás a socorrer os brancos que o Porquinho tinha posto em cerco e com isto fez volta até um rio que distava dali quatro léguas, onde os rebeldes o estavam já aguardando em cilada e, rebentando dela, se travou entre todos uma briga que durou até a noite. E tornando pela manhã, a continuá-la, chegou [!] Diogo de Crasto e o Porquinho, com cujo socorro se animou mais o capitão e, combatendo-os uns por detrás, outros por diante, mataram mais de quinhentos. Ali tomaram conselho e assentaram que os acabassem de uma vez e fossem a uma cerca forte e grande, onde se haviam acolhido, dali a doze léguas, no alto de uma serra.

Começaram a marchar e no segundo dia chegaram a um rio que manava de um penedo, onde acharam morto e com os braços cortados e as pernas o mamaluco que haviam mandado com o escrito ao capitão. Dali mandaram um branco com dois negros por espias, que se encontraram com outros dois dos inimigos. Um mataram, e trouxeram o outro vivo, do qual souberam que a cerca distava só dali duas léguas e que estavam nela quarenta e três principais nomeados com toda a sua gente, mulheres e filhos. Chegados os nossos à vista, não a quiseram os brancos dar de si, senão só os do Porquinho, que já a este tempo eram vindos das suas aldeias mais de dois mil, os quais, vistos pelos da cerca, saíram a eles outros tantos e, fingindo os do Porquinho, depois de haverem bem batalhado, que lhes fugiam, se foram retirando até os afastar um bom espaço da cerca e então saiu o nosso capitão com os brancos, dando-lhe sua surriada de pelouros pelas costas e voltaram os da retirada com outra de flechas, onde, tomando-os em meio, trezentos e os mais sem poderem tornar à cerca, se acolheram para os matos.

A cerca tinha três mil e duzentas e trinta e seis braças em circuito e lançava um braço até a água de que bebiam. Esta lhe determinaram os nossos tomar primeiro e, posto que os de dentro a defenderam com muito esforço seis dias, contudo no sétimo foi rendida, com o que começaram a morrer de sede e a cometer muitos partidos e o último foi que entregariam uma aldeia de seus contrários, se os brancos fossem com eles a tomar a entrega, como foram. E, entrando na aldeia, começaram a pregar que eles os tinham vendido por serem seus inimigos e ainda lhe faziam muita mercê em não os matarem nem os venderem a outros gentios que os matassem ou maltratassem, senão a cristãos, que os haviam tratar cristamente. Ao que respondeu o principal da aldeia, chamado Araconda, que eles eram os que mereciam o cativeiro e a morte, por serem matadores de brancos e não ele nem os seus, que nunca lhes fizeram nenhum dano. E então se virou para o capitão e lhe disse: “Branco, eu nunca fiz mal a teus parentes, nem estes me podem vender; mas eu por minha vontade quero ser cativo e ir contigo.” O capitão lhe agradeceu com palavras e mandou que se aprestassem dentro de quinze dias para o caminho, como fizeram; eram tantos que, indo todos em fileira um atrás de outro (como costumam), ocupavam uma légua de terra.

Não sei eu com que justiça e razão homens cristãos, que professavam guardá-la, quiseram aqui que pagasse o justo pelo pecador, trazendo cativo o gentio que não lhes havia feito mal algum e deixando em sua liberdade os rebeldes e homicidas que lhes haviam feito tanta guerra e traições. Porém eles lhes deram o pago, pois, apenas os haviam deixado, quando determinaram de lhes ir ao alcance e mandaram diante alguns por espias, que se metessem pelos matos e, quando os do Araconda fossem à caça, lhes dissessem que eles remordidos de suas consciências os queriam redimir do cativeiro dos brancos em que os puseram para isto lhes queriam dar guerra, pelo que os avisavam que, quando vissem a batalha, os deixassem e se fossem embora para suas terras, porque a gente do Porquinho era já despedida e não tinham que temer. Mas, posto que isto se tratou com muito segredo, o ouviu uma índia das cativas que o disse a seu senhor e o senhor a outros, que não creram senão depois que o viram e não lhes aproveitou o aviso, porque os inimigos lhes deram na retaguarda e lhes mataram onze homens,

sem os da vanguarda lhes poderem valer, assim por irem mais longe, como por o gentio de Araconda ser acolhido, e cuidar o capitão que nenhum da retaguarda lhes haveria escapado com vida. Só mandou dois negros saber se eram mortos ou vivos, os quais, vendo-os cercados e postos em tanto aperto que quase estavam desmaiados, entraram apelidando a Santo Antônio e um com seu arco e flecha, outro com os paus tostados (de que usam) e assim se acabou tudo e se recolheram.

Tinha o Governador Lourenço da Veiga uma cousa e era que, por mais negócios que tivesse, não deixava de ouvir missa e, para não obrigar alguém a que o acompanhasse, ia e vinha sempre a cavalo.

. . . .

Capítulo XXVI

Da morte do Governador Lourenço da Veiga.

DEPOIS QUE el-Rei D. Henrique reinou, por morte de el-Rei D. Sebastião seu sobrinho, como era já de tanta idade quando entrou no reinado, que passava de sessenta e seis anos, logo se começou a altercar sobre quem lhe havia de suceder no Reino, porque os pertensores eram el-rei católico Filipe Segundo de Castela, a Duquesa de Bragança, o Príncipe de Parma, o duque de Sabóia e o senhor D. Antônio, e todos enviaram seus procuradores à corte para que, informado el-rei da justiça de cada um, declarasse por sucessor o que lhe parecesse nela mais justificado.

Todos alegavam que eram seus sobrinhos, filhos de seus irmãos ou irmãs, e estavam em igual grau de parentesco, porque el-rei católico era filho de sua irmã a imperatriz D. Isabel e do imperador Carlos Quinto; a Duquesa de Bragança era filha do infante D. Duarte, seu irmão, e de D. Isabel, filha do Duque de Bragança D. Gomes; o Príncipe de Parma era casado com a infanta D. Maria, também filha do mesmo infante D. Duarte; o Duque de Sabóia era filho da infanta D. Beatriz, sua irmã, e de Carlos, Duque de Sabóia; o senhor D. Antônio era filho natural do infante D. Luís, seu irmão: todos netos de el-Rei D. Manuel, pai dos seus genitores e do mesmo Rei Henrique, seu tio.

El-rei, posto que de princípio se inclinou à parte da Duquesa de Bragança, contudo por ser fêmea e el-rei católico varão e por outras razões, se resolveu que a ele pertencia o reino; mas não o quis declarar por sentença, nem em testamento, porque era melhor para os pertensores e para o mesmo reino de Portugal que lho dessem por concerto. Já a este tempo el-rei se achava mui fraco e foi apertando o mal de maneira que morreu sendo de idade de sessenta e oito anos e os perfez no mesmo dia em que morreu, que foi o último rei de Portugal de linha masculina e, como o primeiro senhor de Portugal se chamou Henrique, assim se chamou o último.

Morto el-rei, os governadores que deixou nomeados foram o arcebispo de Lisboa, Francisco de Sá, camareiro-mor de el-rei, D. João Telo, D. João Mascaranhas e Diogo Lopes de Sousa, presidente do Conselho de Justiça. Ainda que não tinham vontade de resistir a el-rei católico, todavia, por dar satisfação ao povo, proveram algumas cousas para a defesa do reino, o que tudo sabido por el-rei e as diligências que D. Antônio fazia para que o levantassem por rei de Portugal, sentiu muito não poder escusar-se de aproveitar-se das armas. E já estava assegurado da consciência, com pareceres de teólogos e canonistas, que o podia fazer e se aparelhava para isso; mas escreveu primeiro aos governadores e a cinco principais cidades do reino e aos três estados que estavam em cortes em Almeirim, pedindo-lhes que o declarassem conforme a vontade do rei defunto seu tio e a seu direito. Responderam-lhe que não podiam até que a causa se declarasse por justiça, o que visto por el-rei nomeou o Duque de Alba por general do exército e mandou que entrassem em Portugal por terra e por mar. Iam no exército mais de mil e quatrocentos cavalos; a infantaria, além dos terços de Espanha, eram quase quatro mil alemães, e seu coronel o Conde de Baldron, e quatro mil italianos com seu Capitão-general D. Pedro de Médicis.

O Duque de Alba, contra o parecer de outros, que diziam que sem tratar da torre de S. Gião se fossem direitos a Lisboa, a começou de bater com vinte e quatro canhões e, ainda que lhe não fez grande dano, Tristão Vaz da Veiga, irmão de Lourenço da Veiga, governador do Brasil, que era o capitão da torre, determinou de entregá-la e mandando pedir seguro ao duque se viu com ele em campo e se

concertou de entregar a fortaleza, se lhe concediam o que D. Antônio lhe havia dado e assim se fez e se meteu nela presídio de castelhanos. O que visto por Pedro Barba, capitão do forte da Cabeça Seca, que até então se não havia querido render, e que o Marquês de Santa Cruz, D. Álvaro Baçan, ia entrando com as galés castelhanas, o desamparou e se foi a D. Antônio, que também foi daí a poucos dias vencido em Lisboa, e, retirando-se dela à cidade de Coimbra e de Coimbra à do Porto, onde o reconheceram por rei, indo sempre em seguimento Sancho de Ávila, finalmente o forçou a embarcar-se no rio Minho, vestido como marinheiro e passar-se às ilhas e delas a outros reinos estranhos, onde acabou a vida.

Hei dito estas cousas que em suma não sem propósito, senão para declarar o achaque ou ocasião da morte do governador do Brasil Lourenço da Veiga, que como se prezava de português sentiu tanto haver seu irmão Tristão Vaz da Veiga entregue a torre de São Gião da maneira que temos visto, que ouvindo a nova informou, e morreu; a acabou o governador Lourenço da Veiga, e nós com ele acabamos também este livro.

Livro Quarto
da história do Brasil do tempo, em que governou Manuel Teles Barreto até a vinda do governador Gaspar de Sousa

. . . .

Da história do Brasil do tempo em que o governou Manuel Teles Barreto até a vinda do governador Gaspar de Sousa

PERDEU-SE a estampa dos engenhos, pág. 422.

Perderam-se os cap. 25/29; o 24º aparece duas vezes, da última sem final; o 30º não tem princípio. Pág. 334 numera-se 18º o que agora é 17º; pág. 391 numeram-se 42º e 43º os que agora são 43º e 44º; pág. 396 numera-se 33º o que é agora 35º; pág. 400 numera-se 39º o que é agora 40º; pág. 408 numera-se 37º o que é agora 38º; o capítulo 16º não contém tudo o que diz à pág. 343. O cap. 21º e o primeiro 24º foram tirados de um livro de emendas e edições que já não existe na Torre do Tombo.

Os capítulos perdidos abarcavam um período de pouco mais ou menos dez anos e com a documentação até agora conhecida não é possível preencher as lacunas. Deles podem considerar-se restos dois trechos extraídos do Santuário Mariano, *9, 231/232, 191/193, Lisboa, 1722, referentes um ao ataque dos franceses aos Ilhéus em 1595, outro a duas naus francesas que no mesmo ano aportaram à Bahia: vão ambos transcritos no fim do livro, pág. 423 e seguintes.*

Sobre os sucessos da Paraíba neste interstício informam deficientemente dois relatórios contemporâneos impressos em Jaboatão Orbe Seraphico[2],

I, 56/80, Rio, 1858, e uma carta de Feliciano Cieza de Carvalho (ler Fel. Coelho de Carvalho) escrita da Paraíba a 20 de agosto de 1597, interceptada, traduzida (mal) em inglês e impressa nas Principal Navigations *de Hakluyt, 11, 64/72 da nova edic. de Glasgow, 1904.*

Deles consta a retirada de Frutuoso Barbosa da Paraíba, que tão pouco fizera para conquistar, e sua substituição por André de Albuquerque; uma expedição de Pernambuco contra os potiguares, em que faleceu João Tavares e lhe sucedeu Pero Lopes Lobo, de Tamaracá; um ataque contra Cabedelo, que ficou quase todo queimado, no governo de André de Albuquerque; uma guerra de Feliciano Coelho em que chegou a uma jornada do Rio Grande, etc.

O ano de 1597 correu sobretudo agitado: houve combates renhidos no Pentecostes (25 de maio) e a 25 de julho; de 15 a 18 de agosto, Cabedelo foi acometido por treze navios franceses que o atacaram por terra e por mar; constava a instância de outros vinte navios de guerra no Rio Grande. Foram estes naturalmente os que tentaram a enterpresa, referida deficientemente no fragmento do cap. 30º. O fato devia ter ocorrido logo depois da carta de Feliciano Coelho, que já em dezembro se punha a caminho do Rio Grande (infra, 360). No meio de todos estes feitos de armas a paz interna se conflagrava: por causa de aldeias de índios houve discórdias entre franciscanos e jesuítas, que por ordem superior tiveram de abandonar o campo; com os franciscanos conservados na capitania travou luta Feliciano Coelho, que não lhes reconhecia autoridade no governo temporal dos catecúmenos.

Deste período obscuro é sobretudo sensível a falta de notícias sobre Camarão e Riffault.

Claude d'Abbeville, Hist. de la mission des Pères capucins en l'isle du Maragnon, *c. 1, Paris, 1614, conta apenas que Riffault partiu com três navios para o Brasil em 1594, disposto a fazer conquistas com o auxílio de Ouirapiue, Pau Seco (piue deve estar no lugar de piru). Seu principal navio encalhou; dissensões e desarmonias privaram-no de outro; reduzido a um só, abaixou muitos companheiros em terra e voltou para França. Por sua vez Feliciano Coelho anuncia apenas que dera a costa um navio de Rifoles mais outro, Haklujt, 11, 67, e nada adianta "sobre o mal que fez por esta a costa". Devia ter sido seu companheiro o língua Migan, morto na batalha de Guaxin-*

duba depois de ter escapado quatorze vezes das mãos dos portugueses: Almeida, Mem. do Maranhão*, 2, 250.*

Desde a publicação do processo de Manuel de Morais, sabe-se que Camarão, o herói da guerra holandesa, nasceu aproximadamente nos fins do governo de S. Francisco de Sousa ou começos do governo de Diogo Botelho, R. T. *70, I, 119, e só pode ter sido seu pai, nunca ele, o irmão de Jacaúna que na jornada do Maranhão parou no Ceará, Almeida,* Mem. do Maranhão, *2. 181.*

Ficaram assim destruídas as histórias de José de Morais, as combinações de Varnhagen e Cândido Mendes, adiantamos, porém, quanto às condições em que Camarão I cimentou com os portugueses a aliança em tantos anos de combates mantida inquebrantável por seu ilustre filho.

Pouco antes do cerco de Cabedelo, em 1595, John Lapcaster tomou o Recife sexta-feira da Paixão (24 de março) sem resistência e durante 31 dias saqueou-o com todo o vagar. A gente da terra deu-lhe onze vezes rebate, tentou incendiar os navios por meio de brulotes, armou várias trincheiras, mas o esbulho prosseguiu ininterrupto, chegou para ser repartido por franceses e holandeses e quinze navios fizeram-se de vela bem carregados: Hakluyt, Principal navigations, *11, 43/47. Cf. C. de la Roncière,* Hist. de la mar. franc.*, 4, 338.*

Tão feliz não fora Thomas Cavendish, o terceiro circunavegador do orbe, na expedição de 1591. Parte a da frota chegou a Santos dia de Natal, 15 de dezembro do calendário Juliano, tomou e incendiou a vila, aonde não encontrou os víveres esperados para afrontar o estreito de Magalhães. Mais tarde Cavendish atacou o Espírito Santo, donde foi repelido: Hakluyt, Principal navigations*, 11, 389/416. Em Purchas,* Pilgrimes*, 14, 151/177, está publicada a carta furiosa com que ele se despediu da existência.*

Em sua companhia veio Anthony Knivet, cuja relação em Purchas, ib., 177/289, traduzida por José Higino, R. T. *41, I, – tradução incompleta, por que, ainda não existia aqui a obra de Purchas, de que a Bibl. Nac. possui agora a 1ª edição em 5 e a última em 20 volumes, e foi retraduzida de uma coleção holandesa, é um misto de observação, de credulidade, quiçá de mendacidade ou apoucada inteligência.*

Várias tentativas se têm feito para determinar seu itinerário: a última, de Teodoro Sampaio, acompanhada de um mapa, é muito engenhosa, como tudo quanto sai de sua pena, Congresso de história nacional, *2, 347/390.*

Antes de abordar os capítulos existentes, duas observações. O autor do Santuário Mariano*, 9, 282, fala no mamaluco Antônio Fernandes por alcunha o* Catucadas*, "por que assim chamava as estocadas na língua de sua mãe". Repetiram-no Jaboatão e Varnhagen indesculpavelmente, por que, se o frade português podia ignorar, eles deviam saber o que é* catucar *e* catucada *e ver que o mamaluco chamava-se Catucadas.*

Todos os informantes portugueses, e até Pyrard, que era francês, chamam Pain de Mil *(*Pão de Milho*) o francês associado ao milagre de S. Antônio de Arguim (p. 423).*

Entretanto na Remonstrance très humble que font au Roy les Capitaines de la marina de France*, anônima, sem data, impressa na primeira década do século 17º, lê-se que chamavam-se Poidemil, natural de Soson en Saintonge, o capitão de* Le Volant*, e Elisee Gouribaut de la Tramblade, perto de Mornac, o capitão do navio* Le Saige*, que com sua gente foram executados na Bahia. O anônimo coloca os sucessos em 1587, mas o ano de 1595 comprova-se com o testemunho de Gaspar Afonso,* Hist. trágico-marítima*, 2, 340/342. Cf. a carta do jesuíta Manuel Gomes, da Bahia, 27 de setembro de 1597, em Amador Rebelo,* Compêndio de algumas cartas*, 237, Lisboa, 1898, e* An. de la Bibl. de Buenos Aires*, 4, 467. Nos capítulos restantes da* História *escasseiam fontes impressas.*

Pelos apontamentos de A. Henriques Leal não parece que fossem aproveitadas as crônicas de Sachino; tampouco o foram os escritos de Fernão Guerreiro, excertados por Almeida, Memórias do Maranhão*, 2, 502/556.*

O cap. 2º é em parte tradução de Herrera Hist. general del mundo, 2, 560/564. A relação da viagem de Edward Fenton e de sua tentativa contra Santos, escrita por Luke Ward, seu vice-almirante, lê-se em Hakluyt, l1, 172/202. Andres de Eguino requereu um inquérito em fevereiro de 1588, de que existe cópia na Bibl. Nac. Nele prestaram declarações Simão Machado, provedor da fazenda real, provedor dos defuntos e ausentes, Gabriel Nunes, juiz, João Batista Malio, Francisco Casado Paris, escrivão real, Melchior da Costa, feitor e almoxarife de Sua Majestade, Brás Cubas, cavaleiro fidalgo, provedor e contador da fazenda nas capitanias de S. Vicente e S. Amaro, alcaide-mor da capitania de S. Vicente, de setenta e seis anos, pouco mais ou menos, (cf. supra, 82).

Nos cap. 3/15, no 22º é seguido fielmente o Sumário das Armadas já referido. O cotejo com este permitiu fazer variar correções e descobrir um erro grave no texto dos An. *da Bibl. Nac., que serviu para esta edição: no cap. 12º inseriu-se, onde não faz sentido, um trecho do cap. anterior, no qual foi agora reposto: mesmo assim fica uma lacuna que deve preencher-se com as p. 55/59 da edição do Inst. Hist.*

De Manuel Teles Barreto são mencionadas por Varnhagen algumas cartas de que não há cópia aqui. Morreu em 1587, segundo Jaboatão e Miralles a 10 de agosto, a 27 de março segundo Varnhagen. A última data é preferível, porque já regia a terra o governo interino do bispo e do provedor-mor da fazenda erigido depois de sua morte, quando Withrington e Lister atacaram a Bahia em abril.

Iam ambos para o mar do Sul, mas alguns prisioneiros feitos no Prata pintaram-lhes tão fácil a tomada da cidade de Salvador que desandaram o caminho e a 11 (21 greg.) de abril entraram pela baía de Todos os Santos. Em Hakluyt, 11, 202/27, encontra-se a narrativa inglesa, escrita por John Sarracoll, mercador que vinha a bordo. Sobre os serviços prestados por Cristóvão de Gouveia e os índios aldeados cf. Fernão Guerreiro, em Almeida, Memórias do Maranhão, *2, 509. Esta circunstância fixa em 87 ou pouco depois a relação jesuíta da* Rev. do Inst., *57, I, 244, que já a ela se refere.*

De Francisco Giraldes, nomeado governador geral em 9 de março de 1588, lê-se o regimento na R. T., *67, I 220/236. A sucessão da capitania dos Ilhéus que herdara em 1566 deu azo a litígio prolongado, sobre que Jansen do Paço orienta no* Cat. dos Mss. *da Bibl. Nac., 4, 495/517, sep. dos* An. *da Bibl. Nac., 18. No mesmo vol. da* R. T. *215/220 está o regimento de Baltasar Rodrigues de Sora, que contendeu com Cristóvão de Barros sobre o lugar no governo interino. O regimento do prematuro Tribunal da Relação, que só devia ficar instalado no século seguinte, dá em estrato Figueiredo,* Sinopse cronológica*, 2, 239 e seg., Lisboa, 1790.*

O artigo 16 do regimento de Francisco Giraldes, 1. c., 224, mandando fazer guerra aos índios de Jacuípe, que no caminho de Pernambuco para a Bahia impediam o livre trânsito, já continha a autorização para a expedição a Sergipe feita por Cristóvão de Barros. Segundo um documento publicado por Felisbelo Freire, Hist. de Sergipe*, 418, Rio, 1891, os franceses pensaram em tomar a cidade do Salvador auxiliados pelos índios. Em 11 de abril de 90, na*

cidade de S. Cristóvão que só poderia existir no papel, o conquistador concedeu a seu filho Antônio uma sesmaria de dez léguas de largura na costa, desde o rio Sergipe até o S. Francisco, estendendo-se para o sertão como as capitanias dos donatários. Por provisão régia de 20 de junho de 1697, a largura da costa foi reduzida a cinco léguas e o comprimento para o sertão a dez, cópia no Inst. Hist. Segundo o Livro da razão do estado *os moradores brancos de Sergipe eram tão cobiçosos de ocupar terra que havia moradores com 30 léguas de sesmarias em diferentes partes.*

O cap. 24º do presente livro relativo a Gabriel Soares, foi publicado por Varnhagen em 1858, R. T.*, 21, junto com outros documentos fornecidos por João Francisco Lisboa. Seu testamento está na* Hist. geral[2] *384/389, reimpresso de Melo Morais no* Brasil Hist.*, 1, II, 248, 251/252. Sobre seu itinerário e as circunstâncias de sua morte informa uma interessante carta de Pedro Barbosa Leal, Rev. da Soc. de Geogr. de Lisboa no Rio de Janeiro, Batista,* Congr. da hist. nac.*, 2; 197/202 Basílio de Magalhães,* Expansão geogr.*, 24.*

Diz Leal que Gabriel Soares deixou uma fonte na cidade da Bahia. No livro V., infra 577, menciona-se a ribeira de Gabriel Soares. Duarte de Albuquerque, Mem. diárias*, 281 reto, Madri, 1654, fala na água de Gabriel Soares "abaxo de la ciudad um tiro de cañon para la parte de la barra". Existe ainda agora uma fonte do Gabriel, embaixo da ladeira dos Aflitos. A tradição de seus atos expressa se turvou, pois já em 1624 escrevia Simão Estácio da Silveira, Almeida,* Memórias do Maranhão*, 2, 5/6, que Gabriel Soares com muita gente chegou às cabeceiras do rio S. Francisco e serra Verde, perto de 300 léguas pelo sertão "encontra o Peru perto da governação que lá chamam Charcas". Num inédito de D. Francisco de Sousa adiante aproveitado, 1ê-se que Gabriel Soares obtivera promessa do título de marquês se fosse bem-sucedido na empresa das minas: antes dele já a coroa da Espanha agraciara com marquesados a Hernán Cortez e Francisco Pizarro.*

O epíteto de Manhas (p. 348) dado a D. Francisco tem servido de pretexto para insinuações malévolas contra o sétimo governador do Brasil, a partir de Varnhagen, cuja prevenção é manifesta. Basta ler com atenção o capítulo 23º para ver que Fr. Vicente votava a maior simpatia à D. Francisco de Sousa e não suspeitava de sua honestidade, que positivamente afirma à p. 418. Escreveu Feliciano Coelho que o governador despendia a fazenda real na construção de engenhos para si, Hakluyt, II, 70; de tais engenhos não ficaram

vestígios e ninguém mais falou. Feliciano Coelho estava despeitado por que D. Francisco decidiu a favor dos franciscanos as questões que com eles mantinha a propósito do governo temporal dos índios, e não lhe mandava em socorro os soldados que no Recife comiam ociosos os dinheiros d'el-rei.

Os papéis de Heitor Furtado de Mendonça, visitador do Santo Ofício, p. 347, existem na Torre do Tombo e deles dá breve notícia Antônio Baião, Rev. de Hist., *I, 188/196. Estão sendo copiados por conta de Paulo Prado, que assim reata a tradição do inesquecível Eduardo Prado, seu tio, e virão oportunamente à luz. Já trabalhava em agosto de 1591; a 2 de setembro de 1593 embarcou na nau S. Miguel para Pernambuco e lá continuava em 2 de setembro de 1595. Até a vinda do visitador o bispo da Bahia era o comissário do tribunal com apelação para a metrópole, Anchieta, Informações, 9. Pelo artigo 9º do tratado de 19 de fevereiro de 1810 com a Inglaterra o governo português obrigou-se a não permitir que jamais se fundasse nos seus domínios americanos.*

O fato de maior alcance do governo de D. Francisco de Sousa foi a conquista do Rio Grande, em que empregou os largos recursos enumerados por D. de Campos Moreno, Almeida, Mem. do Maranhão, *2, 173/174. Para os capítulos que a narram o autor serviu-se naturalmente de apontamentos fornecidos por seus confrades que acompanharam a expedição.*

D. Francisco chegou à vila de S. Paulo depois de 10 de abril de 99, At. da Câmara de S. Paulo*, 2, 57. Sobre sua assistência contém notícias ligeiras o mesmo volume das Atas, 2, o Registro geral da Câmara de S. Paulo, I, já utilizadas na informação de Pedro Taques,* R. T.*, 64, I. Em 1601, armando cavaleiro Antônio Raposo declara D. Francisco que esteve nas minas de Biraçoiaba, Caativa, Betiruna e, mais tarde, de Jaraguá; que foi socorrer Santos da primeira vez contra corsários que andavam na capitania, da segunda tomou uma urca de holandeses e irlandeses que estavam no porto, da terceira, fortificou o porto e a vila, Registro, I, 117/118.*

Em 26 de junho de 1600 armando cavaleiro Sebastião de Freitas fala nas minas de Biraçoiaba e outras por onde andou e na ida a Santos, por ter novas de andarem por S. Sebastião quatro velas inimigas, - ib, 105.

A 24 de março de 1600, a 27 de julho de 1601, estava em Santos ib., 97, 121, entre 6 de fevereiro e 1º de abril de 1600 não houve câmara em São Paulo, porque os oficiais e os procuradores foram ao mar com o governador,

Atas, *2, 76. Fica assim determinada aproximadamente a cronologia das três descidas à marinha.*

Por provisão de 27 de maio de 1699 D. Francisco deu licença de minerar aos que pagassem o quinto do metal extraído, Reg., I, 84; segundo Taques já partira para as minas quatro dias antes I, c, e nesta excursão levantou pelourinho em Monserrate.

Por provisão de 11 de fevereiro de 1601 proibiu sob graves penas a circulação do ouro em pó, determinou que fosse registrado o produto de cada semana para ser quintado e reduzido a barras com as armas reais; anunciava sua partida na próxima quarta-feira, 14, para Monserrate onde, sob as condições estabelecidas, todas as pessoas que quisessem poderiam ir ou mandar sua gente a tirar ouro, Registro, I, 92/94.

A 19 de julho estava em São Paulo, aonde deu um regimento a Diogo Gonçalves Laços, proibindo a mineração, exceto a Afonso Sardinha pai e filho, até chegarem os mineiros esperados do Reino, Registro, ib, I, 128/126. Da mesma data, segundo Taques, I, c, 8, é o regimento de André de Leão, mandado com uma tropa à procura de metais no sertão. Nas urcas partidas do Rio com Salvador Correia e sua família em 14 de agosto de 1601 foram nove barris de prata que deviam ser entregues a Diogo de Quadros em Pernambuco, informa Knivet, I, c, 265. No regimento de Laços dá providências sobre a transmissão de notícias à Bahia, para onde não tardaria a seguir. Em despedida conclui: "vos encomendo o cuidado, vigilância, que de vós espero e bem assim de todos os moradores desta vila, a qual com o divino favor há de ser cidade antes de muito tempo e hão de ter grandes privilégios e mercês que lhe eu hei de procurar com Sua Majestade, porque foi a primeira e a principal parte donde mediante o favor de Deus descobri estas minas", ib., 125/126.

À última hora faltou-lhe coragem de desprender-se da terra paulista, aonde, ainda depois de deixar o governo, continuou alguns anos.

A expedição de André de Leão mandada por D. Francisco de Sousa, e a bandeira de Nicolau Barreto com a qual nada teve, foram estudadas ambas na Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo, 4, 8, em duas excelentes memórias de Orville Derby. Não parece muito certo, como este afirma, que Leão estivesse em Paracatu, e não se pode determinar em rigor a terra habitada pelos temiminós: Manuel Preto, vindo do Guaíra, encontrou-os a meio caminho: Atas, 2, 184.

Sobre a bandeira de Nicolau Barreto escreveu em 1629 o jesuíta Justo Mausilla von Surck, Pastells, Hist. de la Comp. de Jesus en la provincia del Paraguay, *I, 191, Madri, 1912. Segundo carta da Câmara de S. Paulo de 18 de janeiro de 1606 a bandeira levou 300 homens brancos e durou dois anos. Diogo Botelho reclamou para si o terço dos cativos, que depois reduziu ao quinto: Azevedo Marques,* Apontamentos*, 2, 226,* Atas*, 2, 497/500.*

A historia do navio holandês tomado em Santos, (Cf. Knivet, R. *2', 41, I, 260/261, Taques, ib, 64, 1, 8) é das mais curiosas. Em agosto de 1598 saíram de Amsterdã com destino a Guiné e ao Prata. De Gulden Wereli e* De Silveren Werelt *navegaram de conserva até a altura da ilha do Ano-Bom, aonde se separaram para não mais se verem. O Mundo Dourado, como traduz Taques, esteve em S. Tomé, na ilha do Príncipe, no estreito de Magalhães e, obrigado pela mortandade da companhia, veio achar em S. Vicente o fim narrado, infra, p. 381.*

O Mundo Argentino entrou em contacto com os habitantes e o governador de Buenos Aires; de volta para a Holanda aportou na Bahia de Todos os Santos em 16 de dezembro de 1599, onde sua gente foi levada para terra e feita prisioneira. A 24 do mesmo mês um meirinho conduziu a todos para o cárcere por estar à vista a esquadra holandesa de van der Does. Nos combates que se seguiram o Mundo Argentino *foi a pique.*

Do diário de Silveren Werelt, *impresso em Amsterdã, em 1608, dá notícia J. C. Rodrigues,* Bibl. Bras.*, 101, e a Bibl. Nac. possui um exemplar na coleção Benedito Ottoni. De uma tradução alemã, publicada no ano seguinte em Frankfurt, deu Paul Groussac o texto e a tradução castelhana, precedidos de longa e brilhante introdução, seguidos de notas profundas e luminosas que, neste como em outros trabalhos, asseguram ao sábio diretor da Biblioteca de Buenos Aires um lugar à parte entre os que estudam a América do Sul:* Viage de mi buque holandez al rio de la Plata, An. *de la Bibl., 4, 272/496**).*

* Apesar de pedidos reiterados para Buenos Aires e até para Madri não foi possível obter o 10º volume dos *Anales*, nem mesmo saber se já foi publicado e se há outros depois dele.

De D. Francisco de Sousa não se possui carta, mas ainda poderá ser muito esclarecida sua história e a do seu sucessor imediato, se foi efetivamente redigida e algum dia aparecer a relação de Baccio da Fllicaya, gentil-homem florentino que no Brasil residiu muito tempo.

De Lisboa escrevia em 30 de agosto de 1608 que D. Francisco de Sousa o nomeara engenheiro-mor do Estado, capitão de artilharia, e em sua companhia o levara às minas de ouro, de que Baccio fizera uma descrição. Nestes trabalhos consumiu cinco anos, até a demissão de D. Francisco; depois, serviu mais seis com Diogo Botelho, indo a descobrir o Amazonas e Maranhão, comandando uma companhia, com um general português, que conquistou duzentas léguas e sujeitou muitas nações de gentil. Em 1607, incumbido de descobrir portos maranhenses em um pequeno navio, arribou destroçado à Nova Espanha, de lá seguiu para o Reino, aonde chegara cerca de um mês antes da data de sua carta.

Noutra de 5 de janeiro de 1609 anuncia já ter escrito uma relação de suas viagens para satisfazer ao Duque de Florença, que, sendo muito volumosa, iria por uma urca de partida para Veneza e não pelo correio. Começara uma descrição geral do Brasil, mas só poderia terminá-la mais tarde, por ter deixado muitas memórias e desenhos na terra, para onde estava novamente de partida em companhia de D. Francisco de Sousa. Até aqui chegaram as investigações de Giacomo Gorrini, "Un viaggiatore italiano nel Brasil", Atti del Cong. di Seienze storiche, 10, 39/49, Roma, 1904.

Que haverá de real em tantas informações e promessas? Os documentos portugueses não mencionam o fidalgo florentino, mas as circunstâncias exteriores, apontadas em Gorrini, são todas muito favoráveis a sua pessoa e os nossos arquivos estão muito desfalcados.

Diz Barbosa Machado, Bibl. Lus., s. v., 1, Lisboa, 1741, que Diogo Botelho escreveu "Sucessos de sua viagem ao Brasil e de muitas cousas que obrou nele e como as achou em 7 de maio de 1602", papel largo conservado na biblioteca do Marquês de Abrantes. Terá sobrevivido ao terremoto de Lisboa? A data da chegada ao Brasil não pode estar certa.

Não se conhece carta de Diogo Botelho, mas há quinze cartas régias que lhe foram dirigidas, de 25 de janeiro de 1602 a 7 de junho de 1607, há atestados, certidões, depoimentos de testemunhas que lhe dizem respeito, etc. Descobriu-os Norival de Freitas na biblioteca da Ajuda em Lisboa e saíram

na R. T.*, 73, 1, 1/258, precedidos de douta introdução por Vieira Fazenda. O documento não está completo (cf. ib. 219); mesmo assim é considerável sua importância e apura pontos relevantes.*

Diogo Botelho foi o primeiro governador-geral que aportou a Pernambuco, aonde assumiu o governo a 1º de abril de 1602 e demorou mais de ano e meio, enquanto na Bahia continuava Álvaro de Carvalho, deixado por D. Francisco de Sousa.

A sua demora proveio de diversos casos urgentes a resolver: extinguir as despesas desnecessárias; sanar abusos decorrentes do regime donatarial, até então quase absoluto; atender à expansão para além do cabo de S. Roque, vasto território inçado ainda de franceses, a que mandou Pero Coelho de Sousa, cunhado de Frutuoso Barbosa; reprimir os negros dos Palmares, contra os quais marchou Bartolomeu Bezerra (ib, 86, 151).

Concorreu para alongar sua demora o receio de que Manuel de Mascarenhas, capitão-mor de Pernambuco, muito mailquistado com a população, aproveitasse os restos do governo para cevar ódios e exercer vinganças; aguardou, pois, a chegada do novo capitão-mor, Alexandre de Moura, a quem empossou no cargo antes de partir.

Nas certidões, depoimentos e mais papéis procedentes de Pernambuco, Diogo Botelho é abonado pela melhor gente. O próprio Manuel de Mascarenhas Homem, antes de com ele romper, exprimiu-se nos melhores e mais favoráveis conceitos (ib., 36/39). Entretanto, Belchior do Amaral, que foi a Pernambuco abrir devassa da permanência do governador, em ligeiro resumo do trabalho maior, que não se conhece, acusa-o de concussão, venalidade e até libidinagem.

O papel, guardado na Coleção Pombalina, Inventário, 249, f. 204, aonde se lê Bento, mas conforme carta de Lino de Assumpção, que examinou o original (cópia na Bibl. Nac.), deve ler-se Belchior, pode não merecer grande fé, mas os atestados e depoimentos favoráveis e até encomiásticos colhidos em Pernambuco deixam a mais de um respeito impressão penosa. Enjoa o alarde de peitas oferecidas a Botelho e por ele naturalmente repelidas. Incomoda o silêncio guardado a respeito de João Soromenho, a quem mandou que a câmara de Olinda, segundo esta afirmava em carta de 10 de dezembro de 1608, cópia na Bibl. Nac., entregasse mil cruzados para ir ao Jaguaribe. Tais fez João Soromenho que foi processado perante o corregedor da corte (R.T., ib., 20) e expirou no Limoei-

ro. Contudo, na justificação dada na Bahia em fevereiro de 1608, ib, 184/212, quando não podia ignorá-lo, Botelho só indicou o nome de Pero Coelho de Sousa, ocultando o insucesso e as violências e crueldades, que não podia encobrir.

O regimento dado a Pero Coelho traz a data de 21 de janeiro de 1603 (ib., 44/46). A expedição partiu em julho da Paraíba, marchou para a serra de Ibiapaba em janeiro do ano seguinte. Já em março de 1605 discutia-se na Bahia sobre o cativeiro dos índios de Jaguaribe (ib., 51/55). As primeiras notícias autênticas sobre estes sucessos devem-se ao nosso autor, que nada diz sobre Soromenho. Os capítulos 38º e 43º não parecem ter a mesma procedência.

Sobre a missão de Francisco Pinto e Luís Figueira possuímos um documento precioso, a carta de Luís Figueira datada da Bahia a 26 de março de 1609, inteiramente desconhecida até publicá-la pela primeira vez o Barão de Studart, que a reproduziu nos Doc. para a hist. do Brasil e espec. do Ceará, 1, 1/42, raro monumento de saber e desinteresse do illustrado patrício, querido companheiro de infância.

Figueira descreve a marcha desde Jaguaribe através da serra dos Corvos (Uruburetama) até a serra de Ibiapaba, aonde a 11 de janeiro de 1608 (sexta-feira da infra octava da Epifania – ib., 26), Francisco Pinto foi trucidado pelos tapuias. Não menos dramática decorreu a volta do sobrevivente ao povoado.

O jesuíta, autor da segunda gramática da língua geral impressa, esteve alguns meses entre os tabajaras, isto é, os tupinaéns ou tupiniquins; inimigos dos petiguares, isto é tupinambas. Figueira também fala de tapuias que devem ser os cariris.

Pode referir-se ao caiporas ou caaporas o que conta de um diabo que fala à noite às escuras com os feiticeiros: "posto que o não vêem ouvem-no e dão-lhe o fumo que beba, o qual vêem estar no ar, mas não vêem quem o tem, vêem porém as baforadas que lança e lhes diz à volta de uma verdade muitas mentiras e quando vão à caça lhes diz aonde a acharão e aonde está mel". ib, *35.*

Diogo Botelho seguiu para a Bahia em fins de 1603 e logo em abril do ano seguinte teve de defrontar durante mais de quarenta dias e ataque de Paul van Carden e sua esquadra holandesa.

O eminente Paul Groussac contesta a expedição de van Carden e estranha que os historiadores brasileiros não tivessem compreendido que o pretenso van Carden de 1604 era nada mais nada menos que o vero Pieter van

der Does de 1599. O silêncio de frei Vicente poderá ser invocado em favor de tal asserção; mas as palavras de Diogo de Campos Moreno, testemunha previdencial e figura obrigada do sucesso, bastariam para excluir desde o princípio qualquer dúvida. Novos elementos indestrutíveis a favor dos historiadores decuriados (régentés) pelo austero censor argentino pululam nos papéis de Diogo Botelho. Mesmo da parte contrária há testemunho autêntico, referido pelo malogrado Alfredo de Carvalho "O corsário Paulus van Carden na Bahia 1604", Rev. do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, *16, 41/60, Bahia, 1910.*

Também sobre seu governo na Bahia, Diogo Botelho documentou-se muito solidamente: atestados, juramento de testemunhas, etc. Não faltaram tentativas de peita e suborno. Com o bispo D. Constantino de Barradas e o elemento eclesiástico não fez boa liga.

O melhor serviço do governador na Bahia foi a redução dos aimorés, cujas devastações avultaram desde que, com suas guerras de Paraguaçu, Mem de Sá destruiu a marca ou comarca de língua geral que servia de anteparo contra eles. A respeito da pacificação, em que colaborou eficaamente Álvaro Rodrigues, de Cachoeira, cf. Fernão Guerreiro em Almeida, Memórias do Maranhão, 2; cf. An. da Bibl. Nacional, 26, 346.

Belchior do Amaral, escrevendo em Lisboa a 26 de julho de 1604, considerava urgente a retirada de Botelho, mas D. Diogo de Meneses e Sequeira, nomeado seu sucessor em 22 de agosto de 1606, arribou depois da partida e só chegou ao Brasil em 1608.

Assumiu o governo em Olinda a 7 de janeiro, quando Botelho completava cinco anos, nove meses e sete dias. Pretendia ficar ali só até abril, mas as instâncias da população detiveram-no e só em 18 de dezembro, dia de Nossa Senhora do Ó, desembarcou na Bahia. Foram dias muito pouco agradáveis os de Pernambuco, porque o bipso D. Constantino de Barradas não lhe poupou vexames e humilhações. O mesmo fadário perseguiu-o na Bahia com o clero e até com o governo da metrópole.

Botelho trouxera consigo dois mineiros, João Munhoz de Puertos e Francisco Vilhalva, que por sua ordem se apresentaram na câmara de S. Paulo em 22 de agosto de 1603 "para fazerem suas deligências e ensaios e fundições acerca do ouro e prata e mais metais que nesta capitania eram descobertos, por que no conselho real houve certas contradições ao ouro que o Sr. D. Francisco

de Sousa mandou por Diogo de Quadros e outras pessoas desta capitania", Atas, 2, 134.

D. Francisco deixou-se fascinar pelos mineiros e permaneceu em São Paulo, ainda depois de a 18 de junho de 1602 ter passado procuração para serem recebidos seus vencimentos na Bahia. A 9 de agosto de 1603 chegava do interior com sua gente, Atas, 2, 132/133. Em dezembro os mineiros foram a Monserrate, ib., 139, e D. Francisco naturalmente foi com eles.

A vinda de D. Francisco e seu séquito em 1599 e em 1603 mostrou a necessidade de uma casa de pasto na vila de S. Paulo. Da primeira vez encarregaram a Marcos Lopes, que teria de dez réis ou na carne, nos beijus, na farinha, ib., 57. Da segunda foi encarregada o cigana Francisca Ruiz que teria 10 réis em cada tostão, ib., 133: cf. 263.

Quando uma ordem régia transmitida por via de Diogo Botelho em 19 de março de 1605, R.T., l. c., 6, decidiu D. Francisco transpor o oceano, levou consigo os mineiros, impediu que comunicassem a quem quer que fosse o resultado das pesquisas, de "indústria e prudência" seguiu para Madri diretamente e achegou-se ao Duque de Lerme para os planos que arquitetara.

A Bibl. Nacional possui um códice comprado no leilão do Conde de Castelo Melhor com parte do expediente das negociações: basta citar o trecho seguinte: "Enquanto a mercedes pide el titulo de Marques para sy e sus descendientes 'de la primera tierra que poblare' y esta merced hizo su Magd. que esta en gloria [Filipe II] a Gabriel Soares persona de la calidad que se sabe y siendo dudossa la empreza que tomaua y no teniendo hecho en ella seruº alguno a S. Magd. y que quando Francisco Barreto fue al Monomotopa se entiende que lleuo el titulo del primer lugar que poblasse concedido por el rei D. Sebastian".

D. Francisco foi bem sucedido em suas pretensões; em 22 de janeiro de 1609 fez-se de vela, si como se lê abaixo p. 418, gastou vinte e oito dias para alcançar Pernambuco, aonde aportou a C.R.a D.Diogo de Meneses separando em governo independente as capitanias de Espírito Santo, Rio e S. Paulo, Reg. Geral de São Paulo*, 1, 196/198. Do mesmo Registro constam os poderes que lhe foram concedidos, também enumerados na Informação já citada, de Pedro Taques, impressos textualmente por Melo Morais no* Brasil Histórico*, segundo os* An. do Rio de Janeiro*, inédito em grande parte, de Silva Lisboa.*

Tem-se dito e repito que D. Francisco passou pela Bahia, a avistar-se com D. Diogo a quem a patente de 15 de junho de 1608, Registo, 1, 197, recomendava que fizesse com a entrega das capitanias que formavam o novo governo um auto autêntico, assinado pelos dois. À última hora, para evitar a mágoa desta capitis diminutio*, D. Francisco teve ordem de ir diretamente para seu destino. Apesar disto aportou em Pernambuco e já saiu do Reino com este propósito, como se queixa D. Diogo em carta de 22 de abril de 1609. Esta carta é melhor prova de que os dois não se encontraram em Pernambuco, segundo equivocadamente afirmou Varhangem,* História geral[2]*, 437.*

Já em 3 de janeiro sabia-se da próxima vinda de D. Francisco em São Paulo, Atas*, 2, 232; a 25 de abril estavam esperando por ele, a 26 tinham notícia certa de ficar no Rio de Janeiro,* ib.*, 242, 242; a 6 de junho de ficar no Rio de Janeiro,* ib.*, 242, 243; a 6 de junho estava em Santos, estava em Santos, a 15 em S.Paulo, registo, 1, 176/177.*

Na obra de Piso e Marcgraf, Hist. Nat. Brasiliae*, 263/264, Amsterdã, 1648, vem o roteiro fornecido pelo holandês W. Glimmer de uma expedição mandada de São Paulo à produra de minas. Com sua extraordinária sagacidade crítica e superior conhecimento do terreno, o lastimado Orville Derby interpretou o intinerário e identificou esta com a bandeira de André de Leão,* Ver. de Inst. Hist. de S. Paulo. *4.*

É muito possível, mas, na falta de qualquer data, pode-se incluí-la tanto na primeira como na segunda governança de D. Francisco de Sousa. Esta seria mais plausível até, se ponderarmos que Glimmer, comandante de Fernão de Noronha em 1633, estaria em melhor idade para um comando miliar se andasse bandeirando em 1611 do que em 1601. Que era comandante naquele tempo informa documento de Johannes van Walbeck citado por Varnhagen Hist. Geral, *de que existe cópia no Inst. Hist.*

Maloca designava na América espanhola o mesmo que bandeira em S. Paulo, e Paul Groussac, Anales de la Biblioteca*, 1, 379, sugere que* mamaluco *pode provir de* maloca. *A sugestão é sedutora e se imporia à aceitação imediata se por lá* mamaluco *fosse sinônimo de* bandeirante. *No Brasil só implicou mestiçagem: afirma Varnhagen.* Hist. Geral*, 207, que o nome de mamaluco se dava em algumas parte da Península Ibérica aos filhos de cristão e moura.*

As bandeiras se faziam por peditório ou finta, Atas da Câmara de S.Paulo *2,123. A gente de guerra que nelas entrava pode deduzir-se da ata*

de 20 de fevereiro de 1610, ib., *261: filho de quatorze anos arriba, escravos, usando espingardas, espiadas, espadelas e arcos e frechas e mais armas.*

A maior parte de 1609 e 1610 passou D. Francisco na vila de São Paulo, talvez preparando a viagem de seu filho D. Antônio, que em 20 de maio do último ano se ofereceu à Câmara para ser procurador do povo no Reino, negociar algumas cousas e fazer pedidos ao rei, ib., *267.*

Dos últimos tempos do governador D. Francisco constam alguams providências como a fixação do valor do marco de ouro em 30$, Atas, *2, 286; incitação a minerar, etc. Pouco antes de falecer, os juízes ordinários de S.Paulo foram às minas por sua ordem.* Ib. *290.*

Na ausência do primogenito, D. Antônio, que devida suceder-lhe, D. Francisco nomeou sucessor o filho mais moço D. Luís, em 11 de julho de 1611 os oficiais da Câmara de São Paulo acordavam que: porquanto este povo andava alvoratado sobre este particular e andavam muitos bandos e corrilhos e por evitar muitas inquietações que se aparelhavam sobre este caso, que era muito bem que aceitassem e aceitaram ao dito sr. D. Luís, Atas, *2, 292.*

Depois de empossar-se em S. Paulo, tomou posse do cargo no Rio de Janeiro, donde há carta sua data de 28 de outubro, Atas, *2, 309. A 17 de dezembro falava-se na Câmara de S. Paulo em "um requerimento para que viesse a esta vila para assistir e por não haver alguma desinquietação, estando Sua Senhoria fora daqui,* ib., *301 Anteriores a sua partida para o Rio, há dois documentos pouco conhecidos.*

Um, bondosamente fornecido por Gentil Moura, é o despacho à uma petição de Gaspar Vaz, Francisco Vaz Cardoso, Brás de Lima e outros para que Mogy fosse elevada a vila "porque passam muito detrimento para poderem vir a esta vila (S. Paulo) por terem muitos filhos e serem pobres e ser pelo rio acima mais de vinte léguas desta vila". O governador deferiu a pretensão a 17 de agosto, assim por Mogi ser lugar conveniente e apropriado "como por ser em caminho por onde podem ir ao mar com mais brevidade levar e embarcar os quintos reais à nova povoação que meu pai que Deus tem mandou fazer na angra dos Reis".

Outro é uma provisão passada na aldeia do Forte (Carapicuíba) para, por conta de sua fazenda e de acordo com os padres da Companhia, os índios de S. Paulo poderem ir ao sertão buscar seus parentes que quisessem vir

voluntariamente viver na terra e trabalhar nas minas, Pastells, Historia de la Companhia de Jesus*, etc., 1, 189.*

D. Luís governou até a chegada de Gaspar de Sousa, décimo governador-geral que recebeu a colônia novamente unida por provisão de 9 de abril de 1612, Atas *2, 358. Diz Sousa,* Hist. genealógica, *12, II, 1095, que entregou o governo a Martim de Sá, procurador de Gaspar, como consta de uma certidão passada pela Câmara do Rio de Janeiro em 24 de abril de 1618. Das* Atas da Câmara de S. Paulo*, 2, 345, vê-se que para lá mandou no mesmo caráter o desembargador Manuel Jácome Bravo. Seriam mais de um os procuradores, cada qual para uma capitania.*

O verdadeiro sucessor de D. Francisco na pesquisa das minas foi Salvador Correia, já então de idade muito provecta, nomeado a 4 de novembro de 1613, Taques, 1 c., 13. Na relação da viagem dos Nodales, que passaram pelo Rio de Janeiro em 1618, no governo de Rui Vaz Pinto, lê-se: "Sábado 24 de novembro chegou de sua fazenda Martim de Sá. Era cavaleiro da Ordem de Cristo e filho do marquês das Minas", Clements Markham, Early Spanish voyages to the strait of Mag.*, 212, Londres, 1911 (Hakluyt Society). Diz-se geralmente que D. Francisco desejava o título de Marquês das Minas, afinal dado a um seu neto. Não é provável; preferiria ser Marquês de Monserrate, orago de sua especial devoção.*

Fr. Gaspar da Madre de Deus, Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, 1. 2, § 62, Lisboa, 1797, lembrou-se em má hora de identificar D. Luís de Sousa, governador do Sul, e D. Luís de Sousa, governador-geral. Varnhagen navegou nas mesmas águas e acrescentou por conta própria,* Hist. geral, *437, que o filho de D. Francisco logrou suceder a Gaspar de Sousa, apesar de suas poucas habilitações, a título de indenização eqüitativa, pelos direitos herdados e que lhe haviam sido retirados. Amparado pelos dois padrinhos ainda hoje corre mundo este erro, bem escusado desde 1748, pois Sousa,* História genealógica*, 12, II, tornou impossível confundir D. Luís de Sousa, segundo Conde do Prado, quinto senhor de Beringel, 928/930, e D. Luís de Sousa, filho de D. Francisco e de sua segunda mulher D. Violante Henriques, 1095/1097.*

D. Diogo de Meneses deixou várias cartas de que há cópia no Inst. Hist., nem todas interessantes, que tratam de questões com o bispo, de um galeão que aportou à Bahia e lá se consertou, da separação dos dois governos,

do cargo de administrador geral das minas, etc. Preocupou-o bastante a expansão para além de Roque e sobre ela exprimiu opiniões muito criteriosas. A conquista, escrevia em 1º de março de 1612, An. *da Bibl. Nac. 26, 308/809, não se devia fazer pelas armas, mas por invenção e manha; o gentil se defendia fugindo de nós, fazendo que a falta das causas nos desbaratasse; fosse moderada a força para não espantá-lo.*

Compreendeu suas idéias e realizou-as cabalmente Martim Soares Moreno, jovem reinol, que pela primeira vez calcou terra cearense em 1604, incorporado aos 18 anos numa das companhias levadas por Pero Coelho. No meio das violências que seguiram, soube conservar a amizade dos principais indígenas. Nomeado tenente da fortaleza do Rio Grande, fez mais de uma viagem a sua procura, animou-os contra os franceses a ponto de atacarem um navio e matarem toda a companha, levou à Bahia a entender-se com o governador um filho de Jacaúna.

D. Diogo de Meneses soube reconhecer-lhe o valor, com um clérigo e dez soldados fê-lo voltar, e Martim Soares a 20 de janeiro de 1612 lançou os fundamentos do que é hoje a cidade da Fortaleza. Sobre Martim Soares têm sido publicados por Studart numerosos documentos condensados em forma de suculentas efemérides, Rev. da Ac. Cearense*, 14, Fortaleza, 1910.*

Martim era sobrinho de Diogo de Campos Moreno, natural de Tânger, que acompanhou Diogo Botelho, no cargo de sargento-mor e antes guerreara em Flandres. A Moreno atribui Varnhagen o Livro que dá razão do estado do Brasil*, de que existe cópia no Inst. Hist., não escoimada de interpolações, ilustrada os mapas feitos posteriormente, em geral de escasso valor.*

No período abarcado pelo livro IV escreveram-se várias obras tendo por objeto o Brasil.

Cabe o primeiro lugar a Gabriel Soares de Sousa, cujo tratado descritivo, impresso primeiramente anônimo em Lisboa em 1825, depois com o nome do autor por Varnhagen, R. T.*, 14, inclui um roteiro da costa, uma descrição topográfica do recôncavo da Bahia, com os nomes dos principais senhores de engenho, entre os quais ele próprio se contava, notícias sobre a vegetação, os animais, os indígenas, em linguagem por vezes braba, mas sempre expressiva.*

De José de Anchieta há duas informações escritas durante seu provincialato e impressas no Rio em l.886 apontamentos sobre os primeiros jesuítas de que se conhecem apenas fragmentos, a primeira gramática da língua

geral publicada em 1595, reimpressa e traduzida em alemão não há muitos anos pelo benemérito Júlio Platzmann.

Um jesuíta anônimo, provavelmente Luís da Fonseca, escreveu em 1587 ou logo depois uma precisa relação, impressa na R. T., *57, I, 213/247, sobre os primeiros trabalhos jesuíticos na Bahia.*

Das cousas mais notáveis do Brasil, escritas por algum jesuíta em 1591, depois de iniciada a expedição de Gabriel Soares, a que se alude na primeira página, é difícil formar juízo, por que saiu no Arquivo Bibl. de Coimbra, aos pedacinhos, em números espaçados, no decurso de três anos. Contém informações interessantes para a etnografia.

De Fernão Cardim, que veio ao Brasil com Manuel Teles Barreto e Cristóvão de Gouveia, há uma carta narrando as viagens feitas de São Vicente a Pernambuco, divulgada por Varnhagen em 1847 e reimpressa na R. T., *65, I, 12/69, documento único em seu gênero. São seus também um tratado sobre plantas e animais, impresso na* Rev. da Soc. de Geogr. de Lisboa *no Rio de Janeiro, outro sobre índios do Brasil, ambos traduzidos em inglês e incluídos desde 1625 na coleção de Purchas, impressos finalmente na 1íngua original segundo cópias conservadas em Évora. Fidelino de Figueiredo considera o autor do* Princípio e origem dos índios do Brasil, *publicado em 1882 com o nome do autor por quem revê esta edição, reimpresso anônimo na* R. T., *57, I, 185/212, como representante da prosa da ação,* Hist. da Lit. Clas., *426. Não parece acertado: Cardim escreveu logo depois de chegar à terra, recorrendo aos apontamentos que encontrou, mais por tradição que por observação própria; melhor caberia o título a Gabriel Soares, que no seu livro trasladou as experiências de dezessete anos.*

O jesuíta Francisco Homem, passageiro da nau S. Francisco, oferece algumas páginas interessantes sobre a Bahia, publ. na Hist. trágico-marítima, 2.

As relações de viagens feitas ao Brasil por ingleses encontram-se nas coleções de Hakluyt e Purchas.

Gaffarel publicou na Histoire du Brésil français, 495/501, um papelucho cuja falsidade admira ter-lhe escapado. Pouco trata do Brasil, mas merece ser lido, Pyrard de Laval, Yoyage, Paris, 1615, etc., sobretudo na excelente tradução de Cunha Rivara, Nova Goa, 1858/1862.

Lippmann, que não conhecia o nosso autor, põe em dúvida que no Brasil fosse descoberta primeiro a conveniência do emprego de barro para alvejar o açúcar, pois já Dioscórides, Galeno e os árabes conheciam o barro como clarificador de vinho, suco de frutas, água de rosas e outros líquidos: Geschichte des Zuckers, 295 Leipzig; 1890. Segundo testemunhos que cita e repudia a descoberta teria sido casualmente feita no Brasil cerca de 1550.

Desde 8 de maio de 1610, D. Diogo de Meneses estava para ser rendido no governo, apenas completasse o seu triênio e indicava para o governo interino o bispo (teriam se reconciliado?) ou o chanceler da relação, "que o farão mui bem", Varnhagen, Hist. Geral[1], 1, 473.

Os capítulos do presente livro que deviam tratar de seu governo são tão deficientes que provavelmente há aqui perdas a lamentar.

Afinal, foi nomeado para suceder-lhe Gaspar de Sousa que aportou a Pernambuco mais de dois anos depois, dia de N. S. do Ó, 18 de dezembro de 1612.

Com D. Diogo de Meneses veio a serviço público o desembargador Sebastião de Carvalho, que demorou bastante em Pernambuco e não prestou nem metade dos serviços alegados no Arq. histórico português*, 3, 345.*

Quando o Marquês de Pombal virou o potentado sabido de todos, procurou-se em suas veias sangue pernambucano, seguindo o processo indicado em Jaboatão e Loreto Couto, uns, outros segundo o indicado em Antônio Diniz da Cruz e Silva, Poesias*, 5, 144, Lisboa, 1815.*

Estes genealogistas deviam ter sangue, mas era do pai do marquês, Manuel de Carvalho de Ataíde, aliás D. Tivisco de Nazao Zarco y Colona, autor do Teatro genealógico, célebre por suas manipulações nobiliárquicas e genealógicas.

Trombeta bastarda, 388, "cujo som", informa Bluteau, Vocabulário*, 2, 64, "é um misto entre o som forte e grave da trombeta legítima e o som delicado e agudo do clarim".*

O alvará de 2 de janeiro de 1608, prometendo condicionalmente a D. Francisco de Sousa o título de marquês, encontra-se em Melo Morais, Bras. Hist. *2, II, 69.*

Os Anais do Rio *publicados no mesmo periódico, cf. supra, 258, foram escritos por Baltasar da Silva Lisboa, como se prova pela* R. T.*, 65,*

I. Este primeiro esboço é superior ao que o autor imprimiu mais tarde em sete volumes. – Melchior Estácio do Amaral, historiador do naufrágio da nau S. Iago*, diz que chamava-se Cidade de Santiago a que se fundava no Rio Grande e tinha três casas de pedra e cal,* Hist. trágico-marítima*, 2, 502/503.*

. . . .

Capítulo I

De como veio governar o Brasil Manuel Teles Barreto e do que aconteceu com umas naus francesas e inglesas no Rio de Janeiro e S. Vicente.

COMO a majestade de el-rei Filipe segundo de Castela e primeiro de Portugal foi jurado nele por rei no fim do ano de 1580, sabendo da morte do governador do Brasil Lourenço da Veiga, mandou por governador Manuel Teles Barreto, irmão de Antônio Moniz Barreto, que foi governador da Índia. Era de sessenta anos de idade e não só era velho nela, mas também de Portugal o velho; a todos falava por vós, ainda que fosse ao bispo, mas caía-lhe em graça, a qual não têm os velhos todos. Tanto que chegou a esta Bahia, que foi no ano de 1582, escreveu a todas as capitanias que conhecessem a Sua Majestade por seu rei e foi de importância este aviso, porque daí a poucos dias chegaram três naus francesas ao Rio de Janeiro e surgiram junto ao baluarte que está no porto da cidade, dizendo que iam com uma carta de D. Antônio para o Capitão Salvador Correia de Sá, o qual nesta ocasião era ido ao sertão fazer guerra ao gentil. Mas o administrador Bartolomeu Simões Pereira, que havia ficado governando em seu lugar e estava informado da verdade pela carta do governador-geral, lhes respondeu que se fossem embora, porque já sabia quem era seu rei. E, porque a cidade estava sem gente e não havia, mais nela que os moços estudantes e alguns velhos que não puderam ir à guerra do sertão, destes

fez uma companhia, e Dona Inês de Sousa, mulher de Salvador Correia de Sá, fez outra de mulheres com seus chapéus nas cabeças, arcos e flechas nas mãos, com que, e com mandarem tocar muitas caixas e fazer muitos fogos de noite pela praia, fizeram imaginar aos franceses que era gente para defender a cidade e assim a cabo de dez ou doze dias levantaram as âncoras e se foram.

No mesmo tempo foram dois galeões de ingleses de trezentas toneladas cada um, à Capitania de S. Vicente com intento de povoar e fortificar-se, por relação de um inglês, que se havia ali casado, das minas de ouro e outros metais que há naquela terra, e publicavam que el-rei católico era morto e D. Antônio tinha o reino de Portugal, oferecendo da parte da rainha da Inglaterra grandes cousas. Porém os portugueses pela carta que tinham estiveram muito firmes por el-rei católico, sem querer admitir aos ingleses, os quais ameaçavam de entrar por força e realmente o fizeram se naquela conjunção não chegaram três naus de castelhanos que começaram a pelejar com eles, os quais logo abateram estandarte, pedindo paz, que os castelhanos lhes não deram, antes jogaram a artilharia toda a noite, porque pelas correntes não os puderam abordar. Ao outro dia, ainda que deixaram tão maltratada uma nau que se foi ao fundo, desampararam a empresa e saíram do porto mui maltratados, sem antenas e as naus furadas por muitas partes e mais de cinqüenta homens mortos e muitos feridos. Entraram as naus castelhanas no porto, sendo bem recebidas dos portugueses, que rogavam mil bens a Sua Majestade, pois (ainda que acaso) tão presto os começava a defender. O caso como ali foram aquelas naus se contará no capítulo seguinte.

. . . .

Capítulo II

Da armada que mandou Sua Majestade ao estreito de Magalhães, em que foi por general Diogo Flores de Valdez e o sucesso que teve.

FRANCISCO DRAKE, corsário inglês, passou o ano de 1579 o estreito de Magalhães e correu o mar do Sul; e D. Francisco de Toledo, vice-rei do Peru, mandou trás dele a Pedro Sarmiento e Antão Paulo Corso, piloto, os quais, havendo passado o mesmo estreito do sul ao norte, chegaram a Sevilha e daí a Badajós, onde el-rei católico então estava despedindo o seu exército sobre Portugal. E ouvida sua relação e o desassossego que no Peru havia posto o corsário, e certificando muito Pero Sarmiento que em o estreito se podiam fazer fortes de ambas as partes, dos quais facilmente com a artilharia se impedisse o passo aos navios, houve pareceres contrários, dizendo que o estreito era mais largo do que Sarmiento o figurava e que, quando fosse tão estreito como dizia, nem por isso se impediria o passo aos navios pela muita corrente e porque com um golpe ou dois de artilharia não sempre se mete uma nau no fundo, e quando se meta passa outra. Entre outros que tiveram esta opinião foi um o Duque de Alba, D. Fernando Álvares de Toledo. Porém el-rei mandou que se juntassem no rio de Sevilha vinte e três naus de alto bordo, com cinco mil homens de mar e guerra, com petrechos para

a fábrica destes fortes, capazes para trezentos homens de guerra e alguns povoadores para facilitar mais sua conservação. Nomeou para general desta armada a Diogo Flores de Valdez e por piloto-mor a Antão Paulo Corso e a Pedro Sarmiento por governador dos fortes e povoações.

Saiu de São Lucar esta armada a 25 de setembro do ano de 1581, com tão mau tempo por a pressa que o Duque de Medina-Sidonia dava, que depois de três dias arribou com tormenta à baía de Cádiz com perda de três navios, havendo-se afogado a maior parte da gente, e tão destroçada que para reparar-se se deteve mais de quarenta dias. Tornou a sair com dezessete navios e chegou ao Brasil, ao porto da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, onde invernou seis meses e meio porque, ainda que chegou a 25 de março, que em Espanha é a primavera, em estas partes é o princípio do inverno, em que se não pode navegar para o estreito. E por que neste tempo não estivesse a gente ociosa, a ocupou em fazer estacas para trincheiras e taipais e outros petrechos e em lavrar madeira para duas casas em que no estreito tivessem as munições recolhidas. Para o que tudo deu muita ajuda Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro. E, parecendo que já era tempo para navegar, saíram da barra do rio a 2 do mês de outubro com dezesseis navios, deixando um por inútil e tomando a derrota do estreito, que está setecentas léguas deste porto, chegaram ao rio da Prata, donde se levantou um temporal de ventos tão fortes, que estiveram vinte e dois dias mar em través, sem poder pôr um palmo de vela. E, havendo-se perdido aqui em véspera de Santo André a nau do capitão Polomar e duzentas e trinta e seis pessoas nela, sem podê-los remediar.

Aos 2 de dezembro aplacou alguma cousa o mar e o vento e com acordo os capitães e pilotos tornou Diogo Flores atrás, buscando porto para reparar as naus, porque estavam cinco delas abertas da tormenta e as mais em perigo de fazer o mesmo. Foram à ilha de Santa Catarina, trezentas léguas dali, a qual ainda que despovoada (por ser de portugueses que não sabem povoar nem aproveitar-se das terras que conquistam), é terra de muita água, pescado, caça, lenha e outras cousas onde, a cabo de vinte e dois dias que ali estiveram, deixou Diogo Flores de Valdez três naus que não puderam navegar a cargo do contador André Equino, com ordem que se tornassem ao Rio de Janeiro, e deu ou-

tras três a D. Alonso de Souto Mayor, que ia por governador do Chile, para levar a sua gente pelo rio da Prata ao porto de Buenos Aires, donde não há mais que vinte jornadas a Chile e o dito Diogo Flores, com as mais, em dia de Reis do ano de 1583 tornou à volta do estreito. As três naus que ficaram na ilha de Santa Catarina saíram dali aos 14 de janeiro e aos 24 do mesmo chegaram à barra de São Vicente e na mesma barra acharam os dois galeões ingleses que estavam para tomar a terra, se não chegassem os castelhanos que os lançaram dali às bombardas, como temos dito.

Diogo Flores de Valdez seguiu seu caminho para o estreito, levando a terra à vista sobre a mão direita, até darem com a boca em cinqüenta e três graus e, entrando com bom tempo, como duas ou três léguas se levantou de repente uma tempestade de que os tornou ao mar mais de quarenta léguas. Andaram oito dias porfiando por tornar a embocar o estreito; porém, não podendo com o vento, não quis Flores tentar mais a fortuna, por ver as naus destruídas e a gente enferma de tanto trabalho. Tornou-se à costa do Brasil, ao porto de S. Vicente e com as naus que trazia e as duas que ali achou passou ao Rio de Janeiro, onde topou a D. Diogo de Alzega, que por mandado de el-rei com quatro naus o ia socorrer com bastimentos e outras cousas e, parecendo a Diogo Flores que a armada estava desfeita, sem gente e sem munições, determinou de se tornar à Espanha com D. Diogo de Alzega e que o seu almirante Diogo da Ribeira, com cinco navios que lhe deixou, ficasse ali para tornar o verão seguinte, a ver se teria mais ventura de embocar o estreito e povoá-lo, como el-rei mandava.

Navegando Diogo Flores com os mais navios, que já não eram mais de sete, arribou, com uma grande tormenta que o fez tornar duzentas léguas atrás, a esta Bahia de Todos os Santos, no princípio do mês de junho de 1583, onde se deteve a consertá-los, para o que da fazenda de el-rei se lhe deu o que foi necessário e se mandou fornecimento ao Rio de Janeiro para o almirante Diogo da Ribeira seguir a sua viagem ao estreito. E o governador Manuel Teles Barreto o banqueteou e a todos os capitães e gentils homens um dia esplendidamente e o bispo D. Antônio Barreiros outro; mas o que mais fez nesta matéria foi um cidadão senhor

de engenho, chamado Sebastião de Faria, o qual lhe largou as suas casas com todo o serviço e o banqueteou e aos seus familiares e apaniguados oito meses que aqui estiveram, só por servir a el-rei sem por isso receber mercê alguma, porque os serviços do Brasil raramente se pagam.

. . . .

Capítulo III

Do socorro que da Paraíba se mandou pedir ao governador Manuel Teles e o assento que sobre isso se tomou.

NO CAPÍTULO 25 do livro terceiro tocamos como o governador Lourenço da Veiga desistira da conquista da Paraíba, por el-Rei D. Henrique, que em aquele tempo governava, a encarregar a Frutuoso Barbosa, que lhe pediu. Havia este homem ido de Pernambuco e, por haver já na Paraíba carregados navios de pau por algumas vezes no tempo das pazes que lhe os potiguares fizeram e por ter conhecimento da terra e deles, o encarregou el-rei da conquista por contrato que fez em sua fazenda, dando-lhe pera isso as provisões necessárias, naus e mantimentos e, conquistando a Paraíba, a capitania por dez anos. Chegou Frutuoso Barbosa à barra de Pernambuco no ano de 1579 em um formoso galeão e uma zavra e outros navios, com muita gente portuguesa, assim soldados como povoadores casados, com muitos resgates, munições e petrechos necessários assim à conquista como à povoação que logo havia de fazer, para a qual trazia um vigário a quem el-rei dava quatrocentos cruzados de ordenado e religiosos da nossa seráfica ordem franciscana e de S. Bento, com toda a ordem e recado necessário à empresa, que à fazenda de el-rei devia de custar muito.

E em sete ou oito dias que esteve na barra surto, sem desembarcar nem tratar do negócio a que vinha, lhe deu um tempo com que

arribou às Índias, onde lhe morreu a mulher, e tornando dali ao Reino partiu dele no ano de 1582, por mandado de el-rei D. Filipe e, tornando a Pernambuco, se concertou com os da vila de Olinda que o licenciado Simão Rodrigues Cardoso, capitão-mor e ouvidor de Pernambuco, fosse por terra com gente, e ele, com a que trazia e outra muita que da capitania por serviço de el-rei se lhe ajuntou, por mar. O qual, chegando à boca da barra da Paraíba com a armada que trouxe e alguns caravelões, entrou pelo rio acima, por ter aviso de sete ou oito naus francesas que lá estavam surtas bem descuidadas e varadas em terra, e a maior parte da gente nela e os índios metidos pelo sertão a fazer pau para carregá-las e dando de súbito sobre elas queimou cinco, esbulhando-as primeiro, que foi um honrado feito e as outras fugiram com quase toda a gente.

Descuidados os nossos com esta vitória alcançada com tão pouco custo e nem um sangue, saindo alguns deles em terra com um filho de Frutuoso Barbosa, rebentou o gentil de uma ilha em que estava e dando neles os foram matando até os batéis, aonde se iam recolhendo, sem das naus os socorrerem, que foi cousa lastimosa ver matar mais de quarenta portugueses, em que entrou o filho do capitão. E com a mesma fúria houveram os inimigos de tomar a zavra em que ia Gregório Lopes de Abreu por capitão, que o dia de antes entrara diante e o fizera muito bem por ficar na ponta da ilha quase em seco e, a se não defender tão esforçadamente, sempre os índios o tomaram e acabaram todos. O capitão Frutuoso Barbosa ficou tão cortado e receoso deste sucesso que se levantou com toda a armada e foi surgir na boca da barra, por se não ter por seguro dentro, esperando a gente que ia por terra. E, estando para dar à vela por ver que tardava, chegou o licenciado Simão Rodrigues com duzentos homens de pé e de cavalo e muito gentil, o qual no caminho da várzea da Paraíba teve um bom recontro com os potiguares, que avisados da sua vinda o foram esperar, e meteram em revolta e pressa, se o nosso gentil ajudado da gente branca lhe não tivera aquele primeiro encontro, porque os potiguares, animados da vitória passada, se metiam tanto que vinham a braços com os nossos. Mas enfim ficaram vencidos e desbaratados, e assim chegaram os nossos à barra do rio da banda do norte com esta vitória, com que consolaram os da armada. E, animados uns com outros, trataram em oito dias que ali estiveram os meios de se fortificarem da banda do norte, porque

pareceu impossível da banda do sul, no Cabedelo, por ser mau o sítio e não ter água. O que não fizeram de uma parte nem de outra, antes fugiram à maior pressa, por verem da banda dalém muito gentil.

Pelo que, mandando dali o galeão com aviso à Sua Majestade do que passava, desesperado já Frutuoso Barbosa de tudo, se veio lograr um novo casamento, que à sombra da governação de caminho em Pernambuco havia feito para restauro da mulher e filho que havia perdido. E assim ficou tudo como dantes, os inimigos mais soberbos e as capitanias vizinhas a risco de se despovoarem. Só os detinham as esperanças que tinham de serem socorridos da Bahia, onde haviam mandado por procurador um Antônio Raposo ao governador Manuel Teles Barreto com grandes protestos de encampação, o qual fez sobre isto junta e conselho em sua casa, em que se acharam com ele o bispo Dom Antônio Barreiros, o general da armada castelhana Diogo Flores de Valdez, o ouvidor-geral Martim Leitão e os mais que na matéria podiam ter voto, e se assentou que fosse o general Diogo Flores, e em sua companhia o licenciado Martim Leitão, com todos os poderes bastantes para efeito da povoação da Paraíba e por provedor da fazenda e mantimentos da armada Martim Carvalho, cidadão da Bahia, os quais todos aceitaram com muito ânimo e gosto, particularmente Diogo Flores, por ver, já que o jogo lhe sucedeu tão mal no estreito, se ao menos podia levar este vinte de caminho.

. . . .

Capítulo IV

De como o licenciado Martim Leitão, ouvidor-geral, foi por mandado do governador com o general Diogo Flores de Valdez à conquista da Paraíba e se fez nela a fortaleza da barra.

TOMADO o assento que fica dito no capítulo precedente, se aprestaram e partiram da Bahia o 1º do mês de março do ano de 1584 com uma armada de nove naus, sete castelhanas e duas portuguesas, e chegaram a Pernambuco a 20 do mesmo, onde logo desembarcou o ouvidor-geral, ficando de fora toda a armada, e fez ajuntar em câmara D. Filipe de Moura, capitão da capitania por Jorge de Albuquerque, senhor dela, com os mais vocais, em que também se achou Dom Antônio de Barreiros, bispo deste estado, que havia ido na armada a visitar as igrejas de Pernambuco e Tamaracá.

E ficou assentado se prestasse tudo para domingo de Páscoa partirem. Dom Filipe de Moura por cabeça com a gente que o ouvidor-geral havia de fazer, como logo começou, rogando um e um, compondo-lhes suas cousas, com que se aviaram muitos dos moradores de Pernambuco e se ajuntaram na vila de Igaruçu no dia sinalado, havendo já Dom Filipe juntos os da ilha de Tamaracá no engenho de seu sogro Filipe Cavalcanti em Araripe, até onde Martim Leitão acompanhou o arraial. E, depois de partidos dali, ajuntou mais alguns quarenta homens que, entregues a um

Álvaro Bastardo, mandou a Dom Filipe e o alcançaram junto do rio Paraíba, onde tiveram todos um reencontro com o gentil.

Mas enfim passaram do rio acima para a banda do norte, por onde Simão Rodrigues Cardoso o havia outra vez passado, e foram demandar a barra onde acharam a Diogo Flores, que já tinha queimadas três naus francesas que ali achou surtas e varadas em terra, donde, indo para subir em uma, lhe deram os inimigos de dentro do mato uma flechada no peito, que lhe não fez nojo pelas boas armas que levava. E, por que o principal fim que se pretendia era povoar-se a terra, chegado e alojado o arraial, saiu Diogo Flores e, tomado conselho entre os capitães, assentaram fazer-se um forte primeiro, para que à sua sombra pudessem povoar. Para o qual nomeou o general por alcaide o capitão da sua infantaria Francisco Castejon com cento e dez arcabuzeiros castelhanos e cinqüenta portugueses, para os quais e para a povoação que se havia de fazer, remeteu ao exército português elegesse cabeça e, por a maior parte ser de vianeses, se elegeu Frutuoso Barbosa que era vianês, tendo-se também respeito à provisão que apresentou de el-rei D. Henrique, em que o fazia capitão da Paraíba se a conquistasse, posto que, como era condicional, faltando a condição parece que já não obrigava, e este era o parecer do general. O forte se situou logo uma légua da barra da parte do norte, defronte da ponta da ilha, mas por não fugirem os soldados com o largo rio que fica em meio que por ser bom sítio, que é baixo e de ruim água, do qual ficou por alcaide o Capitão Francisco Castejon, e dele deu homenagem ao general Diogo Flores e se lhe pôs o nome de S. Filipe e Santiago, no dia dos quais santos se fez à vela o general caminho de Espanha, onde chegou a salvamento.

O Capitão Simão Falcão, enquanto os mais assistiam na obra do forte, espiada uma aldeia dos inimigos, a salteou uma madrugada, matando alguma gente e cativando quatro, com cujo língua o nosso exército, vendo que já ali não era de efeito, se partiu a via do sertão em busca dos inimigos até uma campina que se chama das Ostras, três léguas do forte, onde se alojou. E, por ser a festa do Espírito Santo e a gente ser dada a folgar, se puseram a festejar com muito descuido o dia e oitavas, e dizia D. Filipe por descargo desta desordem que esperava a seu sogro Filipe Cavalcanti, que havia ficado no forte. Uma tarde, ouvindo uma trombeta e grande rumor, foram dez de cavalo e alguns quarenta de pé com muitos

índios à ordem de um Antônio Leitão, com muita desordem, a descobrir campo, e deram em uma cilada que os começou a sacudir até chegarem à vista do arraial, sem haver acordo para lhes acudirem, antes se pôs todo em tão grande confusão que, vinda a noite, se deitaram a uma lagoa por onde haviam tornar ao forte, e passando uns por cima dos outros, voando com asas do medo que levavam, foram bater às portas do forte, que o alcaide, enfadado de os ver, lhes não quis abrir, deixando-os estar à chuva toda a noite, que foi leve castigo para o merecido. Vindo o dia lhes persuadiu que tornassem a buscar os inimigos com mais cinqüenta arcabuzeiros, que lhes dava dos do presídio, e tais estavam que nem com isto quiseram ir, senão voltar para Pernambuco, e assim se vieram passando o rio defronte do forte em barcos, com bem de trabalho por ser inverno, que os tratou mal todo o caminho, onde lhes morreram muitos cavalos e escravos a míngua.

. . . .

Capítulo V

Dos socorros que por indústria do ouvidor-geral se mandaram a Paraíba.

CHEGADOS desta maneira a Pernambuco, em o mês de junho, começaram logo os requerimentos do alcaide do forte e Frutuoso Barbosa por ficarem faltos de mantimentos. E os inimigos, por ficarem vitoriosos, os molestaram tanto que só os detinha a não levarem a fortaleza nas unhas a fúria da artilharia, que, achando-os em descoberto, os despedaçava, a cuja sombra o alcaide, em algumas escaramuças que com eles teve, lhes mostrou o valor da sua pessoa e dos espanhóis e portugueses, que o seguiam apesar de seu capitão Frutuoso Barbosa, que não tinha paciência com estas escaramuças, e com requerimentos as estorvava quanto podia. E assim encontrados ele e o alcaide nos humores, tudo eram brigas e ruins palavras, fazendo papeladas um de outro, que mandaram ao ouvidor-geral com requerimentos de socorro dos mantimentos, que, como conhecido por mais zeloso do serviço de el-rei, até isto batia nele, sendo obrigação do provedor Martim Carvalho, que pelo contrário se mostrava mui remisso. E por esta

causa se começaram entre ambos grandes desavenças, crescendo sempre do forte os requerimentos, porque se viam nele tão apertados da guerra e fome que até os cavalos tinham comidos.

Mandou-lhes Martim Leitão por mar vinte e quatro homens a cargo de um Nicolau Nunes, com alguns mantimentos que deu o provedor, mas foram tão poucos, e cresciam tanto os rebates dos inimigos potiguares, que o alcaide do forte se veio no mês de setembro a Pernambuco a pedir socorro. Onde achou a Pedro Sarmento, que o general havia deixado com o almirante Diogo da Ribeira no Rio de Janeiro para ir povoar o estreito de Magalhães e governar a povoação que fizesse, donde já vinha destroçado e pedia também mantimento, que se lhe deu, para poder passar a Espanha. Mas o alcaide Castejon aviva-se tão devagar que andava impaciente, pelo que, achando-se um dia (depois de outros muitos) em casa de Martim Carvalho com os juízes e oficiais da Câmara, em presença do bispo, vieram a muito ruins palavras, sobre as quais alguma gente de casa arrancou com os soldados do alcaide, em cima onde todos estavam, e baralhados assim saíram a rua com grande briga, a que acudiu muita gente com o ouvidor-geral, que os apaziguou como pôde. Por isto se tornou o alcaide pera a Paraíba, no mês de outubro, mal provido e com claras mostras de o ser cada vez menos pelo ódio em que com eles ficava o provedor.

Mas foi de muito efeito a sua tornada, porque logo no novembro seguinte entraram duas naus francesas na Paraíba e, reconhecendo o forte e uma nau grande portuguesa com dois patachos que lhe Diogo Flores tinha deixado, se saíram e foram surgir três léguas dali na boca da baía da Traição e, começando trato com os potiguares, vieram de lá por terra correr o forte, trazendo alguns berços, com que grandemente o apertavam, fazendo grandes cavas e bardos de terra e areia, pelos não pescar a artilharia. Com os quais e outros ardis como práticos nas nossas guerras, puseram o alcaide em termos de desesperar de poder de defender-se, e logo disso avisou ao ouvidor-geral, com grandes requerimentos, assim seus como de Frutuoso Barbosa. O ouvidor no primeiro dia que lhos deram se foi dormir ao Recife, onde aprestou um navio de setenta toneladas à sua custa com muitos homens brancos e setenta índios, e por capitão um Gaspar Dias de Morais, soldado antigo de Flandres, que por seu rogo aceitou sê-lo, e em dous dias, andando em uma rede por andar doente, os deitou pela barra fora. Este

navio e a galé de Pedro Lopes Lobo, capitão de Tamaracá, que também o ouvidor forneceu, em que o mesmo Pedro Lopes foi por capitão com cinqüenta homens e alguns índios, chegaram à Paraíba, onde foram recebidos e estimados como a própria vida.

Os franceses, vendo o socorro, se recolheram às suas naus que haviam deixado na baía da Traição. E consultando o caso o almirante com os capitães do socorro, assentaram ficasse Pedro Lopes, capitão da galé, no forte por respeito do muito gentil, que diziam passar de dez mil os que o tinham cercado com suas cavas e trincheiras, e que o alcaide, na sua galé e nau que lá tinha e a do socorro, fossem buscar os franceses, como logo foram; e tomando-lhes o mar os fizeram varar em terra com as naus e lhas queimaram e mataram alguns, que foi honrado feito por serem as naus grandes e estarem avisados. Mas a nau do forte, por ser muito grande e a costa ali ir já muito voltando para as Índias, arribou a elas, e nela foi a maior parte da artilharia que haviam tomado das francesas.

O navio e galé voltaram e, chegando ao forte, desembarcando de súbito e com a gente de dentro, deram nos inimigos com tão grande ímpeto que lhes ganharam as suas estâncias, matando muitos, com o que se afastaram bem longe e os nossos cobraram a água, que lhes tinham tomado. E assim, ficando os do forte mais largos que nunca e todos muito contentes, com grandes louvores ao ouvidor-geral se tornaram os de Pernambuco e Tamaracá até dar razão de tudo e receber os parabéns da jornada, que foi de muito efeito, assim para o desengano dos franceses que nem na baía da Traição haviam de ter colheita, como dos potiguares, que já com eles por nem uma parte poderiam ter comércio.

Capítulo VI

De como o ouvidor-geral Martim Leitão foi à Paraíba a primeira vez, e da ordem da jornada e primeiro rompimento e cerca tomada.

COM ESTA mágoa e desejo de vingança que ficou aos potiguares, no fim de janeiro de 1585 se ajuntaram mais que nunca e fizeram três cercas muito fortes, ao longo do forte, a tiro de pedreiro, de troncos de palmeira que por muito grossos os defendiam da artilharia, e todas as noites as iam chegando e ganhando terra, do que logo o almirante avisou ao ouvidor-geral, ficando muito receoso que por aquela via com as próprias cercas os viriam abordando até se abarbarem e igualarem com o forte sem se poderem valer da artilharia nem das mãos, por no forte haver muitas doenças por respeito do mau sítio, fomes e ruim água, de que muita gente lhe era morta e assim estava em muito perigo. Aos 8 de fevereiro dobrou com mais força os requerimentos e encampações de logo despejarem todos, como também por avisos se soube terem já para isto o melhor embarcado em uma nau que lá tinham. Pela qual nova todas as capitanias se meteram em grandes revoltas, e muito mais, com se saber esta determinação, e por ter chegado de socorro aos potiguares o famoso entre o gentil Braço-de-Peixe ou por sua língua Piragiba, de que tratamos em o fim do capítulo 20 do livro próximo passado.

O ouvidor-geral, logo em lhe dando os requerimentos do alcaide, os mandou ao capitão Dom Filipe, que estava já aliado com Martim Carvalho, ao qual se levaram também outros requerimentos sobre mantimentos, vindo a isso o tenente do forte a cuja instância todos concordaram e juntamente o bispo e oficiais da Câmara requererem ao ouvidor-geral Martim Leitão fosse em pessoa a esta guerra, de que fizeram autos. O que ele, vista a importância do caso, aceitou em 14 de fevereiro, com determinação de partir dentro dele. No que se começou com incrível presteza em toda a parte, e era cousa notável ver a vontade com que todos se ofereciam a ir com ele; mas contudo, a não haver no porto passante de trinta navios com muitos mantimentos, que nunca tantos houve, nem fora possível aviarem-se com tanta brevidade, suprindo também a grande diligência de Martim Leitão, escrevendo particularmente aos nobres, convidando-os com razões eficazes para a jornada e aviando a muitos, porque no Brasil tudo se compra fiado, e estes nestas cousas querem superabundâncias, a que os mercadores já não acudiam era necessário fazê-los ele prover, e aviar uns e outros era infinito. Fez também duas capitânias pera sua guarda, que depois mandou na vanguarda, pela confiança que neles tinha, por ser toda gente solta e muitos mamalucos e filhos da terra, porque estes nisto são de mais efeito; e a estas duas companhias deu sempre à sua custa de comer e todo o mais necessário, e prover de armas, ainda que nos requerimentos que lhe fizeram para ele haver de ir, disse o provedor Martim Carvalho que fosse, que ele o proveria à custa da fazenda de Sua Majestade.

Além dos capitães da guarda, que um era Gaspar Dias de Morais, que de socorro antes havia ido à Paraíba, e outro Micer Hipólito, antigo e mui prático capitão da terra se elegeram mais de novo por capitães Ambrósio Fernandes Brandão e Fernão Soares, que se chamavam capitães de mercadores; foram mais os capitães das companhias da ordenança da terra, Simão Falcão, Pedro Cardijo, Jorge Camelo, João Pais, capitão do cabo de Santo Agostinho, muito rico, que o fez nesta jornada por cima de todos, em tudo levando sempre a retaguarda, e João Velho Rego, Capitão de Igaraçu, e todos os da ilha de Tamaracá, com seu Capitão Pedro Lopes. E, porque havia muita e boa gente de cavalo, que foram cento e noventa e cinco, ordenou três guiões de trinta cavalos cada um dos melhores para acudirem aonde cumprisse, de que eram capitães Cristóvão Pais d'Altero,

Antônio Cavalcanti, filho de Filipe Cavalcanti, e Baltasar de Barros. Ia mais um filho do Capitão Antônio de Carvalho com a sua bandeira por ele ficar doente, que em todas as jornadas o fez muito bem. E era a segunda pessoa deste exército, sobre quem carreava o peso dele, Francisco Barreto, cunhado do ouvidor-geral Martim Leitão, a que chamavam mestre-de-campo, e ele o poderá ser de outro de muitos milhares de soldados por seu esforço e destreza.

Com todo este exército, que foi a mais formosa cousa que nunca Pernambuco viu nem sei se verá, foi o General Martim Leitão (que assim lhe chamaremos nesta jornada) dormir no campo de Igaraçu, no meio do qual mandou armar sua tenda de campo, com outras pegadas, uma para dois padres da Companhia de Jesus que com ele iam, e outra de sua despensa, onde se agasalhava também a gente do seu serviço. Aqui mandou deitar grandes bandos, pondo graves penas contra todos aqueles que brigassem ou arrancassem, encomendando mui particularmente que houvesse entre todos muita amizade e conformidade, e outras boas ordens necessárias que, se cá costumaram no Brasil, não houvera tantas perdas e desconcertos como sabemos. Ali esteve três dias esperando se ajuntassem alguns que faltavam; onde fez aposentados e mais oficiais de campo.

Ao quarto dia (que foi o 1º de março) daquele alojamento, foram dormir além do rio de Taporema, onde fez resenha e se achou com quinhentos e tantos homens brancos, e o general deu regimento a todos do que haviam de fazer, repartiu as campanhas e ordenou que um dos guiões de cavalos aos dias, por evitar competências, fosse na vanguarda, outro na retaguarda, e o terceiro na batalha onde ele ia, e o capitão a que no seu dia tocava a retaguarda tivesse obrigação de uma hora antemanhã com alguns índios correrem e descobrirem o campo.

E assim com toda a ordem possível, e com irem de contínuo alguns homens de confiança com mamalucos e índios por descobridores diante e pelas ilhargas do exército metidos pelo mato, e gastadores abrindo o caminho, foram por suas jornadas em cinco dias à grande campina da Paraíba, onde, pela lembrança de que alguns ali em outras jornadas tinham visto, ia a gente tão apertada que, sendo o caminho da campina largo e raso, não andavam por mais recados que se passavam a vanguarda, em que em aquele dia, por ser de mais importância, ia Francisco Barreto. Mas

não sofrendo tanto vagar tomou o general um galope e foi ver o que era e, achando que haviam já dado em mato e se detinham os gastadores em abrir o caminho com as foices, os fez abreviar e marchar a vanguarda com presteza e recado, esperando ele ali até se meter em seu lugar.

Marchando pois a vanguarda e o mestre-de-campo Francisco Barreto com ela, já quase sol-posto deu em uma cerca mui grande de gentil, pegada do rio Tibiri, que prometia ter dentro mais de três mil almas. O que não obstante, nem a escuridão da noite que sobrevinha, nem ser a cerca mui forte e com uma rede de madeira por fora, como uns leões remeteram e entraram nela, matando muitos dos inimigos e pondo os mais em fugida, ficando dos nossos muito poucos feridos, porque foi tal a pressa e açodamento que lhes não deram vagar nem tempo para despedirem muitas flechas, o que sentindo o corpo do exército e retaguarda, rebentavam todos por chegar com os dianteiros à briga, e por mais pressa que se deram quando já chegaram era acabada. Entrando pois todo o exército dentro na cerca, que Francisco Barreto lhe tinha franqueada com a gente da vanguarda, e alojados todos nela, repousaram ali aquela noite, onde acharam farinha feita e armas e pólvora, que tinham para ir cercar o forte, conforme os cativos disseram.

. . . .

Capítulo VII

De como se tentaram as pazes com o Braço-de-Peixe e por as não querer se lhe deu guerra.

AO OUTRO dia pela manhã cedo logo os índios se puseram às pulhas (como é seu costume) em um teso alto, defronte da nossa cerca, além de um grande alagadiço, que por aquela parte ficava, donde foram conhecidos dos nossos ser gente do Braço-de-Peixe, que não eram potiguares, senão tobajaras seus contrários; mas, por se temerem dos portugueses, que vingassem a morte de cento e tantos que com Gaspar Dias de Ataíde e Francisco de Caldas (ainda que com razão) haviam mortos, como dissemos no capítulo 20 do livro precedente, se vieram a meter com os potiguares e, assim por se reconciliarem com eles, como por serem mais industriosos e valentes, nos faziam muito dano. O que entendido pelo general Martim Leitão e considerando de quanta importância seria ter paz com eles e apartá-los dos potiguares, mandou por línguas fazer-lhes práticas que estivessem seguros pois só buscavam os potiguares, com os quais nunca queríamos paz, mas com eles sim, dizendo-lhes mais que o general era homem do Reino, fora de malícias e enganos que com eles usavam os do Brasil, e estava muito bem informado de sua amizade antiga com os brancos pelos quais sabia que quebrava a paz, e que, se os capitães Ataíde e Caldas foram vivos, os mandara el-rei por ele castigar.

Com estas práticas e vinho que lhes deram a beber concertaram que, dando reféns, mandaria o Braço seus embaixadores depois de jantar assentar pazes com o general, o qual neste meio tempo trabalhou com toda a dissimulação em mandar descobrir o alagadiço, se por cima ou por baixo daria vau à gente; mas não se achou nisto remédio, pela grandeza do alagadiço e espessura do mato à roda.

Ao meio-dia vieram três índios a tratar das pazes, que foram ouvidos na tenda do general e examinados por línguas, e feitas todas as diligências e ostentações que pareceram necessárias, por o Braço e os seus terem consigo muitos potiguares, juntamente com o medo de suas culpas, nada bastou para os segurar, e assim tornando-se à tarde quiseram lá matar os reféns e ficou a guerra rota, que os inimigos estimando pouco esquentaram toda aquela tarde com trinta e tantas espingardas e muitas flechas que tiraram. Ao que ainda querendo atalhar o general, pera os desenganar mandou sair por sua ordem todas as companhias e gente por uma campina entre a cerca e o lago, que em aquela manhã, pera o que sucedesse, tinha mandado roçar. Também lhe mandou dar mostra de dois berços que trazia em carros e varejar com eles uma caiçara ou traqueira que, para pelejarem e se defenderem no cume de um pico, no cabo de uma queimada, os inimigos haviam feito e, com outros assombros, nada bastou para quererem paz. Com isto se resolveu o general a lhes darem ao outro dia batalha, mandando aquela tarde fazer muitos feixes de faxina que ao longo da cerca haviam cortado, para que, com as pontes que o gentil no alagadiço havia feito, passassem da outra banda. Não foi nada aprazível ao arraial esta determinação do general, o que se viu melhor no conselho que na sua tenda se teve aquela noite, que foi assaz vário e confuso, e a seus brados se assentou ficassem ali as duas partes do arraial e Francisco Barreto com eles, com todo o provimento para o que sucedesse, e ele a pé com a terça parte ir dar nos inimigos no pico.

Ouvindo missa ao outro dia pela manhã muito cedo, partiu o general com as companhias da vanguarda somente e o guião de cavalo de Antônio Cavalcanti, que mandou no roçado e em uma queimada andar da nossa parte do alagadiço, para por ali não rebentar alguma cilada e lhe tomarem as costas e, levando o padre Jerônimo Machado, da Companhia, um crucifixo diante, acharam no alagadiço muito estorvo por de noite os

inimigos cortarem muitas árvores, com que o atravessaram e embaraçaram todo. Com isto, e com andarem muitos soldados pela queimada da outra banda às flechadas e arcabuzadas, se passava devagar e com tanto receio que foi necessário ao general agastar-se com alguns e, mandando ficar a companhia de Ambrósio Fernandes com ordem que se não bulisse do alagadiço até todos serem em cima, arrancou da espada, jurando havia de escalar o primeiro que falasse, se não obrarem todos como esforçados. Isto é meter-se com o passo apressado após os dianteiros fez passar os mais e tomar a ladeira acima bem depressa. Depois de se recolherem os inimigos na cerca, subiam os nossos em pés e mãos por ela e, ferrando-a todos, não acabavam de a render, o que vendo o general tomou um inglês que levava consigo armado e, subindo às costas em cima da cerca com uma formosa lança de fogo, fez tais floreios, lançando dela infinidade de foguetes, que despejaram os inimigos. Por ali, e derrubando os nossos duas ou três braças de cerca que cortaram, entraram dentro e os foram seguindo um pedaço, ainda que com o ruim caminho e impedimento que os inimigos tinham postos, e eles serem bichos do mato que furam por onde querem, foi causa de escaparem muitos. O que ordenou Deus pera nos ficarem, como agora os temos por amigos.

Corridos assim o mais que os nossos puderam, mandou o general queimar toda a caiçara e madeira da cerca e, assolado tudo, se tornou para seus companheiros, que haviam ficado na outra cerca, os quais o vieram a receber fora com *Te Deum laudamus.* E no mesmo dia à tarde houve um rebate da banda do Tibiri a que alguns capitães acudiram desordenadamente e, por ser a revolta grande, mandou o general Francisco Barreto os fosse recolher, o que fez muito bem e com muita ordem, porque em a escaramuça que se travou foram mortos alguns potiguares, sem dos nossos haver ferido algum e, por não ser já de efeito a estada ali ao outro dia, mandou o general pôr fogo à cerca. E com todo o exército pelo rio Tibiri abaixo foi seguindo os inimigos, e foram dormir dali a duas 1éguas, onde agora se chama as Marés e, arrancados todos os mantimentos que acharam, que foi a maior guerra que se lhes pôde fazer, e queimadas duas aldeias que ali estavam despovoadas, se tornaram acima a buscar outra cerca nova, que havia feito um principal chamado Assento-de-Pássaro.

Aonde antes de chegarem acharam tantos embaraços de ruim caminho, que se ia abrindo pelo mato e brejos, e alguns inimigos corredores que se atravessaram diante que, por mais que o general se apressou, passando-se à vanguarda com o ouvidor da capitania Francisco do Amaral, que sempre o seguia, e marchando com ela, já acharam a cerca, que era grande e forte, despejada, ainda que em alguns velhos e fêmeas que não puderam fugir se vingou o nosso gentio. E ali pararam aquele dia e o outro, donde, pelos muitos alagadiços e diversidades de opiniões dos caminhos que ninguém sabia, se resolveram tornar pelo rio da Paraíba abaixo, buscar o passo pera o forte, onde se assentaria o que cumprisse.

Partidos desta cerca por outro caminho, que era a estrada, acharam nela tantos labirintos que os inimigos tinham feito, tantos fojos, árvores cortadas atravessadas que era admiração e, a não haver grande cautela, poucos bastaram ali pera desbaratar a muitos; mas de tudo Nosso Senhor os guardou e desviou. Passado embaixo o rio da Paraíba, em três dias chegaram ao forte, que estava cousa piedosa de ver, assim o danificamento e ruínas dele, como as pessoas dos soldados, que bem mostravam as fomes e misérias que tinham passado.

. . . .

Capítulo VIII

De como o general Martim Leitão chegando ao forte mandou o capitão João Pais à baía da Traição e depois se tornaram para Pernambuco.

LOGO NA tarde que chegaram ao forte ordenou o general que fosse o capitão João Pais com trezentos homens de pé e de cavalo correr a baía da Traição, como foram o seguinte dia em amanhecendo. Procurou também muito com Frutuoso Barbosa quisessem ir duas léguas do forte, junto das Marés, onde havia muitos mantimentos da parte do sul do rio Paraíba, fazer povoação, pera o que lhe juntava oitenta homens brancos, e índios os mais que pudesse, e se oferecia estar com ele seis meses e outros seis seu cunhado Francisco Barreto; mas nunca se pôde acabar com ele e, por atos que disto se fizeram, desistiu de toda a pretensão da Paraíba, dizendo que não estaria mais uma hora em ela. Contudo determinou o general fazer no dito sítio (que a todos pareceu bem) a povoação, pera o que cometeu a Pero Lopes e a outros, mas não pôde concluir. Pelo que com assaz paixão se determinou ir pela praia com a gente que lhe ficou juntar-se na baía da Traição com João Pais; porque assim, levando um campo por cima outro por baixo, não ficando cousa em meio, seguissem por alguns dias os inimigos até os encontrarem ou enxotarem pera longe. Mas, determinando partir na baixa-mar do outro dia, subitamente aquela noite adoeceram quarenta e duas pessoas com estranhas dores de barriga e câmaras, entre os quais foi Francisco Barreto e o padre Simão Tavares da

Companhia e outros de muita importância, com o que houve detença dois dias e, vendo que não melhoravam pelos ruins ares e águas daquele sítio, foi forçado levantar o arraial e tomar acima duas léguas em um campo muito formoso e aprazível, sítio de muito boas águas, a que puseram nome campo das Hortas, onde, em seis dias que ali estiveram esperando por João Pais, alguns se refizeram.

Chegado ele e juntos outra vez todos e sabido que na baía da Traição não ousaram os inimigos esperar, e lhes queimaram muitas aldeias e arrancaram mantimentos, fizeram-se dois ou três conselhos para se dar ordem no que se devia fazer e, por terem por certo que os tobajaras, gentil do Braço-de-Peixe, estavam desavindos com os potiguares e começavam a guerrear uns contra os outros, se resolveram todos era bem deixá-los, já que por si se queriam gastar, antes convir muito por alguma via avisar o Braço-de-Peixe que lhe dariam socorro contra os potiguares e que não se tornasse à serra. Com que em muito segredo o general fez fugido um índio seu parente com grandes promessas, se o quietasse e fizesse tornar ao mar. Com esta ordem e provido o forte de mais vinte homens e com lhe deixar o Capitão Pero Lopes em lugar de Frutuoso Barbosa e os prover do seu como melhor pôde, deixando-lhes pipas de farinha, biscoito, vinho e sardinhas para dois meses, se partiram todos pera a vila de Olinda com muita festa, ainda que o espírito do ouvidor-geral Martim Leitão (que já chamarei general) não se quietava nem contentava, dizendo não ter feito nada, pois não ficava levantada povoação na Paraíba e tudo o da guerra concluído, como se fora poderoso para tão grande empresa, em que Nosso Senhor o tinha tão favorecido. Desta maneira entraram na vila de Olinda em som de guerra, postos em ordem, acompanhando todos ao ouvidor-geral até sua casa, com a maior festa e triunfo que Pernambuco nunca teve, que foi a 6 de abril de 1585.

. . . .

Capítulo IX

De como o capitão Castejon fugiu e largou o forte e o ouvidor-geral o prendeu e agasalhou os soldados.

O 1º DE JUNHO do mesmo ano de 85, chegou nova a Pernambuco era chegado a Tamaracá, o Capitão Pero Lopes, que o ouvidor-geral Martim Leitão deixara com alguns protugueses no forte da Paraíba em companhia do alcaide, o qual também se dizia o queria desemparar com os espanhóis e que em secreto buscavam piloto que de lá os levasse às Índias. E, como o ouvidor-geral andava tão pronto e receoso destas cousas, logo pela posta mandou buscar Pero Lopes, do qual informado, em quatro dias concluiu com ele se tornasse a assistir no forte como o deixara, com alguns filhos da terra e gentil, no qual estivesse até janeiro, com obrigação de lhe dar em cada mês cinqüenta cruzados, porque não seria possível deixar el-rei até então de avisar e prover, por cuja falta se despovoava isto. Dificultosamente aceitou Pero Lopes, porque pela má condição do alcaide Castejon todos fugiam dele; mas sobre isto rebentou outro maior inconveniente, que foi resolver-se o provedor Martim Carvalho (que até então mal provia o forte) em não o querer mais prover bem nem mal, nem nisso entender, e assim o respondeu por atos públicos, com o que ficou tudo desarmado. E se concluíra pior se o ouvidor-geral não tratara este negócio por via de empréstimo, com que logo mandou ao capitão Pero Lopes fizes-

se rol do que havia mister para provimento de cem homens em seis meses e, feito e somado em três mil cruzados, os mandou logo tomar e repartir pelos mercadores que tinham as cousas necessárias, aos quais se satisfaziam com créditos de João Nunes mercador, e tomado navio e aviado, por não suceder no forte fazer o alcaide com os espanhóis abalo, lhe fez escrever da câmara com muitos mimos e certeza de serem agora muito melhor providos, pois havia de correr por eles, livres de Martim Cavalho, que muito deviam estimar.

O mesmo lhe escreveu o ouvidor-geral e com estas cartas se foi Pero Lopes aviar a sua casa à ilha de Tamaracá, aonde havia o navio e gente de o ir tomar de caminho, e ele entretanto avisaria o alcaide. E, ou o Diabo o tecesse, ou não sei por que, Pero Lopes não avisou ao forte, nem mandou as cartas, indo disso tão encarregado, e as teve em seu poder sem as mandar desde 8 de junho até 24 que, estando tudo a pique para o outro dia partir o navio e de caminho ir pela ilha, se começou a dizer serem chegados a ela castelhanos do forte, dizendo vinha atrás o alcaide e deixavam tudo arrasado.

A isto (que em breve se encheu a terra) se ajuntou toda a vila às Aves-Marias em casa do ouvidor-geral, onde se assentou que se juntassem logo pela manhã no colégio bispo, capitão D. Filipe, Câmara, provedor, Martim Carvalho. E ele, que nestas cousas não dormia, na mesma noite despediu os seus oficiais que fossem buscar a Castejon e lho trouxessem preso a bom recado, como fizeram. E nas perguntas não deu outra razão senão da fome, que era assaz fraca, pois confessava que depois da guerra que havia dado não parecer mais inimigo, e irem os barcos que lhe havia deixado pelo rio acima buscar mantimentos, que era assaz provimento. Mas deviam de estar enfadados, e vingaram-se em deitar a artilharia ao mar e uma nau que lá estava ao fundo, e pôr o fogo ao forte e quebrar o sino, e com isto se vieram à vila como quem não tinha feito nada e, o que mais é, que assim se julgou depois no Reino, aonde o ouvidor-geral mandou o Castejon preso, que de tudo se livrou e saiu bem.

Ao outro dia pela manhã, juntos em modo de conselho no colégio, houve algumas dúvidas com que o bispo, e outros, movidos de quão mal se respondia do Reino a tanta importância, dificultavam a empresa, que na verdade estava mais duvidosa que nunca, por ser sobre tantas que-

das e lá se consumirem tantas vezes os nossos e se recearem franceses, que nunca ali faltavam. Pelas quais causas diziam que nunca na terra sem grossa mão de el-rei haveria força pera esta empresa. Só o ouvidor-geral Martim Leitão, todo aceso em cólera e fervor com que andava, com muitas razões os persuadiu a entre si elegerem um homem que, com cento e cinqüenta que se ofereceu a buscar o gentio, com a despesa e vitualha que estava buscada, tornasse logo a recuperar o perdido, senão que ele com os seus e amigos que tivesse estava determinado ir a meter-se no nosso forte arruinado, antes que os inimigos se fortificassem nele, pois os que tinham obrigação de o defender o desampararam. E isso com tanta veemência, requerimentos, protestos e ameaças da parte de sua majestade que os espertou e aviventou; e assim elegeram o capitão Simão Falcão, que pareceu pessoa para isso, por Frutuoso Barbosa em nenhuma maneira querer aceitar, com estar a tudo presente. Do que Simão Falcão foi logo avisado e o ouvidor-geral com alguns pregões, indústria e suma diligência juntou todos os espanhóis que do forte vieram e ao presente na terra havia, dos quais fez duas esquadras de quarenta e dois, que ajuntou em umas casas, a que cada dia fazia prover da ração ordinária de sua casa e à sua custa, não se esquecendo de por via de religiosos fazer encomendar este negócio a Deus.

. . . .

Capítulo X

De como o Braço-de-Peixe mandou cometer pazes pedindo socorro contra os potiguares, e o ouvidor-geral tornou a Paraíba e começou a povoação.

HAVENDO neste mês de julho alguma dilação por adoecer Simão Falcão, tanto ao cabo como esteve, no fim do mês chegaram dois índios do Braço-de-Peixe ao ouvidor-geral, pedindo-lhe socorro contra os potiguares, porque, tornando-se por o seu recado ao mar, o cercaram por vezes e tinham posto em grande aperto. Neste próprio dia vestiu Martim Leitão os índios e se foi dormir ao Recife com João Tavares, escrivão da Câmara e juiz dos órfãos, ao qual por parecer de todos encomendou este socorro, e ele por seus rogos e por serviço d'el-rei aceitou, e assim com doze espanhóis bem concertados e satisfeitos e oito portugueses e uma caravela esquipada e concertada pera tudo, com algumas dádivas e bom regimento, partiu do porto de Pernambuco a 2 de agosto de 1585, e aos 3 chegou pelo rio da Paraíba acima, onde se viu com o Braço-de-Peixe e mais principais, no porto que agora é a nossa cidade, assombrando primeiro os potiguares com alguns tiros, que presumindo mais força fugiram. Assentadas as pazes e dadas suas dádivas e reféns, saiu o capitão João Tavares dia de Nossa Senhora das Neves, por cujo respeito depois se pôs esse nome à povoação e a tomaram por patrona e advogada, debaixo de cujo amparo se sustenta e ordenaram um forte de madeira com as costas no rio, onde se recolheram.

Avisado logo o ouvidor-geral, se alvoroçou toda a vila e moradores destas capitanias, parecendo-lhes, e com razão, eram já todos seus trabalhos acabados. E, depois de muitas graças a Deus, sobre isto chegaram os línguas por terra com obra de quarenta índios com a embaixada do Braço, aos quais todos o ouvidor-geral em sua casa agasalhou, vestiu e festejou e, avisando ao capitão João Tavares do que havia de fazer, mandando-lhe mais vinte e cinco homens de toda a sorte, por os espanhóis estarem ainda muito enfermos, e mandando vestidos finos para os principais e outros mimos e todos muito contentes, os tornou a mandar, e com grandes defesas que não houvesse algum gênero de resgate, de que o ouvidor como experimentado era muito inimigo, e com razão, que isto é o que dana o Brasil, maiormente quando é de índios, pois com título de resgate os cativam.

Pera se aperfeiçoarem estas pazes pareceu necessário não se perder tempo, antes ir-se logo fazer um forte, recuperar a artilharia do outro e assentar a povoação. Pera o que por todos foi assentado que ninguém podia fazer todas estas cousas senão o ouvidor-geral Martim Leitão, ao qual o pediram e requereram todos, e ele o aceitou por serviço de Deus e de el-rei e por bem destas capitanias e assim se partiu para a Paraíba a 15 do mês de outubro do mesmo ano. Com alguns amigos seus, oficiais e criados faziam número de vinte e cinco de cavalo e quarenta de pé, levando pedreiros e carpinteiros e todo o recado necessário para fazer o forte e o que mais cumprisse, e chegou lá aos 29, onde foi grandemente recebido dos índios e brancos que aí estavam, e aos principais dos índios, que vieram uma légua recebê-lo, abraçou um e um com grande festa, e fazendo apear os de sua casa os fez ir a cavalo, e alguns, pelo que tinham passado com os brancos, iam tremendo de maneira que era necessário i-los sustentando na sela. Com este triunfo os levou pelo meio de suas aldeias, com que uns choravam e outros riam de prazer, e logo nessa noite se informou dos sítios, que particularmente tinha encomendado lhe buscassem com todas as comodidades necessárias para a povoação a Manuel Fernandes, mestre das obras de el-rei, Duarte Gomes da Silveira, João Quixada e ao capitão, que todos estavam pera isso prevenidos dele em segredo, mas encontrados nos pareceres dos sítios.

Ao outro dia o ouvidor-geral, ouvindo missa antes de sair o sol (que caminhando e andando nestas jornadas sempre a ouvia), foi logo a pé ver alguns sítios, e à tarde a cavalo até o ribeiro de Jaguaripe, pera o cabo Branco e outras partes, com que se recolheu à noite resoluto ser aquele em que estavam o melhor, onde agora está a cidade, planície de mais de meia légua, muito chão, de todas as partes cercado de água, senhor do porto, que com um falcão se passa além, e tão alcantilado que da proa de navios de sessenta tonéis se salta em terra, donde sai um formoso torno de água doce para provimento das embarcações, que a natureza ali pôs com maravilhosa arte, e muita pedra de cal, onde logo mandou fazer um forno dela e tirar pedra um pouco mais acima. Com o que, visto tudo muito bem roçado o mato, a 4 de novembro se começou o forte de cento e cinqüenta palmos de vão em quadra, com duas guaritas que jogam oito peças grossas, uma ao revés da outra, no qual edifício trabalhavam maus e bons com o seu exemplo, que um a um os chamava de madrugada, e repartia uns na cal, outros no mato com os carpinteiros e serradores, outros nas pedreiras, e os mais a pilar nos taipais, porque os alicerces e cunhais só eram de pedra e cal, e o mais de taipa de pilão de quatro palmos de largo, pera o que mandou logo fazer oito taipais pera todos trabalharem.

E era cousa pera ver a porfia e inveja em que os metia, trabalhando mais que todos, com o que duravam na obra de sol a sol, sem descansar mais que a hora de comer, e assim em duas semanas de serviço chegou a estado de se lhe pôr artilharia, que neste meio tempo com muito trabalho e indústria, por búzios que pera isso levou, se havia tirado do mar sem se perder peça, que foi cousa milagrosa. Só as câmaras faltaram, mas com seis que levou de Pernambuco, e dois falcões que foram nos caravelões da matalotagem, se remediou tudo. Assentada a artilharia, ordenou por se não perder tempo, e o nosso gentil confederado se não esfriar, como já começava, fossem João Tavares e Pero Lopes, com toda a gente dar uma boa guerra às fraldas de Copaíba, que é uma terra montuosa e mui fértil, dezoito léguas do mar, donde há muito gentil potiguar. E assim ficando-lhe somente os seus moços e oficiais da obra e Cristóvão Lins e Gregório Lopes de Abreu, foram todos os mais, aonde, por anda-

rem treze ou quatorze dias somente, não destruíram mais de quatro ou cinco aldeias, cuja vinda tão apressada o ouvidor-geral sentiu muito e, determinando ir em pessoa, concluiu com a maior brevidade que pôde a obra do forte, casa pera capitão e armazém.

. . . .

Capítulo XI

De como o ouvidor-geral foi à baía da Traição.

POSTO ISTO em boa ordem até 20 de novembro, deixou aí Cristóvão Lins, fidalgo alemão de nação, com os oficiais e gente necessária, e ele se partiu com oitenta e cinco homens brancos e cento e oitenta índios do nosso gentil, cousa assaz temerária e que muitos procuravam estorvar com roncas de estarem naus de franceses na baía da Traição e sobre isto alguns lhe começaram em palavras a perder o devido acatamento e respeito, particularmente um que se soltou mais do necessário, que já também havia posto o arcabuz nos peitos ao capitão João Tavares, o qual mandou o ouvidor-geral tomar e à porta do forte, em presença de todos, açoitar, que foi gentil mezinha, porque não houve quem mais falasse. E assim partidos todos do forte, foram dormir ao Tibiri, e daí no dia seguinte ao campo das Ostras, onde se juntaram com o nosso gentil, que não levava mais vianda pera todo o caminho que seis alqueires de farinha de guerra, nem os brancos levavam de comer mais que para dois dias, do que sendo advertido o ouvidor-geral respondeu alegremente que o iriam buscar entre os inimigos, que era gente viva e havia ter que comer. E assim se partiram daí até a água que chamam de Jorge Camelo, e depois do sol posto chegaram ao rio Mamanguape, que são grandes oito léguas, e por haver de ir dar em umas aldeias que estavam da outra parte do rio, antes que os inimigos que haviam achado atrás na campina lhes dessem aviso, e se aproveitarem da baixa-mar, o passaram

sem ceia à meia-noite e moídos do trabalho do dia, donde, em amanhecendo, marcharam com boa ordem e recado até dez horas, que deram em um grande golpe de gentil, o qual com o seu medonho urro atroou aquela campina e ribeira. Mas os nossos muito contentes com os ver, ainda que fora por ponte de prata.

. . . .

Capítulo XII

De como da baía da Traição foram ao Tujucupapo e tornaram para Pernambuco.

AO TERCEIRO dia, carregados os índios de despojos e alguns mantimentos, partiram da baía da Traição, indo sempre ao longo da costa com o língua dos índios cativos em busca do Tujucupapo, o mor principal dos potiguares, por ser muito grande feiticeiro e, indo ao quarto dia depois da partida bem descuidados, perecendo-lhes que já não acharam o inimigo, gritaram da vanguarda: Potiguares! Potiguares! (E não se espantem falar desta maneira sendo tão poucos, porque, como as guerras destas partes são nos matos, sempre vão enfiados por o ruim caminho uns dos outros, e assim ainda que poucos, como não podem ir em fileira nem ordem de guerra, ocupam muita terra ao comprido)por esta causa à grita da vanguarda se concertou cada um em seu lugar e começaram a marchar depressa, mas, por neste tempo vir um soldado espanhol dizer a Martim Leitão acudisse, que recuava a vanguarda e havia feridos, em calças e em gibão como ia, tomou um remessão a João Nunes e uma rodela a um índio e, encomendando a gente a Gregório Lopes de Abreu e a Antônio de Barros Rego, pôs as pernas ao cavalo e, atravessando o mato, que era baixo, chegou a tempo que rebentavam do bosque três esquadrões de gente inimiga e se tornaram a recolher em ondas ou remetidas, que este é o seu pelejar, e o nosso gentil, vendo tantos inimigos, quase que ficou assombrado, e à

pressa, em um corpo, se andavam cercando de rama para todos se recolherem em qualquer fortuna. Mas, chegando aí o ouvidor-geral, os começou a afrontar de palavras, dizendo-lhes se determinavam fazer ali casas para viver e depois morrer como ovelhas, e que as suas casas haviam de ser as dos inimigos. E assim gritando rijo: a eles! passou avante, mandando João Tavares por outra parte, e com isso pelejava com homens, mas aqui com os elementos, que é mais ficando os inimigos diante de si, deitando-os de fora de mil labirintos que ali tinham feito e ordenado e por extremo fortificados, ficando todavia as suas estâncias semeadas de muitos corpos mortos. Passados assim da banda além que seriam duas horas antemanhã, feito algum fogo em que brevemente enxugaram os arcabuzes, fez logo o ouvidor-geral tomar a praia, que, como até então não fosse sabida e sobre tantos trabalhos, pareceu a todos tão comprida como trabalhosa, mas, indo ele com Duarte Gomes e Antônio Lopes de Oliveira, com três negros da terra descobrindo diante, todos foram até em amanhecendo. Apartados os de cavalo com alguns arcabuzeiros para darem da parte do Norte, e os mais com o nosso gentil do Sul, remeteram ao forte que ali tinham os inimigos, o que fizeram com grande grita e mataram até vinte índios, tomaram vivo o seu principal, outros se deitaram ao mar por lhe terem a terra tomada, e se acolheram à nau dos franceses, que todos estavam recolhidos com sua artilharia do dia de antes, pelo aviso que lhes deu um índio que fugiu ao Duarte Gomes. E porque com a claridade da manhã começou a varejar a praia, onde os nossos estavam, com a artilharia, vararam todos a aldeia e povoação que estava acima, a qual acharam toda despejada, mas com muitas farinhas feitas e favas, que foi grande recreação, junto com os cajus-do-mato, fruta que já começava. E para lhe destruírem todos os mantimentos e assolarem aquela estalagem aos franceses, assentaram estar ali três dias e logo à tarde foram arrancar a mandioca.

De noite mandou o ouvidor-geral lançar ao mar três ferrarias que ali havia de franceses, que foi cousa de importância tirá-las aos inimigos, que com elas os cevavam os franceses, reparando-lhe estes três ferreiros, que ali já eram moradores, suas ferramentas. Acharam-se aqui mais de sessenta caldeiras, grandes e pequenas, fato e muita ferramenta de que se o nosso gentio carregou. Ao outro dia mandou o ouvidor-geral vinte e quatro arcabuzeiros na baixa-mar dar-lhe uma surriada com três ou quatro cargas e, ainda que

lhes não fez dano, todavia temendo que o viriam a receber, ou que viessem algumas embarcações da Paraíba, levantaram âncora e se foram esbombardeando pera o ar, levar estas novas à França. E mais foram [se não] houvera a detença dos nossos no abrir dos caminhos para todos passarem, e assim tiveram os inimigos alguma guarida com o ruim caminho e grande alagadiço (que sempre eles costumam tomar por reparo), onde houve muitas graças de muitos atolarem mais do que quiseram, não querendo seguir o ouvidor-geral seu capitão que, ainda que o cavalo caiu com ele, o levou pela rédea e, saindo fora muito gentil homem enlodado, saltou em cima dele mui desenvolto e seguiu os inimigos por um caminho com outros dois de cavalo e alguns índios, que sempre foram derribando neles, e o mesmo aconteceu por onde foi o capitão João Tavares. E houveram de ser infinitos os mortos, se o nosso gentil ousara segui-los.

Mas vendo tantos, e eles tão poucos, o fizeram pesadamente, e só à sombra dos brancos. E com isso se recolheram depois das três da tarde à grande aldeia, que estava perto do alagadiço, onde descansaram o que ficara do dia, dando muitas graças a Deus por esta grande vitória, porque se afirmou haverem ali mais de vinte mil potiguares apercebidos de dia do seu feiticeiro, que por desastre se acolheu em um cavalo que lá tinha de brancos havia muitos anos. Curados os feridos, que houve alguns e nenhum morto, para a vitória ficar com dobrado gosto ali estiveram até ao outro dia, e por serem doze léguas aquém do Rio Grande donde tiveram novas ser já passado todo o gentil inimigo outra banda, que como senhores de mais de as quatrocentas léguas desta costa não era possível esgotá-los, se tornaram ao forte, donde foram recebidos com muitas festas. E tornou o ouvidor-geral continuar nas obras em que Cristóvão Lins com oficiais havia bem trabalhado. E de todo acabou o forte, torres e casas de armazém com seus sobrados para morada do capitão e almoxarife e, feitos também alguns reparos para a maior parte da artilharia e ficando-se acabando os mais, tomou a homenagem ao capitão João Tavares e o deixou com trinta e cinco homens de peleja, providos para quatro meses. E feito isto se tornaram para Pernambuco no fim de janeiro de 1586, que foi assaz breve tempo pera tantas cousas e obras; mas tudo nos homens honrados o desejo da honra se faz possível.

Capítulo XIII

*Da vinda do capitão Morales do Reino
e tornada do ouvidor-geral a Paraíba.*

NO FIM de fevereiro seguinte vieram cartas ao ouvidor-geral Martim Leitão [do rei] se haver por bem servido no que fazia na povoação da Paraíba, e ordem para que se pagassem todos os gastos, as quais trouxe um capitão espanhol coxo chamado Francisco de Morales, com cinqüenta soldados também espanhóis, e para recolher a si os que cá ficaram de Francisco Castejon, que foi grande bem, ainda que disso se não conseguiu efeito por o capitão ser em tudo de mui pouco. O qual se partiu de Pernambuco a 2 do mês de abril seguinte para na Paraíba haver de estar à obediência de João Tavares, capitão do forte, conforme a sua patente, e todos à do ouvidor-geral; mas o coxo tanto que lá chegou deitou João Tavares fora do forte e os portugueses, tratando-os de maneira que se alvoroçou tudo, e amotinou o gentil das aldeias, que todos os dias se ia queixar a Pernambuco. E sobre o avisarem que parecia mal tomar o forte a quem tinha dado homenagem dele e que lho tornasse se desentoou em palavras com o ouvidor-geral esquecido de sua obrigação e de quanto gasalhado e mimos lhe havia feito em Pernambuco; e assim se enfrestou logo com ele e com a câmera, e com todos os portugueses, que houve muitos requerimentos o tirassem de lá e o mandasse ao el-rei por muitos excessos que sempre nele foram crescendo, ajudado dos ruins conselhos que lhe mandavam de Pernambuco inimigos

do ouvidor-geral, que por inveja dos seus bons sucessos o queriam infamar assim cá do reino.

O que tudo o ouvidor foi passando e dissimulando até o fim de setembro do dito ano porque aos 27 dias dele lhe vieram novas da Paraíba e cartas que avisaram serem chegadas à baía da Traição cinco naus francesas com muita gente e munições, determinados a se ajuntarem com os potiguares para combaterem e assolarem o forte da Paraíba com as quais cartas vinha um grande requerimento do capitão Morales, moradores, e assim ao mesmo ouvidor como ao capitão de Pernambuco e câmera os fossem socorrer.

Recebido este requerimento, fez logo Martim Leitão ajuntar no colégio o capitão de Pernambuco, câmera, oficiais da fazenda e os mais nobres e ricos da terra, onde por todos foi assentado que, por não crescer mais aquela ladroeira e sair dali algum grande exército de franceses, que junto com os potiguares destruíssem o que estava ganhado da Paraíba, convinha acudir-lhe e que ninguém o podia fazer senão ele, como dantes tinha feito. E assim todos juntos lho pediram e requereram em nome de el-rei, e ele aceitou, ordenando logo que se aprestassem duas naus, que não estavam mais no porto, e alguns caravelões, em que fossem cento e cinqüenta homens de peleja, fora os do mar, e alguma gente de cavalo por terra, que se ajuntariam com os que estavam na Paraíba, para que lhes dessem por terra e por mar uma boa guerra. E porque, estando-se os navios consertando e as mais cousas necessárias, chegou nova que Francisco de Morales se queria vir da Paraíba, lhe escreveu Martim Leitão pedindo-lhe tal não fizesse, e que chegando lá o acomodaria e serviria em tudo como sempre fizera e, quando de todo em todo se quisesse vir neste tempo, não trouxesse os soldados d'el-rei. Mas nada bastou para deixar de se vir, e trazer os soldados d'el-rei e, persuadido de alguns de Pernambuco invejosos e inimigos do ouvidor-geral, largou o forte e se perdeu e estragou na vila de Olinda até se ir para o reino. E, porque a 20 de outubro se soube haverem chegado mais à baía da Traição outras duas naus, que eram já sete, pelo que se requeria melhor recado, se tomou mais uma que chegou do reino e, posta a monte, provida de xareta e fortalecida para poder sofrer a artilharia como as outras, até a entrada de dezembro se puseram a pique todas três naus mercantes, e dois bons caravelões ou zavras, de que eram capitães Pero de

Albuquerque, Lopes Soares e Tomé da Rocha, Pero Lopes Lobo, capitão da ilha de Tamaracá, e Álvaro Velho Barreto.

Ordenado isto, foi o ouvidor-geral até o engenho de Filipe Cavalcanti, que é sete léguas da vila de Olinda, com vinte e cinco homens de cavalo bons e despedindo-os dali para a Paraíba, se tornou para a vila a embarcar, prometendo-lhes primeiro seria com eles na semana seguinte. E assim se foi logo ao Recife, onde estiveram embarcados treze dias, sem poderem partir, com tão grande tormenta de nordeste que dentro no rio se desamarrou uma nau e deu à costa e, temendo o ouvidor-geral a tardança, quis mandar um caravelão com aviso à Paraíba, e eram tais os nordestes que o levaram sem remédio além do cabo de Santo Agostinho à ilha de Santo Aleixo.

Com este trabalho e estando todos pasmados e o ouvidor-geral atribulado de não poder fazer viagem, chegou Mauro de Resende com grandes requerimentos e protestos de largarem todos tudo, se o ouvidor-geral não era lá até o dia de São Tomé, por estarem todos assombrados da muita gente, francesa e potiguares, que quatro dias havia tinha dado em uma aldeia das nossas fronteiras, cujo principal era Assento-de-Pássaro, o melhor índio dos nossos, onde mataram mais de oitenta pessoas e dois castelhanos, com o que se davam todos por perdidos. Pelo que o ouvidor-geral, vendo que o tempo lhe não dava lugar a ir por mar, determinou ir por terra, dizendo aos mais que o seguissem, e partiu quase só de madrugada e no rio Tapirima, que são nove léguas de Olinda, se achou ao segundo dia com alguns trinta e dois homens, com os quais seguiu avante, que por ir assim e os homens despropositados para o acompanharem, por terra o seguiram somente estes, e com eles chegou à nossa povoação da Paraíba, a que os moradores chamam cidade de Nossa Senhora das Neves, aos 23 de dezembro, véspera da véspera do Natal, onde se começou logo a pôr em ordem e aviar para haver de partir no dia seguinte, como partiu, caminho da Copaíba, onde teve por novas que estava todo o gentil e alguns franceses fazendo-lhes pau-brasil para a carga das naus, porque estorvar-lha era a maior guerra que podia fazer assim a uns como a outros.

. . . .

Capítulo XIV

De como o ouvidor-geral foi da Paraíba à Copaíba.

DA CIDADE de Nossa Senhora das Neves, onde o ouvidor-geral Martim Leitão deixou Pero de Albuquerque por capitão, em quatro jornadas chegou à grande cerca de Pinacama, que era um grande e princpal potiguar, aonde Duarte Gomes da Silviera havia ido o outubro atrás e, depois de lhe suceder muito bem, ao recolher lhe mataram oito ou dez homens, que foi a maior perda que esta empresa da Paraíba teve depois de correr por Martim Leitão, e que ele em extremo sentiu, porque, além das guerras que todos estes anos lhes dava por sua pessoa sempre lhe mandava dar outros assaltos, assim pelo dito Duarte Gomes como pelo capitão João Tavares e outras pessoas. Nesta jornada foi infinito o trabalho, principalmente o da água, que não havia senão de muitos ruins postos, pouca e tão federonta que era necessário com uma mão tapar o nariz, com a outra beber.

Desta cerca marcharam para a Copaíba direito, aonde ao segundo dia pela manhã deram com outra dos inimigos e, por o nosso gentil dar o seu urro primeiro que entrasse, fugiram alguns, ainda que se fez incrível matança, e se tomaram setenta ou oitenta vivos. Aos fugidos foram dando alcance por uma parte e por outra mais de uma légua até outra grande cerca que estava despejada, na qual quis o nosso gentil descansar dois dias, e assim era necessário para o grande trabalho do caminho que tinham passado e por acharem ali rio de água, ainda que logo sobre ela começou de haver

briga por acudirem os inimigos a defendê-la, ajudados dos sítios, porque esta Copaíba aonde estavam é toda feita em altibaixos de montes e abismos e contudo, contra a regra geral do Brasil, é tudo massapês e fertilíssima, pela qual causa havia nela cincoenta aldeias de potiguares, todas pegadas umas nas outras. Ao outro dia pela manhã começou de recrescer a briga sobre a água. Ainda que os nossos tinham ordem não fossem senão juntos e a uma hora certa a buscá-la e a dar de beber aos cavalos, acompanhados sempre com dez ou doze arcabuzeiros de guarda, todavia cresceram muitos inimigos e tinham já feito uma caiçara sobre ela, que o ouvidor-geral lhes mandou desmanchar por Duarte Gomes com alguma gente e, porque começaram a flechar e se recolheram, assentou com o Braço que à tarde lhes lançasse uma cilada por acima, tornando-se primeiro a travar a briga em que bem cevadas lhes dessem nas costas.

E, saindo a isso o Braço à tarde, se alvoroçou o arraial, dizendo estavam muitos inimigos sobre a água. Saindo fora o ouvidor-geral e vendo que da outra parte do rio, na ladeira, andavam dez ou doze nossos muito apertados, que não ousavam virar as costas e carregavam sobre eles muitas flechas e pelouros, mandou que fossem sete ou oito de cavalo a socorrê-los com Francisco Pereira que só passou e Simão Tavares, e deitaram fora os inimigos e recolheram os nossos com um já morto e outro quase, e todos feridos de flechas e espingardas, e Francisco Pereira pior, que o fez aqui como bom cavaleiro. E João Tavares foi recolher o Braço-de-Peixe, que neste tempo mandou recado lhe acudissem, porque, indo para fazer cilada aos inimigos, caíra primeiro em uma sua e o tinham posto em aperto. Com isto começou a entrar um medo espantoso em todos, e à noite foi avisado o ouvidor-geral em segredo por João Tavares estavam mais de vinte dos mais honrados ajuramentados para fugirem, ao que acudiu o ouvidor-geral fazendo-lhe uma fala de mil esforços e outras diligências, com que lhes desfez a roda. E se assentou se desse pela manhã com boa ordem nos inimigos, para o que mandou aquela noite das tábuas de algumas caixas que se acharam fazer dez paveses, detrás das quais os medrosos pudessem ir seguros, com o que animados todos, deixando primeiro queimado tudo, como sempre fizeram a todas as cercas e aldeias que tomaram, foram pela manhã buscar os inimigos, os quais estavam à vista em três tranqueiras, que eles armaram nos piores passos, umas diante das outras. E, por na

primeira tranqueira ou caiçara do rio haver detença pela muita resistência que acharam, passou lá o ouvidor-geral e dando-lhes muita pressa, como quem entendia que nisto estava a importância, com sua chegada se levou sem nos ferirem pessoa. E com a mesma fúria remeteram à segunda, que era entulhada de terra em um vale e, lançando-se uma boa manga por um outeiro acima, ficando as outras duas no baixo.

Vendo os inimigos três mangas e os braços que as meneavam, se assombraram de todo, que nem na terceira cerca pararam, ainda que não subiam os nossos a ela senão de pés e mãos e sempre lhes custava muito, a se não terem lançado as mangas, que foi gentil ordem do ouvidor-geral, que nesta ocasião trabalhou infinito e nesta manhã cansou três cavalos, porque queria ver e estar presente em toda a parte. E assim os ajudou Deus e foram seguindo os inimigos mais de meia légua, até chegarem a uma aldeia, aonde fizeram grande resistência, tudo por salvarem as mulheres e filhos que ali tinham, com que o negócio esteve em peso, porque três ou quatro vezes se viu a nossa vanguarda quase vencida, até que chegou o corpo da nossa gente com o ouvidor-geral, e carregando rijo os levaram vencidos, com mais três ou quatro aldeias, que no mesmo dia lhe foram destruindo, até se irem aposentar em um alto, donde viam trinta e tantas em menos de uma légua, que os inimigos com medo tinham despejado, e iam ardendo, sendo infinitos em número, e os nossos só cento e quarenta, e quinhentos índios flecheiros.

. . . .

Capítulo XV

De como destruída a Copaíba foram ao Tujucupapo.

DAQUI se partiram em busca do Tujucupapo, que o ano atrás lhe havia fugido, e, caminhando dois dias, virando abaixo ao mar ao terceiro dia, pela manhã deu a vanguarda em uma mui poderosa cerca, onde pela bandeira e tambor conheceram haver franceses com os potiguares, do que logo avisaram ao ouvidor-geral. O qual quando chegou achou a bandeira do capitão João Tavares, que o fez aqui tão animosamente como sempre, porque à sua ilharga tinham morto três homens com piedosas feridas de pelouros de cadeia, que os tinham escalados, e contudo sempre sustentou a sua bandeira pegado à cerca em uma fronteira, na qual ele e o sargento Diogo Arias, espantoso soldado que nesta jornada tinha recebido quatorze flechadas, ganharam cada um sua seteira ou bombardeira aos inimigos, por onde, umas vezes com as espadas, outras com os arcabuzes, os faziam despejar dali. O ouvidor não obstando os grandes chuveiros e nuvens de flechas e pelouros que dos inimigos nunca cessavam, tomando alguns consigo que o quiseram seguir e agachando-se como podiam chegou à cerca pela banda de baixo, que por aquela, confiados os inimigos na espessura do mato, era mui fraca e entulhada de terra e palma, e a começaram a desfazer, ainda que os inimigos logo ali acudiram de dentro com uma espingarda e muita flecha, com que feriram o meirinho da alçada, a Heitor Fernandes e outros.

Contudo Martim Leitão foi o primeiro que rompeu a cerca, cortando com a espada os cipós ou vimes com que estava liada e fazendo buraco por onde se meteu. E, posto que de boa entrada com um pau festiço lhe feriram uma mão, de que lhe rebentou o sangue pelas unhas, à vista dele, como elefante indignado, se lançou dentro com Manuel da Costa, natural de Ponte de Lima que o acompanhava. O que vendo os inimigos derribaram de duas ruins flechadas a Manuel da Costa, e com outras duas deitaram a carapuça de armas fora da cabeça ao ouvidor-geral, que só lhe ficou pendurada pelo rebuço de diante e, com muitas flechadas pregadas na adarga, pôs o joelho no chão para se desembaraçar das flechas e cobrir a cabeça, ao que acudiu golpe de gentil para o tomarem às mãos, porque o não quiseram matar pelo conhecerem e desejarem levá-lo vivo para testemunha de sua vitória e triunfo, mas só o feriram à mão tente em uma coxa. Ele, vendo-se neste último transe da vida, se levantou manquejando mas furiosamente, e chegando-se a Manuel da Costa seu amigo, para o defender, os fez afastar, por verem também a este tempo entrar já outros, dos quais o primeiro foi o alcaide de Pernambuco Bartolomeu Álvares, feitura do mesmo Martim Leitão, que bem lho pagou, e ajudou como mui valente e esforçado soldado que era africano. O mesmo fizeram os mais que entraram após ele com tanto valor e esforço que foram os inimigos despejando a cerca, sendo os franceses os primeiros, com o que, gritando os nossos de dentro: Vitória! Vitória! entraram os de fora, uns por uma parte, outros por outra, sem tratarem mais senão de se abraçarem uns aos outros com lágrimas de contentamento da mercê que lhe Deus fez, e não seguiram muito os inimigos porque, passada a fúria, todos tinham que curar e fazer consigo assaz, por ficarem quarenta e sete feridos e três mortos do nosso arraial. Do contrário também ficou morto algum gentil, que levavam às costas, como costumam, e o alferes francês que na cerca ficou estirado com a sua bandeira e tambor, que se levaram para a Paraíba.

Porém apenas se começavam a curar os feridos, quando foi necessário deixá-los por se ouvir uma grande grita e alarida de potiguares, que vieram de socorro a estoutros e, a virem mais cedo um pouco espaço, não houvera remédio contra eles, os quais deram ainda em alguns da nossa retaguarda, mas, vendo que eram fugidos os seus da cerca, e os nossos que dela vinham acudindo, também fugiram. Eram tantas e tais as feridas,

maiormente de pelouros, que os franceses que com os negros estavam na cerca tiravam, que todo o restante do dia se gastou na cura dos feridos. Na qual o ouvidor andou provendo com muita vigilância e caridade, porque para tudo ia apercebido de botica, e pelo respeito deles, falta de pólvora, e outros inconvenientes que havia, se assentou queimassem o pau que ali se achou, voltassem por outro caminho, o seguinte dia pela manhã, como fizeram com boa ordenança, buscando a Paraíba com assaz trabalho, guiados pelo sol, porque ninguém sabia aonde estava, e assim se agasalharam ao longo de um ribeiro pequeno aquela primeira noite da jornada como cada um pôde. No segundo dia de caminho marchando, em amanhecendo os salteou o gentil por duas partes a provar como iam, mas rebatendo-os fugiram com seu dano, e os nossos sem algum por suas jornadas a chegaram à Paraíba, onde todos foram recebidos como mereciam.

. . . .

Capítulo XVI

De como despedida a gente o ouvidor-geral fez o forte de S. Sebastião.

LOGO naquela semana se aviou o ouvidor-geral para por mar ir à baía da Traição dar nas naus francesas que lá estavam e para isto tinha mandado vir caravelões com que de noite, a remos, os determinava saltear, por já irem faltando as monções para naus grandes irem de Pernambuco à Paraíba. Porém, sendo certificado que os franceses, por lhe haverem queimado a carga de pau-brasil, haviam já ido com as naus vazias, despediu a gente toda, ficando ele somente com os seus oficiais, e Pedro de Albuquerque e Francisco Pereira, que ainda estava mal das feridas, e no fim do mês de janeiro de 1587 se foi ao rio Tibiri, duas léguas acima da cidade, ao longo da várzea da Paraíba, fazer um forte para o engenho de açúcar de el-rei, que já estava começado, e para defender a aldeia do Assento-de-Pássaro e mais fronteiras, com o que se segurava tudo e se povoaria a várzea.

E assim o ordenou, e fez muito em breve de cem palmos de vão, de muito grossas paredes, digo vigas muito juntas, e forradas de entulho de cinco palmos de largo, e de altura de nove, donde podia pelejar a gente amparada com o muro de fora, que era mais de vinte e dois em alto, de taipa dobrada de mão muito forte, e do alto vinha o teto cobrindo o andaime, e casas que se fizeram à roda para agasalho da gente, com duas grandes guaritas em revés sobradadas, e uma torre no meio com grandes portas para o rio Tibiri. Feito este forte, que por o haver começado dia de São Sebastião

o chamou do seu nome, e assentada nele a artilharia, abertos os caminhos e tudo acabado, como se houvera de viver ali toda a sua vida, ou o fizera para si e seus filhos, se partiu na segunda semana do mês de fevereiro para Pernambuco, já achacado de algumas febres, que com seu fervor e incansável espírito havia passado em pé, e chegando a casa se não levantou mais de uma cama os três meses seguintes, e não foi muito com tantas calmas, chuvas, guerras e trabalhos como havia padecido.

. . . .

Capítulo XVII

De uma grande traição que o gentil de Cerigipe fez aos homens da Bahia e guerra que o governador fez aos aimorés.

GRANDE contentamento recebeu o governador-geral Manuel Teles Barreto com as boas novas do sucesso destas guerras e conquista, por ver a boa eleição que fizera em mandar a elas o ouvidor-geral Martim Leitão. Mas, como todos os contentamentos do mundo são aguados, o foi também este com uma grande traição e engano que lhe fez o gentil de Cerigipe, dizendo que se queriam vir para esta Bahia à doutrina dos padres da Companhia de Jesus, e tomando-os por isto por intercessores e terceiros com o governador, para que lhes desse soldados que os acompanhassem e defendessem no caminho de seus inimigos, se lhe quisessem impedir. Fez o governador sobre isto uma junta de oficiais da Câmara e outras pessoas discretas, onde o primeiro que votou foi Cristóvão de Barros, provedor-mor da fazenda, dizendo, como experimentado nas traições dos gentils, que se lhes respondesse que, se queriam vir, viessem embora, e seriam bem recebidos e favorecidos em tudo, mas que lhes não davam soldados, por que lhes não fizessem alguns agravos, como costumam. E o mesmo votaram os mais experimentados.

Porém pôde tanto a importunação e autoridade dos terceiros, alegando a importância da salvação daquelas almas que se queriam vir ao grêmio da Santa Madre Igreja, que o bom governador lhes veio a conceder

o que pediam e lhes deu cento e trinta soldados brancos e mamalucos que os acompanhassem, com os quais e com alguns índios, aldeias e doutrinas dos padres se partiram mui contentes os embaixadores, mandando diante aviso aos seus que os viessem esperar ao rio Real, como vieram e os passaram em jangadas à outra parte, onde estavam com tujupares feitos ou cabanas em que os agasalharam, vindo as velhas a pranteá-los, que é o seu sinal de paz e amizade. E o pranto acabado lhes administraram as moças seus guisados de legumes, caças e pescados, não se negando também elas aos que as queriam nem a eles proibindo seus pais e maridos, sendo aliás muito ciosos, que foi mui ruim sinal, e assim o significaram alguns escravos dos brancos a seus senhores, mas nem isto bastou para que se lhes não entregassem de modo como se foram suas legítimas mulheres.

E nesta forma caminharam por suas jornadas mui breves e descansados até Cerigipe, e se posentaram nas suas aldeias, repartidos por suas casas e ranchos com tanta confiança como se estiveram nesta cidade em suas próprias casas, deixando as armas às concubinas, e indo-se a passear de umas aldeias para as outras com um bordão na mão, as quais lhe entupiram os arcabuzes de pedras e betume, e tomando-lhe a pólvora dos frascos os encheram de pó de carvão. E feito isto vieram uma madrugada, gritando aos nossos que se armassem, que vinha outro gentil seu contrário, sobre eles sendo que eles mesmos eram os contrários e, como os nossos estivessem tão descuidados e se não pudessem valer das armas, ali foram todos mortos como ovelhas ou cordeiros, sem ficarem vivos mais que alguns índios dos padres, que trouxeram a nova. A qual o governador sentiu tanto que quisera ir logo pessoalmente tomar vingança, e para este efeito escreveu a Pernambuco ao capitão-mor que então era D. Filipe de Moura, e a Pero Lopes Lobo, capitão-mor de Tamaracá, que se fizessem prestes com toda a gente que pudessem trazer, para por uma parte e por outra os combaterem, posto que depois, impedido da sua muita idade e indisposição, lhes reescreveu que não viessem, antes fossem socorrer a Paraíba.

Também neste tempo se levantou outro gentil chamado os aimorés em a capitania dos Ilhéus, que a pôs em muito aperto, do que sendo avisado o governador ordenou que fossem Diogo Correia de Sande e Fernão Cabral de Ataíde, que possuíam muitos escravos e tinham aldeias de índios forros, a ver se lhes podiam dar com eles alguns assaltos, dando-

lhes mais os soldados da sua guarda com seus cabos Diogo de Miranda e Lourenço de Miranda, ambos irmãos e castelhanos, os quais foram todos de Jaguaripe por terra ao Camamauré Tinharé e lhes armaram muitas ciladas, mas, como nunca saíam a campo a pelejar, senão à traição, escondidos pelos matos, mui poucos lhes mataram e eles flecharam também alguns dos nossos índios.

. . . .

Capítulo XVIII

Da morte do Governador Manuel Teles Barreto e como ficaram em seu lugar governando o Bispo D. Antônio Barreiros, o Provedor-Mor Cristóvão de Barros, e o ouvidor-geral.

COMO o governador Manuel Teles Barreto era tão velho, ainda antes de ver bem o fim destas guerras enfermou e passou desta vida, que também é uma contínua guerra, como diz o santo Jó; quereria Deus que fosse para a triunfante, donde tudo é uma suma paz, glória e bem-aventurança. Foi este governador mui amigo e favorável aos moradores e o que, mais esperas lhes concedeu para que os mercadores os não executassem nas fábricas das suas fazendas e, quando se lhe iam queixar disso, os despedia asperamente, dizendo que eles vinham a destruir a terra, levando dela em três ou quatro anos que cá estavam quanto podiam e os moradores eram os que a conservavam e acrescentavam com seu trabalho e haviam conquistado à custa do seu sangue.

Morto pois Manuel Teles, cuja morte foi no ano de 1587, se abriu logo a via de el-rei que ele próprio havia trazido, na qual se continha que governassem por sua morte o bispo D. Antônio Barreiros, o provedor-mor Cristóvão de Barros e o ouvidor-geral. E, porque este último então estava ausente, começaram de governar os dois, tomando por secretário o contador-mor da fazenda Antônio de Faria. E foi próspero o tempo do seu

governo, assim por as vitórias que se alcançaram contra os inimigos, de que faremos menção em os capítulos seguintes, como por este tempo se abrir o comércio do rio da Prata, mandando o bispo de Tucumán o tesoureiro-mor da sua sé a esta Bahia a buscar estudantes para ordenar, e cousas pertencentes à Igreja, o que tudo levou e dali por diante não houve ano em que não fossem alguns navios de permissão real ou de arribada com fazendas, que lá muito estimam e cá o preço universal que por elas trazem.

Também neste tempo e era do Senhor de 1587 vieram ao Brasil fundar conventos os religiosos da nossa província capucha de Santo Antônio, com o irmão frei Melchior de Santa Catarina, religioso de muita autoridade e bom púlpito, por comissário, por um breve do senhor papa Xisto Quinto, e patente do nosso reverendíssimo padre-geral frei Francisco Gonzaga, que faz do breve relação em o fim do livro que fez da nossa seráfica ordem, e por virem à instância de Jorge de Albuquerque, senhor de Pernambuco, fizeram lá o primeiro convento, pela qual causa, e por termos naquela capitania quatro conventos, se fazem nela os nossos capítulos e congregações custodiais.

Capítulo XIX

De três naus inglesas que neste tempo vieram à Bahia.

POUCO tempo depois de começarem a governar o bispo e Cristóvão de Barros, entraram subitamente nesta baía duas naus e uma zavra de ingleses com um patacho tomado, que havia dela saído para o rio da Prata, em que ia um mercador espanhol chamado Lopo Vaz.

Tanto que chegaram, tomaram também os navios que estavam no porto, entre os quais estava uma urca de Duarte Osquer, mercador flamengo que aqui residia, com marinheiros flamengos, que voluntariamente lha entregaram e se passaram aos ingleses, que logo todos começaram a esbombardear a cidade tão fortemente que, desanimados e cheios de medo, os moradores fugiram dela para os matos e, posto que o bispo pôs guardas e capitães nas saídas, que eram muitas porque não estava murada, para que detivessem os homens e deixassem sair as mulheres, muitos saíram entre elas de noite, e algum com manto mulheril, e esses poucos que ficaram pediram ao bispo fizesse o mesmo. Ao que acudiu um venerável e rico cidadão chamado Francisco de Araújo, requerendo-lhe da parte de Deus e de el-rei não deixasse a terra, pois não só era bispo, mas governador dela, e que, se a gente era fugida, ele com a sua se atrevia a defendê-la. Também veio uma mulher a cavalo, com lança e adarga, de Itapuá, repreendendo aos que encontrava porque fugiam de suas casas e exortando-os para que se tornassem para elas, do que eles zombavam.

Neste tempo não estava Cristóvão de Barros na cidade, que andava pelos engenhos do recôncavo, tirando uma esmola para a casa da Misericórdia, de que era provedor aquele ano; mas logo acudiu ao som das bombardadas, trazendo consigo todos os que achava, com os quais, e com os que na cidade achou, a fortificou, repartindo-os por suas estâncias, castigando alguns dos fugitivos por que não tornassem a fugir, e para exemplo dos outros pôs um à vergonha no pelourinho metido em um cesto com uma roca na cinta. E, por que os ingleses se não atreveram a entrar na cidade, mas contentaram-se de barlaventear pela baía, que é larguíssima e de muito fundo e, onde não era tanto que pudessem chegar os navios grandes, mandavam a zavra e as lanchas à pilhagem, ordenou Cristóvão de Barros uma armada de cinco barcas, das que levam cana e lenha aos engenhos, as quais ainda que sem coberta são mui fortes e veleiras, mandando-as empavezar e meter em cada uma dous berços e soldados arcabuzeiros com seus capitães, que eram André Fernandes Margalho, Pantaleão Barbosa, Gaspar de Freitas, Antônio Álvares Portilho e Pedro de Carvalhais, e por capitânia uma galé, em que ia por capitão-mor Sebastião de Faria, para que, onde quer que desembarcassem os ingleses, dessem sobre eles.

E assim, sabendo que eram idos a Jaguará a tomar carnes ao curral de André Fernandes Margalho se foram a eles, e, por os acharem já embarcados à zavra, a combateram, donde houve mortos e feridos de parte a parte, e entre os mais foi um Duarte de Góis de Mendonça, que ia na galé, a quem passaram o capacete que tinha na cabeça com um pelouro, e lhe fez nela tão grande ferida que esteve a perigo de morte. Também saíram outra vez na ilha de Taparica, donde Antônio Álvares Caapara e outros portugueses com muito gentil os fizeram embarcar com morte de alguns, e no mar lhe tomou também uma das nossas barcas um batel com quatro ingleses que o remavam e mataram três. Pelo que, visto o pouco ganho que tinham e que Lopo Vaz, de quem esperavam resgate, lhes havia fugido a nado para a cidade, levantaram as âncoras e se foram ao Camamu, para fazer aguada, onde também o Caapara lha não deixou fazer e lhes matou oito, de que trouxe as cabeças aos governadores. E assim se tornaram os ingleses para a sua terra, depois de haverem aqui estado dois meses.

. . . .

Capítulo XX

Da guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentil de Cerigipe.

MUITO estimou Cristóvão de Barros entrar no governo do Brasil para poder ir vingar assim a traição que o gentil de Cerigipe fez aos homens da Bahia, de que tratamos no capítulo dezoito deste livro, como a morte de seu pai Antônio Cardoso de Barros, que ali mataram e comeram indo para o reino com o primeiro bispo desta Bahia, como tenho contado em o capítulo terceiro do terceiro livro, e assim apelidou por isso muitos homens desta terra e alguns de Pernambuco, e uns e outros o acompanharam com muita vontade, porque, sendo guerra tão justa, dada com licença de el-rei, esperavam trazer muitos escravos. Fez capitão da vanguarda a Antônio Fernandes e da retaguarda a Sebastião de Faria e, determinando ir ao longo do mar, mandou primeiro pelo sertão Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues, seu irmão, com cento e cinqüenta homens brancos e mamalucos e mil índios, para que levassem todos os tapuias que de caminho pudessem em sua ajuda, como de feito levaram perto de três mil flecheiros.

E assim, vendo-se com tanta gente, sem esperar por Cristóvão de Barros cometeram as aldeias dos inimigos que tinham por aquela parte do sertão, os quais foram fugindo até se ajuntarem todos e fazerem um

corpo com que lhe resistiram e puseram em cerco mui estreito, donde mandaram quatro índios dar conta a Cristóvão de Barros do perigo em que estavam. Com que mandou apertar mais o passo e chegando a um alto viram um fumo, a que mandou Amador de Aguiar com alguns homens, e trouxeram quatro espias que tomaram dos inimigos, dos quais guiados os nossos chegaram aos cercados véspera da véspera do Natal, às duas horas depois do meio-dia, os quais vistos pelos contrários fugiram logo e levantaram o cerco, mas não tanto a seu salvo que lhes não matassem seiscentos e eles a nós seis.

Dali desceram a cerca de Baepeba, que era o rei e príncipe de todo este gentil, e tinha juntas da sua mais duas cercas, nas quais todas haveria vinte mil almas. Os nossos fizeram suas trincheiras e lhes tomaram a água que bebiam, sobre que houve mortos e feridos de parte a parte, mas da sua mais. Também lhes abalroaram o lanço de uma cerca que eles logo refizeram e por onde estava Sebastião de Faria abalroaram outra, da qual saíram e nos mataram um homem e feriram muitos, mas os nossos os fizeram retirar, matando-lhes trezentos. Finalmente determinou o Baepeba concluir o negócio e para este efeito mandou avisar os das outras cercas que saíssem contra os nossos para ele também sair, e colhendo-os em meio os matarem, o qual aviso levavam três índios aventureiros por meio do nosso arraial, porque não tinham outro caminho, às quatro horas da tarde, sem que lho pudessem impedir mais que um deles que mataram.

Ouvido pois o mandamento, se saíram das cercas e o nosso general lhes saiu só com os de cavalo, que eram sessenta homens, e os pôs em fugida, não consentindo que os nossos os seguissem, como queriam, por que os da cerca principal do Baepeba não lhes dessem nas costas, donde à noite no Ano Bom de 1590, vendo-se sem os das outras cercas e sem a água, começaram também a fugir, indo os mais valentes diante despedindo nuvens de flechas, com que forçaram os nossos que por aquela parte estavam não só a dar-lhes caminho, mas ainda em lhes irem fugindo; porém o general, atravessando-se-lhes diante, a brados e com o conto da lança os fez parar e voltar aos inimigos até os fazer tornar à cerca, onde, entrando os nossos após eles, lhes mataram mil e seiscentos e cativaram quatro mil. Alcançada a vitória e curados os feridos, armou Cristóvão de Barros alguns caravelões, como fazem na África, por provi-

são de el-rei que para isso tinha, e fez repartição dos cativos e das terras, ficando-lhe de uma cousa e outra muito boa porção, com que fez ali uma grande fazenda de currais de gado, e outros a seu exemplo fizeram o mesmo, com que veio a crescer tanto pela bondade dos pastos que dali se provêm de bois os engenhos da Bahia e Pernambuco e os açougues de carne.

Está Cerigipe na altura de onze graus e dois terços, por cuja barra com os batéis diante costumavam entrar os franceses com naus de mais de cem toneladas e vinham acabar de carregar da barra para fora, por ela não ter mais de três braças de baixa-mar. E assim ficou Cristóvão de Barros não só castigando os homicidas de seu pai, mas tirando esta colheita aos franceses que ali iam carregar suas naus de pau-brasil, algodão e pimenta da terra, e sobretudo franqueando o caminho de Pernambuco e mais capitanias do Norte para esta Bahia e daqui para elas, que dantes ninguém caminhava por terra que o não matassem e comessem os gentils. E o mesmo faziam aos navegantes, porque ali começa a enseada de Vaza-barris, onde se perdem muitos navios por causa dos recifes que lança muito ao mar e os que escapavam do naufrágio não escapavam de suas mãos e dentes. Donde hoje se caminha por terra com muita facilidade e segurança, e vêm e vão cada dia com suas apelações e o mais que lhes importa, sem esperarem seis meses para monção, como dantes faziam, que muitas vezes se tinha primeiro resposta de Portugal que daqui ou de Pernambuco.

E, com ser tão boa obra esta e digna de galardão, o que achou Cristóvão de Barros, quando tornou para a cidade, foi achar o seu lugar ocupado não só da provedoria-mor da fazenda real, de que ele havia pedido a el-rei o tirasse para poder assistir na sua, que tinha quatro engenhos de açúcar, mas também do governo porque, estando na dita guerra chegou Baltasar Rodrigues Sora com provisão para servir o cargo de provedor-mor, em que logo o bispo o admitiu. Porém, querendo logo entrar no governo, não lho consentiu, dizendo que a sua provisão não falava nisto, e a outra por onde Cristóvão de Barros governava não dizia só que governasse o provedor, como dizia a do ouvidor-geral, senão que o nomeava por seu nome, e era graça pessoal. Contudo, insistiu o provedor Baltasar Rodrigues Sora, pedindo ao bispo pusesse o caso em disputa,

como o pôs, ajuntando-se com outros letrados, teólogos e juristas no colégio da Companhia, donde sem valerem as razões do bispo saiu Baltasar Rodrigues com a sua pela maior parte dos pareceres e entrou na mesa do governo. Porém tudo desfez Cristóvão de Barros com sua chegada, por ser contraparte não ouvida, que estava atualmente em serviço de el-rei, para o qual agravou Baltasar Rodrigues, e se foi com seu agravo para o reino donde nunca mais tornou.

. . . .

Capítulo XXI

De uma entrada que se fez ao sertão em busca dos gentios que fugiram da guerra de Cerigipe e de outras.

ALCANÇADA a vitória que temos dito no capítulo precedente, partiu-se o governador Cristóvão de Barros para a Bahia, e deixou Diogo Martins em Cerigipe para acabar de recolher o gentil que da guerra havia fugido, dos quais se haviam passado muitos para a outra parte do rio de São Francisco, que é da capitania de Pernambuco, donde também vieram logo muitos à caça deles.

O primeiro foi Francisco Barbosa da Silva, do qual dissemos no capítulo vinte seis do livro terceiro, que veio desbaratado de outra entrada do sertão, e desta lhe sucedeu pior, pois lhe custou a vida e a quantos com ele vinham. Outro foi Cristóvão da Rocha, que veio com quarenta homens em um caravelão, o qual com consentimento de Tomé da Rocha, capitão de Cerigipe, se concertou com Rodrigo Martins para entrarem pelo sertão em busca deste gentil e do mais que achasse.

Havendo andado alguns dias e passado o sumidouro do rio de São Francisco, se alojaram em casa de um selvagem chamado Tumã, onde começaram a ter dúvidas, dizendo Cristóvão da Rocha que ele vinha com licença do Senhor de Pernambuco, sem a qual os moradores da Bahia não podiam conquistar nem fazer resgates naquele sertão, e assim haviam de

melhorar no quinhão por razão da licença os pernambucanos, posto que eram menos em número, no que Rodrigo Martins não quis consentir, e se tornou do caminho. Mas aceitou o partido um Antônio Rodrigues de Andrade, que levava cem negros e alguns outros brancos da Bahia, com os quais se partiu dali o capitão Cristóvão da Rocha e, por ter ouvido que a gente do Porquinho matara quatro ou cinco homens que lá foram com dois padres da Companhia, se foi direito às suas aldeias onde, chegando à primeira, entrou um mamaluco chamado Domingos Fernandes Nobre, pregando que iam tomar vingança da morte dos brancos, e isto bastou para os alborotar e se porem a todos em fugida, o que também fizeram por verem quatro cavalos que iam no nosso exército, porque os temem muito. Visto isto pelo capitão, mandou recado a outro gentil contrário, para que o viessem ajudar contra estoutro, como o fizeram.

E não hei de deixar de contar o que fez um principal destes que vieram, o qual se foi à estrebaria onde estava um cavalo dos nossos e assentando-se pôs-se a falar com ele e dizer-lhe que o tomava por compadre, porque tinha ouvido dizer que os cavalos eram mui valentes na guerra e bom era tê-los homem por amigos, porque nela o conhecessem e lhe não fizessem mal. Estava ali um mamaluco que tinha cuidado do cavalo e, quando o viu tão namorado dele e triste, por que lhe não respondia, se lhe ofereceu pera intérprete e, fingindo que lhe falava à orelha lhe tornou por resposta que folgava muito com sua amizade que ele o conheceria e quando fosse tempo. Com a boa resposta se afeiçoou mais o rústico e perguntou que comia seu compadre ou o que desejava, porque de tudo o proveria. Respondeu-lhe o mamaluco que seu mantimento ordinário era erva e milho, mas que também comia carne, peixe e mel. E de tudo o mandou prover andando sempre os negros uns a segar erva, outros a caçar e pescar e tirar mel dos paus, com que o intérprete se sustentava, e o cavalo engordou tanto que abafou e morreu de gordo, cuja morte o rústico muito e o mandou chorar por sua mulher e parentas, como costumam fazer aos parentes que amam. Este era um dos principais que o capitão Cristóvão da Rocha convocou para dar caça aos do Porquinho, que pela pregação do outro mamaluco andavam com medo fugidos pelos matos.

Porém um veio falar secretamente com Diogo de Crasto, por ser seu conhecido e amigo e lhe disse que se espantava muito, de que vindo

ele ali lhe quisessem fazer guerra, pois sabia quão amigos eram dos brancos e, se alguns dos se haviam morto os que vieram com os padres da Companhia, fora por eles dizerem mal dos mesmos padres, que não ouvissem a sua pregação, porque os vinham enganar, nem esses foram todos senão alguns, e não era bem que todos pagassem. Respondeu-lhe Diogo de Crasto que bem inteirado estava da sua amizade e paz antiga, nem eles vinham a quebrá-la, como o mamaluco mal dissera, mas que só vinham em seguimento dos que lhes haviam fugido da guerra de Cerigipe, e assim lhe aconselhava que se tornassem para suas aldeias, que ele os segurava de lhes não fazerem agravo. Contudo não se deu o índio por seguro sem que o pusesse com o capitão e ele lho prometesse.

E com isto se foi pregar aos seus e os reduziu em poucos dias. Vinha entre eles o Porquinho, já muito velho, e enfermo, e Diogo de Crasto o catequizou e batizou, pondo-lhe por nome Manuel. Nem eu sei outro bem que se tirasse desta jornada, posto que, morto ele, se contrataram os contrários de vender os mais aos brancos, e eles lhos compraram a troco dos resgates que levavam e os trouxeram amarrados até certa paragem do rio de São Francisco, onde fizeram deles partilha, levando o capitão Cristóvão da Rocha com os pernambucanos uma parte, e Antônio Rodrigues de Andrade com os da Bahia outra. Estes fizeram seu caminho pela serra do Salitre e trouxeram algum em cabaços para mostra, dizendo que era muito em quantidade. Mas havia em aquele tempo ali muito gentio, e tinham mortos traiçoadamente com quarenta homens a Manuel de Padilha que com eles ia desta Bahia para a serra, e por outra vez a Brás Pires Meira com setenta, que foram por mandado do governador Manuel Teles Barreto, e o mesmo quiseram fazer a estes que vinham, se lhes não valera a grande vigilância com que passaram.

. . . .

Capítulo XXII

De como se continuaram as guerras da Paraíba com os potiguares e franceses que os ajudavam.

FICANDO a capitania da Paraíba, na forma que dissemos no capítulo dezesseis deste livro, entregue ao Capitão João Tavares, começou logo a fazer um engenho não longe do de el-rei, com que corria um Diogo Nunes Correia, e pelo conseguinte os moradores mui contentes começaram logo plantar as canas que nele se haviam de moer e fazer suas roças (que assim chamam cá às granjas ou quintas dos mantimentos, frutas e mais cousas que a terra dá).

Chegou neste tempo D. Pedro de la Cueva, espanhol que havia ido ao reino por mandado de Frutuoso Barbosa requerer que lhe entregassem a povoação da Paraíba, pois lhe fora dada por Sua Majestade, o qual trouxe uma provisão para que lha entregassem, e ele ficasse por capitão de infantaria de todos os espanhóis que cá haviam ficado, assim do alcaide Francisco de Castejon, como do Capitão Francisco de Morales, o que tudo logo se cumpriu, ficando o governador Frutuoso Barbosa na povoação, e D. Pedro em um forte, que tinha feito Diogo Nunes Correia nas fronteiras. Porém estes dois capitães (como se só o foram para se fazerem guerra um ao outro) começaram logo a ter contendas entre si, deixando os inimigos andar livremente salteando as roças e fazendas dos brancos e as aldeias dos

índios amigos, em tal modo que já não ousavam ir a pescar nem mariscar, porque a qualquer hora que iam achavam inimigos que os matavam, sem estes capitães porem nisto remédio mais que escreverem a D. Filipe de Moura, capitão-mor de Pernambuco, e a Pedro Lopes Lobo, da ilha de Tamaracá, que os socorressem.

O que o de Tamaracá fez levando a gente e munições que pôde, e tanto que foi na Paraíba se ordenaram mais duas companhias, uma do capitão D. Pedro de La Cueva, com os seus soldados espanhóis (ficando em seu lugar no forte Diogo de Paiva com quinze), outra de portugueses, de que ia por capitão Diogo Nunes Correia. Com os quais e com a gente do Braço-de-Peixe e do Assento-de-Pássaro e dois frades nossos que os doutrinavam se partiu Pedro Lopes Lobo a correr todas aquelas fronteiras, mandando sempre suas espias e corredores diante, até darem em uma aldeia grande, donde fizeram grande matança por os acharem descuidados e cativaram perto de novecentas pessoas, as mais delas fêmeas e moços. O que sabido pelas outras comarcas se vigiavam melhor, não para se defenderem, mas para fugirem. E assim quando os nossos chegavam as achavam despovoadas e queimaram mais de vinte aldeias, que eram as que faziam mal à gente da Paraíba e as apertavam na forma que está contado.

E, vindo por diante, discorrendo a uma parte e a outra, toparam os nossos corredores com uma cerca muito grande e forte por uma parte e, como a não viram bem, que pela outra se encobria com o mato, vieram tão medrosos a dar a nova que pegaram medo a todos. Porém Pedro Lopes, que andava já tão versado nestas guerras, depois de os exortar e animar com muitas razões toda a noite, o dia seguinte pela manhã os repartiu em três esquadrões iguais e mandou marchar à vista da cerca, donde, vendo o vagar e temor com que iam, se adiantou e, embraçando a adarga e a espada na mão, se partiu para a cerca, dizendo "Siga-me quem quiser, e quem não quiser fique que eu só basto." Com o que tomaram todos os mais tanto ânimo que sem mais esperar cometeram a cerca e a entraram matando e cativando muitos dos inimigos sem da nossa gente perigar pessoa, posto que foram muitos flechados, particularmente uns moços naturais de Tamaracá que entraram primeiro com alguns negros pela parte do mato, donde a cerca era fraca e feita de ramos. E esta foi também a causa de se alcançar a vitória com tanta facilidade porque, andando os de dentro travados com

estes e divertidos, não tiveram tanto encontro aos mais, que abalroaram pelas outras partes.

Nesta cerca se detiveram três dias, curando os feridos, na qual acharam muitos mantimentos de farinha e legumes e muitas armas, arcos, flechas e rodelas e algumas espadas francesas e arcabuzes que deixaram quinze franceses, que de dentro fugiram. Ao quarto dia pela manhã se partiram para a praia, e caminharam por ela até à baía da Traição, donde tornaram a tomar o caminho por dentro da terra até à Paraíba sem acharem encontro algum de inimigos, que, a achá-lo, segundo o ânimo que levavam da vitória passada, nem um lhe pudera resistir.

Chegados à Paraíba se aposentou o capitão Pero Lopes Lobo na aldeia do Assento com os nossos frades, donde ele e eles trataram de fazer amigo o governador Frutuoso Barbosa com D. Pedro de La Cueva e enfim os fizeram abraçar; mas, indo-se Pedro Lopes à sua capitania de Tamaracá, os ódios e diferenças foram por diante, e pelo conseguinte a guerra dos potiguares, sem haver quem os reprimisse, até que el-rei mandou ir a D. Pedro para o reino, e Frutuoso Barbosa se foi por sua vontade e, posto que em seu lugar ficou André de Albuquerque, estavam as cousas em tal estado que não pôde remediá-las esse pouco tempo que serviu o cargo.

. . . .

Capítulo XXIII

Como Francisco Giraldes vinha por governador do Brasil e por não chegar e morrer veio D. Francisco de Sousa, que foi o sétimo governador.

SABENDO Sua Majestade da morte do governador Manuel Teles Barreto, mandou em seu lugar Francisco Giraldes, filho de Lucas Giraldes, que no livro segundo, capítulo sexto dissemos ser senhor dos Ilhéus e, se chegara ao Brasil, alguma cousa importara ao bem daquela capitania; mas, por demandar a costa mais cedo do que convinha e as águas da Paraíba para trás correrem muito para as Antilhas, arribou a elas e delas tornou para o reino, onde morreu sem entrar neste governo. Com ele vinha Casa de Relação, que era para o Brasil cousa nova em aquele tempo; mas também quis Deus que não chegassem senão quatro ou cinco desembargadores, que vinham em outros navios, dos quais um serviu de ouvidor-geral, outro de provedor-mor dos defuntos e absentes e por não vir o chanceler e mais colegas se não armou o tribunal, nem el-rei se curou então disso, senão só de mandar governador, que foi D. Francisco de Sousa, o qual chegou no ano de 1591, em domingo da Santíssima Trindade. E com ele veio por inquisidor ou visitador do Santo Ofício Heitor Furtado de Mendonça, que chegou mui enfermo com toda a mais gente da nau, exceto o governador que os veio curando e provendo do necessário, mas, depois que desembarcou e foi recebido com as cerimônias costumadas, adoeceu e se foi curar ao colégio dos padres da Companhia, onde, havendo chegado ao

último da vida lhe quis Deus fazer mercê dela. E a primeira saída que fez, ainda mal convalescido, foi para assistir em o primeiro ato da fé, em que o visitador, que já estava são, publicava na sé suas patentes e concedia tempo de graça.

E neste chegou uma caravela de Lisboa, que trouxe cartas ao governador da morte de sua mulher, com o que ele se resolveu em não tornar ao reino, mas ficar cá até a morte e assim o publicava. Nem o dizia ociosamente, senão que, como era prudente e por isso chamado já de muito tempo D. Francisco das Manhas, entendeu que era boa esta para cariciar as vontades dos cidadãos e naturais da terra, fazer-se cidadão e natural com eles. E pouco aproveitara dizê-lo de palavra, se não pusera por obra.

E assim foi a mais benquisto governador que houve no Brasil, junto com o ser mais respeitado e venerado; porque, com ser mui benigno e afável, conservara a sua autoridade e majestade admiravelmente. E sobretudo o que o fez mais famoso foi sua liberalidade e magnificência, porque, tratando os mais do que hão de levar e guardar, ele só tratava do que havia de dar e gastar, e tão inimigo era do infame vício da avareza que, querendo fugir dele, passava muitas vezes o meio em que a virtude da liberalidade consiste e inclinava para o extremo da prodigalidade, dava a bons e maus, pobres e ricos, sem lhes custar mais que pedi-lo, donde costumava dizer que era ladrão quem lhe pedia a capa, porque pelo mesmo caso lhe levava dos ombros. Não houve igreja que não pintasse, aceitando todas as confrarias que lhe ofereciam, murou a cidade de taipa de pilão que depois caiu com o tempo, e fez três ou quatro fortalezas de pedra e cal, que hoje duram; as principais, que têm presídios de soldados e capitães pagos da fazenda real, são a de S. Antônio na boca da barra e a de S. Filipe na ponta de Tapuípe, uma légua da cidade, que mais são para terror que para efeito porque nem a cidade nem o porto defendem, por ser a Bahia tão larga que tem na boca três léguas e no recôncavo muitas. E tudo então podia fazer porque tinha provisão de el-rei, pera que, quando não bastasse o dinheiro dos dízimos, que é só o que cá se gasta a el-rei, o pudesse tomar de empréstimo de qualquer outra parte, e assim houve ocasião em que tomou um cruzado à conta do que se havia de pagar dos direitos de cada caixão de açúcar nas alfândegas de Portugal, e algum dinheiro dos defuntos que se havia de passar por letra aos herdeiros absentes e, de uma nau que aqui

arribou indo para a Índia, chamada *S. Francisco,* tomou a Diogo Dias Querido, mercador, trinta mil cruzados, o que tudo el-rei mandou pagar em Portugal de sua real fazenda. Porém a nenhum outro governador a passou depois tão ampla, antes os apertou tanto que nem dívidas velhas de el-rei podem pagar sem nova provisão, nem fazer alguma despesa extraordinária. O motivo que el-rei teve para alargar tanto a mão a D. Francisco foi por as guerras da Paraíba, e por os muitos corsários que então cursavam esta costa do Brasil, como veremos em os capítulos seguintes.

. . . .

Capítulo XXIV

Da jornada que Gabriel Soares de Sousa fazia às minas do sertão, que a morte lhe atalhou.

ERA Gabriel Soares um homem nobre dos que ficaram casados nesta Bahia da companhia de Francisco Barreto, quando ia à conquista de Menopotapa, de que tratei no capítulo 13 do livro terceiro. Este teve um irmão que andou pelo sertão do Brasil três anos, onde trouxe algumas mostras de ouro, prata e pedras preciosas, com que não chegou, por morrer à tornada, cem léguas desta Bahia, mas enviou-as a seu irmão, que com elas se foi depois de passados alguns anos à corte, e nela gastou outros muitos em seus requerimentos, até que el-rei o despachou, e se partiu de Lisboa em uma urca flamenga chamada *Grifo Dourado* a 7 de abril de 1590 com trezentos e sessenta homens, e quatro religiosos carmelitas, um dos quais era frei Jerônimo de Canavazes, que depois foi seu provincial. Avistaram esta costa em 15 de junho e por não conhecerem a paragem, que era a enseada de Vaza-barris, lançaram ferro; mas era tão forte o vento sul, e correm ali tanto as águas que se quebraram duas amarras e, querendo entrar por conselho de um francês chamado Honorato, que veio da terra com dois índios numa jangada e lhes facilitou a entrada, tocou a nau e deu tantas pancadas que lhe saltou o leme fora e arrombou, pelo que alguns se lançaram a nadar e se afogaram em as ondas. Os mais saíram em uma sétia que lhes mandou Tomé da Rocha, capitão de Sergipe.

E tiraram alguma fazenda sua e de el-rei, a qual mandou Gabriel Soares trazer a esta Bahia em a mesma sétia com doze soldados, de que veio por cabo Francisco Vieira, e por piloto Pero de Paiva e Antônio Apeba, vindo ele por terra com os mais em cinco companhias, de que fez capitães a Rui Boto de Sousa, Pedro da Cunha de Andrade, Gregório Pinheiro, sobrinho do bispo D. Antônio Pinheiro, Lourenço Varela e João Peres Galego. Fez também seu mestre-de-campo a Julião da Costa e sargento-maior a Julião Coelho. Chegaram a esta cidade e foram bem recebidos do Governador D. Francisco de Sousa, que lhe fez dar a execução as provisões que trazia de Sua Majestade para levar das aldeias dos padres da Companhia duzentos índios frecheiros e os brancos que quisessem ir, com os quais se partiu para sua fazenda de Jaguaripe, e aí reformou duas companhias por Pero da Cunha e Gregório Pinheiro não quererem ir na jornada, e deu uma a João Homem, filho de Gracia d'Ávila, outra a Francisco Zorrilha. Foram por capelães o cônego Jácome de Queirós e Manuel Álvares, que depois foi vigário de Nossa Senhora do Socorro.

Partiram de Jaguaripe e chegaram à serra de Quareru, que são cinqüenta léguas, onde fizeram uma fortaleza de sessenta palmos de vão com suas guaritas nos cantos, como el-rei mandava que se fizesse a cada cinqüenta léguas. Aqui fizeram os mineiros fundição de pedra de uma beta que se achou na serra e se tirou prata, mas o general a mandou cerrar e, deixando ali doze soldados com um Luís Pinto africano por cabo deles, se foi com os mais outras cinqüentas léguas, onde nasce o rio de Paraguaçu, a fazer outra fortaleza, na qual, por as águas serem ruins e os mantimentos piores, que eram cobras e lagartos, adoeceram muitos, e entre eles o mesmo Gabriel Soares, que morreu em poucos dias no mesmo lugar, pouco mais ou menos, onde seu irmão havia falecido. Foi sepultado na fortaleza que fazia com muito sentimento dos seus e dela se vieram para a primeira, que tinham melhores ares e águas, donde avisou o mestre-de-campo Julião da Costa ao governador D. Francisco de Sousa do que havia sucedido, e ele os mandou recolher a esta cidade. Vieram pela Cachoeira, donde os foi Diogo Lopes Ulhoa buscar e, depois de os ter nos seus engenhos oito dias mui regalados, os mandou nas suas barcas ao governador, que os não recebeu e proveu com menos liberalidade, gastando com eles de sua fazenda mais de dois mil cruzados.

O intento que Gabriel Soares levava nesta jornada era chegar ao rio de S. Francisco e depois por ele até a lagoa Dourada, donde dizem que tem seu nascimento, e para isto levava por guia um índio por nome Guaraci, que quer dizer sol, o qual também se lhe pôs e morreu no caminho, ficando de todo as minas obscuras até que Deus, verdadeiro sol, queira manifestá-las.

Os ossos de Gabriel Soares mandou seu sobrinho Bernardo Ribeiro buscar, e estão sepultados em S. Bento com um título na sepultura, que declarou em seu testamento se pusesse, e o título é: *Aqui jaz um pecador.* E não sei eu que outra mina ele nos pudera descobrir de mais verdade, se vivera, pois, como afirma o evangelista S. João, se dissermos que não temos pecado, mentimos e não há em nós verdade.

. . . .

Capítulo XXV

De como veio Feliciano Coelho de Carvalho governar a Paraíba, e foi continuando com as guerras dela.

EM o ano de 1591 no mês de maio chegou a Pernambuco Feliciano Coelho de Carvalho, fidalgo que se criou de moço em África, bom cavaleiro e de bom conselho, o qual, mandando o seu fato por mar, se partiu por terra ao seu governo da Paraíba, e achou a cidade posta em tanto aperto com os contínuos assaltos que os potiguares faziam nas suas roças e arrebaldes, que determinou de correr a terra enxotá-los dela. E para isto pediu a Pero Lopes, capitão-mor da ilha de Tamaracá, que o ajudasse com sua pessoa e gente, como fez com cinqüenta homens brancos de pé e de cavalo e trezentos negros, e assim se partiram ambos em muita conformidade, levando o governador da Paraíba o gentil tobajar e os mais brancos que pôde, repartidos uns e outros em companhias, com suas caixas e bandeiras. E logo deram com uma aldeia grande que levavam espiada, onde, posto que acharam os inimigos descuidados, não deixaram de fazer rosto aos da nossa vanguarda, travando-se entre uns e outros uma grande escaramuça, porque os contrários cuidavam que não era a gente mais; porém, depois que viram os de cavalo e mais de pé que iam chegando, começaram a virar as costas, posto que tarde, porque o nosso exército estava já todo junto.

E mataram tantos que era piedade ver depois tantos corpos mortos. E aos mais que fugiram foi seguindo a nossa vanguarda, não sem resistência de muitas flechadas, que iam tirando, porque tinham costas em outra aldeia que distava destoutra um quarto de légua, para a qual se iam retirando, donde saíram muitos a socorrê-los e fizeram parar os nossos, jogando-se de parte a parte muitas flechadas e ferindo-se muitos, até que chegou o capitão Martim Lopes Lobo, filho de Pedro Lopes, com dois homens mais de cavalo e vinte arcabuzeiros e alguns negros, com que os nossos cobrando ânimo remeteram com fúria. E os contrários com medo se espalharam pelos matos, dando-lhes lugar que entrassem na aldeia, e fizessem tal matança nas mulheres, meninos e velhos que nela ficaram, que só um foi tomado vivo, por se meter debaixo do cavalo do capitão Martim Lopes, e ele o defender, para se saber da determinação dos franeses e gentil, e neste tempo...

. . . .

Capítulo XXX

....

...mandado pedir socorro, trazendo em sua companhia a D. Jerônimo de Almeida, que poucos dias havia chegado de Angola, e outros muitos cavaleiros que havia na capitania, os quais ficaram todos admirados de ouvir que tão poucos, se defendessem de tantos e os ofendessem de maneira que está dito, e por não serem já necessários daí a alguns dias se tornaram para Pernambuco. Mas não deixou de resultar grande proveito deste socorro, porque, vendo uma índia potiguar de um soldado casado, que andava já doméstica entre os nossos, tanta gente de cavalo, o foi com grande espanto contar à senhora, a qual lhe respondeu: "Isto que tu vês é nada; sabe que ainda há de vir muita mais para irem matar todos teus parentes e a quantos franceses andam entre eles. Se não olha tu quão poucos soldados no Cabedelo desbarataram a gente de tantos navios, e por aqui verás, se estes que vês forem à serra e os mais que hão de vir, se deixarão lá cousa viva." Esta potiguar ouvindo isto fugiu para os seus ainda antes que Manuel Mascarenhas se partisse da Paraíba, os achou apercebendo-se para virem dar sobre os nossos com ajuda de Monsieur Rifot, de quem temos contado o mal que fez por esta costa, o qual escreveu uma carta de desafio a Feliciano Coelho, e metida em um cabaço lhe mandou pôr em um caminho, donde os nossos espias a trouxeram. E, posto que Feliciano Coelho lho mandou por outra vez no mesmo posto onde foi achado sem outra resposta mais que pólvora e pelouros dentro significando que com isto se havia de defender, e mandou outra vez pedir socorro a Pernambuco.

Melhor foi desviá-los a negra que não viessem, dizendo-lhes que seriam todos mortos, porque eram inumeráveis os por portugueses de pé e de cavalo que vieram de Pernambuco. O que ouvido por Rifot, mandou pôr em esquadrão todos os seus franceses e potiguares, que eram infinitos, e lhe perguntou se seriam os portugueses tantos como aqueles, e a negra

respondeu que mais eram e, tomando seis ou sete punhados de areia, a lançou para o ar dizendo-lhe que ainda eram mais que aqueles grãos de areia, com que os parentes se começaram a acovardar de modo que o Rifot lhes disse que para tanta gente era necessário ir buscar mais à França. E assim se despediu com os seus para o Rio Grande, onde tinha as naus, e se embarcaram nelas pera sua terra, e os potiguares se espalharam pelas suas mui cheios de medo como tudo constou por dito de três que os nossos corredores tomaram em uma roça.

. . . .

Capítulo XXXI

De como Manuel Mascarenhas Homem foi fazer a fortaleza do Rio Grande e do socorro que lhe deu Feliciano Coelho de Carvalho.

INFORMADO Sua Majestade das cousas da Paraíba e que todo o dano lhe vinha do Rio Grande, onde os franceses iam comerciar com os potiguares, e dali, saíam também a roubar os navios que iam e vinham de Portugal, tomando-lhes não só as fazendas mas as pessoas, e vendendo-as aos gentils para que as comessem, querendo atalhar a tão grandes males, escreveu a Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor em Pernambuco, encomendando-lhe muito que logo fosse lá fazer uma fortaleza e povoação o que tudo fizesse com conselho e ajuda de Feliciano Coelho. A quem também escreveu e ao governador-geral D. Francisco de Sousa, que para isto lhe desse provisões e poderes necessários para gastar da sua real fazenda tudo o que lhe fosse necessário, como em efeito o governador lhe passou e lhe pôs logo tudo em execução com muita diligência e cuidado, mandando uma armada de seis navios e cinco caravelões que o fossem esperar à Paraíba, em a qual ia por capitão-mor Francisco de Barros Rego, por almirante Antônio da Costa Valente, e por capitães dos outros navios João Pais Barreto, Francisco Camelo, Pero Lopes Camelo e Manuel da Costa Calheiros.

Por terrra com o capitão-mor Manuel Mascarenhas foram três companhias de gente de pé, de que eram capitães Jerônimo de Albuquer-

que, Jorge de Albuquerque, seu irmão, e Antônio Leitão Mirim, e uma de cavalo, que guiava Manuel Leitão. Os quais chegados uns e outros à Paraíba, se ordenou que Manuel Mascarenhas fosse por mar ao Rio Grande na armada que veio de Pernambuco e levasse consigo o padre Gaspar de São Peres da Companhia, por ser grande arquiteto e engenheiro, pera traçar a fortaleza, com seu companheiro o padre Lemos, e o nosso irmão frei Bernardino das Neves, por ser mui perito na língua brasílica e mui respeitado dos potiguares, assim por essa causa, como por respeito do seu pai o capitão João Tavares, que entre eles por seu esforço havia sido mui temido, o qual levou por companheiro outro sacerdote da nossa província chamado frei João de São Miguel. E que Feliciano Coelho fosse por terra com os quatro capitães e companhias da gente de Pernambuco e com outra da Paraíba, do que ia por capitão Miguel Álvares Lobo, que por todos faziam soma de cento e setenta e oito homens de pé e de cavalo, fora o nosso gentil, que eram das aldeias de Pernambuco noventa flecheiros e das da Paraíba setecentos e trinta, com seus principais que os guiavam, o Braço-de-Peixe, o Assento-de-Pássaro, o Pedra-Verde, o Mangue e o Cardo-Grande.

E este exército começou a marchar das fronteiras da Paraíba a 17 de dezembro de 1597, indo as espias e corredores diante queimando algumas aldeias que os potiguares despejavam com medo, como confessaram alguns que foram tomados. Mas aos que fugiam os inimigos não fugiu a doença das bexigas, que é a peste do Brasil, antes deu tão fortemente em os nossos índios e brancos naturais da terra que cada dia morriam de dez a doze, pelo que foi forçado ao governador Feliciano Coelho fazer volta à Paraíba para se curarem e os capitães se foram para Pernambuco com a sua gente que pôde andar, dizendo que cessando a doença tornariam, para seguirem a viagem, exceto o capitão Jerônimo de Albuquerque, que se embarcou em um caravelão e foi ter ao Rio Grande com seu capitão-mor Manuel de Mascarenhas, o qual havia ido na armada, como já dissemos, e na viagem teve vista de sete naus de francesas que estavam no porto dos Búzios contratando com os potiguares, os quais, como viram a armada, picaram as amarras e se foram e a nossa não a seguiu por ser tarde e não perder a viagem.

No dia seguinte pela manhã mandou Manuel Mascarenhas dois caravelões descobrir o rio, o qual descoberto e seguro, entrou a armada à

tarde guiada pelos marinheiros dos caravelões que o tinham sondado. Ali desembarcaram e se entrincheiraram de varas de mangues para começarem a fazer o forte e se defenderem dos potiguares, que não tardaram muitos dias que não viessem uma madrugada infinitos, acompanhados de cinqüenta franceses, que haviam ficado das naus do porto dos Búzios, e outros que ali estavam casados com potiguaras. Os quais, rodeando a nossa cerca, feriram muitos dos nossos com pelouros e flechas que tiraram por entre as varas, entre os quais foi um o capitão Rui de Aveiro em o pescoço com uma flecha e o seu sargento e outros, com o que não desmaiaram, antes, como elefantes à vista de sangue, mais se assanharam e se defenderam e ofenderam os inimigos tão animosamente que levantaram o cerco e se foram.

Depois veio um índio chamado Surupiba pelo rio abaixo em uma jangada de juncos, apregoando paz, o qual prenderam em ferros, e por estar preso mostrava tanta arrogância que, vendo o aparato com que Manuel de Mascarenhas se tratava e comia, disse que o não haviam de tratar menos. E assim lhe dava bom tratamento e por persuasão dos padres da Companhia, posto que contradizendo-o nosso irmão frei Bernardino, que conhecia bem suas traições e enganos, enfim o soltou e mandou, prometendo-lhe o índio de trazer todo o gentil de paz, para o que lhe deu vestidos e outras cousas que pudesse dar aos seus, não só quando foi, mas ainda depois por duas vezes que lhas mandou pedir, dizendo que já os tinha apaziguados e vinham por caminho a entregar-se.

Porém, indo dois batéis nossos com vinte soldados, de que ia por cabo Bento da Rocha, a cortar uns mangues, estando metidos em uma enseada e começando a fazer a madeira, os cercaram por entre os mangues para os tomarem na baixa-mar quando os batéis ficassem em seco. Onde houveram de ser todos mortos, se um dos batéis, que era maior, se não fora pôr de largo, onde os descobriu e deu aviso ao outro para que se embarcasse a nossa gente à pressa e se alargasse dos inimigos, os quais incontinênti se saíram da emboscada, e se foram metendo pela água a tomar-lhes uma restinga que estava no meio do rio, donde se puseram a ralhar, dizendo que já os tinham na rede, entendendo que o batel ficaria em seco. Mas quis Deus dar-lhe um canal por onde saíram e foram dar aviso ao Mascarenhas, que se acabou de desenganar de suas traições e enganos, e muito mais depois que viu daí a poucos dias os montes cobertos de infinidade deles que

desciam com mão armada a combater outra vez a nossa cerca, em a qual os não quis esperar, nem que chegassem a pôr-lhe cerco, antes os foi esperar ao caminho e, lançando uma manga por entre o mato, os entrou com tanto ânimo que fez fugir os da retaguarda, e seguiu os da vanguarda até o rio. E ainda a nado pela água os foram os nossos índios tabajares matando, sem deixar algum com vida, amarando-se tanto nesta pescaria, que foi necessário irem os nossos batéis a buscá-los já fora da barra.

Mas nem isto bastou para que não continuassem depois com contínuos assaltos, com que puseram os nossos em tanto aperto que escassamente podiam ir buscar água para beberem a uns poçozinhos que tinham perto da cerca, e essa muito ruim, e tantas outras necessidades que, se não chegara Franicisco Dias de Paiva, amo do capitão-mor, que o criou, em uma urca do reino que el-rei mandou com artilharia, munições e alguns outros provimentos para o forte que se fazia, e as esperanças em que se sustentavam de lhes vir cedo socorro da Paraíba, houvera-lhes de ser forçado deixar o edifício. Pelo que, tanto que os doentes começaram a convalescer, logo Feliciano Coelho mandou recado aos capitães de Pernambuco e, vendo que não vinham, se aprestou com a sua gente e tornou a partir da Paraíba a este socorro a 30 de março de 1598, só com uma companhia de vinte e quatro homens de cavalo, e duas de pé, de trinta arcabuzeiros cada uma, das quais eram capitães Antônio de Valadares e Miguel Álvares Lobo, e trezentos e cinqüenta índios flecheiros com seus principais. Não acharam em todo o caminho senão aldeias despejadas e alguns espias, que os nossos também espiaram e tomaram, pelos quais se soube que uma légua do forte que se fazia estava uma aldeia grande e fortemente cercada, donde saíam a dar os assaltos nos nossos pelo que mandou o governador apressar o passo para que o pudesse tomar descuidados e contudo a achou despejada e capaz para se alojar o nosso arraial.

Ali veio o dia seguinte Manuel de Mascarenhas a visitá-lo e trataram sobre o modo que havia de haver para se acabar o forte, porque tinha ainda grandes entulhos e outros serviços para fazer. E disse Feliciano Coelho que ele, com a sua companhia de cavalo e com a gente do Braço trabalhassem um dia e Antônio de Valadares com a gente do Assento outro dia seguinte, e Miguel Álvares Lobo com a gente do Pedra-Verde outro. E esta ordem guardariam enquanto a obra durasse, dando também a cada

companhia do dito gentio um branco perito na sua língua que os exortasse ao trabalho, e estes eram Francisco Barbosa, Antônio do Poço e José Afonso Pamplona. Mas não deixaram por isto de reservar alguns que corressem o campo em companhia de alguns brancos filhos da terra, os quais foram dar em uma aldeia onde mataram mais de quatrocentos potiguares e cativaram oitenta, pelos quais souberam que estava muita gente junta, assim potiguares como franceses, em seis cercas muito fortes, para virem dar sobre os nossos e os matarem e, se já o não tinham feito, era porque adoeciam morriam muitos do mal das bexigas.

Neste mesmo tempo que a obra do forte durava, chegou um barco da Paraíba com refrescos de vitelas, galinhas e outras vitualhas, que mandava a Feliciano Coelho Pero Lopes Lobo, seu loco-tenente, e deu novas o arrais que no porto dos Búzios estava surta uma nau francesa, lançando gente em terra. Ao qual acudiu logo Manuel Mascarenhas com toda a gente de cavalo que havia, e trinta soldados arcabuzeiros e muitos índios, e deu nas choupanas em que os potiguares estavam já comerciando com eles, onde mataram treze e cativaram sete e três franceses, porque os mais se embarcaram e fugiram no batel, e outros a nado. E, vendo o capitão-mor Manuel Mascarenhas que não tinha embarcações para poder cometer a nau, ordenou uma cilada, fingindo que era ido e deixando na praia um francês ferido para que o viessem tomar da nau no batel, como de feito vieram, mas os da cilada, tanto que viram desembarcado o primeiro, saíram tão desordenadamente que só este tomaram e os outros tornaram a nau e largando as velas se foram.

Capítulo XXXII

De como acabado o forte do Rio Grande e entregue ao capitão Jerônimo de Albuquerque se tornaram os capitães-mores de Pernambuco e Paraíba, e batalhas que no caminho tiveram com os potiguares.

ACABADO o forte do Rio Grande que se intitula dos Reis, o entregou Manuel Mascarenhas a Jerônimo de Albuquerque dia de São João Batista, era de 1598, tomando-lhe homenagem como se costuma. E deixando-lho muito bem fornecido de gente, artilharia, munições, mantimentos e tudo o mais necessário, se veio no mesmo dia com a sua gente dormir à aldeia do Camatão, onde Feliciano Coelho estava com o seu arraial aposentado, e no seguinte se partiram todos para a Paraíba com muita paz e amizade, que é o melhor petrecho contra os inimigos. E assim o experimentaram os primeiros que acharam em uma grande e forte cerca seis dias depois da partida, a qual mandaram espiar por um índio mui esforçado da nossa doutrina chamado Tavira, que com só quatorze companheiros que consigo levava matou mais de trinta espias dos inimigos sem ficar um só que levasse recado, e assim os nossos subitamente na cerca deram ao meio-dia e contudo pelejaram mais de duas horas sem a poderem entrar, exceto o Tavira, que, temerariamente trepando por ela, se lançou dentro com uma espada e rodela, e nomeando-se começou a matar e ferir nos inimigos, até lhe quebrar a espada e ficar com só a rodela, tomando nela

as frechas, o que visto pelo capitão Rui de Aveiro e Bento da Rocha, seu soldado, tiraram por uma seteira duas arcabuzadas, com que os inimigos se afastaram e lhe deram lugar de tornar a subir pela cerca e sair-se dela com tanta ligeireza como se fora um pássaro.

E com este e outros semelhantes feitos tanto nome havia ganhado este índio entre os inimigos que, só como se nomear dizendo Eu sou Tavira, acobardava e atemorizava a todos. E assim atemorizados com isto os da cerca, e os nossos animados, vendo que, se a noite os tomava, de fora com inimigo tão vizinho e outros que podiam sobrevir de outras partes, ficavam mui arriscados, remeteram outra vez à cerca com tanto ânimo, disparando tantas arcabuzadas e frechadas, que puseram os de dentro em aperto, e se deixou bem conhecer pelos muitos gritos e choros que se ouviam das mulheres e crianças. E o capitão Miguel Álvares Lobo com o seu sargento João de Padilha, espanhol, e seus soldados, remeteu a uma porta da cerca e a levou, por onde logo entraram outros. E o mesmo fez o capitão Rui de Aveiro e outros capitães, por outras partes, com que forçaram os potiguares a largar a praça, e fugirem por outras portas que abriram por riba da estacada e por onde podiam. Mas contudo não deixaram de ficar mortos e cativos mais de mil e quinhentos, sem dos nossos morrerem mais de três índios tabajares, posto que ficaram outros feridos, e alguns brancos, dos quais foi o sargento João de Padilha.

Dali a quatoze dias deram em outra cerca e aldeia, não tão grande como esta outra, mas mais forte e de gente escolhida, onde não havia mulheres nem crianças que chorassem, senão todos homens de peleja, e entre eles dez ou doze bons arcabuzeiros, os quais não atiravam pelouros que não acertassem em os nossos. O mesmo faziam os frecheiros, com que nos feriam muita gente e não fora possível sustentar o cerco, se um soldado natural da serra da Estrela, chamado Henrique Duarte, não lançara uma alcanzia de fogo dentro com que lhes queimou uma casa e, vendo eles o fogo, cuidando que seriam todos abrasados, se foram saindo da cerca, não fugindo ou dando as costas, mas retirando-se e defendendo-se valorosamente contra os nossos que os seguiam. E assim, ainda que lhes mataram cento e cinqüenta, também eles nos mataram seis brancos, em que entrou Diogo de Sequeira, alferes do capitão Rui de Aveiro Falcão, com um pelouro, que primeiro havia passado a carapuça a Bento da Rocha que estava

junto dele, o qual, quando o viu morto e a bandeira derribada, a levantou e se pôs a florear com ela no campo entre as frechadas e pelouros, pelo que o seu capitão-mor Manuel Mascarenhas lha deu e lhe passou depois uma certidão, com que pudera requerer um hábito de cavaleiro com grande tença. Mas ele o quis antes do nosso seráfico padre São Francisco, com a tença da pobreza e humildade, em que viveu e morreu nesta custódia santamente.

Também feriram o capitão Miguel Álvarez Lobo de duas frechadas, e a Diogo de Miranda, sargento da companhia de Manuel da Costa Calheiros, deu um índio agigantado tal golpe com um alfanje que lhe fendeu a rodela até a embaraçadura e o feriu no braço, e ele lhe correu uma estocada, metendo-lhe a espada pelos peitos até a cruz, a qual não bastou para que o índio se não abraçasse com ele tão rijamente que sem falta o levara debaixo, se não acudira Jerônimo Fernandes, cabo-de-esquadra da sua companhia, dando-lhe um golpe pelo pescoço, com que o fez largar. E, enterrados os mortos e curados os feridos, tornou o campo a marchar até chegar às fronteiras da Paraíba, donde se despediu Manuel Mascarenhas de Feliciano Coelho e se foi com os seus para Pernambuco.

. . . .

Capítulo XXXIII

De como Jerônimo de Albuquerque fez pazes com os potiguares e se começou a povoar o Rio Grande.

JERÔNIMO de Albuquerque, depois que os mais se partiram, se aconselhou com o padre Gaspar de Samperes, da Companhia de Jesus, que tornou ao forte por ser o engenheiro que o traçou, sobre que traça haveria para se fazerem pazes com os potiguares. E deram uma facilíssima, que foi soltarem um que eles tinham preso, chamado Ilha Grande, principal e feiticeiro, e mandá-lo que as tratasse com os parentes. Foi o índio bem instruído no que lhes havia de dizer e chegando à primeira aldeia foi alegremente recebido, maiormente depois de saberem ao que ia. Mandaram logo recado às mais aldeias assim da ribeira do mar como da serra, onde estava o Pau-Seco e o Zorobabe, que eram os maiores principais, e todos juntos lhes disse o mensageiro: “Vós, irmãos e parentes, mui bem conheceis e sabeis quem eu sou, e a conta que sempre de mim fizestes assim na paz como guerra. E isto é o que agora me obrigou a vir dentre os brancos a dizer-vos que, se quereis ter vida e quietação e estar em vossas casas e terras com vossos filhos e mulheres é necessário sem mais outro conselho ires logo comigo ao forte dos brancos a falar com Jerônimo de Albuquerque, capitão dele, e com os padres, e fazer com eles pazes, as quais serão sempre fixas, como foram as que fizeram com o Braço-de-Peixe e com os mais tobajares, e o costumam fazer em todo o Brasil, que os que se metem na

igreja não os cativam, antes os doutrinam, e defendem, o que os franceses nunca nos fizeram e menos nos farão agora, que têm o porto impedido com a fortaleza, donde não podem entrar sem que os matem e lhes metam com a artilharia no fundo os navios."

Estas e outras tantas razões lhes soube dizer este índio, e com tanta energia de palavras que todos aceitaram o conselho e lho agradeceram, muito principalmente as fêmeas que, enfadadas de andar com o fato continuamente às costas, fugindo pelos matos sem se poderem gozar de suas casas nem dos legumes que plantavam, traziam os maridos ameaçados que se haviam de ir para os brancos, porque antes queriam ser suas cativas que viver em tantos receios de contínuas guerras e rebates.

Com isto se vieram os principais logo ao forte a tratar das pazes. Houve pouco que fazer nelas, pelas razões já ditas, donde daí por diante começaram a entrar com seus resgates seguramente. E foi de tudo avisado o governador D. Francisco de Sousa pelo capitão-mor de Pernambuco Manuel Mascarenhas, que se foi ver com ele à Bahia e lhe deu a nova, o qual mandou que as ditas pazes se fizessem com solenidade de direito, como em efeito se fizeram na Paraíba aos 11 dias do mês de junho de 1599, estando presentes o governador da Paraíba Feliciano Coelho de Carvalho com os oficiais da Câmara e o dito Manuel Mascarenhas Homem com Alexandre de Moura que lhe havia de suceder na capitania-mor de Pernambuco, o ouvidor-geral Brás de Almeida e outras pessoas e o nosso irmão frei Bernardino das Neves foi o intérprete, por ser mui perito na língua brasílica, e mui respeitado dos índios potiguares e tobajares, como já dissemos, pelo que o capitão-mor Manuel Mascarenhas se acompanhava com ele e nunca nestas ocasiões que o largava.

Feitas as pazes com os potiguares, como fica dito, se começou logo a fazer uma povoação no Rio Grande uma légua do forte, a que chamam a cidade dos Reis, a qual governa também o capitão do forte, que el-rei costuma mandar cada três anos. Cria-se na terra muito gado vacum e de todas as sortes, por serem para isto as terras melhores que para engenhos de açúcar, e assim não se hão feito mais que dois, nem se poderão fazer, porque as canas-de-açúcar requerem terra massapês e de barro e estas são de areia solta, e assim podemos dizer ser a pior do Brasil, e contudo, se os homens têm indústria e querem trabalhar nela, se fazem ricos. Logo em seu

princípio veio ali ter um homem degradado pelo bispo de Leiria, o qual, ou zombando ou pelo entender assim, pôs na sentença: "Vá degradado por três anos para o Brasil, donde tornará rico e honrado." E assim foi que o homem se casou com uma mulher que também veio do reino ali ter, não por dote algum que lhe dessem com ela, senão por não haver ali outra e de tal maneira souberam granjear a vida que nos três anos adquiriram dois ou três mil cruzados, com que foram para sua terra em companhia do capitão-mor do Rio Grande João Rodrigues Colaço, e de sua mulher Dona Beatriz de Meneses, comendo todos a uma mesa, passeando ele ombro com ombro com o capitão, assentando-se a mulher no mesmo estrado que a fidalga, como eu as vi em Pernambuco, onde foram tomar navio pera se embarcarem. E toda esta honra lhe faziam porque, como naquele tempo não havia ainda outra mulher branca no Rio Grande, acertou de parir a mulher do capitão, e a tomaram por comadre, e como tal a tratavam daquele modo, e o marido como compadre, cumprindo-se em tudo a sentença do bispo que tornaria do Brasil rico e honrado.

Nem foi este só o que no Rio Grande enriqueceu, mas outros muitos porque, ainda que o território é o pior do Brasil, como temos dito, nele se dão muitas criações e outras granjearias de que se tira muito proveito, e do mar muitas e boas pescarias. Nem estão muito longe daí as salinas, onde naturalmente se coalha o sal em tanta quantidade que podem carregar grandes embarcações todos os anos, porque, assim como se tira um, se coalha e cresce continuamente outro. Nem obsta que não vão ali navios de Portugal (senão é algum de arribada), pois basta que vão à Paraíba, donde dista somente vinte e cinco léguas, e de Pernambuco cinqüenta, porque destas partes se provejam do que lhe é necessário, como fazem em seus caravelões. E sobre todos estes comandos foi de muita importância povoar-se e fortificar-se o Rio Grande pera tirar dali aquela ladroeira aos franceses.

. . . .

Capítulo XXXIV

De como foi o governador-geral às minas de São Vicente e ficou governando a Bahia Álvaro de Carvalho e dos holandeses que a ela vieram.

MUITOS anos havia que voava a fama de haver minas de ouro e de outros metais na terra da Capitania de S. Vicente, que el-rei D. João, o Terceiro, doou a Martim Afonso de Sousa, e já por algumas partes voava com asas douradas e havia mostras de ouro. O que visto pelo governador Dom Francisco de Sousa, avisou a Sua Majestade oferecendo-se para esta empresa, e ele lha encarregou, e mandou para ficar entretanto governando esta cidade da Bahia a Álvaro de Carvalho. O governador se partiu para baixo em o mês de outubro de 1598, levando consigo o desembargador Custódio de Figueiredo, que era um dos que vinham com Francisco Giraldes, e servia de provedor-mor dos defuntos o absentes.

O ano seguinte de 1599, véspera da véspera do Natal, entrou nesta baía uma armada de sete naus holandesas, cuja capitânia se chamava *Jardim de Holanda,* por um jardim de ervas e flores que trazia dentro em si. Esta armada se senhoreou do porto e dos navios que nele estavam, queimando e desbaratando os que lhe quiseram resistir, como foi um galeão do bailio de Leça, que veio fretado por mercadores pera levar açúcar. Pôs Álvaro de Carvalho a gente por suas estâncias na praia e na cidade pera a defenderem se quisessem desembarcar; mas eles, não se atrevendo, trataram de concerto, pedindo em reféns uma pessoa equivalente ao seu general,

que queria vir pessoalmente a este negócio, e assim foi para a sua capitânia em reféns Estêvão de Brito Freire, e ele se veio meter no colégio dos padres da Companhia, onde o capitão-mor Álvaro de Carvalho o esperava, e se tratou sobre o concerto quatro dias que ali esteve assaz regalado.

Porém foi-lhe respondido no fim deles que puxasse pela carta, porque não podia haver outro concerto, com o que ele se embarcou colérico e se desembarcou Estêvão de Brito. Com esta cólera mandou uma caravela que tinha tomado no porto e alguns patachos e lanchas que fossem pelo recôncavo roubar e assolar quanto pudessem, o que logo fizeram no engenho de Bernardo Pimentel de Almeida, que dista desta cidade quatro léguas; e, não achando resistência, lhe queimaram casas e igreja, da qual tiraram até o sino do campanário; mas soou, e logo foram castigados por André Fernandes Margalho, que Álvaro de Carvalho havia mandado com trezentos homens por terra, e achando ainda ali os inimigos brigaram com eles animosamente até os fazerem embarcar, ficando-lhes muitos mortos na briga em terra e alguns no mar ao embarcar, entre os quais se matou um capitão que eles muito sentiram.

Dali se tornaram às suas naus onde, reformados de mais gente e munições, se foram à ilha dos Frades para tomarem aguada, de que estavam faltos. O qual entendido por André Fernandes, que os tinha em espreita, se embarcou com a sua gente em seis lanchas e, entrando por outro boqueirão, que está entre a ilha de Cururupiba e a terra firme e se não navega senão de maré cheia, por não serem sentidos desembarcaram da outra parte da ilha dos Frades, a tempo que também ali chegava Álvaro Rodrigues da Cachoeira com o seu gentil. E assim foram todos juntos, atravessando a ilha pelos matos até perto de uma lagoa junto à praia, aonde havia saído uma batelada de holandesses a provar a água e por acharem salobra se tornaram e os nossos os deixaram ir, ficando escondidos na cilada, entendendo que iam por mais gente para tornarem a buscar outra fonte. O que eles não fizeram, antes a foram buscar à ilha de Taparica, e desembarcando em terra puseram fogo a um engenho, que ali estava de Duarte Osquis, sem lhe valer ser também flamengo, posto que casado com portuguesa e antigo na terra. Mas logo chegaram os nossos capitães André Fernandes Margalho e Álvaro Rodrigues, e os cometeram com tanto ânimo que mataram cinqüenta e fizeram embarcar os mais e recolherem-se a sua armada, que

também logo se fez à vela e despejou o porto, que havia cinqüenta e cinco dias tinha ocupado. Ao sair pela barra tomaram uma nau de Francisco de Araújo, que vinha do Rio de Janeiro com sete ou oito mil quintais de pau-brasil, e, depois de a descarregar nas suas do pau e da gente que trazia, a queimaram lançando só em terra umas mulheres que na nau vinham.

. . . .

Capítulo XXXV

Da guerra dos gentios aimorés e como se fizeram as pazes com eles em tempo do capitão-mor Álvaro de Carvalho.

NÃO só por mar foi esta Bahia neste tempo contrastada de inimigo, mas também e muito mais por terra dos gentios aimorés, que são uns tapuias selvagens, de que fizemos menção em o capítulo décimo quinto do primeiro livro, os quais, como não tenham casas nem lugar certo onde os busquem, nem saiam a pelejar em campo, mas andem como leões e tigres pelos matos e dali saiam a saltear pelos caminhos, ou ainda sem sair de trás das árvores, empreguem suas flechas, poucos bastam para destruírem muitas terras. E assim, havendo já destruído as de Porto Seguro e dos Ilhéus, entraram nas da Bahia, e haviam feito despejar as do rio de Jaguaripe e Paraguaçu, posto que não passaram este da parte do norte, que, a passá-lo, não ficara cousa que não assolaram até à cidade, porque, como até ela haja matos e todos os caminhos se façam entre eles, ninguém pudera entrar nem sair sem ser morto ou salteado por estes selvagens.

Desejosos Dom Francisco e Álvaro de Carvalho de remediar este dano o consultaram com Manuel Mascarenhas, que aqui veio a tratar sobre as cousas do Rio Grande com o governador antes que se partisse, e todos acordaram que, se não fosse com outro gentil, bichos do mato como eles, não se lhe poderia fazer guerra, para o que se ofereceu Manuel Mascarenhas a mandar-lhos do gentil potiguar da Paraíba, que já estava de paz, e

para que também, divertidos com isto os potiguares e tirados da pátria, não tornassem a rebelar-se.

E assim, tanto que chegou a Pernambuco deu ordem a vir um grande golpe deles e por seu principal e guia um mais revoltoso, e de que havia mais suspeitas, chamado Zorobabe. Estes mandou Álvaro de Carvalho com o capitão Francisco da Costa aos Ilhéus, para que de lá viessem dando caça aos aimorés, que assim se pode chamar a sua guerra. Mas posto que os amedrontaram e fizeram muito, não ficou de todo o mal remediado, nem deixara de ir muito avante depois de tornados os potiguares, que em breve tempo voltaram para a Paraíba, se Deus não tem outro mais fácil e eficaz remédio, por meio de uma fêmea aimoré, que Álvaro Rodrigues da Cachoeira tomou com o seu gentil em um assalto, à qual ensinou a língua dos nossos tupinambás, e aprendeu e fez alguns nossos aprender a sua. Fez-lhe bom tratamento, praticou-lhe os mistérios da nossa santa fé católica, que é necessário crer um cristão, batizou-a e chamou-lhe Margarida. Depois de bem instruída e afeita a nós, vestiu-a de sua camisa ou saco de pano de algodão, que é o traje das nossas índias, deu-lhe rede em que dormisse, espelhos, pentes, facas, vinho e o mais que ela pôde carregar, e mandou-a que fosse desenganar os seus, como fez, mostrando-lhes que aquele era o vinho que bebíamos, e não o seu sangue, como eles cuidavam, e a carne que comíamos era de vaca e outros animais e não humana; que não andávamos nus, nem dormíamos pela terra, como eles, senão em aquelas redes, que logo armou em duas árvores e nem um ficou que se não deitasse nela e se não penteasse e visse no espelho. Com o que, certificados que queríamos sua amizade, se atreveram alguns mancebos a vir com ela à casa do dito Álvaro Rodrigues na cachoeira do rio Paraguaçu, donde ele os trouxe a esta cidade ao capitão-mor Álvaro de Carvalho, que logo os mandou vestir de pano vermelho e mostrar-lhes a cidade, onde não havia casa de venda ou taberna em que não os convidassem e brindassem. Com o que mui certificados foram acabar de deseganar os companheiros, e se fez paz com os aimorés em toda esta costa. Queira nosso Senhor conservá-la e que não demos ocasião a outra vez se rebelarem.

Capítulo XXXVI

Do que fez o governador nas minas.

DESPEDIDO o governador desta Bahia, em poucos dias chegou à capitania do Espírito Santo onde, por lhe dizerem que havia metais na serra do mestre Álvaro e em outras partes, as tentou e mandou cavar e fazer ensaio, de que se tirou alguma prata. Também mandou que fossem às esmeraldas, a que já da Bahia havia mandado por Diogo Martins Cão e as tinha descobertas. Fez um forte pequeno de pedra e cal em que pôs duas peças de artilharia para defender a entrada da vila. Feito isto, se partiu para o Rio de Janeiro, onde foi recebido pelo capitão-mor, que então era Francisco de Mendonça, e do povo todo com muito aplauso, por ser parte onde nunca vão os governadores-gerais. E assim achou tantos pleitos cíveis e crimes indícios, que para os haver de julgar lhe fora necessário deter-se ali muito tempo; pelo que mandou chamar o ouvidor-geral Gaspar de Figueiredo Homem, que se havia casado em Pernambuco, para o deixar ali.

Chegado o ouvidor e estando o governador para se partir, lhe tomaram a barra quatro galeões de corsários, o qual, entendendo que haviam de sair à terra a tomar água na ribeira de Carioca, lhe mandou pôr gente em ciladas junto dela. E assim aconteceu que, indo quatro lanchas e saindo primeiro a gente só de uma e tendo já a água tomada para se tornarem a embarcar, lhes saíram os nossos e os mataram todos, exceto dois que levaram malferidos ao governador.

E os das outras lanchas vendo isto se tornaram aos galeões, nas quais, sabendo de um mamaluco, que haviam tomado em uma canoa, que estava ali o governador D. Francisco de Sousa e determinava mandar-lhes queimar os navios, os fizeram logo à vela e lhe deixaram a barra livre para seguir a sua viagem, como seguiu. E chegou a São Vicente, onde daí a pouco tempo entrou outro galeão em que ia por capitão um holandês chamado Lourenço Bicar, o qual fez petição ao governador, dizendo que ele era bom cristão e nunca fizera dano aos cristãos, nem ia àquele porto com esse intento, senão a vender suas mercadorias, pelo que pedia a Sua Senhoria 1icença, para as poder descarregar e vender com pagar os direitos a Sua Majestade, e o governador lha despachou que, sendo assim como dizia e não havendo outra cousa, lhe dava licença. Porém, tirando depois inquirição e achando que tinha ido por general de uma grossa armada ao estreito de Magalhães e por não o poder embocar com tormenta e se apartar dos mais companheiros, os vinha ali aguardar, mandou em uma canoa seis aventureiros armados, que com dissimulação de quererem ver a nau se senhoreassem da pólvora e praça de armas, e logo atrás desta outras muitas com soldados e índios frecheiros que brevemente a abordaram e tomaram, sem que os de dentro pudessem defendê-la nem pôr-lhe o fogo, como quiseram, por lhe terem os nossos tomado a pólvora e armas. Importaria a fazenda que esta nau trazia mais de cem mil cruzados, os quais com a mesma facilidade se gastaram que se adquiriram.

E o governador se foi de São Vicente à vila de São Paulo, que é mais chegada às minas, onde até então os homens e mulheres se vestiam de pano de algodão tinto e, se havia alguma capa de baeta e manto de sarje, se emprestava aos noivos e noivas para irem à porta da igreja; porém, depois que chegou D. Francisco de Sousa e viram suas galas e de seus criados e criadas, houve logo tantas librés, tantos periquitos e mantos de soplilhos que já parecia outra cousa. Com isto se havia pagado Dom Francisco da Bahia muito, muito mais se pagou de São Paulo, porque são ali os campos como os de Portugal, férteis de trigo e uvas, rosas e açucenas, regados de frescas ribeiras, onde ele, umas vezes caçando, outras pescando, entretinha o tempo que lhe restava do trabalho das minas, que era mui grande, e muito maior não ser sempre de proveito porque, como é ouro de lavagem, umas vezes se lavava pouco ou nenhun, mas outras se achavam grãos de

peso e de preço e de que ele enfiou um rosário, assim como saíam, redondos, quadrados ou compridos, que mandou a Sua Majestade com outras mostras de pérolas, que se achavam no esparcel da Canané e em outras partes, mandando-lhe pedir provisão para fazer descer gentil do sertão que trabalhasse neste ministério, e outras cousas a ele necessárias. A que lhe não deferiram por morrer neste tempo El-rei Filipe Primeiro, que o havia enviado, e lhe sucedeu seu filho Filipe Segundo, que o mandou ir para o reino, havendo treze anos que governava este Estado, e lhe enviou por sucessor no governo Diogo Botelho.

Capítulo XXXVII

Do oitavo governador do Brasil e o primeiro que veio por Pernambuco, que foi Diogo Botelho; e como veio ali ter a gente de uma nau da Índia que se perdeu na ilha de Fernão de Noronha.

O OITAVO governador do Brasil foi Diogo Botelho, o qual veio em direitura a Pernambuco, em o ano de 1603 e foi o primeiro que isto fez, a quem depois sempre foram seguindo seus sucessores. A ocasião, que teve (segundo alguns diziam), foi induzi-lo Antônio da Rocha, escrivão da fazenda, que ali era casado e vinha com ele do reino, aonde havia ido com um agravo contra o capitão-mor Manuel de Mascarenhas, o qual lhe diria das larguezas de Pernambuco e que podia dele tirar muito interesse. Ou o mais certo é que o fez por ver a terra e as fortalezas de que havia tomado homenagem, e cuja defensão e governo estava por sua conta. Nem eu sei, quando a detença ali não seja muita, que inconveniências há para que os governadores não visitem de caminho aquela praça. Trouxe o governador consigo dois religiosos graves de Nossa Senhora da Graça, da ordem de Santo Agostinho, onde tinha um filho, para fundarem casa em Pernambuco, mas o povo o não consentiu, dizendo que não era capaz a terra de sustentar tantos religiosos graves, porque tinham já cá os da Companhia de Jesus, de Nossa Senhora do Carmo, do patriarca São Bento e de nosso seráfico padre São Francisco e assim, dando-lhes

uma muito boa esmola, que com o favor do governador se tirou pelos engenhos, se tornaram para Lisboa.

Neste tempo lançaram os holandeses na ilha de Fernão de Noronha a gente de uma nau da Índia, em que vinha Dom Pedro Manuel, irmão do conde da Atalaia, e por capitão Antônio de Melo. Dali em o batel da nau e em uma caravela que lhes mandou o governador Diogo Botelho foram aportar nus e famintos ao Rio Grande, sem trazerem mais que alguma mui pouca pedraria, e ainda essa não guardada por seus donos, senão por alguns índios escravos, os quais, sendo buscados pelos holandeses, a engoliam por não lha tomarem. Não estava o capitão do Rio Grande, que era João Rodrigues Colaço, aí quando chegaram, que era ido a Pernambuco a dar ao governador as boas-vindas; porém não fez falta aos naufragantes, porque D. Beatriz de Meneses, sua mulher, filha de Henrique Moniz Teles, da Bahia, os hospedou e banqueteou a todos os dias que ali estiveram, e para o caminho, que é despovoado até à Paraíba, mandou seus escravos com canastras cheias de todo o necessário. Chegados à Paraíba os agasalhou o Capitão-mor Francisco Pereira de Sousa como pôde, e deu um vestido seu de chamalote roxo a Dom Pedro Manuel, que lhe aceitou e agradeceu pela necessidade que tinha.

Dali vieram caminhando até Guaiena, que é da capitania de Tamaracá, onde um filho de Antônio Cavalcanti, que estava no engenho do pai, os agasalhou e banqueteou esplendidamente, e os acompanhou até a vila de Igaraçu, na qual acharam o almoxarife de Pernambuco Francisco Soares, que de mandado do governador os foi aguardar com doces e água fria. O governador também os foi esperar um quarto de légua fora da vila de Olinda, oferecendo a casa a Dom Pedro Manuel, que não a quis aceitar e se foi agasalhar no colégio dos padres da Companhia, donde o foi tirar com forçosos rogos Manuel Mascarenhas e o levou para a sua, que para isso tinha mui ornada, largando-lha com todo o seu serviço e passando-se para outra defronte. Ao dia seguinte mandou Manuel Mascarenhas trazer muitas peças de seda e panos de casa dos mercadores à sua custa, e alfaiates que cortassem vestidos para os que os quisessem, e não houve algum que enjeitasse, porque todos tinham necessidade, senão Dom Pedro Manuel que, contente com o que lhe havia dado o capitão da Paraíba, disse que para quem havia tanto perdido em aquele naufrágio, aquele lhe bastava

até o reino como quem sabia que, em pondo lá os pés, a pessoa queriam ver ou não os panos. E assim casou logo com uma sobrinha do arcebispo de Braga Dom Aleixo de Meneses, que o conhecia bem da Índia, onde foi arcebispo de Goa, e lhe deu grande dote e Sua Majestade lhe fez muitas mercês.

. . . .

Capítulo XXXVIII

Da entrada que fez Pero Coelho de Sousa da Paraíba com licença do governador à serra de Boapaba.

QUERENDO Pero Coelho de Sousa ver se podia recuperar a perda em parte que com seu cunhado Frutuoso Barbosa recebera na Paraíba, e entendendo que, pois el-rei lhe tomara por eles não poderem conquistá-la, podia correr com a conquista de outros rios e terras adiante, especialmente da serra de Boapaba, que era mais povoada de gentil, pediu licença ao governador-geral Diogo Botelho e, havendo-a alcançada, mandou três barcos com mantimentos, pólvora e munições que o fossem aguardar ao rio de Jaguaribe, e ele se partiu da Paraíba por terra este mesmo ano de 603, em o mês de julho com sessenta e cinco soldados, dos quais os principais eram: Manuel de Miranda, Simão Nunes, Martim Soares Moreno, João Cide, João Vaz Tataperica, Pedro Cangatã, língua, e outro língua francês chamado Tuim Mirim, e com duzentos índios frecheiros, de que eram principais Mandiopuba, Batatã, Caragatim, tobajares, e Garaquinguira, potiguar. Caminhando por suas jornadas, chegaram ao rio Jaguaribe, onde acharam os barcos de mantimentos. Dali mandou o capitão Pero Coelho um soldado com setenta índios a descobrir campo, os quais tomaram um que andava à comedia, do qual se soube que os seus estavam em arma e em nem um modo queriam pazes com os brancos. Contudo o contentou

o capitão com foices, machados e facas, com que o mandou que os fosse apaziguar, como foi.

E ao dia seguinte tornou em busca de um nosso língua com quem se entendessem, o qual lhe soube dizer tais cousas, e era gentil tão fácil e desapropriado que, deixando suas casas e lavouras, se vieram com mulheres e filhos, dizendo que não queriam senão pazes com os brancos cristãos e acompanhá-los por onde quer que fossem. O mesmo fizeram depois os de outra aldeia à imitação de estroutos; e foram todos marchando até o Ceará, onde, depois de alguns dias de descanso por causa da gente miúda, tornaram a marchar até um oiteiro a que depois chamaram dos Cocos, porque uns sete ou oito que plantaram à tornada os viram nascidos com muito viço. E dali foram à enseada grande do âmbar e à mata do pau de cores, que chamam iburá-quatiara, depois ao Camoci, que é a barra da serra de Boapaba, para a qual marcharam o seguinte dia, véspera de S. Sebastião, 19 de janeiro de 1604, antemanhã. E clareando o dia foram logo vistos dos inimigos, sem haver mais lugar que para formar dois esquadrões e a bagagem no meio e outro esquadrão de parte com vinte soldados à ordem de Manuel de Miranda, para dali lançar mangas por onde fosse necessário, dezesseis soldados na retaguarda e nove na vanguarda, em companhia do capitão-mor Pero Coelho de Sousa. Nesta ordem foram recebidos meia légua do pé da serra com muita frechada e com sete mosquetes que disparavam sete franceses e faziam muito dano.

Contudo não deixaram de largar o campo com alguns mortos, porque os nossos o fizeram com muito ânimo e esforço e com duas horas de sol se sitiou o nosso arraial até ao pé da serra, e se fez um reparo de pedras por falta de madeiras, que para o fogo se não achava, por ser tudo escalvado, e menos havia que cozinhar com o fogo, nem água para beber, pelo que começavam já a morrer algumas crianças. E sobretudo vindo a noite tornaram os inimigos do alto a tirar muitas frechadas e pedradas de fundas com que feriam os nossos, ralhando que festejavam a sua vinda, porque seriam senhores de cativos brancos e outras cousas desta sorte. Mas quis Nosso Senhor que às três horas da noite vem um grande chuveiro de água, com que cessou o das frechas dos inimigos, e os nossos aplacaram a sede e, para ser a mercê maior, viram em amanhecendo uma gruta donde procedia um ribeiro de água, que os nossos índios cristãos tiveram por mi-

lagre, e se puseram todos de joelhos a dar graças a Deus, e o capitão com esta alegria mandou matar um cavalo, que ainda levava, para confortar os soldados, que aos mais era impossível chegar, porque entre grandes e pequenos eram mais de cinco mil almas.

Das dez horas por diante começaram os da serra a tocar uma trombeta bastarda, à qual respondeu o nosso francês Tuim Mirim com outra, e pedindo licença ao capitão se foi a um outeiro a falar com os franceses, onde logo desceram três e, depois de se abraçarem e saudarem, disseram que o principal Diabo Grande queria paz se lhe dessem Manuel de Miranda e Pero Cangatá, e o petitório era de uns mulatos e mamalucos crioulos da Bahia, maiores diabos que o principal com quem andavam. O Tuim Mirim lhe respondeu que não havia o capitão fazer tal aleivosia, porque lhe seria mal contado de seu rei, com a qual resposta se tornaram e às duas horas depois do meio-dia desceu todo o gentil da serra e batalharam até à noite, que se tornaram à sua cerca ao alto, deixando muitos mortos dos seus e dos nossos dezessete e alguns feridos. Pela manhã mandou o capitão marchar o exército pela serra acima, indo ele por uma parte com a mais gente, e Manuel de Miranda por outra com vinte e cinco homens. Quando chegaram à cerca seria meio-dia, e logo se começou a batalha cruelmente, por serem os de dentro ajudados de dezesseis franceses, que com seus mosquetes pelejavam detrás de um parapeito de pedra. Mas, vendo que os nossos os combatiam por outras partes e lhes matavam e feriam muita gente, abriram a cerca e fugiram, morrendo somente dois soldados dos nossos e os outros se recolheram nas casas da cerca e que acharam muito bem providas de mantimentos, carnes e legumes; de que tinham assaz necessidade, porque nem castanhas tinham já, que era o com que até ali se vieram sustentando.

Ali estiveram vinte dias e no fim deles foram fazer guerra a outra cerca mui forte, que o Diabo Grande, com ajuda de outro principal mui poderoso chamado o Mel-Redondo, fez um quarto de légua desta outra, onde, posto que acharam grande resistência, também a ganharam e puseram o inimigo em fugida até a cerca do Mel-Redondo, a que se acolheram por ser fortíssima, com duas redes de madeiros mui grossos e fortes, uma por dentro, outra por fora, e três guaritas, onde pelejavam os franceses. O que visto pelo capitão Pero Coelho de Sousa, mandou fazer uns paveses

que cada um ocupava vinte negros em o levar, e indo de trás deles a bagagem e alguma gente, se chegaram a ajustar com a cerca e a combateram dois dias, onde nos mataram três soldados brancos e feriram quatorze, fora muitos índios, mas enfim foi tomada e dez franceses que estavam dentro, que os mais fugiram com o gentil, e os nossos lhe foram no alcance quatro jornadas até um rio chamado Arabé, onde se alojou o nosso arraial. E daí mandou o capitão dar alguns assaltos, e em poucos dias lhe trouxeram muito gentil, e entre os mais um principal chamado Ubaúna, o qual era em aquela serra tão estimado que, sabido pelos outros, mandaram cometer pazes, com condição que lhe dessem, e o capitão lhe prometeu e deu aos embaixadores foices e machados, com que ao dia seguinte vieram muitos principais já de paz e levaram o seu querido Ubaúna.

Ultimamente daí a três dias veio o Mel-Redondo e o Diabo Grande com todo o gentil e, antes que entrasse no arraial, largaram suas armas em sinal de paz, da qual mandou o capitão-mor Pero Coelho fazer um ato por um escrivão, prometendo uns e outros de sempre a conservarem dali em diante. Daqui foram todos juntos ao Punaré, e quis Pero Coelho marchar mais quarenta léguas até o Maranhão, o que os soldados não consentiram porque andavam já nus, e sobre isso o quiseram alguns matar. Pelo que lhe foi necessário retirar-se ao Ceará, onde deixou Simão Nunes por capitão com quarenta e cinco soldados, e se veio à Paraíba buscar sua mulher e família para se tornar a povoar aquelas terras. Do que em chegando deu conta ao governador-geral Diogo Botelho, e lhe mandou de presente os dez franceses e muito gentil, pedindo-lhe juntamente ajuda e socorro para prosseguir a conquista, que o governador lhe prometeu mandar e não mandou por depois ser informado que se cativavam por esta via os índios injustamente e os traziam a vender e que seria melhor reduzi-los por via de pregação e doutrina dos padres da Companhia, como depois tratou com o seu provincial na Bahia, e nós trataremos outra vez deste sucesso em os capítulos quarenta e dois e quarenta e três deste livro.

. . . .

Capítulo XXXIX

Do zelo que o governador Diogo Botelho teve da conversão dos gentios e que se fizesse por ministério de religiosos.

É TÃO necessário ao bom governo do Brasil zelarem os governadores a conversão dos gentils naturais e a assistência dos religiosos com eles que, se isto viesse a faltar, seria grande mal porque, como estes índios não tenham bens que perder por serem pobríssimos e desapropriados e por outra parte tão variáveis e inconstantes, que os leva quem quer facilmente, se espalham donde não podem acudir aos rebates dos inimigos, como acodem das doutrinas em que os religiosos os têm juntos e principalmente contra os negros de Guiné, escravos dos portugueses, que cada dia se lhes rebelam e andam salteando pelos caminhos e se o não fazem pior é com medo dos ditos índios, que com um capitão português os buscam, e os trazem presos a seus senhores. Entendendo isto bem, o governador Diogo Botelho apertou muito com o nosso custódio, que então era, que pois doutrinávamos os tobajares (do que os potiguares estavam mui invejosos), desse também ordem e ministros que os doutrinassem, pois essa foi a principal condição com que aceitaram as pazes na Paraíba, e havia cinco anos os entretínhamos, dizendo-lhes que fizessem primeiro igrejas, ornamentos, sinos e o mais que era necessário. E, vendo que o custódio se excusava por não ter frades peritos na língua brasílica, escreveu a Sua Majestade e ao nosso ministro provincial grandes, pelo que, vindo do reino o irmão custó-

dio frei Antônio da Estrela, veio sobre isto mui encarregado e ordenou três doutrinas para os potiguares da Paraíba, além das duas que tínhamos dos tobajares, onde já também havia alguns potiguares casados, pondo quatro religiosos, em cada um. Porque, como era tanto o gentil, e além das aldeias em que residiam os frades tinham outras muitas de visita, era necessário andarem sempre dois por elas, doutrinando-os e batizando os enfermos, que estavam *in extremis*, que foram mais de sete mil, fora as crianças e adultos catecúmenos, que foram quarenta e cinco mil, como consta dos livros dos batizados enquanto os tivemos a nosso cargo.

Confesso que é trabalho labutar com este gentil com a sua inconstância porque no princípio era gosto ver o fervor e devoção com que acudiam à igreja, e quando lhes tangiam o sino à doutrina ou à missa corriam com um ímpeto e estrépito que pareciam cavalos; mas em breve tempo começaram a esfriar de modo que era necessário levá-los à força, e se iam morar nas suas roças a lavouras, fora da aldeia, por não os obrigarem a isto. Só acodem todos com muita vontade nas festas em que há alguma cerimônia, porque são mui amigos de novidades, como dia de S. João Batista, por causa das fogueiras e capelas; dia da comemoração geral dos defuntos para ofertarem por eles; dia de cinza e de ramos e principalmente pelas endoenças para se disciplinarem, porque o têm por valentia. E tanto é isto assim que um principal chamado Iniaoba, e depois de cristão Jorge de Albuquerque, estando ausente em a semana santa, chegando à aldeia nas oitavas da Páscoa, e dizendo-lhe os outros que se haviam disciplinado grandes e pequenos, se foi ter comigo, que então ali presidia, dizendo: como havia de haver no mundo que se disciplinassem até os meninos, e ele sendo tão grande valente (como de feito era) ficasse com o seu sangue no corpo sem o derramar? Respondi-lhe eu que todas as cousas tinham seu tempo e que nas endoenças se haviam disciplinado em memória dos açoites que Cristo senhor nosso por nós havia padecido, mas que já agora se festejava sua gloriosa ressurreição com alegria. E nem com isto se aquietou, antes me pôs tantas instâncias, dizendo que ficaria desonrado e tido por fraco, que foi necessário dizer-lhe fizesse o que quisesse. Logo se foi açoitar rijamente por toda a aldeia derramando tanto sangue das suas costas quanto os outros estavam por fesita metendo de vinho nas ilhargas.

. . . .

Capítulo XL

De como o governador veio de Pernambuco para a Bahia e mandou a Zorobabé, que se tornava com os seus potiguares para Paraíba, desse de caminho nos negros de Guiné fugidos, que estavam nos palmares do rio Itapucuru e de como se começou as pescarias das baleias.

DEPOIS de estar o governador Diogo Botelho um ano ou mais em Pernambuco, se veio para esta Bahia e com sua chegada se partiu Álvaro de Carvalho para o reino. Estão as casas de el-rei, em que os governadores moram, defronte da praça, no meio da qual estava o pelourinho, donde o governador o mandou logo tirar para o passar a outra parte onde o não visse, porque dizia que se entristecia com a sua vista, lembrando-se que estivera já ao pé de outro para ser degolado por seguir as partes do senhor D. Antônio, culpa que Sua Majestade lhe perdoou por casar com uma irmã de Pedro Álvares Pereira, que era secretário na corte. E não só ele que tinha este ódio ao pelourinho, mas nem um de seus sucessores o levantou mais, nem o há nesta cidade, sendo assim que me lembra haver lido um terremoto e tormenta de fogo que houve em Baçaim que não ficou templo nem casa que não caísse, senão o pelourinho, e no capítulo dos frades, a parede em que estavam as varas com que açoitam, para mostrar que primeiro devem faltar os povos e cidades que o castigo das culpas.

À sua chegada estavam já de partida o Zorobabé com os seus potiguares para a Paraíba, donde haviam vindo à guerra dos aimorés, como dissemos no capítulo trinta e três deste livro e, informado o governador de um mocambo ou magote de negros de Guiné fugidos que estavam nos palmares do rio Itapucuru, quatro léguas do rio Real para cá, mandou-lhes que fossem de caminho dar neles, e os apanhassem às mãos, como fizeram, que não foi pequeno bem tirar dali aquela ladroeira e colheita que ia em grande crescimento. Mas poucos tornaram a seus donos, porque os gentios mataram muitos e o Zorobabé levou alguns que foi vendendo pelo caminho para comprar uma bandeira de campo, tambor, cavalo e vestidos, com que entrasse triunfante na sua terra, como diremos em outro capítulo, que agora neste será tratarmos de como se começou nesta baía a pescaria das baleias.

Era grande a falta que em todo o Estado do Brasil havia de graxa ou azeite de peixe, assim para reboque dos barcos e navios como para se alumiarem os engenhos, que trabalham toda a noite e, se houveram de alumiar-se com azeite doce, conforme o que se gasta e os negros lhe são muito afeiçoados, não bastara todo o azeite do mundo. Algum vinha do Cabo Verde e de Biscaia por via de Viana, mas era tão caro e tão pouco que muitas vezes era necessário usarem do azeite doce, misturando-lhe deste outro amargoso e fedorento, para que os negros não lambessem os candeeiros e era uma pena como a de Tântalo padecer esta falta, vendo andar as baleias, que são a mesma graxa, por toda esta baía, sem haver quem as pescasse. Ao que acudia Deus, que tudo rege e provém, movendo a vontade a um Pedro de Orecha, biscainho, que quisesse vir fazer esta pescaria. Este veio com o governador Diogo Botelho do reino no ano de 1603, trazendo duas naus a seu cargo de biscainho com as quais começou a pescar e, ensinados os portugueses, se tornou com elas carregadas, sem da pescaria pagar direito algum; mas já hoje se paga e se arrenda cada ano por parte de Sua Majestade a uma só pessoa, por seiscentos mil réis pouco mais ou menos, para lustro de ministros. E, porque o modo desta pescaria é para ver mais que as justas todas e torneios, o quero aqui descrever por extenso.

Em o mês de junho entra nesta baía grande multidão de baleias, nela parem, e cada baleia pare um só, tão grande como um cavalo; em o fim de agosto se tornam para o mar largo. E em o dia de S. João Batista

começam a pescaria, dizendo primeiro uma missa em a ermida de Nossa Senhora de Montserrat, na ponta de Tapuípe, a qual acabada o padre revestido benze as lanchas e todos os instrumentos que nesta pescaria servem, e com isto se vão em busca das baleias. E a primeira cousa que fazem é arpoar o filho, a que chamam baleato, o qual anda sempre em cima da água brincando, dando saltos como golfinhos, e assim com facilidade o arpoam com um arpéu de esgalhos posto em uma haste como de um dardo e, em o ferindo e prendendo com os galhos, puxam por ele com a corda do arpéu e o amarram e atracam em uma das lanchas, que são três as que andam neste ministério. E logo da outra arpoam a mãe, que não se aparta do filho, e, como a baleia não tem ossos mais que no espinhaço, e o arpéu é pesado e despedido de bom braço, entra-lhe até o meio da haste. Sentindo-se ela ferida, corre e foge uma légua, às vezes mais, por cima da água e o arpoador lhe larga a corda e a vai seguindo até que canse e cheguem as duas lanchas, que chegadas se tornam todas três a pôr em esquadrão, ficando a que traz o baleato no meio, o qual a mãe sentindo se vem para ele, e neste tempo da outra lancha outro arpoador lhe despede com a enésima força o arpéu e ela dá outra corrida como a primeira, da qual fica já tão cansada que de todas as três lanchas a lanceiam com lanças de ferros agudos a modo de meias-luas, e a ferem de maneira que dá grandes bramidos com a dor, e quando morre bota pelas ventas tanta quantidade de sangue para o ar que cobre o sol e faz uma nuvem vermelha, com que fica o mar vermelho, e este é o sinal que acabou e morreu. Logo com muita presteza se lançam ao mar cinco homens com cordas de linho grossas, e lhe apertam os queixos e boca, para que não lhe entre água, e a atracam e amarram a uma lancha, e todas três vão vogando em fileira até a ilha de Taparica, que está três léguas fronteira a esta cidade, onde a metem em o porto chamado da Cruz, e a espostejam e fazem o azeite.

Gasta-se de soldadas com a gente que anda neste ministério, os dois meses que dura a pescaria, oito mil cruzados, porque a cada arpoador se dá quinhentos cruzados e a menor soldada que se paga aos outros é de trinta mil réis, fora comer e beber de toda a gente. Porém também é muito o proveito que se tira, porque de ordinário se matam trinta ou quarenta baleias e cada uma dá vinte pipas de azeite pouco mais ou menos, conforme é a sua grandeza e se vende cada uma das pipas a dezoito ou vinte mil

réis, além do proveito que se tira da carne magra da baleia, a qual fazem em cobros e tassalhos e a salgam e põem a secar ao sol, e seca a metem em pipas e vendem cada uma por doze ou quinze cruzados. E nisto se não ocupa a gente do azeite que são de ordinário sessenta homens entre brancos e negros, senão criados e negros dos senhores de engenho, e de lavradores, e este é o mantimento que dão aos negros, os quais lhe são mais afeiçoados que a nem um outro peixe, e dizem que os purga e faz sarar de boubas e de outras enfermidades e frialdades, e os senhores, quando eles vêm feridos das brigas que fazem em suas bebedices, com este azeite quente os curam e saram melhor que com bálsamos.

Mas, com se haver morto tanta multidão de baleias, em nem uma se achou âmbar, que dizem ser o seu mantimento; nem era do mesmo talho e espécie outra que saiu morta há poucos anos nesta baía, em cujo bucho e tripas se acharam doze arrobas de âmbar-gris finíssimo, fora outro que tinha vomitado na praia.

. . . .

Capítulo XLI

De como Zorobabé chegou à Paraíba e por suspeito de rebelião foi preso e mandado ao Reino.

JÁ NO capítulo trinta e nove deste livro disse como Zorobabé, indo da guerra dos aimorés para a Paraíba, deu de caminho, por mandado do governador, no mocambo dos negros fugidos, matou alguns e prendeu outros de que levou os que quis e os foi vender aos brancos, com que comprou bandeira de campo, tambor, cavalo e vestidos para entrar triunfante na sua terra, da qual o vieram esperar ao caminho alguns potiguares quarenta léguas, outros a vinte e a dez, abrindo-lho e limpando-lho a enxada.

Só o Braço-de-Peixe, que era gentil tobajar, se deixou com os seus na sua aldeia e, porque o Zorobabé determinou passar por ela, lhe mandou dizer que saísse a esperá-lo à entrada, pois os mais o haviam feito tão longe; ao que respondeu o velho, ainda que já centenário, que fora de guerra nunca fora esperar ao caminho senão damas e, pois ele não era dama, nem vinha dar-lhe guerra; não se levantaria da sua rede. Com a qual resposta o Zorobabé passou de largo e foi jantar ao rio Nhiobi, meia légua da sua aldeia, por onde caminhava. Dali mandou também recado aos nossos religiosos que nela assistiam que lhe mandassem uma dança de conumis, que eram os meninos da escola, e lhe enramassem a igreja e abrissem a porta, porque havia de entrar nela. O presidente dos religiosos respondeu ao embaixador que os meninos com o alvoroço da sua vinda

andavam todos espalhados; que a igreja não se enramava senão à festa dos santos, mas que a porta estava aberta.

Entrou ele à tarde a cavalo, bem vestido e acompanhado com sua bandeira e tambor, e um índio valente com espada nua esgrimindo diante e fazendo afastar a gente, que era inumerável. Com este triunfo passou pelo terreiro da igreja e sem entrar nela se foi meter em casa, mas logo veio um parente seu, que já era cristão e se chamava Diogo Botelho e até então havia governado a aldeia em seu lugar, a desculpá-lo com os religiosos, que não entrara na igreja por vir bêbado, porém que viria o dia seguinte, como fez, mandando primeiro pôr no cruzeiro cinco cadeiras, e a do meio, em que ele se assentou, estava coberta de alto a baixo com um lambel grande de lã, listrado. Nas outras se assentaram o dito seu parente e os principais das outras aldeias que vieram receber, dos quais era um o Mequiguaçu, principal em outra aldeia, que já era cristão, e se chamava Dom Filipe. Ali lhe foram os religiosos dar as boas-vindas e o levaram para dentro à escola onde se ensinam os meninos, em que os assentos eram uns rolos e pedaços de paus em que se assentaram. Mas logo o Zorobabé se enfadou e quisera ir-se se o presidente o não detivera, dizendo-lhe que via ali junto todo o gentil da Paraíba e muitos potiguases, e que não iam a outra cousa, segundo todos diziam, senão a saber sua determinação, pelo que ele queria o dia seguinte, que era domingo, pregar-lhes, e porque na pregação se não podia dizer senão a verdade, a queria saber dele neste particular, por isso que não lha negasse. Ao que respondeu que sua determinação era ir dar guerra ao Milho-Verde, que era um principal do sertão que lhe havia morto um sobrinho cristão chamado Francisco, e pelo seu nome antigo Aratibá, que seu irmão o Pau-Seco havia mandado a dar-lhe guerra e pois ele, por morte do pai e filho, entrava agora no governo, e queria continuar e tomar a vingança. O presidente lhe disse que já eram vassalos de el-rei e não podiam fazer guerra justa sem ordem sua e do seu governador-geral nestes estados; e além disso que bem sabia a condição dos seus que, tanto que a guerra fosse apregoada, haviam de largar a agricultura e, como à guerra não haviam de ir as mulheres, nem os velhos e meninos, ficariam morrendo de fome, pelo que, se lhe parecesse, pregaria que roçassem e plantassem primeiro, e que esta fosse também a sua fala para que se aquietassem, no que ele consentiu, e assim se tornaram às suas aldeias quietos.

O Zorobabé foi também visitado de muitos brancos da Paraíba com boas peroleiras de vinho e outros presentes, ou por seus interesses de índios por seus serviços e empreitadas, ou por temor que tinham da sua rebelião, por o verem tão pujante. O qual temor era tão grande que o capitão da Paraíba, excitado dos de Tamaracá e Pernambuco, não cessava de escrever ao religioso presidente que vigiasse, porque se dizia estar o gentil rebelado com a ida deste principal, o que os religiosos não sentiam em algum modo, porque o achavam mui obediente. Só se queixou, uma vez que não iam a sua casa, como faziam os mais moradores da Paraíba, ao que responderam os religiosos que não iam lá porque não era cristão e tinha muitas mulheres, e ele disse que cedo as largaria e ficando com só uma se batizaria, que já para isto tinha mandado criar muitas galinhas, porque ele não era vilão como os outros, que comiam nas suas bodas e batismo carne de vaca e caças do mato, mas que o seu banquete havia de ser de galinhas e aves de pena. Contudo quando se embebedava era inquieto e revoltoso e foi crescendo tanto o medo nos portugueses que o prenderam e mandaram a Alexandre de Moura, capitão-mor de Pernambuco, e daí ao governador, os quais na prisão lhe deram por muitas vezes peçonha na água e vinho sem lhe fazer algum dano, porque dizem que receoso dela bebia de madrugada a sua própria câmara e que com esta triaga se preservava e defendia do veneno. Finalmente o mandaram para Lisboa, donde, por ser porto de mar do qual cada dia vêm navios para o Brasil em que podia tornar-se, o mandaram aposentar em Évora cidade, e aí acabou a vida e com ela as suspeitas da sua rebelião.

. . . .

Capítulo LXII

Do que aconteceu a uma nau flamenga que por mercancia ia à capitania do Espírito Santo carregar de pau-brasil.

COSTUMAVAM ir ao Brasil urcas flamengas despachadas e fretadas em Lisboa, Porto e Viana, com fazendas da sua terra e de mercadores portugueses, para levarem açúcar. Entre as quais foi uma à capitania do Espírito Santo e pediu o capitão dela ao superior da casa dos padres da Companhia, que ali tem doutrina de índios a seu cargo, que lhe mandassem fazer por eles uma carga de pau-brasil na aldeia de Reritiba, onde há muito e tem bom porto, e o ano seguinte tornaria a buscá-lo e lhes trariam a paga em ornamentos para a igreja ou no que quisessem. Deu o padre conta disto ao procurador, que ali estava, dos contratadores do pau e com o seu beneplácito se fez na dita aldeia; porém, sendo el-rei informado que por essas urcas serem mais fortes e artilhadas, todos queriam carregar antes nelas e cessava a navegação dos navios portugueses quando os quisesse para armadas não os teria, nem homens que soubessem a arte de navegar, parecendo-lhe bem esta razão a el-rei e outras que o moveriam escreveu ao governador Diogo Botelho e aos mais capitães não consentissem mais em suas capitanias entrar navio algum de estrangeiros por via de mercancia nem por outra alguma, mas os metessem no fundo e perseguissem como a inimigos.

Depois desta proibição chegou o flamengo à barra do Espírito Santo, e não achou já o padre superior, por ser mudado para o Rio de Janeiro, senão outro, que falou a propósito. Foi-se à aldeia onde o pau estava junto e, porque também os padres que lá estavam lho não deixaram carregar, tomou quatro índios e se foi ao Cabo Frio desembarcar, e dali por terra disfarçado a falar com o padre no colégio do Rio de Janeiro, o qual lhe disse que não tratasse disso, porque el-rei o tinha proibido, antes se tornasse com toda a cautela porque, se Martim de Sá, governador do Rio, o sabia, lhe custaria a vida.

Não se tornou com tanto segredo o flamengo que Martim de Sá o não soubesse, e assim mandou logo cinco canoas grandes com muitos homens brancos e índios frecheiros e seu tio Manuel Correia por capitão, o qual chegou ao Cabo Frio a tempo que os achou em terra com alguns flamengos, carregando a lancha de pau-brasil que ali estava feito, e lha tomou e prendeu a todos, voltando outra vez para o Rio de Janeiro, onde não achou o sobrinho, que era ido por terra ao mesmo Cabo Frio e, quando lá chegou e não achou as canoas para ir tomar a nau que estava ao pego, se tornou com muita cólera, e aprestou brevemente quatro navios que estavam à carga, e saiu em busca da nau dos flamengos, que já andava à vela, mandou-lhes falar pelo seu mesmo capitão, que levava preso, que não atirassem e se deixassem abalroar, e eles assim o fizeram metidos todos debaixo da xareta, sem aparecer algum. Houve portugueses que a quiseram desencharcear ou cortar-lhe os mastos; respondeu Martim de Sá que a nau era já sua e não a queria sem mastos e enxárcia. Era isto já de noite e os nossos passavam por cima da xareta como por sua casa, quando os flamengos e índios que com eles iam começaram a picá-los debaixo com os piques, e da proa e popa dispararam duas roqueiras cheias de pedras, pregos e pelouros, com que fizeram grande espalhafato, mataram alguns e feriram tantos que os obrigaram deixar-lhes a nau e irem-se curar à cidade.

Os flamengos, que se viram livres, se foram à ilha de Santana, quinze léguas do Cabo Frio para o norte, a tomar água, de que estavam faltos, e há ali boas fontes e bom surgidouro para naus e, porque não tinham batel, fizeram uma prancha em que foram cinco com os barris à terra e, pondo um no pico da ilha a vigiar o mar, os quatro enchiam os barris, e os iam levando poucos e poucos. Não ficavam na nau mais que outros quatro

homens e dois moços, porque a mais gente lhes haviam levado as canoas, o que considerado pelos índios, que também eram quatro, remeteu cada um a seu com facas e terçados e, como estavam descuidados, facilmente foram mortos. Os dois moços grumetes reservaram fechando-os na câmera, porque não avisassem aos da água quando viessem, e para que depois os ajudassem na navegação. E assim em chegando os da água a bordo os mataram e, cortadas as amarras, largaram as velas ao vento sul que então ventava e era em popa, para a sua aldeia; mas, como não sabiam navegar aos bordos e estando já perto dela se virou o vento ao nordeste, tornaram a voltar para o Cabo Frio, passaram-no, e iam perto da barra do Rio de Janeiro, quando outra vez lhe ventou o sul e, como do Cabo Frio ao Rio corre a costa de leste a oeste e o sul lhe fica travessão, ali deu a nau através e se fez em pedaços, salvando-se todavia os índios a nado, que levaram a nova a Martim de Sá, o qual, posto que já tinha acabado o seu governo, porque em aquele mesmo dia entrou seu sucessor Afonso de Albuquerque, ainda com seu beneplácito foi ver se podia salvar algumas fazendas das que saíam pela costa, mas poucas se aproveitaram por virem todos dos mares danadas e desfeitas.

. . . .

Capítulo LXIII

Da segunda jornada que fez Pero Coelho de Sousa à serra de Boapaba e ruim sucesso que teve.

O CAPITÃO Pero Coelho de Sousa, de quem tratamos no capítulo trinta e sete, se partiu com mulher e filhos da Paraíba em uma caravela, e foi desembarcar a Siará, onde havia deixado o capitão Simão Nunes com os soldados, que ali estiveram ano e meio, em um forte de taipa, que fizeram aguardando o socorro do governador. O qual como não chegasse e houvesse já muita falta de roupa e mantimentos, requereram os soldados que se retirassem ao rio de Jaguaribe, donde, por ser mais perto de povoado, poderiam ir pedir o socorro, o que porventura fizeram para de lá lhe ficar mais perto e fácil a fugida, que fizeram, porque logo Simão Nunes pediu licença ao capitão-mor para passar da outra banda do rio com soldados a comer fruta e, como lá se viram, não se curaram de colher fruta senão de se acolherem. O que visto pelo capitão, e que lhe não ficavam mais que dezoito soldados mancos que por isso não foram os outros e dos índios só um chamado Gonçalo, porque também os mais fugiram, determinou tornar-se para sua casa e com este alguns soldados menos mancos ordenou uma jangada de raízes de mangues, em que poucos e poucos passaram todos o rio e, como o tiveram passado, mandou marchar cinco filhos diante, dos quais o mais velho não passava de dezoito anos, logo os soldados, e detrás ele e sua mulher, todos a pé. Logo nesta primeira jornada [começaram] a sentir

o trabalho, porque, tanto que a calma começou a cair, não havia quem pudesse pôr o pé na areia de quente, começava já o choro das crianças, os gemidos da mulher e lástima dos soldados, e o capitão fazendo seu ofício, animando e dando coragem a todos.

No segundo dia já o capitão carregava dois filhos mais pequenos às costas por não poderem andar, e começavam as queixas de sede, que se não remediou senão ao terceiro dia por noite em uma cacimba ou poço de água doce junto de outras duas salgadas, mas não havendo mais espaço de entre elas que de duas braças. Ali se detiveram dois dias, e encheu o índio Gonçalo dois cabaços de água com que se partiram e caminharam algum tempo, com muito trabalho e risco de tapuias inimigos, que por ali andam e lhes viam os fumos, mas o pior inimigo era a fome e sede, com que começaram a morrer os soldados. O primeiro foi um carpinteiro, com o qual os que já não podiam andar disseram ao capitão que os deixasse ficar, que com morrer acabariam seus trabalhos, como acabava aquele; mas o capitão os animou, dizendo que fossem por diante, que Deus lhes daria forças para chegarem aonde houvesse água e de comer. Com isto se levantaram e caminharam até morrer outro. Ali se pôs Dona Tomásia, mulher do capitão, a dizer tantas lástimas que parece se lhe desfazia o coração, vendo que tinha todos seus filhos ao redor de si, e pegando dela do menor até o maior diziam que até ali bastava caminhar, que também queriam morrer com aquele homem, porque já não podiam sofrer tanta sede. E ela, derramando de seus olhos dois rios de lágrimas, que bem puderam matar-lhes a sede se não foram salgadas, disse ao marido fosse e salvasse a vida, porque ela não queria já outra senão morrer em companhia de seus filhos.

Os soldados uns rebentaram a chorar, outros a pedir-lhe que quisesse caminhar; o capitão, dissimulando a dor o mais que pôde, disse que dali a pouco espaço estava uma cacimba de água, e com esta esperança tornaram a caminhar para a Água amargosa, que assim se chamava aquela cacimba pelo amargor da água, pelo que chegando a ela não houve quem a bebesse, e foram caminhando para outra, que chamam a boa maré, passando meia légua de mangues com lodo até a cinta, onde acharam uns caranguejos chamados aratus, e, como até ali se não sustentavam senão em raízes de árvores e ervas, pegando dos caranguejos os comiam crus, com tanto

gosto como se fora algum guisado muito saboroso e muito mais depois que chegaram à cacimba de água, onde descansaram alguns dias.

Dali marcharam para as salinas muitos dias, e estando nelas viram passar o barco em que iam os padres da Companhia, que era o socorro que o governador lhe mandava, mas não lhe puderam falar. Mas caminhando avante da salina, morreu o filho mais velho ao capitão, que era o lume de seus olhos, e de sua mãe. O que cada qual deles fez neste passo deixo à consideração dos que lerem; aqui eram já os soldados do parecer das crianças, dizendo que até ali bastava, e sem dúvida o fizeram se a mulher do capitão, esforçando-se para os animar, lhe não pedira que quisessem caminhar, depois também as crianças, o que eles começavam a fazer por seu rogo, mas estavam tão fracos que o vento os derribava, e assim se iam deitando pela praia até que o capitão, que se havia adiantado cinco ou seis léguas com dois soldados mais valentes a buscar água, tornou com dois cabaços dela, com que os refrigerou para poderem andar mais um pouco, donde viram pela praia vir uns vultos de pessoas, e era o padre vigário do Rio Grande, o qual pelo que lhe disseram os soldados fugidos os vinha esperar com muitos índios e redes para os levarem, muita água e mantimentos, e um crucifixo em a mão, que em chegando deu a beijar ao capitão e aos mais, o que fizeram com muita devoção e alegria, com muitas lágrimas, não derramando menos o vigário, vendo aquele espetáculo, que não pareciam mais que caveiras sobre ossos, como se sói pintar a morte. E com muita caridade os levou e teve no Rio Grande até que se foram para a Paraíba, donde Pero Coelho de Sousa se foi ao reino requerer seus serviços e, depois de gastar na corte de Madri alguns anos sem haver despacho, se veio viver a Lisboa, sem tornar mais à sua casa.

. . . .

Capítulo XLIV

Da missão e jornada que por ordem do governador Diogo Botelho fizeram dois padres da Companhia à mesma serra de Boapaba e como deferia aos rogos dos religiosos.

NÃO só zelou o governador a conversão dos gentils que já estavam de paz na Paraíba e pediam doutrina, como dissemos, mas também dos que ainda estavam na cegueira de sua infidelidade. E assim, logo depois que veio para a Bahia, pediu ao padre provincial da Companhia Fernão Cardim mandasse dois padres a pregar-lhes à serra de Boapaba, onde o capitão Pero Coelho de Sousa andava, porque com isso se escusariam as guerras que lhes faziam e o custo delas, e se conseguiria o fim que se pretendia, que era, sua paz e amizade para se poderem povoar as terras. O que o provincial logo fez, enviando os padres Francisco Pinto, varão verdadeiramente religioso e de muita oração e trato familiar com Deus, entendendo em os costumes e línguas do Brasil, e Luís Figueira, adornado de letras e de dons da natureza e de graça. Estes se partiram de Pernambuco o ano de 1607, em o mês de janeiro, com alguns gentils das suas doutrinas, ferramenta e vestidos com que os ajudou o governador para darem aos bárbaros. Começaram seu caminho por mar e prosseguiram ao longo da costa cento e vinte léguas para o norte até o rio do Jagariba, onde desembarcaram dali caminharam por terra, e com muito trabalho outras

tantas léguas até os montes de Ibiapava, que será outras tantas aquém do Maranhão, perto dos bárbaros que buscavam.

Mas acharam o passo impedido de outros mais bárbaros e cruéis do gentil tapuia, aos quais tentearam os padres pelos índios seus companheiros com dádivas, para que quisessem sua amizade e os deixassem passar adiante, porém não quiseram, mas antes mataram os embaixadores, reservando somente um moço de dezoito anos que os guiasse adonde estavam os padres, como o fez. E seguindo-os muito número deles, saindo o padre Francisco Pinto da sua tenda, onde estava rezando, a ver o que era, por mais que com palavras cheias de amor e benevolência os quis quietar e os seus poucos índios com as flechas pretendiam defendê-lo, eles com a fúria com que vinham mataram o mais valente, com que os mais não puderam resistir-lhe nem defender o padre, que lhe não dessem com um pau roliço tais e tantos golpes na cabeça que lha quebraram e o deixaram morto. O mesmo quiseram fazer ao padre Luís Figueira, que não estava longe do companheiro; mas um moço da sua companhia sentindo o ruído dos bárbaros o avisou, dizendo em língua portuguesa: "Padre, Padre, guarda a vida", o padre se meteu à pressa em os bosques, onde, guardado da divina providência, o não puderam achar por mais que o buscaram, e se foram contentes com os despojos que acharam dos ornamentos que os padres levavam para dizer missa, e alguns outros vestidos e ferramentas para darem, com o que teve lugar o padre Luís Figueira de recolher seus poucos companheiros, espalhados com medo da morte e de chegar ao lugar daquele ditoso sacrifício, onde acharam o corpo estendido, a cabeça quebrada e desfigurado o rosto, cheio de sangue e lodo. Limpando-o e lavando-o, e composto o defunto em uma rede, em lugar de ataúde, lhe deram sepultura ao pé de um monte, que não permitia então outro aparato maior o aperto em que se achavam; porém nem Deus permitiu que estivesse assim muito tempo, antes me disse Martim Soares, que agora é capitão daquele distrito, que o tinham já posto em uma igreja, onde não só dos portugueses e cristãos, que ali moram é venerado, mas ainda dos mesmos gentios.

. . . .

Capítulo XLV

De como o governador D. Diogo de Meneses veio governar a Bahia e presidiu no tribunal que veio da Relação.

SÓ UM ANO se deteve o governador D. Diogo de Meneses em Pernambuco, porque teve aviso de um galeão que arribou a esta Bahia, indo para a Índia e, posto que logo mandou o sargento-mor do Estado, Diogo de Campos Moreno, com ordem para se concertar e prover de mantimentos e do mais que lhe fosse necessário, como em efeito se fez, gastando-se em o apresto dela da fazenda de Sua Majestade nove mil cruzados, que deu o contratador dos dízimos, que então era Francisco Tinoco de Vilanova, e contudo não quis o governador faltar com sua presença, para que nada faltasse ao dito galeão para seguir sua viagem, como seguiu. Mas por ir tarde e achar ventos contrários deu à costa na terra do Natal, salvando-se só a gente que coube no batel em que foram à Índia, donde tornaram os marinheiros em outra nau, que o ano seguinte se veio perder nesta baía, de que diremos em outro capítulo.

Tratando agora do Tribunal da Relação, que este ano veio do reino, em que o governador presidiu e depois os mais governadores seus sucessores, veio por chanceler desta casa Gaspar da Costa, que em breve tempo morreu e lhe sucedeu no cargo Rui Mendes de Abreu. E, como era cousa nova esta no Brasil e até este tempo se administrava a justiça só pelos juízes ordinários da terra e um ouvidor-geral, que vinha do reino de

três em três anos, e, quando a gravidade do caso o pedia, se lhe ajuntava o governador com o provedor-mor dos defuntos, que era letrado, e os mais que lhe parecia, não deixou de haver pareceres no povo (cousa mui anexa a novidades), dizendo uns que fossem bem-vindos os desembargadores, outros que eles nunca eles cá vieram. Porém, depois que tiveram experiência de sua inteireza no julgar, e experiência nos negócios que dantes um só não podia ter, não sei eu quem pudesse queixar-se com razão, senão o juízo eclesiástico, porque eram nesta matéria demasiadamente nímios e, à conta de defenderem a jurisdição de el-rei, totalmente extinguiam a da Igreja, o que Deus não quer, nem o próprio rei, antes el-rei Dom Sebastião, que Deus tenha no Céu, mandou que em todo o seu reino se guardasse o concílio tridentino, o qual manda aos bispos que na execução de suas sentenças contra clérigos e leigos não usem facilmente de excomunhões, senão que primeiro prendam e procedam por outras penas, pelos seus ministros ou por outros.

E quando já sobre isto haja algum doutor que escrevesse o contrário, parece que não é bastante, enquanto outro rei ou outro concílio (que bem necessário era juntar-se sobre isto) o não revogue. Porque se hão de julgar agravados os amancebados, alcoviteiros, onzeneiros, e os mais que para eles agravam dos juízes eclesiásticos, e que não obedeçam a suas penas, ainda que sejam censuras? De que efeito é, logo, a jurisdição eclesiástica? ou para que chamam a estes casos *mixti fori*, se, ainda depois de preventa, se hão de entremeter a perturbar esta e defender os culpados, para que se fiquem em suas culpas? Não foi por certo esta a razão por que se chamaram *mixti fori*, senão por que andassem à porfia a quem primeiro os pudesse castigar, emendar e extirpar da terra. Não nego que, quando os juízes eclesiásticos procedem contra as regras de direito, deve o secular desagravar o réu, mas fora daí não deve, nem el-rei se serve, nem Deus, que pelo que não importa se estorve a correição dos males, e se perturbe a paz entre os que a devem zelar, como se fez depois que veio a Relação ao Brasil, e particularmente na Bahia, onde ela residia, e custava tão pouco aos agravantes com razão, e sem ela, seguirem seus agravos, e o eclesiástico tem o remédio tão longe para seus emprazamentos quanto há daqui ao reino, que são mil e quinhentas léguas ou mais. E assim che-

gou o bispo deste estado Dom Constantino de Barradas a termo de não ter quem quisesse servir de vigário geral.

Uma cousa vi nesta matéria com a qual concluirei o capítulo (posto que em outro me há de ser forçado tornar a ela), e foi que, tendo o dito bispo declarado por excomungado *nominatim* a um homem, agravou para a Relação, e saiu que era agravado e não se obedecesse à excomunhão menor, que se incorre por tratar com os tais, e como fugiam por não se encontrar e falar com ele, mandou-se lançar bando que sob pena de vinte mil cruzados todos lhe falassem, cousa que antes da excomunhão não faziam senão os que queriam, porque era um homem particular.

. . . .

Capítulo XLVI

De como D. Francisco de Sousa tornou ao Brasil a governar as capitanias do Sul e de sua morte.

MUITO se receava no Brasil, pelo muito dinheiro que Dom Francisco de Sousa havia gastado da fazenda de Sua Majestade, que lhe tomassem no reino estreita conta; porém, como nada tomou para entesourar, antes do seu próprio gastou, como o outro grão-capitão, não tratou el-rei senão de lhe fazer mercês. E, porque ele não pediu mais que o marquesado de minas de São Vicente, o tornou a mandar a elas, com o governo do Espírito Santo, Rio de Janeiro, e mais capitanias do Sul, ficando nas do Norte governando Dom Diogo de Meneses, como no tempo do governador Luís de Brito de Almeida se havia concedido a Antônio Salema.

Trouxe Dom Francisco consigo seu filho Dom Antônio de Sousa, que também já cá havia estado, para capitão-mor do mar desta costa, e outro filho menino chamado Dom Luís e Sebastião Parvi de Brito por ouvidor-geral da sua repartição, com apelação e agravo para a Relação desta Bahia. Partiram em duas caravelas de Lisboa, e chegaram a Pernambuco em vinte e oito dias, onde, ainda que não era do seu governo e jurisdição, lhe fizeram muitas festas. Dali se foi para o Rio de Janeiro e começou a entender no seu governo da terra, e o filho no mar, onde dizia Afonso de Albuquerque, que então ali era capitão-mor, que lhe ficava para governar

senão o ar. Mas presto o deixaram, porque Dom Francisco foi para as minas, e Dom Antônio para o reino com as mostras do ouro delas, de que levava feitas uma cruz e uma espada a Sua Majestade, o que tudo os corsários no mar lhe tomaram. Nem o governador teve lugar de mandar outra com uma enfermidade grande que teve na vila de São Paulo, da qual morreu, estando tão pobre que me afirmou um padre da Companhia, que se achava com ele à sua morte, que nem uma vela tinha para lhe meterem na mão, se a não mandara levar do seu convento; mas quereria Deus alumiá-lo em aquele tenebroso transe, por outras muitas que havia levado diante, de muitas esmolas e obras de piedade que sempre fez.

Seu filho Dom Luís de Sousa, ainda que de pouca idade, ficou governando por eleição do povo até que se embarcou para o reino. Tomou de caminho Pernambuco, e ali ficou casado com uma filha de João Pais. E assim cessou o negócio das minas, posto que não deixam alguns particulares de ir a elas, cada vez que querem, a tirar ouro, de que pagam os quintos a Sua Majestade, e não só se tira de lavagem, mas da própria terra, que botam fora depois de lavada, se tira também com artifício de azougue.

. . . .

Capítulo XLVII

Da nova invenção de engenhos de açúcar, que neste tempo se fez.

COMO o trato, e negócio principal do Brasil é de açúcar, em nem uma cousa se ocupam os engenhos e habilidades dos homens tanto como em inventar artifícios com que o façam, e porventura por isso lhe chamam engenhos. Lembra-me haver lido em um livro antigo das propriedades das cousas que antigamente se não usava de outro artifício mais que picar ou golpear as canas com uma faca, e o licor que pelos golpes corria e se coalhava ao sol este era o açúcar, e tão pouco que só se dava por mezinha. Depois se inventaram muitos artifícios engenhos para se fazer em maior quantidade, dos quais todos se usou no Brasil, como foram os dos pilões, de mós e os de eixos, e estes últimos foram os mais usados, que eram dois eixos postos um sobre o outro, movidos com uma roda de água ou de bois, que andava com uma muito campeira chamada bolandeira, a qual ganhando vento movia e fazia andar outras quatro, e os eixos em que a cana se moía. E além desta máquina havia outra de duas ou três gangorras de paus compridos, mais grossos que tonéis, com que aquela cana, depois de moída nos eixos, se espremia, para o que tudo e para as fornalhas em que o caldo se coze e se incorpora o açúcar era necessário uma casa de cento e cinqüenta palmos de comprido e cinqüenta de largo, e era muito tempo e dinheiro o que na fábrica dela e do engenho se gastava.

Ultimamente, governando esta terra Dom Diogo de Meneses, veio a ela um clérigo espanhol das partes do Peru, o qual ensinou outro mais fácil e de menos fábrica e custo, que é o que hoje se usa, que é somente três paus postos de por alto muito justos, dos quais o do meio com uma roda de água ou com uma almajarra de bois ou cavalos se move e faz mover os outros. E passada a cana por eles duas vezes, larga todo o sumo sem ter necessidade de gangorras, nem de outra cousa mais que cozer-se nas caldeiras, que são cinco em cada engenho, e leva cada uma duas pipas pouco mais ou menos de mel, além de uns tachos grandes em que se põem em ponto de açúcar, e se deita em fôrmas de barro no tendal, donde as levam à casa de purgar, que é mui grande. E postas em andainas lhes lançam um bolo de barro batido na boca, e depois daquele outro, com que o açúcar se purga e faz alvíssimo o que se fez por experiência de uma galinha, que acertou de saltar em sobre uma fôrma com os pés cheios de barro e, ficando todo o mais açúcar pardo, viram só o lugar da pegada ficou branco.

Por serem estes engenhos dos três paus, a que chamam entrosas, de menos fábrica e custo, se desfizeram as outras máquinas e se fizeram todos desta invenção e outros muitos de novo; pelo que no Rio de Janeiro, onde até aquele tempo se tratava mais de fazer farinha para Angola que de açúcar, agora há já quarenta engenhos, na Bahia cinqüenta, em Pernambuco cento, em Tamaracá dezoito ou vinte, e na Paraíba outros tantos; mas que aproveita fazer-se tanto açúcar se a cópia lhe tira o valor, e dão tão pouco preço por ele que nem o custo se tira?

A figura das entrosas e engenhos de açúcar, que agora se usam assim de água, como de bois, é a seguinte.

. . . .

Neste mesmo tempo que governava a Bahia Dom Diogo de Meneses, entrou nela por fazer muita água uma nau da Índia, da qual era capitão Antônio Barroso, vindo primeiro em um batel a remos o mestre, que havia ido no galeão o ano passado, chamado Antônio Fernandes, o Mau, a pedir socorro, porque vinha a nau por três partes arochada e já com quatorze palmos de água dentro. E o governador mandou logo duas caravelas com pilotos práticos que a trouxessem ao porto, o que não bastou para que com a corrente da maré que vazava não se encostasse em uma baixa, onde por evitar maior dano lhe cortaram os mastos e descarregaram com muita

brevidade e, depois que de todo esteve descarregada, vendo que não tinha conserto, lhe mandou D. Diogo pôr o fogo, chegando quanto puderam à terra para se aproveitar a pregadura, como se aproveitou muita. A fazenda se entregou ao provedor-mor, que então era o desembargador Pero de Cascais, o qual sobre isso foi mandado do reino que fosse preso, como foi. E, pelejando no mar com um corsário o feriram em um pé, de que ficou manco; mas no que toca à fazenda, livrou-se bem. A qual mandou el-rei cá buscar em sete naus da armada por Feliciano Coelho de Carvalho, capitão-mor que havia sido da Paraíba, e a levou a salvamento.

Frei Agostinho de Santa Maria conhecia a *História* de frei Vicente do Salvador e dela tirou largo proveito, umas vezes citando-a, outras sem citá-la. O trecho seguinte, *Santuário Mariano*, 9, 191-194 parece provir de um dos capítulos perdidos da obra. Sobre o caso de S. Antônio de Arguim expande-se Jaboatão *Orbe Seraphico*, I, II, 1,9, Rio, 1869.

Saiu esta [armada] de França no ano de 1595, governador da Bahia D. Francisco de Sousa, para tomar esta cidade, ou para lhe fazer todo o mal que pudesse. Passou de caminho por Arguim, aonde os portugueses tinham um castelo; e, ainda que os franceses os seguraram dando-lhes palavra de lhes não fazerem mal, o que nunca deviam crer, pois, sendo hereges, eram inimigos de Deus e da verdade como o mostraram em o queimar, e a igreja; tirando dela somente uma imagem de S. Antônio de Lisboa, que puseram no convés da capitânia, para que os guiasse. Assim lhe diziam, mas era por mofa e escárnio: Guia-nos, Antônio, guia-nos para a Bahia. E quando diziam isto o feriam e acutilavam com as espadas, e lhe açulavam um cão, que levavam na mesma nau. Mas não lhe guardou Deus o castigo para a outra vida, como fez a outros, levando-os ao Inferno, e castigando-os nele com eternos tormentos em castigo de ofenderem as suas imagens e as dos santos, porque logo ali os começou a castigar com enfermidades mortais e mortes repentinas.

O primeiro que foi castigado foi um que também era o primeiro na culpa e o que mais escarnecia do santo, esgrimindo diante dele, e dando-lhe alguns golpes com a espada. Este, bebendo um púcaro de água, caiu logo morto repentinamente, e, morrendo este por beber, muitos mais foram os que morreram de sede, porque as pipas, sendo arqueadas de ferro, arrebentaram e se desfundaram entornando-se toda a água.

Com esta falta e com as muitas mortes que cada dia sucediam, lhes foi necessário deixar alguns navios por faltar a gente para os governar e passaram a gente deles à capitania, de que era capitão um francês que se chamava o Malvirado, e a outra nau grande, cujo capitão se chamava o Pão de Milho, porque não era todo trigo, e assim se não quis amassar com o Malvirado, que o aconselhava fossem à Bahia e se entregassem ao governador, que lhes não negaria a vida, que já tinham por perdida.

E assim se apartou dele e se foi ao rio Real para tomar água, aonde, sendo sentidos do nosso gentil de Sergipe, que dando aviso a Diogo de Quadros, que ali estava por capitão, deram sobre o Pão de Milho, e o tomaram às mãos, e aos mais que haviam desembarcado.

O Malvirado com os seus se foi à Bahia e da barra mandou alguns em um batel com bandeira branca, a pedir ao governador que lhes fizesse mercê das vidas, e que lhe entregava logo as pessoas, nau e artilharia, e tudo o mais, para que de tudo mandasse tomar posse, como com efeito fez, mandando a isso um capitão da terra chamado Sebastião de Faria. E os hereges e o capitão, por que se não achasse a imagem do santo português, o lançaram antes de chegar à Bahia ao mar, por que se não vissem nela as cutiladas que lhe tinham dado no mar.

Foi cousa maravilhosa que, sendo isto no mês de dezembro, quando cursam naquela costa os ventos nordestes e com eles correm as águas muito para o sudoeste, a imagem do santo contra as águas e ventos foi parar perto da Bahia, mais de doze léguas donde o lançaram, que era para o norte. Se não é que os peixes, como já haviam feito em outra ocasião, ouvindo a doutrina que os hereges não queriam e assim resta para os confundir de todo o tomariam e levariam sobre as suas costas à porfia e o poriam com muita reverência naquela paragem, aonde, passando os que vinham de Sergipe com o Pão de Milho preso com os mais franceses seus companheiros, o acharam na praia posto em pé, como quem os estava esperando, para os levar a Bahia triunfando, como entrou, aonde eles lhes diziam que os levasse.

Bem puderam estes pérfidos converter-se à vista desta maravilha; mas a dureza de seus corações lhes não permitia. Entrou o santo com grande festa dos que o conheciam e reverenciavam e o foram pôr na igreja de Nossa Senhora da Ajuda, a quem dão o título dos Mercadores, enquan-

to se lhe ordenou uma solene procissão, em que foi trasladado, no primeiro domingo do advento do mesmo ano de 1595, 3 de dezembro, para igreja de S. Francisco, aonde o colocaram em um nicho no altar colateral, que era do mesmo santo.

Esta procissão mandou el-rei (dando se lhe conta deste sucesso) que o governador, câmera e cabido lhe fizessem todos os anos, como fazem, ainda que não é já com tanta devoção. Nesta primeira ordenou o governador que se metesse todo o resto, para que vissem os hereges que estavam presos com quanta veneração tratávamos a imagem do santo, que eles haviam desprezado e afrontado. E assim, ao passar pela praça fronteira às grades da cadeia, lhe mandou abater as bandeiras, disparar a mosquetaria, e fazer outras demonstrações de veneração.

Depois de ter resposta d'el-rei, o governador mandou levantar na mesma praça uma forca em que foi enforcado o Pão de Milho, o seu piloto, e os mais que tomados em Sergipe. Aos que se foram entregar se deu liberdade, posto que mal merecida.

Soube-se esta nova em França, e logo no ano seguinte se mandou outra armada a tomar vingança do que se bavia obrado, a qual encontrou com outra de Holanda que ia carregada de sal, com que pelejou e foi dos holandeses vencida e desbaratada de modo que, a bom livrar, os que escaparam voltaram para França: mas não foi este sal o que lhe fez a guerra, se não aquele que pela boca do Salvador é chamado sal.

No segundo trecho do *Santuário Mariano* ib., 231-232 corrigiu-se a ortografia de *Catucadas* como o contexto o indica.

Chegou àquela vila (dos Ilhéus) uma armada de franceses, corsários que foram maior praga que os aimorés e, porque três naus grandes não puderam entrar na barra, o fizeram dez navios pequenos. Foi isto no ano de 1595.

Saltaram os franceses hereges em terra e os moradores, que eram muito poucos, fugiram, exceto um Cristôvão Vaz Leal com alguns poucos, que lhe resistiram. Mas também lhe foi forçoso retirar-se até uma ermida de Nossa Senhora das Neves, que fica fora da vila, assim pela multidão dos inimigos, como por estarem desapercebidos. E ainda que tiveram notícia de que andavam corsários franceses na costa, não tiveram tempo para se

fortificar, nem na terra havia artilharia ou armas de fogo mais que um falcão no forte de S. Antônio, que está no porto, aonde haviam desembarcado os franceses, com o qual lhe fez Pedro Gonçalves artilheiro um tiro, e lhe matou dois homens.

Foram os franceses seguindo os nossos até a ermida, aonde ajudados da virgem Nossa Senhora, lhe resistiram tão valorosamente que, com morte de três e perda de doze arcabuzes, voltaram para a vila e se fortificaram nas casas de Jorge Martins, de donde começaram a saquear as mais. Mas os nossos se iam secretamente meter em algumas casas, aonde os franceses, julgando que iam buscar lã, vinham sem pêlo. E não houve, de vinte e sete dias que ali estiveram, um em que destas ciladas lhe não matassem alguns e algumas vezes caíam mortos dos franceses quinze.

À vista disto se animaram e cobraram tanto brio os nossos que se resolveram a sair a campo com eles. E, porque o capitão da terra não acabava de chegar, que estava na sua fazenda distante duas léguas, elegeram outro, não o mais nobre, nem o mais rico, mas o mais valente, e que se havia mostrado mais animoso nos assaltos e ciladas, que era um pobre mamaluco (que são os mestiços) chamado Antônio Fernandes, e por alcunha **o** *Catucadas,* porque assim chamava às estocadas na língua de sua mãe. E foi coisa maravilhosa que, sendo os nossos só quinze ou vinte, sem outras armas mais que arcos, setas e espadas, mataram dos franceses no campo cinqüenta e sete, em que entrou o capitão e, se tiveram mais resolução e advertência, os matariam a todos e lhes tomariam os navios. Com esta perda fugiram os franceses e se foram embarcar e despejaram a terra e o porto pelo valor de um moço boçal, que nem falar sabia. Não só foi esta confusão para os franceses também para o capitão da terra, que nunca apareceu.

Livro quinto da História do Brasil do tempo que o governou Gaspar de Sousa até a vinda do governador Diogo Luís de Oliveira

. . . .

FALTA à p. 578 a descrição ou estampa da cidade do Salvador, provavelmente idêntica à da obra de Bartolomeu Guerreiro, com ligeiras modificações reproduzida na Hist. Ger. Em seu lugar vai uma planta inédita da Razão do estado, msc. Do Inst. Hist.

Faltam os capítulos 10/17, quase todos relativos ao governo de Dom Luís de Sousa, de que podem considerar-se fragmentos os trechos do Santuário Mariano *transcritos no fim do livro. O* Santuário Mariano *omite qualquer referência a Alexandre de Moura e cala-se quanto ao proceder de Francisco Caldeira no Maranhão. Já estava truncado o exemplar utilizado por Fr. Agostinho de Santa Maria? O capítulo que numera 27,* Sant. Mar. *9, 365 no presente volume é o 29º.*

Alguns capítulos têm numeração duplicada, outros foram tirados do volume de adições e emendas desaparecido da Torre do Tombo.

Como já fica notado, supra 70, o autor conhecia a relação de Simão Estácio da Silveira. Teve também à vista alguns avulsos sobre a invasão holandesa na Bahia. Fora disto apenas aproveitou comunicações manuscritas, informações orais, o que observou com os próprios olhos. Se entendesse o idioma, teriam sido muito a propósito os livros franceses contemporâneos.

Destes cabe a primazia à Histoire de la mission des capucins en l'Ilse de Maragnon, *de Claude de Abbeville, Paris, 1614, editada e reeditada no mesmo ano, nunca mais reimpressa e agora bastante rara; traduziu-a César Marques, Maranhão, 1874.*

Frei Cláudio narra os primórdios da empresa na França, a viagem e chegada ao Maranhão, as negociações com os naturais, a fundação da fortaleza, a volta para a terra natal. Descreve as plantas, os animais, dá curiosas notícias sobre os tupinambás. Como sua demora foi apenas de quatro meses, as informações sobre estes derivam de línguas, por felicidades muito inteligentes; o capítulo 51 contém o pouco que se sabe da astronomia tupinambá. O capítulo 32 dá o nome de 37 aldeias existentes na ilha, que alguns anos depois já não logrou identificar o jesuíta Betendor R. T. 72, I, 12; poderia auxiliá-lo um mapa da Razão do estado, *contemporâneo dos sucessos que vai ao lado, Cf. Ribeiro do Amaral,* Fund. do Maranhão, *Maranhão, 1912. Frei Cláudio voltou novamente ao Maranhão na leva de capuchinhos presidida por Fr. Arcângelo de Pembroke, afirma Ed. de Alençon,* Le convent des capucins d'Évreux, *Évreux, 1894.*

Presidiu a primeira leva Fr. Yves d'Évreux, que demorou dois anos na terra e deu à luz Suitte de l'histoire des choses plus memorables, *Paris, 1615. Apenas impressa, a edição foi destruída "par fraude et impieté, moyenant certaine de deniers entre les mains de François Huby, imprimeur". A muito custo François de Razilly, que isto assegura, salvou um exemplar mutilado que serviu para Ferdinand Denis publicar* Voyage dans le Nord du Brésil, *Leipizig, 1864. Apareceu depois outro exemplar, vendido no leilão do dr. Court, juntamente com um de Claude de Abveille, por 1600 francos, Garraux,* Bibl. brésil, *315., Paris, 1898, que foi incluído na coleção Kalbfleisch, de Nova York, segundo comunicação particular de Rio Branco. Um exemplar do convento da praça Barberini sumiu-se depois da entrada dos italianos em Roma, segundo informa E. d'Alençon, que descobriu outro muito mutilado na biblioteca de Chartres.*

Pouco se aproveita para a história no livro de Yves d'Évreux, que preferia perder-se em considerações teleológicas, metafísicas e místicas. As informações etnográficas são valiosas. Sua biografia, quase meramente nominal, publicou Semelaigne, Paris, 1887; cf. Gabriel Marcel, Journ. de la Soc. des Amér. de Paris, 4, nº 175/191, que reúne os resultados de Ferdinand Denis,

Semelaigne e Ed. d'Alençon e fala no exemplar de Chartres. Sua obra foi também traduzida por César Marques, Maranhão, 1874.

Mais infeliz que Yves d'Évreux foi François de Bourdemard ou Bourdemer, de cuja Relatio de populis brasiliensibus, *impressa em Madri, 1617, não se conhece um só exemplar. O autor, que veio com Arc. de Pembroke, como informa E. d'Alençon, pouco assistiu no Maranhão, e não podia colher e transmitir informações imediatas.*

Sobre outros escritos menores, e sobre o curso da empresa em geral, cf. C. de la Roncière, Hist. de la mar. franç., *4. J. C. Rodrigues na* Bibl. Brasil., *56, deu para uma carta raríssima, talvez única, de Fr. Arsène o ano 1631; é erro de impressão: a data verificada no pequeno volume, que hoje pertence à Bibl. Nac., é 1613.*

Muito para ser lida é a breve Histoire veritable de ce qui s'est passé de nouveau entre les françois et portugais en l'isle de Maragnon au pays de Toupinambous, *que do ponto de vista francês narra o combate de Guaxinduba: cf. o interrogatório dos prisioneiros franceses,* L-O, *105/113. É a carta de um cirurgião francês a seu pai, doutor em medicina. Saiu anônima em Paris 1615, e assim foi reimpressa em Lyon em 1876 e* L-O, *161/167; mas, sabido que o cirurgião chamava-se Mons. de Lastre,* Jornada, *258, com todo o fundamento Rio Branco atribuiu-lhe o opúsculo, Santana Nery,* Le Brésil en 1889, *118/119. Silveira menciona uma ilha de quatro léguas doada a um cirurgião, Almeida,* Mem. do Maranhão, *2, que figura o mapa da Razão do estado. É possível que, depois de vencidos os seus, tenha permanecido na ilha, embora sua carta manifeste forte desejo de tornar para a França.*

A respeito da jornada de Jerônimo de Albuquerque, além do que se lerá adiante, fundado naturalmente nos informes de frei Cosme de S. Damião e frei Manuel da Piedade, há uma longa relação escrita por Diogo de Campos Moreno e outra muito concisa de Manuel de Sousa de Sá. De Jerônimo de Albuquerque nada além de uma carta, datada de 13 de dezembro de 1614, ao embaixador de Espanha em Paris e instruções da mesma data a Gregório Fragoso de Albuquerque, que partia para aquela cidade, insertas na obra de Moreno. Em uma das patentes por ele passadas há referências à batalha de Guaxinduba, *Studart, I, 158.*

A Jornada *de Diogo de Campos Moreno, já aproveitada por Berredo, apareceu primeiro na* Col. de not. para a Hist. e Geogr. das nações ultram., *I, Lisboa, 1812, em texto bastante viciado que, por falta de outro*

original, não puderam melhorar as reimpressões de Almeida, Memórias *2, 159/265, e Studart;* Rev. do Inst. do Ceará, *21, 209,/330.*

Moreno declarava-se de trinta e sete anos em 1603, R. T.*, 73, I, 90. Era natural de Tânger, combateu em Flandres no tempo de Alexandre Farnese,* Col. de doc. Ined. para la hist. de Esp.*, 74, 273/274. Da participação de campanhas tão famosas, do conhecimento do castelhano e do francês tirava um ar de falácia, de superioridade impaciente. A Jornada revela dotes de escritor, porém mais de um passo arranha a verdade e deve ser coibida com os testemunhos de Manuel de Sousa e frei Vicente.*

A marcha dos acontecimentos desde a saída do Recife desrespeitava todas as experiências do soldado de Flandres. Repetidas vezes chama a armada milagrosa. Milagrosa foi realmente, milagrosa de mocidade, de entouvamento; milagrosa sobretudo de felicidade. Muito facilitou o êxito a incapacidade de La Ravardière, comprovada por suas cartas a Jerônimo de Albuquerque e pelos atestados a Alexandre de Moura.

De Francisco Caldeira as primeiras notícias mais desenvolvidas são as que vão adiante; nem Simão Estácio da Silveira, que precedeu de três anos esta História*, nem Berredo, que escreveu mais de um século depois, acrescentam-lhe cousa de importância. Seu papel verdadeiro só foi revelado pelo relatório de Alexandre de Moura. Ao redigir esta parte de seu livro Varnhagen parece ter extraviado as notas, de modo que a p. 448 da* Hist. geral *2 é verdadeiro quebra-cabeças. Muitos documentos sobre a primeira expedição ao Pará estão reunidos no opúsculo do excelente Manuel Barata.* A jornada de Francisco Caldeira[2]*, Belém, 1916.*

Sobre Alexandre de Moura há: uma carta do jesuíta Manuel Gomes em duas versões, impressa uma pela Bibl. Nac., L-O, 169/174, outra nos Documentos*, I, 273/288, de Studart, esta muito mais desenvolvida e datada de 2 de julho de 1621; o roteiro de Manuel Gonçalves, piloto, já utilizado por Varnhagen, impresso nos* An. da Bibl. *e nos* Documentos *de Studart, e sobretudo o relatório do próprio Alexandre de Moura, Lisboa, 24 de outubro de 1616, que primeiro conheceu Rio Branco, acompanhado de 25 apensos, impresso também nos* An. *da Bibl. Nac.*

Outros documentos, em sua máxima parte resultantes das pesquisas de Rio Branco, vulgarizados pela Bibl. Nac,. e das de Studart, como três cartas do governador Gaspar de Sousa, assentos, regimento, etc., fazem o caso, do

Maranhão aquele sobre que, graças aos dois barões assinalados, existem talvez documentos mais abundantes em nossa mais remota história colonial.

Reunindo-os, chega-se ao seguinte esboço cronológico, em que L-O significa Documentos para a história da conquista e colonização da costa Leste-Oeste do Brasil, Rio, 1905, separata dos An. da Bibl. Nac, 20; Studart, Doc. para a hist. do Brasil, espec. do Ceará*, 3 vol., Fortaleza, 1904, 1909, 1910; Jornada refere-se a paginação do 2º vol. das* Memórias para a hist. do extinto Estado do Maranhão*, – Rio, 1874; Berredo,* An. Hist. Maranhão, *três vezes impressos, da última por Bertino Miranda, Florença, 1905, é citado por parágrafos.*

1613

5 de Janeiro. Gaspar de Sousa, chegado a Pernambuco em 18 de dezembro do ano anterior, escreve a Martim Soares, mandando socorrer e chamando-o a Olinda; L-O, 33/34. *– 15 de Janeiro. Nova carta do ao mesmo, dispensando-o de vir;* L-O, 35/36. *– 29 de maio. Provisão de Gaspar de Sousa nomeando Jerônimo de Albuquerque capitão da conquista e descobrimento do Maranhão;* Jornada*, 242. 1º de junho. Partida de Jerônimo de Albuquerque; Berredo, § 192. – 13 de julho. Provisão de J. de Albuquerque passada em Camucim, nomeando Martim para reconhecer o Maranhão;* L-O*, 5. – 26 de julho (?). Martim incendeia os armazéns franceses na ilha de S. Ana; Studart, I, 64, Yves d'Évreux,* Voyage*, 33/35. – 10 de agosto. Martim escapa à perseguição dos franceses e sai do Maranhão; Studart, I, 64, – agosto, Jerônimo de Albuquerque funda o presídio de Rosário em Jericuacuara, aonde deixa quarenta soldados, manda parte da gente para Pernambuco por mar, torna por terra trazendo em sua companhia um filho do Diabo-grande. Studart, 1, 60,93 Berredo, § 193. – 15 de outubro. Martim obrigado a arribar em Cumaná, seguiu para S. Domingos, onde chegou em Agosto.* L-O, I, *e o presidente lhe deu os recursos para ir com sua gente à Espanha;* L-O, 38/41. *– 15 de dezembro. Carta do presidente Domingos a el-rei sobre o caso de Martim Soares;* L-O, 1/2.

1614

27 de Abril. "Carta de Martim a Gaspar de Sousa comunicando sua chegada a Sevilha; Studart", I, 63/65. – 26 de maio. Diogo de Campos chega ao Recife com ordem de ser incumbido da empresa do Maranhão, Jornada*, 168. – 27 de maio. Manuel de Sousa parte com socorro para o presídio do Rosário, aonde chega a 9 de junho;* L- O, 123. *– 15 de junho. Franceses que desembarcam no Ceará, são repelidos pelo vigário Baltasar João Correia, que escreve uma carta belicosa a frei Arcângelo de Pembroke e dele recebe resposta a 16 muito mansa, assinada provincial da Índia Ocidental; Studart, I, 114/116. – 19 de junho. Manuel de Sousa de Sá repele, matando um e ferindo vários, franceses da nau Régente que desembarcaram no forte do Rosário;* L-O, *124. – 20 e 21 de junho. Instrumento de testemunhas, juradas aos santos evangelhos, autenticando este feito; Studart, I, 68/82.*

17 de junho. Albuquerque novamente nomeado chefe da jornada do Maranhão; Jornada*, 242/244. – 22 de junho. Regimento dado por Gaspar de Sousa a Jerônimo que no*

mesmo dia partiu para a Paraíba; I, 83/92, Jornada, 170. O governador pensava que para a jornada bastariam 150 a 200 soldados com 1.500 índios amigos; Studart, 1, 105. – 22 de julho. Chega a Pernambuco carta de Martim, escrita ao governador, de Sevilha, aonde desembarcara, e logo em seguida chega também Sebastião Martins que o acompanhou em suas peregrinações por Maranhão, Cumaná e S. Domingos, dando informação da presença de franceses no Maranhão. – 26 de julho. Assento no Recife em que se resolveu fundar um forte no Maranhão, a 8 ou 10 léguas dos franceses, para inquietá-los e captar as simpatias dos índios; Studart, 1, 92/96 – 29 de julho. Jerônimo de Albuquerque avisa já estar parado no Rio Grande do Norte com 300 índios frecheiros e muita gente branca; Jornada, 174/175. – 30 de julho. Diogo de Campos nomeado adjunto e colateral de Jerônimo de Albuquerque; Jornada, *245. Neste ou nos dois seguintes dias, não a 15 de junho como se lê na* Jornada, *169, chegaram Jorge Correia e Jorge da Gama a Pernambuco, levando notícia dos sucessos do Ceará e Rosário; Studart, 1, 99. – 2 de agosto. À vista de uma provisão régia de 25 de abril, mandando que exclusivamente na compra de pau-brasil fosse aplicado o saldo dos dízimos pelo qual deviam correr as despesas da jornada, o governador, de acordo com pessoas a quem ouviu, resolveu suspendê-la; Studart, 1, 97/101. Desta data ou logo depois, e não de 20 como se lê em Studart, 1, 114, deve ser a carta de Gaspar de Sousa, comunicando a el-rei o que fora assentado. – Depois de 2 de agosto, houve novo conselho em que, visto já ser feita uma despesa de mais de 16 mil cruzados, Jerônimo de Albuquerque estar com uma parte da gente no Rio Grande e outra já ter partido por terra para o Ceará e por haverem chegado navios do Rio com muito peixe e farinha, que foram requisitados, Gaspar de Sousa resolveu continuasse a jornada, a qual não passaria do Tutóia ou no máximo do Préa,* Jornada, *175.*

23 de agosto (não 24, como por engano se lê infra, 467) Diogo de Campos zarpa do Recife com uma esquadrilha de dois navios redondos, uma caravela e cinco caravelões; Jornada, *176. – 17 de setembro. Partida do Ceará, com Manuel de Brito Freire, comandante do presídio, e parte da guarnição.* Jornada, *182. – 5 de outubro. Missa do Rosário em Jericuacuara, em que se apurou que para a expedição havia trezentos portugueses e duzentos índios frecheiros;* Jornada, *18. – 12 de outubro. Partida de Jericuacuara, depois de queimados os quartéis, e embarque de Manuel de Sousa de Sá, comandante do presídio, com toda a guarnição;* Jornada, *188. – 13 de outubro. Chegada ao Preá, aonde estiveram oito dias.* L–O, 125. *– 15 de outubro. Partem Sebastião Martins e João Machado, pilotos, com alguns expedicionários a explorar o Preá, que voltaram a 20, negaram a existência de franceses na ilha e gabaram tanto as excelências da terra que, apesar das ordens terminantes do governador, a gente resolveu seguir para o Maranhão;* Jornada, *194/195. – 21 de outubro. Partida e navegação às tontas pelo Preá: "começaram os navios a dar de novo em seco; mas porém, movendo-se por cima do lamarão, pelo qual resvalando com toda a força de velas, podemos dizer que mais de seiscentos passos navegamos por terra, até que deram em mais fundo"; Jornada, 194. – 26 de outubro. Chegada a Guaxinduba e desembarque em ordem.* Jornada, *194,* L–O, 125. *– 28 de outubro. Começa a construção do forte de Santa Maria;* Jornada, *196.*

2 de novembro. Aparecem duas lanchas francesas que atiram contra o forte de Santa Maria; Jornada, *199. – 5 de novembro. Partem para Pernambuco os caravelões de Sebastião Martins e Machado;* Jornada,*199. – 11 de novembro. Os franceses tomam uma*

caravela, um caravelão e um barco; Jornada, 202. A data de 12 é a que se lê, L–O, 126. *– 19 de novembro. Batalha de Guaxinduba, perdida pelos franceses;* L–O *127/128, 164/165.* Jornada*, 206/217. – 20 de novembro. Interrogatório dos prisioneiros franceses* L–O, *105/118. – 21 de novembro. Primeira carta de La Ravardière a Jerônimo de Albuquerque, princípio de uma correspondência que terminou pelo tratado de tréguas assinado a 27;* Jornada*, 220/245;* L – O, 128/129. *– 29 de novembro. Retirada dos franceses para S.Luís;* Jornada*, 245. – 13 de dezembro. Carta de Jerônimo de Albuquerque para o embaixador de Espanha e França, e regimento para Gregório Fragoso, que com Du Prat foi a bordo da* Régente*, levar notícia das tréguas;* Jornada*, 253/258. – 29 de dezembro. Sumário das cousas que La Ravardière fez no Brasil;* Jornada*, 260/263.*

1615

4 de janeiro. Partida de Diogo de Campos com Mathieu Maillar levando notícia da trégua à Espanha; Jornada, 265. – 31 de janeiro. Carta escrita em Olinda pelo governador Gaspar de Sousa, explicando vários negócios; L–O, 151/160. *– 5 de março. Chegada de Diogo de Campos a Lisboa; Jornada, 265. – 28 de abril. Carta do arcebispo vice-rei de Portugal comunicando a chegada de Manuel de Sousa de Sá, que, incumbido de levar a Pernambuco as cartas de Jerônimo de Albuquerque ao governador, foi ter a Porto Rico,* L–O, 185, *onde tomou um navio que a força dos tempos [ventos?] impediu de chegar a Sevilha e levara a Lisboa;* L–O, 133. *Sousa de Sá censurava fortemente o tratado de tréguas;* L–O, 123/129. *Com o maior segredo o vice-rei estava tratando de mandar soldados e munições com Vasco de Sousa Pacheco, capitão de Pernambuco, consertando a caravela em que fora Diogo de Campos, para nela voltar Manuel de Sousa de Sá, procurava soldado prático e de experiência para servir de sargento mor da empresa a que com Miguel Siqueira Sanhudo (Berredo § 377) partiriam 30 homens diretamente para o Maranhão;* L–O, 132/133. *– Princípios de junho passa no Ceará o patacho comandado por Sanhudo em que ia por sargento-mor da conquista Martim Soares Moreno;* infra*, 479.*

10 de junho. Parte do Recife a armada de que era capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco, mandado pelo governador Gaspar de Sousa, da Bahia, para onde seguira depois de 31 de janeiro, data de sua importante carta. Caldeira acabava de servir de capitão no Rio Grande e Gaspar de Sousa lembrara seu nome para capitão do forte da Laje. Studart, 1, 114. Que mandou os socorros estando na Bahia afirma-o o próprio governador, Studart, ib., 126; que ainda estava lá a 12 de julho de 1615, prova-se pelas Atas da Câmara de São Paulo*, 2, 379 – 14 de junho. Caldeira chega ao Ceará aonde acha a notícia da passagem do patacho de Sanhudo mandado diretamente do reino ao Maranhão,* infra*, – 24 de junho. Chegam ao Preá; ibidem. – 1º de julho. Chegada ao forte de Santa Maria – 3 de julho. Requerimento de alguns oficiais e soldados para que Francisco Caldeira fosse adjunto e colega de Jerônimo de Albuquerque;* L–O, 54/59: *esta data não parece muito certa, embora esteja claramente escrita: 13 melhor quadraria com os acontecimentos. – 31 de julho. Em conseqüência de intrujices de Caldeira com La Ravardière, este abandona o forte de Tapari, feito depois da aparição de Martim Soares, e Albuquerque com a sua gente muda-se para a ilha e começa a construir o forte de S. José; Berredo, § 379/380.*

5 de outubro. Parte do Recife a armada com mais de 600 soldados e nove velas, comandada por Alexandre de Moura, que Gaspar de Sousa, sabendo da chegada de Manuel de Sousa com uma caravela, veio da Bahia organizar; L–O, 43, 91, *169, Studart, 1, 275. – 10 de outubro. Chega ao Ceará;* L–O, *92. – 17 de outubro. Entrada de Alexandre de Moura na barra do Préa, em seguida comunicação com a gente de Albuquerque, incêndio do forte de S. José;* L–O, 43/44, *94, Berredo, § 386. – 23 de outubro. Depois deste dia a esquadra passa do Preá para a ilha de Santana, aonde ficou fundeada até o resto do mês;* L–O, *69. Dificuldade de encontrar pilotos que levassem a armada para diante, ao forte de S. Luís, até que Antônio Vicente Cochado, piloto de um navio seu por nome Nossa Senhora da Candelária, descobriu e entrou a barra e ancorou defronte do forte inimigo e pela guia e sonda fez entrar a mais armada, Manuel Barata, A jornada de Francisco Caldeira, 58. – 1º de novembro. Partida S. Ana;* L–O, *44. – 2 de novembro. Encontro em terra de Alexandre de Moura e La Ravardière;* L–O, *45. 3 de novembro. Intimação a La Ravardière para entrega da fortaleza de S. Luís, 74/75. – 4 de novembro. Auto de posse da fortaleza de S. Luís, logo chamada de S. Filipe;* L–O, *75/77. – 15 de dezembro. Junta em que ficou resolvido mandar Francisco Caldeira ao Pará;* L–O, *86. – 22 de dezembro. Regimento dado a Francisco Caldeira;* L–O, *87/90. – 25 de dezembro. Partida de Francisco Caldeira para a jornada do Pará com 150 homens em três companhias e três embarcações. Ia como piloto-mor Antônio Vicente Cochado;* L–O, *99, Manuel Barata,* Jornada, *58.*

Os franceses dispunham então de duzentos homens bem armados, de dezessete peças nem todas em bom estado, de quinhentas e quatorze balas, de mais de quatorze quintais de pólvora e outras munições miúdas. Sua inferioridade numérica excluía a possibilidade de resistência prolongada. Além disso, faltava-lhes disposição para combaterem. Nas cartas de Jerônimo de Albuquerque a Gaspar de Sousa, levadas imprevistamente ao reino por Manuel de Sousa de Sá, lia-se que La Ravardière e outros moradores franceses ficariam em serviço de el-rei de Portugal se lhes fosse permitido; L–O, *134. A proposta foi discutida em conselho e admitida com certas restrições.*

Alexandre de Moura recebeu de Gaspar de Sousa a quantia de vinte mil cruzados para pagar a artilharia do forte, munições e mais cousas, dar ordenados e repartir terras para vivenda dos franceses e esta notícia espalhada ainda mais aumentou-lhes a tibiez.

Moura foi, porém, inexorável. Não deu dinheiro a ninguém. Reuniu a gente que coube em dois navios, tirou-lhes a artilharia, fez partir um depois o outro apenas com o indispensável viático. Restaram alguns na terra contra a vontade dele "pelo mal que pode resultar por sua conversação assim por serem hereges como pela prática que faziam ao gentio". Estes poucos, informa Silveira, I. e, 14 depois casaram com mulheres das ilhas (dos Açores) "e são ferreiros e gente de préstimo à conquista e os que melhor sabem a terra".

A 2 de janeiro de 1616 Alexandre de Moura deu a Martim Soares Moreno o regimento de capitão das terras de Cumá e Caeté, para onde levaria vinte e cinco soldados como seu alferes e um sargento e seis canoas, em que deveria procurar dar-se as mãos com a gente do Pará por meio das águas interiores. Acompanhava-o o carmelita frei Cosme da Anunciação, L-O, 83/85.

Alexandre de Moura tomou varias outras providências reveladoras de seu grande descortino; mandou Jerônimo Fragoso de Albuquerque ao reino com a notícia do sucedido, confirmou Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nome que tomou depois da vitória Guaxinduba, no cargo que já exercia e a 9 de janeiro partiu para Pernambuco, levando consigo La Ravardière, bem contra a vontade deste, L-O, 47.

Feliz em tudo, chegou ao Recife em 5 de março, diz Berredo, § 410, em desacordo com uma certidão de La Ravardiére de 6, passada ainda no mar, L-O, 73, depois de uma viagem sem dúvida demorada e fatigante, mas livre das arribadas que desde Filicaya e Martim Soares pareciam inseparáveis da volta do Maranhão. Em Pernambuco encontrou-se com Gaspar de Sousa, a quem prestou contas, onde pouco demorou: de Lisboa, 24 de outubro, é seu magnífico relatório. Retirou-se, depois para Setúbal e aí fixou residência. Mais de uma vez foi consultado sobre pessoas e cousas da conquista. Studart, 1, 267/268, 2, 184/190.

Alexandre de Moura devia ser aparentado com a família do velho Duarte Coelho, pois uma irmã de D. Brites, mulher deste, casou com um Moura. Já estava em Pernambuco nos fins do governo de Dom Francisco de Sousa e auxiliou a conquista do Rio Grande, Jornada*, 173. Em 24 de março de 1602, pelos serviços prestados nas armadas, no Brasil e em outras partes, teve a mercê da capitania-mor de uma armada da carreira da Índia. Quando Jorge de Albuquerque morreu, sendo ainda menor seu filho e sucessor Duarte de Albuquerque Coelho, nascido em 2 de junho de 1591, Braamcamp Freire,* Brasões de Cintra*, 1, 468, deixou-o indicado em lista tríplice para capitão de Pernambuco. Foi o escolhido por alvará de 9 de outubro de 1602 e exerceu o cargo durante doze anos, A. J. de Melo,* Biogr. de alguns poet. e hom. il. da prov. de Pern.*, 8, 143/145, -Recife, 1859. Entre outros serviços prestados, todos à sua custa, sem receber vintém da fazenda real, conta-se a revisão das sesmarias do Rio Grande, de que Studart publicou as peças, Doc., 1, 65/67, 2, 111/157. Cf.* Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio Grande do Norte, *7, 5/182, que reúne aos documentos explanações de Luís Fernandes.*

Moura desgostou-se de La Ravardière por sua conivência com Francisco Caldeira nos manejos contra Jerônimo e Antônio de Albuquerque; por sua atitude equívoca, quando lhe pediu pilotos para passar da ilha de Santana à do Maranhão, que Jerônimo e Antônio de Albuquerque chamam de Tapari e ele quis crismar de Todos os Santos; pelo modo por que trouxeram os portugueses que ali levavam roubados que os tinham como cativos e os faziam trabalhar violentamente", L–O, *47.*

Por isso e para ser contínuo corsário infestando os mares, levou-o para Pernambuco.

Não tinha obrigação de respeitar tréguas rejeitadas pelo governador-geral e pela metrópole, aonde até se pensou em castigar Diogo de Campos Moreno, delas principal autor, como afirmou Manuel de Sousa de Sá e resulta da narrativa do cirurgião francês. Defendeu-o o marquês de La Laguna: que el capitan Campo que fue al Maranõn aun que tubo culpa en las capitulaciones que hizo le sucedió tambien que no le daria ningun castigo por ello, L-O, *142. Castigado parece que não foi, mas veio rebaixado e morreu no governo de Dom Luís de Sousa sem passar do sargento-mor. Uma nobiliarquia paraense, citada por Manuel Barata,* A Jornada de Francisco Caldeira, *23, dá-lhe para genro Pedro Teixeira, o chefe da famosa expedição a Quito. Será possível? Não é impossível.*

Em Pernambuco, La Ravardière recebeu algum dinheiro e mercês de Gaspar de Sousa; em Lisboa marcaram-lhe uma diária de 2$, Berredo, §140 achou pouco "dy a Su Magestad Del rey católico lo que possuía segun lo que promety, y estoy em sus manos y delas quales espero merced, y favor, porque lo merezco. L –0.74. Suas exigências levaram-no preso à torre de Belém, infra, 619, donde em junho de 1619 datava uma pobre carta impressa por Lúcio de Azevedo, Est. de hist. Par.*, 250/251, Pará, 1893, primícias de uma vocação alargada e robustecida pelo tempo, que atinge agora a plena madureza como a* História do padre Antônio Vieira.

Em 1621 La Ravardière preparava-se para invadir o Brasil de concerto com os holandeses, Studart, 1, 290. Seguindo o exemplo e o conselho de Fr. Vicente, supra 192, e aplicando-lhe a caridade que é sobre toda a lei pode-se dizer de La Ravardière na frase do poeta que foi pequeno, mas só fitava os Andes.

Acompanharam a Jerônimo de Albuquerque os dois capuchos frei Cosme de São Damião e frei Manuel da Piedade, que voltaram para Pernam-

buco depois de rendidos os franceses. Com Alexandre de Moura foram os jesuítas Manuel Gomes e Diogo Nunes, que por ordem do provincial não puderam ter grande demora, e a 11 de maio de 1618 arribaram a S. Domingos, Studart, 1, 285, e os carmelitas frei Cosme de Anunciação e frei André da Natividade, que fundaram o primeiro convento do Maranhão, Berreedo, § 412. A 22 de junho de 1617 partiram de Lisboa os capuchos frei Antônio da Merciana, frei Cristóvão de São José, frei Sebastião do Rosário e frei Filipe de S. Boaventura, que chegaram ao Pará, em 28 de julho, Jaboatão, Preâmbulo, *§ 195. Uma carta de 20 de junho do seguinte ano declarava que aos religiosos de S. Francisco, da província de Santo Antônio, competiam a aumento da fé, a conservação do gentio e a celebração dos ofícios divinos na nova conquista, Studart 1, 141. O governo pediu à congregação reunida em Lisboa frades bastantes para se fundar uma custódia e mais tarde oitenta religiosos, S. Faria, Hist. Port. 19, 22.*

Já em julho de 1616 Dom Luís de Sousa, nomeado governador-geral, andava requerendo passagens e mantimentos para soldados e moradores que desejava trazer consigo, Studart, 1, 251/253. Devia ter partido na monção de setembro. Trouxe muito recomendado fixar-se temporariamente em Olinda para melhor atender às cousas do Maranhão. Assumiu o governo a 1º de janeiro de 17. Seu antecessor Gaspar de Sousa, como prêmio dos serviços prestados, teve a doação em 25 de maio de 1622 de uma capitania hereditária, que por seu falecimento veio a lograr o primogênito Álvaro, aquinhoado nas terras entre o rio Turi e Caité, Manuel Barata, R.T, *69, II, 185. De Alexandre de Moura e Gaspar de Sousa procedeu a idéia de erigir o Pará-Maranhão em governo separado do Brasil por serem mais fáceis as comunicações com o de além-mar.*

Faltam a esta História os capítulos relativos ao governo de Dom Luís. Era homem metódico e cuidadosamente reuniu em dois ou mais volumes os documentos relativos a sua administração. O segundo fazia parte da biblioteca de Eduardo Prado e agora está no Museu Paulista sob a guarda zelosa de Afonso Taunay. Consta de cerca de cem peças, a maior parte cartas régias, muitas e original, em uma ou mais vias. Não suprem a falta do primeiro, contendo a correspondência para a corte, que é bem possível não esteja perdido e venha ainda a aparecer. Quando adiante for citado qualquer documento sem indicar-lhe a procedência, fica subentendido que está no códice paulista.

Nas cartas régias escritas a Dom Luís, de Lisboa, de Madri, de S. Lou-

renço, de Aranjuez, repetem-se as prevenções contra os estrangeiros em geral, que uma vez foram mandados expulsar todos; contra os holandeses que faziam contrabando de pau-brasil e falavam em fortificar Fernão de Noronha; contra os ingleses que pretendiam estabelecer-se no Rio de Janeiro e no Espírito Santo com o auxilio de cristãos-novos e de mamalucos. Como medida preventiva, Martim de Sá aconselhou contra estes a fundação de duas aldeias, uma no rio Macaé em frente às ilhas de S. Ana, outra junto à Bahia Formosa, no rio Pereuípe, que já não tem este nome, mas incontestavelmente é o atual São João. Várias vezes recomendou-se a Dom Luís obtivesse das câmaras da colônia uma imposição semelhante ao imposto do consulado na metrópole, para custear uma armada de guarda-costa.

Um caso banal do governo de Dom Luís ganhou retumbância graças às informações farfalhantes de Rocha Pita em sua acatassolada História da América Portuguesa, *Lisboa, 1730 – o de Robério Dias e das minas de prata. Melchior, não Robélio, seu filho, era neto de Caramuru, cuja alcunha traduziu para Moréia, supra, 82, e parente de Gabriel Soares, segundo carta de Pedro Barbosa Leal, publicada pela seção do Sociedade de Geografia de Lisboa no Rio de Janeiro em um dos poucos números de sua efêmera Revista, parcialmente reproduzida por Felisbelo Freire,* Hist. de Sergipe, *49/65. Vieram-lhe às mãos alguns roteiros de Gabriel Soares e levado por eles percorreu durante anos os sertões baianos à cata de minas.*

Seu complicado itinerário, tal qual se pode deduzir do escrito de Leal, interpretou Calógeras, As minas do Brasil e sua legislação, *2, 440/442, Rio, 1905. Cf. Basílio de Magalhães,* Expansão geográfica do Brasil até o século XVII, *24/31, sep. do Congr. de hist. Nac., 2.*

Certo de haver descoberto grandes riquezas, Melchior encaminhouse à corte a requerer mercês para revelá-las. De 10 de junho e 16 de outubro de 1607 são duas consultas relativas a Melchior Dias Moréia e Domingos de Araújo, seu sobrinho, citadas por Varnhagen, Hist. geral[1], *1, 319 (sic), mas até hoje desconhecidas. Suas pretensões colidiam com as faculdades de superintendente de todas as minas do Brasil concedidas a Dom Francisco de Sousa e não podiam ser bem acolhidas.*

Impaciente com as delongas, Melchior voltou para suas terras de Sergipe, mas Domingos de Araújo ainda em 1617 continuava impetérrito em seus requerimentos.

Desde a chegada de Dom Luís a Pernambuco Melchior Dias abor-

dou-o sobre o assunto, e a carta régia de 18 de julho, escrita de S. Lourenço e assinada por Filipe III, respondendo às do governador-geral de 30 de março e 8 de maio de 1617, reza: "foi acertado o que escrevestes a Melchior Dias Moréia, para dar princípio às cousas das minas de prata".

Em novembro deste ano o governo da metrópole concedia liberdade de mineirar a quantos quisessem fazê-lo sob a reserva do quinto, e uma carta régia de 7 do mesmo mês, publicada por Andrade Silva, Coleção cron. da legisl. Port.*, 2, 261, Lisboa, 1855, "tendo consideração ao largo tempo que há que trata este negócio sem se tomar nele resolução certa" isto mandou comunicar a um sobrinho de Melchior que andava na capital. Dom Luís parece ter se interessado pelo pretendente, pois mais tarde foi autorizado, no caso das minas serem reais, a prometer-lhe "o foro de fidalgo e título de administrador das minas e nas terras que pretende todo o favor e mercê que sem dano de terceiro houver lugar".*

O governador-geral demorou em Pernambuco até começos de 1619, e parece ter ido à casa de Melchior logo que chegou à Bahia. O insucesso das experiências foi completo. Melchior tomara por prata umas pedras brilhantes conjectis forte in micantes lapillos oculis, argentum inesse arbitrabatur escreve Barlaeus, Rerum per octennium, etc., 316, Amsterdã, 1647. Anos mais tarde Salvador Correia, testemunha de vista, assegurava de que das malacachetas indicadas por Melchior o exame feito por fogo deu fumo por azougue nada, R. T., 63, I, 10. "O governador foi com muita gente principal, soldados e fundidores às serras de Tabaianas", informa Severim de Faria, História portuguesa*, 21, "e se achou não haver ouro nem prata, pelo que o governador mandou prender o Belchior Dias, entendendo que fora dele enganado." Uma carta régia de Lisoba, 10 de março de 1620, aprovou o procedimento do governador.*

Por ordem expressa da metrópole Dom Luís de Sousa ficara em Pernambuco para atender aos negócios do Maranhão e uma vez que deixou de mandar socorros por já terem ido diretamente do reino, foi muito estranhado seu procedimento. De sua assistência resultaram grandes vantagens.

Francisco Caldeira partiu para seu destino em 25 de dezembro de 1615, escreve André Pereira, L–O, *99, "dia de Natal em que se deu princípio a esta era de 1616", levando cento e cinqüenta soldados, divididos em três companhias, escolhidos entre seus partidários nas dissensões com Albuquerque, dez*

peças de artilharia, oito quintais de pólvora, munições e mantimentos bastantes. Transportou-os uma esquadrilha composta de um patacho, um caravelão e uma lancha grande, comandados por Pedro de Freitas, Álvaro Neto e Antônio da Fonseca, Berredo, § 403. Deviam ir reconhecendo a costa, assim pela vista como com o prumo na mão, para com facilidade ter-se quem pudesse depois seguir a carreira. Ia embarcado Charles de Vaux, o Itajuba dos índios, o braço de ferro, Almeida, Memórias*, 2,12, antigo companheiro de Riffault, agora conciliado, de quem Caldeira devia fazer muito conta com a cautela devida,* L–O, *88.*

O piloto Antônio Vicente Cochado foi correndo a costa, tomando as conhecenças da terra, sondando sempre, fazendo roteiros. Todas as noites dava fundo. Apesar de tudo a viagem correu rápida, durou apenas dezoito dias, como se lê em carta de Lisboa, 4 de setembro, a Dom Luís de Sousa, escrita pelo arcebispo vice-rei. Chegou, portanto, Francisco Caldeira a seu destino em 11 ou 12 de janeiro de 1616: digamos 11 para fazer coincidir esta data com a do trucidamento de Francisco Pinto, oito anos antes. Da benevolência encontrada da parte dos indígenas há testemunhos: cf. Severim de Faria, Hist. port.*, 17, Pastells,* Hist. de la Companhia de Jesus en la provincia del Paraguay*, 1, 275. À fortaleza que fundou deu o nome de Presépio, à terra o de Feliz Lusitania, Severim,* Hist. Port.*, 19. O nome de cidade de Belém já aparece em carta de S. E. da Silveira de 21 de setembro de 1618, data que não pode ser exata, mas em todo caso é anterior a 1624,* L–O*, 203; cf. J. de la Espada,* Viaje del capitan Teixeira,*122, Madri, 1889.*

Se em suas relações com Albuquerque já mostrara gênio irrequieto, mandando agora só Caldeira deu largas às paixões. Fez guerras aos tapuias (guerra aos pacajás, aonde se mataram perto de mil índios, Studart, 1, 223) e verdadeiros horrores com os amigos da língua geral. "Entrou em suspeitas que os tupinambás se queriam levantar contra ele", escreve o jesuíta Jacinto de Carvalho em um fragmento de sua crônica, transcrito por Manuel Barata, A jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco[2]*, 15, "e sem a averiguação que requeria a resolução que tomou, prendeu os mais principais... e os mandou matar tiranamente; e imitando Tulo Hostílio os fez partir e juntamente afogar, atadas as pernas a duas canoas, por lhe faltarem os cavalos, correndo à força de remos contrários rumos".*

Pouco demorou nas terras de Cumá o capitão Martim Soares More-

no, porque, renovando-se uma perigosa fístula, pediu substituto a Albuquerque Maranhão, de quem era subordinado, em um barco velho saiu da baía de Cumá, e sem vela nem aparelho, perdido e quase afogado, foi arribar miseravelmente a S. Domingos. O presidente da ilha, que já o conhecia da arribada anterior, encarregou-o de cabo dos navios que iam partir, mas em poucos dias um temporal dispersou a frota, um pirata francês armado de vinte peças atacou-o, matou quase toda a companhia e com vinte e três feridas, uma cutilada no rosto e uma mão de menos levou-o prisioneiro para Dieppe, aonde entrou a 6 de dezembro de 1616. Era do Havre o pirata, chamava-se Fleury, alguns de seus parentes tinham sido vítimas do prisioneiro e pode imaginar-se como foi tratado le nommé Suarez, qui se disoit sergeant maure Marignan, le quel y avoit assisté les Espagnols dans le combat qu'ils y eurent contre les François, *escreve um cronista citado por Eug. Guénin,* Ango et ses pilotes*, 25, Paris, 1901.*

A pedimento de órfãos e viúvas foi condenado à morte, mas, depois de dez meses de prisão rigorosa "donde gastou mui com sentenças e apelações de que ficou muito empenhado e endividado", pôde o Duque de Monteleon, embaixador de Espanha em França, obter-lhe a liberdade, Studart, 1, 132/133, 136/137.

Voltou então para Portugal e a 26 de maio de 1619 foi-lhe feita mercê da capitania do Ceará, pelo tempo de dez anos, Studart, 1, 232/233. Tomou posse do cargo em 23 de setembro de 1621, Studart, 1, 295; nele continuou até a entrada dos holandeses em Pernambuco.

Albuquerque Maranhão mandara seu filho Matias para substituí-lo em Cumá e, a pretexto de procurar minas para que se oferecia Bento Maciel Parente, enviara ao mesmo tempo a Francisco de Azevedo "homem pouco experimentado e de pouco préstimo para o dito efeito", sendo seu intento mandar buscar e dar guerra ao gentio que na dita paragem assistia de paz e o trouxe por cativo, no reino em começos de 1619, Studart, 1, 191/194, refere Azevedo que fez duas entradas, uma no Turi, outra no Gurupi, em ambas penetrou duzentas léguas, conciliou os tapuias com dádivas, fez descer voluntariamente muitos para beira-mar e ainda seria capaz de abalá-los. Estes tapuias, muito guerreiros, criados em canoas e nelas acostumados a pelejar, eram parentes dos do Pará, afirma. Tais informações são valiosas para a etnografia: tapuias valentes, acostumados a lutar em canoas, deviam ser os carajás: limitados hoje ao médio Araguaia se estenderiam então muito para o norte e para o oriente.

Cf., L-O, *299.*

Sobre o governo de Jerônimo de Albuquerque desde a partida de Alexandre de Moura até sua morte, temos as informações suspeitas e apaixonadas de Maciel. Em setembro de 1617 escrevia de S. Luís para a corte lembrando a "necessidade de desobrigar Jerônimo de Albuquerque da residência do Maranhão pondo no lugar que ocupa outro capitão que seja melhor obedecido". Em meio do ano seguinte informava Gaspar de Sousa que, conquanto lhe faltassem alguns requisitos para poder governar bem, conviria, no caso lhe ser dado sucessor, escrever-lhe que não deixasse "de assistir naquela terra por alguns anos para conservação dos índios e para que com seu bom conselho e parecer suceda tudo nela como convém ao serviço de Vossa Majestade", Studart, 1, 125.

Jerônimo de Albuquerque Maranhão faleceu a 11 de fevereiro de 1618 e deixou o poder a seu filho Antônio, ferido no combate de Guaxinduba, que devia exercê-lo, visto sua pouca idade de vinte e dois anos, assistido por dois assessores que seriam escolhidos pelo povo. Saíram eleitos Diogo (não Domingos, como escreveu Berredo e repetiram Varnhagen e outros) Diogo da Costa Machado e Bento Maciel Parente. Antônio não ligou importância aos assistentes. Diogo, sexagenário pacato, resignou-se; Bento Maciel foi preso e Antônio de Albuquerque pensou até em mandá-lo ao patíbulo uma noite, dizendo diante da oposição que surgiu "ser melhor enforcá-lo que tê-lo por parte". Isto, Studart, 1, 105, escrevia, da cadeia; anos mais tarde em memorial impresso não repetiu as increpações.

Mais graves sucessos ocorriam nas tarras de Cumá.

Houve ali um levante geral de índios, e a causa, escrevia em 30 de novembro Manuel Figueira de Mendonça, vigário do Pará, Studart, 1, 254, "se afirma ser um filho do capitão-mor Jerônimo de Albuquerque pelos muitos e grandes agravos que o dito tinha feito ao gentio". Bento Maciel acrescenta, ib., *148, que os dois irmãos Antônio e Matias tomaram um venábulo, uma espada e duas mulheres de Pacamo, índio principal, pelo que se arruinou e lhes dera o pago se eles com diligência lhe não fogem por mar.*

Yves d'Evreux conheceu este Pacamont, como ele ortografa, grande feiticeiro da terra de Cumá e seu maior potentado petit de corps, vil et abiet, tellement que qui ne le cognoistroit on en feroit fort peu d'estat. Passado al-

gum tempo depois do estabelecimento dos franceses, aproveitou-se de uma barca francesa que fora carregar de farinha, e trazendo com seu séqüito vistosamente emplumado uma de suas trinta mulheres, tinta e retinta de jenipapo de cabeça aos pés, dignou-se vir visitar os vizinhos. Fez-se anunciar a La Ravardiére, dispôs seu pessoal em procissão como melhor lhe pareceu, pôs-se à frente, disse à mulher que o carregasse e nela, escanchado entrou no forte. A conversa foi rápida e, ao que parece, de somenos importância.

Cumprida esta formalidade, revelou o verdadeiro motivo de sua visita: vinha conferenciar com o representante da Igreja.

Explicou a frei Yves que para alcançar o poderio que possuía precisava de gravidade nos gestos e nas palavras; não era como os levianos que cedem ao primeiro impulso; antes de vir pesara bem o passo que ia dar. Até então batizara em nome de seu espírito; soprava e os doentes saravam; confessava e impedia que Jiropari molestasse os confessados; de quem o deprimia, vingava-se lhe comunicando enfermidades. Tudo isto lhe parecia pouco; queria agora que frei Yves o fizesse caraíba, isto é cristão e antes de todos; seu exemplo arrastaria a população inteira. Concluiu: quero ser padre (pai) como tu, fazer-me cada vez mais estimar dos meus. Etc.

Outra longa conferência entre os dois, em que serviu de intérprete o famoso Migan, houve na capela. Pacamont perguntava, expunha dúvidas, com inteligência perspicaz e grande atilamento. O frade mostrou-lhe as diferentes imagens, explicou-lhe a significação, cena bem mais expressiva e humana que o episódio análogo de Paulo a Gama e o Catual. Despediram-se, o índio prometeu voltar.

Quando Pacamont apareceu na sua singular montaria os franceses não puderam conter o riso "voyant un des princes du Brésil monté sur un si beau roussin". *Imagina-se a impressão produzida com toda esta encenação pelo pagé gravebundo sobre os irmãos Maranhão, meio-mamelucos, meio-mazombos, com vinte e dois anos de idade o mais velho, incultos, criados à lei a natureza, avessos à obediência e à disciplina, viciados pelo mando absoluto. O simples prurido da irreverência, o desejo do desacato ao figurão prestigioso bastavam para levá-los a tomar duas das trinta mulheres de Pacamont, o venábulo e a espada, símbolos de sua onipotência, porque sem dúvida ninguém mais tinha daquilo nas redondezas.*

Pacamont era o maior e o mais estimado entre todos os principais dos países do Maranhão, assegura Yves d'Évreux, Voyage, *325. Tamanho era seu poderio ali que bastara a sua palavra para abalar todos os habitantes: fino e matreiro quanto um selvagem pode ser.*

Para vingar a afronta, o movimento rompeu universal.

De Cumá a Caeté foram mortos setenta brancos, segundo uns, cem segundo outros, ainda em vida de Jerônimo de Albuquerque, Studart, 1,254. O morticínio foi executado em uma mesma noite, Almeida, Memórias 2, 16. Os documentos conhecidos não mencionam o índio Amaro, citado por Berredo, § 341, 454: cf. Teixeira de Morais, R.T., *40, I, 87. Um pataxó que poderia levar a notícia ao Pará, talvez comandado por André Pereira Temudo, Studart, 1, 259, ficou detido no Maranhão por falta de âncoras, Studart,* ib., *254. Já o incêndio lambia a ponta de Saparará e Caldeira tudo ignorava.*

Desde meados de 1618 Gaspar de Sousa escrevia, Studart, 1, 126: "Francisco Caldeira Castelo Branco que se venha do Pará, onde faz mil desconcertos, desinquietando os índios, pondo em seu lugar outra pessoa que os conserve para se não rebelarem, e posto que ele escreva outra cousa e conste de seus papéis, isto que digo a Vossa Majestade é a verdade como quem o conhece e sabe como faz."

Os acontecimentos provaram o acerto da previsão do sagaz ex-governador. Antônio Cabral, parente de Caldeira, matou a sangue-frio Álvaro Neto, um dos mais estimados capitães da guarnição do Presepe. O clamor público impôs a prisão do assassino, logo relaxada sob pretexto especioso, e os amigos da vítima, sentindo-se sem garantias, asilaram-se no convento dos franciscanos. Isto exacerbou as iras do mandão que, sem atender às imunidades eclesiásticas, deu origem de porém abaixo a cerca. A cerca principiou a ser derrubada, mas o preso foi ele. Fr. Antônio de Merciana pôs-se à frente da insurreição e organizou governo com Baltasar Rodrigues de Melo. Uma bela manhã de 1618 (não 1617, como escreve Varnhagen) Caldeira achou junto a si Cristóvão Vaz e Antônio Pinto, com dois homens mais, dos quais um, informa Berredo, § 466, levava um grilhão bem pesado, que Antônio Pinto com um punhal na mão lhe fez meter nos pés. Isto foi causa de se porem a monte os índios, dizendo claramente que não queriam paz com homens que não a tinham entre si, pondo logo à nova povoação apertado cerco, infra, 619.

Um navio partido do Pará em princípio de dezembro levou estas

notícias ao reino, Studart, 1, 191, 154; aonde já em fins de janeiro de 19 se deliberava sobre as providências a tomar, Studart, ib*, 194/197. De Lisboa em 16 de fevereiro ordenava-se ao capitão de Pernambuco que remetesse auxílios à nova conquista.*

Diz Simão Estácio da Silveira, Almeida, Mem. do Maranhão*, 2,16, que a pedir socorros em Pernambuco, rompendo o cerco, foi o capitão Manuel Soares de Almeida, e com ele frei Cristóvão de S. José, acrescenta Jaboatão, Preâmbulo, § 198. Com o mesmo destino seguiu Diogo da Costa Machado que, desejoso de evitar desavenças com Antônio de Albuquerque, visitara o Pará para tomar conhecimento da terra e poder levar informações ao reino. Por parecer de todos fez viagem do Maranhão por Pernambuco, aonde o governador-geral poderia acudir mais depressa com socorros por estar mais perto, Studart,* ib.*, 244. No Maranhão Antônio de Albuquerque entregou-lhe preso Bento Maciel Parente, afirma Berredo, § 469, mas o contrário resulta das palavras de Maciel, que já estava solto.*

A Dom Luís, que continuava em Pernambuco, tomou rápidas decisões. A Jerônimo Fragoso de Albuquerque recém-chegado do reino, aonde fora por comissão de Alexandre de Moura, nomeou capitão-mor do Pará. A Diogo da Costa Machado passou em 22 de março um regimento equiparando seus poderes aos de Antônio de Albuquerque: se os dois divergissem, seria chamado a conselho o provedor da fazenda Luís de Madureira, e se faria o que fosse decidido pela maioria. Na mesma data lavrou outro regimento para Bento Maciel Parente, incumbindo-o de fazer guerra aos índios levantados. Um assento, tomado nos termos da Lei de 10 de setembro de 1611, Andrade e Silva, Coleç. Cron*, 1, 309/312, declarara a guerra justa e condenava à escravidão os prisioneiros feitos em guerra.*

Com três navios, muitos soldados, índios, munições, mantimentos, Severim de Faria, Hist. Port., 22, Jerônimo Fragoso de Albuquerque partiu em março, a 16 diz Berreto, § 470, mas deve ter sido depois, porque os regimentos são de 22. Em começo de abril chegou ao Maranhão. Acompanhou-o até ali Diogo da Costa Machado, a quem Antônio de Albuquerque não admitindo partilha de autoridade, entregou o poder depois de 9 de abril, Studart, 1, 162, desistindo do cargo. Machado trazia a provisão particular para este caso, Studart, 1, 245.

Em Cumá a situação melhorara. Cumprido o morticínio, os índios

fugiram para o sertão, Studart, 1, 191. Matias com quarenta e três soldados armou uma expedição em agosto de 1618, subiram o rio Gurupi duzentas e quarenta léguas, assolando, destruindo e já estava de volta em fins de março seguinte, Studart, ib., *162, 199, Berredo, § 452/455.*

No Pará em 7 de janeiro de 1619 (não 1618, como escreveu Varnhagen) Gaspar Cardoso matou o principal Cabelo-de-Velha, os sitiantes perderam o ânimo e deles se separaram alguns dos tapuias confederados. Guarnipocabá, maioral de alguns destes, auxiliou os sitiados na defesa, Jaboatão, Preâmbulo, *§ 197.*

Fragoso levara ordem de tomar quarenta soldados do Maranhão donde saiu a 16 de abril, e já estava no Pará a 7 de maio, Studart, ib., 120, 226. Com ele, provavelmente comandando-os, partiu Matias, seu primo co-irmão. Seguiu igualmente Antônio de Albuquerque para ver o estado da conquista e poder informar a corte, aonde iria alegar serviços e apresentar requerimentos e requerer mercês, Studart, 1, 218. Cf. Melo, Biografias*, 3, 124 e seguintes, onde existem numerosos documentos sobre os dois irmãos; no mesmo volume há uma biografia sumária do conquistador do Maranhão.*

Apenas chegou ao Pará, Jerônimo Fragoso prendeu os revoltados que mandavam e Francisco Caldeira e Antônio Cabral, o assassino de Álvaro Neto, que tinham provocado o motim. Escapou frei Antônio de Merciana, porque o poder civil não tinha armas contra o clero. Os presos foram enviados para Portugal, Studart, 1, 216. Consta que Francisco Caldeira acabou os dias no Limoeiro, L-O, *309.*

Depois da morte do Cabelo-de-Velha os tupinambás tinham-se retraído, mas continuavam fortificados a umas sessenta léguas da povoação em número de vinte mil, acrescidos de infinito gentio tapuia que se agregara. Em sua carta de 9 de maio, Studart, ib., 215, Fragoso comunicava a resolução de ir dar-lhes guerra dentro de dez dias.

Partiu a 4 de junho, Berredo, § 475, no rumo do Tocantins e Pacajá e tais foram seus feitos que nunca mais indígenas afrontaram a povoação. Fragoso faleceu em setembro, envenenado, segundo Sebastião de Lucena, L–O, 309, deixando seu primo Matias por sucessor; mas o povo não o quis e elegeu Custódio Valente e frei Antônio de Merciana; depois assumiu o governo o capitão Pedro Teixeira, que desde a fundação do Presépio tornava cada dia mais notável a audácia, a bravura e a felicidade dos cometimentos. Por fim Dom

Luís de Sousa nomeou capitão mor a Bento Maciel Parente, que tomou posse a 18 de julho de 1621, Berredo, § 489.

Informa Duarte de Albuquerque Coelho, Mem. diárias, *39 v. que Bento Maciel Parente se criara desde pequeno em Pernambuco, onde era muito aparentado. Ele próprio em memorial impresso, não reimpresso até hoje, diz que combateu com os ingleses no Recife, naturalmente os de Lancaster em 1595, até se retirarem, andou treze meses nas guerras da Paraíba, quinze nas do Rio Grande, três vezes embarcou em armadas do estado, em uma das quais houve mortos e feridos, entrou oitenta léguas pelo sertão da Bahia à cata de salitre. Em 1608 (sic) embarcou com Dom Francisco de Sousa para São Vicente, onde residiu seis anos, três como capitão das minas e descobrimentos, três como sargento-mor das cinco vilas daquele governo. Estava em Pernambuco quando Alexandre de Moura foi ao Maranhão e acompanhou-o em navio armado à sua conta. Moura encarregou-o das entradas e subiu os rios Mearim, Pindaré, Maracu, Gurupi, combatendo e vencendo os guajaijaras. Jerônimo de Albuquerque incumbiu-o de uma expedição contra homens fugidos da conquista e contra os selvagens que os tinham acoutado, Studart, 1, 158, e nomeou-o capitão dos moradores do Maranhão; foi capitão do forte de Itapari e reconstruiu-o.*

Declara Maciel que só ficara no Maranhão porque os índios lhe deram notícia de minas, em que era experimentado, Studart, ib., 145, e sua desarmonia com os Maranhões começou pela preferência dada a Francisco de Azevedo em novembro de 1617 para o reconhecimento da serra de Toicoara.

Quando chegou de volta a Pernambuco, Dom Luís de Sousa deu-lhe, em data de 22 de março de 1619, um regimento em 20 artigos, cometendo-lhe a guerra contra os tupinambás.

No Maranhão Antônio de Albuquerque lhe entregaria oitenta soldados tirados do presídio e mais gente disponível, o provedor da fazenda 200 mil réis para resgates. Como Jerônimo Fragoso levava socorros em navios, Maciel começaria por terra em Cumá, atacando o inimigo pelas espaldas para desafrontar os nossos, servir de diversão aos índios sitiantes que acudiriam às aldeias pelas mulheres e filhos, obviando a falta de canoas que devia haver no Pará. Se o Pará já estivesse tomado, Maciel viria fazendo a guerra do Pará para o Maranhão.

Bento Maciel afirma em seu memorial que em Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte levantou oitenta soldados e quatrocentos índios frechei-

ros. Os soldados seriam dos indicados por Alexandre de Moura, L-O, 48/49, "acostumados a má vida e ruins comeres, calejados dos bichos e das chagas". Começou a guerra em Tapuitapera e prosseguiu matando e destruindo até o Pará, cujo cerco levantou, assegura com pouca verdade ou grande exagero.

No Pará abriu devassa sobre os implicados no motim passado, como Dom Luís lhe prescrevera, mas com tão pouca discrição se houve que os culpados fugiram. Sua demora foi pequena ali; investiu pelo rio Guamá, Studart, ib., 259, e penetrou duzentas léguas, segundo afirma. Sabendo da morte de Fragoso, aproximou-se do povoado, no intuito de empolgar o poder, ao que parece; mas Custódio Valente, capitão-mor interino, frustrou-lhe o bote, Studart, ib., 257/263. Voltou para o Maranhão; a 20 léguas da barra do Itapucuru fundou um forte por ordem do governador-geral, guarneceu-o com quarenta soldados, povoou-o com alguns moradores, estabeleceu junto duas aldeias de índios de paz, cf., Silveira, nas Memórias do Maranhão, 2, 14. Foi depois ao Pará de capitão-mor, como já ficou dito. Frei Vicente, infra, 498, dá Bento Maciel como enviado por Diogo de Mendonça Furtado, mas equivocou-se.

Em seu governo, que durou até substituí-lo Manuel de Sousa de Sá em 6 de outubro de 1626, desenvolveu grande atividade; reconstruiu o forte do Presepe, levantou igrejas, abriu caminho por terra do Pará para o Maranhão, a cinqüenta léguas da costa, na extensão de 110 léguas, em guerra contínua com os naturais percorreu as duas margens do Amazonas, ate o Jenipapo-Paru de um lado, até o Xingu-Parnaíba do outro, fazendo cousas que bem consideradas excedem aos serviços de Fernão Cortês, assegura: por aí pensava que corria a linha de Tordesilhas e começavam as terras espanholas e por isso não passou adiante.

Na arribada a Porto Rico, Manuel de Sousa de Sá, L-O, 120, 185, colheu as primeiras notícias da presença dos holandeses no Amazonas. Confirmou-as Francisco Caldeira que se ofereceu para expulsá-los do cabo do Norte, Studart, 1, 255; em seu tempo queimaram-lhes um navio Pedro de Teixeira e Gaspar de Freitas de Macedo, Berredo, § - 420/427. Transmitiu vários pormenores Bento Maciel em janeiro de 1622, Rudolf R. Schuller, Jorn. do Com.*, de 12 de janeiro de 1914. A luta contra eles iniciou Luís Aranha de Vasconcelos que chegou a Belém em maio de 1623, entrou Xingu-Parnaíba e destruiu os dois fortes de Maturu e Nassau,* L–O*, 231/234. De passagem se nota que os índios de língua geral muitas vezes chamavam maus, ahiba, os rios em que defrontavam*

gentio de línguas travadas, hoje chamadas gíria na Amazônia. No Xingu habitaram aruãs, infra*, 501.*

Bento Maciel continuou a obra de Aranha, prendeu e matou mais de duzentos estrangeiros, provocou o incêndio de um navio que não quis render-se, tomou três forças, seria uma para os lados de Gurupá; de outra contém notícias menos sumárias uma carta de Bernardo O'Brien, cópia na Bibl. Nac., que aos 17 anos, em 1621, veio ao Amazonas com Henrique ou Francisco Ro, companheiro de Drake e Raleigh. Trouxe-os com cento e vinte quatro pessoas um navio de duzentas toneladas, que feitos os resgates, deixou com bastantes munições e mercadorias em Pataui, depois chamado Cocodivae, sessenta 1éguas da foz, doze irlandeses e quatro ingleses. O'Brien, seu capitão, fundou um forte, subiu o rio centenas de léguas, avistou-se com as amazonas "que tiene las tetas derechas chicas como los hombres com artifício do modo que no crezen para tirar los arcos y las izquierdas largas como otras mujeres", *varou pelas Guaianas, saiu no Suriman, donde tornou a Cocodivae. A gente um navio holandês comandado por Abstan, que queria se estabelecer perto, obrigou a ir para mais longe fixar-se em Gurupá. Em 1623 chegaram uma nau de guerra holandesa e uma pinaça e aproveitou o ensejo voltar ao velho mundo com avultada carga de tabaco e algodão que na Holanda deram dezesseis mil escudos. Ficou comandando o forte Filipe (sic) Porcel, irlandês como ele, que foi atacado por Bento Maciel, vencido e levado prisioneiro para Belém, Studart, 2, 246. Em junho de 1627 Maciel partiu do Pará pelas Índias ocidentais, onde encontrou Porcel e outros prisioneiros levados por frei Antônio da Merciana, que conseguira sua liberdade de Manuel de Sousa de Sá.*

No tempo de sua assistência na península fez três publicações interessantes para fundar seus requerimentos, todas escritas em castelhano. Numa, citada por Teixeira de Morais, R. T., *40, 1, 93, mas desconhecida até pouco tempo, expõe os serviços prestados em trinta e seis anos. Noutra para a divisão das terras novas em capitanias hereditárias apresenta um plano que serviu de base à repartição feita pouco depois pelo governador Francisco Coelho de Carvalho. Na última propõe várias medidas em bem do Pará e do Maranhão.*

Diogo da Costa Machado, poucos dias depois de assumir o governo teve de acolher uma leva de colonos das ilhas dos Açores, cuja introdução

fora tratada pela coroa com Jorge de Lemos Betancor. Parte deveria continuar viagem para o Pará, mas a incerteza sobre a situação em que se achavam as cousas, aconselhou que ficassem todos no Maranhão. Feita a resenha, apurou-se que tinham desembarcado dos três navios da companhia de Betancor noventa e cinco casais e neles com alguns mancebos mais se acharam quinhentas e sessenta e uma almas, Studart, 1, 241.

Pareceu próprio o ensejo para instalar uma câmara que não existia; um dos eleitores foi Bento Maciel Parente; saiu vereador Simão Estácio da Silveira, autor da Relação citada, supra, *70. Para ficar bem instalada, a Câmara pediu em carta a el-rei de 9 de dezembro de 1619 um livro das Ordenações do reino, uma bandeira para saírem fora nas procissões, vinte varas vermelhas com as armas pintadas para os oficiais da câmara, dois livros, um para se registrarem as provisões reais e outro para os assentos, algum papel e uma campainha e tinteiro de latão com salva. Studart, ib., 238.*

Cabia às câmaras municipais marcarem o preço dos gêneros e desta faculdade utilizou-se logo a do Maranhão, um real de prata o arrátel de peixe-boi, havendo-o em tanta quantidade pelo rio acima, informa Jorge de Lemos Betancor. E, acrescenta, "os franceses que aqui estão tratam nisto e se fazem ricos, só não querem dar senão a dinheiro de contado, e uma galinha val uma pataca, havendo infinitas na terra e tudo sai por este teor. Com a povoação que fiz ordenamos Câmara e deixo tudo reduzido a resão", Studart, 1, 213.

Em sua carta de 9 de dezembro de 1619 a câmara pedia que fosse mandada para todos os vizinhos "a provisão dos cidadãos do Porto que V. Majd. concedeu a estes moradores para as suas Câmaras", Studart, 1, 238.

Em 1636, Bento Maciel requeria de novo para as cidades de S. Luís e Belém os privilégios de infanções, de que gozam os cidadãos da cidade do Porto, L-O, *196.*

Foram concedidos depois, sob a dinastia bragantina e representavam uma espécie de párvula charta.

Os privilégios concedidos aos portugueses por Dom João 2º em Évora, a 1 de junho de 1490, dispunham R. T., *8, 513, 514 que não fossem metidos a tormentos por malefícios que tivessem e fizessem daí por diante, salvo nos feitos e daquelas qualidades e nos modos em que o devam e são os fidalgos do reino e senhores;*

que não pudessem ser presos por nenhum crime, somente sobre mensagens e assim como são e devem ser os fidalgos;

que pudessem trazer e trouxessem por todos os reinos e senhorios quais e quantas armas lhes aprouvesse, de noite e de dia, assim ofensivas como defensivas;

que não pousassem com eles nem lhes tomassem suas casas de moradas, adegas, nem cavalariças, nem suas bestas de sela, nem outra nem uma cousa de seu contra suas vontades e lhes catassem e guardassem inteiramente suas casas e houvesse com elas e fora delas todas as liberdades que havia os infanções e ricos-homens;

que os serviçais agrícolas só fossem a guerra com os patrões.

Em sua carta de 10 de dezembro, Diogo da Costa Machado refere-se à descoberta recente de um gentio "a que chamam os barbados, que confinam com os rios, Mony, Tapicuru e Meari, gente que por tradição se prezam de descenderem dos portugueses que aqui se perderam nos tempos passados e assim não hão querido nunca a amizade dos franceses, dizendo que não eram dos verdadeiros brancos a que eles chamavam peroos", Studart, 1, 246, cf., 242.

Machado tratou de entabular com eles relações amistosas, mas se, como parece, os barbados eram os guianases referidos por Berredo, § 486, o resultado de seus esforços resultou negativo.

Data de junho de 1618 a resolução de separar do Brasil a administração da nova conquista, Studart, 1, 141/142. O regimento passado em 7 de novembro de 1619 a Sebastião Barbosa para ouvidor do Maranhão já dispunha que daria apelações para a Casa de Suplicação de Lisboa, não para a relação da Bahia, Andrade e Silva, Coleç. Cron., *2, 317.*

O governo independente, criado por carta regia de 13 de Junho de 1621, afinal foi provido a 23 de setembro de 1623 em Francisco Coelho de Carvalho, que já administrara a Paraíba. De seu regimento alguns capítulos figuram em Studart, 2, 236/243, sem data.

A nomeação não parece ter sido das mais felizes.

À vista da demora produzida por causas diversas, Berredo, § 516, Diogo de Mendonça Furtado fez capitão-mor do Maranhão a Antônio Muniz Barreiros, que partiu de Pernambuco a 11 de março de 1622 levando gado e fazendas em dois navios, Studart, 1, 300. Acompanharam-nos os jesuítas Luís Figueira, o da missão trágica do Ceará em 1607, e Benedito Amodei, siciliano. O povo recebeu-os mal e não consentiria em sua permanência se não fossem as ordens terminantes do governador-geral. A 16 de agosto de 1624 aportaram em S. Luís dezoito capuchos com que frei Cristóvão de Lisboa ia instalar a custódia lembrada por Gaspar de Sousa, Studart, 1, 129.

De Barreiros possuímos duas cartas, uma levada para além-mar por seu antecessor, Diogo da Costa Machado, Studart, 1, 300/303, conheci-

da apenas em extrato, outra integral, L-O*, 225/227. Há três cartas de frei Cristóvão, união ao confrade Antônio da Merciana, duas ao irmão Manuel Severim de Faria, em que faz grandes acusações ao capitão-mór Barreiros e amargas queixas de Luís Figueira:* L-O*, 233/251, Studart, 199/216: a edição de Studart é, em geral, mais correta que a da Bibl. Nac. Em 20 de janeiro de 1627 o custódio comunicava ao irmão (Frei Vicente) frade de nossa conquista do Brasil me mandou dizer que escrevia a história do Brasil . Foi tão honrado que me mandou pedir alguma cousa das que aqui fizemos para as inserir nelas. Mandei-lhe a relação de toda e agora quatro milagres autênticos.* L-O*, 249. Dois dos milagres vão mencionados, infra, 536.*

Frei Cristóvão tinha-se separado do governador Carvalho em Pernambuco, onde Matias de Albuquerque o reteve até os holandeses serem expulsos da Bahia, de modo que só assumiu o cargo a 3 de setembro de 1626, Berredo, § 558.

Acompanhou-o até o Maranhão Manuel de Sousa de Sá, nomeado capitão do Pará, que prosseguiu viagem e em 6 de outubro rendeu a Bento Maciel Parente. Manuel de Sousa d'Eçá *ou de Sá? O nome aparece dos dois modos, quer impresso quer manuscrito. José Carlos Rodrigues e Carlos Sampaio tiveram a bondade de examinar o autógrafo guardado no Museu Britânico: um leu d'Eça, outro leu de Sá; a Carlos Sampaio deve-se a cópia do documento publicado L-O, 185/188.*

Manuel de Sousa é a figura mais simpática dos primeiros tempos da nova conquista. Nasceu na capitania de Ilhéus, Jornada *168, e anos mais tarde lembrava os serviços prestados pelo padre Domingos Rodrigues, egresso da Companhia, na pacificação dos aimorés e guaitacases. Deixou a provedoria de órfãos e ausentes de Pernambuco para levar socorros ao presídio do Rosário, Studart, 1, 113, aonde foi o primeiro a provar armas com os franceses e os obrigou a reembarcarem. Como capitão de aventureiros (voluntários) acompanhou a Jerônimo de Albuquerque, batendo-se no combate de Guaxinduba, reprovou as negociações de tréguas e só assinou o auto à força para remir seu vexame, depois de dares e tomares com o capitão-mor. Incumbido de levar comunicações a Pernambuco, arribou em Porto Rico, colheu e redigiu as primeiras informações sobre a presença de estrangeiros nas terras do cabo do Norte,* L-O, *119/121.*

Do Reino, depois de escrever uma substancial relação dos sucessos recentes, que é um jorro de luz sobre a jornada milagrosas, L-O*, 123/129, foi mandado com armas, munições e soldados a Pernambuco na mesma caravela que transportava Diogo de Campos à península, comandando-a acompanhou Alexandre de Moura até a entrega da ilha do Maranhão. Partiu logo para o reino; a 28 de junho de 1617 chegou a Belém com quatro franciscanos, provido no cargo de provedor da fazenda real da capitania, Berredo, § 443, Varnhagen,* Hist. Geral[2]*, 452. No ano seguinte ou em 1619 andava nas caravelas de aviso,* L-O*, 187.*

Prevendo os desvarios de Caldeira, Gaspar de Sousa indicou para substituí-lo a "Manuel de Sousa de Sá que naquela conquista tem bem servido e sabe a língua, além de ter partes e qualidades para isso, Studart, 1, 127. Nomeado para o cargo apresentou um memorial com as medidas necessárias para bem desempenhá-lo, L-0, 185/188. Só partiu com o governador Carvalho, e de Pernambuco foi com Dom Francisco de Moura para a guerra da Bahia, combatendo até ao fim.

No Pará foi talvez o fundador do forte de Gurupá. O seu memorial salienta a importância capital deste ponto, ao contrário de Bento Maciel, que anos mais tarde opinava por seu desmantelo, L-O*, 195, não levado a efeito graças às valiosas ponderações de Dom Luís de Sousa, conde do Prado, Studart, 3,33.*

Pouco tempo se houve bem com Francisco Coelho de Carvalho, que o mandou prender. Morreu no cárcere como seus sucessores imediatos, Aranha de Vasconcelos e Luís do Rego de Barros, L-O*, 309. Nem uma carta sua desse tempo chegou a nossos dias e pouco nos adianta Berredo, ora inexato, ora impreciso, todo enlevado nas louçanias de seu estilo rebuscado.*

Foi muito censurado Manuel de Sousa de Sá por ter dado liberdade, permitindo acompanhassem a frei Antônio da Merciana, aos prisioneiros de Cocodivae, L-O*, 191, Studart, 2, 246. Estes deram consigo em Holanda, encontrara Bernardo O'Brien e tanto exaltaram seu conhecimento da Amazônia, sua perícia na língua da terra, sua influência entre os naturais que o conselho de Zelândia chamou-o, confiou-lhe quarto navios, uma companhia de soldados irlandeses, ingleses, franceses e holandeses e o fez capitão-geral, marchante-maior, piloto-maior e língua dos navios.*

O'Brien saiu de Zelândia a 24 de janeiro de 1629 com dois navios, um de dezoito peças de artilharia de bronze e ferro, outro de seis, entrou pelo Amazonas, fez em Toherego um forte com uma peça de artilharia e quatro pedreiros, onde deixou os dois irlandeses encontrados em Holanda, Diogo Porçal e Matias O'Mallon – Gomes Procel e Martonimor Lê-se L-O, *191.*

Com quarenta e dois soldados internou-se para tratar com os naturais, mas na distância de quarenta léguas soube que o forte estava sendo atacado e tornou a toda pressa. Eram duzentos brancos e sete mil índios mandados do Pará pelo capitão-mor Manuel de Sousa às ordens de Pedro da Costa Favela (ele diz pelo governador do Maranhão, mas sabemos que foi pelo capitão-mor do Pará). Travou combate e apesar de ferido desbaratou-os e obrigou-os à retirada. Os sitiantes sabendo que se chamava Bernardo, apelidaram-no Bernardo del Cárpio, nome sob que figura em papéis portugueses e espanhóis.

Em setembro, novo ataque por trezentos portugueses e quinze mil índios mandados por Pedro Teixeira, que foi obrigado e levantar o acampamento e recolher-se a um fortim. Nesta ocasião apareceram um navio zelandês com socorros, dois ingleses com ordem do rei de Inglaterra aos irlandeses de prestarem obediência sob pena de traição. Estes vendo que, quer triunfassem zelandeses quer ingleses, ficaria dominando a heresia, abriram negociações com Teixeira e entregaram o forte mediante condições que foram aceitas e juradas na presença de frei Luís d'Assunção, capelão-mor da tropa.

As condições foram escandalosamente violadas, os capitulantes desterrados para Caeté e outras partes; de seus bens apossaram-se o governador, o ouvidor, Pedro Teixeira. Isto, junto a queixas contra a rapacidade de Coelho, a morte de Manuel de Sousa no cárcere, provocou indignação geral de que se constituiu eixo frei Cristóvão de S. José, pregador régio, custódio dos capuchos. Do púlpito bradou: não espanta que uma cobra mate um veado; em Pernambuco ouvi dizer que um coelho tragou um navio com toda a sua enxárcia. Era uma alusão ferina ao governador. À meia-noite o convento dos franciscanos foi apedrejado, e morto um frade parecido com o pregador, quando acendia uma vela na lâmpada do altar-mor.

Bernardo del Carpio O'Brien saiu do Maranhão a 23 de novembro de 1634, encontrou-se em Holanda com o jesuíta paulista Manuel de Morais, que apostatara, passou a Espanha e ali escreveu o memorial aqui aproveitado.

Que crédito merece? Salvo o caso das amazonas suas afirmativas conciliam-se todas com as dos portugueses.

Os holandeses do Amazonas estabeleceram feitorias, construíram fortes, comerciaram pacificamente com os aruãs e deferiram bastante do que na Índia e no Brasil atacaram terras já colonizadas. O mesmo fizeram nas Guianas, aonde comerciaram com os caraíbas, de quem tomaram a palavra Anoto para designar urucu. Cf. os interessantes estudos de G. Edmundson na English historical Review, *16/19.*

O capítulo 9º bruscamente interrompido, infra, 490/491, pode completar-se com Severim de Faria, Hist. portuguesa, *12, onde o copista escreveu Pernambuco em vez de Rio de Janeiro. Cf. Studart, 1, 198.*

Sobre a conquista e reconquista da Bahia apareceram vários escritos infra, *563, entre eles um de Severim de Faria, que não foi possível consultar, e outro do jesuíta Bartolomeu de Guerreiro, que o nosso autor não utilizou muito.*

A este refere-se em termos pouco favoráveis frei Cristóvão de Lisboa numa das cartas referidas acima. Só em nossos dias foi impressa a narrativa dos sucessos feita por Antônio Vieira, adolescente que neste primeiro ensaio revela a possança de suas asas. Frei Vicente assistia ao drama de dentro da cidade sitiada, Vieira do campo dos sitiantes.

Na English historical Review *G. Edmundson começou, mas não concluiu, uma importante monografia sobre os holandeses no Brasil a partir de 1624.*

. . . .

Capítulo I

Da vinda do décimo governador do Brasil Gaspar de Sousa e como veio por Pernambuco a dar ordem à conquista do Maranhão.

SABIDA por Sua Majestade a nova da morte de Dom Francisco de Sousa, tornou a juntar o governo do Brasil todo em um e o deu a Gaspar de Sousa. E, porque os franceses em o ano de 1612 tinham a povoar o Maranhão dizendo que não tinham os reis de Portugal mais direito nele que eles, pois Adão o não deixara em testamento mais a uns que a outros, com este pretexto trouxeram doze religiosos da nossa ordem capuchinhos para converterem os gentios, meio eficacíssimo para com muita facilidade os pacificarem e povoarem a terra, mandou Sua Majestade ao governador que viesse por Pernambuco para daí dar ordem a lançar os franceses do Maranhão e o povoar e fortificar, pois era da sua conquista pela coroa de Portugal, e que Dom Diogo de Meneses, seu antecessor, se fosse para o reino, pois tinha acabado o seu triênio, e ficassem governando a Bahia, enquanto ele a ela não vinha, o chanceler Rui Mendes de Abreu e o provedor-mor da fazenda Sebastião Borges. Aos quais, por serem ambos muito velhos e enfermos, ajuntou o governador por sua provisão Baltasar de Aragão, aqui morador, por capitão-mor da guerra por terra, por ter aviso que vinham inimigos à terra, e em Pernambuco para a do Maranhão a Jerônimo de Albuquerque, que mandou com cem homens por mar em quatro barcos descobrir os portos, e o que neles havia.

O qual, discorrendo a costa avante do Ceará, foi até o buraco das Tartarugas, e ali fez uma cerca e deixou um presídio donde, mandando o capitão Martim Soares Moreno em um barco a descobrir o Maranhão, se tornou a Pernambuco a dar conta ao governador do que tinha feito e pedir mais gente e cabedal para a conquista, que o governador dilatou até a vinda de Martim Soares e sua informação, ocupando-se entretanto no governo político e administração da justiça, sem em esta fazer a exceção de pessoas, pelo que era amado dos pequenos e temido dos grandes. Fez também fazer algumas obras importantes, como foi uma formosa casa para a alfândega sobre o varadouro, onde se desembarcam as fazendas das barcas, e algumas calçadas nas ruas da vila, e uma mui comprida no caminho de Jaboatão, onde com a muita lama atolavam os bois e carros, e não podiam trazer as caixas de açúcar dos engenhos.

Em este ínterim foi Martim Soares seguindo sua viagem, descobrindo e reconhecendo a baía, rios e portos do Maranhão, e por via de indios levou recado ao reino que estavam ali franceses em comércio, com o qual avisou mandou Sua Majestade ordem ao governador que tornasse a enviar a este descobrimento o dito Jerônimo de Albuquerque.

. . . .

Capítulo II

De como mandou o governador a
Jerônimo de Albuquerque a conquistar o Maranhão.

ELEITO Jerônimo de Albuquerque por capitão-mor da conquista do Maranhão, como temos dito, se foi logo às aldeias do nosso gentio pacífico e, por lhes saber falar bem a língua e o modo com que se levam, ajuntou quantos quis. Um contarei só do que houve em uma aldeia, para que se veja a facilidade com que se leva este gentio de quem os entende e conhece, e foi que pôs a uma parte um feixe de arcos e flechas, a outra de rocas e fusos, e mostrando-lhos lhe disse: "Sobrinhos, eu vou à guerra, estas são as armas dos homens esforçados e valentes, que me hão de seguir; estas das mulheres fracas e que hão de ficar em casa fiando; agora quero ouvir quem é homem ou mulher." As palavras não eram ditas, quando se começaram todos a desempulhar e pegar dos arcos e flechas, dizendo que eram homens e que partissem logo para a guerra. Ele os quietou, escolhendo os que havia de levar, e que fizessem mais frechas e fossem esperar a armada ao Rio Grande, onde de passagem os iria tomar.

Não ajuntou com tanta facilidade o governador os soldados brancos que queria mandar, porque, exceto alguns que por sua vontade se ofereceram a ir, os mais nem com prisões podiam ser trazidos, porque, como os traziam de longe e por matos dos engenhos e fazendas, de noite

fugiam e de dez não chegavam quatro. Porém também caiu em uma traça mui boa, que foi obrigar aos homens ricos e afazendados, que tinham mais de um filho, que dessem outro, com o que lhe sobejou gente; porque nem um homem destes mandou seu filho sem ao menos mandar com eles um criado branco e dois negros. Também pediu dois religiosos da nossa ordem, e o prelado lhe deu o irmão frei Cosme de São Damião, varão prudente e observantíssimo de sua regra, e frei Manuel da Piedade, letrado, e pregador, mui perito na língua do Brasil, e respeitado dos índios potiguares e tabajaras, assim por seu pai João Tavares, como por seu irmão frei Bernardino das Neves, dos quais temos tratado no livro precedente. E, porque a guerra não havia de ser só contra os índios, senão também contra franceses, que estavam com a fortaleza feita e já prevenidos, deu o governador a Jerônimo de Albuquerque por companheiro o sargento-mor do Estado Diogo de Campos Moreno, soldado experimentado nas guerras de França e Flandres, e que sabia bem formar um campo, e os ardis e tretas da peleja.

Feito isto se embarcaram todos, dia de São Bartolomeu, 24 agosto da era de 1614 anos, em uma caravela, dois patachos e cinco caravelões. Na caravela ia o capitão-mor e seu filho Antônio de Albuquerque por capitão de uma companhia de cinqüenta arcabuzeiros, de que era alferes Cristóvão Vaz Muniz e sargento João Gonçalves Baracho; em um dos patachos ia o sargento-mor do Estado Diogo de Campos Moreno com quarenta homens; no outro o capitão Gregório Fragoso de Albuquerque, que ia por almirante, com cinquenta soldados também arcabuzeiros, e seu alferes Conrado Lino e sargento Francisco de Novais. Dos caravelões eram capitães Martim Calado com vinte e cinco homens, o sargento de Antônio de Albuquerque com doze, Luís Machado com quinze, Luís de Andrade com doze e Manuel Vaz de Oliveira com outros doze, e além desta gente branca, iam mais duzentos índios de peleja, que Jerônimo de Albuquerque tinha escolhido nas aldeias da Paraíba e o estavam esperando no Rio Grande os mais deles com suas mulheres e famílias, onde os foi tomar e os repartiu pelas embarcações; lhe requereram os religiosos mandasse ficar as índias que iam sem maridos e algumas outras que já de Pernambuco iam amancebadas e assim se fez.

Dali foram ao buraco das Tartarugas, onde havia deixado o presídio, no qual se havia já provado a mão com os franceses, que ali foram

aportar em a nau *Regente*, e desembarcaram duzentos com o seu capitão às duas horas da tarde, onde lhes saíram o capitão Manuel de Sousa de Sá com dezoito arcabuzeiros, e matando-lhes alguns os fez embarcar, ficando também dos nossos um morto e seis feridos. E deu por causa o Monsieur a quem lhe perguntou porque se retirara, que viram muita gente na trincheira donde os nossos saíram e temera que vindo de socorro lhes não poderiam escapar, não tendo por possível que tão poucos homens houvessem cometido a tantos senão com as costas quentes (como diziam), e confiados nos muitos que trás eles saíram. E os muitos eram vinte soldados que haviam ficado por não terem pólvora e munição, e se assomavam por cima da trincheira a ver de palanque a briga, que na praia se fazia, mas melhor causa dera se dissera que o quis assim Deus. E foi esta vitória como um presságio da que havia de conseguir no Maranhão, para onde se embarcou também Manuel de Sousa com os seus soldados, e Jerônimo de Albuquerque o fez capitão da vanguarda de todo o exército.

. . . .

Capítulo III

Da guerra do Maranhão, e vitória que se alcançou.

DO BURACO das Tartarugas se partiu a nossa armada aos 28 de setembro da dita era e navegando três dias inteiros foi ao quarto surgir à barra de um rio chamado Apareá, onde houve opiniões se fariam ali um forte, dizendo Diogo de Campos que não fossem logo buscar diretamente o inimigo aonde estava com toda a força, mas que lhe fossem pouco a pouco ganhando terra. Contudo Diogo de Albuquerque, digo, Jerônimo de Albuquerque disse que isso era infinito, e mandou ao piloto-mor Sebastião Martins com o capitão Francisco de Palhares e treze soldados que fossem sondar o rio e reconhecer a terra, como foram, e, tendo andado vinte léguas pouco mais ou menos, deram na baía do Maranhão da banda do sul em um bom porto, que lhes pareceu capaz para estar a armada surta. Com a qual informação se fez toda à vela e, navegando cinco dias por onde o batel e tornou, chegou a este porto aos 28 do mês de outubro, dia dos bem-aventurados apóstolos São Simão e São Judas, donde desembarcaram na terra firme e começaram a fazer um forte a que chamaram de Santa Maria, no qual, ainda que de faxina e matéria fraca, *materiam Superabat opus,* e pela boa traça que lhe deu o capitão Francisco de Frias, arquiteto-mor de Sua Majestade em estas partes do Brasil. E este forte se fez ao leste da ilha de S. Luís, onde estavam os franceses, os quais, vendo as nossas embarca-

ções e sabendo pelos índios que traziam por espias a pouca gente que em elas estava, deram nelas uma noite e as tomaram com alguns marinheiros, que se não haviam desembarcado.

E dali a oito dias, que era o de Santa Isabel rainha Portugal, em elas mesmas e nas suas, com mais quarenta e seis canoas em que iam três mil índios frecheiros, se passaram da ilha e foram surgir espaço de dois tiros de mosquete abaixo do nosso forte, onde logo começaram a desembarcar os das canoas e das outras embarcações maiores, ficando o seu general Daniel de Touche, que era Monsieur de Reverdière e calvinista, em as maiores ao pego, esperando que enchesse a maré para sair com os mais.

O que visto pelos nossos e que, se deixavam fortificar em terra e pôr-nos cerco, não era o nosso forte bastante para lhes resistir, nem havia nele mantimentos bastantes para resistir à fome, determinaram sair logo a eles como fizeram, indo Jerônimo de Albuquerque com oitenta arcabuzeiros e cem frecheiros pela montanha e Diogo de Campos pela praia com o resto da gente, que era ainda menos, que ficavam no forte sessenta soldados e alguns índios a cargo do capitão Salvador de Melo, para que, se fosse necessário socorro, o desse. E indo assim marchando o sargento-mor pela praia, chegou um francês trombeta, em uma canoinha que remavam quatro índios, e lhe deu uma carta do seu general Monsieur de Reverdière, de grandes ameaças, se lhe quisessem resistir, e que lavava as mãos do sangue que se derramasse, porque tinha por si o direito da guerra e muito maior força.

A qual carta o sargento-mor meteu entre o véu do chapéu, e mandou o portador com outro véu nos olhos ao forte, para que o tivessem preso entretanto, porque não havia já tempo para mais outra resposta que esperar o sinal que Jerônimo de Albuquerque havia de dar para remeterem. O qual dado, com um grande urro que deu o nosso gentio ao sair da brenha, donde o inimigo se não receava, remeteram também os da praia, indo em meio deles os nossos dois frades, frei Manuel e frei Cosme, cada um com uma cruz em a mão, animando-os e exortando-os à vitória, que Nosso Senhor foi servido dar-lhes, em tal modo que pouco mais de meia hora mataram setenta franceses, e entre eles o tenente do seu general, tomaram vivos nove e puseram os mais em fugida, morrendo dos nossos somente quatro e alguns feridos, entre aos quais foi um o capitão Antônio

de Albuquerque, filho do capitão-mor, com dois pelouros de arcabuz em uma coxa.

Visto pelo general francês este destroço dos franceses e dos seus índios, que ficaram muitos mortos e os mais fugidos, e que esta fora a resposta da sua arrogante carta, se tornou para a ilha com a sua armada e menos arrogância.

. . . .

Capítulo IV

Das tréguas que se fizeram entre os nossos e os franceses no Maranhão.

AO DIA seguinte mandou o general dos franceses outa carta a Jerônimo de Albuquerque, em que lhe fazia cargo do mal que havia guardado as leis da guerra em lha dar sem primeiro responder à outra sua carta, antes prender o portador, ameaçando-o que, se lho não mandava com os mais que lá tinha, havia de enforcar à sua vista os portugueses que tinha na ilha, que haviam levado com os navios. E não se enganasse pela vitória alcançada, cuidando alcançaria outra, porque lhe haviam ficado ainda muitos e bons soldados, fora outros que esperava de França, e muitos milhares de gentios, com que lhes havia fazer cruel guerra e tomar vingança das crueldades que haviam usado com os seus, e assinou-se ao pé da carta "Este seu mortal inimigo Ravardière".

A esta respondeu Jerônimo de Albuquerque que ele senhor de Reverdière fora o que quebrara as leis e prática da guerra, mandando-lhe tomar os navios que estavam com quatro pobres marinheiros desarmados no porto da conquista de Sua Majestade, sem lhe escrever primeiro senão depois de ter lançado em terra junto ao seu forte trezentos franceses e três mil índios armados, que se começavam a fortificar. Donde já não havia outra resposta senão a que dá o direito, que é com uma força desfazer outra e que, se ele lá enforcasse os portugueses cativos, mal seria que faria aos seus que cá tinham.

Estas e outras razões continha a carta, a que logo o francês respondeu com outra já mais branda e cortês, e assim foram as que dali por diante se escreveram de parte a parte, e por fim sucedeu como a jogadores de cartas, que depois de grandes invites e revites, de restos vieram a partido e concerto. Sobre o qual (havido salvoconduto dos generais) vieram ao nosso forte de Santa Maria o capitão Malharte e um cavaleiro da ordem de São João, e foi aos seus navios, onde o general então estava, Diogo de Campos Moreno, colega do capitão-mor, e o capitão Gregório Fragoso de Albuquerque, seu sobrinho e, depois de declararem uns e outros o que queriam e assentarem que o general francês, pois cometia as pazes, fizesse os capítulos delas, se vieram os nossos mensageiros e se foram os seus, e ao dia seguinte tornou o capitão Malharte com os capítulos por escrito que era os seguintes:

Forma das tréguas.

"Artigos acordados entre os senhores Daniel de La Touche, senhor de la Ravardière, lugar-tenente-general do Brasil pelo cristianíssimo rei de França e de Navarra, agente de Micer Nicolas de Harley, senhor de Sancy, do conselho de Estado do dito senhor rei e do conselho privado, barão de Molé, e Grosbuas; e por Micer de Razilly, entre ambos lugares-tenentes-generais por el-rei cristianíssimo em as terras do Brasil com cem léguas de costa com todos os meridianos em elas inclusos; e Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor pela Majestade de el-rei Filipe Segundo da jornada do Maranhão, e assim o capitão e sargento-mor de todo o estado do Brasil, Diogo de Campos, colega e colateral do dito capitão-mor, etc.

"Item – Primeiramente a paz se acordou entre os ditos senhores do dia de hoje até o fim de novembro do ano de 1615, durante o qual tempo cessarão entre eles todos os atos de inimizade, que hão durado de 28 de outubro até hoje, por falta de saber as tensões de uns e outros, donde se seguia grande perda do sangue cristão de ambas as partes e grandes desgostos entre os ditos senhores.

"Item – Se acorda entre os ditos senhores que enviarão as Suas Majestades cristianíssima e católica dois fidalgos para saber suas vontades tocantes a quem deve ficar em estas terras do Maranhão.

"Item – Durante o tempo que os ditos mensageiros tardarem

em tornar da Europa e trazer de Suas Majestades o acordo e ordem do que se deve seguir, nem um português passará à ilha, nem francês à terra firme de leste sem passaporte dos senhores generais, exceto eles e seus criados somente, que poderão ir e vir aos fortes da ilha e terra firme todas as vezes que lhe parecer.

"Item – Que os portugueses não tratarão cousa alguma com os índios do Maranhão a qual não seja tratada pelos línguas do senhor Ravardière, nem eles consentirão pôr os pés em terra a menos de duas léguas de suas fortalezas, nem de seus portos sem permissão do dito senhor.

"Item – Que tanto que o recado vier de Suas Majestades, a nação que se mandar ir se aprestará dentro de três meses para deixar ao outro a terra.

"Item – Se acorda que os prisioneiros que foram tomados de uma parte e da outra, assim cristãos como gentios, fiquem livres e sem alguma lesão; mas, se alguns deles por algum tempo quiserem ficar em a parte que se acham, lhes será permitido.

"Item – Que o senhor de Ravardière deixará o mar livre aos senhores Albuquerque e Campos, para que possam nos seus navios fazer vir todas as sortes de vitualhas que houverem mister com toda a seguridade e, se suceder que lhes venha socorro de gente de guerra, nem por isso haverá alteração alguma enquanto durar o tempo da paz, da maneira que está assentado.

"Item – Que nem um acidente em controvérsia do que está assentado por estes senhores terá capacidade de fazer romper este contrato de paz, a causa das grandes alianças que hoje há entre Suas Majestades e o prejuízo que pode vir de se alterarem e, se suceder algum caso de agravo entre os cristãos ou gentios de uma e outra parte, a nação agravada fará a sua queixa ao seu general para lhe dar remédio. E quanto a outras cousas de menos importância os ditos senhores não as especificam, porque se confiam em suas palavras, em as quais não faltarão jamais, como gente de honra, e para seguridade e firmeza de tudo o atrás declarado mandaram fazer estas, em que todos três os ditos senhores se assinarão e selarão com os selos de suas armas.

"Feita em armada francesa, diante o forte dos portugueses em o rio Maranhão, 27 de novembro de 1614."

Depois de apresentados estes capítulos e vistos pelos nossos capi-

tães, ao dia seguinte vieram Monsieur de Ravardière e Monsieur del Prate e frei Arcângelo, comissário dos capuchinhos, com três frades companheiros e outros fidalgos franceses, com mostras de muita alegria, a que da nossa parte se respondeu com a mesma, e se assinaram as pazes em o nosso forte de Santa Maria, onde estiveram todo o dia, e à tarde se embarcaram com grande salva de artilharia, e se foram para a ilha.

Os que levaram esta embaixada à Espanha foram o sargento-mor Diogo de Campos, e com ele como em reféns o capitão Malharte francês, e da mesma maneira foi com o embaixador francês o capitão Gregório Fragoso de Albuquerque, que lá morreu. E também se foram logo os frades franceses, vendo o pouco fruto que faziam na doutrina dos gentios por lhe não saberem a língua, deixando aos dois da nossa custódia que os entendiam e sabiam seus modos, e não foram pouco admirados de ver que nestas partes tão remotas houvesse religiosos tão observantes da regra do nosso seráfico padre São Francisco. Não menos o ficaram os nossos de ver que religiosos de tanta virtude e autoridade viessem em companhia de hereges, posto que nem todos o eram, que muitos eram católicos romanos, que ouviam missa, confessavam-se e comungavam. Também se partiu Manuel de Sousa de Sá em um caravelão com a nova ao governador-geral Gaspar de Sousa, mas arribou às Índias, e de lá a Lisboa, donde com a nova lhe trouxe juntamente cartas de Sua Majestade e ordem do que havia de fazer.

Capítulo V

Do socorro que o Governador Gaspar de Sousa mandou por Francisco Caldeira de Castelo Branco ao Maranhão.

ENTENDENDO o governador a necessidade que haveria no Maranhão de socorro assim de gente como de munições e mantimentos, logo em o ano seguinte de 1615 ordenou outra armada, de que mandou por capitão-mor Francisco Caldeira de Castelo Branco, por almirante Jerônimo de Albuquerque de Melo em uma caravela, o capitão Francisco Tavares em outra, e João de Sousa em um caravelão grande. Partiram do Recife, porto de Pernambuco, em 10 dias do mês de junho da dita era, e aos 14 chegaram à enseada de Mucuripe, que dista da fortaleza do Ceará três léguas, onde ancoraram e saiu a gente em terra a se lavar e refrescar, porque iam alguns doentes de sarampo, que com isto guareceram, e os sãos pescaram com uma rede, que lhe deu o tenente da fortaleza, e tomaram muito peixe. Aqui achou o capitão Francisco Caldeira três homens, que Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor do Maranhão, mandava por terra pedir socorro ao governador, e estes eram Sebastião Vieira, Sebastião de Amorim e Francisco de Palhares, dos quais os dois primeiros não deixaram de continuar seu caminho com as cartas que levavam do Maranhão, e outras que daqui se escreveram, mas o Palhares se embarcou na armada assim pelo socorro

que já nela ia, como por dizer o tenente que havia poucos dias se partira daquele porto um patacho, que também el-rei mandara de Lisboa com munições e pólvora e mais cousas necessárias.

Aos 17 se tornou a nossa armada a fazer à vela e foi ancorar ao buraco das Tartarugas aos 18, donde mandou o capitão-mor um língua com alguns índios a uma aldeia da gente do Diabo Grande, que era um principal dos tobajares assim chamado, ficando entretanto os mais pescando em a praia e comendo abóboras e melancias, que acharam ali muitas, das plantas que havia deixado Manuel de Sousa de Sá quando ali esteve, e Jerônimo de Albuquerque quando passou. E, depois de tomar língua com os nossos índios e mais quatro que se ofereceram do Diabo Grande para a viagem, a tornaram a seguir até a barra do rio Apereá, onde surgiram dia de São João Batista. E ao entrar tocou o patacho, em que ia o capitão-mor, em um banco de areia, de que escapou milagrosamente, porque, havendo só cinco palmos de água e demandando o capitão dez, indo com as velas todas enfunadas o cortou ou saltou como quem salta a fogueira de São João, e se pôs da outra parte do banco onde era fundo.

Dali mandou um barco com seis homens do mar e três soldados, de que ia por capitão Francisco de Palhares, para que fossem dar nova a Jerônimo de Albuquerque de como ali estavam e lhes mandasse pilotos que os levassem pelo rio dentro ou ordem do que haviam de fazer, como logo lhes mandou dois pilotos, os quais foram de parecer que não fossem por dentro, por causa de ser o rio de pouco vento e muitos baixos, e pelo conseguinte a viagem arriscada e, quando menos, detençosa.

E assim tornaram a deseembocar e foram por fora em dois dias surgir ao nosso porto da nossa fortaleza de Santa Maria véspera da visitação da Senhora, que não foi pequeno contentamento do capitão-mor Jerônimo de Albuquerque e dos mais que ali estavam sofrendo grandes necessidades, vendo que os visitava o Senhor em aquele dia com tão grande socorro. E assim se festejou com salva de toda artilharia e arcabuzaria de parte a parte, como pelo contrário se entristeceram os franceses, entendendo que alterariam os nossos as pazes que com eles tinham feito. E assim sucedeu que, acabado de descarregar os navios da fazenda, mantimentos, pólvora e munições que levavam, feita entrega de tudo ao almoxarife, e dos soldados ao capitão-mor, com que reformou as companhias que tinha e fez mais de

duas de novo de sessenta homens cada uma, que entregou a Jerônimo de Albuquerque de Melo, seu sobrinho, e a Francisco Tavares, logo mandou chamar o general os franceses Monsieur Ravardière e, depois de lhe fazer uma formosa mostra da sua soldadesca, da praia, onde o foi receber com Francisco Caldeira, até a fortaleza, se recolheram todos três para dentro, e lhe disse o capitão-mor como Francisco Caldeira de Castelo Branco levava ordem do governador-geral Gaspar de Sousa para pôr armas, quando não quisesse por vontade, lhe fazer despejar o Maranhão e as fortalezas que tinha na ilha de S. Luís, porque não havia consentido nas tréguas, nem ainda sabia delas.

Ao que o Ravardière respondeu que, conforme o concerto que tinham feito, se devia esperar resposta de seus reis, a que tinham escrito, e não anovar nem alterar cousa alguma; mas contudo quem iria dar conta aos seus de que se tratava e brevemente responderia, o que fez daí a quatro dias, pedindo que fossem lá o capitão Caldeira e o padre frei Manuel da Piedade propor aos seus o que se havia tratado, e que eles levariam a última resolução e resposta do negócio. Os quais se embarcaram na mesma lancha francesa que havia levado a carta e, desembarcando na ilha de S. Luís, se foram à fortaleza do nome do mesmo santo, onde os franceses estavam e se detiveram lá em altercação treze dias. Da qual dilação, presumindo mal Jerônimo de Albuquerque, começava já se aperceber para levar o negócio à força, e lhe fora muito fácil por ter já todo o gentio do Maranhão inclinado a o ajudarem contra os franceses; porém, eles se resolveram em largar tudo sem mais contenda, dando-lhes embarcações em que se fossem para França, pelo que se passaram os nossos para a ilha, a um forte e cerca que fizeram a que puseram o nome de S. José, e ali os deixemos por ora, porque importa tratar de outras cousas.

. . . .

Capítulo VI

De como o capitão Baltasar de Aragão saiu da Bahia com uma armada contra os franceses e se perdeu.

RECEBENDO Baltasar de Aragão a provisão de capitão-mor da guerra desta Bahia, junto com o aviso da vinda dos inimigos franceses, como dissemos no capítulo primeiro, logo começou a perceber e fortificar assim a cidade como a praia, cercando-a de duas cercas de pau-a-pique, com tanta diligência que a todo instante trabalhava com os seus escravos e criados sem ocupar a outros, senão era a oficiais de carpinteiros e pedreiros, com que fez de pedra e cal o muro e portal da banda do Carmo, que até então era de terra de pilão, reformou e fortificou as portas, o que tudo pagou da sua bolsa, e até os paus para a cerca da praia mandou vir quase todos nas barcas dos seus engenhos. Estando assim prestes aguardando os inimigos, soube que andavam na barra para a parte do morro de S. Paulo seis naus francesas e, aprestando das portuguesas as que estavam à carga outras tantas, ele se embarcou em uma sua, que já tinha dentro trezentas caixas de açúcar, levando consigo suas charamelas, baixela de prata e as mais ricas alfaias de sua casa, porque determinava levar logo de lá a presa ao governador, que estava em Pernambuco. Das outras naus deu a melhor a Vasco de Brito Freire, que fez seu almirante, e as outras a Gonçalo Bezerra

e Bento de Araújo, que eram capitães de el-rei e comiam seu soldo nesta cidade, e ao alferes Francisco de Amaral, e a outro chamado Queirós.

No dia seguinte depois que partiram, que foi o do bem-aventurado apóstolo S. Matias, encontraram com os franceses e pelejaram de parte a parte animosamente, e os nossos com muita vantagem, porque lhes tomaram uma nau e lhes trataram a almiranta tão mal que ao outro dia seguinte se foi ao fundo. Só a capitânia quis Baltasar de Aragão poupar, não querendo que lhe tirassem senão abalroar com ela e tomá-la sã e inteira para a levar por troféu em seu triunfo; mas, não sei se com este vento, se com outro que lhe deu nas velas, quando ia já para a ferrar, pendeu tanto a sua nau que tomou água pelas portinholas da artilharia e, calando-se pelas escotilhas que iam abertas, foi entrando tanta que incontinênti se foi a fundo com seu dono, o qual, quando se fazia, dizem que dizia: "Faço o meu ataúde." E com ele se afogaram mais de duzentos homens, assim dentro na nau como nadando no mar, donde não houve quem os tomasse, porque a almiranta se recolheu e os mais com ele, podendo seguir a vitória com muita facilidade e, se alguns se salvaram, foi nadando até às naus dos inimigos que os tomaram. Como foi Francisco Ferraz, filho do desembargador Baltasar Ferraz, que era sobrinho da mulher do Aragão, o qual depois deitaram os franceses em terra sessenta léguas do Rio Grande para o Maranhão com outros dois ou três homens, onde de fome e cansaço do caminho morreu ao passar de um rio à pura míngua, sendo que tinha de patrimônio nesta Bahia mais de cinqüenta mil cruzados. Porque também seu pai morreu logo de desgosto e publicamente se disse ser justo juízo de Deus por um caso exorbitante, que pouco antes havia acontecido, e foi o seguinte. Tinha Baltasar Ferraz aqui um sobrinho, o qual se namorou de uma moça casada com um mancebo honrado e chegou a tirar-lha de casa e trazê-la de sua mão por onde queria, e finalmente mandá-la para Viana donde era natural. Querelou dele o marido diante do ouvidor-geral Pero de Cascais, que o prendeu valorosamente, e preso na cadeia se livrou até final sentença, trabalhando o tio tanto em desviar testemunhas, recusar a parte e outras astúcias que os desembargadores o julgaram por solto e livre e, se os pregadores o estranhavam no púlpito, diziam que eram uns ignorantes e que nunca outra mais justa sentença se dera no mundo, e assim não havia mais remédio que apelar para Nosso Senhor Jesus Cristo, o qual,

como reto juiz, permitiu que o réu se embarcasse com o primo e parente e todos acabassem desastradamente e o tio, que se não embarcou, também com eles.

Outro mancebo chamado Agostinho de Paredes foi a nado até a almiranta dos inimigos; mas, como estavam coléricos por lhe terem a nau tão maltratada, não o quiseram recolher, antes indo subindo o feriram com um pique em um ombro, de que, depois de escapar do naufrágio e dos tubarões, que o iam seguindo pelo sangue, nadando mais de uma légua para a terra, esteve a ponto de morte em mãos de cirurgiões, mas sarou e viveu depois muitos anos.

. . . .

Capítulo VII

Da vinda do Governador Gaspar de Sousa de Pernambuco à Bahia e do que nela fez.

DEPOIS que o governador mandou o capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco com o socorro ao Maranhão e soube o sucesso da morte do capitão Baltasar de Aragão na Bahia, pela qual nela sua presença era mais necessária, deu cá uma chegada e não esperou que o fossem receber com pálio e solenidade, como se sói fazer aos governadores quando vêm, mas secretamente, com só um criado, se foi meter em casa, dizendo que o fazia por sentimento da morte da Baltasar de Aragão. O dia seguinte foi à sé. O primeiro dia que foi presidir a Relação fez uma prática aos desembargadores, acerca das queixas que deles tinha ouvido, que não ficaram mui contentes e, se as de ouvida lhes não ficaram no tinteiro, menos lhe ficou depois alguma, se a via, que logo a não repreendesse. É incrível o cuidado com que Gaspar de Sousa vigiava sobre todos os ministros e ofícios de justiça e fazenda, da milícia e da república, sem lhe escapar o erro ou descuido do almotacé ou de algum outro, que não emendasse. Esta era a sua ocupação, não jogos e passatempos, com que outros governadores dizem evitam a ociosidade, os quais ele desculpava, dizendo que teriam mais talento, pois, com lidar e trabalhar de dia e de noite nas cousas do governo, confessava de si que não acabava de remediá-las.

Mas foi pouco venturosa a Bahia em não o gozar muito tempo, porque não havia estado nela quatro meses quando foi chamado a Pernambuco, pelo recado de el-rei que lhe veio acerca do Maranhão, e assim fez uma junta ou vistoria na sé com os desembargadores, oficiais da fazenda, da Câmera e da arquitetura, sobre se a derribariam e fariam de novo, ou reparariam somente o que estava arruinado, que era um arco da nave, uma parede e o portal principal. E, posto que o seu voto era que se reparassem as ruínas, acrescentasse a capela-mor e se fizesse um coro alto que ainda não havia, contudo os mais votos foram que se fizesse de novo, como se começou a fazer, para tarde ou nunca se acabar. Com isto se embarcou o governador para Pernambuco, e ficaram governando a Bahia o chanceler Rui Mendes de Abreu e o provedor-mor da fazenda Sebastião Borges, como dantes.

. . . .

Capítulo VIII

De como o governador tornou pera Pernambuco e mandou Alexandre de Moura ao Maranhão.

O GOVERNADOR se embarcou em uma caravela de castelhanos que nesta baía estava invernando para no verão ir ao rio da Prata, e esta viagem acertei de ir a Pernambuco com ele, e fomos em poucos dias, mas um antes de chegarmos houve tão grande tormenta de sul que, temendo o governador de se soçobrar a caravela com as grandes marés, mandou soltar dos ferros os presos que levava condenados à conquista do Maranhão e me mandou pedir alguma relíquia para deitar ao mar e que fizéssemos as nossas deprecações a Deus Nosso Senhor, como fizemos. E meu companheiro lhe mandou o cordão com que estava cingido, o qual penduraram do bordo até o mar, e quis Nosso Senhor que a caravela incontinênti se quietasse e moderasse o vento e os mares, de modo que ao dia seguinte entramos com bonança. O que visto pelos castelhanos não quiseram tornar o cordão, dizendo que por ele esperavam ir seguros de tempestades ao rio da Prata. Nem foi esta só a vez, mas INFINITAS; as que Deus por meio do cordão do nosso seráfico padre São Francisco há livrado a muitos de naufrágios e feitas outras muitas maravilhas, pelo que lhe sejam dadas infinitas graças e louvores.

O governador achou a Manuel de Sousa de Sá, que o estava aguardando com cartas de el-rei em Pernambuco sobre o negócio do Maranhão, em cujo cumprimento aprestou logo nove navios, quatro grandes e cinco pequenos, com mais de novecentos homens entre brancos e índios, com plantas e gados para povoarem a terra e armas para a fazerem despejar aos franceses, quando não quisessem de outro modo, porque assim o mandava el-rei. E, porque neste tempo era já vindo Vasco de Sousa para capitão-mor de Pernambuco, e vagava Alexandre de Moura que o havia sido, lhe encarregou o governador esta empresa, dando-lhe todos os seus poderes para prover nos ofícios da república e milícia como lhe parecesse. Foi por almirante desta frota Paio Coelho de Carvalho, que também havia acabado de ser Capitão-mor de Tamaracá, e, depois de se ir do Maranhão para o reino, se fez religioso da ordem do nosso padre S. Francisco na província da Arrábida. Os capitães dos outros navios eram Jerônimo Fragoso de Albuquerque, Manuel de Sousa de Sá, Manuel Pires Bento Maciel, Ambrósio Soares, Miguel Carvalho, André Correia. O capitão-mor Alexandre de Moura levou consigo dois padres da Companhia de Jesus, e com este santíssimo nome se partiram do Recife a 5 de outubro da era de 1615.

O governador nem por andar ocupado em estas cousas deixava de entender nas do governo da terra, como fez em tempo de Alexandre de Moura, de que Vasco de Sousa, menos sofrido, se enfadou muito, e mandou seu irmão, religioso da ordem do nosso padre, que consigo trouxe, com requerimento a el-rei que se servisse dele em outra cousa, porque ali estava ocioso e só o governador fazia tudo, pelo que el-rei, ouvidas suas razões, lhe mandou provisão para que viesse por capitão-mor da Bahia e a governasse como o fez.

. . . .

Capítulo IX

De uma armada de holandeses que passou pelo Rio de Janeiro para o estreito de Magalhães e de outra de franceses, que foi carregar de pau-brasil ao Cabo Frio, etc.

EM este tempo, sendo capitão-mor do Rio de Janeiro Constantino de Menelau, que sucedeu a Afonso de Albuquerque, foi aportar à enseada do rio da Marambaia, que dista nove léguas abaixo do Rio de Janeiro, uma armada de seis naus holandesas, cujo general se chamava Jorge. Soube-o Martim de Sá, que tinha um engenho ali perto na Tijuca e, entendendo como experimentado que por necessidade de água iam ali e que haviam de desembarcar, com o beneplácito do capitão-mor a quem escreveu, se foi lá uma noite com doze canoas de gente, em que iriam trezentos homens portugueses e índios. Os quais, deixando-as escondidas no rio, se desembarcaram delas e, conjeturando por três batéis que viram na praia da enseada que andavam holandeses em terra como de feito andavam uns à água, outros às frutas, bem descuidados, os cercaram e deram sobre eles tão subitamente que, ainda que se quiseram defender trinta e seis holandeses que eram, não puderam, antes lhes mataram vinte e dois e cativaram quatorze com as lanchas, sem que das naus lhes pudessem valer, porque ficavam longe. E logo se fizeram à vela para seguir sua viagem, que era para o estreito de Magalhães, e por ele ao mar do Sul e costa do Peru, onde passaram e meteram

no fundo algumas naus que encontraram. As quais parece que não eram de tão boa madeira como outras que depois encontraram de Manilha, que é uma das ilhas Filipinas, com que se combateram também fortemente, mas enfim não as puderam levar porque, segundo me disse um holandês, que se achou presente e surgiam de ofício, era tal a madeira daquelas naus de Manilha que a passava o pelouro, e logo se cerrava o buraco por si mesmo sem ungüentos, nem outra cousa. O que não tinham as suas holandesas, antes lhe meteram duas no fundo, e fugiu uma e tomaram outras, cativando a gente, que ficou com vida, metendo-os a vogar nas galés com tanta fome e trabalho, que tomaram antes a morte, segundo este cirurgião dizia. O outros que tomaram no Rio de Janeiro, quisera Martim de Sá, tomar à sua conta, para que andassem soltos, e levou para sua casa um chamado Francisco e o regalou...

. . . .

. . . .

Capítulo XVIII

De como estando provido Henrique Correia da Silva por governador do Brasil não veio; a causa por que e como veio em seu lugar Diogo de Mendonça Furtado.

TENDO Dom Luís de Sousa acabado o triênio do seu governo do Brasil, e sua mulher a condessa de Medelim na corte, que requeria sua ida, proveu Sua Majestade o cargo em Henrique Correia da Silva, que o aceitou de boa vontade e bom zelo, segundo alcancei algumas vezes que com ele falei em Lisboa, onde me achei em aquele tempo, no qual determinou Duarte de Albuquerque Coelho senhor de Pernambuco de mandar seu irmão Matias de Albuquerque a governar a sua capitania. E porque os mais governadores, depois que Diogo Botelho a encetou, se vinham ali em direitura, por se não encontrarem em pontos de preeminências que, como são pontos, são indivisíveis, e cada um os quer todos para si, alcançou uma provisão de Sua Majestade que se notificou ao governador Henrique Correia para que se viesse em direitura à Bahia sem tocar Pernambuco e, se de arribada ou de qualquer outro modo lá fosse, lhe não obedecessem. Ao que ele respondeu que nem a Pernambuco nem ao Brasil viria, porque não havia de dar homenagem das terras que não podia ver como estavam fortificadas, e o que haviam mister para serem defendidas e governadas como convém. Pelo que Sua Majestade se havia de ser com aquela condi-

ção, podia prover o cargo em outrem como de feito proveu logo em Diogo de Mendonça Furtado, que havia vindo, da Índia onde estava casado, e andava requerendo na corte a satisfação de seus serviços.

Diogo de Mendonça se aprestou o mais breve que pôde, porque os desembargadores que vieram com Diogo de Meneses uns eram mortos, outros idos para o reino com licença de el-rei, e outros lhe tinham pedido para irem, mandou sete com o governador, para que, com dois que cá estavam casados, se inteirasse outra vez a casa e Tribunal da Relação. Todos partiram de Lisboa em o mês de agosto de 1621 e, chegando à altura de Pernambuco, onde os navios que para lá vinham se apartaram dos da Bahia, mandou o governador a eles um criado chamado Gregório da Silva provido na capitania do Recife, que estava vaga pela ausência de Vicente Campelo, posto que Matias de Albuquerque o admitiu só na capitania da fortaleza de el-rei, separando-lhe a do lugar ou povoação que ali está, dando-a a um seu criado, e assim andam já separadas.

. . . .

Capítulo XIX

Da chegada do governador Diogo de Mendonça à Bahia e ida de seu antecessor Dom Luís de Sousa pera o Reino.

Em 12 de outubro de 1621, a uma terça-feira, que o vulgo tem por dia aziago, chegou o governador Diogo Mendonça Furtado, que foi o duodécimo governador do Brasil, à Bahia, e desembarcando foi levado à Sé com acompanhamento solene e daí a sua casa, donde, antes de subir a escada, foi ver o armazém das armas e pólvora que estava na sua loja, demonstração de se prezar mais de soldado e capitão que de outra cousa. E na verdade esta era em aquele tempo a mais importante de todas, por haverem acabado as pazes ou tréguas entre Espanha e os holandeses, e se esperam novas guerras nestas partes transmarinas, que estas são sempre as que pagam por nossos pecados e ainda pelos alheios, e assim é necessário que as ilhas e costas do mar estejam sempre em arma. Isto parece que proveu o governador Diogo de Mendonça, quando antes que entrasse em casa e se desenjoasse e descansasse da viagem, quis ir ver o armazém das armas. Com seu antecessor, enquanto se não partiu para o Reino, correu com muita amizade, visitas de cumprimentos, assim em público nas igrejas como em sua casa, a que Dom Luís respondia como bom cortesão. E, aprestando-se os navios, se embarcou em um patacho de Viana chamado *Manja-Léguas,* por ser bom navio de vela, deixando a todos saudosos com

sua absência, porque nunca por obra nem por palavra fez mal a algum, e foi mui rico sem tomar o alheio, senão pelo grande cabedal que trouxe seu e retorno que lhe sempre vinha, antes fez alguns empréstimos que lhe ficaram devendo, os quais não se lhe depois como lhe pagariam. Fez em seu tempo uma formosa casa contígua com as suas para se fazer nela Relação, que até então se fazia em casas de aluguel e, porque um seminário que el-rei havia mandado fazer com renda para quatro órfãos estudarem se havia desfeito, por as casas serem de taipa de terra e caírem, começou outras de pedra e cal. Mas, nem por ser obra tão pia, nem por deixar já para ela seis mil cruzados consignados, houve quem lhe pusesse mão até agora, e queira Deus que alguma hora o haja. Levou Dom Luís em sua companhia Pero Gouveia Melo, que fora provedor-mor da fazenda, e o desembargador Francisco da Fonseca Leitão e tomou de caminho Pernambuco para ir em companhia da frota da qual não quis ir por capitão por ser de navios mercantes, ou por não ter ocasião de entender com Matias de Albuquerque, capitão-mor de Pernambuco, com quem não estava corrente.

. . . .

Capítulo XX

De como Antônio Barreiros, filho do provedor-mor da Fazenda, foi por provisão do governador-geral Diogo de Mendonça Furtado governar o Maranhão, Bento Maciel o Grão-Pará e o capitão Luís Aranha a descobri-lo pelo cabo do Norte por mandado de Sua Majestade.

SABENDO Sua Majestade da morte de Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor do Maranhão, proveu na capitania com título de governador, independente do governador do Brasil, a Dom Diogo de Carcome, espanhol casado em Lisboa, o qual se deteve tanto tempo em requerimentos e pretensões, ou os ministros de el-rei em o despachar, que primeiro o despachou a morte e morreu em sua casa antes que de Lisboa se partisse. Pelo que o governador determinou prover a serventia enquanto el-rei não mandava outro e, porque Sua Majestade tinha dado a provedoria-mor de sua fazenda a Antônio Barreiros por seis anos, com condições que se dentro neles fizesse dois engenhos de açúcar no Maranhão, lhe faria mercê do ofício por toda a vida, proveu o governador na capitania do dito Maranhão a Antônio Moniz Barreiros, filho do dito provedor, para com o poder de seu cargo melhor poder fazer os engenhos. Também proveu na do rio das Amazonas a Bento Maciel Parente, por ser morto Jerônimo Fragoso de Albuquerque, que o servia como fica dito.

E neste mesmo tempo, que foi em o ano do Senhor de 1623, mandou Sua Majestade o capitão Luís Aranha de Vasconcelos em uma caravela de Lisboa a descobrir e sondar o dito rio pelo cabo do Norte, por dizerem que por ali podia tirar a sua prata do Potuci com menos gasto, e para este efeito lhe deu provisões para os capitães de Pernambuco, Rio Grande, Maranhão e Pará lhe darem tudo o que fosse necessário. Em virtude das quais lhe deu Matias de Albuquerque em Pernambuco uma lancha com dezessete soldados e o piloto Antônio Vicente, mui experimentado em aquela navegação, e lhe carregou na caravela oito mil cruzados de diversas sortes de fazendas por conta de Sua Majestade para a fortaleza do Pará, que havia dois anos se não provia com pagas nem algum socorro, pelo que estava mui necessitada, e André Pereira Timudo, capitão-mor do Rio Grande, lhe deu quatro soldados, dos quais era um Pero Gomes de Gouveia seu alferes, que o capitão Luís Aranha fez capitão da lancha. Os outros eram o sargento Sebastião Pereira, Pero Fernandes Godinho e um carpinteiro, que também foi importante à jornada. Antônio Moniz Barreiros no Maranhão lhe deu quinze soldados, em que entrava um flamengo chamado Nicolau que os índios haviam tomado no Pará, saindo-se de um forte que os holandeses lá tinham, com outros dois e sete negros de Guiné, a uma roça a plantar tabaco, e era prático em aquele grão rio.

Para o qual se partiram os nossos do Maranhão, e chegaram à fortaleza a 14 de maio da dita era de 1623, onde o capitão dela Bento Maciel, por dizerem que a caravela não poderia navegar contra a corrente do rio, lhes deu outra lancha e algumas canoas de índios, e lhes dava também trinta soldados brancos com seu capitão assinalado, que Luís Aranha não quis aceitar por querer ser ele o que lho assinalasse, dizendo que Sua Majestade lhe mandava dar soldados e não capitães. Mas contentou-se com os índios e com o comissário, que ali estava da nossa ordem e província, frei Antônio da Merciana lhe dar o irmão frei Cristóvão de São José por capelão desta jornada, o qual era tão respeitado dos índios que em poucos dias de navegação pelo rio acima lhe ajuntou quarenta canoas com mais de mil frecheiros amigos, que de boa vontade seguiram ao capitão, movidos também das muitas dádivas que ele dava aos principais e a outros que lhe traziam suas ofertas de caça, frutas e legumes, as quais não aceitava sem pagar-lhes com ferramentas, velório, pentes, espelhos, anzóis e outras cousas, dizendo que assim lho mandava el-rei.

Com esta multidão de índios e os poucos soldados brancos que havia trazido das outras capitanias, seguiu sua viagem, não sem algumas grandes tormentas, principalmente uma com que lhe quebrou o leme da lancha maior e os obrigou a tomar terra, onde o carpinteiro que havia trazido do Rio Grande fez outro de um madeiro que cortaram, com o qual, posto que as fêmeas eram de cordas e era necessário renová-las cada três dias, todavia governava muito bem. E assim foram todos navegando até certa paragem onde o flamengo Nicolau que traziam do Maranhão lhes disse que estava perto um forte de holandeses, os quais, não esperando que os nossos chegassem, mandaram mais de setecentos índios seus confederados a salteá-los no rio, como fizeram à meia-noite, e se travou entre uns e outros uma batalha que durou duas horas. Mas foi Deus servido de dar aos nossos vitória com morte de duzentos contrários, fora trinta que tomaram vivos em duas canoas, dos quais se soube haver seis ou sete que eram amigos e compadres dos holandeses por dádivas que deles recebiam quando vinham navios de Holanda, mas que em aquela ocasião nem um estava no porto, nem havia na fortaleza mais de trinta soldados e alguns escravos de Guiné com quem lavravam tabaco.

Ouvido isto pelo capitão mandou remar até se porem leste a oeste com o forte, e em amanhecendo mandou lá um soldado em uma canoa pequena, que remavam quatro remeiros, e sua bandeira branca, a dizer que se entregassem dentro de uma hora primeira, senão que os poria todos a cutelo, porque assim lho mandava o seu rei da Espanha, cujas eram aquelas terras e conquistas. Ao que responderam que aquela fortaleza era e se sustentava pelo conde Maurício, pelo que se não podiam entregar sem ordem sua, e para esta vir era pouco tempo o que lhes dava, mas depois se soube que o seu intento não era este, senão esperar que lhe viesse socorro da outra fortaleza que distava desta dez léguas. Do que tudo se desenganaram com lhe responder Luís Aranha que ele tinha já ordem que havia de seguir e não tinha que aguardar outra, e mais quando a vantagem dos seus soldados era tão conhecida. E, para que assim o cuidassem, mandou pôr entre os brancos, assim nas lanchas e nas canoas, muitos índios com roupetas, chapéus ou carapuças, com que ao longe pareciam todos brancos. E bastou este ardil e outros de que usou para que logo levantassem bandeira de paz e se entregassem com a arti-

lharia, mosquetes, arcabuzes, munições, escravos e fazendas que tinham na fortaleza, a qual os nossos queimaram e arrasaram.

E o dia seguinte, querendo ir dar em outra fortaleza, mandou uma canoa com quarenta remeiros todos índios frecheiros e três homens brancos muito animosos, que eram Pero da Costa, Jerônimo Correia de Sequeira e Antônio Teixeira, a descobrir o caminho, aos quais saíram doze canoas de gentio contrário chamados aruãs e, tomando a nossa em meio sem quererem admitir a paz e amizade que lhes denunciavam, começaram a disparar muita frecharia. Os nossos já como desesperados da vida, porque não podiam ser socorridos tão bem depressa dos mais que ficavam longe, encomendando-se a Deus se defenderam e pelejaram tão animosamente que já quando chegaram os companheiros tinham mortos muitos, e muitos mais se mataram depois da sua chegada e socorro e se tomaram quatro canoas de cativos, sem dos nossos morrem mais de sete; mas ficaram vinte e cinco feridos, e Jerônimo Correia de Sequeira com duas frechadas, uma no peito, outra em sua perna, de que esteve mal, e ficou, assim ele como os dois companheiros que iam na primeira canoa, com as mãos tão empoladas da quentura dos canos dos arcabuzes que mais de vinte dias não puderam pegar em cousa alguma, porque cada um deles disparou mais de quarenta tiros.

Curados os feridos e descansando do trabalho da peleja aquela noite, na manhã seguinte mandou o capitão um cabo-de-esquadra com recado aos holandeses que se entregassem, porque assim o haviam feito os da outra fortaleza de Muturu (que este era o nome do primeiro sítio), e ali os traziam consigo, do que, certificados por um que lá lhe mandou, se vieram a entregar assim as pessoas, que eram trinta e cinco, como toda a fábrica da fortaleza, artilharia, escravos e o mais que nela tinham.

Aqui perguntou o capitão aos holandeses se havia mais alguma fortaleza ou estância de gente da sua nação em aquele rio e, certificado que não, senão duas de ingleses e essas lhe ficavam já abaixo, se tornou à nossa fortaleza do Pará e, não achando nela o capitão Bento Maciel, que o havia ido buscar para o ajudar, se embarcou em sua caravela, e foi pela banda do norte da barra grande outra vez ao rio acima até o achar, depois de ter navegado um mês por entre um labirinto de ilhas. E ao dia seguinte, depois de estarem juntos, viram ir uma nau e surgir uma légua donde estavam, à qual foi Bento Maciel com quatro canoas ao socairo da caravela em que ia

Luís Aranha, pera remeterem à nau e, pondo-se debaixo dela, a desfazerem, o que se não pôde fazer com tanta presteza que primeiro não alcançassem da nau com um pelouro de oito libras a uma canoa, com que nos mataram sete homens brancos e feriram vinte negros, porém as outras se meteram debaixo do bojo da nau e, vendo que a não queriam dar, a furaram ao lume da água com machados, com que se foi a pique. E sobre isto puseram os inimigos ainda fogo à pólvora para que nem uma cousa escapasse, e contudo escaparam algumas pipas de vinho e cerveja, barris de queijos e manteiga, e uma caixa grande de botica, de que os nossos se aproveitaram; porém os holandeses que eram cento e vinte cinco, todos foram mortos a fogo e a ferro.

Com estas vitórias e boas informações do grande rio das Amazonas, que sempre o piloto Antônio Vicente foi sondando, se partiu Luís Aranha de Vasconcelos em a sua caravela a dar a nova a el-rei, levando por testemunhas quatro dos holandeses que havia tomado, e um índio principal que o havia guiado, e também alguns escravos para de caminho vender em Índias, donde se partiu em companhia da frota da prata, mas, apartando-se dela junto a Belmuda, daí a quinze dias foi tomado dos corsários holandeses, os quais, por irem muitos doentes das gengivas, a que chamam mal de Luanda, o lançaram em um pequeno bote com quatro marinheiros portugueses na Iliceira, para que lhe fossem buscar alguns limões e outra embarcação mais capaz em que levassem os companheiros, e por não tornarem (cousa mui ordinária de quem se vê livre) levaram os mais cativos a Salé, donde saíram por resgate, exceto o índio e os quatro holandeses, que levaram livres à Holanda.

. . . .

Capítulo XXI

Das fortificações e outras boas obras que fez o governador Diogo de Mendonça Furtado na Bahia e dúvidas que houve entre eles e o bispo e outras pessoas.

ERA o governador Diogo de Mendonça Furtado liberal e gastava muito em esmolas. Acrescentou a igreja de São Bento, que lhe custou dois mil cruzados, e a todos os mais mosteiros ajudou e fez as esmolas que pôde. Fortificou a cidade, cercando-a pela parte da terra de vala de torrões e, porque a casa que servia de armazém, junto à da alfândega, estava caída, começou fazer outra no cabo da sua, para que o alto lhe ficasse servindo de galeria e o baixo de armazém, como tudo se fez com muita perfeição, posto que a outros não pareceu bem depois o armazém, por não ser boa tanta vizinhança com a pólvora. Também começou a fazer a fortaleza do porto em um recife que fica um pouco apartado da praia, havendo provisão de Sua Majestade para se fazer não só da imposição do vinho, que estava posta nesta Bahia, mas também da de Pernambuco e Rio de Janeiro e que do dinheiro que recebem os mestres, não dos fretes, senão de outro que eles introduziram chamado de avarias, que ordinariamente são duas patacas por caixa, desse, quatro vinténs cada um para a obra da fortaleza, que não deixou de ser contrariada de alguns, porém realmente era mui necessária para defensão do porto e dos navios que ali surgem à sombra dela, e de que

não se pode tirar o louvor também ao arquiteto Francisco de Frias, que a traçou.

Um dos contraditores que houve da fortaleza sobredita foi o bispo Dom Marcos Teixeira, o qual, sendo rogado que quisesse ir benzer a primeira pedra que se lançou no cimento do forte, não quis ir, dizendo que se lá fosse seria antes amaldiçoá-la, pois fazendo-se o dito forte cessaria a obra da sé, que se fazia do dinheiro da imposição. Mas não foi este o mal, que o governador lhe reservou seis mil cruzados para correr a obra da sé, senão que do dia que chegou o bispo a esta cidade que foi a 8 de dezembro de 1622, discordaram estas cabeças não querendo o governador achar-se no ato do recebimento e entrada do bispo, senão se houvesse de ir debaixo do pálio praticando com ele, no que o bispo não quis consentir, dizendo que havia de ir revestido da capa de asperges, mitra e báculo, lançando bênçãos ao povo, como manda o cerimonial romano, e não era decente ir praticando. Por isto não foi o governador, mas mandou o chanceler e os desembargadores, e depois o foi visitar a casa, e se visitaram pessoalmente e de presentes muitas vezes.

Logo se levantou outra dúvida acerca dos lugares da igreja, querendo o governador que também se assentassem ambos de uma parte e ali estivessem ambos conversando, ao que o bispo respondeu não podia ser, conforme ao mesmo cerimonial, por razão dos círculos e outras cerimônias, que mandam se façam com ele em as missas solenes. E nem isto bastou, nem uma sentença e provisão de el-rei, que lhe mandou mostrar, em que por evitar dúvidas (quais as houve entre o governador e bispo de Cabo Verde) declara para os do Brasil e todos os mais que o governador se assente à parte da epístola, e primeiro se incensasse o bispo e depois o governador. Nem isto bastou, antes respondeu que, se ele se achasse em alguma igreja com o bispo, se cumprisse o que o cerimonial, e el-rei manda, fundado em que nunca iria onde o outro fosse, e assim o cumpriu. Os desembargadores, que não podiam contender com ele sobre o lugar material da igreja, contenderam sobre o espiritual e jurisdição que têm para a correição dos vícios e neste tempo mais que em nem um outro, porque lhe tiraram de um navio dois homens casados, que mandou fazer vida com suas mulheres a Portugal por estarem cá abarregados com outras havia muito tempo, e isto sem os homens agravarem, antes requerendo que os deixasse ir, pois

já estavam embarcados, pelo que o bispo excomungou o procurador da coroa, que foi o autor disto e houve sobre o caso muitos debates. Enfim estas eram as guerras civis que havia entre as cabeças, e não eram menos as que haviam entre os cidadãos, prognóstico certo da dissolução da cidade, pois o disse a suma verdade, Cristo Senhor Nosso, que todo o reino onde as houvesse entre os naturais e moradores seria assolado e destruído. Outro prognóstico houve também, que foi arruinarem-se as casas de el-rei, em que o governador morava, de tal maneira que, se não as sustentaram com espeques, se vieram todas ao chão, sendo assim que eram de pedra e cal, fortes e antigas, sem nunca até este tempo fazerem alguma ruína.

. . . .

Capítulo XXII

De como os holandeses tomaram a Bahia.

A 21 de dezembro de 1623 partiu de Holanda uma armada de vinte e seis naus grandes, treze do estado e treze fretadas de mercadores, da qual avisou Sua Majestade ao Governador Diogo de Mendonça que se apercebesse na Bahia, e avisasse os capitães das outras capitanias fizessem o mesmo, porque se dizia virem sobre o Brasil. O governador avisou logo a Martim de Sá, capitão-mor do Rio de Janeiro, o qual entrincheirou toda a cidade, consertou a fortaleza da barra e fez ir os homens do recôncavo para os repartir por suas estâncias, companhias e bandeiras e, porque muitos não apareciam por andarem descalços e não terem com que lançar librés, ordenou uma companhia de descalços de que ele quis ser o capitão, e assim ia diante deles nos alardos descalço e com umas ceroulas de linho e o seguiam com tanta confiança e presunção de suas pessoas, que não davam vantagem aos que nas outras companhias militavam ricamente vestidos e calçados. Sem esta foram muitas as preparações de guerra que fez Martim de Sá nesta ocasião.

As mesmas fariam nas outras capitanias (que a todas se deu aviso, até o rio da Prata), mas faço menção do Rio de Janeiro como testemunha de vista, porque ainda então lá estava. Da mesma maneira se apercebeu o governador nesta Bahia, mandando vir toda a gente do recôncavo. E, por que alguns se não tornassem logo por serem pobres e não terem que

comer na cidade, mandou a um mercador seu privado que desse a cada um desses, três vinténs para cada dia, por sua conta. Porém, como não haja moeda de três vinténs, dizia-lhes que levassem um tostão e lhes daria uma de oito vinténs e, se os pobres lhe levavam o tostão, lhes dizia que o gastassem primeiro e depois lhe daria os três vinténs, porque o governador lhos não mandava dar senão aos pobres que nem uma cousa tinham. Nem lhes aproveitava replicar que haviam pedido o tostão emprestado e que não era seu, nem outra alguma razão que dessem. Não se passaram muitos dias, quando vieram ao governador novas de Boipeba que andava lá uma nau grande, a qual tomara um navio que vinha de Angola com negros. Quis sair ou mandar a ela, cuidando que não seria da armada, porque passava de quatro meses era partida de Holanda e se entendia haveria aportado em outra parte. E esta era a nau *Holanda*, em que vinha o coronel para governar a terra, chamado Dom João Vandort, a qual não pôde tomar a ilha de S. Vicente, que é uma das de Cabo Verde, onde as outras naus se detiveram dez semanas a tomar água e carnes e levantar oito chalupas, que traziam em peças e por esta causa chegou primeiro a esta costa e andava aos bordos dos Ilhéus para o Morro, esperando as mais para entrar com elas, o que não fez, porque não as viu quando entraram que foi a 9 de maio da era de 1624.

Mas, vistas pelo Governador Diogo de Mendonça, repartiu logo as estâncias pelos capitães e gente das freguesias de fora, que ainda aqui estavam, e da cidade e, deixando a companhia de seu filho, que era de soldados pagos e recebiam soldo da fazenda de el-rei, para acudir aonde fosse necessário, mandou a outra companhia com seu capitão Gonçalo Bezerra ao porto da Vila Velha, que é meia légua da cidade, e o escrivão da Câmara Rui Carvalho com mais de cem arcabuzeiros do povo, além de sessenta índios frecheiros de Afonso Rodrigues da Cachoeira, que os capitaneava. Fez a Lourenço de Brito capitão dos aventureiros, e a Vasco Carneiro encomendou a fortaleza nova da qual, posto que não acabada, jogava já alguma artilharia. Não trato das outras estâncias, porque só em estas duas partes desembarcaram os holandeses aquela mesma tarde.

Os do porto da Vila Velha estavam com os seus arcabuzes feitos detrás do mato para os dispararem ao desembarcar dos batéis, porém, vendo ser muito maior o número dos inimigos, não os quis esperar. Quis detê-los Francisco de Barros na Vila Velha, animando-os ainda que velho e

aleijado, mas iam tão resolutos que nem bastou esta admoestação, nem outra que lhe fez o padre Jerônimo Peixoto, pregador da Companhia, o qual os foi esperar a cavalo, dizendo-lhes por que fugiam, pois tinham por todo aquele caminho de uma parte e de outra matos donde se podiam embrenhar e a seu salvo fazer a sua batalha sem os inimigos saberem donde lhes vinha. Nada disto bastou para tirar-lhes o medo que traziam, antes como mal contagioso o vieram pegar aos da cidade, ou lho tinham já pegado os primeiros núncios, pois de quanta gente estava nela não houve outro socorro que saísse senão um padre pregador que então pregava em deserto e todavia, se fora um bom socorro que lançaram duas mangas de gente por entre o mato e rebentaram das encruzilhadas que há em o caminho, ainda que os holandeses eram mil e duzentos, não deixaram de lhes fazer muito dano.

Melhor o fizeram os da fortaleza nova, a qual o almirante Petre Petrijans ou, como os portugueses lhe chamamos, Pero Peres, com o resto da sua soldadesca valorosamente combateu, e não com menos valor e ânimo lha defendeu Vasco Carneiro e Antônio de Mendonça, que o ajudou com mui poucos dos seus soldados, que já os mais lhe haviam fugido. Também os socorreu com muito ânimo Lourenço de Brito, capitão dos aventureiros; porém, como eram muitos os holandeses e o forte não estava acabado nem com os repairos necessários, foi forçado largar-lho, estando já Lourenço de Brito ferido e treze homens mortos, sendo dos últimos que se saiu o nosso irmão frei Gaspar do Salvador que os esteve exortando e confessando e, quando se abaixou, para entender o que lhe dizia um castelhano a quem um pelouro havia levado uma perna, o livrou Deus de outro, que lhe passou por cima da cabeça, havendo-lhe já outro levado um pedaço da túnica.

E os holandeses, por ser já noite e se temerem que os rebatessem da parte de terra, se contentaram só com cravar as peças de artilharia e o deixaram, tornando-se para as suas naus, não deixando delas de dia nem de noite de esbombardear para a cidade e para toda a praia, na qual mataram a Pero Gracia no seu balcão onde se pôs com seus criados e chegando o governador a perguntar-lhe como estava (porque andava ele em aquele doente) lhe respondeu: "Senhor, já estou bom, que neste tempo os enfermos saram e tiram forças da fraqueza", ânimo por certo a que os próprios inimi-

gos deveram ter respeito e assim, depois que o souberam, mostraram pesar, pondo a culpa à diabólica arma de fogo, que aos mais valentes mata primeiro, e como raio onde mais fortaleza acha faz mais dano. O pelouro lhe deu pelas queixadas, e ainda lhe deu lugar a se confessar e de se reconciliar com alguns seus inimigos, que ali se acharam, um dois quais era Henrique Álvares, a quem também outro pelouro matou pouco depois.

Os mais que haviam desembarcado na vila velha se alojaram aquela noite em São Bento, para combaterem no dia seguinte a cidade, na qual o governador determinou de se defender. Mas, como se não pôs em um cavalo correndo e discorrendo por toda a cidade que não lhe fugisse a gente, todos se foram saindo, o que não podia ser sem que os capitães das portas e mais saídas da cidade fossem os primeiros. E o bispo, que aquele dia se fez amigo com o governador e se lhe foi oferecer com uma companhia de clérigos e seus criados, pedindo estância onde estivesse e a quem o governador, agradecendo-lhe muito o oferecimento, disse que em nem uma parte podia estar melhor que na sua sé, também a desamparou, consumindo o santíssimo sacramento e deixando a prata e ornamentos e tudo o mais. O mesmo fizeram clérigos e frades e seculares, que só trataram de livrar as pessoas e algumas cousas manuais, deixando as casas com o mais, que tinham adquirido em muitos anos. Tanto pode o receio de perder a vida e enfim se perde tarde ou cedo e às vezes em ocasião de menos honra.

. . . .

Capítulo XXIII

De como o governador Diogo de Mendonça foi preso dos holandeses, e o seu coronel Dom João Vandort ficou governando a cidade.

O GOVERNADOR, vendo que a gente era toda fugida, ainda que não faltou quem lhe dissesse que fizesse o mesmo, respondeu que nunca lhe estava bem dizer-se dele que fugira e antes se poria o fogo e se abrasaria e, vendo passar dois religiosos nossos pela praça os chamou e confessando-se com um deles, se recolheu dentro de sua casa só com seu filho Antônio de Mendonça, Lourenço de Brito, o sargento-mor Francisco de Almeida de Brito e Pero Casqueiro da Rocha. Pela manhã chegaram os holandeses à porta da cidade e às outras entradas que ficam daquela parte de São Bento, onde se haviam alojado de noite e, não achando quem lhe contradissesse, entraram e tomaram dela posse pacífica. Subiram alguns à casa do governador, que neste tempo quis pôr fogo a uns barris da pólvora para abrasar-se, se Pero Casqueiro lhe não tirara o morrão da mão. E, vendo-os entrar, levou da espada e remeteu a eles, mas enfim o prenderam e aos que com ele estavam e os repartiram pelas naus.

Daí a dous dias chegou o coronel Dom João Vandort que, como dissemos em o capítulo passado, não havia entrado com os mais e começou a governar as cousas da terra, porque o general que era um homem velho chamado Jacob Vilguis, nunca ou rarissimamente saiu da nau. O coronel

era homem pacífico e se mostrava pesaroso do dano feito aos portugueses e desejoso da sua paz e amizade e assim aos que quiseram tornar passou passaportes e lhes mandou dar quanto quiseram, não sem os seus lhe estranharem, porque, segundo o princípio que levava, lhe houveram de levar tudo; porém, a não serem os portugueses tão firmes na fé da Santa Igreja Católica Romana e tão leais aos seus reis como são, não lhes fizera menos guerra com estas dádivas, sujeitando os ânimos dos que as recebiam, do que os seus a faziam por outra parte com as armas, tomando quanto podiam, pelas roças circunvizinhas da cidade e isto com tanto atrevimento como se foram senhores de tudo. E assim se atreveram só três ou quatro a ir ao tanque dos padres da Companhia, que dista da cidade um terço de légua e em sua presença, falando-lhes um deles latim e dizendo-lhes: Quid existimabatis quando vidisti classem nostram, fazendo dos calções alforjes e enchendo-os de prata da igreja e de outra que ali acharam, puseram aos ombros e se foram muito contentes; porém quatro negros dos padres, que não tinham tanta paciência, os foram aguardar ao caminho com seus arcos e frechas e, matando o latino, fizeram fugir os outros e largar a prata que levavam. Da mesma maneira foram onde é a várgea de Tapuipé, que dista pouco mais de meia légua, e mataram uma vaca, mas, estando-a esfolando, deu sobre eles Francisco de Crasto, Jorge de Aguiar e outros cinco homens brancos e doze índios e mataram cinco dos holandeses. E logo chegou também Manuel Gonçalves e, seguindo os outros que fugiam, matou quatro e feriu dous que levaram a nova, deixando a vaca morta e esfolada aos índios que a comeram, e as suas armas aos nossos soldados.

Nem só andavam os holandeses insolentes por estes caminhos, mas muito mais os negros que se meteram com eles, entre os quais houve um escravo de um serralheiro que prendeu seu senhor em a roça de Pero Gracia onde se havia acolhido e, depois de esbofeteá-lo, dizendo-lhe que já não era seu senhor, senão seu escravo, não contente só com isto lhe cortou a cabeça, ajudado de outros negros e de quatro holandeses e a levou ao coronel, o qual lhe deu duas patacas o mandou logo enforcar, que quem fizera aquilo a seu senhor também o faria a ele, se pudesse. Melhor o fez outro negro, que nos servia na horta, chamado Bastião, o qual também se meteu com os holandeses, mas, porque lhe quiseram tomar um facão que levava na cinta, e o ameaçaram que o enforcariam se saísse da cidade com

outros dois ou três negros; os quais encontraram na fonte nova, que é logo à saída, seis holandeses que lhe começaram a buscar as algibeiras. Mas, como o Bastião levava ainda o seu facão, temendo-se que se lho vissem o quereriam outra vez enforcar, o escondeu em o peito de um, e matando-o lançou a correr pelo caminho que vai para o rio Vermelho, onde encontrou uns criados de Antônio Cardoso de Barros, os quais informados do caso fingiram também que fugiam com o negro e se foram todos embrenhar adiante, donde depois que os holandeses passaram lhes saíram nas costas e os foram levando até um lameiro e atoleiro, donde mataram quatro e cativaram um. E será bem saber-se para glória dos valentes que o era tanto um dos mortos, homem já velho, que metido no atoleiro quase até à cinta ali aguardava as frechas tão destramente com a espada que todas as desviava e cortava no ar, o que visto por Bastião se meteu também no lodo e lhe deu com um pau nos braços, atormentando-lhes de modo que não pôde mais manear a espada.

. . . .

Capítulo XXIV

De como o bispo foi eleito do povo por seu capitão-mor enquanto se avisava a Pernambuco a Matias de Albuquerque que era governador.

TANTO que a cidade foi tomada e o governador preso, se juntaram daí a alguns dias os oficiais da Câmara na aldeia do Espírito Santo, que é de índios doutrinados dos padres da Companhia, e ali abriram a via de sucessão do governador Diogo de Mendonça, em que Sua Majestade mandava que por sua morte ou absência lhe sucederia no governo Matias de Albuquerque, que atualmente estava governando Pernambuco por seu irmão Duarte de Albuquerque Coelho, senhor daquela terra, do que logo o avisaram. Mas, porque a distância é grande e de ida e vinda são mais de duzentas léguas de caminho, e os holandeses, não contentes com estarem senhores da cidade, se queriam senhorear do que havia fora, como vimos no precedente capítulo, elegeu o povo e aclamou por seu capitão-mor que os governasse o bispo D. Marcos Teixeira, o qual a primeira cousa que intentou foi recuperar a cidade se pudesse, e para este efeito nomeou por coronéis a Lourenço Cavalcanti de Albuquerque e a Melchior Brandão, e escrever a muitos homens que já estavam todos em seus engenhos e fazendas e, como os teve juntos, determinou entrar na cidade no dia do bem- aventurado Santo Antônio de madrugada.

E, porque no mosteiro do Carmo, que está fora defronte dela, se haviam agasalhado dois portugueses com suas mulheres e famílias, se murmurava deles que serviam de espias aos holandeses e lhes davam sinal e aviso com o sino, para que então lho não dessem mandou diante Francisco Dias de Ávila com índios frecheiros e alguns arcabuzeiros que os prendessem, o que os índios fizeram com tanta desordem que antes eles foram os que deram aviso e sinal. Porque, em chegando ao dito mosteiro e não lhes querendo os de dentro abrir, entraram por força, dando um urro de vozes tão grande que, ouvido pelos holandeses, tiveram tempo de se aperceber, de sorte que, quando os quiseram cometer que era já sol saído e vieram descendo a ladeira do Carmo e alguns já subindo a da cidade para entrarem pela porta onde estava uma fortaleza, lhe tiraram dela tantas bombardadas e mosquetadas que os fizeram tornar por onde vieram e ainda os foram seguindo um grande espaço, sendo que eram os portugueses mais em número e se dividiram um algumas mangas que cometessem juntamente por outras partes da cidade que ainda não estavam fortificadas, porventura a recuperaram.

E, porque até este tempo entravam e saíam alguns portugueses na cidade com passaporte do coronel, houve licença Lourenço de Brito para ir visitar a Diogo de Mendonça à nau, e concertou com ele que lhe mandaria uma jangada e outra para seu filho Antônio de Mendonça, com dois índios remeiros, que de noite muito secretamente os levassem a terra, como de feito mandou, e, estando já pera descerem a elas, deu o urro que temos dito no Carmo com que espertaram os da nau que lhe estorvaram, e os das jangadas se acolheram mui ligeiramente pera a terra, não sem serem sentidos dos holandeses, que daí por diante, entendendo o que podia ser nela e nas mais, puseram grandessíssima vigia, e os dos passaportes, com temor que os holandeses se alterassem com estas contas, se saíram da cidade sem tornarem mais a ela. Só ficaram dous ou três mercadores casados por conservarem sua fazenda, com outros tantos oficiais mecânicos e alguns pobres velhos e enfermos, que por sua pobreza e enfermidade não puderam sair.

. . . .

Capítulo XXV

De como foi morto o coronel dos holandeses Dom João Vandort, e lhe sucedeu Alberto Escutis e o bispo assentou o seu arraial e estâncias para os assaltar.

DESTA desordenada vinda e cometimento da cidade ficaram os nossos portugueses desenganados de mais a poderem cometer; mas ordenou o bispo que andassem ao redor dela pelos matos algumas companhias para que, quando alguns holandeses saíssem fora como costumavam, ou os negros de Guiné que com eles se haviam metido, a buscar frutas e mantimentos pelos pomares e roças circunvizinhas, os prendessem. Sucedeu ser o coronel o primeiro que saiu a cavalo a ver a fortaleza de São Filipe, que dista uma légua da cidade, e à tornada se adiantou dos holandeses e negros que trazia em sua guarda, levando só em sua companhia um trombeta em outro cavalo, onde lhes saiu Francisco de Padilha com Francisco Ribeiro, seu primo, cada um com a sua escopeta e, acertando melhor os tiros que acertou o coronel com um pistolete que disparou, lhes mataram os cavalos, e depois de os verem derrubados e com os pés ainda nos estribos debaixo dos cavalos, matou o Padilha ao coronel e o Ribeiro ao trombeta. E logo chegaram os índios selvagens de Afonso Rodrigues da Cachoeira que ali andava perto e, cortando-lhes os pés e mãos e cabeças, conforme o seu gentílico costume, os deixaram, donde os holandeses levaram o corpo do seu coronel.

E o dia seguinte o enterraram na sé com a pompa que costumam, muito diferente da nossa, porque não levaram cruzes, música, nem água benta, senão o corpo em um caixão coberto de baeta de dó. Os capitães que o levaram aos ombros, e um filho do defunto, um cavalo à destra, que também ia, e as caixas que se tocaram destemperadas; tudo isto ia coberto de dó, e adiante as companhias todas dos mosqueteiros, com os mosquetes debaixo do braço e as forquilhas arrastando. Os quais, entrando na igreja o defunto, se ficaram de fora ao redor dela, e ao tempo que o enterraram os dispararam todos três vezes, não se metendo entre uma surriada e outra mais espaço que enquanto carregam, o que fazem com muita ligeireza. E logo, deixadas as armas do defunto penduradas em um pilar dos da igreja junto à sua sepultura, se tornaram a sua casa, onde antes de entrarem se leu a via do sucessor, que era Alberto Escutis, o qual já quando se tomou a cidade havia servido o cargo dois dias que estoutro tardou. E lido o papel, se fez pergunta aos capitães e soldados se o reconheciam por seu coronel e governador, para obedecerem em tudo o que lhes mandasse, e respondido que sim, os despediu, feitas suas cortesias, e se recolheu com os do conselho e alguns. E, porque de todo os portugueses perdessem as esperanças de poderem recuperar a cidade, a cercou e fortificou por todas as partes, represando o ribeiro que corre ao longo dela pela banda da terra, com que cresceu a água sobre as hortas, que por ali havia, muitos palmos, e assim por esta banda como pela do mar fez muitos baluartes e fortes com artilharia.

O bispo também assentou seu arraial uma légua da cidade, em a chã de um monte a que se não podia subir senão por três partes, nas quais mandou fazer três trincheiras com duas peças e duas roqueiras cada uma, e a que estava para a banda da cidade entregou ao coronel Melchior Brandão com a gente de Paraguaçu, a outra, que estava para Tapuípe, ao capitão Pero Coelho, e a terceira, por onde se servia para o sertão, ao capitão Diogo Muniz Teles, e o corpo da guarda se fazia junto à tenda ou casa palhaça do capitão-mor pelos soldados do presídio e outros, que seriam todos duzentos. A este arraial se trazia a vender carne, peixe, frutas, farinhas e o mais que havia por todo o recôncavo, e algum pouco vinho e azeite que se trazia de Pernambuco em barcos até à torre de Francisco Dias de Ávila, e daí por terra ao arraial, fora do qual havia também outras estâncias para os capitães

dos assaltos, convém a saber: em Tapegipe defronte da fortaleza de S. Filipe, que ocupavam os holandeses, estava uma trincheira com duas peças de bronze, onde assistiam os capitães Vasco Carneiro e Gabriel da Costa com uma companhia do presídio com quarenta soldados, e não muito longe desta estava outra em outro caminho com cinco falcões e duas roqueiras, em que assistiam os capitães Manuel Gonçalves e Luís Pereira de Aguiar e Jorge de Aguiar e junto ao mar e porto outra, aonde estava o capitão Jordão de Salazar. Da ermida de S. Pedro para a Vigia estavam os capitães Francisco de Crasto e Agostinho de Paredes com sessenta homens; da Vigia para o rio Vermelho com quarenta homens na roça de Gaspar de Almeida, Francisco de Padilha e Luís de Siqueira. Fora estes foram também capitães em alguns assaltos Pero de Campos, Diogo Mendes Barradas, Antônio Ferreira e outros. Os cabos destes capitães dos assaltos eram da banda do norte da cidade, onde fica o mosteiro de Nossa Senhora do Carmo, Manuel Gonçalves, e da banda do sul, onde fica o de São Bento, Francisco de Padilha; posto que sempre se ajudaram uns aos outros quando a necessidade o requeria, e Lourenço de Brito, como capitão dos aventureiros, acudia a todas as partes.

. . . .

Capítulo XXVI

Dos assaltos que se deram enquanto governou o bispo.

ORDENADAS as cousas pelo bispo na maneira que fica dito, sabendo os capitães Francisco de Padilha e Jorge de Aguiar que os holandeses faziam poste em a casa de Cristóvão Vieira, escrivão dos agravos, a qual está um pouco mais de um tiro de pedra fora do muro e porta da cidade, entraram nela uma noite com mais dez companheiros, e à espada mataram quatro holandeses, pelo que depois derrubaram e puseram fogo à casa e a todas as mais que havia nos arrabaldes, e roçaram os matos, que lhe podiam ser impedimento e aos portugueses abrigo. Mas sobre este roçar de matos e derrubar casas houve alguns encontros, em que os capitães Lourenço de Brito e Antônio Machado com a sua gente mataram uma vez quatro, e por outra o mesmo Lourenço de Brito e Luís de Siqueira mataram muitos. E aqui testificou o capitão Lourenço de Brito do negro Bastião, de que atrás fizemos menção, que se adiantou a todos, dizendo que a sua frecha não chegava tão longe como o pelouro dos arcabuzes, e assim lhe era necessário para empregá-la nos inimigos chegar-se mais perto deles, o que também fez em outros encontros.

E uma vez, andando já com eles à espada, dizendo-lhes os nossos negros que se retirasse, respondeu: "Não retira, não, se espanta, se espan-

ta", querendo nisto dizer que não era tempo de retirar quando andavam já à espada, porque tinha experimentado dos holandeses que não eram tão destros nesta arma como nas de fogo, e assim vindo à espada tinha já o pleito por vencido. Outros holandeses foram até a casa de Jorge de Magalhães, que dista mais de uma légua da cidade, queimando as que havia pelo caminho e roubando quanto achavam, porque os moradores se saíam fugindo para os matos, e a uma mulher, que não pôde fugir, quiseram romper as orelhas para lhe tirarem os cercilhos e pendentes de ouro, se ela não lhes dera. E ainda fizeram outras cousas piores se não acudira Francisco de Padilha com a sua gente, o qual matou quatro e foi seguindo os mais, que lhe fugiram até o rio Vermelho.

Outra vez foram muitos ao pomar de Diogo Sodré, que se chama da Vigia, porque dali a fazem aos navios que aparecem na costa e se dá aviso na cidade antes que entrem na barra, e levaram muitos negros consigo dos seus confederados para carregarem de laranjas, limas-doces, limões e cidras que há ali muitas. Mas saíam-lhes os capitães Antônio Machado e Antônio de Morais com cinqüenta homens cada um e, depois de batalharem animosamente e lhes matarem nove holandeses, todavia se retiraram com dois portugueses mortos e alguns feridos. Mas a este tempo acudiu o capitão Padilha com vinte soldados seus e, indo após eles, que já se iam para a cidade, lhe fizeram rosto e se tornou a travar outra batalha, a que tornaram os dous primeiros capitães, que se haviam retirado, e os foram levando até terem vista do socorro que ia aos holandeses, que então os deixaram por também não terem mais pólvora nem munição, mas ainda nesta segunda batalha lhe mataram muitos mais, e cativaram um vivo, chamado Rodrigo Mateu, que levaram ao bispo.

Não se haviam com menos ânimo e esforço Manuel Gonçalves e os mais capitães que ficavam da banda do Carmo, vigiando continuadamente se saíam para aquela parte alguns holandeses, e assim junto ao mesmo mosteiro do Carmo mataram uma vez seis e outra três. E, saindo do forte de S. Filipe a pescar a umas camboas que ficam perto, deram sobre eles e os pescaram antes que eles pescassem; mataram um, cativando três que levaram ao bispo, dos quais um era o cabo do forte. E, vendo os holandeses que os nossos se ajudavam por estes assaltos de umas casas que

ali estavam, onde no tempo da paz morava o capitão do forte com sua família, foram uma manhã cinco com peões para derrubá-la; mas Manuel Gonçalves, Jorge de Aguiar e Pero do Campo, que já estavam esperando emboscados em o mato, tanto que os viram subindo para destelharem a casa, saíram com os seus, mataram quatro, seguindo os outros até à porta da fortaleza, e sem falta a entraram daquela vez, se na mesma porta não pusessem os de dentro uma peça de artilharia, que dispararam com muita munição miúda e os fizeram tornar. Outra vez, havendo-lhes um negro do capitão Pero do Campo tomado o batel do pé do forte e levado aos nossos, sem embargo de muitas peças que lhe atiraram sem lhe acertar alguma, entendendo o dito capitão Manuel Gonçalves que, pois não tinham batel, iriam por terra dar aviso à cidade do que passava, os foi esperar ao caminho e, vendo que iam dois em uma jangada, mandou a eles a nado, mas não os tomaram, porque lhes acudiu uma lancha sua que ia da cidade.

. . . .

Capítulo XXVII

De outros assaltos que se deram à beira-mar aos holandeses.

VENDO os holandeses que por terra ganhavam mui pouco e os não deixavam chegar às fazendas de fora, determinaram ir a elas por mar, sucapa (como eles diziam) de buscar algum refresco por seu dinheiro, ou a troco de outras mercadorias. E para isto levavam às vezes alguns portugueses consigo, dos que entre si tinham, para que segurassem aos outros da paz e, quando não quisessem lhes fariam guerra. Mas também disto se preveniu o bispo, mandando que os que tinham engenhos e fazendas junto à praia se fortificassem e assistissem nelas, e por esta causa mandava só ir de cada freguesia vinte homens a assistir no arraial, e com esta prevenção se defenderam dos inimigos em algumas partes e ainda em outras os ofenderam, como fez Bartolomeu Pires, morador na boca do rio de Matuim. O qual, vendo que de um patacho que ali se pôs saíam os holandeses às vezes ao engenho de Simão Nunes de Matos, que está defronte na ilha de Maré, a comer com o feitor, porque seu dono não estava aí, se foi meter com eles e os convidou para uma merenda no dia seguinte, avisando a Antônio Cardoso de Barros lhe mandasse gente para o ajudar, como mandou, e a pôs em cilada da outra parte do engenho. E, mortas as galinhas, postas a assar para mais dissimulação, tanto que os teve juntos deu sinal ao da emboscada, os quais saíram e mataram alguns,

em que entrou um mercador holandês e, fugindo os mais para o batel, cativaram só três, que depois daí a seis meses tornaram a fugir de casa de Antônio Cardoso de Barros para os seus.

Outros foram em uma nau à ponta da ilha de Taparica, chamada a ponta da Cruz e, depois de a carregarem de azeite ou graxa de baleia, que ali havia (porque aquele é o lugar onde se faz), se foram ao engenho de Gaspar de Azevedo, que está na praia uma légua atrás da ponta, onde lhe não tomaram açúcar nem fizeram algum dano, antes lhe escreveram que viesse para o seu engenho e moesse cana, e lhe dariam para isso negros e toda a fábrica necessária. E somente a uma cruz de pau, alta, que estava no terreiro do engenho, deram algumas cutiladas, a qual milagrosamente se torceu e virou logo para outra parte, para a qual caminhando depois os holandeses acharam alguns moradores da ilha com Afonso Rodrigues da Cachoeira, que então ali chegou com o seu gentio e, mortos oito a frechadas e arcabuzadas, lhes tomaram uma lancha com três roqueiras e fizeram embarcar os mais com a água pela barba e muitos mui feridos. Pelo que se ficou tendo aquela cruz em tanta veneração e estima dos católicos que fazem dela relíquias, com que saram muitos enfermos de maleitas e outras enfermidades.

O capitão Francisco holandês foi em outra nau à ilha de Boipeba, que é de fora da barra, e, entrando pelo rio dentro até a vila do Cairu, que será de vinte vizinhos, com duas lanchas de mosqueteiros, mandou o português que consigo levava a terra, e de lá veio com ele Antônio de Couros, senhor ali de um engenho, por ser amigo do dito capitão holandês Francisco, do tempo que nesta cidade esteve preso, como dissemos em o capítulo nono deste livro. O qual Antônio de Couros, depois de se saudarem com as palavras e cerimônias devidas, se virou ao português medianeiro, chamando-lhe tredo a el-rei e parcial dos holandeses, e logo disse ao capitão que não queria com ele paz senão guerra e para ela o ia esperar em terra. E foi tão honrado o holandês que, ou pelo seguro da paz que lhe havia dado, ou pela amizade e conhecimento que tinham dantes, ou pelo que fosse, nem por palavras, nem por obras lhe deu ruim resposta, antes se tornou para a nau que havia deixado no morro de S. Paulo, que é a barra daquele rio, e daí para a cidade. Depois

tornou ao Camamu com outra nau e com mais lanchas e soldados e outro português que havia sido seu carcereiro no tempo que esteve preso, e com muitos negros dos que haviam tomado nos navios de Angola, para ver se lhos queriam trocar por vacas, porcos e galinhas, e também por lhe não responderem ao seu propósito, se tornou só com doze bois que tomou do pasto do engenho dos padres da Companhia, e ainda estes lhes custaram oito holandeses, que os índios mataram a frechadas. E, por haver levado as lanchas de vela, perderam cá a presa de um navio de Viana, que vinha da ilha da Madeira carregado de vinhos e mui embandeirado, ao qual, estando já junto das naus holandesas para tomar a vala e deitar âncora, tiraram de uma delas duas bombardadas, o que visto pelos portugueses do navio conheceram pelos pelouros que levavam ser de guerra e, largando todo o pano ao vento, que era largo, foram correndo pela baía dentro, indo também a holandesa, que era a nau *Tigre*, após ela; porém, como se deteve em se desamarrar e largar as velas, sempre o navio lhe levou esta ventagem, a qual bastou para a seu salvo se pôr na boca do rio de Matuim, onde a nau por ser grande, que era de trezentas e cinqüenta toneladas, e não levar lanchas, não pôde chegar nem fazer-lhe dano. O dia seguinte, chegadas as lanchas do Camamu, as mandaram logo ao dito rio, onde, por não acharem o navio que se foi meter dali a uma légua em a Petinga, deram em a fazenda de Manuel Mendes Mesas, lavrador, e lhe tomaram algumas ovelhas que viram andar no pasto, com que tornaram para as suas naus. O bispo mandou logo o capitão Francisco de Crasto e outros ao rio da Petinga, para defenderem o navio, se lá fossem os holandeses enquanto se descarregava, e dele levaram seis peças de artilharia para o arraial e, sabendo que uma nau se pusera entre a ilha dos Frades e a de Maré, para daí com a sua lancha tomar os barcos que por aqueles boqueirões navegavam, encarregou ao capitão Agostinho de Paredes que andasse por aí em uma barca para lhe impedir as presas e ver se podia tomar-lhes a lancha. Porém eles se guardaram disso porque, estando ali vinte dias e saindo nela quase cada dia o capitão, que se chamava Cornélio Corneles, com vinte e cinco mosqueteiros, ou, quando ele não ia, o piloto, a qualquer barco que passava, tanto que o barco encalhava em terra, ou se metia pelos boqueirões o deixavam, e se tornavam à nau. O

que eu sei como testemunha de vista, porque neste tempo ainda estava cativo nesta nau, e um dia lhes disse que se desenganassem de poder fazer presa alguma, porque estava defronte uma fortaleza, mostrando-lhe uma igreja de Nossa Senhora do Socorro de muitos milagres, a qual defendia todo aquele circuito, do que muito se riram mas enfim se tornaram para o porto da cidade sem pilhagem alguma.

. . . .

Capítulo XXVIII

Dos navios que os holandeses tomaram na Bahia e o que fizeram da gente que cativaram.

QUANDO os holandeses tomaram a Bahia, acharam trinta navios ancorados, alguns ainda carregados com as fazendas que trouxeram do reino, outros de açúcar já para partirem, outros de farinha da terra e outros mantimentos para Angola, os quais todos tomaram e descarregando-os nos seus e em suas lojas. Escolheram os melhores para os armarem e servirem deles, e aos mais meteram no fundo. E, fora estes, lhes vieram depois a cair nas mãos alguns vinte; porque, como este porto é de tanto comércio e vêm a ele de partes tão remotas que nem daí a quatro meses se pôde nelas saber com estava impedido, por se se vinham entregar e ancorar entre os inimigos, com quanto lhes era necessário de farinha de trigo, biscoito, azeite, vinho, sedas e outras ricas mercadorias. E por remate lhes veio um do rio da Prata carregado dela, em que vinha Dom Francisco Sarmento, que havia servido em Potosi de corregedor e trazia mulher e filhos e um genro e neto, que todos recolheu o coronel em sua casa depois de roubados, e lhes deu mesa e vestidos.

Entre estes navios tomados foi logo dos primeiros um o dos padres da Companhia, em que costumam visitar os colégios e casas que têm por esta costa, e nesta ocasião vinha nele do Rio de Janeiro o padre Domin-

gos Coelho, seu provincial que ia já acabando, e o padre Antônio de Matos que lhe havia de suceder, e outros padres e irmãos da Companhia, que por todos eram dez. Vinham também quatro religiosos de São Bento, e eu e meu companheiro da ordem do nosso padre S. Francisco. Amanhecemos aos 28 de maio da dita era de 1624 na ponta do morro de S. Paulo, que é por onde se entra na primeira boca da baía, onde vimos duas lanchas e uma nau, que se vieram a nós e brevemente ferraram do navio por vir desarmado e se senhorearam dele e de quanto trazia, que eram caixões de açúcar, marmeladas, dinheiro e outras cousas de encomendas e de passageiros que nele vinham e nos trouxeram para o porto, donde nos repartiram pelas suas naus de dois em dois, e de quatro em quatro. E assim estivemos até o fim de julho, que o seu general se partiu com onze naus para as salinas, e o almirante com cinco e dois patachos para Angola, e juntamente partiram quatro em direitura carregadas de açúcar para Holanda, em que mandaram o governador Diogo de Mendonça Furtado com seu filho, e o ouvidor-geral Pero Cerqueiro da Rocha e o sargento-mor e também os padres da Companhia e os de São Bento.

E a nós deixaram para nos trocarem pelos seus que estavam cativos dos assaltos, sobre o que andava um português, morador na terra, que falava a língua flamenga, o qual depois acharam que lhes era tredo e os enganava, pelo que o prenderam e enforcaram com um irmão seu e um mulato que os acompanhava, e a nós se ficaram dilatando as esperanças da nossa liberdade, de tal sorte que meu companheiro teve por melhor arriscar-se a ir a nado, o que eu ainda que quisera não podia fazer, porque quem não sabe nadar vai-se ao fundo. E assim estive na prisão do mar quatro meses, os quais passados me pediu Manuel Fernandes de Azevedo, um dos moradores portugueses que ficaram na cidade, e concederam que viesse para sua casa e pudesse andar em sua companhia pela cidade, contanto que não chegasse aos muros e fortificações. Donde me ocupei em confessar os portugueses, em forma que nem um morreu sem confissão, como até este tempo morriam, mas não eram muitos, porque a todos os que se quiseram ir deram licença, e três navios em que se foram, um para Pernambuco e dois para o Rio de Janeiro, nos quais foram trezentas pessoas, os mais deles gente do mar e passageiros dos navios que tomaram. Também fugiram muitos para o nosso arraial, para onde

lhes não queriam dar licença, e de lá se veio para eles uma mulher casada, fugindo a seu marido com uma filha formosa, que o coronel casou com um mercador holandês, e lhes fez grandes festas em seu recebimento de música, danças e banquetes, que duraram três dias. Aos mais portugueses que ficamos davam ração como aos seus de pão, vinho, azeite, carne, peixe cada semana; e as obras que lhe faziam alguns que eram alfaiates e sapateiros, e camisas que as mulheres lhe faziam pagavam muito bem.

. . . .

Capítulo XXIX

De como Matias de Albuquerque depois que recebeu a provisão do governo tratou do socorro da Bahia e fortificação de Pernambuco, onde deteve a Francisco Coelho de Carvalho, governador do Maranhão.

RECEBIDA por Matias de Albuquerque em Pernambuco a provisão do governo do Brasil na vagante de Diogo de Mendonça Furtado, fez logo uma junta dos oficiais da câmara, capitães, prelados da religião e outras pessoas qualificadas sobre se viria em pessoa socorrer a Bahia, o que por todos lhe foi contradito, assim porque não bastaria o socorro que de lá podia trazer para recuperá-la, como pelo perigo em que deixava esta outra capitania, de cuja fortificação e defensa se devia também tratar, pois viam arder as barbas dos seus vizinhos. Com a qual resolução mandou Antônio de Morais, que de cá havia ido e achado no caminho um grande pedaço de âmbar, tornasse por terra com socorro de alguns soldados com suas armas e munições, fazendo também tornar outros que encontrasse pelo caminho, e assim chegou ao arraial uma boa companhia. O governador se ficou fortificando a vila de Olinda com muita diligência, cercando toda a praia e pondo nela soldados com seus capitães em as estâncias necessárias, como também fez em o rio Tapado, um terço de légua da vila, e a Pau-Amarelo, que dista dela três léguas, e é porto onde podem entrar "lanchas e patachos. E, porque o do Recife é o principal", onde estão os nossos navios e duas

fortalezas, que são as chaves de todo o Pernambuco, pediu a Francisco Coelho de Carvalho, governador do Maranhão, que pouco havia ali chegara do reino, não quisesse em aquela ocasião seguir sua viagem para o Maranhão, encarregando-lhe o dito porto e povo do Recife e o governo dele, sobre o qual ambos escreveram a Sua Majestade que se houvesse disso por bem servido.

E por esta causa se ficou ali Francisco Coelho de Carvalho, com três companhias de soldados que do reino levava, e juntamente com ele seu filho Feliciano Coelho de Carvalho, Manuel Soares, seu sargento-mor, Jácome de Reimonde, provedor-mor da fazenda do Maranhão, e Manuel de Sousa Deça, capitão-mor do Pará, e mandou só um barco ao Maranhão com alguns velhos e mulheres, no qual se embarcou nosso irmão frei Cristóvão Severim, que ia por custódio com quinze frades, que trazia da província, e cinco que se lhe ajuntaram desta custódia do Brasil, a quem também o administrador de Pernambuco, que então era o Dr. Bartolomeu Ferreira, deu poderes de vigário-geral e provisor, como os trazia do Santo Ofício, para rever e qualificar os livros, o que tudo era mui necessário em aquelas partes. Partiram do Recife a 12 de julho de 1624, e aportaram aos dezoito do mês na enseada de Mocoripe, três léguas do Ceará, donde os veio buscar o capitão-mor Martim Soares Moreno para o forte, em que se detiveram quinze dias, sacramentando os brancos e doutrinando os índios de duas aldeias que ali estavam com os quais o custódio deixou dous religiosos, por requerimento que o capitão lhe fez, para quietação dos índios, que com esperanças de alcançá-los os haviam até ali sustentado.

Os mais chegaram ao Maranhão em 6 de agosto onde começaram a edificar uma casa e igreja de taipa, em que se disse a primeira missa no ano seguinte dia de Nossa Senhora das Candeias, ajudando Deus a obra como sua com algumas maravilhas e milagres notáveis. Um foi que, dizendo os pedreiros que para se rebocarem as paredes eram necessárias sessenta pipas de cal, e não havendo mais que vinte e cinco, com elas se rebocaram e sobejaram ainda dezessete pipas, não sem grande admiração dos oficiais, que com juramento afirmaram era milagre. Outro foi que, trazendo-se para a obra em um carro uma mui grande e pesada trave, caiu o carreiro que ia diante e, passando a roda do carro por cima dele com todo

aquele peso, não lhe fez dano algum, mas logo se levantou são e prosseguiu sua carreira, ficando-lhe só o sinal da roda impressa no peito por onde passou para prova do milagre.

Nem trabalhou menos o padre custódio em o edifício espiritual das almas, que em a visita achou estragadas, e em a conversão dos índios. O mesmo fez no Pará, onde reduziu a paz dos portugueses os gentios tocantins, que, escandalizados de agravos que lhe haviam feito, estavam quase rebelados, e levou consigo os filhos dos principais para os doutrinar e domesticar, proibiu com excomunhão venderem-se os índios forros, como faziam, dizendo que só lhe vendiam o serviço. Queimou muitos livros que achou dos franceses hereges e muitas cartas tocar e orações supersticiosas de que muitos usavam, apartou os amancebados das concubinas, e fez outras muitas obras do serviço de Nosso Senhor e bem das almas, não sem muito trabalho e perseguições, que por isto padeceu, sabendo que são bem-aventurados os que padecem pela justiça.

. . . .

Capítulo XXX

De como o governador-geral Matias de Albuquerque mandou de Pernambuco por capitão-mor da Bahia a Francisco Nunes Marinho e da morte do bispo.

INFORMADO o governador-geral Matias de Albuquerque em Pernambuco de algumas dúvidas e diferenças que havia entre o bispo e o ouvidor-geral Antão de Mesquita de Oliveira sobre o governo do arraial e da mais gente da Bahia, porque também haviam para isto eleito o dito ouvidor- geral antes que elegessem e aclamassem o bispo, para atalhar a estas dúvidas e diferenças mandou que viesse por capitão-mor Francisco Nunes Marinho, que o havia já sido na Paraíba, e servido a el-rei na Índia e em outras partes com muita satisfação. E para isto lhe deu dois caravelões, de um dos quais veio ele por capitão, e de outro Antônio Carneiro Falcato, com trinta soldados, pólvora, munições e vitualhas de vinho, azeite e outras cousas, que se lhe puderem dar em tempo tão necessitado delas.

No mar tiveram uma grande tormenta que os obrigou a entrar no rio de Sergipe d'el-Rei com vergas e mastros quebrados donde, depois que os refez para seguirem sua viagem, ele se foi com alguns soldados por terra, e chegou a muito bom tempo, porque daí a poucos dias adoeceu o bispo da doença de que morreu aos 8 de outubro da dita era, deixando a todos assaz saudosos e desconsolados com a falta de sua presença, por ser ela tal que ainda a natural agradava a todos, sem as muitas graças sobrenaturais que Deus a esmaltou,

porque era mui esmoler e liberal, devotíssimo do Santíssimo Sacramento, o qual levava ele próprio aos enfermos, ou ao menos o acompanhava com um brandão aceso, todas as vezes que o levavam fora, de dia ou de noite.

Celebrava cada dia derramando em a missa muitas lágrimas de devoção, pregava sem ser teólogo, posto que grande canonista, melhor que muitos teólogos, com muito zelo da salvação das almas. Enfim dele se podia dizer aquilo do sábio *Sapientiae 4*, que o levou Deus deste mundo, e em tão pouca idade, que ainda não chegava a cinqüenta anos, porque não era o mundo digno de tanto bem. E, se isto se podia dizer dos seus merecimentos para com Deus, não menos para com el-rei, como bem se viu em esta ocasião, em quem o serviu de capitão-mor e governador depois da Bahia tomada; porque ele foi o que, andando os homens espalhados pelos matos, morrendo de fome, e nem neles se tendo por seguros, os fez ajuntar em um arraial, como já dissemos, e ali deu ordem a que se levassem mantimentos de todas as partes a vender, sustentando ele os pobres à sua custa, que o não podiam comprar.

Dali ordenou os capitães e companhias para os assaltos, em que reprimiu a insolência dos holandeses, que, se isto não fora, houveram de assolar todas as fazendas de fora e, quando iam aos assaltos, os animava e exortava de modo que até os gentios selvagens, que de princípio andavam alguns nestas companhias, obrigava a irem com muita vontade e esforço. Logo se punha em oração pedindo a Deus lhe desse vitória e, quando com ela tornavam, lhe dava graças, abraçava os soldados e gratificava-lhes não só com palavras, mas com dádivas, com que todos andavam à porfia a quem melhor havia de pelejar. E assim puseram, sem a ter sitiado, em tanto aperto que não se atreviam a sair cinqüenta passos da cidade a buscar um limão, senão com muita gente e ordem, e nem essa bastava, o que tudo se pode atribuir também às orações do santo bispo, que não só governava estas guerras com sua indústria, conselho e agência, como Josué e outros famosos capitães, mas com lágrimas e orações como Moisés. E, entendendo que a tomada da cidade fora castigo do Céu por vícios e pecados, depois se castigava a si mesmo, e fazia tão áspera penitência que nunca mais fez a barba nem vestiu camisa, senão uma sotaina de burel, dormia mui pouco e jejuava muito, pregava e exortava a todos à emenda de suas culpas, para que aplacassem a divina ira, até que destes trabalhos o tirou Deus para o descanso da bem-aventurança, como se pode confiar em sua divina misericórdia.

Capítulo XXXI

Dos encontros que houve com os holandeses no tempo que governou o nosso arraial o capitão-mor Francisco Nunes Marinho.

AINDA que o capitão-mor Francisco Nunes Marinho era velho e enfermou gravissimamente chegando à Bahia, nem por isso enfraqueceu do ânimo, ou faltou um ponto do que era do seu ofício e governo, antes tinha dito a João Barbosa, que o acompanhou e serviu desde a Paraíba, que, por mal que estivesse, nunca o dissesse aos soldados; mas, tomando-lhe o recado, dissesse que lho ia dar, e tornasse com a resposta em seu nome que lhe parecesse, o que o dito João Barbosa fazia com tanta prudência e cortesia que todos iam contentes. E depois que sarou usava de outra cautela que, tendo mui pouca pólvora, mostrava botijas cheias de areia, fazendo entender aos soldados que eram de pólvora e, quando se lhe queixavam por que dava tão pouca e pediam mais, dizendo que deixavam muitas vezes de seguir os inimigos nos assaltos porque no melhor lhes faltavam as cargas, respondia que bastava aquilo, querendo antes ser notado de escasso, ou de qualquer outra nota, que descobrir a falta da pólvora, por que de todo não desmaiassem e deixassem a guerra. E assim foi continuando com os assaltos na forma que o bispo havia ordenado, e era a melhor que podia ser, acres-

centando mais duas trincheiras, uma em Tapuípe, e outra da banda de São Bento, para os nossos que neles andavam.

Ordenou também que andassem dois barcos de vigia, um na Itapuã, outro no Morro, para avisar os navios que vinham de Portugal, com que se salvaram três ou quatro, e sem mudar o arraial lhe abreviou o caminho para a cidade um terço de légua, para com mais presteza poderem acudir aos assaltos. E no seu tempo soube o capitão Manuel Gonçalves pelas espias que trazia, que estavam alguns holandeses metidos no mosteiro do Carmo e deu sobre eles com os mais capitães de que era cabo, onde pelejaram uns e outros valorosamente, e ficaram [?] dos holandeses e dos nossos dois. Outra vez encontrou o mesmo Manuel Gonçalves uns poucos holandeses que saíram da fortaleza de São Filipe, e matou dois, fazendo recolher os outros, queimou-lhes um batel, e enfim os tinha tão apertados que, se não era por mar, poucos passos se atreviam a sair da fortaleza.

Alguns assaltos foram também dar por mar os holandeses, como foi um no engenho de Manuel Rodrigues Sanches, onde lhe tomaram cinqüenta caixas de açúcar, queimaram-lhe as casas e a igreja sem lho poderem impedir, posto que acudiram Manuel Gonçalves e André de Padilha, pai do capitão Francisco de Padilha, e depois o coronel Lourenço Cavalcanti com quarenta homens e os fizeram embarcar, matando-lhes e ferindo-lhes alguns.

Outro assalto deram no engenho de Estêvão de Brito Freire, donde ao desembarcar lhe resistiu o capitão da freguesia Agostinho de Paredes com alguns arcabuzeiros, os quais, por serem poucos e os inimigos muitos, foi forçado retirarem-se ao alto às casas de um lavrador fora dos pastos do engenho, no qual os holandeses mataram alguns bois e chegaram a estar às arcabuzadas e ainda às pulhas com os nossos. Mas de noite se embarcaram à pressa, deixando dois bois mortos sem os levarem, e só levaram vinte caixas de açúcar que acharam no engenho, havendo já de caminho tomado doze de retame de um engenho de meles e alguns porcos de um chiqueiro e, se não se houveram assim embarcado, não o puderam depois fazer tanto a seu salvo, que no dia seguinte acudiu o capitão dos assaltos Francisco de Padilha e Melchior Brandão, capitão de Paraguaçu, com muita gente. E, porque uma nau dos holandeses havia ficado em seco e se detiveram três ou quatro dias em tomar uma água que abrira e aliviá-la da artilharia em

as lanchas, os ditos capitães se embarcaram com o Paredes, cuidando que saíssem em terra, o que não fizeram, mas, consertada e aliviada a nau, se foram para o porto da cidade. Tinha mais o dito capitão-mor Francisco Nunes ordenadas e feitas setenta escadas para escalar a fortaleza de São Filipe em Tapuípe e à força se senhorear dela e da pólvora dos inimigos para os assaltos, o que não pôs em execução porque lhe veio sucessor e trouxe pólvora e tudo o mais necessário.

. . . .

Capítulo XXXII

De como veio Dom Francisco de Moura por mandado de Sua Majestade socorrer a Bahia e governar o arraial.

SABIDA pelo nosso rei católico Filipe Terceiro a nova da perda da Bahia, a sentiu grandemente, não tanto pela perda quanto por sua reputação, por entender que os holandeses por esta via determinavam diverti-lo das guerras que atualmente lhes fazia em Holanda, ou que, por sustentá-la e acudir aos assaltos que continuamente lhe faziam pela costa de Espanha, não poderia acudir a estoutro, como eles diziam. E assim, para desenganá-los destes desenhos, mandou com muita brevidade aprestar suas armadas, e que entretanto se mandasse de Lisboa todo o socorro possível, não só à Bahia, mas às outras partes do Brasil, para que os rebeldes não tomassem pé no estado, nem ainda o lançassem fora dos limites da cidade que tinham tomada, porque nisso podiam perigar as fazendas dos engenhos de açúcar que estão no recôncavo, de que tanto proveito recebem as suas alfândegas. O que visto pelos governadores do reino Dom Diogo de Castro, conde de Basto, e Dom Diogo da Silva, conde mordomo-mor, mandaram logo em 8 de agosto de 1624 duas caravelas em direitura a Pernambuco, para dali seguirem a ordem que o governador Matias de Albuquerque lhes desse em socorro da Bahia: eram os capitães Francisco Gomes de Melo e Pero Cadena, um e outro bem vistos na costa do Brasil. Traziam de socorro o que em tão poucos navios podia ser, cento e vinte homens de guerra, cinqüenta

quintais de pólvora, mil e cem pelouros de ferro de toda a sorte, vinte quintais de chumbo em pau, mil e trezentos arcabuzes de Biscaia aparelhados, quatorze quintais de chumbo em pelouros, duzentas lanças e piques de campo, quatro arrobas de morrão. Chegou Francisco Gomes de Melo a Pernambuco nos últimos de setembro, onde foi recebido com extraordinário alvoroço e repiques da vila, sabendo por ele ficarem fervendo Portugal e Castela em socorro do Brasil. O capitão Cadena chegou mais tarde, por dar de caminho aviso na ilha da Madeira.

Mandaram também os senhores governadores em 19 de agosto da dita era Salvador Correia de Sá e Benevides em o navio *Nossa Senhora da Penha de França* com oitenta homens, armados com seus arcabuzes de Biscaia, quatorze quintais de pólvora, oito de chumbo e dois de morrão, ao Rio de Janeiro, em que seu pai Martim de Sá estava atualmente governando. E à Bahia mandaram por capitão-mor Dom Francisco de Moura, que já havia sido governador de Cabo Verde, com cento e cinqüenta homens de guerra, trezentos arcabuzes aparelhados, cinqüenta quintais de pólvora, dez de morrão, vinte e nove de chumbo em pau, cento e cinqüenta fôrmas de fazer pelouros. Com este socorro chegou Dom Francisco de Moura a Pernambuco, pátria sua, em três caravelas, das quais ele capitaneava a sua, e as outras duas Jerônimo Serrão e Francisco Pereira de Vargas, aos quais se ajuntaram em Pernambuco Manuel de Sousa de Sá, capitão-mor do Pará, e Feliciano Coelho de Carvalho, filho do governador do Maranhão, que se ofereceram para os acompanharem, e o governador Matias de Albuquerque lhes deu seis caravelões e oitenta mil cruzados mais de novos provimentos, e nos caravelões se meteu todo o socorro que vinha nas caravelas, o que tudo se fez dentro de oito dias, no fim dos quais se partiram do Recife, e foram desembarcar à torre de Francisco Dias de Ávila, donde se vieram por terra ao arraial. E, em chegando a ele aos 3 de dezembro de 1624, lhe fizeram sua salva de seis peças de artilharia, o que aos holandeses na cidade deu que entender, porque até aquele tempo não tinham dali ouvido outras, e assim desejavam muito saber o que era e colher alguém que lho dissesse. Pera o que fizeram uma saída a São Bento, onde se encontraram com o capitão Lourenço de Brito em uma emboscada, e lhe mataram o sargento e prenderam outro homem muito mal ferido, do qual souberam ser Dom Francisco de Moura, capitão-mor, que sucedera a Francisco Nunes Mari-

nho, e este ao bispo, que era morto, das quais cousas nem uma até então sabiam senão por dito dos negros, a que não davam crédito.

Outra saída fizeram ao Carmo, a qual não lhes sucedeu tanto a seu gosto, por ser a tempo que Dom Francisco mandava o arquiteto Francisco de Frias reconhecer aquele sítio e como em ele se pudessem os nossos fortificar. E iam em seu resguardo o capitão Manuel Gonçalves, Gabriel da Costa e os mais que daquela parte militavam, os quais pelejaram com tanto esforço neste encontro, e lhes mataram e feriram tantos com morte de um só dos nossos, que o arquiteto foi dizer a Dom Francisco que para tão valentes e animados soldados não havia mister fazer fortificações artificiais pois sem elas remetiam aos inimigos como leões.

Ia-lhes também faltando já o conduto da carne e peixe e, por lhes dizerem que na ilha de Taparica, três léguas da cidade, havia muitos currais de vacas e boas pescarias, determinaram senhorear-se dela, e para este efeito se embarcaram em duas naus e algumas lanchas quatrocentos soldados com o capitão Quife, e o capitão Francisco. E indo já nos batéis e lanchas para desembarcar na ilha em o engenho de Sebastião Pacheco, estava Paulo Coelho, capitão da ilha, de trás de uma cava ou bardo de bagaceira de cana, com outros portugueses, donde às arcabuzadas lhe feriram alguns e impediram que não desabarcassem. E, porque em os mais engenhos houvesse a mesma resistência, mandou Dom Francisco de Moura por Manuel de Sousa de Sá ver as fortificações que tinham e que onde não as houvesse se fizessem, o que fez com grande cuidado. Fez também cabo a Jordão de Salazar de dez barcas para defenderem do inimigo as que trouxessem mantimentos, ou gente do recôncavo ao arraial. Com isto cessaram os assaltos por mar e também por chegar um navio de Holanda pela festa do Natal, que tomou de caminho outro nosso, que vinha de Lisboa para Pernambuco com cartas de el-rei e aviso da nossa armada, que vinha.

. . . .

Capítulo XXXIII

Da morte do coronel Alberto Scutis e como lhe sucedeu seu irmão Guilhelmo Scutis e se continuaram os assaltos.

MUITO solícito andou o coronel Alberto Scutis, depois que teve estas novas, em fortificar a cidade e o porto, entendendo que por uma parte e outra lhe convinha defender-se, e principalmente mandou acabar e aperfeiçoar o forte da praia, que Diogo de Mendonça começou e não tinha ainda acabado; mas nem por isto deixava de andar em festas e banquetes, assim na terra como nas naus, a que levava o seu prisioneiro Dom Francisco Sarmiento com toda a sua família, e porventura daqui se lhe originou dar em uma enfermidade, de que morreu em poucos dias.

Logo o dia em que o coronel Alberto Scutis morreu que foi a 24 de janeiro de 1625, foi levantado por coronel seu irmão Guilhelmo Scutis, que era capitão-mor ou mestre-de-campo, ficando em seu lugar o capitão Quiffe. No dia seguinte se deu sepultura ao defunto na sé e com as mesmas cerimônias que se fizeram na do primeiro coronel, de que tratamos no capítulo undécimo, se não que deram mais duas surriadas que ao outro ou fosse por ser irmão do coronel, ou por neste mesmo dia lhe haver chegado uma nau de Holanda com sessenta soldados. A 13 de março chegou outra, que por o vento lhe ser escasso e os que a governavam duvidarem se o porto seria ainda seu, andou dois dias aos bordos sem entrar. Nem menos dúvida

e receio houve com isto na cidade, suspeitando que seria da armada de Espanha e andaria esperando pelas mais. E assim se apercebeu o coronel com todas as prevenções. Porém quietaram-se com a chegada da nau, vendo que era sua e vinha carregada de ladrilho, que muito estimaram, para uma torre que tinham começada à porta do muro que vai para o Carmo, para a qual iam tirando a pedra já da capela nova da sé.

E porque lhes faltava cal, foram aos 17 do mesmo mês pela manhã cedo a uma casa donde a havia além do Carmo, junto da ermida de Santo Antônio, buscá-la com muitos negros e sacos para a trazerem e cento e vinte soldados mosqueteiros de resguardo, os quais, metidos na casa da cal e em outras ali vizinhas, porque chovia, saíam alguns poucos a vigiar. A que saiu o capitão Jordão de Salazar, que estava na ermida, e logo o capitão Francisco de Padilha e Jorge de Aguiar, e os mais capitães dos assaltos que por ali andavam perto, e se travou entre todos uma rija batalha, na qual, por chover e não poderem usar das armas de fogo, as largaram e vieram às espadas, com que nos mataram dois homens e feriram doze, e os nossos mataram nove holandeses, um dos quais era tenente-coronel, e feriram muitos, tomaram-lhe dezoito mosquetes, duas alabardas, um tambor e algumas espadas, assim dos mortos como dos que fugiram; mas, vendo que lhes vinha socorro da cidade, se retiraram os nossos, dando-lhes lugar que levassem os seus mortos e feridos, posto que sem a cal que iam buscar.

Não trato dos assaltos que se deram aos negros seus confederados, que algumas vezes saíam fora pelas roças, como quem bem as sabia e os caminhos, a buscar frutas para lhes venderem, dos quais foram alguns tomados, e a um deles cortou o capitão Padilha ambas as mãos e o tornou a mandar para a cidade com um escrito pendurado ao pescoço, em que desafiava o capitão Francisco, que era o mais conhecido, porque este (como já disse) é o que tomou Martim de Sá no Rio de Janeiro, e o mandou o capitão-mor Constantino Menelau de lá a esta cidade, onde esteve preso muito tempo. O qual saiu ao desafio com duzentos mosqueteiros e alguns negros frecheiros, mas, quando viu a confiança com que o estavam aguardando além de São Bento, junto à ermida de São Pedro, e sentiu um rumor no mato, que imaginou ser manga de índios para lhe tomarem as costas, posto que realmente não eram senão uns negros que

iam carregados de tábuas da ermida de Santo Antônio da vila velha para o arraial, isto bastou para não ousar a cometer, nem ainda a esperar, e se tornou para a cidade.

Outra fineza fez o capitão Francisco de Padilha com seu primo Antônio Ribeiro, que se foram a um bergantim dos holandeses uma noite e, junto da fortaleza nova e dos seus navios que tinham contínua vigia, o levaram dali, à vista da sua nau que estava vigiando na barra, a meter no rio Vermelho com duas peças pequenas de bronze e quatro roqueiras que tinha dentro, indo por terra o capitão Francisco de Crasto, com a sua companhia e a do Padilha de resguardo para que, se os holandeses fossem atrás do bergantim, o encalhassem em terra e lho defendessem, o que eles não fizeram por se não poderem persuadir (segundo diziam) que lho levaram os portugueses, senão que se desamarrara e o vento e a maré o levara.

. . . .

Capítulo XXXIV

Da armada que Sua Majestade mandou a socorrer e recuperar a Bahia e dos fidalgos portugueses que se embarcaram.

COM muita brevidade mandou Sua Majestade aprestar suas armadas, assim em Castela como em Portugal e Biscaia, para socorrer e recuperar a Bahia do poder dos holandeses, dizendo que, se lhe fora possível, ele mesmo houvera de vir em pessoa, o que foi causa de todos seus vassalos se oferecerem à jornada com muita vontade. E só na armada de Portugal se embarcaram mais de cem fidalgos, para o que foi também grande motivo Dom Afonso de Noronha, fidalgo velho, que havia sido eleito viso-rei da Índia, e foi o primeiro que se alistou por soldado, a quem todos os outros seguiram para passar este grande oceano, como os filhos de Israel a Aminadab, para a passagem do mar Vermelho. Partiu esta armada de Lisboa a 22 de novembro de 1624, dia de Santa Cecília, por general dela Dom Manuel de Meneses em o galeão *São João,* do qual vinha por capitão seu filho Dom João Teles de Meneses e juntamente de uma companhia de soldados, e Dom Álvaro de Abranches, neto do conde de Vila Franca, e Gonçalo de Sousa, filho herdeiro de Fernão de Sousa, governador do reino de Angola, de outras duas, que por todos eram seiscentos soldados.

Na almiranta, que era o galeão *Santa Ana*, vinha por almirante e mestre-de-campo de um terço Dom Francisco de Almeida, por capitão da sua infantaria Simão de Mascarenhas, do hábito de São João. No galeão *Conceição* vinha por capitão e mestre-de-campo de outro terço Antônio Muniz Barreto; por capitão da infantaria Dom Antônio de Meneses, filho único de Dom Carlos de Noronha. No galeão *São José* vinha por capitão Dom Rodrigo Lobo e da infantaria Dom Sancho de Faro, filho do conde de Vimieiro. Na nau *Caridade* vinha por capitão dela e da infantaria Lancerote de Franca; na naveta *Santa Cruz* vinha por capitão dela e da infantaria Constantino de Melo; na nau *Sol Dourad*o capitão Manuel Dias de Andrade; na nau *Penha de França* capitão Diogo Vaião.

Na nau *Nossa Senhora do Rosário*, capitã da esquadra do Porto e Viana, por capitão-mor dela e de toda a esquadra Tristão de Mendonça Furtado, e por capitão da infantaria Antônio Álvares; na almiranta chamada *São Bartolomeu,* almirante Dom Domingos da Câmara e capitão da infantaria Dom Manuel de Morais; na nau *Nossa Senhora da Ajuda*, capitão dela e da infantaria Gregório Soares; na nau *Nossa Senhora do Rosário Maior*, capitão dela e de arcabuzeiros Rui Barreto de Moura; na nau *Nossa Senhora do Rosário Menor*, capitão Cristóvão Cabral, do hábito de São João; na nau *Nossa Senhora das Neves Maior*, capitão Dom Domingos Gil da Fonseca; na nau *Nossa Senhora das Neves Menor,* capitão Gonçalo Lobo Barreto; na nau *São João Evangelista,* capitão Diogo Ferreira; na nau *Nossa Senhora da Boa Viagem,* capitão Bento do Rego Barbosa; na nau *S. Bom Homem,* capitão João Casado Jácome. Os mais navios eram patachos e caravelas, que por todos eram vinte e seis, dez do Porto e Viana, e os mais de Lisboa.

Os fidalgos que em eles vinham embarcados por soldados, seguindo a ordem do alfabeto, eram: o já nomeado Dom Afonso de Noronha, do Conselho de Estado; Dom Afonso de Portugal, conde de Vimioso; Dom Afonso de Meneses, herdeiro da casa de seu pai, Dom Fradique; Dom Álvaro Coutinho, senhor de Almourol; Álvaro Pires de Távora, filho herdado de Rui Lourenço de Távora, governador que foi do Algarve e viso-rei da Índia; Álvaro de Sousa, filho herdeiro da casa de Gaspar de Sousa, do Conselho de Estado e governador que foi do Brasil; Álvaro de Sousa, filho de Simão de Sousa; Dom Antônio de Castelo Branco, senhor de Pombeiro; Antônio Correia, senhor de Belas; Antônio

Luís de Távora, filho herdeiro do Conde de São João; Antônio Teles da Silva, do hábito de São João, filho de Luís da Silva, do Conselho de Sua Majestade, vedor de sua fazenda; Antônio da Silva, filho de Pedro da Silva; Antônio Carneiro de Aragão; Antônio de S. Paio, filho de Manuel de S. Paio, senhor de Vila-Flor; Antônio Pinto Coelho, senhor das Figueiras; Antônio Taveira de Avelar; Dom Antônio de Melo; Antônio Freitas da Silveira, filho de João Rodrigues de Freitas, da ilha da Madeira; Brás Soares de Sousa; Dom Duarte de Meneses, conde de Tarouca; Duarte de Albuquerque, senhor de Pernambuco; Dom Diogo da Silveira, filho herdeiro de Dom Álvaro da Silveira e neto do conde de Sortelha; Dom Diogo Lobo, filho de Dom Pedro Lobo; Dom Diogo de Noronha; Dom Diogo e Vasconcelos e Meneses e Dom Sebastião, filhos de Dom Afonso de Vasconcelos, da casa de Penela; Duarte de Melo Pereira; Duarte Peixoto da Silva; Estêvão Soares de Melo, senhor da casa de Melo, Estêvão de Brito Freire; Dom Francisco de Portugal, comendador da fronteira; Francisco de Melo de Castro, filho de Antônio de Melo de Castro; Dom Francisco de Faro, filho do conde Dom Estêvão de Faro, do Conselho de Estado de Sua Majestade e vedor de sua fazenda; Francisco Moniz; Dom Francisco de Toledo e Antônio de Abreu, seu irmão; Dom Francisco de Sá, filho de Jorge de Sá.; Francisco de Mendonça Furtado e Cristóvão de Mendonça Furtado, seu irmão; Gracia Veles de Castelo Branco; Gaspar de Paiva e Magalhães; George de Melo, filho de Manuel de Melo, monteiro-mor; George Mexia; Gonçalo de Sousa, filho herdeiro de seu pai Fernão de Sousa, governador do reino de Angola; Gonçalo Tavares de Sousa, filho de Bernardim de Távora, do Algarve; Dom Henrique de Meneses, senhor de Louriçal; Jerônimo de Melo de Castro; Dom Henrique Henriques, senhor das Alcáçovas; Henrique Correia da Silva, Henrique Henriques; Dom João de Sousa, alcaide-mor de Tomar; João da Silva Telo de Meneses, coronel de Lisboa; João de Melo; Dom João de Lima, filho segundo do visconde de Vila Nova da Cerveira; Dom João de Portugal, filho de Dom Nuno Álvares de Portugal, governador que foi do Reino; Dom João de Meneses, filho herdeiro de Dom Diogo de Meneses; João Mendes de Vasconcelos, filho de Luís Mendes de Vasconcelos, governador que foi do reino de Angola; João Machado de Brito; José de Sousa de S. Paio; Luís Álvares de Távora, conde de São João, senhor da

casa de Mogadouro; Dom Lopo da Cunha, senhor de Sentar; Luís César de Meneses, filho de Vasco Fernandes César, provedor dos armazéns de Sua Majestade; Lourenço Pires Carvalho, filho herdeiro da casa de Gonçalo Pires Carvalho, provedor das obras de Sua Majestade; Dom Lourenço de Almada, filho de D. Antão de Almada; Lopo de Sousa, filho de Aires de Sousa; Martim Afonso de Oliveira de Miranda, morgado de Oliveira; Martim Afonso de Távora, filho de Rui Pires de Távora, reposteiro-mor de Sua Majestade; Manuel de Sousa Coutinho, filho de Cristóvão de Sousa Coutinho, guarda-mor das naus da Índia, senhor da casa de Baião; Dom Manuel Lobo, filho de Dom Francisco Lobo; Manuel de Sousa Mascarenhas; Martim Afonso de Melo e José de Melo, seu irmão; Dom Manuel Coutinho e dois filhos do marechal Dom Fernando Coutinho; Nuno da Cunha, filho herdeiro de João Nunes da Cunha; Dom Nuno Mascarenhas da Costa, filho de Dom João Mascarenhas; Nuno Gonçalves de Faria, filho de Nicolau de Faria, almotacé-mor; Pero da Silva, governador que foi da Mina; Pero César de Eça, filho de Luís César; Pero da Silva da Cunha, filho de Duarte da Cunha; Pero Lopes Lobo, filho de Luís Lopes Lobo, Pero Cardoso Coutinho; Pero Correia da Silva; Paulo Soares; Pero da Costa Travassos, filho de João Travassos da Costa, secretário da Mesa do Paço; Rui de Moura Teles, senhor da Póvoa; Dom Rodrigo da Costa, filho de Dom Julianes da Costa, governador que foi de Tangere, presidente da Câmara de Lisboa e do Conselho do Paço; Dom Rodrigo Lobo; Rui Correia Lucas; Rodrigo de Miranda Henriques; Rui de Figueiredo, herdeiro da casa de seu pai Jorge de Figueiredo, Luís Gomes de Figueiredo e Antônio de Figueiredo, seus irmãos; Dom Rodrigo da Silveira e Fernão da Silveira, seu irmão, filhos de Dom Luís Lobo da Silveira, senhor das Sargedas; Rui Dias da Cunha; Sebastião de Sá de Meneses, filho herdeiro de Francisco de Sá de Meneses, irmão do conde de Matosinhos; Simão de Miranda; Simão Freire de Andrade. E muitos outros homens nobres, que parece se não tinham por tais os que se não embarcavam nesta ocasião.

E assim aconteceu em Viana entre três irmãos que, sendo necessário ficar um com o cuidado de sua família e dos mais, nem um deles o quis ter, por não faltar na empresa, e por entender o conde de Miranda, Diogo Lopes de Sousa, que importava ficar algum, por sorte de dados

resolveu a contenda. A mesma houve entre um pai e um filho, querendo cada qual vir por soldado, e foi o caso ao conde governador, que resolveu tocar mais a jornada ao filho que ao pai, e os deixou conformes na pretensão da honra que cada um para si queria.

. . . .

Capítulo XXXV

Da ajuda de custa que deram os vassalos de Sua Majestade portugueses para sua armada.

E, SE tão liberais se mostraram de suas pessoas os portugueses em esta ocasião, não o foram menos de suas fazendas, não somente os que se embarcaram, que estes claro está que aonde davam o mais haviam de dar o menos, e aonde arriscavam as vidas não haviam poupar o dinheiro, e assim fizeram grandíssimas despesas, mas também os que se não puderam embarcar deram um grande subsídio pecuniário para o apresto da armada. O presidente da Câmara da cidade de Lisboa deu da renda dela cem mil cruzados; o excelentíssimo duque de Bragança Dom Teodósio Segundo deu da sua fazenda vinte mil cruzados; o duque de Caminha Dom Miguel de Meneses, dezesseis mil e quinhentos cruzados; o duque de Vila Hermosa, presidente do conselho de Portugal, Dom Carlos de Borja, dois mil e quatrocentos cruzados, com que se pagam duzentos soldados; o marquês de Castelo Rodrigo, Dom Manuel de Moura Corte Real, três mil trezentos e cinqüenta cruzados, que em tanto se estimou o frete da nau *Nossa Senhora do Rosário Maior* e a companhia que nela veio à sua custa; Dom Luís de Sousa, alcaide-mor de Beja, senhor de Bringel e governador que foi do estado do Brasil, três mil e trezentos cruzados, e trinta moios de trigo para biscoitos; o conde da Castanheira, Dom João de Ataíde, dois mil

e quinhentos cruzados; Dom Pedro Coutinho, governador que foi de Ormuz, dois mil cruzados; Dom Pedro de Alcaçova, mil e quinhentos cruzados; Antônio Gomes da Mata, correio-mor, dois mil cruzados; Francisco Soares, mil cruzados; os filhos de Heitor Mendes, quatro mil cruzados.

Contribuíram também os prelados eclesiásticos: o ilustríssimo e reverendíssimo arcebispo de Lisboa Dom Miguel de Castro com dois mil cruzados; ilustríssimo arcebispo primaz Dom Afonso Furtado de Mendonça, dez mil cruzados; ilustríssimo arcebispo de Évora Dom José de Melo, quatro mil cruzados; o bispo de Coimbra Dom João Manuel, quatro mil cruzados; o bispo da Guarda, Dom Francisco de Castro, dois mil cruzados; o bispo do Porto Dom Rodrigo da Cunha, mil e quinhentos cruzados; o bispo do Algarve Dom João Coutinho, mil cruzados.

Finalmente deram os mercadores portugueses de Lisboa e reino trinta e quatro mil cruzados; os italianos quinhentos cruzados, e os alemães dois mil e cem cruzados, que em tanto se estimaram cento e cinqüenta quintais de pólvora que deram. Montou tudo duzentos e vinte mil cruzados, que foi o gasto da armada, sem entrar nela a fazenda de Sua Majestade.

E assim veio provida abuntantissimamente de todo o necessário para a viagem porque, além das matalotagens que os particulares traziam de suas casas, se carregaram para a campanha sete mil e quinhentos quintais de biscoito, oitocentas e cinqüenta e quatro pipas de vinho, mil trezentas e sessenta e oito de água, quatro mil cento e noventa arrobas de carne, três mil setecentas e trinta e nove de peixe, mil setecentas e oitenta e duas de arroz, cento e vinte dois quartos de azeite, noventa e três pipas de vinagre, fora outro muito provimento de queijos, passas, figos, legumes, amêndoas, açúcar, doces, especiarias e sal; vinte e duas boticas, dois médicos, e quase em todos os navios surgiões; duzentas camas para os enfermos e muitas meias, sapatos e camisas; trezentas e dez peças de artilharia, pelouros redondos e de cadeia dois mil e quinhentos; mosquetes e arcabuzes, dois mil setecentos e dez; chumbo em pelouros, duzentos e nove quintais; piques e meios piques, mil trezentos e cinqüenta e cinco; de morrão duzentos e dois quintais; de pólvora quinhentos quintais e muitas palanquetas de ferro, lanternetas, pés-de-cabra, colhe-

res, carregadores, guarda-cartuchos e todos os mais petrechos necessários para o serviço da artilharia e para o de fortificações e cerco. Vieram muitas pás, enxadas, alviões, picões, foices roçadoras, machados, serras, ceiras de esparto e carreta de terra; e para o concerto dos navios veio muito breu, alcatrão, cevo, pregaduras sorteadas, estopa, chumbo em pasta, enxárcia, lona, pano de treu, fio e outras muitas miudezas, e para uma necessidade vinte mil cruzados em reales.

. . . .

Capítulo XXXVI

Como a armada de Portugal veio ao Cabo Verde esperar a real de Espanha e daí vieram juntas à Bahia.

AOS 19 de dezembro da dita era de 1624 tomou a nossa armada de Portugal as ilhas de Cabo Verde, donde levava ordem de Sua Majestade que não passasse sem a armada da coroa de Castela. Aos 14 havia derrotado da mais armada o galeão *Conceição*, de que era capitão Antônio Moniz Barreto, mestre-de-campo, e aos 20 deu à costa com tormenta nos baixos de Santana na ilha de Maio, das onze para a meia-noite. Morreram cento e cinqüenta soldados, que se lançaram ao mar, vendo que não iam com os fidalgos na primeira batelada, e ainda se houveram de lançar a perder mais se não acudira Dom Antônio de Meneses, capitão de infantaria, filho único de Dom Carlos de Noronha, mancebo de vinte e dois anos, exortando-os que tivessem paciência até tornar o batel, e esperança em Deus que todos se haviam de salvar, nem ele os havia de desacompanhar até os ver todos salvos, postos em terra. O mesmo lhes disse Dom Francisco Sá, filho de Dom Jorge Sá, e com o exemplo destes dois fidalgos se deliberaram todos a passar ou no batel, ou em outros modos que cada um inventava, de jangadas e pranchas de paus e tábua, entre os quais se salvaram também dois frades da nossa província de Santo Antônio, frei Antônio e frei Francisco, que vinham por capelães do galeão, um no batel, outro em uma cruz, que engenhou de duas tábuas, figura daquela em que esteve e está toda a nossa salvação e remédio.

Chegando recado ao general Dom Manuel de Meneses da desgraça do naufrágio, avisou logo ao governador de Cabo Verde Francisco de Vasconcelos e a João Coelho da Cunha, senhor da ilha de Maio, onde o naufrágio sucedera, para que mandassem socorrer aos perdidos, o que eles fizeram com tanto cuidado que não só os curaram e regalaram, mas com sua ajuda, de seus escravos e criados se tirou a artilharia, munições, enxárcias do galeão e outras cousas tocantes assim à fazenda de Sua Majestade como de particulares, que se deram a seus donos, e com isto se entreteve ali a armada cinqüenta dias, até chegar a de Castela, que esperavam a qual era de trinta e duas naus.

Na capitânia real vinha por generalíssimo do mar e terra Dom Fadrique de Toledo, por almirante Dom João Fajardo, general do Estreito, em a sua; na capitânia de Nápoles capitão o marquês de Cropani, mestre-de-campo general da empresa; na almeiranta o marquês de Torrecusa, mestre-de-campo de terço de Nápoles; na capitânia de Biscaia general Valezilha, na almiranta seu irmão; na capitânia de Quatro Vilas general Dom Francisco de Azevedo; no galeão *Santana,* que era também desta esquadra de Quatro Vilas, capitão Dom Francisco de Andarca. E neste vinha o mestre-de-campo do terço da armada real de Oulhana, em outro Dom Pedro Osório, mestre-de-campo do terço do Estreito, em outros de todas as esquadras outros capitães, sargentos e oficiais de guerra, a que não sei os nomes, mas em os tratados particulares que se imprimiram da jornada se poderão ver, e neste nos capítulos seguintes se verão os obras, das quais, mais que dos nomes, se colige a verdadeira nobreza.

Juntas pois estas armadas em o Cabo Verde, e feitas suas salvas militares e cortesãos cumprimentos, se partiram daí em 11 de fevereiro de 1625 em dia de entrudo para esta Bahia, à qual chegaram em 29 de março, véspera de Páscoa, a salvamento. Somente se perdeu a nau *Caridade*, de que era capitão Lancerote da Franca, em os recifes da Paraíba; mas acudiu-lhe logo seu tio Afonso da Franca, que era capitão-mor da Paraíba, com barcos e marinheiros e quatro caravelões que mandou o governador de Pernambuco, com que salvaram não só a gente toda, exceto dois homens que aceleradamente se haviam lançado ao mar, mas depois o casco da nau com todo o massame, armas, artilharia, munições, e o capitão Lancerote da Franca, deixando a nau para que a mastreassem, porque lhe haviam cortado os mastros, se foi com os seus soldados a Pernambuco, e daí em sete caravelões que o governador lhes deu à Bahia, onde chegou no mesmo dia que a armada.

. . . .

Capítulo XXXVII

De como Salvador Correia do Rio de Janeiro e Jerônimo Cavalcanti de Pernambuco vieram em socorro à Bahia e o que lhes aconteceu com os holandeses no caminho.

EM O CAPÍTULO vigésimo oitavo deste livro dissemos como, depois da Bahia tomada pelos holandeses, foi o seu almirante Pedro Peres com cinco naus de força e dois patachos para Angola. O fim e intento que os levou foi para a tomarem e dela poderem trazer negros para os engenhos, para o qual diziam que se haviam contratado com el-rei de Congo, e na barra de Luanda andavam já outras naus suas e tinham queimados alguns navios portugueses e feitas outras presas em tempo que o bispo governava pela fugida do governador João Correia de Sousa. Porém, como depois lhe sucedeu no governo Fernão de Sousa e teve disto notícia, se aprestou e fortificou de modo que quando os holandeses chegaram não puderam conseguir o seu intento, nem fazer mais dano que tomar uma nau de Sevilha que ia entrando e dois navios pequenos. E assim se tornaram à costa do Brasil e entraram no rio do Espírito Santo a 10 de março de 1625, onde havia poucos dias era chegado Salvador Correia de Sá e Benevides com duzentos e cinqüenta homens brancos e índios em quatro canoas e uma caravela que seu pai Martim de Sá, governador do Rio de Janeiro, mandava em socorro da Bahia, o qual ajudou a Francisco de

Aguiar Coutinho, governador e senhor daquela terra do Espírito Santo, a trincheirar a vila, pondo nas trincheiras quatro roqueiras que na terra havia, e desembarcando os holandeses lhes tiraram com uma delas e lhes mataram um homem. E depois de entrados na vila lhe saíram os nossos por todas as partes, com grande urro do gentio, e lhes mataram trinta e cinco e cativaram dois, sendo o primeiro que remeteu à espada com um capitão, que ia diante, Francisco de Aguiar Coutinho, dizendo-lhe: "Se vós sois capitão, conhecei-me, que também eu o sou", e com isto lhe deu uma grande cutilada, com que o derribou em terra. Também o guardião da casa do nosso padre S. Francisco, frei Manuel do Espírito Santo, que andava com os seus religiosos animando os nossos portugueses, vendo já os inimigos junto às trincheiras, se assomou por cima delas com um crucifixo dizendo: "Sabei, luteranos, que este senhor vos há de vencer." E com isto, vendo-se livre de um chuveiro de pelouros, se foi ao sino da igreja matriz que ali estava perto, e o começou a repicar publicando vitória, com que a gente se animou mais a alcançá-la, de sorte que o general dos holandeses se retirou para as naus com perto de cem feridos de trezentos que haviam desembarcado, e alguns mortos, entre os quais foi um o seu almirante Guilherme Ians, e outro o traidor Rodrigo Pedro, que na mesma vila havia sido morador e casado com mulher portuguesa e, sendo trazido por culpas a esta Bahia, fugiu do cárcere para Holanda, e vinha por capitão de uma nau nesta jornada. E com esta raiva mandou o general uma nau e quatro lanchas a queimar a caravela de Salvador Correia, que havia mandado meter pelo rio acima em um esteiro, mas ele acudiu nas suas canoas e lhes matou quarenta homens, e tomou uma das lanchas.

O dia seguinte escreveu o general a Francisco de Aguiar em este modo: Vossa Senhoria estará tão contente do sucesso passado, quanto eu estou sentido, mas são sucessos da guerra; se me quiser mandar os meus, que lá tem cativos, resgatá-los-ei; quando não, caber-nos-á mais mantimento aos que cá estamos. Isto lhe escreveu o general cuidando que ficaram na terra menos mortos e mais cativos, mas nem esses poucos lhe quis mandar o governador, e assim se fez o holandês à vela em 18 de março, e se partiu com muito pouca gente, donde em saindo topou com o navio dos padres da Companhia, em que nos haviam tomado e os mesmos holandeses haviam dado a Antônio Maio, mestre do navio de Dom Francisco Sarmiento, em

troco do seu, e vinha já outra vez do Rio de Janeiro carregado de açúcar para a ilha Terceira, o qual trouxeram até a barra da Bahia. E daí mandaram um patacho de noite reconhecer o estado do porto e das suas que nele estavam e por dizerem que era a armada de Espanha, descarregando nas suas e pondo fogo ao navio, se foram pôr defronte de Olinda em Pernambuco, donde tomaram um negro de João Guterres, que andava pescando em uma jangada, e lhe perguntaram se estava a Bahia recuperada, o qual não só lhes disse que sim, senão também que mandara o general Dom Fadrique de Toledo matar os flamengos todos: e eles (ainda que era mentira) o creram, dizendo não seria ele castelhano e descendente do duque de Alba. Pelo que se foram à ilha de Fernão de Noronha a fazer aguada e chacinas, com que se tornaram para Holanda levando o negro consigo e aos mais negros e brancos que haviam tomado no navio dos padres deram um patachinho, em que foram cair à Paraíba e contaram estas novas. E Salvador Correia, que ficou vitorioso no Espírito Santo, se partiu nas suas canoas com a sua gente para a Bahia, onde se meteu entre a armada e foi dos generais e de todos aqueles fidalgos bem recebido.

Da mesma maneira sabendo Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque em Pernambuco de Lancerote da Franca, que se perdeu na nau *Caridade* na Paraíba, que a armada era passada para a Bahia, se embarcou em um navio por ordem do governador Matias de Albuquerque, com dois irmãos seus e outros parentes e amigos e cento e trinta soldados, todos sustentados à sua custa, e vindo encontrou-se no mar com o patacho que os holandeses haviam mandado vigiar antes da vinda da nossa armada, com cuja vinda ficou de fora. Este cometeu o de Jerônimo Cavalcanti e, depois de se tirarem um e outro muitas bombardadas, sendo mortos cinco dos nossos, um dos quais foi Estêvão Ferreira, capitão da proa, que com estar ferido se não quis recolher até o não matarem os holandeses, e se foram, que não devia de ser sem terem também muitos mortos, ou recebido algum dano, e os Cavalcantis entraram na Bahia, donde foram bem recebidos de todos, particularmente do capitão-mor Dom Francisco de Moura, seu primo, e do senhor de Pernambuco Duarte de Albuquerque, que havia vindo na armada por soldado, e Sua Majestade se deu do feito por bem servido, como o manifestou em uma carta que escreveu ao mesmo Jerônimo Cavalcanti.

Capítulo XXXVIII

Como desembarcaram os da armada e os holandeses lhes foram dar um assalto a São Bento, donde se começou a dar a primeira batalha.

MELHOR Páscoa cuidaram os holandeses que tivessem, quando à véspera dela pela manhã, à hora que na igreja se costuma cantar aleluia, tiveram vista da armada, imaginando ser a sua que esperavam. Porém, tanto que a viram pôr de largo em fileira e irem-se os barcos e canoas dos portugueses meter entre elas, conheceram ser de Espanha, e se começaram aparelhar. E chegaram as suas naus a terra junto das fortalezas e meteram três das mercantes que tinham tomadas no fundo, diante das suas, para entupirem o passo às da nossa armada, que lhes não pudesse chegar, tiraram os marinheiros portugueses que tinham a bordo e os trouxeram para a cidade, notificando a eles e aos mais que nela estavam que não saíssem de casa; trouxeram algumas peças de artilharia para o colégio e outras partes, por onde lhes pareceu que os poderiam entrar, despejaram o forte de S. Filipe, que está uma légua da cidade, entendendo que lhes não eram sessenta homens que lá tinham de tanto efeito como nela.

Os da nossa armada em esse tempo iam-se desembarcando entre a cidade e a vida velha e na Água dos Meninos com artilharia para porem

no monte do Carmo e de São Bento, e em outros que tem a cidade da banda da terra por padrastos.

O que pressentindo os holandeses, quiseram impedir-lho saindo antes a eles, e sabendo que estavam alguns alojados em São Bento lhes saíram trezentos à terceira oitava da Pascoa às dez horas do dia, onde se começou uma briga que durou duas horas, na qual foram mortos dos nossos oitenta, porque, como os vieram seguindo até os fazerem recolher à cidade, da porta dela e de outras fortalezas lhes tiraram tantas bombardadas com cargas de munição miúda e de pregos que puderam fazer toda esta matança e ferir a muitos, que ali se achavam, que eram castelhamos, portugueses, italianos misturados, do que os holandeses vieram mui contentes, e trouxeram por troféu uma coura de um capitão castelhano, cujo corpo, com a cobiça dela, que era toda apassamanada de ouro, trouxeram arrastando até ao pé da ladeira, onde do muro podiam chegar com qualquer arcabuz, e muito melhor com os mosquetes de que eles usam. E assim, vindo os nossos a buscá-lo de noite para lhe darem sepultura, lhe tiraram algumas mosquetadas, mas, contudo o levaram e o enterraram em segredo com Dom Pedro Osório, mestre-de-campo do terço do Estreito, e os mais que neste assalto morreram pelejando animosamente.

Assentaram logo a artilharia, e no dia seguinte, que foi quinta-feira 3 de abril, começaram com ela a bater a cidade, por aquela parte fronteira a São Bento, abrindo-lhe grandes buracos no muro, que os holandeses tornavam a tapar de noite com sacos de terra que para isto fizeram, mas não tanto a seu salvo que cada noite lhes não matassem dous ou três e ferissem outros tantos, com o que eles não desmaiavam, tendo esperança que viria cedo a sua armada, como um inglês feiticeiro lhes havia certificado. E por esta causa puseram uma grande bandeira com as suas armas no penacho da torre da Sé, que está no mais alto lugar da cidade, para que vindo os seus a vissem e pudessem entrar confiadamente, conhecendo que estava a terra por sua. E a esta conta se defendiam e nos ofendiam por todos os modos que podiam, entre os quais foi um que largaram duas naus de fogo uma noite com vento em popa e maré para que fossem abalroar às nossas e queimá-las, uma das quais pôs em risco a nossa almiranta de Portugal, e sem falta se queimara se não picara a amarra e largara o traquete, com que quis Nosso Senhor que se livrasse do perigo. A outra investiu com a

almiranta do Estreito, com tanto ímpeto que se começava a derreter o breu e chamuscar alguns soldados; mas também foi livre pela diligência e indústria de Dom João Fajardo, a cujo cargo estava a armada, e a canoa, em que cuidavam escapar três holandeses que governavam o fogo, foi tomada com um deles por uma chalupa de Roque Centeno.

Nem deixavam com toda esta ocupação os holandeses todos os dias, manhã e tarde, de se ajuntarem à Sé a cantar salmos e fazer deprecações a Deus que os ajudasse: donde um domingo pela manhã deu um pelouro que vinha da nossa bateria de São Bento e, passando a parede da capela de S. José, levou as pernas a quatro que estavam sentados em um banco ouvindo a sua pregação, de que morreram dois.

Assistiam neste quartel de São Bento, donde esta bolada se fez e outras muitas, o marquês de Cropomi, meste-de-campo-general enquanto se não passou para o Carmo, e Dom Francisco de Almeida, mestre-de-campo de um terço português e almirante da armada real da coroa de Portugal, e nele militaram Dom João de Sousa, alcaide-mor de Tomar, Antônio Correia, senhor da casa de Belas, Dom Antônio de Castelo Branco, senhor de Pombeiro, Rui de Moura Teles, senhor da Póvoa, Dom Francisco Portugal, comendador da fronteira, Dom Álvaro Coutinho, senhor de Almourol, Pedro Correia da Gama, sargento-mor deste terço, o capitão Gonçalo de Sousa, o capitão Manuel Dias de Andrade, o capitão Salvador Correia de Sá e Benevides, o capitão Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque e muitos fidalgos e capitães, que no cavar da terra para os valos, pareciam cavadores de ofício, no carregar da faxina para as trincheiras mariolas, mas no disparar dos esmerilhões e mosquetes, e muito mais em esperar os dos inimigos, valerosos soldados.

. . . .

Capítulo XXXIX

Da segunda bateria que se fez do mosteiro do Carmo onde assistiu o general Dom Fadrique de Toledo, e outras duas que dela se derivaram.

NÃO trabalharam menos os que militaram na bateria do Carmo com o general Dom Fadrique, mas, como os de São Bento foram picados daquele assalto dos holandeses, não houve rédea que os tivesse a não serem os primeiros. Além de que acharam um pedaço de muro do próprio mosteiro de que se ajudaram para trincheira, e os do Carmo a fizeram toda de novo, assim para a banda da cidade, a cuja porta fica este monte fronteiro da parte do norte, como para as naus inimigas, que lhe ficavam ao pé da banda do poente, às quais começaram de tirar em 9 de abril, tratando-as mui mal com os pelouros, e a maior delas, que era do capitão Sansão e tinha duas andainas de artilharia, meteram no fundo. Posto que ali o fundo é pouco por estar muito chegada a terra e a nau ser grande, ainda ficou com grande parte sobre a água, mas perderam-se-lhe alguns mantimentos e cousas que estavam no porão e mataram-lhe quatro homens e feriram doze. Não foi menos o dano que desta bateria fizeram na cidade, furando-lhe o muro e a porta e derribando muitas casas, pelo que prometeu o coronel a todos os holandeses que de noite trabalhassem no reparo dos muros e trincheiras duas patacas a cada um, porque de dia sem estipêndio o faziam e assim era contínuo o trabalho. E sobre este fazer e desfazer, romper e reparar de muros era também

contínua a bateria de peças e mosquetes e se matava de parte a parte alguma gente. Entre outros foi mui notável um tiro que tiraram desta bateria do Carmo à outra que tinham os holandeses à porta da sé, onde deu o pelouro na terra debaixo dos pés de um sargento e, sem lhe fazer mais dano que fazê-lo saltar como quem dançando faz uma cabriola, varou ao hospital e rompendo a parede matou a dois cirurgiões, que estavam curando a seus feridos e feriu de novo a um dos feridos.

Da mesma maneira foram mortos alguns dos nossos, como foi Martim Afonso, morgado de Oliveira, que, recolhendo-se a casa a vestir uma camisa, suado do trabalho de carregar faxina e carregar e descarregar mosquetes, assentando-se à janela a tomar um pouco de ar, o feriu uma peça dos holandeses em uma perna de que em três dias morreu com tanto valor e cristandade como se esperava de tão qualificada pessoa, o qual se embarcou enfermo de Lisboa e, advertindo-o parentes e amigos que não tratasse da jornada, respondeu que ungido havia de ir nela, tanto era o desejo que tinha do serviço do seu rei, não só em esta ocasião mas em outras muitas ia bem mostrado. O qual Sua Majestade lhe soube bem gratificar depois de sua morte nas mercês que fez a seus filhos, como adiante veremos.

Este foi um dos fidalgos portugueses que militava neste quartel do Carmo, de que havemos tratado e imos tratando, com Sua Excelência; os outros eram Dom Afonso de Noronha; o conde de São João, Luís Álvares de Távora, cunhado do dito morgado de Oliveira; o conde de Vimioso Dom Afonso de Portugal; o conde de Tarouca Dom Duarte de Meneses; Duarte de Albuquerque; Francisco de Melo de Castro; Álvaro Pires de Távora; João da Silva Telo; Lourenço Pires de Carvalho; Dom João de Portugal; Martim Afonso de Távora; Antônio Teles da Silva; o capitão Dom João Teles de Meneses; o capitão Cristóvão Cabral; o capitão Dom Álvaro de Abranches; o capitão Dom Antônio de Meneses; o capitão Dom Sancho de Faro e outros.

Desta estância do Carmo ordenou o general Dom Fadrique que se fizessem outras duas, uma nas Palmeiras, em que estiveram os mestres-de-campo Dom João de Orelhana e Antônio Moniz Barreto e Tristão de Mendonça, capitão-mor da esquadra do Porto, com dois sobrinhos seus Francisco e Cristóvão de Mendonça; Dom Henrique de Meneses, senhor de

Louriçal; Rui Correia Lucas, Nuno da Cunha, Antônio Taveira de Avelar, o capitão Lancerote da Franca, o capitão Diogo Ferreira e outros. E foi esta estância de muita importância por ser mais alta que todas e não estarem as dos holandeses por aquela fronteira tão fortificadas, e assim lhes descavalgaram as suas peças e lhes mataram e feriram muitos homens, posto que também nos mataram alguns, e entre eles o capitão Diogo Ferreira, que foi um dos três irmãos vianeses, que ganhou por sorte de dados o vir na jornada, como dissemos no capítulo trinta e três. E também outro a que chamavam João Ferreira, que vinha por provedor-mor da fazenda deste estado do Brasil com um navio armado, fretado à sua custa, morreu em Lisboa de uma febre aguda, ficando o que perdeu na sorte dos dados com vida e fazenda em sua casa e pátria, ainda chorando porque não foi um deles.

A outra estância e bateria foi de Dom Francisco de Moura com a gente da Bahia e capitães dos assaltos donde assistiram também alguns criados de Duarte de Albuquerque Coelho, capitão, governador e senhor de Pernambuco. E esta foi muito arriscada bateria, por que estava diante de Dom Fadrique um tiro de arcabuz, muito chegada à cidade e fronteira ao colégio dos padres da Companhia, donde os holandeses batiam com seis peças, e de parte a parte se fazia muito dano.

. . . .

Capítulo XL

De outras trincheiras que se fizeram da parte de São Bento e como se começaram a dividir os franceses e holandeses.

TAMBÉM (e ainda antes das duas estâncias sobreditas) fizeram as suas Dom Manuel de Meneses e Dom João Fajardo à parte de São Bento, em um morro junto ao mar, sobre a ribeira que chamam de Gabriel Soares, onde fizeram muito dano com cinco peças de artilharia não só aos navios holandeses e às fortalezas da praia, que toda dali se descobria, mas também a algumas da cidade.

Entre esta estância e a de São Bento fez também (uma?) o marquês de Torrecusa, mestre-de-campo do terço dos napolitanos, os quais, ainda que ficavam bem fronteiros à porta da cidade e tão perto dela que, não só com a artilharia grossa mas com a miúda, podiam fazer dano, desejosos (parece) de virem às mãos, com cólera de italianos, foram fazendo uma cova, com que chegaram ao pé do muro.

Estas sete estâncias, que estão ditas nestes três capítulos, são donde se fez bateria à cidade, sem se deixar de ouvir estrondo de bombardas, esmerilhões e mosquetes de parte a parte um quarto de hora, de dia nem de noite, em vinte e três dias que durou o cerco e eram tantos os pelouros pelo ar que milagrosamente escapavam as pessoas, assim nas casas como

nas ruas e caminhos. Nem faltou curioso que os contasse e diz que foram as balas grossas que os inimigos tiraram duas mil e quinhentas e dez, e as que os nossos lhe tiraram quatro mil cento e sessenta e oito. O qual para que melhor se entenda porei aqui a descrição da cidade e sítio das fortalezas, donde se tirava de dentro e de fora dela, que é a seguinte.

Bem entenderam por estas vésperas os inimigos qual seria a festa quando os nossos entrassem a cidade e com este receio se começaram já os franceses a dividir dos holandeses, determinando fugir para os nossos. Da qual ocasião se quis aproveitar também um soldado português indiático, que os holandeses haviam tomado vindo de Angola e se havia alistado com soldo, entrando e saindo com eles de guarda, o qual, sabendo a determinação dos franceses, se concertou com quatro para pôr fogo à pólvora e, alegando este serviço, que não era pequeno, alcançar perdão da vida. Porém um o descobriu ao coronel, o qual mandou logo prender e enforcar o português e um dos franceses, que os outros dois lhe fugiram para os nossos. Pelo que mandou o coronel lançar bando pelas ruas, a som de dez ou doze tambores, que todo o que soubesse de outro que quisesse fugir e lho fosse denunciar, lhe daria quatrocentos cruzados e daí avante se teve muita vigia sobre os franceses na poste que faziam.

. . . .

Capítulo XLI

De como se levantaram os soldados holandeses contra o seu coronel Guilhelmo Scutis e depondo-o do cargo elegeram outro em seu lugar.

AOS 26 DIAS do mês de abril, que era um sábado, dia dedicado à virgem sacratíssima Senhora Nossa, em que costuma fazer particulares mercês a seus devotos, favoreceu sinaladamente aos que estavam, na sua bateria e trincheira do Carmo, dando-lhes este dia tanto ânimo e coragem que alguns, sem temor da artilharia e mosquetes que disparavam os inimigos, chegaram até à porta da cidade. E um soldado aragonês chamado João Vidal, da companhia de Dom Afonso de Alencastro, chegou a tomar a bandeira que estava sobre a porta e por entre as balas que os inimigos lhe tiravam a levou ao seu capitão e dele ao general, que, inda que repreendeu a sorte, por se fazer sem ordem sua, recebeu o caso como o merecia o valor dele e fez acrescentar ao soldado oito escudos de vantagem. Sucedeu também que sacudindo, no mesmo tempo, o morrão um holandês que estava de guarda em aquela parte, deram as faíscas em um barril de pólvora, com que se chamuscaram vinte e cinco, de tal maneira que não puderam mais manear as armas, cousa que eles diziam em aquela ocasião sentir mais que a própria morte, porque, morrendo, só que mortos faltavam na peleja, mas, sendo lesos e feridos faltavam também o surgião e enfermeiros, que com sua cura se ocupavam. Tão desejosos andavam da vitória que a ante-

punham às suas próprias vidas. E porque o seu coronel acudiu tarde a este rebate e já em outras ocasiões não haviam notado de descuidado a tratava de cometer concerto, segundo o descobriu a uma sua amiga portuguesa, se conjuraram trinta soldados e foram para o matar dentro em sua casa e a Estêvão Raquete, capitão da companhia de mercadores, que com ele estava; mas este fugiu e feriram o coronel com uma alabarda na cabeça e nas mãos, o que dizem se fez com consentimento dos capitães, cuja prova é não se prender alguns dos ditos soldados e logo os do conselho privarem o ferido do cargo e elegerem por coronel o capitão-mor chamado Quiffe e em seu lugar por capitão-mor ou mestre-de-campo o capitão Buste. Incrível é a insolência com que nisto se houveram estes soldados, pois não bastou o novo coronel mandar prender a Estêvão Raquete na cadeia pública para se quietarem, senão que ainda lá foram dois para o matarem e o houveram de fazer se lhe não acudiram os três presos e o próprio coronel, o qual os mandou prender. Os outros se foram à casa da portuguesa também para a matar, se lhes não fugisse para casa de um português casado que a escondeu e vingaram-se em lhe roubarem quanto lhe acharam, que não era pouco o que o coronel lhe havia dado. Não é menos incrível a vigilância e cuidado com que o novo coronel de dia e de noite trabalhava, recolhendo-se com as trincheiras para dentro, para assestar nela a artilharia, quando as de fora fossem de todo rotas e traçando outros ardis e invenções de guerra, com que se pudessem entreter até lhes vir o socorro da sua armada, que esperavam, e em que tinham toda a sua confiança.

Capítulo XLII

De como se entregaram os holandeses a concerto.

QUÃO enganados vivem os homens que põem a sua confiança em as forças e indústria humana experimentaram brevemente os holandeses em esta cidade da Bahia, cuja guarda e defensão cuidavam estar em tirarem um capitão e porem outro mais diligente pois não passaram três dias inteiros quando se não desenganarem do seu intento, por não poderem já reparar o dano que das nossas baterias lhes faziam e enfim vieram a entender que lhes convinha fazer concerto, que ao outro coronel haviam estranhado. Mas ainda o fizeram paleado com uma capa de honra, mandando por um tambor uma carta ao general Dom Fadrique ao Carmo, em que lhe diziam que aquela manhã haviam ouvido uma trombeta nossa, que, segundo seu parecer, os chamava e convidava com a paz, a qual também eles queriam e para tratar dela houvesse entretanto tréguas.

Ao que respondeu Dom Fadrique que ele não chamava a sitiados e cercados com trombeta, senão com vozes de artilharia, mas, se eles a estas acudiam e queriam cousa que não fosse contrária à honra de Deus e d'el-rei, estava prestes para lha conceder, com o que logo se começou a tratar das pazes. E estavam os holandeses tão desejosos delas que na mesma hora os que ficavam fronteiros à bateria das Palmeiras, a qual estava à ordem de Dom João de Orelhana e Antônio Moniz Barreto, mestre-de-campo, e de Tristão de Mendonça, capitão-mor da esquadra do Porto, se foram para eles, levan-

tando as mãos em sinal de rendidos. Aos quais desceu a falar o dito Tristão de Mendonça e Lancerote da Franca, capitão de infantaria, que se foi com eles a falar ao coronel.

E depois de muitos recados de parte a parte até se concluiu o concerto, o qual se fez por escritura pública em presença de pessoas do conselho, que foram da parte dos holandeses Guilhelmo Stop, Hugo Antônio e Francisco Duchs, da parte de Sua Majestade o marquês Dom Fadrique, o marquês de Cropani, Dom Francisco de Almeida, almirante da armada real de Portugal, mestres-de-campo de dois terços de portugueses; e Antônio Moniz Barreto, mestre-de-campo de outro. Dom João de Orelhana, mestre-de-campo de um terço castelhano; D. Jerônimo Quixada, auditor-geral da armada castelhana; Diogo Ruiz, tenente de mestre-de-campo-general, e João Vicente de S. Félix. Os quais todos, depois de suas conferências, assentaram que os holandeses entregariam a cidade ao general Dom Fadrique de Toledo em nome de Sua Majestade, no estado em que se achava aquele dia 30 de abril de 1625, a saber: com toda a artilharia, armas, bandeiras, munições, petrechos, bastimentos, navios, dinheiro, ouro, prata, jóias, mercancias, negros escravos, cavalos, e tudo o mais que se achasse na cidade do Salvador, com todos os presos que tivessem, e que não tomariam armas contra Sua Majestade até se verem em Holanda.

E o general em nome de Sua Majestade lhes concedeu que todos pudessem sair da cidade livremente com sua roupa de vestir e cama, os capitães e oficiais cada um em seu baú ou caixa, e os soldados em suas mochilas, e não outra cousa, e que lhes daria passaporte para os navios de Sua Majestade, não os achando fora da derrota da sua terra, e embarcações em que comodamente pudessem ir, e mantimentos necessários para três meses e meio, e que lhes dariam os instrumentos naúticos para sua navegação, e os tratariam sem agravo e lhes dariam armas para sua defesa, sem as quais sairiam até os navios, salvo os capitães, que poderiam sair com suas espadas. Assinaram-se estas capitulações no quartel do Carmo a 30 de abril de 1625, por Dom Fadrique de Toledo Osório, Guilherme Stop, Hugo Antônio, Francisco Duchs.

. . . .

Capítulo XLIII

De como se tomou entrega da cidade e despojos; graças que se *deram a Deus pela vitória e aviso que se mandou à Espanha.*

Em o 1º de maio da dita era se abriram as portas da cidade e, entrando por elas o nosso exército bem ordenado, se puseram logo postas nas partes que era necessário. E os holandeses (que ainda eram mil novecentos e dezenove) se recolheram nas casas da praia com boa guarda de soldados espanhóis e depois em as suas naus, com encargo de as consertarem e calafetarem os seus carpinteiros e calafates. Também foram logo presos os portugueses que se ficaram com eles, e se lhes fez inventário da sua fazenda, como também se fez de toda a que foi achada em poder dos holandeses e das mais cousas que entregaram, que foram seiscentos negros, uns fugidos de seus senhores para o inimigo com amor da liberdade, outros de presas que tomaram em navios que vinham de Angola. Entregaram mais vinte e um navios, dezesseis bandeiras de companhias. O estandarte do campo que estava na torre da sé e o da nau capitânia, duzentas e dezenove peças de artilharia, e trinta e cinco pedreiros, mil quintais de pólvora, balas, bombas, granadas e outros muitos artifícios de fogo em abundância, mosquetes, cento e setenta escopetas e arcabuzes, grande quantidade de cobre em pasta; oitocentos e setenta morriões; peitos de prova grande quantidade de outros, e espaldares; vinte e um quintais de morrão e todas as fazendas que haviam tomadas, assim das lojas dos mercadores e casas da cidade como de

navios, e muitas que trouxeram da sua terra, as mais das quais tinham metidas no colégio dos padres da Companhia, onde os mercadores moravam para as venderem quando achassem quem as comprasse.

E, se o colégio servia de loja de mercancias e casa de mercadores, a igreja lhes servia de adega e, depois que os vinhos se acabaram, de enfermaria. Da mesma maneira estavam profanadas todas as demais igrejas da cidade, porque a de nosso seráfico padre São Francisco servia de armazém da pólvora e armas, e no dormitório morava um capitão e companhia de soldados, a ermida de Nossa Senhora da Ajuda era outro armazém de pólvora, a Misericórdia também era sua enfermaria e só na sé pregavam e enterravam os capitães defuntos, que para os mais fizeram cemitério do rocio que fica defronte dos padres da Companhia. E assim não houve outra igreja que fosse necessário desviolar-se senão a sé, cousa que os hereges sentiram muito ver que desenterraram dois seus coronéis e outros capitães que ali estavam enterrados, e chamaram alguns para que mostrassem as sepulturas e os levassem a enterrar em o campo, para se haver de celebrar a primeira missa em ação de graças, a qual cantou solenemente o vigário-geral do bispado do Brasil, o cônego Francisco Gonçalves, aos 5 dias do mesmo mês de maio. Foram diácono e subdiácono dois clérigos castelhanos, capelães da armada.

Pregou o padre frei Gaspar da sagrada ordem dos Pregadores, que Dom Afonso de Noronha trazia por seu confessor. Nela se ajuntaram os generais da empresa, com todos os fidalgos que nela se acharam de Portugal e Castela. Depois se fez o mesmo em as outras igrejas pela mercê da vitória alcançada, e se fizeram ofícios pelos católicos que nela morreram.

Aqui confesso eu minha insuficiência para poder relatar os júbilos, a consolação, a alegria que todos sentíamos em ver que nos púlpitos, onde se haviam pregado heresias, se tornava a pregar a verdade de nossa fé católica, e nos altares, donde se haviam tirado ignominiosamente as imagens dos santos, as víamos já com reverência restituídas, e sobretudo víamos já o nosso Deus em o santíssimo sacramento do altar, do qual estávamos havia um ano privados, servindo-nos as lágrimas de pão de dia e de noite, como ao Davi quando lhe diziam os inimigos cada dia: “Onde está o teu Deus?”

E, depois de lhe darmos por isto as graças, as dávamos ao nosso católico rei por haver sido por meio de suas armas o instrumento deste bem. E aqui entendo eu que, se o seu reino de Espanha se pinta em figura de uma donzela mui formosa, com a espada em uma mão e espigas de trigo em a outra, não é para denotar sua fortaleza e fertilidade, mas para significar como pelas armas de seus exércitos se goza este divino trigo em todo o mundo.

O aviso deste sucesso venturoso se encarregou por particular a Dom Henrique de Alagon, que no assalto que os holandeses deram a São Bento foi ferido de dois pelouros, a quem acompanhou o capitão Dom Pedro Gomes de Porrez, do hábito da Calatrava, em o patacho de que era capitão Martim de Lano.

O traslado da carta, que levou de D. Fradique para Sua Majestade é o seguinte:

"Senhor: eu hei trazido a meu cargo as armas de Vossa Majestade a esta província do Brasil e Nosso Senhor há vencido com elas. Se hei acertado a servir a Vossa Majestade, com isto estou sobejamente premiado. As ocupações de dar cobro à cidade, restituir a Nosso Senhor seus templos, tratar dos negócios da justiça que Vossa Majestade me encarregou, e castigo dos culpados, carena de algumas naus, bastimento para a volta, em que há bem que fazer, aviamento e despacho dos rendidos que hão de tornar a sua terra, e o deste aviso, e outras mil cousas me têm sem hora de tempo: o que faltar na relação emendarei no segundo aviso.

"Dom João Fajardo há servido a Vossa Majestade melhor que eu, porque há assistido no apresto do que há desembarcado do mar com grande cuidado, que não há sido menos essencial que o das armas; também esteve em a segunda bateria que se pôs aos navios, deitando a fundo alguns, e em tudo há procurado servir a Vossa Majestade e ajudar-me como pessoa de tantas obrigações.

"O mesmo há feito Dom Manuel de Meneses. O marquês de Cropani há trabalhado como moço, com o fervor e zelo que outras vezes, dando a Vossa Majestade obrigação de fazer-lhe mercê e honra, e a mim de suplicá-lo a Vossa Majestade, etc."

E assim prosseguiu depois em outras o louvor de todos em geral, com a liberalidade que é mui própria na nobreza castelhana. Foi feita a dita

carta a 12 de maio, e chegou brevemente a Madri, onde Sua Majestade fez dar solenemente as graças a Nosso Senhor pela mercê recebida, sobre outras mui grandes, que este ano de 1625 recebeu, como foi livrar-lhe Cadiz de uma poderosa armada de cento e trinta navios ingleses, da qual livrou também milagrosamente a frota de Índias, que aquele ano trazia dezessete milhões em ouro, prata e frutos da terra. E o milagre foi que, tanto que os ingleses aportaram em Cadiz, mandou Sua Majestade despachar seis caravelas, com grandes prêmios, à frota pera que fosse aportar a Lisboa ou Galiza, por não ser presa dos inimigos. Caiu uma das caravelas nas mãos dos ingleses, os quais, tendo por certo que esperando a frota em quarenta graus se fariam senhores dela, partiram logo de Cadiz a pôr-se em aquela altura. Mas foi Deus servido que nem uma caravela das nossas acertou com a frota, e assim veio direita a Cadiz, vinte dias depois da inglesa a estar esperando na paragem por onde houvera de vir se lhe deram o recado de Sua Majestade. Nem aqui parou a sua desgraça e ventura nossa, senão que a sua armada se perdeu depois com tempestades e tormentas, de sorte que a menor parte dela tornou a sua terra.

Em Flandres foi tomada aos hereges a poderosa cidade de Breda e no Brasil (como temos dito) recuperada de outros a Bahia, que o ano dantes a tinham ocupada. Bem parece que foi aquele bissexto e estoutro de jubileu, em que o vigário de Cristo em Roma tão liberalmente abre e comunica aos fiéis o tesouro da Igreja, para que confessando-se sejam absolutos de culpas e censuras, que são muitas vezes as que impedem as mercês e benefícios divinos, e nos acarretam os castigos. E principalmente se pode atribuir a felicidade deste ano à Espanha em ser nele celebrada a canonização de S. Isabel, rainha de Portugal e natural do reino de Aragão, por cuja intercessão e merecimentos podemos crer que fez e fará Deus muitas mercês a estes reinos.

. . . .

Capítulo XLIV

Da guerra que o governador Matias de Albuquerque mandou dar ao gentio da serra da Copaoba que se rebelou na ocasião dos holandeses.

NÃO só o gentio da beira-mar se rebelou nesta ocasião dos holandeses contra os portugueses, mas também os do sertão e serra de Copaoba, e a esta conta mataram logo dezoito vizinhos seus, e lhes cativaram seis filhas moças donzelas e alguns meninos. Pelo que o capitão-mor da Paraíba, Afonso da Franca, tanto que Francisco Coelho se partiu mandou o capitão Antônio Lopes de Oliveira e a sua ordem os capitães Antônio de Valadares e João Afonso Pinheiro com muita gente branca, e o padre Gaspar da Cruz com os índios tobajares, nossos amigos, e inimigos antigos dos potiguares rebelados, para que lhes fossem fazer guerra e os castigassem como mereciam. Os quais os não acharam já na serra, porque pressentindo isto (cousa mui natural em os que se sentem culpados), pondo fogo às aldeias e igrejas que nelas tinham, porque já muitos haviam recebido o sacramento do batismo, se haviam ido meter com os tapuias, dali mais de cem léguas, para que os ajudassem e defendessem dos portugueses, levando-lhe de presente as donzelas e meninos que haviam tomado na Paraíba. Do que tudo informado, o governador Matias de Albuquerque mandou sobitar na jornada Antônio Lopes de Oliveira e os mais capitães que iam da Paraíba, até se informar melhor do caso e tomar conselho sobre a justiça da guerra, para o que fez ajuntar em sua casa os prelados das religiões, teólogos e outros le-

trados canonistas e legistas. E concluindo-se entre eles ser a causa da guerra justa, e pelo conseguinte os que fossem nela tomados escravos, que são no Brasil os despojos dos soldados, e ainda o soldado, porque o gentio não possui outros bens, nem os que vão a estas guerras recebem outro soldo.

Logo o governador mandou os capitães Simão Fernandes Jácome e Gomes de Abreu Soares, e por cabo deles Gregório Lopes de Abreu, com suas companhias. Os quais, chegando à Paraíba e informados de Antônio Lopes de Oliveira do lugar para onde o gentio tinha fugido, mandaram os mantimentos e alguma gente até o Rio Grande por mar, e se partiram por terra para daí levarem outra companhia, que por mandado do governador geral lhe deu o capitão Francisco Gomes de Melo, e foi por capitão dela Pero Vaz Pinto à ordem também de Gregório Lopes de Abreu. Os quais começaram todos a marchar pelo sertão, onde padeceram grandes fomes e sedes, e aconteceu andarem três dias sem acharem água para beber, pelo que, desesperados de todo o remédio humano e esperando só nos merecimentos e intercessão do bem aventurado Santo Antônio, cuja imagem levavam consigo, o começaram a invocar uma tarde e cavar na terra seca pedindo que lhes dessem água, e foi cousa maravilhosa, que a poucas enxadadas saiu em tanta quantidade que todos os do alojamento muito se abastaram aquela noite e, o dia seguinte, enchendo suas vasilhas para caminharem, a água se secou.

Dali a três jornadas deram com uns poucos dos índios e os tomaram para lhes servirem de guias, posto que fugiu um que levou aviso aos mais, pelo que quando chegaram os nossos os acharam já postos em armas. Mas nem isso bastou para que os não cometessem com tanto ímpeto e ânimo que lhes mataram muitos, não perdoando os nossos tobajares a mulheres nem meninos, pela vontade que levavam aos rebeldes. O que visto pelos tapuias, depois de haverem sustentado a briga dois dias, mandaram perguntar a Gregório Lopes, cabo das nossas companhias, que vinda fora aquela às suas terras, donde nunca foram brancos a fazer-lhes guerra, não lhes tendo eles dado causa a ela? O qual respondeu que não o havia com eles, senão enquanto eram fautores e defensores dos potiguares, que se haviam rebelado contra o seu rei, havendo-lhe prometido vassalagem, e se haviam confederado com os holandeses e morto os portugueses seus vizinhos contra as pazes que tinham celebradas, e assim

se desenganassem, que se não iria sem os levar cativos ao governador, ou lhes custaria a vida.

Com o qual desengano lhe trouxe o principal dos tapuias dois principais dos rebeldes, chamado um Cipoúna, e outro Tiquaruçu, para que tratassem de pazes e concerto, como trataram. E em resolução foi que se queriam vir o entregar com toda a sua gente da serra de Copaoba ao governador, para que dispusesse deles como lhe parecesse justiça, dando-lhe para isto um mês de espera. O que o capitão Gregório Lopes aceitou pela necessidade em que os seus estavam de mantimento, trazendo logo consigo muitos dos filhos em reféns, e as moças brancas e meninos que tinham presos.

Nem este concerto aceitou e fez com o principal Tiquaruçu, que era mais culpado, antes o mandou matar logo em presença de todos às cutiladas. Não com Cipoúna, o qual cumpriu depois à risca, trazendo toda a sua gente, no tempo que ficou, para que o governador dispusesse dela à sua vontade, e o governador, sem tomar nem um para si, cometeu ao desembargador João de Sousa Cardines que os repartisse pelos soldados e outros moradores, para que os servissem em pena de sua culpa e rebelião, mas muitos se acolheram a sagrado das doutrinas dos padres da Companhia, onde foram bem acolhidos, porque ali se doutrinam e conservam melhor que nas casas dos seculares, como já outras vezes tenho dito.

. . . .

Capítulo XLIIII

Da armada que veio de Holanda em socorro dos seus e do mais que sucedeu até a partida da nossa.

NÃO se podia dizer que a guerra era acabada, por se haver recuperado a cidade do poder dos holandeses, pois ainda se esperava pela sua armada de socorro. E assim chegou logo um navio de Angola, que deu por nova andar uma nau no Morro, que tinha tomado dois navios nossos, um de mantimentos para a armada de Portugal, que vinha de Lisboa, outro da ilha da Madeira, com vinhos, que também se mandava à armada e ao conde de Vimioso da sua capitania de Machico. Saiu-lhes Tristão de Mendonça e o capitão Gregório Soares, por mandado do seu general Dom Manuel de Meneses, e tomando a dos mantimentos com os holandeses que dentro estavam e a trouxeram a apresentar, e depois a Dom Fadrique que não sofreu bem antepor-se-lhe outrem, e por isto mandou prender a Tristão de Mendonça. Também mandou Dom João Fajardo um patacho que tomou o dos vinhos, e dos holandeses que tomaram nestes dois navios constou que vinha já a sua armada de socorro, a qual poucos dias depois, de 26 de maio pela manhã, apareceu na barra. Eram trinta e quatro naus, quinze grandes do estado, e as mais de frete, e assim eram duas capitânias.

Às duas horas depois do meio dia entraram todas enfiadas umas trás outras para dentro, com tanta confiança que provavelmente se entendeu deviam ainda cuidar que estava a cidade por sua e que fora bom o conselho que o marquês de Cropani havia dado, que se não abalasse a nossa armada, porque eles viriam surgir junto dela, acrescentando que seria bom tirar-se a bandeira real que haviam posto na torre da sé e pôr em seu lugar a holandesa que haviam tirado, e dispararem da nossa armada alguns tiros à cidade e da cidade à armada, para que se confirmassem os holandeses no que cuidavam e lhes viessem a cair nas mãos. Porém Dom Fadrique respondeu o que referem de Alexandre Magno, que não era honra alcançar vitória com enganos, e mandou sair os navios mais pequenos logo pela manhã com ordem que não pelejassem até não chegarem as capitânias, as quais se desamarraram tão tarde que, havendo ido os primeiros com vento e maré favorável, acharam já tudo contrário, o dia que se ia acabando, e os inimigos retirando-se, pelo que mandou tirar um tiro de recolher, e também por haver que havia um galeão nosso, chamado *Santa Teresa,* dado em seco em os baixos da parte de Taparica, o qual, cortando-lhe o mastro grande, nadou e saiu do perigo.

E os holandeses, posto que também tocaram três, saíram e se foram todos a seu salvo aquela noite na volta do mar, sem perderem mais que dois batéis que se desamarraram ou largaram por mão, e uma bandeira que a almiranta de Nápoles levou com um pelouro a um deles da quadra, onde se perdeu a mais gloriosa empresa que se podia ganhar, com a qual, junta à que haviam alcançado na cidade, se ficavam quebrando os braços aos inimigos, para nos não poderem tão cedo fazer dano, mas parece que os quis Deus deixar ainda no Brasil (como deixou os cananeus aos filhos de Israel) para freio de nossos pecados. E assim se foram logo desta baía à da Traição, do que sendo avisado Dom Fadrique per via de Pernambuco, mandou à pressa aprestar a armada pera ver se de caminho, em caso que ainda aí estivessem, podia levar este vinte.

E para este efeito mandou que João Vincencio Sanfeliche, de quem se valia em as cousas de mais consideração, e o general Francisco de Vallecilla, como tão experimentado na náutica, se adiantasse a Pernambuco com instrução de que em companhia do governador Matias de Albuquerque e das pessoas mais práticas por informasse do sítio da baía

da Traição, suas particularidades e capacidade, para ver se, achando-se a armada inimiga em ela, poderia entrar a de Espanha a desalojá-la, e não podendo, que conviria fazer em resolução de não perder tempo quando chegasse a Pernambuco, senão em executar o que tivessem determinado.

Pelo que fez logo o governador juntar todos os pilotos em sua casa, e com seu parecer assentaram que na boca da dita baía não havia mais que quinze ou dezesseis palmos de água, com que era impossível entrar a armada de Espanha, além de que a parte que tinha mais fundo estava ocupada com os navios de Holanda; e assim o melhor seria surgir a nossa armada defronte da barra, e saltarem os inimigos por terra até os forçar a sair. E para isto haviam prevenido cem juntas de bois e carros para tirar a artilharia, mil índios da Paraíba e mil homens brancos de Pernambuco que, com os mais que Dom Fadrique mandaria desembarcar dos seus, seria bastante para conseguir seu intento, o qual por esta causa deu conclusão às cousas da Bahia. Mandou enforcar dois portugueses que estavam presos por voluntariamente se haverem ficado com os holandeses quatro, e dos negros que se confederaram com eles seis, sendo primeiro uns e outros ouvidos e julgados pelo auditor geral.

Repartiu os despojos das mercadorias e fazendas, que os holandeses haviam tomado aos moradores, pelos soldados da armada. Donde trouxe um pregador, pregando em aquela ocasião muito a propósito, aquilo do primeiro capítulo do profeta Joel: *residuum erucai comedit locusta*; porque o que haviam deixado os inimigos lhes levaram os amigos que vieram para os socorrer e remediar. E se algum resíduo, *residuum locuste comedit bruchus*, comeram-no mil soldados que o dito general deixou da armada de presídio na cidade, na qual deixou por sargento-mor Pero Correia, que o havia sido de um dos terços de Portugal, soldado velho, experimentado nas guerras de Flandres. Fez capitães de infantaria a Francisco de Padilha, Manuel Gonçalves, Antônio de Morais e Pero Mendes, que o haviam sido dos assaltos, e capitão-mor e governador da terra a Dom Francisco de Moura, que já dantes o era. Despediu-se dos conventos dando a cada um de esmola duzentos cruzados, e os navios, que os holandeses haviam metido no fundo, se pudessem tirá-los para ajuda de repararem as paredes que, como serviram de baluartes e trincheiras, ficaram mui danificadas. E com isto, pedindo que lhe enco-

mendassem a Nosso Senhor a viagem, começou a se embarcar a 25 de julho, dia do bem-aventurado apóstolo São Tiago, patrão de Espanha, posto que, por o vento ser contrário, não pôde sair da barra senão a 4 de agosto, no qual tempo o tiveram três dos navios em que iam embarcados os holandeses cativos para se apartarem dos mais e irem-se.

. . . .

Capítulo XLV

Do sucesso da nossa armada para o Reino e dos holandeses para a sua terra.

COM tormenta partiu a nossa armada da Bahia, pelo que logo abriu muita água um galeão de Espanha e lhe foi forçado tornar para dentro, para, depois de tomada, ir em companhia de outro que também por se não poder consertar a tempo não foi com a armada. A qual depois de partir sobreveio outra tormenta tão grande que não pôde tomar Pernambuco, onde a estavam esperando com muito alvoroço, não já para pelejar com a holandesa, que era ida, senão para regalarem a Sua Excelência e mais senhores, para cujo recebimento tinham ordenadas muitas festas. Especialmente sentiram não poder ver o senhor da terra Duarte de Albuquerque Coelho, e não devia ele de senti-lo menos, pois padecia a pena de Tântalo, não podendo gozar do que apetecia e via, nem à vinda para a Bahia, nem à ida. Daqui começaram logo os navios a apartar-se, cada um para onde a força da tempestade o levava, e muito mais depois que lhes sobrevieram outras na altura das ilhas, com que se perdeu a almiranta de Portugal na ilha de S. Jorge, mas salvou-se o almirante Dom Francisco de Almeida e os que com ele iam, com muito trabalho e darem continuamente a bomba, sem comer, porque a matalotagem apodreceu com a água, donde depois na mesma ilha adoeceram e morreram muitos, e entre eles Dom Antônio de Castelo Branco, senhor de Pombeiro, que Nosso Senhor tenha em sua glória, como confio em sua divina misericórdia, e pelo que sei dele no tempo

que esteve nesta Bahia, que se confessava e comungava cada semana, ouvia todos os dias missa, junto com ser muito esmoler e outras virtudes, que, como pedras preciosas engastadas em fino ouro de sua nobreza, davam de si muito lustre.

O galeão em que ia Dom Afonso de Alencastre, por fazer muita água, e não a poderem tomar, tomaram a gente em outro e o mais que puderam, e puseram-lhe o fogo. Constantino de Melo e Diogo Varejão encontraram seis navios holandeses com quem pelejaram e, sendo rendida a nau do Varejão, ficou só o Melo na sua naveta, continuando a briga com tanto valor que já o deixavam se não sobrevieram três naus do estado, a que também resistiu, mas enfim o tomaram e levaram a Holanda, roubando-lhe quanto levava, senão a fama do capitão, que foram publicando, e é bem se publique por todo o mundo.

Dom Manuel de Meneses, general da armada de Portugal, chegou a Lisboa a 14 de outubro, havendo brigado na paragem da ilha de São Miguel com dois galeões de holandeses, que iam de Mina carregados, o qual, depois de ter feito amainar um, o deixou ao galeão *Santana das Quatro Vilas,* que ia na sua esteira, no qual ia o mestre-de-campo Dom João de Orelhana, e se foi em seguimento do outro que lhe ia fugindo e porventura o tomara, segundo a sua nau era forte e ligeira, se não fora necessário tornar atrás acudir ao galeão *Santana*, que ardia, porque, havendo abordado e rendido o dos holandeses e passados já muitos ao nosso, tirado alguns que se não quiseram sair, não sei se por estes ou se acaso se pegou fogo ao seu, e incontinênti dele ao nosso, com que se abrasaram ambos, sem se salvar mais que cento e quarenta e oito pessoas que se lançaram a nadar, a que Dom Manuel acudiu quando viu o fogo, deixando o galeão que ia fugindo e, largando-lhes a fragata, cabos, jangadas, tábuas e outras cousas de que se pudessem valer, os livrou do perigo da água, morrendo todos os mais abrasados com o mestre-de-campo Dom João de Orelhana, Dom Antônio de Luna de Meneses e outros muitos.

Dom Fadrique de Toledo com grande parte da armada derrotou com o rigor do tempo avante do estreito ao porto de Málaga. E fazendo dali alguns fidalgos sua jornada a Portugal, souberam de um correio de Sua Majestade junto a Sevilha ser aportada a Cadiz uma armada inglesa de cento e trinta velas, por onde logo voltaram desandando o caminho que já tinham

andado, julgando ser aquele o mais próprio de quem eles eram, que o que depois de tão larga jornada levavam a suas casas: eram os que fizeram esta volta João da Silva Telo, Dom Duarte de Meneses, conde de Tarouca, Francisco de Melo de Castro, Dom Lopo da Cunha, senhor de Santar, Dom Francisco Luís de Faro, filho do conde Dom Estêvão de Faro, Antônio Taveira de Avelar e Dom Nuno Mascarenhas. Levaram seu caminho de Sevilha a Xeres, onde o duque de Medina-Sidonia, neto de Rui Gomes da Silva pelo que tinha de português, lhes fez singulares demonstrações de agasalho e estimação, que valia tão primoroso valor. Trataram logo do fim da sua vinda, que era meterem-se em Cadiz para que a ajudassem a defender, pedindo ao duque uma galé para nela passarem e, pelas dificuldades que o duque representou, não puderam então levar avante esta sua deliberação.

E assim se foram à defensão da ponte de Suaço, onde assistiam quatro mil homens. Mas, chegando depois recado de Cadiz de Dom Fernando Girão, para que de noite lhe metessem na cidade trezentos homens escolhidos, foram os fidalgos os primeiros que na vanguarda com seus piques partiram a este socorro, caminhando três léguas a pé, com chuva e água em muitas partes pelos geolhos, até entrarem na cidade às onze horas da noite, onde Dom Fernando Girão os foi buscar a suas pousadas, significando com palavras e com abraços que sentira muito fazer o inimigo leva da sua armada, pois com o favor de tais cavaleiros podia esperar desbaratá-lo. Em Cadiz assistiram como valorosos a todo o trabalho e perigo militar até o inimigo se ir.

Não mereceram menos estimação Dom Afonso de Noronha, Antônio Moniz Barreto, Henrique Henriques e Dom Afonso de Alencastre porque, ainda que quando chegaram a Cadiz estavam já os inimigos retirados, dizem os teólogos que a vontade eficaz é equivalente à obra, se não pode pôr-se em efeito. E por tal a estimou Sua Majestade, escrevendo ao conselho que, porque estava informado do valor com que os portugueses o serviram nesta ocasião e que para morrer por seu serviço lhes não faltara vontade e sobejara o ânimo, mandava que a cada se desse o que tivesse da coroa para filhos ou herdeiros, e lhes fizessem todas as mais mercês que ele por outro decreto seu tinha concedido aos que morressem nesta empresa da Bahia, sem ser necessário a nem um fazer sobre isto mais diligências.

O teor da carta é o seguinte:

"Governadores amigos. Eu el-rei vos envio muito saudar, como aqueles que amo. Havendo-se entendido o bem que os fidalgos portugue-

ses que foram cobrar a baía de Todos os Santos têm servido, e desejando que conheçam quão agradável me foi seu serviço e quão satisfeito me acho de suas pessoas, Hei por bem em primeiro lugar que se executem as mercês gerais que fiz para os que morressem nesta jornada nos filhos de Martim Afonso de Oliveira, e que se me consulta em que outra poderia eu mostrar-lhes meu agradecimento, e sentimento da morte de seu pai, por ser tão honrado fidalgo e tão zeloso de meu serviço, não reparando para o fazer em nem um particular seu, ficando, se pode ser, tão satisfeito do seu modo de servir como de seus mesmos serviços. E aos mais fidalgos me pareceu se lhes declarem e dêem por feitas todas aquelas mercês que se lhes fizeram para em caso que morressem na jornada, pois da sua parte não lhes ficou mais que fazer. Desejando eu *in finito* que saibam os que me servem que gratifico o ânimo de fazê-lo como a mesma obra, e que não hão mister mais solicitação, negociação, recordo, nem passos, que os dados em meu serviço e por esta razão sem consulta nenhuma o quis resolver assim. Escrita em Madri a 18 de setembro de 1625. *Rei.*"

Não se poderá ver maior demonstração do amor de Sua Majestade à coroa de Portugal, pois sem consulta do estado, só pela do amor, foi servido de seu moto-próprio formar um real decreto tão favorável a esta coroa. Nem menos grato se mostrou aos que vieram pela coroa de Castela, fazendo a uns e outros grandes mercês; mas muito maiores as recebeu de Deus este mesmo ano, que foi o de 1625, e bem parece que era o do jubileu geral, em que o vigário de Cristo em Roma tão liberalmente abre, e comunica aos fiéis o tesouro da Igreja. Daquela armada inglesa tão poderosa da qual livrou também milagrosamente a frota de Índias, que aquele ano trazia dezessete milhões em ouro, prata e frutos da terra, e o milagre foi que tanto, que os ingleses aportaram em Cadiz, mandou Sua Majestade despachar seis caravelas com grandes prêmios à frota pera que fosse aportar a Lisboa ou Galiza por não ser presa dos inimigos; caiu uma das caravelas na mão dos ingleses, os quais tendo por certo, que esperando a frota em quarenta graus se fariam senhores dela, partiram logo de Cadiz a pôr-se naquela altura, mas foi Deus servido que nenhuma caravela das nossas acertou com a frota, e assim veio direita a Cadiz vinte dias depois da inglesa a estar esperando na paragem, por onde houvera de vir se lhe deram o recado de Sua Majestade; pelo que reconhecido el-Rei de tão grande mercê deu graças a Nosso Senhor, e muito mais depois, que soube ser qual

toda a armada inimiga perdida com tempestades, e tromentas de sorte que a menor parte dela tornou à sua terra.

Em Flandres foi tomada aos hereges a poderosa cidade de Buda. No Brasil recuperada de outros a Bahia que o ano dantes a tinham ocupada. Mas que havia de ser se em este ano foi celebrada a canonização de Santa Isabel rainha de Portugal natural do reino de Aragão por cuja intercessão, e merecimentos podemos crer, que fez e fará Deus muitas mercês a estes reinos.

Também padeceram grandes tormentas em o mar os holandeses que foram da Bahia, ainda que levavam os navios mais descarregados, que é um bem só em as tormentas conhecido. E não foi menor a que padeceram em terra depois que chegaram a Holanda, porque logo foram todos presos pelos seus e sentenciados à morte por se haverem entregues a partido tão cedo com a cidade e o mais que tinham e haviam ganhado na Bahia, sem esperarem pela sua armada do socorro. Ao que acudiram as mulheres, filhos e parentes com embargos, alegando que não fora possível deixarem de se entregar ou morrerem todos, pela muita tardança do seu socorro e grande aperto em que os nossos os tinham postos, e outras cousas, pelas quais enfim os soltaram e lhes concederam as vidas, condenando-os somente em que se lhes não pagassem os soldos que se lhes devia.

Os outros, que haviam vindo de socorro, se foram da baía da Traição a Porto Rico, que é em Índias de Castela, onde, achando a gente descuidada, desembarcaram e saquearam o lugar. Depois acudiu o capitão da fortaleza da barra que, por ser estreita e como porta daquele porto, lho cerrou de modo que não puderam sair como entraram, antes se viram em tanto aperto que já de concerto largaram quanto tinham roubado, e ainda alguma cousa do seu por que os deixassem sair, o que o capitão lhes não quis conceder, assim por entender que os tinha vencidos, como por recear que el-rei lho estranhasse. E em ambas as cousas se enganou, porque os inimigos estavam mui fortes em suas naus, com tudo quanto tinham saqueado, ensacado e metido dentro nela, esperando só uma noite escura de tormenta e vento que lhes servisse para saírem, como lhes sucedeu em uma em que saíram e se foram sem lho poderem impedir nem fazer-lhes algum dano, e Sua Majestade mandou cortar a cabeça ao capitão da fortaleza, e não por aceitar o concerto que lhe cometiam os holandeses, no que ele só cuidava que estava toda a culpa.

. . . .

Capítulo XLVI

De como o governador Matias de Albuquerque mandou buscar a carga de uma nau da Índia, que se perdeu na ilha de Santa Helena

PROVIDÊNCIA DIVINA foi lidarem na Bahia os dois galeões que dissemos no capítulo precedente, um dos quais era da esquadra de Biscaia, chamado *Nossa Senhora da Atalaia*, de que era capitão João Martins de Arteagoa, outro da esquadra do Estreito, chamado São Miguel e o capitão Francisco Cestim, porque foram depois mui úteis e necessários para irem buscar a carga da nau *Conceição* que, por se ir ao fundo com água, descarregou na ilha de Santa Helena.

Vinha esta da Índia em companhia de outras quatro, das quais vinha por capitão-mor Dom Antônio Telo, o qual, não podendo deixar de seguir a sua viagem, tomou dela a fazenda que pôde e a gente com o seu capitão Dom Francisco de Sá, e deixou a Antônio Gonçalves pousado com cento e vinte homens brancos e alguns cafres em guarda do mais, escrevendo por um batel ao governador do Brasil que lhe mandasse navios. Chegou o batel a Pernambuco, onde o governador Matias de Albuquerque estava, em 18 de agosto de 1625, o qual avisou logo a Dom Fadrique, pedindo-lhe para isto quatro urcas que ali estavam aguardando com mantimentos para a armada, das quais era cabo João Luís Camarena, e Dom Fadrique, do mar onde achou o recado, mandou que fossem os ditos galeões da Bahia, porque das urcas dos mantimentos tinha necessidade a sua armada. Pelo que o

governador mandou logo em direitura aos de Santa Helena uma caravela de refresco e por capitão dela Mateus Rodovalho, e duas naus pela Bahia, uma chamada *S. Bom Homem,* capitão Antônio Teixeira, outra *Churrião*, capitão Custódio Favacho, providas da fazenda de Sua Majestade, pelo contratador Jerônimo Domingues, para que daqui fossem com os ditos galeões, como logo foram, e com outra nau chamada a *Rata*, que mandou Dom Francisco de Moura, da qual era capitão Rodrigo Álvares.

Chegaram a Santa Helena em 27 de dezembro de 1626, acharam os indiáticos entrincheirados com os fardos e com três baluartes feitos em que tinham seis peças de artilharia, donde haviam pelejado primeiro com uma nau holandesa e depois com quatro de holandeses e ingleses, tão valorosamente que não se atreveram a sair a terra, e se foram com muita gente morta. Depois de começarem os nossos navios a tomar carga, estando já quase carregados, chegou uma nau holandesa maior que a nau da Índia, com quarenta peças de artilharia, a qual surgiu entre os dois galeões, e eles abalroaram, com ela e, saltando a gente no convés que acharam despejado, se senhorearam dele, rompendo a enxárcia e velas e, dizendo aos que estavam debaixo da xareta que se rendessem, respondiam que não, porque já o Diabo estava em seus corações. E assim pelejaram como endemoninhados, matando e ferindo com os piques, por entre a xareta, e com roqueiras a muitos dos nossos, entre os quais foi morto o capitão Arteagoa, pelo que, e por se temerem do fogo que por algumas vezes lhe lançaram, a desabalroaram, e a nau se foi com todas as riquezas que trazia de Ternate. Os nossos acabaram de carregar, deixando ainda na ilha o massame e âncoras e amarras que não couberam. Partiram em 7 de fevereiro da dita era de 1626, vindo por capitão-mor Filipe de Chaverria, em lugar do que morreu na batalha. Chegaram a Pernambuco o 1° de março, onde o governador os proveu de todo o necessário para a viagem, por ordem do sobredito contratador e do almoxarife João de Albuquerque de Melo, e se fizeram à vela com outros navios mercantes para o reino aos 18 do mesmo mês, e chegaram a Lisboa a salvamento em 15 de maio.

. . . .

Capítulo XLVII

Dos holandeses que andaram por esta costa da Bahia até a Paraíba em o ano de 1626 e da ida do governador Francisco Coelho de Carvalho para o Maranhão.

EM 19 DE ABRIL desta era de 1626 apareceram na boca desta barra da Bahia, junto ao Morro, três naus holandesas de força, uma das quais trazia trinta peças de artilharia grossa e cento e quatro homens de guerra. Meteu no fundo uma caravela que vinha de Angola, de que era mestre Antônio Farinha, vizinho de Sezimbra, por não querer amainar, mas salvaram-lhe toda a gente branca e alguns negros de cento e setenta que trazia, e os trouxeram onze dias consigo, fazendo-lhes boa companhia, por o trazerem (segundo ao depois disseram) assim por ordem do seu príncipe de Orange, em respeito do bom tratamento que o general Dom Fadrique de Toledo deu aos holandeses na recuperação desta cidade. E depois os foram lançar todos no rio das Contas, donde, feita sua aguada, se foram ajuntar com outra esquadra de quatro naus e um patacho que vinha para Pernambuco, e aí ancoraram todas juntas defronte da barra em 20 de maio, exceto o patacho, o qual, por ser mui ligeiro, andava com dez peças de artilharia, discorrendo sempre pela costa de uma parte para outra, e este fez encalhar na Paripuera, trinta léguas de Pernambuco para a Bahia, uma lancha que o governador mandava de aviso, e tomou um navio de Viana que havia saído do Recife com seiscentas caixas

de açúcar, e assim por ir tão carregado e com caixas por entre as peças de artilharia, não pôde jogar delas e se deixou tomar de um patacho, cousa em que os ministros de Sua Majestade devia vigiar muito nestas partes, porque não foi este o primeiro que se perdeu por esta causa, nem será o derradeiro, se não se puser muita vigia para que não vão sobrecarregados.

Tomou também outro que ia para Angola, e uma caravela que vinha da ilha da Madeira, carregada de vinhos, lançando a gente de todos em a ilha de Santo Aleixo. Deu caça a uma caravela que vinha dos rios de Congo, a qual se lhe acolheu ao porto do Pau-Amarelo, e a outra de Sezimbra, que se meteu em a enseada do cabo de Santo Agostinho, donde depois ao longo do recife foram meter no porto, como também fizeram três navios de Lisboa e dois das Canárias, por aviso que lhes deram de um barco que o governador mandou para este efeito da banda do cabo, que é a paragem por onde, no mês de maio e nos mais de inverno, navegam para Pernambuco. Também mandou o mesmo governador-geral Matias de Albuquerque dois índios da terra e um mulato, cada um em sua jangada, com artifício de fogo para o porem às naus dos holandeses, que estavam mais de quatro léguas da barra ao mar, dos quais chegou um chamado Salvador e o pegou a popa da capitânia, mas foi sentido de um cachorro da nau, que despertou a gente e o apagaram, tirando logo às mais um tiro de rebate, com a qual raiva queimaram o dia seguinte a caravela que haviam tomado, e também porque o mestre lhes não havia querido dar por ela cinqüenta cruzados, que lhe pediram. E, feito isto, levantaram ferro e se foram.

Também se foi Francisco Coelho de Carvalho, governador do Maranhão, o qual passava já de dois anos que estava em Pernambuco, sem poder partir-se, assim pela cobrança de vinte mil cruzados que el-rei ali lhe mandou dar, como por causa dos holandeses da Bahia e destoutros, e por isto, tanto que os viu idos e desimpedido o passo, se partiu em 13 de julho da dita era de 1626, com cinco barcos, que lhe deu o governador Matias de Albuquerque, o qual o veio despedir ao Recife e lhe mandou fazer salvas das fortalezas. Ele ia em um dos barcos com seu filho Feliciano Coelho de Carvalho, e o sargento-mor Manuel Soares de Almeida. Dos outros eram capitães Manuel de Sousa Deça, capitão-mor do Pará, Jácome de Reimonde, provedor-mor da fazenda, e João Maciel. Gastaram na viagem quinze dias até o Ceará, porque não navegavam de noite. Ali detiveram outros quinze dias, nos quais proveu o governador o forte de pólvora e de mais artilharia e fez paga aos soldados, e

ao capitão Martim Soares Moreno lançou o hábito de Santiago, de que el-rei lhe fez mercê por seus serviços, que não foram poucos os que lhe fez, não só no descobrimento do Maranhão, como fica dito em o primeiro capítulo deste livro, mas depois de estar por capitão do Ceará, onde os corsários o temem tanto que, havendo ali aportado algumas vezes, nem uma se atreveram a desembarcar, desejando-o ele tanto que chegou a meter-se entre os índios nus, nu e tinto da sua cor, parecendo-lhe que, como estes foram seus compadres e amigos, não se temendo deles, desembarcariam, e assim os colheria e nem isto bastou. Feito foi este de sub-rogação, pois parece não obrigar seu ofício a tanto, e assim foi bem empregada a mercê que Sua Majestade lhe fez do hábito e se lhe deu com ele pouca tença; por isso lhe dá Deus muito âmbar por aquela praia, com que pode muito bem matar *la hambre*.

Estava em Ceará a esta sezão o padre frei Cristóvão Severim, custódio do Maranhão, chegado de poucos dias, depois de haver passado muitos no caminho, porque veio por terra, padecendo grandes fomes e sedes e guerras dos gentios tapuias, arequis e uruatins, que duas vezes o saltearam e lhe mataram um índio dos que trazia em sua companhia, e lhe feriram treze, com mais três brancos portugueses. Mas, com serem os inimigos em número muitos mais sem comparação, os poucos nossos e seis brancos arcabuzeiros, ajudados e animados pelo padre custódio, lhes tiveram os encontros tão valorosamente, que enfim se livraram deles, deixando-lhes também alguns dos seus mortos e feridos, e chegaram ao Ceará, onde o custódio e seu companheiro agasalharam com muito respeito e caridade a dois padres da Companhia de Jesus, que iam com o governador Francisco Coelho de Carvalho, e dali se embarcaram, e partiram todos para o Maranhão. Na qual viagem depois de haverem passado o buraco das Tartarugas, por não levarem pilotos práticos na costa, foram dar em uns baixos com uma grande tormenta em que se viram perdidos, mas quis Nosso Senhor que iam as águas de lançamento, com o que e com alijarem alguma carga dos barcos, puderam nadar e seguir sua viagem até o Maranhão, onde o governador e os que com ele iam foram bem recolhidos, e onde os deixaremos a outras historiadores, que escrevam suas obras, assim porque Sua Majestade tem já apartado aquele governo deste do Brasil, de que escrevo, como porque eu também vou dando fim a esta história.

. . . .

Capítulo último

De como Diogo Luís de Oliveira veio governar o Brasil e se foi seu antecessor Matias de Albuquerque para o Reino.

Aos 25 de agosto de 1626 partiu de Lisboa Diogo Luís de Oliveira, que havia sido mestre-de-campo em Flandres, para vir governar este estado do Brasil. Chegou a Pernambuco a 7 de novembro, onde, deixando as urcas de fora da barra, porque não trazia licença para se deter aí muito tempo, desembarcou em uma lancha, e foi se recolher em a casa do nosso padre Santo Antônio que temos no Recife, até dia de S. Martinho bispo, que é aos 11, em que se foi para a vila acompanhado com oitenta cavaleiros. À entrada dela na porta da alfândega estava um arco triunfal de muito boa arquitetura, ornado de bons versos, emblemas e epigramas em seu louvor. Dali se estendiam duas fileiras de soldados arcabuzeiros ao longo das paredes até à porta da Misericórdia, onde estava outro arco não com menos perfeição lavrado e ornado. Neste se apeou e, feita a fala por André de Albuquerque, vereador mais velho, o levaram debaixo de pálio até à igreja matriz, indo diante o mestre-de-campo-general deste estado, Dom Vasco Mascarenhas (ofício novamente criado para o Brasil), e o capitão-mor de Pernambuco André Dias da Franca, e o de Itamaracá Pero da Mota Leite, todos novamente vindos do reino com o mesmo governador, e o povo todo de Olinda com muito aplauso, donde, depois de feita oração e as cerimônias costumadas, o levaram à casa do seu antecessor, que já lha tinha para isso desocupada.

Visitaram-se ambos muitas vezes com sinais de grande amizade o tempo que o governador ali se deteve que foi até aos 20 de dezembro do dito ano de 1626, e, porque lhe veio recado que estava na barra de Guiana um navio holandês com duas lanchas, e que tomara um barco de Pero Pires carregado de açúcar e dera caça a um navio que se foi meter na Paraíba, e a outro do Biscainho, que vinha carregado de vinhos da ilha da Madeira, determinou ver se de caminho podia fazer esta presa; mas o ladrão, quando viu tantos navios, fugiu e o governador chegou com os seus a salvamento à Bahia, onde a primeira cousa que fez foi ordenar que se fizesse um solene ofício pela alma de seu irmão, o morgado de Oliveira, em a igreja de Nossa Senhora do Carmo, onde foi enterrado.

Dois meses passados depois da sua chegada, aos 3 de março de 1627 entraram treze navios holandeses e tomaram vinte e um nossos que estavam no porto já com três mil caixas de açúcar dentro; e eles perderam dous dos seus, um dos quais era a sua capitânia, em que vinha por general Pero Peres inglês, que na tomada da Bahia viera por almirante.

Matias de Albuquerque, vendo que as urcas em que determinava ir-se para o reino eram tomadas dos holandeses na Bahia, escolheu uma caravela ligeira na qual, depois que outros três navios holandeses que andaram na barra de Pernambuco a desocuparam, se embarcou, e partiu a 18 de junho da dita era, e levou em sua companhia o doutor Bartolomeu Ferreira Lagarto, vigário da Paraíba e administrador que foi das partes, antes de se reunir a jurisdição delas à mitra, e um religioso da nossa custódia, sacerdote. Foi Matias de Albuquerque, todo o tempo que serviu assim de capitão-mor de Pernambuco como de governador-geral do Brasil, que foram sete anos, sempre muito limpo de mãos, não aceitando cousa alguma a alguém, nem tirando ofícios para dar a seus criados. Nas ocasiões de guerra e do serviço de Sua Majestade foi mui diligente, não se poupando de dia nem de noite ao trabalho. Nunca quis andar em rede, como no Brasil se costuma, senão a cavalo ou em barcos e, quando nestes entrava, não se assentava, mas em pé os ia ele próprio governando. Tinha grande memória, e conhecimento dos homens, ainda que só uma vez os visse, e ainda dos navios que uma vez vinham àquele porto, tornando outra daí a muito tempo, antes de chegar o mestre, dizia cujos eram, e vez houve que, vindo um com o masto mudado, vendo-o de mui longe com o óculo, disse: aquele é tal navio, que

aqui veio há um ano, mas trás já outro masto. E assim o afirmou o mestre depois que chegou, sendo perguntado. Teve boa fortuna em seu governo, por serem os tempos tão infortúnios e calamitosos, e na viagem o livrou Deus de inumeráveis corsários, de que o mar estava povoado, levando-o sempre a salvamento, em cinqüenta e dois dias a Caminha, onde achou o duque dela e marquês de Vila Real Dom Miguel de Meneses, seu parente, onde os deixaremos, e darei fim a esta história, porque sou de sessenta e três anos e é já tempo de tratar só da minha vida, e não das alheias.

Índice onomástico

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

W

X

Z

Frei Vicente do Salvador (1564-c.1636-1639) é nosso primeiro historiador. Sua *História do Brasil*, inédita durante mais de dois séculos, foi doada para a exposição de obras sobre o Brasil, em 1881, na Biblioteca Nacional. Naquele evento, o livro do Frei Vicente do Salvador, pela primeira vez completo, é apresentado ao público leitor especializado que, entre outros, como Varnhagen, já tinham tido acesso a ele na Torre do Tombo. O livro esquivo, quase mítico, no dizer de Capistrano de Abreu, "entrou assim de modo inesperado na Biblioteca Nacional que, em 1889, publica-o no volume 13 de seus Anais".

Este volume, dividido em cinco "livros", tem informações importantes de cunho historiográfico, além de dados sobre a nova terra portuguesa nas Américas. Há também opiniões ousadas como, por exemplo, afirmar que os colonos deviam aventurar-se pelo interior do Brasil, avançar para o oeste, "sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos".

A *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, abrange o período desde o descobrimento e chega até a época do governo de Diogo Luís de Oliveira. Também incorpora informações sobre a nova terra brasileira, a vida dos colonos, sua cultura, os modos de fazer e viver das populações indígenas, escrita numa linguagem viva e particular, o que dá um tom suave às pertinentes informações iniciais sobre a formação da nova terra.

ISBN 978-85-7018-276-0